MAQUIAVEL

Discursos sobre a primeira década de

320
M149dn

Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio

MAQUIAVEL

Martins Fontes

DISCURSOS SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA DE TITO LÍVIO

Obras de Maquiavel

Patrícia Fontoura Aranovich é responsável pela supervisão e revisão técnica das obras políticas de Maquiavel publicadas nesta coleção. Doutora em Filosofia, na área de Ética e Filosofia Política, atualmente Patrícia Aranovich realiza pesquisas sobre *As relações de poder na construção da república: as cidades renascentistas italianas e as repúblicas utópicas do século XVII*, participa do Grupo de Estudo de Retórica da USP e é membro da comissão editorial da revista *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. Escreveu o livro *História e política em Maquiavel* (Discurso Editorial).

DISCURSOS SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA DE TITO LÍVIO

Nicolau Maquiavel

Glossário
PATRÍCIA FONTOURA ARANOVICH

Tradução
MF

Revisão técnica
PATRÍCIA FONTOURA ARANOVICH

Edição de texto
KARINA JANNINI

Martins Fontes
São Paulo 2007

Título original em italiano:
DISCORSI SOPRA LA PRIMA DECA DI TITO LIVIO.
Copyright © 2007, Livraria Martins Fontes Editora Lida.,
São Paulo, para a presente edição.

1ª edição *2007*

Tradução do italiano
MF

Revisão técnica
Patrícia Fontoura Aranovich
Acompanhamento editorial
Luzia Aparecida dos Santos
Edição de texto
Karina Jannini
Revisões gráficas
Mauro de Barros
Denise Ceron
Maria Luiza Favret
Dinarte Zorzanelli da Silva
Produção gráfica
Geraldo Alves
Paginação/Fotolitos
Studio 3 Desenvolvimento Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Machiavelli, Niccolò, 1469-1527.
Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio / Nicolau Maquiavel ; glossário e revisão técnica Patrícia Fontoura Aranovich ; tradução MF ; edição de texto Karina Jannini. – São Paulo : Martins Fontes, 2007. – (Obras de Maquiavel)

Título original: Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio
ISBN 978-85-336-2316-3

1. Política – Obras anteriores a 1800 2. Tito Lívio. Ab urbe condita I. Aranovich, Patrícia Fontoura. II. Jannini, Karina. III. Título. IV. Série.

06-7973 CDD-320.09

Índices para catálogo sistemático:
1. Política : História 320.09

Todos os direitos desta edição de DISCORSI SOPRA LA PRIMA DECA DI TITO LIVIO reservados à
Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
Rua Conselheiro Ramalho, 330 01325-000 São Paulo SP Brasil
Tel. (11) 3241.3677 Fax (11) 3105-6993
e-mail: info@martinsfonteseditora.com.br http://www.martinsfonteseditora.com.br

Índice

Introdução aos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio *de Nicolau Maquiavel* XIX

DISCURSOS SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA DE TITO LÍVIO

Nicolau Maquiavel saúda Zanobi Buondelmonti e Cosimo Rucellai 3

LIVRO PRIMEIRO 5

1. Quais foram os princípios das cidades em geral e qual foi o de Roma 7
2. De quantas espécies são as repúblicas e de que espécie foi a república romana 12
3. Que acontecimentos levaram à criação dos tribunos da plebe em Roma, o que tornou a república mais perfeita 19
4. A desunião entre plebe e senado tornou livre e poderosa a república romana 21
5. Onde se deposita com mais segurança a guarda da liberdade: no povo ou nos Grandes; e quem tem maior razão para criar tumultos: quem deseja conquistar ou quem quer manter? 23

6. Onde se procura saber se em Roma era possível ordenar um estado que eliminasse as inimizades entre o povo e o senado 27
7. Da necessidade das acusações para conservar a liberdade numa república 33
8. Assim como as acusações são úteis às repúblicas, são perniciosas as calúnias 37
9. De como é preciso estar só para se ordenar uma república nova ou para reformá-la inteiramente com ordenações diferentes das antigas 40
10. Assim como são louváveis os fundadores de uma república ou de um reino, são vituperáveis os fundadores de uma tirania 44
11. Da religião dos romanos 48
12. Da grande importância de ter em conta a religião, e de como a Itália está arruinada, por ter falhado nisso, graças à Igreja romana 52
13. De como os romanos utilizavam a religião para reordenar a cidade, realizar suas empresas e debelar os tumultos 56
14. Os romanos interpretavam os auspícios segundo a necessidade e demonstravam observar com prudência a religião, quando forçados não a observavam; e, se alguém, temerariamente, a desprezava, era punido 59
15. Os samnitas, como remédio extremo para sua situação aflitiva, recorreram à religião 62
16. O povo acostumado a viver sob a autoridade de um príncipe, se por algum acontecimento se torna livre, dificilmente mantém a liberdade 64
17. Um povo corrompido que se torne livre com enorme dificuldade se mantém livre 69

18. De que modo, nas cidades corrompidas, se poderia manter um estado livre que já exista ou ordená-lo, caso não exista 72
19. Depois de um príncipe excelente pode-se manter um príncipe fraco; mas, depois de um fraco, não se pode manter reino algum com outro príncipe fraco 76
20. A sucessão de dois príncipes virtuosos produz grandes efeitos; e como as repúblicas bem ordenadas têm necessariamente sucessões virtuosas, sendo portanto grandes as suas conquistas e a sua expansão 79
21. Da censura merecida pelo príncipe e pela república que não têm armas próprias 79
22. Daquilo que se deve notar sobre os três Horácios, de Roma, e os três Curiácios, de Alba 81
23. Que não se deve pôr em risco toda a fortuna nem todas as forças; e por que muitas vezes é danosa a defesa de desfiladeiros 82
24. As repúblicas bem-ordenadas instituem prêmios e penas para seus cidadãos, e nunca compensam estas com aqueles 85
25. Quem quiser reformar um estado antigo, transformando-o em cidade livre, deverá manter pelo menos algum vestígio dos antigos modos 87
26. Um príncipe novo, em cidade ou província por ele tomada, deve renovar tudo 88
27. Raríssimas vezes os homens sabem ser de todo maus ou de todo bons 89
28. Por que razão os romanos foram menos ingratos com seus cidadãos do que os atenienses 91
29. Sobre quem é mais ingrato, um povo ou um príncipe 92

30. Que comportamentos deve ter um príncipe ou uma república para escapar a esse vício da ingratidão; e quais deve ter o comandante ou o cidadão para não ser atingido por ela 96
31. Onde se diz que os comandantes romanos nunca foram punidos extraordinariamente por erros cometidos, e que tampouco foram jamais punidos quando de sua ignorância ou das más decisões que tomaram decorreram danos para a república 98
32. Uma república ou um príncipe não deve demorar a beneficiar os homens em suas necessidades.. 101
33. Quando um inconveniente tiver crescido num estado ou contra um estado, será mais salutar temporizá-lo do que atacá-lo de frente..... 102
34. A autoridade ditatorial fez bem, e não mal, para a república romana: e como é perniciosa para a vida civil a autoridade de que os cidadãos se apoderam, e não aquela que lhes é dada pelo sufrágio livre 106
35. Por que a criação do decenvirato em Roma foi nociva à liberdade daquela república, embora se tivesse dado por sufrágio público e livre..... 109
36. Os cidadãos que receberam as maiores honras não devem desdenhar as menores..... 111
37. Dos tumultos gerados em Roma pela lei agrária: e como são grandes, numa república, os tumultos causados por uma lei voltada demais para o passado e que contrarie algum antigo costume da cidade..... 112
38. As repúblicas fracas são irresolutas e não se sabem deliberar; e se porventura tomam uma decisão, é mais por necessidade que por escolha... 117

39. Em povos diferentes muitas vezes se observam os mesmos acontecimentos 121
40. A criação do decenvirato em Roma e o que se deve notar sobre esse fato: onde se considera, entre muitas outras coisas, como, com acontecimento semelhante, se pode salvar ou condenar uma república 123
41. Saltar da humildade à soberba, da piedade à crueldade, sem as transições devidas, é coisa imprudente e inútil 130
42. Da facilidade de se corromperem os homens... 131
43. Aqueles que combatem por sua própria glória são bons e fiéis soldados 132
44. Uma multidão sem cabeça é inútil: e de como não se deve ameaçar antes para depois pedir autoridade 133
45. É mau exemplo não se observar uma lei, sobretudo por seu autor; e cometer todos os dias novas injúrias numa cidade é coisa danosa a quem a governa 134
46. Os homens sobem de uma ambição a outra; antes procuram não ser ofendidos, depois ofendem.. 136
47. Os homens, embora se enganem nas coisas gerais, não se enganam nas particulares 138
48. Quem não quiser que uma magistratura seja dada a algum homem vil ou malvado, que a faça pleitear por alguém muito vil e malvado ou por alguém muito nobre e bom 143
49. Se as cidades que tiveram o princípio livre, como Roma, têm dificuldade para encontrar leis que as mantenham livres, para aquelas que o tiveram na servidão, isso é quase uma impossibilidade 143

50. Um conselho ou um magistrado não deve ter a possibilidade de impedir as ações das cidades.. 147
51. Uma república ou um príncipe deve mostrar que faz por liberalidade o que é obrigado a fazer pela necessidade 148
52. Para reprimir a insolência de alguém que se torne poderoso numa república, não há modo mais seguro e que cause menos conturbação do que pré-ocupar os caminhos pelos quais ele possa chegar a tal poderio 149
53. O povo muitas vezes deseja sua própria ruína, enganado por alguma falsa aparência de bem; e como as grandes esperanças e as audazes promessas o comovem facilmente 152
54. Quanta autoridade precisa ter um homem austero para refrear uma multidão concitada..... 157
55. De como é fácil conduzir as coisas nas cidades onde a multidão não está corrompida; e, onde existe igualdade, não se pode criar um principado; e onde ela não existe, não se pode criar uma república 158
56. Antes que ocorram grandes acontecimentos numa cidade ou numa província, surgem sinais que os prognosticam ou homens que os prevêem 163
57. A plebe, unida, é forte; dispersa, é fraca 165
58. A multidão é mais sábia e constante que um príncipe 166
59. Em que confederação ou liga se pode mais confiar: na formada com uma república ou na formada com um príncipe 172
60. Como o consulado e qualquer outra magistratura de Roma eram conferidos sem consideração de idade 175

LIVRO SEGUNDO 177
1. O que contribuiu mais para o império conquistado pelos romanos: a *virtù* ou a fortuna? 181
2. Com que povos os romanos tiveram de combater e com que obstinação eles defendiam sua liberdade 185
3. Roma tornou-se uma grande cidade arruinando as cidade vizinhas e admitindo facilmente estrangeiros em suas honras 193
4. As repúblicas procederam de três modos para ampliar-se 195
5. Onde se diz que a variação das crenças e das línguas, aliada à ocorrência de dilúvios ou pestes, apaga a memória das coisas 201
6. Como os romanos procediam na guerra 203
7. Quantas terras os romanos davam ao colono ... 206
8. Razões pelas quais os povos saem de sua terra e inundam as terras alheias 206
9. Quais as razões pelas quais costumam surgir guerras entre os poderosos 211
10. O dinheiro não é o nervo da guerra, ao contrário do que crê a opinião comum 213
11. Não é prudente fazer aliança com um príncipe que tenha mais prestígio que força 217
12. Se, temendo ser atacado, é melhor encetar a guerra ou esperar o ataque 218
13. Onde se diz que se passa da pequena à grande fortuna mais por meio da fraude do que da força 223
14. Enganam-se muitas vezes os homens que crêem poder vencer a soberba com a humildade 226
15. Os estados fracos são sempre irresolutos, e as deliberações lentas são sempre nocivas 227

16. Quanto os soldados dos nossos tempos se afastam das antigas ordenações 231
17. Do respeito que devem ter os exércitos do presente pela artilharia; e se a opinião geral que se tem sobre ela é verdadeira 236
18. De como, segundo a autoridade dos romanos e o exemplo da antiga milícia, se deve dar mais valor à infantaria do que à cavalaria 244
19. Por que as conquistas das repúblicas que não são bem-ordenadas, que não procedem de acordo com a *virtù* romana, lhes servem de ruína, e não de exaltação 250
20. Que perigo corre o príncipe ou a república que se valha de milícia auxiliar ou mercenária 255
21. O primeiro pretor enviado pelos romanos a qualquer lugar foi o pretor que mandaram a Cápua, quatrocentos anos depois que começaram a guerrear 258
22. De como são muitas vezes falsas as opiniões dos homens, ao julgarem certas coisas importantes 261
23. De como os romanos, ao julgarem os súditos por algum acontecimento que exigisse tal julgamento, fugiam ao caminho do meio 264
24. As fortalezas geralmente são muito mais danosas que úteis 269
25. Atacar uma cidade desunida, para ocupá-la tirando proveito da sua desunião, é decisão errônea .. 278
26. O vilipêndio e o impropério geram ódio contra quem os usa, sem nenhuma utilidade 280
27. Aos príncipes e às repúblicas prudentes a vitória deve bastar; porque, quando não basta, no mais das vezes se perde 282

28. De como é perigoso a uma república ou a um príncipe não vingar uma injúria cometida contra o público ou contra o privado 286
29. A fortuna torna cego o ânimo dos homens, quando não quer que eles se oponham a seus desígnios 288
30. As repúblicas e os príncipes realmente poderosos não compram amizades com dinheiro, mas com a *virtù* e com a reputação de suas forças 292
31. De como é perigoso acreditar nos banidos 296
32. Dos vários modos como os romanos ocupavam cidadelas 297
33. De como os romanos davam poderes discricionários aos comandantes de seus exércitos 302

LIVRO TERCEIRO 305
1. Quem quiser que uma seita ou uma república viva por muito tempo, precisará fazê-la voltar freqüentemente ao seu princípio 305
2. De quanta sabedoria há em simular loucura na hora certa 311
3. De como é necessário matar os filhos de Bruto, para manter a liberdade que se acaba de conquistar 313
4. Não viverá seguro o príncipe em um principado, enquanto continuarem vivos aqueles que dele foram espoliados 315
5. Por que perde um reino quem o tem por direito hereditário 317
6. Das conjurações 319
7. Qual a razão de algumas mudanças da liberdade à servidão e da servidão à liberdade serem feitas sem sangue, outras com muito sangue 346

8. Quem quiser transformar uma república deve considerar o sujeito dela 347
9. De como é preciso variar com os tempos quem quiser sempre ter boa fortuna 351
10. Onde se diz que um comandante não pode fugir à batalha quando o adversário quer travá-la de qualquer maneira 353
11. Onde se diz que quem tiver muitos inimigos, ainda que seja inferior, poderá vencer se conseguir resistir aos primeiros assaltos 358
12. De como um comandante prudente deve impor a necessidade de combater aos seus soldados e subtraí-la aos inimigos 361
13. Em quem confiar mais: num bom comandante que tenha um exército fraco, ou num bom exército que tenha um comandante fraco? 366
14. Que efeitos produzem os improvisos que surgem e os novos comandos que são dados no meio da peleja? 368
15. Onde se diz que um só homem, e não muitos, deve ser encarregado de um exército, e que ter vários comandantes é nocivo 372
16. Onde se diz que a verdadeira *virtù* é procurada nos tempos difíceis, mas, nos tempos fáceis, não são procurados os virtuosos, mas aqueles que pelas riquezas e pela parentela têm mais popularidade 374
17. Quem já tiver sido ofendido não deverá ser mandado para administração e governo de importância 377
18. Nada é mais digno de um comandante do que prever as decisões do inimigo 378

19. De se, para comandar uma multidão, é mais necessária a benevolência [*ossequio*] do que a punição 381
20. Um exemplo de humanidade para com os faliscos teve mais poder que toda a força dos romanos 383
21. Onde se procura saber por que Aníbal, com um modo de proceder diferente do de Cipião, produziu na Itália os mesmos efeitos produzidos por aquele na Espanha 385
22. De como a dureza de Mânlio Torquato e a humanidade de Valério Corvino granjearam para ambos a mesma glória 388
23. Qual a razão de Camilo ter sido expulso de Roma 395
24. A prolongação dos comandos militares [*imperii*] fez Roma serva 396
25. Da pobreza de Cincinato e de muitos cidadãos romanos 398
26. De como se arruína um estado por causa de mulher 401
27. De como se deve unir uma cidade dividida; e de como não é verdadeira a opinião de que, para governar as cidades, é preciso mantê-las divididas . 402
28. Onde se diz que é preciso estar atento às obras dos cidadãos, pois muitas vezes encoberto sob obra de boa-fé está um princípio de tirania 406
29. Onde se diz que os pecados dos povos nascem dos príncipes 407
30. O cidadão que, em sua república, quiser usar sua autoridade para alguma boa obra precisará, antes, eliminar a inveja; e como, em vista do inimigo, é preciso ordenar a defesa de uma cidade 409

31. As repúblicas fortes e os homens excelentes mantêm em qualquer fortuna o mesmo ânimo e a mesma dignidade 413
32. De que modos alguns perturbaram a paz 418
33. Quem quiser vencer uma batalha precisará fazer com que os soldados confiem uns nos outros e em seu comandante 419
34. Que tipo de fama, notícia ou opinião leva o povo a favorecer um cidadão; e se o povo nomeia magistrados com maior prudência que os príncipes 422
35. Dos perigos de assumir a iniciativa de aconselhar alguma coisa; e de como tais perigos aumentam quando tais coisas são muito importantes.. 427
36. Das razões por que, nos combates, os franceses foram e ainda são considerados mais que homens no começo e menos que mulheres depois. 430
37. Da necessidade ou não dos pequenos combates antes da batalha; e o que se deve fazer para, sem elas, conhecer um inimigo novo 432
38. Como deve ser um comandante no qual o exército possa confiar 436
39. Um comandante deve ser conhecedor do terreno.. 438
40. De como é glorioso usar a fraude no manejo das coisas da guerra 441
41. A pátria deve ser defendida com ignomínia ou com glória, e de qualquer modo está bem defendida 442
42. Onde se diz que as promessas obtidas pela força não devem ser cumpridas 443
43. Os homens que nascem numa província mantêm em todos os tempos quase a mesma natureza ... 445

44. Muitas vezes se obtém com ímpeto e audácia aquilo que nunca se obteria com modos ordinários 447
45. Qual é a melhor escolha nas batalhas: resistir ao assalto do inimigo, e, depois de resistir, atacá-lo, ou desde logo atacá-lo com fúria? 449
46. Por que uma família mantém durante muito tempo os mesmos costumes numa cidade 450
47. Um bom cidadão, por amor à pátria, deve esquecer as injúrias pessoais 452
48. Quando se vê que o inimigo comete um grande erro, deve-se acreditar que por trás dele haja fraude 452
49. Para que uma república se mantenha livre, é preciso todos os dias tomar novas providências; e por esse mérito Quinto Fábio foi chamado Máximo 454

Vocabulário de termos-chave de Maquiavel 457

Introdução aos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio *de* *Nicolau Maquiavel*

Maquiavel tinha 29 anos em 1498, quando iniciou sua participação na vida pública. Eleito pelo *Grande Conselho*, órgão maior da estrutura de governo de sua cidade, foi nomeado secretário da *Segunda Chancelaria*, e também secretário dos *Dez da Liberdade e da Paz*. Eram empregos com funções diversas. Assim, o primeiro devia ser exercido em Florença junto aos gabinetes da administração, enquanto o segundo implicava viagens e visitas a outras terras. Nosso autor soube se valer dos dois para adquirir um extenso conhecimento da política. Conheceu papas e reis, freqüentou homens audazes e violentos, como César Borgia, sobre quem escreverá mais tarde. Nesses anos de atividade intensa e viagens, o secretário florentino, como gostava de ser chamado, praticamente não escreveu. Conhecemos desse período, além de relatos de trabalho, apenas dois poemas políticos: o *Primeira Decenal* e o *Segunda Decenal*. Fazer versos, no entanto, era quase uma obrigação para o funcionário de uma cidade como Florença, que tivera como ocupantes de cargos públicos humanistas famosos, os quais legaram muitos escritos para a posteridade. Exercitar-se como poeta enquanto realizava complexas tarefas políticas não prenunciava necessariamente uma carreira de escritor.

O ano de 1512 trouxe notícias desagradáveis para nosso já experimentado funcionário. Dessa vez eram as tropas espanholas que ameaçavam invadir Florença. Maquiavel tentou organizar uma milícia de cidadãos, de acordo com sua concepção de que cabe aos moradores de uma cidade defendê-la contra os perigos externos. Mas o inimigo era forte e bem armado. Em 31 de agosto, Piero Soderini, que governava a cidade na condição de Gonfaloneiro, cargo vitalício da República, aceitou abandonar seu posto para evitar o saque da cidade pelos exércitos estrangeiros. Os partidários dos Medici, família que no século anterior havia governado a cidade por muitas décadas, rapidamente se apossaram dos postos-chave da administração da cidade, até decretarem o fim do regime republicano em 16 de setembro do mesmo ano. Em novembro, Maquiavel foi destituído de suas funções.

No começo, ele ainda guardou a esperança de ser aproveitado pelos novos senhores da cidade, uma vez que servira lealmente à pátria durante muitos anos e se mostrara um ótimo funcionário. Em 19 de fevereiro de 1513, no entanto, suas expectativas mais imediatas se desfizeram. Acusado de ter participado de uma conspiração contra os Medici, Maquiavel foi preso e torturado. Ao sair da prisão, em 13 de março de 1513, refugiou-se em sua pequena propriedade de Santa Andrea e escreveu a seu amigo Vettori: "Quero que tenhas, em relação a meus problemas, o prazer de saber que os enfrentei de forma tão franca que eu próprio me aprecio por isso."

Embora não tenha abandonado nunca a esperança e a vontade de voltar a servir à pátria, Maquiavel canalizou para a escrita seu imenso talento. No período que se seguiu à sua destituição, Vettori é o destinatário de uma cor-

respondência rica e interessante[1]. Nosso autor fala de política e de sua nova vida; o amigo responde prudentemente, não alimentando a ilusão de que seria possível ajudá-lo em seus projetos. Nesse período de desgraça e isolamento foi concebida uma das obras mais instigantes da filosofia política: *O príncipe*.

De seu refúgio, Maquiavel escreveu para Vettori: "Porque Dante disse que não há ciência sem que seja registrado o que se aprendeu, anotei aquilo que em sua conversação me pareceu capital e compus um opúsculo, *De Principatibus*, no qual aprofundei o quanto pude as reflexões sobre esse objeto, discutindo o que é um principado, de quantas espécies são, como são adquiridos e como são mantidos e por que são perdidos."[2] A desgraça pessoal, que o condenaria a se distanciar dos locais de decisão dos destinos de sua cidade, foi matéria para uma reflexão cada vez mais lúcida sobre a política de seu tempo e sobre a natureza dos negócios humanos em todos os tempos. Quando ficou claro que o funcionário não teria lugar no novo poder, o escritor ganhou terreno e Maquiavel se consolidou como uma das maiores inteligências de sua época.

Ao terminar *O príncipe*, Maquiavel já se lançara em uma outra tarefa de grande fôlego. Se, no afã de recuperar seu lugar, ele acreditara poder influenciar os novos senhores de Florença e mostrar-lhes suas capacidades dedicando seu trabalho ao novo Lourenço de Medici, nos

1. Para uma edição das cartas de Maquiavel ver: MACHIAVELLI. *Lettere*. Milão, Feltrinelli, 1981.

2. Carta a Francesco Vettori, 10 de dezembro de 1513. In: MACHIAVELLI. *Lettere*. Milão, Feltrinelli, 1981, pp. 301-6.

anos seguintes o público dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio (1513-1517)* seria completamente diferente. Na casa da família Rucellai, em Florença, reunia-se um grupo de jovens e intelectuais que discutia os mais diversos assuntos: poesia, literatura, política, o passado glorioso de Roma e as agruras dos tempos sombrios do começo de século. Nesse ambiente, conhecido como *Orti Oricellari*, Maquiavel foi introduzido em 1516. Nele leu e discutiu seus *Discursos* e mais tarde seu *Arte da guerra* (1521), encontrando uma platéia de jovens cultos e sedentos por uma nova compreensão do mundo. Muitos deles se lembrarão desse encontro como um fato decisivo para sua formação e para a construção dos caminhos políticos que procurarão trilhar nos anos seguintes.

Os *Discursos*, como será conhecida sua obra depois, têm, no entanto, raízes muito mais profundas do que as situadas na crise pela qual passava a Itália no começo do século XVI. Desde o século XIII as discussões em torno da melhor organização institucional para as cidades dominaram o pensamento de juristas, filósofos e mesmo de professores de retórica. As cidades italianas estavam em geral submetidas ao poder do Império, mas essa dependência não significava que não gozassem de relativa liberdade em face dos poderes muito enfraquecidos do imperador, beneficiando-se da disputa constante entre o Império e a Igreja católica. Nesse quadro, era necessário encontrar uma saída para a ordenação institucional, que ao mesmo tempo refletisse o equilíbrio precário de forças que dominavam a Itália e respondesse ao desejo afirmado por muitas cidades de se governar de modo independente. Muito cedo a referência a escritores da Antiguidade e a discussão sobre a origem das instituições políticas se be-

neficiaram do recurso a autores que até então haviam sido deixados de lado pelos pensadores medievais, como Tito Lívio, ou eram conhecidos vagamente, como Aristóteles e Platão.

Com o impulso inicial dado por aqueles que se preocuparam em formular uma saída para o impasse vivido pelas cidades que reivindicavam sua independência mas permaneciam ligadas às forças decadentes da política italiana, recorrer ao passado para pensar o presente transformou-se na estratégia típica dos pensadores políticos do Renascimento. Desde Petrarca (1304-1374) iniciou-se um movimento de retorno aos clássicos do pensamento greco-romano, que alimentou a revolução operada pelos italianos em campos tão variados quanto literatura, pintura, escultura e filosofia[3]. Autores como Cícero serviram para mostrar que era possível pensar a política a partir de valores diferentes daqueles que dominaram a Idade Média. Embora não possamos reduzir o período a apenas um autor e a uma maneira de compreender os assuntos humanos, não podemos desconhecer que, para uma boa parte da filosofia medieval, a forma de vida superior era a daqueles que se dedicavam à contemplação das verdades eternas e às obras de glorificação de Deus. Homens dedicados à ação e a tratar da organização das instituições das cidades eram importantes apenas na medida em que garantiam a ordem e a paz, para que aqueles que se dedicavam à contemplação pudessem viver de maneira digna e sem perigo excessivo. A ação política era necessária,

3. O estudo mais influente sobre o movimento segue sendo: HANS BARON, *The Crisis of the Early Italian Renaissance*, Princeton, Princeton University Press, 1966.

mas representava a escolha de uma forma de vida inferior e degradada em relação à vida religiosa[4].

A partir dos esforços inaugurais de Petrarca, uma série de escritores, que viriam a ser conhecidos como humanistas[5], iriam se dedicar a reviver o passado e a estudá-lo de modo desconhecido pelos séculos anteriores. Homens como Coluccio Salutati (1331-1406), Leonardo Bruni (1370-1444), Matteo Palmieri (1406-1475), Leon Battista Alberti (1404-1472)[6] e muitos outros descobririam o prazer de escrever em latim da forma como Virgílio o fizera, de pensar a organização das cidades, suas instituições e suas construções como matérias nobres e importantes de reflexão. Ao lado disso, abandonaram o preconceito contra a ação e passaram a se preocupar com o andamento da vida política, convencidos de que assim viviam de maneira intensa seu próprio tempo, recuperando, através do passado, o prazer do convívio humano e da vida na terra. Esse esforço correspondia, ao mesmo tempo, ao desenvolvimento de cidades como Florença, que se tornaram centros poderosos na Europa, tanto por suas manufaturas quanto por seu poderio financeiro. Com eles surgiu uma cultura nova, baseada no elogio do homem e na crença em suas imensas potencialidades. Libertos das amarras do mundo medieval, os humanistas abriram as portas da mo-

4. Abordamos esse tema em nosso *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2001.

5. Uma análise recente do humanismo cívico e que faz um balanço dos estudos desenvolvidos a partir da publicação dos trabalhos de Baron é JAMES HANKINS (org). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

6. Existe em português um ótimo estudo do pensamento de Alberti: CARLOS A. L. BRANDÃO. *Quid Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.

dernidade, acreditando que a condição pecadora do homem não resumia toda a sua natureza. Ao contrário, como disse Pico della Mirandola (1463-1494)[7], Deus dotou o ser humano de uma gama enorme de possibilidades, para que ele pudesse escolher entre se elevar até os céus, como os anjos, ou decair até uma condição abjeta, como os animais mais primitivos. A vida na terra não é só espera da vida eterna e sofrimento, mas também um momento de alegria e de construção de um mundo melhor. O livre arbítrio, cuja importância para os homens fora ressaltada por Santo Agostinho, e que estivera freqüentemente associado ao pecado, transformou-se na ferramenta de nossa elevação a uma condição superior de vida.

Maquiavel foi o herdeiro direto desse movimento. Seu amor pelos clássicos e seu apego à história antiga e a seus heróis são uma prova de que sem os humanistas não lhe teria sido possível formular seu pensamento da maneira como o fez. Nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, ele se serviu de seus conhecimentos da história antiga para pensar muitos dos temas centrais de sua filosofia política. Mas a referência à herança direta de nosso autor e seu uso constante de autores e fatos do passado não devem nos conduzir ao esquecimento de que, logo no início do livro, ele se compara aos grandes navegadores e diz estar consciente dos riscos a que se expõe ao propor percorrer novos caminhos na esfera do pensamento. A obra de Maquiavel deve ser pensada sob o signo do novo – novidade tramada no convívio com o passado, construída pela leitura dos humanistas e tecida num con-

7. PICO DELLA MIRANDOLA. Discours de la dignité de l'homme. In: L. VALCKE. *Le périple intellectuel de Jena Pic de la Mirandole*. Saint-Foy, Les presses de l'Université de Laval, 1994.

fronto sinuoso com as crenças mais arraigadas dos séculos anteriores sobre a natureza da política e das ações dos homens. Ao buscar superar seu tempo e empreender uma navegação nos mares da teoria política, ele sabia que estava entrando em um terreno perigoso e quase tão arriscado quanto aquele dos aventureiros e desbravadores. Para ele, o novo se conjuga com o perigo. Pensar contra seu tempo implica correr riscos; contrariar o estabelecido pela tradição pode levar o autor a desagradar a todos sem contentar a ninguém. Ele sabia, entretanto, que as formas antigas de pensar a política estavam esgotadas e que não havia outro caminho para os descobridores que não o dos mares revoltos. Permanecer em terra firme, naquele momento, podia evitar o perigo do naufrágio, mas não o conduziria a novas terras. Como os bons navegadores, no entanto, Maquiavel sabia que não se pode começar uma aventura sem antes calcular todos os riscos, sem levar a bordo as ferramentas de que se dispõe no presente e que foram legadas pelo passado, mesmo que algumas delas venham a se revelar inúteis ao longo da travessia[8].

Para compreender os *Discursos*, como mostra Claude Lefort[9], é mister reconhecer seu caráter sinuoso, sua referência constante a fatos e teorias conhecidas, seu uso da linguagem forjada pelos humanistas para abandonar os paradigmas medievais e, sobretudo, seu caráter inovador. O leitor é advertido das intenções do autor logo nas primeiras frases, mas a tarefa de descobrir os caminhos que

8. A análise da obra de Maquiavel do ponto de vista da inovação é um dos pontos fortes da interpretação famosa de J. G. A. POCOCK. *The Machiavellian Moment*. Princeton, Princeton University Press, 1975.

9. CLAUDE LEFORT. *Le travail de l'oeuvre. Maquiavel*. Paris, Gallimard, 1972.

irá trilhar mostra-se bem mais complicada do que deixam supor as críticas aos que se servem do passado apenas para venerar peças de antiquário. Maquiavel sabe que para tornar proveitosa sua viagem de exploração de novos continentes terá de dar a seu leitor não apenas um método para se servir das ferramentas antigas, mas também, e principalmente, um novo mapa das terras da política, uma nova teoria sobre um território que vinha sendo explorado desde a Antiguidade.

No décimo quinto capítulo de *O príncipe*, ele define as condições gerais para a criação de um novo pensamento político. Segundo ele, os homens devem deixar de lado as formas imaginadas de governo, os regimes idealizados, para se concentrar apenas no que chama de "verdade efetiva das coisas". Com isso quer significar que o território da política não pode ser corretamente estudado se nos preocuparmos em primeiro lugar em mostrar como as coisas deveriam ser – procedimento típico do pensamento ético –, deixando de lado o estudo de como efetivamente são. Maquiavel revela assim um traço importante de seu pensamento, que alguns qualificaram de naturalismo[10]. Para ele o mundo das relações humanas tem traços distintivos, como a ambição do ganho, que não podem ser esquecidos no momento em que nos dispomos a compreendê-lo. Uma das tarefas do pensador político é justamente descobrir quais são esses traços, quais são as balizas para a vida política, em lugar de perder tempo imaginando formas de organizar a vida política que nunca existiram e nunca existirão, pois estão em contradição

10. GENNARO SASSO. *Niccolò Machiavelli*. Bologna, Il Mulino, 1980, p. 516.

com algumas características da natureza humana ou da maneira como os homens se comportam quando seus desejos são questionados. Assim, Maquiavel não se cansa de advertir o leitor de que os homens são maus e estão sempre prontos a agir contra as leis, quando têm a ocasião. Ora, aqueles que se ocupam de legislação – diz Maquiavel no terceiro capítulo dos *Discursos* – não poderão deixar de lado esse dado se quiserem conceber leis que possam vir a ser respeitadas.

A referência à "verdade efetiva das coisas" não é uma forma de cinismo ou uma constatação de impotência diante do mundo, mas o primeiro passo para uma análise realista das condições da ação dos homens no mundo público. Os *Discursos* são uma manifestação das convicções republicanas de Maquiavel, uma exposição clara de suas preferências em matéria de ordenação institucional. Em lugar, entretanto, de se contentar com o elogio das repúblicas e de Florença em particular, que fora a tônica de muitos textos humanistas como a famosa *Laudatio Florentinae urbis* de Leonardo Bruni[11], Maquiavel se preocupa em estudar as condições que presidem todas as ações políticas, antes de tentar entender como é possível erigir um regime republicano e como ele pode se preservar. O fato de manifestar sua preferência não deve conduzir o estudioso da política a abandonar a análise correta das condições para sua realização.

Se a busca da "verdade efetiva das coisas" é o primeiro pilar da teoria de Maquiavel, o segundo é a crença no caráter mutável do mundo e na dificuldade de discer-

11. LEONARDO BRUNI. Laudatio Florentinae urbis. In: H. BARON. *From Petrarch to Bruni*. Chicago, University of Chicago Press, 1968.

nir os pontos de ancoragem, que podem servir de referência no curso de uma história que não pára de surpreender os homens. Essa constante mutabilidade das coisas, Maquiavel encontra também no mundo natural, como mostra no início do terceiro livro dos *Discursos*. Mas, no tocante às coisas naturais, o teórico encontra muito rapidamente suas referências e pode servir-se delas para construir uma teoria confiável sobre as coisas inanimadas. No mundo dos homens, ou das coisas mistas, como diz Maquiavel, a constante mudança dos regimes, o fato de que tendem a se corromper com o passar do tempo, vai de par com a ação constante da *fortuna*, que impede os homens de chegar a um saber definitivo sobre como agir no mundo. A análise da *fortuna* mostra que para pensar a política é preciso levar em conta o fato de que alguns eventos não podem ser previstos, embora tenham um papel fundamental no curso da história. Independentemente da capacidade que alguns homens têm de agir de forma eficaz em várias circunstâncias – o que Maquiavel chama de *virtù* –, a *fortuna* é uma presença constante na vida pública, uma força que muda o rumo dos acontecimentos nos momentos cruciais. O desafio do teórico não é prever as ações da *fortuna*, mas pensar a política levando em conta que não é possível prever todos os desdobramentos de uma determinada conjunção de fatores.

O realismo de Maquiavel exige a crença na mutabilidade das coisas e na presença da *fortuna* como parte da cena pública, o que não significa que não seja possível construir um saber sobre a política. Uma vez postas essas condições iniciais, a tarefa do pensador está apenas começando. Se o ponto de partida fosse a total imprevisibilidade da condição humana, saber algum seria possível e

o filósofo se limitaria a constatar a impotência diante do mundo. Maquiavel, ao contrário, pretende legar a seus leitores um novo saber sobre o mundo dos homens, uma nova forma de abordar a política. Para isso é preciso fixar antes os limites desse conhecimento, balizar corretamente a análise, deixando para trás os erros cometidos pela tradição do pensamento político em várias de suas versões: o pensamento greco-romano, o cristianismo e o humanismo. Os *Discursos* oferecem um campo rico para o leitor contemporâneo explorar a aventura maquiaveliana.

Para tornar mais claro o que estamos dizendo, tomemos a afirmação de que os homens são ruins e tendem a agir incorretamente sempre que podem. Encontramos essa afirmação disseminada por quase toda a obra de nosso autor. Como devemos compreendê-la? O leitor apressado poderia deduzir que homem algum é capaz de agir corretamente e que por trás de todas as ações humanas se esconde uma baixeza, que anula seus pontos positivos. A bondade seria a aparência de uma substância cuja natureza é má. Se essa fosse a boa interpretação da maldade humana, teríamos que concluir que nenhuma virtude é possível e que seria preciso encontrar uma outra explicação para os feitos que costumamos julgar dignos de elogio e mesmo de ser imitados. Essa maneira de interpretar o pensamento de Maquiavel nos levaria a um impasse, pois não teríamos como justificar o recurso ao passado, em particular ao passado romano, que nos *Discursos* fornece o paradigma para a crítica ao comportamento de Florença e a referência de uma política de sucesso e glória.

Contra essa interpretação radical, Maquiavel nos adverte, no vigésimo sétimo capítulo do primeiro livro, afir-

mando que os homens raramente são totalmente bons ou totalmente ruins. O que prevalece é um comportamento errático, que faz com que mesmo os crimes, que poderiam resultar em mais poder, não são cometidos por homens que, no entanto, eram considerados capazes de tudo. A condição humana é definida por uma mediania sem virtude, o que torna a verdadeira *virtù*, a capacidade de bem agir na cena pública, tão rara. A escassez da *virtù* não anula entretanto a afirmação anterior da maldade humana, mas obriga-nos a reinterpretá-la. Em primeiro lugar, devemos abandonar a idéia de que podemos pensar a política apenas a partir da constatação de uma certa tendência dos homens a praticar o mal. Essa tendência deve estar presente na mente dos que agem, mas deve ser tomada como um limite, uma possibilidade, e não como um absoluto. O que Maquiavel pretende é evitar o perigo da idealização de uma humanidade que nunca se mostra igual ao retrato projetado e acaba sendo a fonte de perdição de muitos homens de ação. Trata-se, podemos dizer, de um cálculo no qual a variável da natureza humana entra com o sinal negativo, sempre que não podemos deduzir seu valor correto no momento de agir. Procedendo dessa maneira, o homem da ação reduz sua possibilidade de engano e o analista da política, sua chance de erro ao julgar.

O problema de compreender como uma cidade como Roma pôde alcançar um ponto tão elevado em seu desenvolvimento, no entanto, permanece inteiro. Saber como homens dotados de grande *virtù* povoaram as páginas de sua história e estiveram ausentes de cidades como Florença é o desafio ao qual os *Discursos* pretendem responder. Maquiavel segue ao longo do livro dois caminhos di-

ferentes. De um lado aprofunda sua pesquisa sobre a natureza humana, de outro investiga a vida institucional das cidades que alcançaram a glória no passado. Ora, para que essas pesquisas sejam possíveis, é preciso reconhecer que o mundo está sujeito a mudanças, mas ao mesmo tempo traz em si um fundo permanente de possibilidades, uma mesma quantidade de bem e de mal, que fazem com que uma ciência da política seja possível, como afirma Maquiavel na Introdução do segundo livro dos *Discursos*. Essa permanência de alguns elementos, ao lado da constante mutabilidade das coisas, explica o recurso à história como fonte de investigação do pensador político. A história romana seria muda para nós se não fôssemos capazes de distinguir em seu torvelinho aquilo que permanece daquilo que muda. A imitação é a difícil arte de fazer no presente ações que possuem a mesma qualidade daquelas do passado. Trata-se de reproduzir seus efeitos, mas não sua forma. Reler Tito Lívio é a maneira de constituir um campo de experimentação que nem sempre está disponível no presente.

Nessa lógica, o estudo da relação dos homens com o tempo é mais importante do que a afirmação de sua maldade. Maquiavel explora esse veio no começo do segundo livro. Depois de se ter servido da história romana ao longo do primeiro livro para realizar a crítica do comportamento dos florentinos e para estabelecer as grandes balizas de sua teoria política, nosso autor se aventura por terras ainda mais perigosas ao mostrar os riscos incorridos por aqueles que o acompanharam até então. O passado é essencial para a compreensão do presente, mas é preciso estar atento para que, mesmo nesse terreno, não podemos confiar inteiramente no olhar de nossos contem-

porâneos. Os homens tendem em geral a ser complacentes com o passado e críticos do presente. Essa tendência se verifica até mesmo ao longo da vida de cada um de nós, quando consideramos a juventude um período mais profícuo do que a idade madura ou a velhice, mesmo quando isso não corresponde aos fatos. O que comanda esse desvio é a constância de nossos desejos, o fato de nunca nos saciarmos, mesmo quando alcançamos alguns objetivos projetados. Essa é a fonte do descontentamento que encontramos na vida política e que impulsiona as mudanças tão freqüentes na cena pública. Para Maquiavel, devemos prestar atenção não apenas na maldade dos homens, mas, sobretudo, em seu desejo insaciável. Se no tocante à primeira pudemos ver que ela sinaliza os limites a serem respeitados pelos que querem compreender a política em novos termos, a segunda característica aponta para um aspecto da natureza humana que altera a maneira como concebemos um bom regime. A mudança freqüente dos regimes tem raízes tanto na mutabilidade das coisas em geral quanto na natureza dos homens. Boas leis são essenciais, mas não representam garantia quanto à inexorabilidade do tempo.

No tocante ao segundo tema que citamos acima, a questão das instituições políticas, Maquiavel opera uma verdadeira revolução com relação ao passado. Cabe em primeiro lugar notar que essa questão está disseminada em todos os *Discursos*. Mas não é a afirmação da importância do debate que é original no pensamento maquiaveliano, nem mesmo a constatação do significado das boas leis para o bom andamento da vida pública. O que Maquiavel muda é a percepção da origem da boa legislação. Uma boa parte dos humanistas havia partilhado com

os medievais a idéia de que a paz, em todas as suas formas, era a condição necessária para a boa política. Evitar conflitos, ou resolvê-los de forma satisfatória, parecia ser a meta de todo bom governante. Logo nos primeiros capítulos dos *Discursos*, Maquiavel põe abaixo a crença arraigada no valor da paz, ou melhor, em seu caráter fundamental.

O primeiro aspecto que devemos observar é que a descrição da natureza humana à qual nos referimos pode nos induzir ao erro de acreditar que todos os homens desejam as mesmas coisas e lutam por elas. Se de fato somos insaciáveis, como membros de um corpo político nossa relação com o poder não é unívoca. Maquiavel mostra no quarto capítulo do primeiro livro dos *Discursos* que na cidade existem dois "humores" diferentes: o dos "grandes" e o do "povo". Esses termos não pretendem servir para o que hoje chamaríamos de uma descrição sociológica das divisões da cidade. O que ele pretende mostrar é que os habitantes de uma cidade não encaram o poder de um mesmo ponto de vista. Os chamados "grandes" são aqueles que efetivamente disputam o poder e querem ocupá-lo de toda maneira; o "povo" é a parte maior da população, que não quer governar diretamente, mas não que ser oprimida pelos que governam. A assimetria dos desejos faz com que a descrição das lutas mude completamente. Se nem todos visam a posse do mesmo objeto, o fato de alguém chegar ao poder, mesmo de forma legítima, não é suficiente para contentar os desejos de boa parte da população. É claro que o fato de o governante ser legítimo e não um tirano é positivo, mas nada garante que ele não vá usurpar uma fatia de poder maior do que a que lhe foi concedida e, por isso, o desejo de não

ser oprimido não pode nunca ser satisfeito. O corpo político está sempre partido, e esse é um dado que não pode ser mudado pelo apelo à paz.

A principal conseqüência dessa maneira de ver o corpo político é que os conflitos que dividem a cidade são não apenas necessários, mas saudáveis. Contra toda a tradição medieval, que via na paz o valor supremo da vida política, Maquiavel acreditava que os conflitos internos haviam sido responsáveis pela grandeza de Roma. No entanto, é preciso prestar atenção para não confundir as disputas internas, ou até mesmo a guerra civil, com algo positivo. Para serem positivos é necessário que os conflitos sejam travados dentro de um quadro institucional reconhecido por todos como legítimo. A simples luta entre a partes componentes do corpo político ou a disputa violenta pelo poder não são suficientes para garantir a grandeza da cidade. Maquiavel acredita que boas instituições são aquelas que trazem para dentro da cidade os conflitos, mas estabelecem regras e limites para que eles ocorram.

Um bom exemplo é o das calúnias analisadas no oitavo capítulo do primeiro livro. Os homens, por sua natureza invejosa, são levados a caluniar e a acusar uns aos outros, por vezes por motivos fúteis. Não há nada que um governante possa fazer para evitar esse comportamento. O simples apelo à virtude e aos valores cristãos sempre se mostrou ineficaz para barrar as disputas que surgem no interior da cidade. É aí que entram as instituições. Cabe a elas canalizar os conflitos, acolhê-los e evitar que destruam a cidade. Se as falsas acusações forem punidas, não deixarão de existir, mas não serão destrutivas para o corpo político. O risco está em deixar que o caráter cambiante

e desejante da natureza humana faça prevalecer o interesse privado sobre o interesse público. Canalizar para a cena institucional conflitos que existirão de qualquer maneira foi a forma que Roma encontrou para dar um sentido positivo à luta constante entre os diversos grupos sociais. Sem canalizar essa energia para dentro das instituições, o corpo político se desfaz, entregue ao ritmo dos enfrentamentos que o consomem. A verdadeira política, para Maquiavel, é guiada pela liberdade e pela busca da igualdade, mas ela só existe se conduzida no interior de instituições sólidas, capazes de transformar o desejo de liberdade e de não-opressão em desejo de participação na vida pública e respeito por seus mecanismos legais de regulação dos conflitos.

Como compreender, em um pensador tão ciente das dificuldades de se instituir um regime poderoso e das limitações de sua cidade natal, a preferência pelas repúblicas? Já em *O príncipe* Maquiavel advertia o leitor de que era difícil conquistar as repúblicas, pois nelas "há mais vida, mais ódio, mais desejo de vingança. Ali, a recordação da antiga liberdade não as deixa, não as pode deixar em paz"[12]. A afirmação visava advertir aqueles que pretendiam se transformar em senhores pela guerra e pela invasão, mas tem alcance universal na medida em que mostra a maior capacidade das repúblicas para resistir aos ataques tanto internos quanto externos. A organização interna das cidades republicanas faz com que os homens se sintam mais próximos de suas raízes e por isso as defendam de maneira mais vigorosa. Além do mais, diz Maquiavel no nono capítulo do terceiro livro dos *Discursos*,

12. MAQUIAVEL. *O príncipe*, São Paulo, Martins Fontes, 3ª ed., 2004, cap. V, p. 22.

a variedade dos talentos que podemos encontrar em seu interior permite às repúblicas enfrentar melhor as mudanças que necessariamente ocorrerão com o passar do tempo. Por isso é possível colocar as repúblicas no alto da classificação dos regimes e as tiranias em seu ponto mais baixo.

No entanto, não é fácil para o leitor encontrar uma descrição do que seria para nosso autor esse regime republicano. Mais preocupado com os valores e princípios do que com uma quimera institucional, Maquiavel caminha por uma série de problemas, que vão da organização da justiça à religião, passando pela distribuição das honrarias. Tendo como norte a liberdade e o bem comum, ele procura mostrar que não há escolha automática da via a ser seguida, pois a cada escolha correspondem um risco e uma série de possibilidades. Assim, no capítulo seis dos *Discursos*, ele discute os dois modelos de república que costumavam orientar os debates dos pensadores políticos de seu tempo: Veneza e Roma. Em cada um deles encontra uma vantagem e um vício, mas, diante do fato de que não existe um regime perfeito, ele prefere Roma, não por ser mais harmoniosa e estar de acordo com princípios morais superiores, mas por se adequar melhor a um dos traços distintivos da realidade, encarnado pela deusa fortuna: a eterna mutabilidade das coisas. A seus olhos, Roma não é modelar por ser perfeita ou ideal, mas por ter buscado encontrar com suas instituições uma forma de acolher a imperfeição e a contingência do mundo, no lugar de simplesmente negá-la.

Se a referência a repúblicas do passado é fundamental para a construção do texto maquiaveliano, não podemos perder de vista que são os problemas de seu tempo,

e mais particularmente aqueles de Florença, que estão por trás de suas reflexões. Buscar os caminhos para a realização no presente da antiga virtude é a pedra de toque de uma filosofia realista, capaz de propor modelos institucionais que correspondam aos princípios que a guiam. Assim, depois de afirmar que Roma é o modelo a ser imitado, ele se lança em uma crítica aguda de muitos de seus atos, no segundo livro dos *Discursos*. Com isso não pretende desmentir suas conclusões anteriores, mas simplesmente evitar que sejam tomadas como modelo absoluto, o que poderia indicar um caminho que dispensasse a *virtù*. Mesmo em sua forma mais elevada, o regime republicano tem limites para seu desenvolvimento. Como procurou mostrar Gennaro Sasso[13], a expansão de Roma, produto direto da maior virtude de seus cidadãos, conduziu-a a uma tal potência que o império tornou-se uma realidade inescapável. Se a liberdade de um regime está diretamente relacionada com a capacidade de suas instituições de canalizar os conflitos para a arena institucional, o produto dessa liberdade será maior força e possibilidade de conquistar novos territórios, o que acabará por colocar o regime livre em questão. O paradoxo apontado por Sasso é que foi a potência derivada da liberdade que transformou Roma em um império e corrompeu suas virtudes, e não um fato exterior à sua história.

Mesmo diante da constatação de que se trata de um regime vulnerável, a república é para ele o melhor regime, "pois é o bem comum e não o interesse particular que faz a potência de um Estado, e só nas repúblicas vemos o bem público", afirma no segundo capítulo do segundo li-

13. GENNARO SASSO. *Niccolò Machiavelli*, p. 486.

vro. Por isso não basta desejá-la, ou erigir Roma em modelo para depois copiar suas instituições, pois é por meio da ação que os homens constroem suas obras em comum. Maquiavel, que começou seu grande livro apelando para a imitação, procura mostrar que a *virtù* dos grandes atores é o verdadeiro segredo da grandeza das repúblicas do passado e que é nela que se devem inspirar os que querem imitar seus modelos. Florença passara por muitas transformações, que acabaram por destruir suas instituições originais e sua face verdadeiramente republicana. O projeto maquiaveliano era, assim como o de muitos de sua geração, o de reencontrar o vigor inicial, que acreditava ter existido nos primeiros tempos da república, e devolver à sua cidade natal o esplendor de um regime que vivia uma longa agonia desde o dia em que as antigas instituições republicanas foram desmanteladas pela política agressiva da casa dos Médicis.

A agonia dos regimes tinha para Maquiavel o mesmo nome que tivera para os clássicos gregos: a corrupção. Analisando, no *Príncipe*, os principados da época, ele parece por vezes desesperar e abdicar da idéia de que era possível reformá-los. Tendo atingido um certo estágio de degeneração de suas instituições, nada parece ser capaz de recuperar o corpo político. Pensando em Florença, Maquiavel faz nos *Discursos* a mesma pergunta: é possível reformar um regime corrompido? Se ele não abdica nunca de sua crença republicana e da esperança de ver sua cidade reformada de acordo com ela, também não se deixa trair por seus desejos. No décimo oitavo capítulo dos *Discursos*, ele inicia uma discussão que irá retomar em vários pontos do livro. Trata-se de saber se é possível conservar um "governo livre" em um estado corrompido. Tomando o problema por sua face extrema, ele afirma que

é muito difícil conter a corrupção, mesmo com boas leis. Mas a corrupção nem sempre atinge seu ápice, e é preciso buscar um critério para diferenciar seus estágios e demarcar o ponto de não-retorno.

Nos capítulos finais do primeiro livro dos *Discursos*, Maquiavel apresenta os elementos que permitem esperar um futuro melhor para sua cidade natal. Se num Estado o povo e a elite dirigente estão corrompidos, não há nada a esperar a não ser a morte do corpo político. Se, ao contrário, o povo é saudável, é possível para um legislador tentar sua grande obra e criar uma república livre e potente. Talvez esse tenha sido o sonho secreto do escritor. Confiante na qualidade do povo florentino e em seu amor pela liberdade, nunca deixou de esperar o retorno de uma república popular em sua pátria. Explicitando seu desejo e estabelecendo uma tipologia das formas corrompidas, no entanto, o secretário florentino não trai a inspiração inicial de sua reflexão política. Se faz questão de deixar a porta aberta para a inovação e a criação, é porque, diz claramente a seu leitor, mesmo um grande líder terá uma enorme dificuldade para construir instituições livres, se faltar ao povo a virtude necessária para mantê-las. Republicano convicto e apaixonado, Maquiavel nunca deixou de encarar suas esperanças através da lente saudável de seu realismo.

Muitos autores insistiram em atribuir a Maquiavel a paternidade da moderna ciência política. Vendo em suas obras uma ruptura radical com as antigas filosofias e o estabelecimento de parâmetros objetivos para a análise da vida política, acreditaram poder retirar de seus escritos os conceitos necessários para a construção de um discurso científico sobre a vida em comum dos homens.

Certamente não era estranho a nosso autor a vontade de compreender a política de um ponto de vista diferente daquele de seus antecessores. Também não podemos negar que com ele se iniciou uma nova forma de olhar a política, que deixou marcas profundas nos pensadores dos séculos seguintes. Mas, muito mais do que se transformar em uma unanimidade, a obra de Maquiavel não cessou de provocar novas interpretações, novos questionamentos, a ponto de ser transformada para alguns num verdadeiro enigma. Desde sua morte muitas gerações se lançaram na busca do significado último de seus escritos, na tentativa de decifrar a relação que se tece entre suas diversas obras. Demônio a ser esconjurado, segundo alguns, republicano convicto e defensor das liberdades, segundo outros, patrono da reunificação da Itália, para seus contemporâneos, os perfis se multiplicam.

Mais importante, entretanto, do que encontrar uma imagem de síntese talvez seja reconhecer que ele nos legou uma obra de notável fecundidade, capaz de nos fazer pensar a política muito além das fronteiras temporais e culturais dentro das quais nasceram seus escritos. Maquiavel é um pensador que conserva seu frescor e sua capacidade de incomodar exatamente porque se mantém como um portal aberto para os que querem seguir sua grande inspiração de que uma análise acurada e realista do mundo dos homens não nos impede de desejá-lo melhor.

Newton Bignotto
Professor de Filosofia Política do
Departamento de Filosofia da UFMG

DISCURSOS SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA DE TITO LÍVIO

Nicolau Maquiavel saúda Zanobi Buondelmonti e Cosimo Rucellai

Mando-vos um presente, que, se não corresponde aos benefícios que vos devo, é sem dúvida o maior que Nicolau Maquiavel vos pôde mandar. Porque nele expressei tudo o que sei e aprendi em longa prática e contínuas lições das coisas do mundo. E, visto que nem vós nem outros podem desejar mais de mim, não vos podeis queixar se não vos dei mais. Mas podeis aborrecer-vos com a pobreza de meu engenho, quando estas minhas narrações forem pobres, e com a falácia do juízo, quando em muitas partes, discorrendo, me engane. E, se tal ocorrer, não sei quem de nós deverá sentir-se menos obrigado ao outro: se eu a vós, que me instastes a escrever o que eu jamais teria escrito por mim mesmo, ou se vós a mim, que, escrevendo, não vos satisfiz. Tomai, portanto, este presente do modo como se tomam todas as coisas dos amigos: considerando mais a intenção de quem manda do que as qualidades da coisa mandada. E acreditai que nisto tenho uma única satisfação, que é a de pensar que, embora me tenha enganado em muitas das suas circunstâncias, só numa sei que não errei, que foi a de vos ter escolhido, acima de quaisquer outros, para endereçar estes meus discursos: seja porque, fazen-

do-o, parece-me que demonstrei alguma gratidão pelos benefícios recebidos, seja porque assim me parece estar fugindo ao costume comum dos que escrevem, que consiste em optar por endereçar suas obras sempre a algum príncipe e, cegos pela ambição e pela ganância[1], louvar neste todas as virtuosas qualidades enquanto deveriam censurá-lo por tudo o que têm de vituperável. Motivo por que eu, para não incorrer nesse erro, não escolhi os que são príncipes, mas os que, por suas infinitas boas qualidades, mereceriam sê-lo; não os que poderiam cumular-me de títulos, honras e riquezas, mas os que, não podendo, gostariam de fazê-lo. Porque os homens que queiram julgar com correção devem dar valor àqueles que são liberais, e não àqueles que podem sê-lo, assim como àqueles que sabem governar um reino, e não àqueles que podem mas não sabem. E os escritores louvam mais o siracusano Hierão quando era cidadão privado do que o macedônio Perseu quando rei: porque para que Hierão fosse príncipe só lhe faltava o principado, ao passo que o outro não tinha qualidade alguma de rei, a não ser o reino[2]. Usufruí, portanto, o bem e o mal que vós mesmos desejastes: e, se cometerdes o erro de apreciar estas minhas opiniões, não deixarei de prosseguir com o restante da história[3], conforme vos prometi no princípio[4]. *Valete*[5].

1. Em italiano: *avarizia* (aquele que deseja obter mediante roubo). Cf. *O príncipe*, 15. [N. da R. T.]

2. Cf. *O príncipe*, 6 [N. da R. T.]

3. Isto é, as décadas de Tito Lívio sucessivas à primeira. [N. da R. T.]

4. No proêmio. Esta dedicatória, na realidade, era posta no fim; por isso Maquiavel se refere ao proêmio como princípio. [N. da T.]

5. Fórmula latina de saudação: *State bene (sani)*/Estai bem. [N. da T.]

LIVRO PRIMEIRO

Ainda que, devido à natureza invejosa dos homens, sempre tenha sido tão perigoso encontrar modos e ordenações novos quanto procurar águas e terras desconhecidas – por estarem os homens sempre mais prontos a censurar do que a louvar as ações alheias –, assim mesmo, levado pelo natural desejo que em mim sempre houve de trabalhar, sem nenhuma hesitação, pelas coisas que me pareçam trazer benefícios comuns a todos, deliberei entrar por um caminho que, não tendo sido ainda trilhado por ninguém, se me trouxer enfados e dificuldades, também me poderá trazer alguma recompensa, por meio daqueles que considerarem com humanidade os objetivos deste meu labor. E, se o engenho pobre, a pouca experiência das coisas presentes e o pequeno conhecimento das antigas tornarem insuficiente e de não grande utilidade esta minha tentativa, pelo menos abrirão caminho a alguém que, com mais *virtù*, mais eloqüência e discernimento, possa vir a realizar este meu intento: o que, se não me granjear louvores, não deveria gerar censuras.

Considerando, portanto, as homenagens que se prestam à antiguidade, o modo como muitas vezes – para não citar infinitos outros exemplos – um fragmento de estátua

antiga é comprado por alto preço por quem deseja tê-lo consigo e com ele honrar sua casa, permitindo que seja imitado por quem se deleite com tal arte; considerando como os outros se esforçam por representá-lo com toda indústria em todas as suas obras; e vendo, por outro lado, que as virtuosíssimas ações que as histórias nos mostram, ações realizadas por reinos e repúblicas antigas, por reis, comandantes, cidadãos, legisladores e outros que se afadigaram pela pátria são mais admiradas que imitadas; vendo, aliás, que a tais ações, em suas mínimas coisas, todos fogem, e que daquela antiga *virtù* não nos ficou nenhum sinal; em vista de tudo isso não posso deixar de admirar-me e condoer-me ao mesmo tempo. E tanto mais porque vejo que nos litígios civis que surgem entre cidadãos, ou nas doenças nas quais os homens incorrem, sempre se pode recorrer a julgamentos ou remédios que pelos antigos foram proferidos ou ordenados: porque as leis civis nada mais são que sentenças proferidas pelos antigos jurisconsultos, sentenças que, ordenadas, ensinam nossos jurisconsultos a julgar. E a medicina ainda não vai além das experiências feitas pelos antigos médicos, que servem de fundamento aos juízos dos médicos do presente. No entanto, na ordenação das repúblicas, na manutenção dos estados, no governo dos reinos, na ordenação das milícias, na condução da guerra, no julgamento dos súditos, na ampliação dos impérios, não se vê príncipe ou república que recorra aos exemplos dos antigos. E creio que isso provém não tanto da fraqueza à qual a atual religião conduziu o mundo[1], ou do mal que um ambicioso ócio fez a muitas regiões e cidades cristãs, quanto do fato de não haver verdadeiro conhecimento das histó-

1. Cf. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, II, 2. [N. da R. T.]

rias, de não se extrair de sua leitura o sentido, de não se sentir nelas o sabor que têm. Motivo por que infinitas pessoas que as lêem sentem prazer em ouvir a grande variedade de acontecimentos que elas contêm, mas não pensam em imitá-las, considerando a imitação não só difícil como também impossível; como se o céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado de movimento, ordem e poder, distinguindo-se do que eram antigamente[2]. Desejando, pois, afastar os homens desse erro, julguei necessário escrever, acerca de todos os livros de Tito Lívio que não nos foram tolhidos pelos malefícios dos tempos, aquilo que, do que sei das coisas antigas e modernas, julgar necessário ao maior entendimento deles, para que aqueles que lerem estes meus comentários possam retirar deles mais facilmente a utilidade pela qual se deve procurar o conhecimento das histórias. E, ainda que essa empresa seja difícil, ajudado por aqueles que me animaram a incumbir-me desse fardo, creio carregá-lo de tal modo que a algum outro será breve o caminho que restar para levá-lo até o destino.

1. Quais foram os princípios das cidades em geral e qual foi o de Roma

Quem ler a história do princípio da cidade de Roma e da forma como tudo foi ordenado e por quais legisladores, não se admirará de que tanta *virtù* se tenha mantido por vários séculos naquela cidade; e de que depois tenha surgido o império que aquela república atingiu. E, para discorrer antes sobre o seu nascimento, direi que todas as cidades são edificadas, ou pelos homens nascidos

2. Cf. *Discursos*, I, 11; 39; Proêmio; III, 43. [N. da R. T.]

no lugar onde são edificadas, ou por forasteiros. O primeiro caso ocorre quando os habitantes, dispersos em muitas e pequenas partes[3], percebem que não poderão viver seguros, visto que cada um por si não poderia resistir ao ímpeto de quem os assaltasse, seja pelas feições do local, seja por serem em pequeno número, e não teriam tempo de unir-se para a defesa diante da chegada do inimigo; ou mesmo, em havendo tempo, precisariam abandonar muitos de seus redutos, vindo assim a tornar-se presa fácil dos inimigos: de tal modo que, para escaparem a esses perigos, movidos por si mesmos ou por alguém dentre eles com mais autoridade, se reúnem para morar juntos, em lugar escolhido por eles, lugar que seja mais cômodo para se viver e mais fácil de se defender.

Foi esse o início, entre muitas outras cidades, de Atenas e Veneza. A primeira, sob a autoridade de Teseu, foi edificada por razões semelhantes pelos habitantes dispersos; no caso da outra, os muitos povos que se reuniram em certas ilhotas situadas na ponta do mar Adriático, para fugirem às guerras que todos os dias nasciam na Itália em decorrência da invasão de novos bárbaros depois do declínio do império romano, começaram – sem que nenhum príncipe em particular os ordenasse – a viver sob as leis que lhes pareciam mais aptas a mantê-los. Nisso tiveram êxito, em vista do longo período de paz [*ozio*] que o local lhes deu, pois que aquele mar não tinha saída, e os povos que afligiam a Itália não tinham navios com que pudessem atacá-los: de tal modo que, mesmo tendo tido um princípio modesto [*piccolo*], conseguiram chegar à grandeza que hoje têm.

3. Vilarejos. [N. da R. T.]

No segundo caso, as cidades edificadas por forasteiros ou o são por homens livres, ou que dependem de outrem: é o que ocorre com as colônias mandadas por repúblicas ou por príncipes para aliviarem suas cidades de habitantes, ou para defenderem as terras recém-conquistadas que desejem manter com segurança e sem despesas[4]; cidades desse tipo o povo romano edificou diversas, por todo o seu império: também podiam ser edificadas por um príncipe, não para servir-lhe de morada, mas de glória; como a cidade de Alexandria, edificada por Alexandre. E, como tais cidades não são livres na origem, raras são as vezes em que realizam grandes progressos [*processi*], e entre elas é possível contar as que são capitais de reinos. Semelhante a essa foi a edificação de Florença, sob o império romano (que ou foi edificada pelos soldados de Sila, ou pelos habitantes dos montes de Fiesole, que, confiantes na paz que houve no mundo no tempo de Otaviano, reuniram-se para morar na planície, às margens do Arno): e assim não seria possível, em seus primórdios, aumentar seus territórios além daqueles que por cortesia do príncipe lhes eram concedidos.

São livres os edificadores das cidades quando alguns povos, quer sob o comando de um príncipe, quer por si mesmos, são obrigados a abandonar a terra natal e a buscar novos locais, seja por doença, por fome ou por guerra: estes ou habitam as cidades que encontram nas terras que conquistam, como fez Moisés, ou edificam novas, como fez Enéias. Neste caso, conhecem-se a *virtù* do edificador e a fortuna do edificado, que é mais ou menos maravilhosa conforme seja mais ou menos virtuoso aquele

4. Cf. *O príncipe*, III; *História de Florença*, II, 1. [N. da R. T.]

que lhe constituiu o princípio. *Virtù* esta que se conhece de dois modos: o primeiro é na escolha do local; o segundo, na ordenação das leis. E, como os homens agem por necessidade ou por escolha, e como se vê que é maior a *virtù* onde haja menos escolhas, é de pensar que, para a edificação das cidades, talvez fosse melhor escolher lugares estéreis, para que os homens, obrigados a esforçar-se e a ocupar-se menos com o ócio, vivessem mais unidos por terem menos razões de discórdia, em vista da pobreza do local; foi o que aconteceu em Ragusa[5] e em muitas outras cidades construídas em semelhantes lugares: escolha esta que seria mais sábia e mais útil, desde que os homens se contentassem em viver do que é seu e não quisessem mandar nos outros. Portanto, como só o poder dá segurança aos homens, é necessário fugir a essa esterilidade da terra e pôr-se em lugares fertilíssimos, onde, podendo a população ampliar-se graças à uberdade do solo, os homens consigam defender-se de quem os ataque e oprimir quem quer que se oponha à sua grandeza. E, quanto ao ócio possibilitado pelo lugar, devem-se criar ordenações para que as leis os obriguem a tais necessidades, caso o lugar não o faça, e imitar aqueles que foram sábios porque, morando em terras amenas e férteis, aptas a produzir homens ociosos e inábeis para toda e qualquer ação virtuosa, para obviar aos danos porventura causados pela amenidade da terra por meio do ócio, impuseram a necessidade de exercícios aos que tivessem de ser soldados; de tal modo que, com tal ordem, eles se tornaram melhores soldados do que os das terras naturalmente ásperas e estéreis. Entre estes conta-se o reino dos

5. Atual Dubrovnik, na Dalmácia. Era antiga colônia de Corinto e proclamou-se república livre em 1410. [N. da T.]

egípcios, que, apesar de viverem em terra ameníssima, foi tal a força dessa necessidade ordenada pelas leis, que geraram homens excelentes; e, se os seus nomes não tivessem sido apagados por tanta antiguidade, veríamos que mereciam mais louvores que Alexandre Magno e muitos outros de recente memória. E quem tivesse considerado o sultanato e a ordem dos mamelucos e seu exército, antes de serem extintos pelo grão-turco Salim, teria visto a quantos exercícios se submetiam os soldados, e ficaria sabendo como eles temiam o ócio a que a benignidade da terra os podia levar, se a tanto não obviassem com rígidas leis.

Digo, pois, que é mais prudente escolher lugar fértil, desde que os efeitos de tal fertilidade sejam limitados com leis a seus devidos termos. Quando Alexandre Magno quis edificar uma cidade para sua glória, o arquiteto Dinócrates mostrou-lhe que ele podia edificá-la sobre o monte Atos, lugar que, além de ser fortificado, poderia ser aproveitado de tal modo que a cidade ganhasse forma humana – o que seria coisa maravilhosa e rara, digna de sua grandeza. E, como Alexandre lhe perguntasse de que viveriam seus habitantes, Dinócrates respondeu que não pensara no caso; Alexandre riu-se e, deixando de lado o monte, edificou Alexandria, onde os habitantes pudessem bem morar graças à fertilidade da terra e à comodidade do mar e do Nilo. Quem, portanto, examinar a edificação de Roma, se considerar que Enéias foi seu primeiro fundador, dirá que ela está entre as cidades edificadas por forasteiros; se considerar que foi Rômulo, dirá que é das edificadas pelos homens nascidos no lugar; seja qual for o modo considerado, verá que Roma teve um princípio livre, sem depender de ninguém: verá também, como di-

remos adiante, a quantas necessidades as leis ditadas por Rômulo, Numa e outros a obrigaram, de tal modo que a fertilidade do solo, a comodidade do mar, as numerosas vitórias e a grandeza do império não a puderam corromper durante muitos séculos[6], mantendo-a cheia de tanta *virtù*, com que nenhuma outra cidade ou república jamais se ornou.

E, visto que as coisas realizadas por ela e celebradas por Tito Lívio ocorreram por deliberação pública ou privada, dentro ou fora da cidade, começarei discorrendo sobre as coisas que, ocorridas dentro da cidade e por deliberação pública, me pareçam dignas de maior atenção, acrescentando tudo o que delas decorria; e com tais discursos terminará este primeiro livro, ou melhor, esta primeira parte.

2. De quantas espécies são as repúblicas e de que espécie foi a república romana[7]

Quero deixar de lado os comentários sobre as cidades que nasceram submetidas a outros; falarei das que nasceram distantes de todo tipo de servidão externa, mas logo se governaram por seu próprio arbítrio, seja como repúblicas, seja como principados: cidades que tiveram não só diferentes princípios, mas diferentes leis e ordenações[8]. Porque algumas receberam leis, em seu princípio ou depois de não muito tempo, de um só homem e de uma só vez – como as leis que foram ditadas por Li-

6. Até o tempo dos Gracos (cf. *Discursos*, I, 4). [N. da R. T.]
7. Cf. Políbio, *Histórias*, L. VI. [N. da R. T.]
8. Cf. *Discursos*, I, 18 [*leggi e ordini*]. [N. da R. T.]

curgo aos espartanos – e outras as receberam ao acaso e em várias vezes, segundo os acontecimentos, como ocorreu com Roma. Assim, pode considerar-se feliz a república à qual caiba por sorte um homem tão prudente que lhe dê leis de tal modo ordenadas que seja possível viver com segurança sob tais leis, sem precisar corrigi-las. E vê-se que Esparta as observou por mais de oitocentos anos sem as corromper ou sem nenhum tumulto perigoso: e, pelo contrário, é em certo grau infeliz a cidade que, não tendo encontrado um ordenador prudente, precisou reordenar-se por si mesma. E destas é ainda mais infeliz aquela que se encontra mais afastada da ordem; e mais afastada se encontra aquela que, com suas ordenações, está de todo fora do caminho reto que a possa conduzir ao fim perfeito e verdadeiro. Porque é quase impossível às que se encontram neste grau reordenar-se [*rassetino*] graças a algum acontecimento: as outras que, se não têm ordenação perfeita, pelo menos têm um princípio bom, passível de melhorar, podem vir a tornar-se perfeitas graças a algum acontecimento. Mas é bem verdade que nunca se ordenarão sem perigo; porque os homens, em grande número, nunca anuem a uma lei nova que tenha em vista uma nova ordem na cidade, a não ser que lhes seja mostrado, por alguma necessidade, que é preciso fazê-lo; e como tal necessidade não pode apresentar-se sem perigo, é fácil que a república se arruíne antes de ser conduzida a uma ordem perfeita. Disto nos dá fé a república de Florença, que se reordenou após os acontecimentos de Arezzo, em 1502, e se desordenou com os acontecimentos de Prato, em 1512[9].

9. Em 1502, Arezzo e Valdichiana se rebelaram contra o domínio florentino; em 1512, as tropas espanholas saquearam Prato. [N. da T.]

Portanto, para discorrer sobre as ordenações da cidade de Roma e os acontecimentos que a levaram à perfeição, direi o que dizem alguns que escreveram sobre as repúblicas, ou seja, que há nelas um dos três estados, chamados principado, optimates e popular; e que aqueles que ordenam uma cidade devem voltar-se para um deles, segundo o que lhes pareça mais apropriado. Outros – mais sábios, segundo a opinião de muitos – são de opinião que existem seis formas [*ragioni*] de governo[10], das quais três são péssimas e três são boas em si mesmas, mas tão fáceis de corromper-se, que também elas vêm a ser perniciosas. Os bons são os três acima citados; os ruins são outros três que desses três decorrem; e cada um destes se assemelha àquele que lhe está próximo, e facilmente passam de um a outro: porque o principado facilmente se torna tirânico; os optimates com facilidade se tornam governo de poucos; o popular sem dificuldade se torna licencioso. De tal modo que, se um ordenador de república ordena um desses três estados numa cidade, o ordena por pouco tempo, pois nada poderá impedir que resvale para o seu contrário, pela semelhança que têm neste caso a virtude [*virtute*] e o vício.

Nascem tais variações de governos ao acaso entre os homens: porque no princípio do mundo os habitantes, que eram escassos, viveram durante algum tempo dispersos como animais; depois, multiplicando-se, reuniram-se em grupos, e, para poderem melhor defender-se, começaram a respeitar aquele que, dentre eles, fosse mais forte e corajoso, e, fazendo dele seu dirigente, obedeciam-no. Daí proveio o conhecimento das coisas honestas e boas,

10. Cf. Políbio, VI, 4, 6; Aristóteles, *Política*, 1279b; Platão, *O político*, 302. [N. da R. T.]

diferentes das perniciosas e más: porque, vendo eles que se alguém prejudicava seu benfeitor isso suscitava ódio e compaixão entre os homens, censurando-se os ingratos e homenageando-se os gratos, e percebendo também que aquelas mesmas injúrias podiam ser-lhes dirigidas, para escaparem a semelhante mal reuniam-se para fazer leis e ordenar punições a quem as violasse: daí proveio o conhecimento da justiça. E isso fazia que, sendo depois preciso escolher um príncipe, já não recorressem ao mais robusto, porém ao que fosse mais prudente e justo. Mas, como depois se começou a ser príncipe por sucessão, e não por escolha, logo os herdeiros começaram a degenerar e, deixando as obras virtuosas, acreditavam que os príncipes nada mais precisassem fazer senão sobrepujar os outros em suntuosidade, lascívia e em todos os outros tipos de licença: de modo que, começando a ser odiado, o príncipe, temendo por tal ódio, logo passou do temor ao ataque, e rapidamente nasceu a tirania. E daí surgiram logo em seguida os princípios das ruínas, das conspirações e conjurações contra os príncipes; não cometidas estas por quem fosse tímido ou fraco, mas por aqueles que, por generosidade, grandeza de ânimo, riqueza e nobreza, sobressaíam aos outros e não podiam suportar a vida desonesta daquele príncipe. A multidão, portanto, seguindo a autoridade desses poderosos, armava-se contra o príncipe e, morto este, obedecia àqueles como a seus libertadores. E estes, odiando o nome de um só governante [*capo*][11], constituíam por si mesmos um governo; e, no princípio, tendo na memória a passada tirania,

11. Maquiavel denomina *capo* o primeiro monarca, ou seja, aquele que é o mais forte e corajoso, e *príncipe*, o mais prudente e justo. [N. da R. T.]

conduziam-se segundo as leis por eles mesmos ordenadas, pospondo todas as suas comodidades à utilidade comum; e governavam e conservavam com suma diligência as coisas públicas e privadas. Quando essa administração passava a seus filhos, que não conheciam as variações da fortuna, nunca tinham experimentado o mal e não queriam satisfazer-se com a igualdade civil, mas tendiam à ganância, à ambição e à usurpação das mulheres, estes faziam que um governo de optimates se tornasse um governo de poucos, sem respeitar civilidade [*civiltà*] alguma; de tal modo que, em curto tempo, ocorreu-lhes o que havia ocorrido ao tirano; porque, farta de seu governo, a multidão fez-se instrumento de quem quer que tencionasse de algum modo atacar tais governantes; e assim logo surgiu alguém que, com a ajuda da multidão, os matou. E, estando ainda viva a memória do príncipe e das injúrias dele recebidas, tendo-se destruído o estado de poucos e não se querendo reconstruir o do príncipe, voltaram-se todos para o estado popular e o ordenaram de tal modo que nele não fosse dada autoridade alguma nem aos poucos poderosos, nem a um só príncipe. E, como todos os estados no princípio têm alguma reverência[12], manteve-se esse estado popular por algum tempo, mas não muito, máxime depois de se extinguir a geração que o ordenara; porque logo se chegou à licença, em que não eram temidos nem os homens privados nem os homens públicos; de tal sorte que, vivendo cada um a seu modo, cometiam-se todos os dias mil injúrias: assim, coagidos pela necessidade ou pela sugestão de algum ho-

12. Certa atenção ao bem comum (cf. CAPATA, A. *Machiavelli – Tutte le opere storiche, politiche e letterarie*. Florença, I Mammut, 1998, p. 62).

mem bom, para fugirem a tal licença, voltam de novo ao principado; e deste, gradativamente, se retorna para a licença, do modo e pelas razões já ditas.

E esse é o ciclo segundo o qual todas as repúblicas[13] se governaram e governam, mas raras vezes retornam aos mesmos governos, porque quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações e continuar em pé. Mas muitas vezes ocorre que, passando uma república por tais reveses e faltando-lhe sempre discernimento e forças, acaba ela por se tornar súdita de algum estado próximo que seja mais bem-ordenado que ela: mas, supondo-se que isso não ocorresse, uma república seria capaz de ficar passando por tempo infinito de um desses governos a outro.

Digo, portanto, que todos esses modos[14] são nocivos, tanto pela brevidade da vida que há nos três bons quanto pela malignidade que há nos três ruins. Assim, sempre que tiveram conhecimento desse defeito, aqueles que prudentemente ordenam leis evitaram cada um desses modos por si mesmos e escolheram algum que tivesse um pouco de todos, por o julgarem mais firme e estável; porque, quando numa mesma cidade há principado, optimates e governo popular, um toma conta do outro.

Entre os que mais louvores merecem por semelhantes constituições, está Licurgo, que ordenou de tal modo suas leis em Esparta que, dando aos reis, aos optimates e ao povo suas devidas partes, criou um estado que durou mais de oitocentos anos, com supremo louvor para si e sossego para aquela cidade. O contrário ocorreu a Sólon, que ordenou as leis em Atenas; ele, por constituir ali somente

13. No sentido genérico de estados (cf. *id.*, *ibid.*, p. 63).

14. Formas de governo. [N. da R. T.]

o estado popular, o fez de tão breve vida que, antes de morrer, viu nascer a tirania de Pisístrato: e, embora depois de quarenta anos seus herdeiros tivessem sido expulsos, e Atenas recobrasse a liberdade, o estado popular que se restabeleceu, de acordo com as ordenações de Sólon, não se manteve por mais de cem anos, ainda que para manter-se fizesse muitas constituições, por meio das quais se reprimiam a insolência dos grandes e a licença do povo [*universale*], coisas que não foram consideradas por Sólon; contudo, por não as ter misturado com o poder do principado e dos optimates, Atenas viveu brevíssimo tempo, em comparação com Esparta.

Mas voltemos a Roma. Embora Roma não tivesse um Licurgo que no princípio a ordenasse de tal modo que lhe permitisse viver livre por longo tempo, foram tantos os acontecimentos que nela surgiram, devido à desunião que havia entre a plebe e o senado, que aquilo que não fora feito por um ordenador foi feito pelo acaso. Porque, se Roma não teve a primeira fortuna, teve a segunda; pois se suas primeiras ordenações foram insuficientes, nem por isso a desviaram do bom caminho que a pudesse levar à perfeição. Porque Rômulo e todos os outros reis fizeram muitas e boas leis, ainda em conformidade com a vida livre: mas, como sua finalidade foi fundar um reino, e não uma república, quando aquela cidade se tornou livre, faltavam-lhe muitas coisas que cumpria ordenar em favor da liberdade, coisas que não haviam sido ordenadas por aqueles reis. E, se bem que aqueles seus reis perdessem o poder pelas razões e nos modos narrados, aqueles que os depuseram, ao constituírem [*ordinandovi*] imediatamente dois cônsules para ficarem no lugar dos reis, na verdade depuseram em Roma o nome, mas não o poder régio: de tal forma que, como só tivesse cônsules

e senado, aquela república vinha a ser mescla de duas qualidades das três acima citadas, ou seja, principado e optimates. Faltava-lhe apenas dar lugar ao governo popular: motivo por que, tornando-se a nobreza romana insolente pelas razões que abaixo se descreverão, o povo sublevou-se contra ela; e assim, para não perder tudo, ela foi obrigada a conceder ao povo a sua parte, e, por outro lado, o senado e os cônsules ficaram com tanta autoridade que puderam manter suas respectivas posições naquela república. E assim se criaram os tribunos da plebe, tornando-se assim mais estável o estado daquela república, visto que as três formas de governo tinham sua parte. E foi-lhe tão favorável a fortuna que, embora se passasse do governo dos reis e dos optimates ao povo, por aquelas mesmas fases e pelas mesmas razões acima narradas, nunca se privou de autoridade o governo régio para dá-la aos optimates; e não se diminuiu de todo a autoridade dos optimates, para dá-la ao povo; mas, permanecendo mista, constituiu-se uma república perfeita: perfeição a que se chegou devido à desunião entre plebe e senado, como nos dois próximos capítulos profusamente se demonstrará.

3. Que acontecimentos levaram à criação dos tribunos da plebe em Roma, o que tornou a república mais perfeita[15]

Como demonstram todos aqueles que discorrem sobre a vida civil e todos os exemplos de que estão cheias

15. A partir deste ponto, serão indicados os capítulos da *História de Roma*, de Tito Lívio, que são comentados por Maquiavel. Aqui, II, 27-33. [N. da R. T.]

todas as histórias, quem estabelece uma república e ordena suas leis precisa pressupor que todos os homens são maus [*reí*] e que usarão a malignidade de seu ânimo sempre que para tanto tiverem ocasião; e, quando alguma maldade se oculta por algum tempo, assim procede por alguma razão oculta que não se conhece porque não se teve experiência do contrário; mas essa razão um dia é posta a descoberto pelo tempo, que, segundo dizem, é o pai da verdade.

Quando os Tarquínios foram depostos[16], parecia haver em Roma enorme união entre a plebe e o senado; e parecia que os nobres haviam renunciado à soberba, que tinham disposições mais populares e podiam ser suportados por todos, mesmo os de ínfima condição. Permaneceu oculto esse engodo, e não foram vistas as suas razões, enquanto os Tarquínios viveram[17], pois a nobreza, por temê-los e por recear que a plebe maltratada se aproximasse deles, portava-se humanamente com esta: contudo, assim que os Tarquínios morreram, os nobres perderam o medo e começaram a cuspir sobre a plebe o veneno que haviam guardado no peito, ofendendo-a de todos os modos que podiam. Coisa que serve de testemunho daquilo de que acima falei, ou seja, que os homens nunca fazem bem algum, a não ser por necessidade; mas, onde são muitas as possibilidades de escolha e se pode usar da licença, tudo logo se enche de confusão e desordem. Por isso se diz que a fome e a pobreza tornam os homens industriosos, e que as leis os tornam bons. E, quando uma coisa funciona bem por si mesma, sem leis, não há necessidade de lei; mas, quando falta o bom costume, a lei logo

16. Em 510 a.C. (cf. Capata, *op. cit.*, p. 64).
17. Até 49 a.C. (cf. *id.*, *ibid.*).

se faz necessária. Assim, faltando os Tarquínios, que com o medo refreavam a nobreza, foi preciso pensar numa nova ordenação que produzisse o mesmo efeito produzido pelos Tarquínios em vida. Por isso, depois de muitas confusões, tumultos e perigos de perturbações, surgidos entre a plebe e a nobreza, chegou-se à criação dos tribunos[18], para segurança da plebe; e [os romanos] ordenaram tanta preeminência e reputação que a partir de então puderam ser sempre intermediários entre a plebe e o senado, obviando à insolência dos nobres.

4. A desunião entre plebe e senado tornou livre e poderosa a república romana[19]

Não quero deixar de falar dos tumultos que houve em Roma desde a morte dos Tarquínios até a criação dos tribunos; depois, quero dizer algumas coisas contra a opinião de muitos, segundo a qual Roma foi uma república tumultuária e tão cheia de confusão que, se a boa fortuna e a *virtù* militar não tivessem suprido a seus defeitos, ela teria sido inferior a qualquer outra república. Não posso negar que a fortuna e a milícia foram razões do império romano, mas também me parece que quem diz tais coisas não se apercebe de que onde há boa milícia é preciso que haja boa ordem, e raras são as vezes em que deixa de haver também boa fortuna. Mas voltemos aos outros particulares daquela cidade. Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e

18. Em torno de 494 a.C. (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 65).
19. Tito Lívio, II, 23-32. [N. da R. T.]

considerar mais as assuadas e a grita que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam; e não consideram que em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma; porque dos Tarquínios aos Gracos, durante mais de trezentos anos, os tumultos de Roma raras vezes redundaram em exílio e raríssimas vezes em sangue. Portanto, não se pode dizer que tais tumultos sejam nocivos, nem que tal república fosse dividida, se em tanto tempo, em razão de suas diferenças, não mandou para o exílio mais que oito ou dez cidadãos, matou pouquíssimos e não condenou muitos ao pagamento de multas. E não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de *virtù*; porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação, das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem a exílios ou violências em desfavor do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas à liberdade pública. E se alguém dissesse: os modos eram extraordinários[20], quase ferozes, ver o povo junto a gritar contra o senado, o senado contra o povo, a correr em tumulto pelas ruas, a fechar o comércio, a sair toda a plebe de Roma, são coisas que assustam quem as lê, e não poderia ser diferente; digo que toda cidade deve ter os seus modos para permitir que o povo desafogue sua ambição, sobretudo as cidades que queiram valer-se do povo nas coisas importantes; a cidade

20. Que são alheios aos modos ordinários. Cf. Vocabulário. [N. da R. T.]

de Roma, por exemplo, tinha este modo: quando o povo queria obter uma lei, ou fazia alguma das coisas acima citadas ou se negava a arrolar seu nome para ir à guerra, de tal modo que, para aplacá-lo, era preciso satisfazê-lo em alguma coisa. E os desejos dos povos livres raras vezes são perniciosos à liberdade, visto que nascem ou de serem oprimidos ou da suspeita de que virão a sê-lo. E, em sendo falsas tais opiniões, há sempre o remédio das assembléias [*concioni*], nas quais surja algum homem de bem que, discursando, lhes mostre que se enganam: e os povos, como diz Túlio[21], mesmo sendo ignorantes, são capazes de entender a verdade e facilmente cedem, quando a verdade lhes é dita por homem digno de fé.

Portanto, deve-se censurar o governo romano com mais comedimento; e considerar que tantos bons efeitos oriundos daquela república só podiam ser causados por ótimas razões. E se os tumultos foram razão para a criação dos tribunos, merecem sumos louvores; porque, além de concederem a parte que cabia ao povo na administração, tais tribunos foram constituídos para guardar a liberdade romana, como se mostrará no capítulo seguinte.

5. Onde se deposita com mais segurança a guarda da liberdade: no povo ou nos Grandes; e quem tem maior razão para criar tumultos: quem deseja conquistar ou quem quer manter?[22]

Todos os que com prudência constituíram repúblicas, entre as coisas mais necessárias que ordenaram esteve a

21. Cícero (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 66).
22. Tito Lívio, IX, 26. [N. da R. T.]

constituição de uma guarda da liberdade: e, dependendo do modo como esta seja instituída, dura mais ou menos tempo aquela vida livre. E, como em toda república há homens grandes e populares, não se sabe bem em que mãos é melhor depositar tal guarda. Entre os lacedemônios e, nos nossos tempos, entre os venezianos, ela foi posta nas mãos dos nobres; mas entre os romanos, foi posta nas mãos da plebe.

Portanto, é necessário examinar qual dessas repúblicas fez melhor escolha. E, se remontássemos às razões, haveria argumentos de ambas as partes; mas, se examinássemos os resultados ficaríamos do lado dos nobres, visto que a liberdade de Esparta e de Veneza teve vida mais longa que a de Roma. E, indo às razões, direi, vendo primeiro o lado dos romanos, que se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la. E sem dúvida, se considerarmos o objetivo dos nobres e o dos plebeus [*ignobili*], veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes; de tal modo que, sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem. Por outro lado, quem defende a ordenação espartana e veneziana diz que quem põe a guarda nas mãos de poderosos realiza duas boas ações: uma é satisfazer mais à ambição deles, que, tendo mais participação na república com tal bastão em mãos, têm mais motivo para contentamento; outra é que negam certo tipo de autoridade aos ânimos inquietos da plebe, razão de infinitas dis-

sensões e tumultos numa república, capazes de causar alguma reação desesperada à nobreza, o que, com o tempo, produzirá maus efeitos. E dão como exemplo Roma mesmo, onde, estando já os tribunos da plebe investidos dessa autoridade, não foi bastante um cônsul plebeu[23], e eles quiseram tê-los ambos. A partir daí, quiseram a censura[24], o pretor[25] e todos os outros cargos do governo da cidade: mas nem isso lhes bastou, pois, levados pelo mesmo furor, começaram depois, com o tempo, a adorar os homens que lhes pareciam aptos a combater a nobreza; daí nasceram o poder de Mário e a ruína de Roma. E, realmente, quem discorresse bem sobre uma coisa e outra poderia não saber o que escolher para encarregar da guarda de tal liberdade, por não saber que tipo de humor é mais nocivo a uma república, se aquele que deseja manter as honras já conquistadas ou o que deseja conquistar as que não tem.

E no fim, quem examinar tudo sutilmente chegará a esta conclusão: ou se pensa numa república que queira fazer um império, como Roma, ou numa à qual baste manter-se. No primeiro caso, é necessário fazer tudo como Roma; no segundo, pode-se imitar Veneza e Esparta, pelas razões e pelos modos que diremos no próximo capítulo.

Mas, para voltar a discorrer sobre o tipo de homem mais nocivo numa república – se aquele que deseja conquistar ou aquele que teme perder o que conquistou –, direi que, ao nomear Marcos Menênio ditador e Marcos Fúlvio mestre de cavalaria, ambos plebeus, para a investi-

23. Com a *lex Licinia* (367 a.C.), a plebe passou a ter possibilidade de acesso ao consulado. O primeiro cônsul plebeu foi Lúcio Sêxtio, em 366 a.C. (Tito Lívio, VI, 42) (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 67).

24. Tito Lívio, VI, 22. [N. da R. T.]

25. *Id.*, VIII, 15. [N. da R. T.]

gação de certas conjurações que estavam sendo cometidas em Cápua contra Roma, o povo também lhes deu autoridade de investigar quem quer que em Roma, por ambição e modos extraordinários, diligenciasse ascender ao consulado e aos outros postos de honra da cidade. E os nobres, achando que tal autoridade era dada ao ditador contra a lei, espalharam por Roma que não eram os nobres que buscavam os postos de honra por ambição e modos extraordinários, mas sim os plebeus, que, não escudados no sangue e na *virtù*, procuravam chegar a tais postos por vias extraordinárias; e em especial acusavam o ditador. E foi tão forte essa acusação que Menênio, reunindo uma assembléia e mostrando-se desgostoso com as calúnias dos nobres, renunciou à ditadura e submeteu-se ao julgamento do povo; depois disso, examinada a sua causa, ele foi absolvido: e então muito se discutiu sobre quem seria mais ambicioso, se aquele que quer manter ou se aquele que quer conquistar; porque facilmente ambos os desejos podem dar razão a enormes tumultos. No entanto, no mais das vezes estes são causados por aqueles que mais possuem, porque o medo de perder gera neles as mesmas vontades que há nos que desejam conquistar; pois os homens só acham que possuem com segurança o que têm quando acabam de conquistá-lo do outro. E há muitos que, possuindo muito, podem com mais poder e maior efeito [*moto*] provocar mudanças. E também há muitos cujo comportamento incorreto e ambicioso acende no peito de quem nada possui o desejo de possuir, seja para vingar-se dos que possuem, espoliando-os, seja para poderem entrar na posse das riquezas e das honrarias que percebem estar sendo mal empregadas pelos outros.

6. Onde se procura saber se em Roma era possível ordenar um estado que eliminasse as inimizades entre o povo e o senado

Discorremos acima sobre os efeitos produzidos pelas controvérsias entre o povo e o senado. Ora, visto que elas prosseguiram até o tempo dos Gracos, quando causaram a ruína da vida livre, alguém poderia desejar que Roma tivesse chegado à grandeza que chegou sem que nela existissem tais inimizades. Por isso pareceu-me digno de consideração tentar descobrir se em Roma era possível ordenar um estado que eliminasse tais controvérsias. E, para examinarmos isso, é necessário recorrer às repúblicas que sem tantas inimizades e tumultos permaneceram livres por longo tempo, vendo que tipo de estado nelas havia, e se era possível introduzi-lo em Roma. Como exemplo entre os antigos tem-se Esparta; entre os modernos, Veneza, conforme referi acima. Esparta instituiu um rei e um pequeno senado[26] para governá-la; Veneza não dividiu o governo com nomes, mas, sob uma mesma denominação, todos os que podem administrar chamam-se gentis-homens. Esse modo lhes foi ditado mais pelo acaso que pela prudência de quem lhes deu as leis: porque, uma vez reunidos sobre os escolhos onde agora fica aquela cidade, pelas razões ditas acima, seus habitantes cresceram tanto em número, que, para viverem juntos, precisavam de leis, e assim ordenaram uma forma de governo; e, reunindo-se eles amiúde em conselhos, para deliberar sobre a cidade, quando lhes pareceu ser seu nú-

26. A gerúsia. [N. da T.]

mero suficiente para constituírem uma vida política, vedaram a todos os que ali passassem a morar o acesso à participação em seu governo; e, com o tempo, por se encontrarem naquele lugar muitos habitantes fora do governo, para se dar reputação aos que governavam, estes foram chamados gentis-homens, e os outros, populares. Veneza pôde assim nascer e manter-se sem tumulto, porque, quando nasceu, todos os que ali moravam então participaram do governo, de tal modo que ninguém podia queixar-se; e os que lá foram morar depois, encontrando o estado fixado e delimitado, não tinham razão nem facilidade para criar tumulto. Razão não havia porque não lhes tinha sido retirada coisa alguma; e facilidade não havia porque quem governava os mantinha refreados e não os empregava em coisas das quais eles pudessem extrair autoridade. Além disso, os que depois foram morar em Veneza não eram muitos, nem em número tão grande que houvesse desproporção entre quem governa e quem é governado; porque ou o número de gentis-homens é igual ao deles, ou é superior: de tal modo que, por essa razão, Veneza pôde ordenar o estado e mantê-lo unido.

Esparta, como disse, era governada por um rei e por um pequeno [*stretto*] senado. Pôde manter-se assim por longo tempo porque, havendo em Esparta poucos habitantes, vedando-se o acesso a quem ali fosse morar e acatando-se as leis de Licurgo com reverência (cuja observância eliminava todas as razões para tumultos), puderam todos viver unidos por muito tempo. Porque Licurgo, com suas leis, criou em Esparta mais igualdade de bens e menos igualdade de cargos; pois ali havia igual pobreza, e os plebeus não eram ambiciosos, pois os cargos da cidade se distribuíam por poucos cidadãos e eram

mantidos fora do alcance da plebe, enquanto os nobres nunca lhe deram, com maus-tratos, desejo de possuí-los. Isso porque os reis espartanos, sendo instituídos naquele principado em meio àquela nobreza, para conservar-lhe a dignidade, não tinham melhor remédio que manter a plebe protegida de injúrias: o que fazia a plebe não temer e não desejar o poder [*imperio*]; e, como a plebe não temesse nem desejasse o poder [*imperio*], estava eliminada a disputa que ela pudesse ter com a nobreza, logo, a razão para tumultos; e assim puderam viver todos unidos por muito tempo. Mas duas coisas principais causaram essa união: uma foi serem poucos os habitantes de Esparta, e assim poderem ser governados por poucos; outra foi que, não aceitando forasteiros em sua república, não tiveram eles ocasião para corromper-se nem para crescer tanto que ela se tornasse insuportável aos poucos que a governavam.

Considerando portanto tudo isso, vê-se que os legisladores de Roma precisariam ter feito uma destas duas coisas, se quisessem que Roma permanecesse tranqüila como as repúblicas acima citadas: ou não empregar a plebe na guerra, como os venezianos, ou não abrir caminho para os forasteiros, como os espartanos. Mas fizeram ambas as coisas, o que deu à plebe força, número e infinitas ocasiões para criar tumultos. Mas, se o estado romano se tornasse mais tranqüilo, decorreria o inconveniente de tornar-se também mais fraco, porque assim lhe era barrado o caminho para chegar à grandeza a que chegou: de tal modo que, se Roma quisesse eliminar as razões dos tumultos, eliminaria também as razões de ampliar-se[27]. E

27. Da conquista. [N. da R. T.]

em todas as coisas humanas quem bem examinar verá que nunca se pode anular um inconveniente sem que surja outro. Portanto, se queres criar um povo numeroso e armado para poderes criar um grande império, acabarás por fazê-lo de tal maneira que não poderás depois manejá-lo a teu modo; e, se o manténs pequeno ou desarmado para poderes manejá-lo, se conquistares domínios, não os poderás conservar, ou eles se tornarão tão fracos que serás presa fácil de quem te atacar. Por isso, em toda as nossas deliberações, devemos considerar aquilo que apresenta menos inconvenientes e tomá-lo por melhor decisão: porque nunca há nada que seja de todo nítido e sem suspeitas[28]. Roma, portanto, assim como Esparta, podia criar um príncipe vitalício e um senado pequeno, mas não podia, como ela, deixar de aumentar o número de seus cidadãos, se desejasse criar um grande império: assim, instituir um rei vitalício e um pequeno senado, em termos de união, de pouco lhe teria servido.

Se alguém, portanto, quiser ordenar uma nova república, terá de examinar se quer que ela cresça em domínio e poder, como Roma, ou que permaneça dentro de limites exíguos. No primeiro caso, é necessário ordená-la como Roma e dar lugar da melhor maneira possível a tumultos e a dissensões entre cidadãos [*universali*]; porque, sem grande número de homens bem armados, nunca república alguma poderá ampliar-se, e, caso se amplie, não poderá manter-se. No segundo caso, pode ser ordenada como Esparta e Veneza: mas, como o crescimento é o veneno de semelhantes repúblicas, quem as ordena deve proibir, de todas as maneiras possíveis, que

28. Cf. *O príncipe*, 21, e *Discursos*, I, 38. [N. da R. T.]

haja conquistas; porque tais conquistas, se apoiadas numa república fraca, são motivo de sua ruína. Foi o que ocorreu a Esparta e a Veneza: destas, a primeira, depois de submeter quase toda a Grécia, mostrou num mínimo acontecimento como era fraco o seu fundamento; porque, em seguida à rebelião de Tebas, provocada por Pelópidas, veio a rebelião das outras cidades, que arruinou de todo aquela república. Veneza, de modo semelhante, depois de ter ocupado grande parte da Itália – e a maior parte não com guerra, mas com dinheiro e astúcia –, quando precisou dar prova de suas forças, perdeu tudo numa batalha[29]. Acredito que, para criar uma república que durasse muito tempo, seria necessário ordená-la internamente como Esparta ou como Veneza, situá-la em lugar fortificado, e com tal poder que ninguém se acreditasse capaz de subjugá-la em pouco tempo; por outro lado, não deveria ser tão grande que infundisse terror nos vizinhos, e assim poderia gozar por longo tempo de seu estado. Porque são duas as razões pelas quais se trava guerra contra uma república: uma é querer assenhorear-se dela; outra é ter medo de ser dominado por ela. Essas duas razões são quase totalmente anuladas pelo modo de ordenar acima descrito; porque, se for difícil expugná-la, como pressuponho, estando bem ordenada para a defesa, raras ou nenhumas serão as vezes em que alguém conceberá o propósito de conquistá-la. E, se ela ficar dentro de seus confins, e todos virem, por experiência, que nela não há ambição, nunca ocorrerá que alguém por medo lhe faça guerra: e, com mais razão isso se daria, se nela houvesse constituição ou lei que lhe vedasse am-

29. Quando o exército veneziano foi derrotado pela Liga de Cambrai, em 1509. [N. da T.]

pliar-se. E sem dúvida acredito que, se for possível manter as coisas equilibradas desse modo, ter-se-á verdadeira vida política e verdadeira paz numa cidade. Mas, como todas as coisas humanas estão em movimento e não podem ficar paradas, é preciso que estejam subindo ou descendo; e a muitas coisas a que a razão não nos induz somos induzidos pela necessidade: de tal maneira que, depois de ordenarmos uma república capaz de manter-se sem ampliar-se, se a necessidade a levasse a ampliar-se, seríamos levados a destruir os seus fundamentos e a levá-la mais cedo à ruína. Assim, por outro lado, sempre que o Céu lhe fosse tão benévolo que não lhe cumprisse guerrear, o ócio a tornaria efeminada ou dividida; coisas que, juntas ou cada uma por si, seriam razão para sua ruína. Portanto, não sendo possível, como creio, equilibrar tais coisas nem manter-se exatamente nessa via do meio, ao se ordenar uma república é preciso pensar no lado mais honroso, e ordenar tudo de tal modo que, mesmo quando a necessidade a induzisse a ampliar-se, fosse possível conservar o que já houvesse sido conquistado. E, para voltar ao primeiro assunto, creio ser necessário seguir a ordenação romana, e não a das outras repúblicas; porque não acredito ser possível encontrar um meio-termo entre uma e outra, e as inimizades que surgissem entre o povo e o senado deveriam ser toleradas e consideradas um inconveniente necessário para se chegar à grandeza romana. Porque, além das outras razões alegadas, onde se demonstra que a autoridade dos tribunos foi necessária para a guarda da liberdade, pode-se facilmente verificar o benefício, para as repúblicas, da faculdade de denunciar, que, entre outras coisas, era confiada aos tribunos;* como se discorrerá no próximo capítulo.

7. *Da necessidade das acusações para conservar a liberdade numa república*[30]

Aos que recebem a guarda da liberdade numa cidade não se pode conferir autoridade mais útil e necessária do que a de poder acusar perante o povo ou qualquer magistrado ou conselho os cidadãos que porventura pecassem de algum modo contra o estado livre. Essa ordenação tem dois efeitos utilíssimos para uma república. O primeiro é que os cidadãos, por medo de serem acusados, nada intentam contra o estado; e intentando, são reprimidos de imediato e sem consideração. O outro é que se permite o desafogo daqueles humores que de algum modo cresçam nas cidades contra qualquer cidadão: e, quando tais humores não têm como desafogar-se por modos ordinários, recorre-se a modos extraordinários, que levam toda a república à ruína. Por isso, nada há que torne mais estável e firme uma república do que ordená-la de tal modo que a alteração dos humores que a agitam encontre via de desafogo ordenada pelas leis. E isso pode ser demonstrado com muitos exemplos, máxime com o que Tito Lívio[31] fala de Coriolano, quando diz que estava a nobreza romana irritada com a plebe, por lhe parecer que esta tinha excessiva autoridade, devido à criação dos tribunos que a defendiam, quando Roma enfrentou grande penúria de víveres, como acontece, e o senado mandou buscar cereais na Sicília; Coriolano, inimigo da facção popular, sugeriu que chegara a hora de castigar a plebe e de privá-la da autoridade de que ela se apoderara para prejuízo da nobreza, mantendo-a com fome e

30. Tito Lívio, II, 33-5. [N. da R. T.]

31. II, 34-35 (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 71).

não lhe dando trigo: declaração que, chegando aos ouvidos do povo, provocou tanta indignação contra Coriolano, que este, ao sair do senado, teria sido morto tumultuariamente, se os tribunos não o tivessem intimado a comparecer diante dos tribunais e defender sua causa. Acontecimento este sobre o qual se deve notar o que acima dissemos, a respeito da utilidade e da necessidade de as repúblicas, com suas leis, permitirem o desafogo da ira que o povo vota a um cidadão: porque, quando não há esses modos ordinários, recorre-se aos extraordinários; e sem dúvida estes produzem efeitos muito piores que aqueles.

Porque, se um cidadão é punido ordinariamente, ainda que de modo injusto, segue-se pouca ou nenhuma desordem na república; pois a execução não é feita com forças privadas e forças estrangeiras, que são as que arruínam a vida livre, mas sim com forças e ordens públicas, dentro de seus próprios termos, não se ultrapassando o limite além do qual se arruína a república. E, para corroborar essa opinião com exemplos, entre os antigos basta-me esse de Coriolano; e, sobre ele, que todos considerem o mal que adviria à república romana, se ele tivesse sido morto tumultuariamente: porque daí decorreria ofensa entre particulares, ofensa que gera medo; medo que busca defesas; para a defesa arranjam-se partidários; dos partidários nascem as facções nas cidades; das facções, a sua ruína. Mas, como a situação era conduzida por quem para tanto tinha autoridade, foi possível eliminar todos os males que poderiam advir do governo por uma autoridade privada.

Vimos, em nosso tempo, tumultos [*novità*] que ocorreram na república de Florença por não poder a multidão desafogar seu ânimo ordinariamente contra um seu cida-

dão; conforme ocorreu quando Francesco Valori estava como príncipe da cidade; este era por muitos julgado ambicioso, homem que com sua audácia e animosidade queria transcender a vida civil[32], mas, como não houvesse na república meio de opor-lhe resistência, a não ser com alguma facção que fosse contrária à sua, ele nada temia, a não ser os modos extraordinários, e assim começou a reunir partidários que o defendessem; por outro lado, aqueles que se lhe opunham, não contando com uma via ordinária para reprimi-lo, pensaram nas vias extraordinárias: a tal ponto que se enfrentaram com armas. E, caso houvesse possibilidade de oposição de modo ordinário, a sua autoridade se teria extinguido com seu dano apenas; sendo preciso extingui-la de modo extraordinário, o dano foi não somente seu, mas de muitos outros nobres cidadãos. Poder-se-ia ainda alegar, em defesa da citada conclusão, o que aconteceu, também em Florença, com Piero Soderini, coisa que afinal se deu por não haver naquela república modo nenhum de acusações contra a ambição dos cidadãos poderosos. Porque não basta acusar um poderoso diante de oito juízes numa república: é preciso que os juízes sejam muitos, porque os poucos sempre agem em favor dos poucos. E, assim, se houvesse tais modos, ou os cidadãos o teriam acusado, caso ele se comportasse mal, e com tal meio, sem precisar chamar o exército espanhol, teriam desafogado seu ânimo, ou, caso ele não se comportasse mal, nada teriam ousado fazer contra ele, para não serem eles mesmos acusados: e, assim, de todos os lados, ter-se-ia extinguido aquele apetite, que foi razão de tumultos.

32. Tornar-se tirano. [N. da R. T.]

Assim, conclui-se que, sempre que forem chamadas forças estrangeiras por uma facção de homens que vivam nalguma cidade, pode-se acreditar que isso advém das más ordenações dessa cidade, por não haver, dentro de seus limites, uma ordenação que permita desafogar os humores malignos que nascem nos homens, sem o emprego de modos extraordinários: a isso se provê ao ordenar tudo de tal modo que as acusações sejam feitas a um número grande de juízes, dando-lhes acatamento. Modos estes que em Roma foram tão bem-ordenados que, em tantas dissensões entre plebe e senado, nunca o senado, a plebe ou qualquer cidadão particular tentou valer-se de forças externas; porque, tendo o remédio em casa, não precisavam ir buscar os de fora. E, embora os exemplos acima sejam suficientes para prová-lo, quero aduzir outro, narrado por Tito Lívio em sua história[33]: ele conta que em Chiusi, naquele tempo nobilíssima cidade da Toscana, uma irmã de Arunte foi violada por um Lucumão, e não podendo Arunte vingar-se, devido ao poder do violador, foi à procura dos franceses, que então reinavam naquele lugar que hoje se chama Lombardia; e exortou-os a ir armados a Chiusi, mostrando-lhes que, com proveito [*utile*] deles, podiam vingá-lo da injúria recebida: se Arunte tivesse percebido que podia vingar-se com os modos da sua cidade, não teria buscado as forças bárbaras[34]. Mas, assim como tais acusações são úteis numa república, também são inúteis e danosas as calúnias; como se verá no próximo capítulo.

33. V, 33 (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 72).
34. Tito Lívio, V, 33. [N. da R. T.]

8. Assim como as acusações são úteis às repúblicas, são perniciosas as calúnias[35]

Embora a *virtù* de Fúrio Camilo, depois de libertar Roma da opressão dos franceses[36], lhe valesse o reconhecimento de todos os cidadãos romanos, sem que com isso lhes parecesse perder reputação ou hierarquia, Mânlio Capitolino não suportava que a ele fosse atribuída tanta honra e tanta glória, pois, em se tratando da salvação de Roma, parecia-lhe que ele, Mânlio, por ter salvo o Capitólio[37], tinha tanto mérito quanto Camilo, e, quanto às outras glórias bélicas, não se achava inferior àquele. Desse modo, cheio de inveja, não podendo aquietar-se diante da glória do outro e vendo que não conseguia semear a discórdia entre os senadores, voltou-se para a plebe, semeando várias opiniões sinistras em seu seio. E, entre outras coisas, contava do tesouro que se amealhara para dar aos franceses e que não lhes fora dado, mas usurpado por alguns cidadãos; tesouro que, quando recuperado, poderia ser convertido em utilidade pública, aliviando a plebe dos tributos ou de algum débito particular. Essas palavras produziram grande efeito na plebe, e desse modo ele começou a ter grande apoio e a provocar, a seu bel-prazer, muitos tumultos na cidade; como o senado se desagradasse desses fatos, que lhe pareciam importantes e perigosos, instituiu um ditador[38] que deveria examinar esse caso e frear o ímpeto de Mânlio. Assim que assumiu,

35. *Id.*, VI, 11-6. [N. da R. T.]

36. Em 390 a.C., quando os gauleses ocuparam Roma e sitiavam o Capitólio (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 72).

37. Mânlio, acordado pelos gansos do Capitólio, descobriu um ataque noturno dos gauleses (cf. *id.*, *ibid.*, p. 73).

38. Aulo Cornélio Cosso (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 73).

o ditador mandou-o intimar, e puseram-se em público um diante do outro, o ditador no meio dos nobres e Mânlio no meio da plebe. Pediu-se a Mânlio que dissesse com quem estava aquele tesouro de que ele falava, porque o senado tinha tanta vontade de sabê-lo quanto a plebe, ao que Mânlio não respondia com exatidão, mas, esquivando-se, dizia como não precisava dizer-lhes aquilo que eles sabiam: e assim o ditador mandou encarcerá-lo.

É de notar, por esse texto, quão detestáveis são as calúnias, tanto nas cidades livres quanto nas que vivem de outros modos, e que, para reprimi-las, é preciso não negligenciar ordenação alguma que as possibilite. E não pode haver melhor ordenação, para eliminá-las, do que abrir muitos lugares para as acusações; porque estas são tão proveitosas às repúblicas, quanto são nocivas as calúnias: e entre ambas a diferença é que as calúnias não precisam de testemunhas nem de nenhuma outra confrontação para serem provadas, de tal modo que todos podem ser caluniados por todos; mas não podem ser acusados, visto que as acusações precisam de confrontações verdadeiras e de circunstâncias que mostrem a sua verdade. As acusações são feitas a magistrados, a povos, a conselhos; as calúnias são feitas nas praças e nos pontos de encontro. Usa-se mais a calúnia onde menos se usa a acusação e onde as cidades estão menos ordenadas para recebê-las. Por isso, um ordenador de uma república deverá ordenar que nela se possa acusar qualquer cidadão, sem medo ou receio algum; e, feito e bem observado isso, deve punir severamente os caluniadores, e estes não podem queixar-se ao serem punidos, visto que há lugares abertos para ouvirem-se as acusações daquele que porventura tenha lançado calúnias pelos lugares de encontro. E, onde essa questão não é bem-ordenada, sempre ocorrem gran-

des desordens: porque as calúnias irritam, e não castigam os cidadãos; e os irritados pensam em defender-se, odiando mais que temendo as coisas que deles se dizem.

Essa questão, como se disse, era bem-ordenada em Roma; e foi sempre mal ordenada na nossa cidade de Florença. E, assim como em Roma essa ordenação fez muito bem, em Florença essa desordem fez muito mal. E quem lê as histórias desta cidade verá quantas calúnias foram lançadas em todos os tempos contra seus cidadãos que trabalharam nas coisas importantes da cidade. De um diziam que havia roubado o dinheiro público; de outro, que não vencera uma empresa[39] por ter sido corrompido; e que aqueloutro, por ambição, cometera este ou aquele inconveniente. Motivo por que de todos os lados surgia o ódio: deste se chegava à divisão, e da divisão às facções; das facções, à ruína. Porque, se em Florença tivesse havido uma ordenação que possibilitasse a acusação dos cidadãos e punisse os caluniadores, não teriam ocorrido os infinitos tumultos que ocorreram; porque tais cidadãos, condenados ou absolvidos, não teriam conseguido prejudicar a cidade e teriam sido acusados com menos freqüência do que eram caluniados, visto que, como disse, não se pode acusar como se calunia. E, entre outras coisas de que se valeram alguns cidadãos para chegar à grandeza a que chegaram, estão tais calúnias: estas, lançadas contra cidadãos poderosos que se opunham aos seus desejos, faziam muito pelo caluniador; porque ele, pondo-se ao lado do povo e confirmando a má opinião que este tinha de tais poderosos, conseguia sua amizade. E, embora fosse possível aduzir muitos exemplos, gostaria de contentar-me com um apenas. Estava o exército florentino si-

39. Militar. [N. da R. T.]

tiando Lucca, sob o comando de Giovanni Guicciardini, seu comissário, e, fosse por mau comando, fosse por má fortuna, a expugnação daquela cidade não ocorreu; mas, fosse qual fosse o caso, a culpa recaiu sobre Guicciardini, pois se dizia que ele fora corrompido pelos habitantes de Lucca: calúnia que, sendo favorecida por seus inimigos, quase levou Guicciardini ao desespero. E ainda que, para justificar-se, ele quisesse entregar-se ao *Capitano del Popolo*[40], não poderia jamais justificar-se, por não haver naquela república modos de fazê-lo. Daí surgiu muita discórdia entre os amigos de Guicciardini, que eram na maioria homens grandes, e os que desejavam mudanças [*fare novità*] em Florença[41], o que, por esta e por outras razões semelhantes, cresceu tanto que acarretou a ruína daquela república.

Portanto, Mânlio Capitolino era caluniador, e não acusador; e os romanos mostraram, nesse caso justamente, como os caluniadores devem ser punidos. Porque é preciso que se tornem acusadores; e, quando se verifica que a acusação é verdadeira, devem ser premiados ou não punidos: mas quando não, devem ser punidos, como foi punido Mânlio.

9. De como é preciso estar só para se ordenar uma república nova ou para reformá-la inteiramente com ordenações diferentes das antigas

Talvez haja quem ache que me adentrei demais na história romana, sem fazer menção ainda aos ordenado-

40. O *Capitano del Popolo* era uma magistratura judiciária (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 74).

41. Oposição popular guiada por Cosimo de'Medici (cf. *id.*, *ibid.*).

res daquela república nem às ordenações referentes à religião ou à milícia. Por isso, não desejando manter na expectativa aqueles que queiram ouvir algumas coisas sobre essa questão, direi que muitos porventura considerarão mau o exemplo de um fundador de estado, como foi Rômulo, que primeiro matou um irmão seu e depois consentiu na morte de Tito Tácio Sabino, escolhido por ele mesmo como companheiro no reino; julgarão, com isso, que, com base no exemplo [*con l'autorità*] de seu príncipe, os seus cidadãos poderiam, por ambição e desejo de comando, ofender aqueles que se opusessem à sua autoridade[42]. Opinião esta que seria verdadeira, caso não se considerasse a finalidade que o levou ao homicídio.

E deve-se ter como regra geral que nunca, ou raramente, ocorre que alguma república ou reino seja, em seu princípio, bem-ordenado ou reformado inteiramente com ordenações diferentes das antigas, se não é ordenado por uma só pessoa; aliás, é necessário que um homem só dite o modo, e que de sua mente dependa qualquer dessas ordenações. Por isso, um ordenador prudente, que tenha a intenção de querer favorecer não a si mesmo, mas o bem comum, não sua própria descendência, mas a pátria comum, deverá empenhar-se em exercer a autoridade sozinho; e nenhum sábio engenho repreenderá ninguém por alguma ação extraordinária que tenha cometido para ordenar um reino ou constituir uma república. Cumpre que, se o fato o acusa, o efeito o escuse; e quando o efeito for bom, como o de Rômulo, sempre o escusará: porque se deve repreender quem é violento para estragar, e não quem o é para consertar. Deve o ordenador, porém, ser

42. Tito Lívio, I, 7, 14. [N. da R. T.]

prudente e virtuoso, e não deve deixar por herança a outro a autoridade que tomou: porque, visto que os homens são mais propensos ao mal que ao bem, seu sucessor poderia usar ambiciosamente aquilo que ele virtuosamente tivesse usado. Além disso, ainda que um só seja capaz de ordenar, a coisa ordenada não durará muito se repousar sobre os ombros de um só, mas apenas quando for entregue aos cuidados de muitos, e a muitos couber mantê-la. Porque, assim como muitos não são capazes de ordenar uma coisa, por não conhecerem o bem que há nela, devido às diferentes opiniões que têm entre si, uma vez que o saibam, não se conformam em abandoná-lo. E a prova de que Rômulo merece escusa pela morte do irmão e do companheiro, e de que aquilo que fez foi pelo bem comum, e não por ambição própria, é que ele logo ordenou um senado para servir-lhe de conselho, a fim de deliberar segundo sua opinião[43]. E quem observar bem a autoridade que Rômulo reservou para si verá que não reservou nenhuma outra autoridade além de comandar os exércitos, quando se decidisse entrar em guerra, e de reunir o senado. E viu-se depois, quando Roma se tornou livre com a expulsão dos Tarquínios, que os romanos não inovaram nenhuma ordenação antiga e só puseram no lugar de um rei perpétuo dois cônsules anuais; o que atesta que todas as primeiras ordenações daquela cidade foram mais conformes à vida civil e livre do que a uma absoluta e tirânica.

Para sustentar o que acima dissemos, poderíamos dar infinitos exemplos; como Moisés, Licurgo, Sólon e outros fundadores de reinos e repúblicas, que, por se terem atri-

43. Tito Lívio, I, 8. [N. da R. T.]

buído uma autoridade, puderam criar leis em favor do bem comum: mas deixo-os de lado, como coisa conhecida. Darei apenas um exemplo, não tão célebre, mas que deve ser considerado por aqueles que desejem ser ordenadores de boas leis: é o de Ágidas, rei de Esparta, que, por desejar restringir os espartanos aos termos das leis de Licurgo, pois lhe parecia que, estando eles em parte afastados delas, a sua cidade tinha perdido muito da antiga *virtù* e, por conseguinte, forças e poder, Ágides foi, já logo no começo, morto pelos Éforos espartanos, como homem que queria impor a tirania. Mas em Cleômenes, que lhe sucedeu no reino, nasceu o mesmo desejo, em vista das lembranças e dos escritos de Ágidas, que encontrara, pois neles viu quais eram o pensamento [*mente*] e as intenções do antecessor; percebeu que não podia fazer esse bem à sua pátria se não se tornasse única autoridade e parecendo-lhe, devido à ambição dos homens, que não podia fazer o bem a muitos contra a vontade de poucos, apanhada a ocasião conveniente, mandou matar todos os Éforos e quem quer que pudesse opor-se a ele; depois, reinstaurou [*rinnovò in tutto*] as leis de Licurgo. Deliberação esta capaz de ressuscitar Esparta e dar a Cleômenes a reputação que tivera Licurgo, não fossem o poderio dos macedônios e a fraqueza das outras repúblicas gregas. Porque tendo sido, depois de tal ordenação, assaltado pelos macedônios, aos quais era militarmente inferior, e não tendo a quem recorrer, foi derrotado; e assim aquele desígnio, conquanto justo e louvável, não foi cumprido.

Consideradas portanto todas essas coisas, concluo que, para ordenar uma república, é necessário estar só; e que Rômulo deve merecer escusas, e não censuras, pela morte de Remo e de Tito Tácio.

10. Assim como são louváveis os fundadores de uma república ou de um reino, são vituperáveis os fundadores de uma tirania

Entre todos os homens louvados, os mais louvados foram os cabeças e ordenadores de religiões. Logo depois destes, os que fundaram repúblicas ou reinos. Depois destes, são célebres os que, comandando exércitos, ampliaram seu próprio domínio ou o da pátria. A estes se somam os homens de letras. E, como estes são de vários tipos, são eles celebrados segundo o mérito de cada um. A qualquer outro homem, cujo número é infinito, atribui-se a parte de louvores que lhe é dada pela sua arte e pela sua atividade. São, ao contrário, infames e detestáveis os homens que destroem religiões, dissipam reinos e repúblicas, inimigos das *virtù*, das letras e de qualquer outra arte que confira utilidade e honra à espécie humana; tais são os ímpios, os violentos, os ignorantes, os incapazes, os ociosos, os covardes. E ninguém nunca será tão louco ou tão sábio, tão malvado ou tão bom, que, sendo encarregado da escolha dos dois tipos de homens, não louve o que deve ser louvado e não censure o que deve ser censurado: no entanto, depois, quase todos, enganados por um falso bem e por uma falsa glória, deixam-se levar, voluntária ou involuntariamente, pelos passos daqueles que merecem mais censura que louvores; e, embora possam criar uma república ou um reino, para sua perpétua glória, voltam-se para a tirania, sem perceberem quanta fama, quanta glória, quanta honra, segurança, tranqüilidade, com satisfação de ânimo, perdem com essa decisão, e em quanta infâmia, vitupério, censura, perigo e inquietação incorrem.

E, se todos lessem as histórias e fizessem cabedal da memória das antigas coisas, é impossível que aqueles que vivem em estado privado numa república não preferissem Cipião[44] a César para viverem em sua pátria, ou que aqueles que se tornaram príncipes por fortuna ou por *virtù* não preferissem Agesilau[45], Timoleonte[46] e Díon[47] a Nábis[48], Faláris[49] e Dionísio[50]: porque veriam que estes são sumamente vituperados e aqueles, muitíssimo louvados. Veriam ainda que Timoleonte e os outros não tiveram em sua pátria menos autoridade do que tiveram Dionísio e Faláris, mas veriam que lá houve muito mais segurança.

E que ninguém se engane com a glória de César, sobretudo ao ouvir os escritores que tanto o celebram, porque aqueles que o louvam são corrompidos por sua fortuna e deixam-se amedrontar pela duração do império que, levando o seu nome, não permitia que os escritores falassem livremente dele. Mas quem quiser saber o que os escritores livres falariam dele, veja o que falam de Catilina. E César é mais censurável porque deve ser mais censurado aquele que fez um mal do que aquele que quis fazê-lo. Veja ainda com quantos louvores celebram Bruto, uma vez que, não podendo condenar aquele, devido ao seu poder, celebravam seu inimigo.

E aquele que se tornou príncipe nalguma república deve considerar que, depois de Roma tornar-se Império,

44. Públio Cornélio Cipião, o Africano (235-183 a.C.) (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 76).

45. Rei de Esparta entre 400 e 360 a.C. (cf. *id.*, *ibid.*).

46. General coríntio que restabeleceu a democracia em Siracusa (cf. *id.*, *ibid.*).

47. Libertou Siracusa da tirania de Dionísio II (cf. *id.*, *ibid.*).

48. Tirano de Esparta (206-192 a.C.) (cf. *id.*, *ibid.*).

49. Tirano de Agrigento (570-555 a.C.) (cf. *id.*, *ibid.*).

50. Dionísio, o Velho, tirano de Siracusa (367-357 a.C.) (cf. *id.*, *ibid.*).

mais mereceram louvores os imperadores que viveram de acordo com as leis e como príncipes bons, do que aqueles que viveram de modo oposto: e verá que Tito Nerva, Trajano, Adriano, Antonino e Marco Aurélio não precisavam ser defendidos por soldados pretorianos nem pela multidão das legiões, porque os seus costumes, a benevolência do povo e o amor do senado os defendiam. Verá também que a Calígula, a Nero, a Vitélio e a tantos outros imperadores celerados não bastaram os exércitos orientais e ocidentais para salvá-los dos inimigos que haviam granjeado com os maus costumes e a vida cruel que levavam. E, se a história deles fosse bem examinada, serviria de grande ensinamento a qualquer príncipe, mostrando-lhe o caminho da glória ou da condenação, da segurança ou do medo. Porque, de vinte e seis imperadores que houve de César a Maximino, dezesseis foram mortos[51], dez morreram de morte natural[52], e, dos que foram assassinados, alguns havia que eram bons, como Galba e Pertinax, que foram mortos pela corrupção que seu antecessor deixara nos soldados. E, se entre os que morreram de morte natural, algum houve que era celerado, como Severo, isso adveio de sua enorme fortuna e *virtù*, coisas que em poucos homens andam juntas. Verá também, pela leitura dessa história, como se pode ordenar um reino bom: porque todos os imperadores que sucederam ao império por herança, exceto Tito, foram maus; os que o herdaram por adoção foram todos bons, assim como os cin-

51. César, Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Oto, Vitélio, Domiciano, Cômodo, Pertinax, Juliano, Caracala, Macrino, Heliogábalo, Alexandre Severo, Maximino (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 77).

52. Augusto, Tibério, Vespasiano, Tito, Nerva, Trajano, Adriano, Antonino Pio, Marco Aurélio, Sétimo Severo (cf. *id.*, *ibid.*).

co que vão de Nerva a Marco Aurélio; e, assim que caiu nas mãos dos herdeiros, o império arruinou-se.

Que o príncipe observe, portanto, os tempos que vão de Nerva a Marco Aurélio e os compare com os tempos de antes e os de depois; em seguida, diga em qual deles gostaria de ter nascido, ou em qual gostaria de governar. Porque, nos tempos governados pelos bons, verá um príncipe seguro em meio a seus cidadãos seguros, o mundo cheio de paz e de justiça; verá o Senado com a sua autoridade, os magistrados com suas honras; verá os cidadãos ricos gozar de suas riquezas; a nobreza e a *virtù* exaltadas: verá paz e bem; e, por outro lado, verá a extinção do rancor, da licença, da corrupção e da ambição: verá os tempos de ouro, em que cada um pode ter e defender a opinião que quiser. Verá, enfim, o mundo triunfar; o príncipe, cheio de reverência e glória; os povos, cheios de amor e segurança. E, se considerar, depois, em particular, os tempos dos outros imperadores, verá que foram atrozes, pelas guerras, cheios de discórdia, pelas sedições, cruéis na paz e na guerra: muitos príncipes mortos pela espada, tantas guerras civis, tantas externas; a Itália, aflita e cheia de novos infortúnios, com suas cidades arruinadas e saqueadas. Verá Roma em chamas, o Capitólio destruído por seus cidadãos, os antigos templos devastados, as cerimônias corrompidas, as cidades cheias de adultérios: verá o mar cheio de exilados, os escolhos cheios de sangue. Verá em Roma inumeráveis crueldades; e verá a nobreza, as riquezas, as glórias passadas e, sobretudo, a *virtù*, tachadas de pecado capital. Verá os caluniadores premiados, os servos corrompidos contra o senhor, os libertos contra o patrão; e verá que aqueles a quem faltavam inimigos eram oprimidos pelos amigos. E verá

então muitíssimo bem quantas obrigações Roma, a Itália e o mundo devem a César.

E, sem dúvida, se for um ser humano, sentirá horror à imitação dos tempos maus e se inflamará com um imenso desejo de seguir os bons. E o príncipe que realmente buscar a glória mundana deverá desejar ter nas mãos uma cidade corrompida, não para destruí-la de todo, como César, mas para reordená-la, como Rômulo. E, realmente, os céus não podem dar aos homens maior ocasião de glória, nem os homens podem desejar glória maior. E, se, para bem ordenar uma cidade, houvesse necessidade de depor o principado, mereceria alguma desculpa quem não a ordenasse para não cair de tal posição, mas, em sendo possível manter o principado e ordená-la, não merece desculpa alguma quem não o faça. E, em suma, aqueles a quem os céus dão tal ocasião devem considerar que têm diante de si duas vias: uma que lhes permite viver em segurança e, depois de mortos, os torna gloriosos, e outra que os faz viver em contínuas angústias e, depois da morte, deixar de si a sempiterna infâmia.

11. Da religião dos romanos[53]

Embora Roma tivesse Rômulo como primeiro ordenador e lhe coubesse reconhecer nele, como se filha fosse, o nascimento e a educação que teve, os céus, julgando que as ordenações de Rômulo não bastavam a tanto império, inspiraram no peito do Senado romano a eleição de Numa Pompílio como sucessor de Rômulo, para que as coisas que Rômulo deixara sem fazer fossem ordena-

53. Tito Lívio, I, 19-21. [N. da R. T.]

das por Numa; este, encontrando um povo indômito e desejando conduzi-lo à obediência civil[54] com as artes da paz, voltou-se para a religião, como coisa de todo necessária para se manter uma cidade [*civiltà*]; e a constituiu de tal modo que por vários séculos nunca houve tanto temor a Deus quanto naquela república, o que facilitou qualquer empreendimento a que o senado ou aqueles grandes homens romanos quisessem entregar-se. E quem examinar as infinitas ações do povo de Roma em conjunto e de muitos dos romanos de per si verá que aqueles cidadãos temiam muito mais violar o juramento que as leis, porquanto estimavam mais o poder de Deus que o dos homens, como se vê claramente dos exemplos de Cipião e de Mânlio Torquato. Porque, depois da derrota[55] infligida por Aníbal aos romanos em Canas, muitos cidadãos se haviam reunido e, desacoroçoados com a pátria, combinaram abandonar a Itália e ir para a Sicília; Cipião, ao saber disso, foi ter com eles e, de espada em punho, obrigou-os a jurar que não abandonariam a pátria. Lúcio Mânlio, pai de Tito Mânlio, que depois foi chamado Torquato, fora acusado por Marcos Pompônio, tribuno da plebe, e, antes de chegar o dia do julgamento, Tito foi ter com Marcos e, ameaçando matá-lo se ele não jurasse que retiraria a acusação feita a seu pai, obrigou-o a jurar; e aquele, tendo jurado por medo, retirou a acusação[56]. E, assim, aqueles cidadãos que não eram retidos na Itália pelo amor à pátria e por suas leis, foram ali retidos por um juramento que foram obrigados a fazer; e aquele tribuno deixou de lado o ódio que sentia pelo pai, a injúria que

54. Ao respeito às leis. [N. da R. T.]
55. Tito Lívio, XXII, 53. [N. da R. T.]
56. *Id.*, VII, 4-5. [N. da R. T.]

lhe fizera o filho e a sua honra, para cumprir o juramento feito, o que adveio tão-somente daquela religião que Numa introduzira naquela cidade.

E quem considerar bem as histórias romanas, verá como a religião servia para comandar os exércitos e infundir ânimo na plebe, para manter os homens bons e fazer com que os rei se envergonhem. De tal modo que, caso houvesse uma disputa para se saber a que príncipe Roma devia mais, se a Rômulo ou a Numa, creio que Numa ficaria em primeiro lugar: porque, onde há religião, facilmente se podem introduzir armas; e, onde houver armas, mas não houver religião, esta com dificuldade poderá ser introduzida. E vede que Rômulo, para ordenar o senado e para criar outras ordenações civis e militares, não precisou da autoridade de Deus, mas Numa sim, e este simulou ter intimidade com uma Ninfa, que lhe aconselhava aquilo que ele deveria aconselhar ao povo: e tudo porque ele queria criar ordenações novas e inusitadas naquela cidade, mas desconfiava que sua autoridade não bastava.

E, de fato, nunca houve ordenador de leis extraordinárias, em povo nenhum, que não recorresse a Deus; porque de outra maneira elas não seriam aceitas: pois há muitas boas coisas que os homens prudentes conhecem, mas que não têm em si razões evidentes para poderem convencer os outros. Por isso, os homens sábios, que querem desembaraçar-se dessa dificuldade, recorrem a Deus. Foi o que fizeram Licurgo, Sólon e muitos outros que tinham as mesmas finalidades. O povo romano, portanto, maravilhado com a bondade e a prudência de Numa, cedia a todas as suas deliberações. É bem verdade que o fato de serem cheios de religião aqueles tempos, e rudes os homens com que ele precisava lidar, facilitou-lhe mui-

to o alcance de seus desígnios, visto que lhe era possível imprimir-lhes qualquer nova forma. E, sem dúvida, quem hoje quisesse criar uma república encontraria mais facilidade nos montanheses, entre os quais não há civilidade [*civiltà*], do que naqueles que estão acostumados a viver nas cidades, onde a civilidade [*civiltà*] é corrompida: e um escultor extrairá com mais facilidade uma bela estátua do mármore bruto do que dum mármore mal esboçado por outrem.

Considerando tudo, portanto, concluo que a religião introduzida por Numa foi uma das principais razões da felicidade daquela cidade, pois ensejou boas ordenações; as boas ordenações trazem boa fortuna; e da boa fortuna nasceram os bons êxitos das empresas. E, assim como a observância do culto divino é razão da grandeza das repúblicas, também o seu desprezo é razão de sua ruína. Pois onde falta o temor a Deus, é preciso que o reino arruíne-se ou que seja mantido pelo temor a um príncipe que supra a falta da religião. E como os príncipes têm vida curta, o reino só poderá desaparecer logo, ao desaparecer a *virtù* dele. Motivo por que os reinos que dependem apenas da *virtù* de um homem são pouco duradouros, pois a *virtù* desaparece com a vida desse homem; e raras vezes ocorre ser ela renovada com a sucessão, como prudentemente diz Dante:

> *Rade volte discende per li rami*
> *L'umana probitate; e questo vuole*
> *Quei che la dà, perché da lui si chiami.*[57]

57. Pelos ramos é raro que descenda
A probidade humana; e assim o quer
Quem a dá, pr'a que ao nome seu atenda.
(*Purgatório*, II, 121-3). [N. da T.]

A salvação de uma república ou dum reino, portanto, não está em ter um príncipe que governe com prudência enquanto vive, mas em ter um que ordene tudo de tal modo que, morto embora, tudo se mantenha. E, ainda que os homens rudes sejam mais facilmente persuadidos duma ordenação ou duma opinião nova, nem por isso é impossível persuadir os homens civis que não se presumem rudes. O povo de Florença não parece ser ignorante nem rude, no entanto, o frei Jerônimo Savonarola o persuadiu de que falava com Deus. Não quero julgar se era verdade ou não, pois que de tal homem se deve falar com reverência, mas digo, sim, que um número infinito de florentinos acreditava sem ter visto nada de extraordinário que os levasse a crer; porque sua vida, sua doutrina e o assunto de que falava eram suficientes para que lhe dessem fé. E que ninguém tema não poder conseguir o que foi conseguido por outro; pois os homens – como dissemos em nosso prefácio – nasceram, viveram e morreram, sempre, segundo uma mesma ordenação.

12. Da grande importância de ter em conta a religião, e de como a Itália está arruinada, por ter falhado nisso, graças à Igreja romana[58]

Os príncipes ou as repúblicas que queiram manter-se incorruptos devem, acima de tudo, manter incorruptas as cerimônias de sua religião e venerá-las sempre; porque não pode haver maior indício da ruína de um estado do que o desprezo pelo culto divino. Isso é fácil de enten-

58. Tito Lívio, V, 22. [N. da R. T.]

der, desde que se conheça em que se fundamenta a religião em que se nasceu; porque o fundamento da vida de toda religião assenta em alguma ordenação principal. A vida da religião pagã fundamentava-se nas respostas dos oráculos e na seita dos adivinhos e dos arúspices: todas as outras cerimônias, sacrifícios e ritos decorriam disso, pois todos acreditavam que o mesmo Deus que podia predizer um bom ou um mau futuro podia também concedê-lo. Donde nasciam os templos, os sacrifícios, as suplicações e todas as outras cerimônias de veneração, motivo da existência do oráculo de Delos, do templo de Júpiter Amon e de outros célebres oráculos que enchiam o mundo de admiração e devoção. Como estes depois começaram a falar de acordo com o que queriam os poderosos, e como tal falsidade foi descoberta pelos povos, os homens se tornaram incrédulos e propensos a perturbar todas as boas ordens. Os príncipes duma república ou dum reino, portanto, devem conservar os fundamentos de religião que professam; e, feito isso, ser-lhes-á mais fácil manter religiosa e, por conseguinte, boa e unida a sua república. E todas as coisas que surjam em favor da religião, ainda que possam ser julgadas falsas, devem ser por ele favorecidas e estimuladas; e tanto mais devem fazê-lo quanto mais prudentes e mais conhecedores forem das coisas naturais. E, como esse modo foi observado pelos homens sábios, surgiu a crença nos milagres, que se celebram nas religiões, ainda que falsas; porque os prudentes os aumentam, seja qual for o princípio de que nasçam, e a sua autoridade lhes dá fé junto a todos. Houve muitos desses milagres em Roma; conta-se, por exemplo, que, quando os soldados romanos saqueavam Veios, alguns deles entraram no templo de Juno e,

aproximando-se de sua imagem, perguntaram: "Vis venire Romam?"[59] A alguns pareceu que ela fizesse um aceno afirmativo, a outros, que dizia que sim. Porque, sendo aqueles homens cheios de religião (o que Tito Lívio demonstra, porque entraram no templo sem tumulto, todos devotos e reverentes), pareceu-lhes ouvir a resposta que houvessem pressuposto para sua pergunta: opinião e credulidade que foram favorecidas e estimuladas por Camilo e por outros príncipes da cidade. E se tal religião[60] fosse mantida nos primórdios da república cristã, em conformidade com o que foi ordenado por seu legislador, os estados e as repúblicas cristãs seriam mais unidos, bem mais felizes do que são. Outra conjectura não se pode inferir de sua decadência, haja vista que os povos mais próximos da Igreja romana, capital da nossa religião, são os que têm menos religião. E quem considerasse seus fundamentos e visse a grande diferença que há entre os costumes presentes e aqueles, consideraria estar próxima, sem dúvida, a ruína, ou o flagelo.

E, como muitos são de opinião que o bem-estar das cidades da Itália provém da Igreja romana, quero expor as razões que me ocorrem para contrariar tal opinião, e alegarei duas fortíssimas razões às quais, parece-me, ninguém se oporá. A primeira é que, pelos maus exemplos daquela corte, a Itália perdeu toda devoção e toda religião, o que acarreta infinitos inconvenientes e infinitas desordens; porque, assim como se pressupõe todo bem onde há religião, pressupõe-se o contrário onde ela falta. Portanto, nós, italianos, temos para com a Igreja e os padres essa primeira dívida, que é a de nos termos torna-

59. Queres ir para Roma? (cf. Tito Lívio, V, 22). [N. da R. T.]
60. No sentido de religiosidade, crença. [N. da R. T.]

do sem religião e maus; mas temos ainda outra dívida, e maior, que é a segunda razão da nossa ruína. É que a Igreja manteve e mantém esta terra dividida. E, realmente, terra alguma jamais foi unida ou feliz, a não ser quando inteiramente submetida a uma só república ou a um só príncipe, como ocorreu com a França e com a Espanha. E a razão de a Itália não estar nas mesmas condições e de não ter também uma só república ou um só príncipe para governá-la é somente a Igreja: porque, tendo ela aqui estabelecido sede e governo temporal, não teve força nem *virtù* suficiente para ocupar a tirania[61] da Itália e tornar-se seu príncipe, enquanto, por outro lado, não foi bastante fraca para, por medo de perder o domínio das suas coisas temporais, convocar a ajuda de algum poderoso que a defendesse contra aquele que se tivesse tornado poderoso demais na Itália, conforme se viu outrora em muitos casos, como quando, com a ajuda de Carlos Magno[62], ela expulsou os longobardos, que já eram quase reis de toda a Itália; e quando, em nossos tempos, tirou o poder das

61. A tradução dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* segue, em linhas gerais, o texto estabelecido pela edição de Guido Mazzoni (*Tutte le opere*, Florença, Barbèra, 1929), que é comumente adotada pelos editores. Algumas correções a essa edição, feitas por aquela anotada por Giorgio Inglese (*Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, Milão, Rizzoli, 1984), acompanhadas da devida justificativa, serão indicadas apenas para passagens nas quais o sentido do texto estaria fortemente alterado.

Aqui, em vez de "ocupar a tirania da Itália" [*occupare la tirannide d'Italia*], Inglese propõe "ocupar o restante da Itália" [*occupare il rimanente d'Italia*] e justifica a partir das diferentes lições do texto original. Além disso, argumenta que a opção "ocupar a tirania" seria pleonástica, devido ao que segue ("tornar-se seu príncipe"), ou contraditória: "*Tirania* tem em Maquiavel um sentido determinado, que não caberia aqui e interromperia o curso do raciocínio" (Inglese, *op. cit.*, p. 222). [N. da R. T.]

62. Em 774. [N. da T.]

mãos dos venezianos com a ajuda da França[63] e depois expulsou os franceses com a ajuda dos suíços[64]. Portanto, não tendo sido poderosa para ocupar a Itália nem tendo permitido que outro a ocupasse, a Igreja impediu que ela fosse governada por um só príncipe; e foi por estar submetida a vários príncipes e senhores, dos quais nasceram tanta desunião e tanta fraqueza, que a Itália se tornou presa não só dos bárbaros poderosos quanto de qualquer um que a ataque. Coisa que nós outros, italianos, devemos à Igreja e a mais ninguém. E quem quisesse fazer experiência para ver a verdade com mais clareza, precisaria ter poder suficiente para mandar a corte romana, com a autoridade que tem na Itália, estabelecer sede nas terras dos suíços, único povo que hoje vive segundo os costumes antigos tanto no que se refere à religião quanto às ordenações militares: veria que em pouco tempo os maus costumes de tal corte causariam mais desordem naquelas terras do que qualquer outro acontecimento que em qualquer tempo pudesse ali ocorrer.

13. De como os romanos utilizavam a religião para reordenar a cidade, realizar suas empresas e debelar os tumultos

Não me parece fora de propósito aduzir alguns exemplos de como os romanos utilizavam a religião para reordenar a cidade e para realizar suas empresas; e, conquan-

63. Com a Liga de Cambrai, promovida pelo papa Júlio II contra Veneza, em 1508-1509 (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 82).

64. Com a Santa Liga, promovida por Júlio II contra os franceses em 1511-1512 (cf. *id.*, *ibid.*).

to em Tito Lívio se encontrem muitos desses exemplos, contento-me com estes. Como o povo romano tivesse constituído tribunos com poder consular, sendo todos plebeus exceto um, e ocorrendo naquele ano peste, fome e certos prodígios, os nobres usaram essa ocasião na nova eleição dos tribunos, dizendo que os deuses estavam irados porque Roma usara mal a majestade de seu império, e que não havia outro remédio para aplacar os deuses, senão restringir a escolha dos tribunos à classe dos nobres: donde que a plebe, atemorizada por aquela religião, elegeu os tribunos todos nobres[65]. Vê-se também como, na expugnação da cidade de Veios, os capitães dos exércitos se valiam da religião para manter seus homens dispostos às empresas; pois, como o lago Albano estivesse surpreendentemente cheio naquele ano, e os soldados romanos estivessem enfadados com o longo assédio, querendo voltar para Roma, os romanos inventaram que Apolo e alguns outros vaticínios diziam que naquele ano se expugnaria a cidade de Veios, desde que se vazasse o lago Albano[66]: e isso fez que os soldados suportassem o fastio do assédio, dominados que estavam pela esperança de expugnar a cidade; e prosseguiram contentes, até que Camilo, tornando-se ditador, expugnou a cidade, depois de dez anos de sítio. E assim a religião, bem usada, serviu à expugnação daquela cidade e à restituição do tribunado à nobreza; pois, sem esse meio, dificilmente se teria chegado a qualquer dessas coisas.

Não quero deixar de narrar, a propósito, outro exemplo. Eram muitos os tumultos surgidos em Roma por causa do tribuno Terentilo, que queria propor certa lei

65. Tito Lívio, V, 13-4. [N. da R. T.]
66. Tito Lívio, V, 15-6. [N. da R. T.]

pelas razões que abaixo, em seu devido lugar, serão expostas[67]; entre os primeiros remédios usados pela nobreza esteve a religião, da qual se serviram de dois modos. De uma vez, mandaram consultar os livros sibilinos, e estes responderam que, devido às sedições civis, era iminente naquele ano o perigo de a cidade perder a liberdade; ainda que desmascarada pelos tribunos, essa previsão criou tanto terror na plebe que arrefeceu seu ânimo para segui-los. A segunda vez foi quando certo Ápio Herdônio[68] ocupou uma noite o Capitólio, com uma multidão de quatro mil homens formada por banidos e servos, de tal modo que se podia temer que, se os equos e os volscos, perpétuos inimigos do nome romano, se dirigissem para Roma, poderiam tomá-la de assalto; como os tribunos insistissem em continuar em sua pertinácia a propor a lei Terentila, dizendo que aquele assalto era simulado, e não verdadeiro, saiu do senado certo Públio Rubério[69], cidadão severo e de autoridade, que, com palavras em parte amorosas, em parte ameaçadoras, mostrando à plebe os perigos que a cidade corria e dizendo que era intempestiva aquela sua reivindicação, obrigou-a a jurar que não se afastaria da vontade do cônsul; e a plebe, obediente, recuperou o Capitólio pela força. Mas, como o cônsul Públio Valério morreu em tal expugnação, Tito Quíncio[70] foi feito cônsul logo a seguir; este, para não deixar a plebe descansar nem dar-lhe tempo de pensar na lei Terentila, ordenou-lhe que saísse de Roma para combater os

67. Cf. *Discursos*, I, 39. [N. da R. T.]

68. Tito Lívio, III, 15-8. [N. da R. T.]

69. Maquiavel queria dizer Valério, conforme atesta Tito Lívio (III, 17) e como se verá logo em seguida (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 83).

70. Tito Lívio, III, 21. [N. da R. T.]

volscos, dizendo que, como o povo fizera o juramento de não abandonar o cônsul, era obrigada a segui-lo: a isso os tribunos se opunham, dizendo que aquele juramento tinha sido feito ao cônsul morto, e não a ele. Assim mesmo, Tito Lívio mostra que a plebe, por medo da religião, preferiu obedecer ao cônsul a crer nos tribunos; e, em favor da antiga religião, diz estas palavras: "Nondum haec, quae nunc tenet saeculum, negligentia Deum venerat, nec interpretando sibi quisque jusjurandum et leges aptas faciebat."[71] Motivo por que, desconfiando os tribunos que perderiam então toda a sua dignidade, fizeram um acordo com o cônsul, segundo o qual lhe obedeceriam e, durante um ano, não se falaria em lei Terentila, enquanto os cônsules, por um ano, não poderiam levar a plebe à guerra. E, assim, a religião fez que o senado vencesse aquelas dificuldades, que, sem ela, jamais teria vencido.

14. Os romanos interpretavam os auspícios segundo a necessidade e demonstravam observar com prudência a religião, quando forçados não a observavam; e, se alguém, temerariamente, a desprezava, era punido[72]

Como se disse acima[73], os augúrios não só eram o fundamento, em boa parte, da antiga religião dos gentios, como também eram razão do bem-estar da república ro-

71. Ainda não havia a negligência pelos deuses que hoje domina, e ninguém adaptava a si, com interpretações, os juramentos e as leis (*Id.*, III, 20.). [N. da T.]

72. Tito Lívio, X, 40. [N. da R. T.]

73. Cf. *Discursos*, I, 12. [N. da R. T.]

mana. Por isso, os romanos davam-lhe mais atenção do que a qualquer outra ordenação dessa religião; e usavam-nos em comícios consulares[74], ao darem início a novos empreendimentos, ao porem os exércitos em campanha, ao travarem batalhas e em todas as ações importantes, quer civis, quer militares; e nunca iam a uma expedição sem antes terem convencido os soldados de que os deuses lhes prometiam a vitória. E entre outros auspícios, nos exércitos havia certos tipos de arúspices chamados pulários[75]: e, sempre que decidiam travar batalha com o inimigo, os romanos queriam que os pulários fizessem seus auspícios; e, se os galos bicavam a comida, era bom o augúrio para o combate; se não a bicavam, abstinham-se de combater. No entanto, quando a razão lhes mostrava que uma coisa devia ser feita, mesmo que os auspícios fossem contrários, faziam-na de qualquer maneira, mas apresentando-a [*rivoltavanla*] com termos e modos hábeis para não darem a impressão de que a faziam desprezando a religião.

Esse procedimento foi usado pelo cônsul Papírio num combate importantíssimo que travou com os samnitas, depois do qual estes ficaram totalmente enfraquecidos e aflitos. Porque, estando Papírio em campo aberto diante dos samnitas e parecendo-lhe que teria vitória certa, quis travar batalha; ordenou então aos pulários que dessem seus auspícios; os galos, porém, não bicavam a comida, mas, como o principal dos pulários visse a grande disposição do exército para combater e a certeza que havia no capitão e em todos os soldados de que venceriam, para

74. Na eleição dos cônsules. [N. da R. T.]

75. Os pulários (*pullarii*) faziam presságios observando o comportamento dos galos sagrados. [N. da T.]

não privar o exército da ocasião de bem combater, disse ao cônsul como os auspícios eram bons: assim, Papírio ordenou as tropas, e, visto que alguns pulários contaram a uns soldados que os galos não tinham bicado a comida, estes o disseram a Espúrio Papírio, sobrinho do cônsul; este, por sua vez, narrando o fato ao cônsul, ouviu deste que fosse cumprir bem a sua tarefa, pois, quanto a ele e ao exército, os auspícios eram bons; e, se o pulário tivesse dito mentiras, o prejuízo seria dele. E para que o efeito correspondesse ao prognóstico, ordenou aos lugares-tenentes que pusessem os pulários na primeira linha de combate. Foi assim que, enquanto avançavam contra os inimigos, um soldado romano, ao atirar um dardo, matou sem querer o principal dos pulários: ao saber disso, o cônsul disse como tudo estava correndo muito bem e com o favor dos deuses, pois com a morte daquele mentiroso o exército se purgara de todas as culpas e de toda a ira que os deuses nutrissem contra ele. E assim, por saber acomodar suas intenções aos auspícios, tomou a decisão de combater, sem que o exército se apercebesse de que em algum ponto ele negligenciara as ordenações de sua religião.

Ápio Pulcro fez o contrário na Sicília, na primeira guerra púnica, quando, querendo travar batalha com o exército cartaginês, mandou os pulários ler os auspícios; dizendo-lhes eles que os galos não tinham bicado a comida, ele respondeu: "Vejamos se querem beber!", e mandou jogá-los ao mar. E foi assim que, combatendo, perdeu a batalha: razão pela qual ele foi condenado em Roma, e Papírio foi honrado, não tanto por ter este vencido e aquele perdido, mas porque diante dos auspícios este se conduziu com prudência e aquele com temerida-

de. E a outro fim não tendia esse modo de ler auspícios, senão ao de levar os soldados a combater com confiança; confiança da qual quase sempre nasce a vitória. E isso foi não somente usado pelos romanos, como também pelos estrangeiros: pareceu-me oportuno aduzir um exemplo desses no próximo capítulo.

15. Os samnitas, como remédio extremo para sua situação aflitiva, recorreram à religião

Como os samnitas fossem derrotados várias vezes pelos romanos e finalmente destroçados na Toscana[76], visto que seus exércitos e seus capitães tinham sido dizimados, e seus aliados, como os toscanos, os franceses e os úmbrios, tinham sido vencidos, "nec suis nec externis viribus jam stare poterant; tamen bello non abstinebant, adeo ne infeliciter quidem defensae libertatis taedebat, et vinci, quam non tentare victoriam, malebant"[77]. Por isso, decidiram fazer a última tentativa: e como sabiam que, se quisessem vencer, precisavam infundir obstinação nos ânimos dos soldados, e que para tanto não havia melhor meio que a religião, pensaram em repetir um antigo sacrifício deles, que seria realizado por Óvio Pácio, seu sacerdote, desta forma[78]: feito o sacrifício solene, todos os comandantes do exército tiveram de jurar, entre as víti-

76. Em 259 a.C. [N. da T.]

77. Já não podiam contar nem com os seus homens, nem com os estrangeiros; no entanto, não se abstinham de guerrear, a tal ponto que não se cansavam de defender sua liberdade, ainda que sem sorte, e preferiam ser vencidos a não tentar vencer (Tito Lívio, X, 31). [N. da T.]

78. Tito Lívio, X, 38. [N. da R. T.]

mas mortas e os altares acesos, que jamais abandonariam a batalha; a seguir os soldados foram chamados um a um, e entre aqueles altares, no meio de vários centuriões, com as espadas em punho, primeiro eram obrigados a jurar que não repetiriam nada do que vissem ou ouvissem, e depois, com palavras de imprecação e versos cheios de pavor, precisavam prometer aos deuses que obedeceriam com presteza a tudo o que os imperadores lhes ordenassem, e que jamais fugiriam da batalha, matando quem quer que vissem fugir: e, se tais coisas não fossem observadas, o castigo recairia sobre sua família e sua estirpe. E alguns deles, mostrando-se amedrontados e não querendo jurar, foram logo mortos por seus centuriões; de tal modo que todos os outros que vieram depois, apavorados com a ferocidade do espetáculo, juraram. E, para tornar mais magnífica aquela multidão de quarenta mil homens, metade vestiu-se de branco, com cristas e penachos sobre as celadas; e assim ordenados foram para as proximidades de Aqüilônia. Contra eles marchou Papírio, que, para confortar os seus soldados, disse: "non enim cristas vulnera facere, et picta atque aurata scuta transire romanum pilum"[79]. E para enfraquecer a opinião que os seus soldados tinham dos inimigos, devido ao juramento feito, disse que aquilo era sinal de medo, e não de força, porque ao mesmo tempo tinham medo dos cidadãos, dos deuses e dos inimigos. E, travado o combate, os samnitas foram vencidos, porque a *virtù* romana e o temor que eles sentiam pelas derrotas passadas venceram qualquer obstinação que pudessem ter ganho em virtude da

79. De fato, as cristas não ferem, e o dardo romano transpassa os escudos pintados e dourados (*id.*, X, 39). [N. da T.]

religião e do juramento feito[80]. No entanto, percebe-se que não lhes pareceu possível outra saída nem outro remédio para reavivarem a esperança de recuperar a *virtù* perdida. O que demonstra plenamente quanta confiança se pode ganhar usando bem a religião. E, embora essa parte talvez devesse ser posta entre as coisas estrangeiras, foi por estar ligada a uma das ordenações mais importantes da república romana que me pareceu oportuno inseri-la neste lugar, para não dividir este assunto e precisar retornar a ele várias vezes.

16. O povo acostumado a viver sob a autoridade de um príncipe, se por algum acontecimento se torna livre, dificilmente mantém a liberdade[81]

A grande dificuldade que um povo acostumado a viver sob a autoridade de um príncipe enfrenta para conservar a liberdade que por algum acontecimento venha a conquistar – como a conquistada por Roma depois da deposição dos Tarquínios – é demonstrada por infinitos exemplos que podem ser lidos nas memórias das antigas histórias. E tal dificuldade tem razão de ser; porque esse povo não é diferente de um animal bruto que, embora de natureza feroz e silvestre, tenha sido criado no cativeiro e na servidão, e que depois, ao ser solto em campo aberto, por não estar acostumado a alimentar-se e por não conhecer os lugares onde possa refugiar-se, torna-se presa do primeiro que queira aprisioná-lo de novo.

80. Tito Lívio, X, 41. [N. da R. T.]
81. *Id.*, II, 1-5. [N. da R. T.]

O mesmo ocorre a um povo, que, acostumado a viver submetido ao governo de outros, por não saber defender-se nem atacar nas lides públicas, por não conhecer os príncipes nem ser por eles conhecido, logo se submete de novo ao jugo, que na maioria das vezes é mais pesado do que o anterior que, pouco antes, ele se arrancara do pescoço: e fica em meio a tais dificuldades, desde que a matéria não esteja corrompida. Porque um povo inteiramente corrompido não pode, nem por breve tempo, viver livre, como abaixo se discorrerá: por isso, o que aqui dizemos refere-se aos povos entre os quais a corrupção não seja muito propagada, sendo ainda maior a parte boa que a podre.

A essa dificuldade se soma outra, qual seja, o estado que se torna livre angaria partidários inimigos, e não partidários amigos. Tornam-se partidários inimigos todos os que se prevalecem do estado tirânico, cevando-se das riquezas do príncipe; esses, desaparecendo a possibilidade do tirarem proveito, não podem viver contentes e são forçados a tentar resgatar a tirania, para recuperarem a autoridade. Não se conquistam, como disse, partidários amigos; porque na vida livre concedem-se honrarias e prêmios por algumas razões honestas e determinadas, afora as quais não se premia nem se honra ninguém; e quando alguém tem as honras e as utilidades que acredita merecer, não confessa obrigações para com quem as concede. Além disso, há uma utilidade comum proveniente da vida livre que ninguém reconhece enquanto a possui, e essa utilidade consiste em poder cada um gozar livremente e sem temor das coisas que tem, em não duvidar da honra das mulheres e dos filhos, em não temer por si mesmo; porque ninguém jamais confessará obrigações para com alguém que não o ofenda.

No entanto, como disse acima, o estado livre, nascente, vem a ter partidários inimigos, e não partidários amigos. E, para se remediarem esses inconvenientes e as desordens que as dificuldades acima citadas trariam consigo, não existe remédio mais poderoso, mais válido, mais seguro e mais necessário que matar os filhos de Bruto[82]: estes, como mostra a história, só foram induzidos, com outros jovens romanos, a conjurar contra a pátria porque com os cônsules não podiam auferir as vantagens ilícitas [*non si potevono valere straordinarimente*] que auferiam com os reis; desse modo, a liberdade daquele povo parecia ter-se tornado servidão para eles. E quem se puser a governar uma multidão, seja por via de liberdade ou por via de principado, se não se garantir contra os que são inimigos da nova ordenação, criará um estado de vida breve [*poca vita*]. Verdade é que considero infelizes os príncipes que, para assegurarem o seu estado, precisam valer-se de meios extraordinários, visto terem por inimigos uma multidão: porque quem tem por inimigo os poucos[83] consegue segurança com facilidade e sem muitos escândalos; mas quem tem o povo todo [*l'universale*] por inimigo nunca está seguro; e, quanto mais crueldade usar, mais fraco se tornará seu principado. De tal sorte que o maior remédio é procurar angariar a amizade do povo.[84]

E ainda que as coisas sobre as quais discorro agora não estejam em conformidade com o que se encontra acima, visto que falo aqui de um principado e ali de uma re-

82. A referência é feita aos filhos de Lúcio Júnio Bruto, fundador da república romana. Seus filhos, que conspiraram a favor do rei Tarquínio, foram mortos pelo pai (cf. *Discursos*, III, 3). [N. da T.]

83. Cf. *O príncipe*, 18. [N. da R. T.]

84. Cf. *Discursos*, I, 5, e *O príncipe*, 9. [N. da R. T.]

pública, para não precisar retornar a este assunto quero dizer algumas palavras. O príncipe, portanto, que queira conquistar um povo que lhe seja inimigo – em se tratando dos príncipes que se tenham tornado tiranos em sua pátria –, deve examinar primeiro o que o povo deseja; verá então que ele sempre deseja duas coisas: uma é vingar-se dos que lhe acarretam a servidão, e outra é recobrar a liberdade. O primeiro desejo pode ser satisfeito no todo; o segundo, em parte. Quanto ao primeiro, existe um exemplo apropriado. Quando Clearco, tirano de Heracléia, estava no exílio, ocorreu um conflito entre o povo e os optimates de Heracléia; estes, sentindo-se em inferioridade, voltaram-se para Clearco e, por meio de uma conjuração, o puseram no governo de Heracléia, contra a disposição do povo, que se viu privado da liberdade. Desse modo, Clearco, encontrando-se entre a insolência dos optimates, que ele não conseguia de modo algum contentar nem corrigir, e a raiva do povo, que não podia suportar a perda da liberdade, decidiu de um só golpe livrar-se do incômodo causado pelos grandes e angariar a simpatia do povo. E, assim, aproveitando a ocasião oportuna, aniquilou todos os optimates, para extrema satisfação do povo. Por esse meio, satisfez uma das vontades que os povos têm, ou seja, vingar-se. Mas, quanto ao outro desejo popular, que é reaver a liberdade, não podendo o príncipe satisfazê-lo, deverá examinar quais são as razões que fazem tais homens desejar a liberdade; e descobrirá que uma pequena parte deles deseja ser livre para comandar, mas todos os outros, que são infinitos, desejam a liberdade para viverem com segurança. Porque em todas as repúblicas, sejam elas ordenadas como forem, aos escalões do comando nunca chegam quarenta ou cinqüen-

ta cidadãos: e, como esse número é pequeno, é fácil obter segurança, seja eliminando-os, seja tornando-os partícipes de honras capazes de contentá-los em boa parte, segundo as suas condições. Os outros, aos quais basta viver em segurança, é fácil satisfazer, criando ordenações e leis que contemplem tanto o poder do príncipe quanto a segurança de todos [*universale*]. E, sempre que assim se fizer, se o povo vir que, por nenhum acontecimento, tais leis serão violadas, o príncipe em breve começará a viver seguro e contente. Exemplo disso está no reino de França[85], que vive seguro simplesmente porque seus reis estão vinculados a infinitas leis, nas quais se inclui a segurança de todos os seus povos. E quem ordenou aquele estado desejou que seus reis dispusessem das armas e do dinheiro, mas que de quaisquer outras coisas só se pudesse dispor segundo o que fosse ordenado pelas leis. Portanto, o príncipe ou a república que não se asseguram no princípio de seu estado, deverão obter a segurança na primeira ocasião, como fizeram os romanos. Quem deixar passar a ocasião, se arrependerá tarde demais por não ter feito o que devia[86].

O povo romano, pois, como ainda não estava corrompido quando recuperou a liberdade, depois de mortos os filhos de Bruto e extintos os Tarquínios, pôde conservá-la com todos aqueles modos e ordenações sobre os quais de outra vez discorremos. Mas, quando o povo está corrompido, nem em Roma nem alhures se encontram remédios válidos para mantê-la, como mostraremos no capítulo seguinte.

85. Cf. *Discursos*, I, 55, e *O príncipe*, 19. [N. da R. T.]
86. Cf. "Dell'occasione", in *I Capitoli*. [N. da R. T.]

17. Um povo corrompido que se torne livre com enorme dificuldade se mantém livre[87]

Julgo que era necessário que ou os reis desaparecessem em Roma, ou Roma em curtíssimo tempo se tornaria fraca e de nenhum valor; porque, considerando o grau de corrupção a que haviam chegado aqueles reis, a prosseguirem daquele modo por mais duas ou três sucessões, e se a corrupção que neles havia tivesse começado a espalhar-se pelos membros, uma vez que estes também estivessem corrompidos, teria sido impossível reformá-la. Mas, perdida a cabeça quando o busto ainda estava íntegro, os membros puderam facilmente voltar a viver livres e ordenados. E é de pressupor como grande verdade que uma cidade corrompida que viva sob o domínio de um príncipe jamais poderá viver livre depois de morto o príncipe com toda a sua estirpe; aliás, é preciso que um príncipe elimine o outro: e sem criação de um novo senhor ela nunca se aquietará, a não ser que a bondade de um, aliada à *virtù*, a mantenha livre; mas tal liberdade durará tanto quanto durar a vida dele: foi o que ocorreu em Siracusa, de Díon e Timoleonte: em suas diferentes épocas, enquanto eles viveram, sua *virtù* manteve a cidade livre; depois de mortos, porém, voltou-se à antiga tirania. Mas não se vê exemplo mais forte que o de Roma, onde, expulsos os Tarquínios, logo foi possível ganhar e manter a liberdade; mas, morto César, morto Caio Calígula, morto Nero, extintos todos os césares, nunca mais se pôde não só manter como também dar princípio à liberdade. E tanta diversidade de acontecimentos numa

87. Tito Lívio, II, 1-5, e *Discursos*, I, 55. [N. da R. T.]

mesma cidade ocorreu apenas porque, nos tempos dos Tarquínios, o povo romano ainda não estava corrompido, e nos últimos tempos estava extremamente corrompido. Porque antes, para que ele se mantivesse firme e disposto a evitar os reis, bastou fazê-lo jurar que jamais permitiria que alguém reinasse em Roma; e nos outros tempos não bastaram a autoridade e a severidade de Bruto[88], com todas as legiões orientais, para mantê-lo disposto a conservar a liberdade que, à semelhança do primeiro Bruto, este lhe devolvera. Isso proveio da corrupção que as facções de Mário haviam inculcado no povo; César, que as comandava, pôde cegar a multidão a tal ponto que ela não percebeu o jugo que por si mesma se punha sobre o pescoço.

E, embora esse exemplo de Roma deva ter preferência a qualquer outro exemplo, gostaria de, a propósito, aduzir casos de povos conhecidos em nossos tempos. Digo, portanto, que nenhum acontecimento, por mais grave e violento que fosse, poderia jamais tornar Milão ou Nápoles livres, por estarem seus membros totalmente corrompidos. Viu-se isso depois da morte de Filippo Visconti, pois Milão, desejando ganhar liberdade, não pôde e não soube mantê-la. No entanto, foi grande a sorte de, em Roma, tais reis se terem logo corrompido, sendo por isso expulsos, antes que sua corrupção penetrasse nas entranhas da cidade: essa ausência de corrupção foi a razão de os infinitos tumultos ocorridos em Roma não terem prejudicado, mas, ao contrário, favorecido a república, visto que a finalidade dos homens[89] era boa.

88. Marcos Júnio Bruto, inspirador da conspiração contra César. [N. da T.]
89. Dos plebeus. Cf. *Discursos* I, 5. [N. da R. T.]

E pode-se concluir que, onde a matéria não é corrupta, os tumultos e outros escândalos não causam danos: onde é corrupta, de nada valem leis bem-ordenadas, se estas não forem criadas por alguém que, com extrema força, as faça observar, a tal ponto que a matéria se torne boa. O que não sei se alguma vez ocorreu ou se é possível que ocorra: porque se percebe, como há pouco disse, que uma cidade que entrou em decadência, por corrupção da matéria, se porventura for soerguida, só poderá sê-lo pela *virtù* dum homem que ainda esteja vivo, e não por *virtù* do povo [*dello universale*] a dar sustentação a boas ordenações; e, assim que aquele morre, a cidade retorna a seu antigo hábito: foi o que ocorreu em Tebas, que, enquanto Epaminondas viveu, graças à *virtù* deste conseguiu manter forma de república e de império[90], mas, depois de sua morte, recaiu nas antigas desordens. A razão disso é que nenhum homem pode ter vida tão longa que dê tempo bastante para acostumar bem uma cidade que por longo tempo foi mal acostumada. E, se alguém que tenha vida longa, ou se uma sucessão de dois príncipes virtuosos não a dispuser a tais bons costumes, com a falta deles, conforme dissemos acima, advém-lhe a ruína, se é que passando por muitos perigos e derramamentos de sangue não renasça. Porque tal corrupção e pouca aptidão à vida livre provém de uma desigualdade existente na cidade, e quem quiser dar-lhe igualdade precisará lançar mão de meios extremos [*gran-*

90. Em vez de "forma de república e de império", Inglese propõe "forma de república e império" e justifica: "Todos os testemunhos e, portanto, Mazzoni, [transcrevem] *di imperio*, mas é necessário corrigir, porque Tebas *teve [...] império* (ou seja, 'domínio' sobre os outros gregos) e *forma de república* (constituição republicana); enquanto 'forma de império' não significa nada razoável" (Inglese, *op. cit.*, p. 229). [N. da R. T.]

dissimi straordinari], o que poucos sabem ou querem fazer; acerca disso falaremos com mais particulares em outro lugar.

18. De que modo, nas cidades corrompidas, se poderia manter um estado livre que já exista ou ordená-lo, caso não exista[91]

Não creio que seja inoportuno nem deixe de conformar-se ao assunto de que tratamos acima considerar se numa cidade corrompida é possível manter um estado livre que já exista ou, se não existir, ordenar um. Duas coisas que é muito difícil fazer: e, embora seja quase impossível estabelecer suas regras, por ser necessário agir segundo os graus da corrupção, mesmo assim, visto que me cabe falar de tudo, não quero deixar este assunto para trás. E pressuporei uma cidade extremamente corrompida, a fim de aumentar ainda mais tal dificuldade; porque não há leis nem ordenações bastantes para frear uma corrupção generalizada [*universale*]. Porque, assim como os bons costumes precisam de leis para manter-se, também as leis, para serem observadas, precisam de bons costumes. Além disso, as ordenações e as leis criadas numa república nascente, quando os homens ainda eram bons, mais tarde deixam de convir, quando eles se tornam malvados. E, embora as leis de uma cidade variem segundo os acontecimentos, as ordenações nunca ou raramente variam: isso faz que as novas leis não bastem, porque as ordenações, que estão firmes, as corrompem.

91. Tito Lívio, II, 1-5. [N. da R. T.]

E, para levar a entender melhor essa parte, direi como, em Roma, era ordenado o governo, ou seja, o estado, e como o eram as leis, que com os magistrados refreavam os cidadãos. A ordenação do estado era a autoridade do povo, do senado, dos tribunos, dos cônsules, o modo de candidatar-se e de eleger magistrados e o modo de fazer leis. Essas ordenações pouco ou nada variaram nos acontecimentos. Variaram as leis que refreavam os cidadãos – tal como a lei dos adúlteros[92], a lei suntuária[93], a lei da ambição[94] e muitas outras –, à medida que os cidadãos se iam corrompendo. Mas, mantendo-se as ordenações do estado, que nos tempos de corrupção já não eram boas, tais leis, que se iam renovando, não bastavam para fazer que os homens continuassem sendo bons; no entanto, de muito valeriam se, com a sua inovação, também fossem reformadas as ordenações.

A prova de que tais ordenações, na cidade corrompida, já não eram boas está em dois pontos principais, que são a criação dos magistrados e a das leis. O povo romano só concedia o consulado e os outros cargos superiores da cidade a quem os pleiteava. Essa ordenação, no princípio, foi boa, porque só pleiteavam tais cargos os cidadãos que se consideravam dignos deles, e, sendo ignominiosa a rejeição, para serem considerados dignos, todos obravam bem. Depois, no entanto, na cidade corrompida, esse modo tornou-se perniciosíssimo; porque as magistraturas não eram pleiteadas pelos que tinham mais *virtù*, e sim pelos que tinham mais poder; e os não-po-

92. *Lex Julia de adulteriis*, promulgada por Augusto (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 90).

93. Lei contra o luxo (cf. *id.*, *ibid.*).

94. Lei contra a corrupção eleitoral (cf. *id.*, *ibid.*).

derosos, ainda que virtuosos, abstinham-se de pleiteá-las, por medo. Não se chegou a esse inconveniente de repente, mas aos poucos, como ocorreu com todos os outros inconvenientes: porque os romanos, depois de terem dominado a África e a Ásia e imposto obediência a quase toda a Grécia, tornaram-se seguros da liberdade que tinham, e não lhes parecia que houvesse inimigos capazes de causar-lhes medo. A segurança deles e a fraqueza dos inimigos fizeram que o povo romano, ao conceder o consulado, já não mais tivesse consideração pela *virtù*, mas sim pela popularidade, guindando a tal cargo aqueles que mais soubessem lidar com os homens, e não os que mais soubessem vencer os inimigos; depois, daqueles que tinham mais popularidade, decaíram mais e passaram a conceder o cargo aos que tivessem mais poder; assim, os bons, por defeito de tal ordenação, ficaram de todo excluídos. Um tribuno ou outro cidadão podiam apresentar ao povo uma lei, sobre a qual qualquer cidadão podia falar a favor ou em contrário, antes que se deliberasse a seu respeito. Essa ordenação foi boa enquanto os cidadãos foram bons; porque sempre foi bom que qualquer um que pretendesse fazer um bem ao público pudesse apresentar uma lei; e também é bom que todos possam emitir sua opinião sobre ela, para que o povo, depois de ouvi-las todas, possa escolher a melhor. Mas, depois que os cidadãos se tornaram maus, a ordenação tornou-se péssima, porque só os poderosos apresentavam leis, não em favor da liberdade comum, mas do seu poder; e contra elas ninguém podia falar, por medo daqueles: de tal modo que o povo ou era enganado ou forçado a deliberar a sua própria ruína.

Portanto, para que Roma se mantivesse livre naquele estado de corrupção, era necessário que, assim como ao

longo de sua vida criara novas leis, também tivesse criado novas ordenações: porque, para um sujeito mau, as ordenações e os modos de vida ordenados são diferentes dos que se ordenam para um sujeito bom; e a forma não pode ser semelhante em uma matéria de todo contrária. Mas tais ordenações ou devem ser renovadas todas de uma só vez, tão logo se descubra que não são mais boas, ou aos poucos, antes que todos percebam seu inconveniente; digo que ambas as coisas são quase impossíveis. Porque, para que elas sejam renovadas aos poucos, é preciso que isso seja promovido por um homem prudente, que perceba o inconveniente de antemão, quando ele nasce. Desse tipo de homem é fácil que nunca surja nenhum em dada cidade: e, mesmo que surgisse, pode ser que nunca persuadisse os outros daquilo que pretendesse; porque os homens, acostumados a viver de um modo, não querem mudá-lo, sobretudo se não vêem o mal de perto, mas tendo este de ser-lhes mostrado por conjectura. Quanto a inovar tais ordenações de uma só vez, quando todos reconhecem que não são boas, digo que essa inutilidade, quando facilmente reconhecível, é difícil de corrigir; porque, para tanto, não basta usar medidas ordinárias, visto que os modos ordinários são maus; mas é necessário recorrer ao extraordinário, como a violência e as armas, tornando-se, antes de mais nada, príncipe em tal cidade, para poder dispô-la a seu modo. E, como a reordenação de uma cidade para a vida política pressupõe um homem bom, e tornar-se príncipe de uma república pela violência pressupõe um homem mau, ver-se-á que raríssimas vezes um homem bom queira tornar-se príncipe por vias más, ainda que o fim seja bom; e também é raro que um malvado, tornando-se príncipe, deseje bem obrar e

que se lhe incuta no ânimo o bom uso da autoridade que conquistou por meios maus.

De tudo o que dissemos acima provém a dificuldade, ou a impossibilidade, de nas cidades corrompidas manter ou criar uma república. Mas, em se precisando criar ou manter uma, seria necessário, antes, reduzi-la ao estado régio do que ao estado popular; para que os homens insolentes que não pudessem ser corrigidos pelas leis fossem de algum modo freados por uma autoridade quase régia. E torná-los bons por outros meios seria empresa crudelíssima ou de todo impossível; como já disse acima, foi o que fizeram Cleômenes, que, para governar sozinho, matou os éforos, e Rômulo, que, pelas mesmas razões, matou o irmão e Tito Tácio Sabino, mas depois usaram bem a autoridade conquistada; entretanto, é preciso notar que nenhum dos dois tinha o sujeito maculado por aquela corrupção de que estamos falando neste capítulo, motivo por que puderam desejar e realizar seus projetos.

19. Depois de um príncipe excelente pode-se manter um príncipe fraco; mas, depois de um fraco, não se pode manter reino algum com outro príncipe fraco[95]

Considerando-se a *virtù* e o modo do proceder de Rômulo, Numa e Tulo Hostílio, os três primeiros reis romanos, vê-se que Roma foi sorteada com uma fortuna imensa, pois o primeiro rei foi ferocíssimo e belicoso, enquanto o segundo foi tranqüilo e religioso, ao passo que

95. Tito Lívio, I, 4-32. [N. da R. T.]

o terceiro se assemelhou em ferocidade a Rômulo, sendo mais amante da guerra que da paz.

Porque era necessário que nos primórdios de Roma surgisse um ordenador da vida civil, mas depois era necessário que os outros reis retomassem a *virtù* de Rômulo; se isso não ocorresse, a cidade se tornaria efeminada e presa fácil dos vizinhos. Donde se pode notar que um sucessor que não tenha tanta *virtù* quanto o primeiro pode manter um estado graças à *virtù* daquele que o governou antes, sendo possível gozar os frutos de seu trabalho, mas, se ocorrer que sua vida seja longa ou que depois dele não surja outro que retome a *virtù* do primeiro, é necessário que tal reino se arruíne. Assim, ao contrário, é freqüente ocorrer que dois príncipes de grande *virtù*, sucedendo-se um ao outro, façam coisas grandiosas e que sua fama atinja as alturas do céu.

Davi, sem dúvida, foi homem excelente nas armas, na doutrina, no juízo; e foi tanta a sua *virtù*, que, depois de vencer e derrotar todos os vizinhos, legou a seu filho Salomão um reino pacificado, que este pôde conservar com a arte da paz, e não com a guerra, conseguindo gozar com felicidade os frutos da *virtù* do pai. Mas não conseguiu legar o mesmo a seu filho Roboão, que, não se assemelhando em *virtù* ao avô e em fortuna ao pai, a duras penas ficou com a sexta parte do reino. Baisit, sultão dos turcos, por ser mais amante da paz que da guerra, pôde gozar os frutos do trabalho de Maomé, seu pai, pois este, depois de vencer os vizinhos, como Davi, legou um reino sólido, que podia ser facilmente conservado com a arte da paz. No entanto, se o seu filho Salim, atual senhor, tivesse sido semelhante ao pai, e não ao avô, aquele reino se arruinaria; mas vê-se que este está para superar a

glória do avô. Quero portanto dizer, com esses exemplos, que, depois de um príncipe excelente, um príncipe fraco pode manter-se; mas, depois de um fraco, nenhum reino pode manter-se com outro príncipe fraco, caso não seja mantido por suas antigas ordenações, como o reino de França: e são fracos os príncipes que não se ocupam da guerra.

Concluo, portanto, do que disse que a *virtù* de Rômulo foi tão grande que deu a Numa Pompílio a possibilidade de governar Roma durante muitos anos com a arte da paz: mas, depois dele veio Tulo, que com sua ferocidade recuperou a fama de Rômulo: depois dele, veio Anco, dotado pela natureza de tal modo que podia usar a paz e suportar a guerra. Começou por desejar manter a via da paz, mas logo percebeu que os vizinhos, considerando-o efeminado, o menosprezavam, e assim achou que, para manter Roma, precisava voltar-se para a guerra, assemelhando-se a Rômulo, e não a Numa.

Que isso sirva de exemplo a todos os príncipes que governam um estado; pois quem se assemelhar a Numa manterá ou não o estado, segundo aquilo que seja determinado pelos tempos ou pela fortuna; mas quem se assemelhar a Rômulo, sendo como ele armado de prudência e de armas, o manterá de qualquer modo, desde que ele não lhe seja arrebatado por força obstinada e extraordinária. E certamente se pode considerar que, se o terceiro rei de Roma tivesse sido um homem incapaz de devolver-lhe a reputação por meio das armas, ela nunca mais teria conseguido ganhar poder, ou o teria obtido com enorme dificuldade; tampouco poderia ter realizado os feitos que realizou. E assim, enquanto foi governada pelos reis, esteve exposta ao perigo de ser arruinada por um rei fraco ou malvado.

20. A sucessão de dois príncipes virtuosos produz grandes efeitos; e como as repúblicas bem ordenadas têm necessariamente sucessões virtuosas, sendo portanto grandes as suas conquistas e a sua expansão

Depois que Roma expulsou os reis, deixou de estar exposta aos perigos de que falamos acima, ou seja, da sucessão de um rei fraco ou mau. Porque aos cônsules foi dado o poder supremo, não por herança, fraudes ou ambição violenta, mas por sufrágio livre; e eram sempre excelentes homens: Roma, valendo-se de tempos em tempos da *virtù* e da fortuna deles, pôde atingir o máximo da grandeza num número de anos igual aos que estivera sob os reis. Assim se vê que a sucessão de dois príncipes virtuosos – como foram Filipe da Macedônia e Alexandre Magno – é suficiente para a conquista do mundo. Mais ainda deve realizar uma república, que pode eleger não só dois, mas infinitos príncipes virtuosíssimos em sucessão, o que deve ocorrer sempre em toda república bem ordenada.

21. Da censura merecida pelo príncipe e pela república que não têm armas próprias[96]

Os príncipes atuais e as repúblicas modernas que não têm soldados próprios para a defesa e o ataque devem envergonhar-se e, diante do exemplo de Tulo, concluir que tal deficiência não se dá por falta de homens ap-

96. Cf. *O príncipe*, 12. [N. da R. T.]

pois de muitas disputas, mais pelos rogos do pai do que por seus próprios méritos. Há aí três coisas notáveis: uma é que nunca se deve arriscar toda a fortuna com parte das forças; outra é que numa cidade bem-ordenada as culpas nunca são compensadas pelos méritos; a terceira é que nunca são sábias as decisões, quando se deve ou se pode desconfiar de sua inobservância. Porque a servidão é coisa tão séria para uma cidade que não é de crer que seus reis ou seus povos fiquem contentes com o fato de sua submissão provir de três cidadãos seus, como o que quis fazer Mécio, que, embora se confessasse vencido depois da vitória dos romanos, prometendo obediência a Tulo, na primeira expedição que precisaram acordar contra Veios, procurou enganá-los; como se tivesse percebido tarde a temeridade da decisão antes tomada. E, visto que muito se falou desse terceiro fato digno de nota, falaremos apenas dos outros dois, nos próximos dois capítulos.

23. Que não se deve pôr em risco toda a fortuna nem todas as forças; e por que muitas vezes é danosa a defesa de desfiladeiros

Nunca foi julgada sábia a decisão de pôr em risco toda a fortuna nem todas as forças. Isso se faz de vários modos. Um deles consiste em fazer o que fizeram Tulo e Mécio, quando confiaram toda a fortuna da pátria e a *virtù* de todos os homens que ambos tinham em seus exércitos à *virtù* e à fortuna de três cidadãos seus, que constituíam uma parte mínima das forças de cada um. E com tal decisão não se aperceberam de que quase tornavam vão todo o trabalho suportado por seus antecessores para

ordenar a república, para permitir que ela vivesse livre por muito tempo e para fazer de seus cidadãos defensores da liberdade, visto que estava em poder de tão poucos a sua perdição. Coisa que não podia ser mais mal pensada por aqueles reis.

Quase sempre incidem nesse erro aqueles que, diante do avanço do inimigo, decidem defender os lugares difíceis e guardar os desfiladeiros: porque essa decisão será danosa sempre que em tais lugares de difícil defesa não for possível manter comodamente todas as forças. Apenas se isso for possível, tal decisão deverá ser tomada; mas, em sendo difícil o lugar e não se podendo ali manter todas as forças, a decisão é danosa. O que me leva a assim julgar é o exemplo daqueles que, sendo assaltados por um inimigo forte [*potente*] e sendo o seu território circundado por montes e lugares montanhosos, nunca tentaram combater o inimigo em desfiladeiros e montes, mas foram encontrá-lo para além destes; ou, quando não quiseram assim proceder, esperaram o inimigo entre tais montes, em lugares acolhedores e não montanhosos. E a razão disso foi aquela que se disse acima, ou seja, quando não é possível pôr muitos homens para guardar os lugares montanhosos – seja porque nestes não se pode viver muito tempo, seja por serem tais lugares exíguos, com capacidade para poucos –, não é possível resistir a um inimigo que venha em grande número: e para o inimigo é fácil investir em grande número, porque sua intenção é passar, e não parar; e a quem o espera é impossível esperar em grande número, por precisar manter um alojamento durante mais tempo, não sabendo quando o inimigo vai querer passar por aqueles lugares, como disse, estreitos e estéreis. Portanto, ao perderes a passagem que delibe-

raste conservar e na qual teu povo e teu exército confiavam, os habitantes e o que resta dos teus homens são tomados de tanto terror que, sem poderes pôr à prova a *virtù* destes, acabas derrotado; e, assim, pões a perder toda a tua fortuna com parte das tuas forças.

Todos sabem com que dificuldade Aníbal transpôs as montanhas que separam a Lombardia da França, e com que dificuldade transpôs as que separam a Lombardia da Toscana: no entanto, os romanos o esperaram antes em Ticino e depois na planície de Arezzo, preferindo que seu exército fosse dizimado pelo inimigo nos lugares onde tinham a possibilidade de vencer, a conduzi-lo para o alto das montanhas, onde poderia ser destruído pela aspereza do lugar[101].

E quem ler com sensatez todas as histórias verá que foram pouquíssimos os comandantes virtuosos que tentaram guardar semelhantes desfiladeiros, tanto pelas razões já ditas, quanto pela impossibilidade de fechá-los todos, visto serem os montes como os campos, que não têm somente os caminhos costumeiros e freqüentados, mas muitos outros que, se não são conhecidos pelos forasteiros, o são pelos habitantes da região, com cuja ajuda sempre serás levado a qualquer lugar, contra a vontade de quem a ti se opõe. E sobre isso podemos citar exemplo recentíssimo, de 1515. Quando Francisco, rei de França, tencionava entrar na Itália para recuperar o estado da Lombardia, o maior argumento aduzido pelos que eram contrários ao seu cometimento era que os suíços o deteriam nos desfiladeiros entre os montes. E, como depois mostrou a experiência, aquele argumento não tinha funda-

101. Tito Lívio, XXI, 32-7 e 58. [N. da R. T.]

mento, pois o rei, deixando de lado dois ou três lugares guardados pelos suíços, passou por outro caminho desconhecido e, assim, entrou na Itália e aproximou-se deles mais cedo do que era esperado. De tal modo que, apavorados, eles se refugiaram em Milão, e todos os povos da Lombardia se avizinharam dos franceses; assim se mostrou vã a opinião de que os franceses deviam ser retidos nas montanhas.

24. As repúblicas bem-ordenadas instituem prêmios e penas para seus cidadãos, e nunca compensam estas com aqueles[102]

Tinham sido imensos os méritos de Horácio, que com *virtù* vencera os Curiácios, e fora atroz a sua culpa, ao matar a irmã: tal homicídio, porém, desgostou tanto os romanos que estes o obrigaram a defender a própria vida em julgamento, apesar de serem tão grandes e recentes os seus méritos. Esse fato poderia parecer um exemplo de ingratidão popular[103] a quem o considerasse superficialmente: no entanto, quem o examinar melhor e procurar com mais atenção quais devem ser as ordenações das repúblicas, haverá de censurar aquele povo mais por tê-lo absolvido do que por ter desejado condená-lo. E a razão disso é que nenhuma república bem-ordenada jamais usou os méritos de seus cidadãos para anular seus deméritos, mas, tendo ordenado prêmios para as boas obras e penas para as más, mesmo tendo premiado al-

102. Tito Lívio, I, 22-30. [N. da R. T.]
103. Cf. *Discursos*, I, 28-9. [N. da R. T.]

guém por uma boa obra, castigá-lo-á depois, sem consideração alguma por suas boas obras, caso ele venha a cometer uma má ação. E quando tais ordenações são bem observadas, as cidades vivem livres por muito tempo; quando não o são, logo se arruínam. Porque, se num cidadão que tenha realizado alguma excelente obra em favor da cidade se somarem à reputação proveniente dessa obra a audácia e a confiança de cometer uma ação que não seja boa sem temor de punição, este em breve se tornará tão insolente que se dissolverá toda autoridade da lei [*civiltà*].

E, para que se mantenha a pena pelas más ações, é necessário observar os prêmios pelas boas, como vimos que foi feito em Roma. E mesmo que uma república seja pobre e possa dar pouco, não deve abster-se desse pouco; porque um pequeno prêmio, ainda que concedido como recompensa por um grande benefício, será considerado grande e honroso por quem o recebe. É bem conhecida[104] a história de Horácio Cocles, bem como a de Múcio Cévola: aquele conteve os inimigos numa ponte, até que a ponte fosse destruída; o outro queimou a mão, que errara o alvo, na tentativa de matar Porsena, rei dos toscanos[105]. Por tais obras tão insignes cada um dos dois recebeu do estado [*dal publico*] dois alqueires de terra. Também é conhecida a história de Mânlio Capitolino. Este, por ter salvo o Capitólio dos franceses, que o sitiavam, recebeu dos que estavam sitiados com ele uma pequena medida de farinha, prêmio que foi grande em vista das condições [*secondo la fortuna*] que então imperavam em Roma, no entanto, quando, movido por inveja ou natu-

104. Tito Lívio, II, 10 e 12. [N. da R. T.]
105. Etruscos. [N. da R. T.]

reza má, suscitou a sedição em Roma, procurando ganhar os favores do povo, Mânlio foi, sem consideração por seus méritos, precipitado do alto do mesmo Capitólio que ele antes salvara com tanta glória[106].

25. Quem quiser reformar um estado antigo, transformando-o em cidade livre, deverá manter pelo menos algum vestígio dos antigos modos[107]

Quem desejar reformar o estado de uma cidade, se quiser que ele seja aceito e se mantenha com satisfação de todos, precisará conservar algum vestígio pelo menos dos antigos modos, para que o povo não tenha a impressão de que a ordenação mudou, ainda que, na verdade, as novas ordenações sejam de todo estranhas às do passado; porque o comum dos homens [*universale*] se nutre tanto do que parece ser quanto do que é: aliás, muitas vezes se comovem mais com as coisas que parecem ser do que com as que são. Por essa razão, os romanos, reconhecendo essa necessidade no princípio de sua vida livre, ao criarem dois cônsules para substituir um rei, não quiseram que eles tivessem mais de doze lictores, para que não fosse ultrapassado o número de lictores que serviam aos reis. Além disso, como em Roma se costumava realizar um sacrifício anual, que só podia ser presidido pela pessoa do rei, os romanos, não querendo que o povo viesse a sentir falta de qualquer das coisas antigas devido à ausência do rei, criaram um dirigente para tal sacrifício e deram-lhe o nome de *Rex Sacrificulus*, submeten-

106. Tito Lívio, V, 47; VI, 20. [N. da R. T.]
107. *Id.*, II, 1-2. [N. da R. T.]

do-o ao sumo sacerdote: assim, foi satisfeito o desejo do povo por aquele sacrifício, a fim de que ele não tivesse razões para desejar o retorno dos reis. E isso deve ser observado por todos quantos queiram eliminar um antigo modo de vida de uma cidade e conduzi-la a uma vida nova e livre: porque, visto que as coisas novas alteram as mentes dos homens, deves empenhar-te para que tais alterações conservem o máximo possível das antigas; e, se as magistraturas diferem das antigas em número, autoridade e duração, que pelo menos mantenham seu nome. É isso, como disse, o que deve ser observado por todo aquele que queira ordenar a vida política, seja por via de república, seja de reino: mas quem quiser constituir poder absoluto, que os autores chamam de tirania[108], deve renovar tudo, conforme se dirá no próximo capítulo.

26. Um príncipe novo, em cidade ou província por ele tomada, deve renovar tudo

Quem se tornar príncipe de uma cidade ou de um estado, sobretudo se suas bases forem fracas e não se volte à vida civil, ou por via de reino, ou de república, a melhor solução para manter o principado, visto ser ele um novo príncipe, é renovar tudo em tal estado, isto é, constituir novos governos com novas denominações, novas autoridades, novos homens; fazer dos ricos pobres, dos pobres ricos, como Davi, quando se tornou rei: "Qui esurientes implevit bonis, et divites dimisit inanes"[109]; além disso, edi-

108. Cf. *Discursos*, I, 10. [N. da R. T.]

109. Que encheu de bens os famintos e dispensou os ricos de mãos vazias. [N. da T.]

ficar novas cidades, demolir outras já edificadas, transferir os habitantes de um lugar para outro; enfim, nada deixar intacto em tal província, e que ninguém tenha título, ordem, estado ou riqueza que não reconheça provir de tal príncipe; e deve ele tomar por modelo Filipe da Macedônia, pai de Alexandre, que, com esses modos, deixou de ser um pequeno rei e se tornou príncipe da Grécia. E quem sobre ele escreve diz que transferia os homens de uma província para outra, como fazem os pastores com seus rebanhos. São modos crudelíssimos e contrários à vida, não só cristã, mas humana; deles qualquer homem deve fugir e preferir viver como cidadão comum [*privato*] a ser rei com tamanha ruína para os homens; no entanto, quem não quiser trilhar esse primeiro caminho do bem, se quiser manter-se, precisará enveredar por esse mal. Mas os homens trilham certos caminhos do meio, que são de todo danosos; porque não sabem ser nem totalmente maus, nem totalmente bons, como se mostrará no próximo capítulo, por via de exemplo.

27. Raríssimas vezes os homens sabem ser de todo maus ou de todo bons

O papa Júlio II, indo a Bolonha em 1505, para expulsar daquele estado a casa dos Bentivogli, que ocupara o principado da cidade durante cem anos, queria também tirar de Perúgia Giovampagolo Baglioni, que lá era tirano, visto que ele havia conjurado contra todos os tiranos que ocupavam as terras da Igreja. E, chegando às cercanias de Perúgia com tal ânimo e deliberação, conhecida por todos, não esperou para entrar na cidade com seu exército,

que o guardaria, mas entrou desarmado, não obstante lá dentro estar Giovampagolo com muitos homens, reunidos para a sua defesa. De tal modo que, guiado pela impetuosidade [*furore*][110] com que conduzia todas as coisas, foi o papa pôr-se nas mãos do inimigo, acompanhado apenas de sua guarda; e trouxe-o consigo, deixando na cidade um governador que administrasse a justiça pela Igreja. Os homens prudentes que acompanhavam o papa notaram a temeridade deste e a covardia de Giovampagolo; e não podiam entender por que este, com sua perpétua fama, não matara de vez o inimigo, enriquecendo-se com a presa, visto que com o papa estavam todos os cardeais, com todas as suas riquezas. Não era de crer que se tivesse abstido por bondade ou que tivesse sido retido pela consciência; porque no peito de um homem facinoroso, que tinha a irmã por amante, que matara os primos e os sobrinhos para reinar, não podia pousar nenhum respeito piedoso: mas concluiu-se que os homens não sabem ser maus com honra nem bons com perfeição, e que, quando uma maldade tem em si grandeza ou é parcialmente generosa, eles não sabem praticá-la.

Assim, Giovampagolo, que não se importava em ser incestuoso e notório parricida, apresentando-se a ocasião, não soube, ou melhor, não ousou cometer um ato cuja coragem teria despertado a admiração de todos, que teria deixado de si memória eterna, pois ele teria sido o primeiro a mostrar aos prelados a pouca consideração que merece quem vive e reina como eles, e teria feito algo cuja grandeza superaria qualquer infâmia, qualquer perigo que de tal ato pudesse decorrer.

110. Cf. *O príncipe*, 25. [N. da R. T.]

28. Por que razão os romanos foram menos ingratos com seus cidadãos do que os atenienses[111]

Quem ler as coisas feitas pelas repúblicas, em todas encontrará alguma espécie de ingratidão para com seus cidadãos, mas as encontrará em menor número em Roma do que em Atenas e em qualquer outra república. E buscando a razão para tanto, em se falando de Roma e de Atenas, diria que isso acontecia porque os romanos tinham menos motivo para suspeitar de seus cidadãos do que os atenienses. Porque em Roma, se a observarmos desde a expulsão dos reis até Sila e Mário, veremos que nunca foi abolida a liberdade de nenhum de seus cidadãos, de tal modo que não havia grande razão para suspeitar deles, e, por conseguinte, de ofendê-los inconsideradamente. Em Atenas ocorreu bem o contrário; porque, privada da liberdade em seu período mais próspero por Pisístrato, enganada por uma simulação de bondade, quando ela voltou a ser livre como antes, lembrando-se das injúrias recebidas e da servidão passada, tornou-se pronta a se vingar, não só dos erros de seus cidadãos, mas também quando apenas desconfiava dos erros. Daí decorreram o exílio e a morte de tantos homens excelentes, a ordenação do ostracismo e todas as outras violências cometidas contra seus optimates em vários momentos. E é grande verdade o que dizem os escritores das coisas políticas [*civiltà*]: que os povos mordem com mais ferocidade depois que recuperaram a liberdade do que enquanto a conservam[112]. Quem, portanto, pensar bem no que se

111. Tito Lívio, II, 2 e 7. [N. da R. T.]

112. Cícero, *De Officiis*, II, 24: "Acriores autem morsus sunt intermissae libertatis quam retentae" (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 99).

disse não recriminará por isso Atenas nem louvará Roma, mas acusará somente a necessidade, pela diversidade dos acontecimentos surgidos em ambas as cidades. Porque quem considerar as coisas com atenção verá que, se em Roma a liberdade tivesse sido abolida como o foi em Atenas, Roma não teria sido mais piedosa para com seus cidadãos do que foi Atenas. Pode-se então chegar a conjeturas verazes acerca daquilo que, depois da expulsão dos reis, ocorreu a Colatino e a Públio Valério: o primeiro, ainda que se encontrasse entre os que libertaram Roma, foi exilado pela simples razão de ter o nome dos Tarquínios; o outro, apenas pela suspeita de mandar construir uma casa sobre o monte Célio, foi também enviado para o exílio. De tal modo que se pode imaginar, em vista da suspeição e da severidade empregadas com estes, que Roma teria sido tão ingrata quanto Atenas se tivesse sido ofendida por seus cidadãos como foi esta, nos primeiros tempos, antes de crescer. E, para não ter de voltar a tratar dessa matéria da ingratidão, direi o que sobre ela for preciso no próximo capítulo.

29. Sobre quem é mais ingrato, um povo ou um príncipe

A propósito da matéria acima, parece-me oportuno discorrer sobre quem nos dá maior número de exemplos dessa ingratidão, se um povo ou um príncipe. E, para melhor discutir tal assunto, digo que o vício da ingratidão nasce da ganância ou da suspeita[113]. Porque, quando um povo ou um príncipe envia um comandante seu para alguma expedição importante, caso este vença e, com a

113. Cf. "Dell'ingratitudine", v. 25, in *I Capitoli*. [N. da R. T.]

vitória, conquiste grande glória, deve o príncipe ou o povo premiá-lo como compensação: e, se, em vez de premiá-lo, desonra-o ou ofende-o, movido pela ganância, não querendo recompensá-lo por sentir-se tolhido pela cupidez, cometerá um erro que não tem perdão; aliás, granjeará para si infâmia eterna. Mesmo assim, encontram-se muitos príncipes que cometem esse pecado. E Cornélio Tácito diz por quê, com esta sentença: "Proclivius est iniuriae, quam beneficio vicem exsolvere, quia gratia oneri, ultio in questu habetur"[114]. Mas, quando não o premiam, ou melhor, o ofendem, não movidos pela ganância, mas pela suspeita, então o povo e o príncipe merecem alguma escusa. E desse tipo de ingratidão, decorrente de tal razão, existem muitos exemplos: porque o comandante que virtuosamente conquista um império para seu senhor, vencendo os inimigos, cobrindo-se de glória e enchendo seus soldados de riquezas, necessariamente conquista tanta reputação diante de seus soldados, dos inimigos e dos próprios súditos de seu príncipe que a vitória não pode ser vista com bons olhos pelo senhor que o mandou. E, como a natureza dos homens é ambiciosa e suspeitosa e não sabe impor limites à fortuna, é impossível que a suspeita, logo nascida no príncipe depois da vitória de seu comandante, não seja por este mesmo aumentada com algum comportamento ou palavra insolente. E, assim, o príncipe não pode pensar em outra coisa senão em garantir-se: e, para isso, pensa em mandá-lo matar ou em manchar a reputação que ele granjeou perante o exército ou o povo, mostrando, com grande diligência, que a

114. É mais fácil recompensar um ofensa que um benefício, porque a gratidão é um ônus, enquanto a vingança é um ganho (Tácito, *Historiae*, IV, 3). [N. da T.]

vitória não lhe proveio da *virtù*, mas da fortuna, seja pela covardia dos inimigos, seja pela prudência dos outros comandantes que estiveram com ele naquela ação. Depois que Vespasiano, que estava na Judéia, foi declarado imperador por seu exército, Antônio Primo, que estava com outro exército na Ilíria, pôs-se a seu lado e veio à Itália para lutar contra Vitélio, que reinava em Roma, derrotando com grande *virtù* dois exércitos deste último e ocupando Roma, de tal modo que Muciano, mandado por Vespasiano, encontrou tudo conquistado, com todas as dificuldades vencidas graças à *virtù* de Antônio. O prêmio que Antônio ganhou foi o de logo se ver privado da obediência do exército por Muciano, e de, aos poucos, acabar ficando restrito a Roma, sem autoridade alguma; por isso, Antônio foi ter com Vespasiano, que ainda estava na Ásia, e foi por este recebido de tal modo que, em breve, totalmente degradado, morreu como que de desespero. E exemplos tais abundam nas histórias. Em nossos tempos, todos os que estão vivos hoje sabem com que indústria e *virtù* Consalvo Ferrante[115], combatendo por Fernando de Aragão no reino de Nápoles, contra os franceses, conquistou e venceu tal reino; e sabem que seu prêmio pela vitória foi que Fernando saiu de Aragão e, chegando a Nápoles, em primeiro lugar destituiu-o do comando do exército, depois o privou das fortalezas e em seguida o levou consigo para a Espanha, onde ele, pouco tempo depois, morreu sem honras. É, portanto, tão natural essa suspeita nos príncipes que estes não podem dela defender-se; e é impossível que usem de gratidão para com aqueles que, com a vitória, fizeram grandes conquistas sob suas insígnias.

115. Gonzalo Fernández de Córdoba. [N. da T.]

E, se disso um príncipe não consegue defender-se, não será milagre nem coisa digna de memória que um povo não o consiga. Porque, visto que uma cidade que vive livre tem dois objetivos – conquistar a liberdade e mantê-la –, é mister que por excessivo amor erre numa coisa e noutra. Sobre os erros na conquista da liberdade, falaremos em seu devido lugar. Quanto aos erros para manter-se livre, são eles, entre outros: ofender os cidadãos que deveria premiar, suspeitar daqueles nos quais deveria confiar. E, embora esse modo de agir dê ensejo a grandes males numa república corrompida, o que muitas vezes a leva à tirania – como ocorreu na Roma de César, que arrancou pela força aquilo que a ingratidão lhe negava –, numa república não corrompida, dá ensejo a grande bem e a faz viver livre, pois que, pelo medo à punição, mantém consigo os homens melhores e menos ambiciosos. É verdade que entre todos os povos que tiveram império, Roma foi a menos ingrata, pelos motivos acima mencionados: porque se pode dizer que não há outro exemplo da sua ingratidão além do de Cipião, pois Coriolano e Camilo foram exilados pela injúria que fizeram à plebe. Mas, destes, um não foi perdoado por ter sempre nutrido animosidade contra o povo, enquanto o outro não só foi chamado de volta, como durante toda a vida foi adorado como príncipe. Mas a ingratidão demonstrada para com Cipião proveio de uma suspeita que os cidadãos começaram a ter dele e que de outros não tiveram: proveio da grandeza do inimigo que Cipião vencera[116], da reputação obtida com a vitória em tão demorada e perigosa guerra, da celeridade dessa vitória, dos favores que a juventude, a prudência e as suas outras me-

116. Aníbal. [N. da T.]

moráveis virtudes [*virtudi*] lhe granjearam. Coisas estas tão numerosas que faziam ninguém menos que os magistrados de Roma temer sua autoridade: o que muito desagradava aos homens sábios, por ser tudo isso inusitado em Roma. E pareceu tão extraordinária a sua vida, que Catão Prisco, considerado santo, foi o primeiro a opor-se-lhe e a dizer que não se podia chamar livre uma cidade onde houvesse um cidadão que fosse temido pelos magistrados. Assim, o povo de Roma, se nesse caso seguiu a opinião de Catão, merece a desculpa de que disse serem merecedores os povos e os príncipes que se mostram ingratos por suspeita. Concluindo, portanto, estas considerações, digo que, como esse vício da ingratidão decorre da ganância ou da suspeita, vê-se que os povos nunca o tiveram por ganância, e por suspeita o tiveram bem menos que os príncipes, por terem menos razão para suspeitar, como abaixo se dirá.

30. Que comportamentos deve ter um príncipe ou uma república para escapar a esse vício da ingratidão; e quais deve ter o comandante ou o cidadão para não ser atingido por ela

Para escapar a essa necessidade de viver com suspeita ou de ser ingrato, o príncipe deve ir pessoalmente às expedições[117], como faziam de início os imperadores romanos, como o Turco[118] faz em nosso tempo e como fizeram e fazem todos os príncipes que são virtuosos. Porque, vencendo, a glória e as conquistas são todas suas; e

117. Cf. *O príncipe*, 14. [N. da R. T.]
118. Salim I, o Cruel. [N. da T.]

quando não participam das guerras, a glória é alheia, e só lhes parecerá possível garantir aquela conquista extinguindo em outro a glória que não souberam conquistar; e, assim, se tornam ingratos e injustos: e sem dúvida mais perdem que ganham. Mas, quando, por negligência ou por pouca prudência, ficam em casa ociosos e mandam um comandante à guerra, não tenho preceitos para lhes dar, além daquilo que sabem por si mesmos. Mas digo ao comandante, por julgar que ele não poderá fugir à mordida da ingratidão, que faça uma destas duas coisas: ou logo depois da vitória deixe o exército e ponha-se nas mãos do seu príncipe, abstendo-se de qualquer ato insolente ou ambicioso, para que aquele, livre de suspeitas, tenha motivos para premiá-lo ou para não ofendê-lo, ou, se isso não lhe parecer oportuno, assuma com coragem a conduta oposta, comportando-se segundo a sua crença de que aquela conquista é sua, e não de seu príncipe, granjeando a simpatia dos soldados e dos súditos, fazendo novas amizades com os vizinhos, ocupando as fortalezas com seus homens, corrompendo os capitães de seu exército e garantindo-se quanto àqueles que não possam ser corrompidos, e procurando desse modo punir o seu senhor pela ingratidão de que usaria para com ele. Não há outros caminhos, mas, como se disse acima[119], os homens não sabem ser nem de todo malvados, nem de todo bons; e sempre ocorre que, logo depois da vitória, não querem deixar o exército, não podem viver modestamente e não sabem cometer ações violentas e honrosas; assim, por serem ambíguos, entre a incerteza e a ambigüidade são eliminados.

119. Cf. *Discursos*, I, 27. [N. da R. T.]

Às repúblicas que queiram escapar a esse vício da ingratidão não se pode aconselhar o mesmo remédio aconselhado ao príncipe, ou seja, que vá à guerra, e não mande outros, visto que precisam mandar cidadãos seus. Por isso, aconselho-as a comportar-se da mesma maneira que fez a república romana ser menos ingrata que as outras. E isso decorreu do seu tipo de governo. Porque, visto que todos os cidadãos, nobres e não nobres, se empenhavam na guerra, sempre surgiam em Roma, com qualquer idade, tantos homens valorosos e ornados de várias vitórias que o povo não tinha motivos para duvidar de nenhum deles, por serem muitos e vigiarem-se mutuamente. E, assim, mantinham-se tão íntegros e ciosos de não dar indício de ambição nem motivo para que o povo os ofendesse por os julgar ambiciosos, que, em caso de ditadura, maior glória granjeava quem mais depressa a depunha. E, não podendo tais comportamentos gerar suspeitas, não geravam ingratidão. De modo que a república que não queira ter motivos para ser ingrata deve ser governada como Roma, e o cidadão que queira fugir à mordida da ingratidão deve observar as condutas observadas pelos cidadãos romanos.

31. Onde se diz que os comandantes romanos nunca foram punidos extraordinariamente por erros cometidos, e que tampouco foram jamais punidos quando de sua ignorância ou das más decisões que tomaram decorreram danos para a república

Os romanos não só foram menos ingratos que as outras repúblicas, como acima dissemos, mas também fo-

ram mais piedosos e cautelosos que qualquer outra na punição de seus comandantes. Porque, se os erros destes decorressem de malícia, eles castigavam humanamente; se da ignorância, não puniam, mas premiavam e honravam. E esse modo de proceder era bem pensado: porque consideravam tão importante para os que comandavam seus exércitos ter o ânimo livre e desembaraçado, sem motivos externos de temor ao tomarem decisões, que não queriam somar novas dificuldades e perigos a uma coisa que já era em si mesma tão difícil e perigosa, pois achavam que, somando-as, não haveria ninguém que pudesse jamais operar virtuosamente. Por exemplo, eles enviavam um exército para a Grécia, contra Filipe da Macedônia[120], ou para a Itália, contra Aníbal ou os povos que antes ali viviam. O comandante encarregado de tal expedição ia angustiado com todos os cuidados que sempre acarretam tais coisas, que são graves e importantíssimas. Ora, se a tais cuidados se somassem vários exemplos, de que os romanos tivessem crucificado ou executado de outro modo aqueles que tivessem perdido batalhas, seria impossível que tais comandantes, em meio a tantas suspeitas, pudessem deliberar resolutamente. Mas, achando os romanos que para tais comandantes era pena suficiente a ignomínia da derrota, não queriam assombrá-los com outra pena maior.

Existe um exemplo de erro cometido não por ignorância[121]. Sérgio e Virgínio estavam em campanha em Veios, cada um com o comando de uma parte do exército; Sérgio estava voltado para o lado donde podiam chegar os

120. Cf. *Discursos*, II, 1. [N. da R. T.]
121. Tito Lívio, V, 8-11. [N. da R. T.]

toscanos, enquanto Virgínio estava voltado para o outro lado. Ocorreu que Sérgio, sendo atacado pelos faliscos e por outros povos, preferiu o desbaratamento e a retirada a pedir ajuda a Virgínio. E, por outro lado, Virgínio, esperando que aquele se humilhasse, preferiu ver a desonra de sua pátria e a ruína daquele exército a socorrê-lo. Esse é um caso de real maldade e digno de condenação, e não se poderia fazer bom juízo da república romana se ambos não tivessem sido castigados. A verdade é que, enquanto qualquer outra república os teria punido com a pena capital, ela os puniu em dinheiro. Não porque seus pecados não merecessem maior punição, mas porque os romanos, pelas razões já citadas, quiseram manter seus antigos costumes. E, quanto aos erros por ignorância, não há exemplo mais belo que o de Varrão[122], por cuja temeridade os romanos foram derrotados em Canas por Aníbal, o que pôs em risco a liberdade da república; no entanto, visto que houve ignorância, e não malícia, Varrão não só não foi castigado, como foi honrado: ao voltar para Roma, foi-lhe ao encontro toda a ordem senatorial, que, não podendo agradecer-lhe pela batalha, agradeceu-lhe o fato de ter voltado a Roma e de não ter desesperado das coisas romanas. Quando Papírio Cursor quis executar Fábio, por ter ele lutado com os samnitas contra o seu comando, uma das razões que o pai de Fábio aduzia contra a obstinação do ditador era que o povo romano, por derrota nenhuma de seus comandantes, jamais fizera aquilo que Papírio queria fazer diante da vitória[123].

122. Tito Lívio, XXII, 61. [N. da R. T.]
123. *Id.*, VIII, 30-5. [N. da R. T.]

32. Uma república ou um príncipe não deve demorar a beneficiar os homens em suas necessidades[124]

Ainda que os romanos tenham tido sucesso em ser liberais com o povo, ao sobrevir o perigo, quando Porsena atacou Roma para restaurar o domínio dos Tarquínios, o senado, duvidando da plebe, por achar que ela preferiria aceitar os reis a sustentar a guerra, para garantir-se desonerou-a das gabelas do sal e de todos os gravames, dizendo que os pobres fariam muito em benefício público se alimentassem seus filhos, e que, com aquele benefício, ela se disporia a suportar assédios, fome e guerra; que ninguém, confiando nesse exemplo, em tempos de perigo demore a procurar ganhar os favores do povo, pois o êxito nunca será o mesmo obtido pelos romanos. Porque o povo [*l'universale*] acreditará que não está recebendo aquele bem de ti, mas sim dos teus adversários, e temendo que, passada a necessidade, voltes a tirar-lhe o que lhe deste por obrigação, não sentirá por ti nenhuma gratidão. E os romanos tiveram êxito nessa decisão porque o estado era novo, ainda não estava firme, e o povo via que já antes haviam sido criadas leis em seu benefício, como a do direito de recorrer à plebe; desse modo, o povo pôde convencer-se de que, se aquele bem lhe era feito, o motivo não era tanto a chegada dos inimigos quanto a disposição do senado em beneficiá-lo. Além disso, estava fresca na memória a lembrança dos reis, pelos quais o povo fora vilipendiado e injuriado de muitos modos. E, como semelhantes razões ocorrem ra-

124. *Id.*, II, 8-9. [N. da R. T.]

ras vezes, raras serão as vezes em que semelhantes remédios surtirão efeito. Por isso, quem quer que dirija um estado, seja república ou principado, deverá pensar antes nos tempos adversos que poderão sobrevir e nos homens de que poderá precisar em tais tempos, para depois viver com eles do modo que considerar necessário, ocorra o que ocorrer. E quem se comportar de outro modo, seja príncipe ou república, mas sobretudo em sendo príncipe, estará enganado se depois, ao sobrevir o perigo, acreditar que conseguirá ganhar o favor dos homens com benefícios: porque não só não o conseguirá como também apressará a sua ruína.

33. Quando um inconveniente tiver crescido num estado ou contra um estado, será mais salutar temporizá-lo do que atacá-lo de frente[125]

Quando a república romana cresceu em reputação, forças e império, seus vizinhos, que antes não haviam pensado nos muitos danos que aquela nova república podia causar-lhes, começaram, tarde, a reconhecer seu erro; e, para remediarem aquilo que antes não haviam remediado, cerca de quarenta povos conjuraram contra Roma: donde os romanos, entre outros remédios que costumavam adotar nos perigos urgentes, decidiram nomear um ditador, ou seja, dar poder a um homem para que este pudesse deliberar sem consulta alguma e pudesse executar suas deliberações sem apelação. E tal remédio, que foi útil então e deu ensejo à vitória sobre os perigos imi-

125. Tito Lívio, II, 18. [N. da T.]

nentes, mostrou-se igualmente utilíssimo em todos aqueles acontecimentos que, a qualquer momento, fossem contrários à república, no período do crescimento do império.

Mas, sobre tais acontecimentos, diremos antes que, quando um inconveniente, surgido numa república ou contra ela, causado por razões intrínsecas ou extrínsecas, se tornar tão grande que comece a causar medo em todos, será muito mais seguro temporizar do que tentar extingui-lo. Porque quase sempre quem tenta eliminá-lo [*ammorzarlo*] aumenta suas forças e acelera o mal que se suspeitava dele provir. E semelhantes acontecimentos surgem na república mais vezes por razões intrínsecas que extrínsecas: como quando se deixa que um cidadão conquiste mais forças do que é razoável, ou se começa a corromper uma lei que seja nervo e vida da vida livre; e permite-se que esse erro aumente tanto que é mais danoso tentar remediá-lo que deixá-lo prosseguir. E é muito difícil reconhecer tais inconvenientes quando nascem porque aos homens parece mais natural favorecer as coisas quando elas começam, e tais favores são maiores para as obras que parecem ter em si alguma *virtù* e que sejam realizadas por jovens. Porque, quando numa república surge um jovem nobre e de *virtù* extraordinária, logo todos os olhares dos cidadãos começam a voltar-se para ele e, sem cautela, concorrem todos para honrá-lo; de modo que, se nele houver um pouco de ambição, juntando-se os favores que lhe são dados pela natureza e por tal situação [*accidente*], ele logo chega a um posto tal que, quando os cidadãos se apercebem do erro que cometeram, têm poucos remédios para obviar-lhe e, desejando pôr em ação os remédios que têm, nada mais fazem que acelerar o poder dele.

Disso seria possível aduzir muitos exemplos, mas desejo dar somente um, de nossa cidade. Cosimo de' Medici, com o qual a casa dos Medici, em nossa cidade, teve o princípio da sua grandeza, ganhou tanta reputação, graças ao favor que lhe valeram a sua prudência e a ignorância dos outros cidadãos, que começou a amedrontar o estado, de tal modo que os outros cidadãos passaram a achar perigoso ofendê-lo e perigosíssimo deixá-lo como estava. Mas, naquele tempo vivia Niccolò da Uzzano[126], considerado homem de grande perícia nas coisas civis, que, depois de cometer o primeiro erro, de não reconhecer os perigos que podiam advir da reputação de Cosimo, enquanto viveu nunca permitiu que se cometesse o segundo, ou seja, que se tentasse eliminá-lo [*spegnere*], pois acreditava que tal tentativa representaria a total ruína do estado deles; e foi o que de fato se viu depois de sua morte: porque os cidadãos que lhe sucederam, não observando esse seu conselho, armaram-se contra Cosimo e o expulsaram de Florença. Daí adveio que sua facção, revigorada por essa injúria, trouxe-o de volta pouco depois e o fez príncipe da república, posição à qual, sem aquela oposição manifesta, jamais poderia ter ascendido.

O mesmo ocorreu em Roma com César, que, por sua *virtù*, foi alvo do favor de Pompeu e dos outros, favor que pouco depois se converteu em medo: quem nos dá testemunho disso é Cícero, ao dizer que Pompeu começara tarde a temer César. Esse medo levou-os a pensar nos remédios; e os remédios que usaram aceleraram a ruína de sua república.

126. Cf. *História de Florença*, IV, 27. [N. da R. T.]

Digo, portanto, que, visto ser difícil reconhecer tais males quando eles surgem – dificuldade esta causada pelo erro em que nos induzem as coisas no princípio –, a decisão mais sábia, depois que eles são reconhecidos, é temporizar, e não lutar contra eles: porque, quando se temporiza, ou o mal se extingue por si mesmo, ou pelo menos se dilui em tempo mais longo. E os príncipes que intentem extingui-los ou opor-se às suas forças e a seu ímpeto devem ter os olhos abertos em todas as coisas, para que não lhes proporcionem, em vez de diminuição, aumento; e, para que, acreditando repelir uma coisa, não a puxem atrás de si ou não tentem sufocar uma planta a regá-la. Ao contrário, é preciso considerar bem as forças da doença, e, quando te achares em condições suficientes para saná-la, deves fazê-lo sem temor; se assim não for, melhor deixá-la como está, sem tentá-la de modo algum. Porque, como se disse acima, ocorreria o que ocorreu aos vizinhos de Roma: depois de Roma ter alcançado tanto poder, teria sido mais salutar procurar aplacá-la e mantê-la afastada com os modos de paz, do que, recorrendo a modos de guerra, levá-la a pensar em novas ordenações e novas defesas. Porque a conjuração que intentaram nada mais fez que tornar os romanos mais unidos, mais fortes, levando-os a pensar em novos modos de, em tempo mais curto, ampliar seu poderio. Entre esses modos, encontra-se a criação do ditador; e, com essa nova ordenação, não só venceram os perigos iminentes como também obviaram infinitos males, nos quais a república teria incorrido se não recorresse àquele remédio.

34. A autoridade ditatorial fez bem, e não mal, para a república romana: e como é perniciosa para a vida civil a autoridade de que os cidadãos se apoderam, e não aquela que lhes é dada pelo sufrágio livre

Alguns escritores condenaram os romanos que encontraram um modo de instituir a ditadura, como algo que, com o tempo, deu ensejo à tirania em Roma; alegam que o primeiro tirano que houve em Roma governou com o título de ditador, e dizem que, se isso não tivesse ocorrido, César não poderia ter honestado a sua tirania com nenhum título público. Mas essas coisas não foram bem examinadas por quem tem essa opinião e foram exageradamente acreditadas. Porque não foram o nome nem o título de ditador que acarretaram a servidão de Roma, mas sim a autoridade assumida pelos cidadãos pela continuidade do império[127]: e se em Roma não tivesse havido o nome de ditador, teria havido outro; porque são as forças que com facilidade ganham nomes, e não os nomes as forças. E vê-se que o ditador, enquanto foi designado segundo as ordenações públicas, e não por autoridade própria, sempre fez bem à cidade. Pois o que prejudica as repúblicas é fazer magistrados e dar autoridade por vias extraordinárias, e não a autoridade que se dá por vias ordinárias: e vê-se que em Roma, durante tanto tempo, nunca ditador algum fez nada que não fosse o bem à república.

E para tanto há razões mais que evidentes. Primeiro, para conseguir ser ofensivo e apoderar-se de uma auto-

127. Comandos militares. Cf. *Discursos*, III, 24. [N. da R. T.]

ridade extraordinária, é preciso que o cidadão tenha muitas qualidades que nunca poderia ter numa república não corrompida, pois precisa ser riquíssimo e ter muitos adeptos e partidários, o que é impossível onde há observância das leis; e, mesmo que isso fosse possível, tais homens são de tal modo temíveis que o sufrágio livre não os aceita. Além disso, o ditador era nomeado por certo tempo, e não em caráter perpétuo, e apenas para obviar à situação pela qual fora criado; e a sua autoridade estendia-se ao poder de deliberar sozinho acerca dos remédios para aquele perigo urgente, de fazer tudo sem consulta e de punir qualquer um sem apelação: mas não podia fazer nada que representasse diminuição para o estado, tal como privar o senado ou o povo de autoridade, destruir as antigas ordenações da cidade e criar novas. De modo que, somando-se o breve tempo de sua ditadura, a autoridade limitada que ele tinha e o fato de o povo romano não ser corrompido, era impossível que ele saísse de seus limites e prejudicasse a cidade: e pela experiência se vê que sempre foi proveitoso.

E, de fato, dentre as outras ordenações romanas, essa é uma que merece ser considerada e enumerada entre as que ensejaram a grandeza de tão grande império; pois sem semelhante ordenação dificilmente as cidades se saírão bem dos acontecimentos extraordinários. Porque as ordenações republicanas costumeiras têm movimento lento (visto que nenhum conselho e nenhum magistrado pode fazer nada por si mesmo, que precisam um do outro em muitas coisas, e o concerto de suas vontades demanda tempo), e seus remédios são perigosíssimos quando precisam remediar coisas que não esperam. E, por isso, entre suas ordenações, as repúblicas precisam ter seme-

lhante modo: e a república veneziana, que entre as modernas é excelente, reserva a autoridade a poucos cidadãos, para que, nas necessidades urgentes, todos possam deliberar em acordo, sem maior consulta. Porque, quando tal modo falta numa república, é inevitável que, respeitando as ordenações, ela se arruíne, ou, para não se arruinar, as viole. E numa república nunca deveria ocorrer nada que obrigasse a governar com modos extraordinários. Porque, ainda que os modos extraordinários no momento sejam bons, seu exemplo é ruim, pois se estabelece o uso de violar as ordenações para o bem, e depois, com tal pretexto, elas são violadas para o mal. De tal modo que nunca será perfeita a república que com leis próprias não tenha provido a tudo e a qualquer acontecimento dado o remédio, estabelecendo o modo de conduzi-lo. Por isso, para concluir, digo que as repúblicas que, nos perigos urgentes, não encontram refúgio num ditador ou em autoridade semelhante sempre se arruinarão nos graves acontecimentos. E nessa nova ordenação é de notar o modo de escolhê-lo, o que foi sabiamente estabelecido pelos romanos. Porque, visto que a criação do ditador representava alguma vergonha para os cônsules, que, sendo dirigentes da cidade, passavam a dever obediência como os outros, e pressupondo que daí nasceria algum ressentimento entre os cidadãos, estabeleceram que a autoridade de escolher o ditador coubesse aos cônsules, acreditando que, quando acontecesse algo que levasse Roma a precisar desse poder régio, eles o constituiriam de bom grado, e que, fazendo-o eles mesmos, a dor seria menor. Porque os ferimentos e quaisquer outros males que o homem impõe a si mesmo, espontaneamente e por livre escolha, doem muitíssimo menos que os provoca-

dos por outrem. Ainda que, nos últimos tempos, em vez de instituírem um ditador, os romanos costumassem conferir tal autoridade ao cônsul, com estas palavras: "Videat Consul, ne Respublica quid detrimenti capiat"[128]. E, para voltarmos ao nosso assunto, concluo que os vizinhos de Roma, ao procurarem oprimir os romanos, levaram-nos a criar ordenações não só para defender-se, mas também ofendê-los com mais força, mais discernimento e mais autoridade.

35. Por que a criação do decenvirato em Roma foi nociva à liberdade daquela república, embora se tivesse dado por sufrágio público e livre[129]

Parece contrariar o que se disse acima – que a autoridade obtida com violência, e não a que é concedida pelo sufrágio, é prejudicial às repúblicas – a eleição dos dez cidadãos pelo povo romano para criar as leis em Roma: com o tempo, tais cidadãos se tornaram tiranos e, sem nenhum escrúpulo, oprimiram sua liberdade. Motivo por que se deve pensar bem nos modos de conferir a autoridade e no tempo durante o qual ela é conferida. E, sempre que se confere autoridade livre por tempo longo – considerando-se longo o tempo de um ano ou mais –, ela é sempre perigosa, e seus efeitos serão bons ou maus, dependendo de serem maus ou bons aqueles a quem ela é dada. E, se considerarmos a autoridade que foi dada aos Dez e a autoridade que tinham os ditadores, veremos que,

128. Que o cônsul cuide para que a república não venha a sofrer nenhum dano (Tito Lívio, III, 4). [N. da R. T.]

129. *Id.*, III, 32-5. [N. da R. T.]

sem comparação, a dos Dez era maior. Porque, mesmo com a criação do ditador, os tribunos, os cônsules e o senado continuaram com sua autoridade, da qual não podiam ser privados pelo ditador: e, mesmo que este pudesse afastar um do consulado, outro do senado, não poderia anular a ordenação senatorial e criar novas leis. De modo que o senado, os cônsules e os tribunos, por continuarem com sua autoridade, acabavam por ser como que guardas do ditador, impedindo-o de afastar-se do bom caminho [*via diritta*]. Mas na criação do decenvirato ocorreu o contrário, pois foram eliminados os cônsules e os tribunos, e os Dez ganharam autoridade para criar leis e fazer quaisquer outras coisas, como o povo romano. De tal modo que, encontrando-se sós, sem cônsules, sem tribunos e sem o direito de recurso ao povo, não tendo portanto quem os observasse, no segundo ano, instigados pela ambição de Ápio, tornaram-se insolentes. E com isso se deve notar que, quando dissemos que a autoridade concedida por sufrágio livre nunca ofendeu república alguma, pressupúnhamos que um povo nunca deve concedê-la sem as devidas precauções e nos tempos devidos: mas quando, seja por enganar-se, seja por deslumbrar-se por outra razão qualquer, ele a conferir imprudentemente, do modo como o povo romano a conferiu aos Dez, sempre ocorrerá o que lhe ocorreu. E é fácil prová-lo, considerando-se as razões pelas quais os ditadores se conservaram bons e os Dez, maus, e considerando também o modo como se conduziram as repúblicas que se mantiveram bem-ordenadas ao conferirem autoridade por longo tempo, como a conferida pelos espartanos aos seus reis e pelos venezianos a seus doges: porque, conforme se verá, em ambos os governos havia vigilância

[*guardie*], para que eles não conseguissem usar mal a autoridade que tinham. Nesse caso, de nada adianta que a matéria não esteja corrompida, pois uma autoridade absoluta, em brevíssimo tempo, corrompe a matéria, fazendo amigos e partidários. E em nada a prejudica a pobreza ou a falta de parentes, pois as riquezas e outros favores logo lhe vêm atrás: como ocorreu na criação dos já citados Dez, conforme discorreremos[130].

36. Os cidadãos que receberam as maiores honras não devem desdenhar as menores[131]

Os romanos haviam feito Marcos Fábio e G. Manílio cônsules e vencido uma gloriosa batalha contra os veienses e os etruscos, na qual pereceu Quinto Fábio, irmão do cônsul, que no ano anterior fora cônsul. Por aí se pode perceber como as ordenações daquela cidade eram aptas a engrandecê-la, e quão enganadas estão as outras repúblicas que se afastam de seus modos. Porque os romanos, embora fossem grandes amantes da glória, não consideravam desonroso obedecer a alguém em quem outrora tivessem mandado, vindo a servir no mesmo exército no qual tinham sido comandantes. Costume este que é contrário à opinião, às ordenações e aos modos dos cidadãos de nossos tempos: e em Veneza ainda se comete esse erro, pois um cidadão que tenha sido investido de alto título envergonha-se de aceitar outro mais baixo; e a cidade permite que renunciem ao cargo. Fato

130. Cf. *Discursos*, I, 40. [N. da R. T.]
131. Tito Lívio, II, 43 ss. [N. da R. T.]

que, conquanto possa ser honroso no âmbito privado, é de todo inútil no público. Porque a república deve depositar mais esperança e confiança num cidadão que desça de alta posição para governar noutra mais baixa, do que naquele que, de posição mais baixa, ascenda ao governo de outra mais alta. Porque só poderá acreditar nele se o vir rodeado de homens que inspirem tanto respeito ou tenham tanta *virtù* que, com seu conselho e autoridade, possam moderar a falta de experiência [*novità*] daquele. E, se em Roma tivesse havido o costume que há em Veneza e em outras repúblicas e reinos modernos, e quem tivesse sido cônsul uma vez não quisesse voltar aos exércitos, a não ser como cônsul, teriam sido infinitas as conseqüência em desfavor da vida livre, seja pelos erros que teriam sido cometidos pelos homens novos, seja pela ambição, que estes poderiam pôr mais em prática, por não encontrarem ao seu redor homens diante dos quais temessem errar; e, assim, ficariam mais desembaraçados, o que reverteria em total detrimento público.

37. Dos tumultos gerados em Roma pela lei agrária: e como são grandes, numa república, os tumultos causados por uma lei voltada demais para o passado e que contrarie algum antigo costume da cidade[132]

Há uma sentença dos escritores antigos, segundo a qual os homens costumam afligir-se no mal e enfadar-se

132. Tito Lívio, II, 41. [N. da R. T.]

no bem, nascendo dessas duas paixões os mesmos efeitos. Porque, sempre que os homens não precisam combater por necessidade, combatem por ambição; e esta é tão poderosa no peito humano que nunca, seja qual for a posição atingida, o homem a abandona. A razão disso é que a natureza criou os homens de tal modo que eles podem desejar tudo, mas não podem obter tudo, e, assim, sendo o desejo sempre maior que o poder de adquirir, surgem o tédio e a pouca satisfação com o que se possui. Daí nasce a variação da fortuna deles: porque, visto que os homens são desejosos, em parte porque querem ter mais, em parte porque temem perder o que conquistaram, chegam à inimizade e à guerra, da qual decorre a ruína de uma província e a exaltação de outra. Tudo isso eu disse porque a plebe romana não se contentou em obter garantias contra os nobres com a instituição dos tribunos, desejo ao qual foi forçada por necessidade; pois ela, tão logo obteve isso, começou a lutar por ambição e a querer dividir cargos e patrimônio com a nobreza, como coisa mais valiosa para os homens. Daí surgiu a doença que gerou o conflito da lei agrária, que acabou por ser a causa da destruição da república. E, como as repúblicas bem-ordenadas devem manter rico o público e pobres os seus cidadãos, forçoso é que na cidade de Roma houvesse algum defeito nessa lei: ou ela não foi bem-feita desde o princípio, de modo que não precisasse ser revista todos os dias, ou demorou tanto a ser feita que já causasse tumulto tentar sanar males passados ou, se foi bem-feita de início, o uso depois a corrompeu; seja como for, nunca se falou de tal lei em Roma sem que houvesse confusão na cidade.

Aquela lei tinha dois artigos principais. Num se dispunha que nenhum cidadão podia ter mais que algumas jeiras[133] de terra; o outro, que os campos conquistados aos inimigos deviam ser divididos entre o povo romano. Dos dois modos, portanto, os nobres eram ofendidos: porque quem possuísse mais bens estava transgredindo a lei (o que atingia a maioria dos nobres) e precisava privar-se deles; e porque, repartindo-se os bens dos inimigos entre a plebe, fechava-se aos nobres o caminho do enriquecimento. Assim, como tais ofensas eram feitas contra homens poderosos, e a estes parecia que contrariar tal lei era defender o interesse público, sempre que, como dissemos, se falava dessas coisas, toda a cidade era atingida pela confusão: e os nobres com paciência e astúcia a temporizavam, seja pondo em ação um exército, seja opondo um tribuno a outro que a propusesse, seja cedendo em parte, ou então mandando uma colônia para as terras que se tivessem de distribuir – como ocorreu com a cidade rural de Âncio, para onde, em vista dessa disputa da lei, foi mandada uma colônia de romanos, aos quais deveriam ser entregues as terras. Sobre isso Tito Lívio profere palavras notáveis, ao dizer que foi difícil encontrar em Roma quem desse o nome para ir à referida colônia, uma vez que aquela plebe tinha mais disposição para desejar as coisas em Roma do que para possuí-las em Âncio. Foram assim as dissensões dessa lei provocando conflitos durante algum tempo, até que os romanos começaram a levar seus exércitos para os confins da Itália, ou para fora da Itália; depois desse tempo parecia que os conflitos tinham cessado. Isso porque, como os campos

133. Em Roma, cada jeira tinha cerca de 2500 m². [N. da R. T.]

dos inimigos de Roma ficavam distantes dos olhos da plebe, em lugares onde não era fácil o cultivo, esta não os desejava tanto; e assim os romanos infligiam menos essa punição aos seus inimigos, e mesmo quando desapropriavam alguma terra de sua zona rural, ali distribuíam colônias. Por tais razões, aquela lei ficou como que adormecida até os Gracos; sendo por estes despertada, arruinou inteiramente a liberdade romana; porque encontrou duplicado a poder de seus adversários, e, por essa razão, acendeu-se tanto ódio entre a plebe e o senado que se chegou ao conflito armado e ao derramamento de sangue, fugindo a qualquer modo e costume civil. Assim, visto que os magistrados públicos não podiam remediar a situação, e como nenhuma das facções depositasse esperanças neles, recorreu-se aos remédios privados, e cada uma das partes tratou de constituir um cabeça que a defendesse. Quem primeiro incidiu nesse escândalo e nessa desordem foi a plebe, que depositou tanta confiança em Mário que o fez cônsul quatro vezes; e, assim, ele continuou com poucos intervalos o seu consulado, de tal modo que pôde fazer-se cônsul por si mesmo mais três vezes. E, como não tivesse remédio para essa peste, a nobreza voltou-se para Sila; e como este se tornasse cabeça de seu partido, chegou-se às guerras civis; depois de muito derramamento de sangue e variações da fortuna, a vitória ficou com a nobreza. Tais humores foram ressuscitados no tempo de César e Pompeu; porque, como César assumisse o comando do partido de Mário, e Pompeu, o do partido de Sila, quando ambos entraram em luta a vitória coube a César, e ele foi primeiro tirano de Roma; de tal modo que nunca mais a cidade foi livre.

Tais foram, portanto, o início e o fim da lei agrária. E embora tivéssemos mostrado alhures[134] como as inimizades, em Roma, entre o senado e a plebe mantiveram a cidade livre, visto que delas nasciam leis favoráveis à liberdade, parecendo, pois, desconforme com tal conclusão o resultado dessa lei agrária, digo que nem por isso renuncio a tal opinião: porque é tão grande a ambição dos grandes que, se não sofrer oposição por várias vias e de vários modos numa cidade, logo a levará à ruína. De modo que, embora o conflito da lei agrária tenha demorado trezentos anos para acarretar a servidão de Roma, isso teria ocorrido muito mais cedo caso a plebe, seja com essa lei, seja com outros desejos seus, não tivesse refreado a ambição dos nobres. Vê-se também por aí como os homens estimam mais o patrimônio que as honras. Porque a nobreza romana sempre cedeu à plebe sem excessivos [*straordinari*] tumultos quando o assunto eram honras, mas, quando se tratou do patrimônio, foi tão grande a sua obstinação na defesa deste que a plebe, para saciar seu apetite, recorreu aos meios extraordinários de que acima falamos. Desordem cujos causadores foram os Gracos, nos quais se deve louvar mais a intenção que a prudência. Porque, tentar eliminar a desordem que cresceu numa república, criando para isso uma lei voltada demais para o passado, não é de bom alvitre; e, como acima se disse amplamente, só se consegue acelerar o mal ao qual a desordem conduz: mas, em se temporizando, ou o mal demora mais a chegar, ou por si mesmo se extingue com o tempo antes de atingir sua meta.

134. Cf. *Discursos*, I, 4. [N. da R. T.]

38. As repúblicas fracas são irresolutas e não se sabem deliberar; e se porventura tomam uma decisão, é mais por necessidade que por escolha[135]

Quando em Roma grassava gravíssima pestilência, pareceu aos volscos e aos équos que chegara o momento de imporem-se, e estes dois povos formaram um grande exército para atacar os latinos e os hérnicos; estes, diante da devastação de suas terras, foram obrigados a levar os fatos ao conhecimento de Roma, pedindo aos romanos que os defendessem: como os romanos estivessem sendo vítimas da peste, responderam-lhes que deveriam tomar a decisão de defender-se por si mesmos e com suas armas, porque não podiam defendê-los. Por aí se reconhece a nobreza [*generosità*] e a prudência daquele senado, que, embora, em qualquer fortuna[136], sempre tivesse desejado ter primazia nas deliberações porventura tomadas pelos seus, não se envergonhou de deliberar algo que fosse contrário a seu modo de viver ou a outras deliberações já tomadas por ele, quando a necessidade assim o impunha.

Digo tal coisa porque doutras vezes o mesmo senado havia vetado aos mesmos povos que se armassem e defendessem[137]; por isso, a um senado menos prudente que esse poderia parecer perda da autoridade a concessão do direito de defender-se. Mas aquele senado sempre julgou as coisas como elas devem ser julgadas, e sempre tomou a decisão menos ruim como a melhor decisão: porque desagradava-se de não poder defender

135. Tito Lívio, III, 6. [N. da R. T.]
136. Boa ou adversa. [N. da R. T.]
137. Cf. Tito Lívio, II, 30. [N. da R. T.]

seus súditos, desagradava-se de que se armassem sem ele, pelas razões já mencionadas e por muitas outras que se compreendem, no entanto, sabendo que se armariam, necessariamente, de qualquer maneira, por estarem com o inimigo às portas, tomou uma decisão honrosa, preferindo que fizessem o que precisavam fazer com sua licença, para que, depois de desobedecerem por necessidade, não se acostumassem a desobedecer por escolha. E, embora essa pareça uma decisão que toda república deveria tomar, as repúblicas fracas e desavisadas não a sabem tomar nem sair honradas de semelhantes necessidades. O duque Valentino havia tomado Faenza[138] e já obrigara Bolonha a submeter-se às suas condições. Depois, como desejasse voltar para Roma passando pela Toscana, mandou a Florença um homem seu, pedindo licença de passagem para si e para seu exército. Foi feita uma consulta em Florença, para saber-se como deveriam comportar-se naquela situação, e ninguém aconselhou que lhe fosse dada passagem. E nisso não se seguiu o modo romano: porque, estando o duque muitíssimo armado, e os florentinos tão desarmados que não poderiam impedir-lhe a passagem, teria sido muito mais honroso para eles se parecesse que o duque havia passado pela vontade deles, e não à força; pois teria sido bem menor a sua vergonha se tivessem conduzido as coisas de outro modo. Mas o pior defeito que têm as repúblicas fracas é serem irresolutas; de tal modo que, sempre que tomam decisões, tomam-nas pela força; e, se fazem algum bem, fazem-no forçadas, e não por sua prudência.

138. Em 1501 (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 112).

Quero dar dois outros exemplos disso, ocorridos em nossos tempos, no estado de nossa cidade.

Em 1500, quando o rei Luís XII de França retomou Milão, desejando devolver-vos[139] Pisa, para receber cinqüenta mil ducados que lhe haviam sido prometidos pelos florentinos por tal restituição, mandou seus exércitos para Pisa, conduzidos pelo senhor de Beumonte[140]; este, embora francês, era homem em quem os florentinos muito confiavam. Tal exército e seu comandante ficaram entre Cascina e Pisa, para atacarem suas muralhas; como lá se demorassem alguns dias para ordenar-se para a expugnação, foram ter com Beumonte alguns embaixadores pisanos que ofereceram a rendição da cidade ao exército francês com a seguinte condição: que, dando fé em nome do rei, ele prometesse não entregar Pisa aos florentinos antes de passados quatro meses. Medida que foi totalmente recusada pelos florentinos, de tal modo que se deu prosseguimento aos preparativos de guerra, e eles partiram de lá envergonhados[141]. A medida não foi recusada por outra razão senão pela desconfiança na fé do rei; assim como os florentinos, desavisadamente, haviam caído, forçosamente, nas mãos do rei, por outro lado, não confiavam nele, mas tampouco percebiam que melhor seria o rei poder devolver-lhes Pisa estando dentro da cidade, e, caso não a devolvesse, pôr à mostra suas intenções, do que, não a tendo, prometê-la, e serem os florentinos forçados a aceitar a promessa. De tal modo que teria sido mais útil se consentissem que Beu-

139. Aos florentinos. [N. da T.]

140. Jean de Beaumont, que Maquiavel grafa Beumonte. [N. da T.]

141. Os franceses foram derrotados. [N. da T.]

monte a tomasse, mediante qualquer promessa, como se viu da experiência de 1502, quando, em vista da rebelião de Arezzo, o senhor Imbalt[142] veio com o exército francês em socorro dos florentinos, enviado pelo rei de França; Imbalt, aproximando-se de Arezzo, depois de pouco tempo começou a entrar em acordo com os aretinos, e estes queriam entregar a cidade em troca de certo juramento, à semelhança dos pisanos. Tal medida foi recusada em Florença; diante disso, o senhor Imbalt, por lhe parecer que os florentinos não entendiam bem de tais coisas, começou a entrar em entendimentos por si mesmo, sem a participação dos comissários, e assim o concluiu a seu modo, e, graças a tal acordo, entrou em Arezzo com seus homens, dando a entender aos florentinos que eles eram insensatos e não entendiam das coisas do mundo: pois, se queriam Arezzo, que o dissessem ao rei, que poderia dar-lhes a cidade com muito mais facilidade tendo seus homens dentro dela do que fora. Em Florença não se parava de reprovar e censurar o referido Imbalt; e só se deixou de fazê-lo quando se percebeu que, se Beumonte tivesse sido como Imbalt, eles teriam Pisa, como tinham Arezzo.

E assim, voltando ao nosso assunto, as repúblicas irresolutas nunca tomam boas decisões, a não ser forçadas, visto que sua fraqueza não lhes permite deliberar desde que haja alguma dúvida; e se tal dúvida não for suprimida por alguma violência que as empurre, elas ficarão sempre vacilantes.

142. Imbault Rivoire, que Maquiavel grafa Imbalt. [N. da T.]

39. Em povos diferentes muitas vezes se observam os mesmos acontecimentos

Quem considere as coisas presentes e as antigas verá facilmente que são sempre os mesmos os desejos e os humores em todas as cidades e em todos os povos, e que eles sempre existiram. De tal modo que quem examinar com diligência as coisas passadas facilmente preverá as futuras, em qualquer república, prescrevendo os remédios que foram usados pelos antigos; ou, se não encontrar remédios já usados, pensará em novos, devido à semelhança dos acontecimentos. Mas, como essas considerações são negligenciadas ou não entendidas por quem lê, ou, se são entendidas, não são conhecidas por quem governa, segue-se que sempre se vêem os mesmos tumultos em todos os tempos.

A cidade de Florença, perdendo parte de seu império depois de 94[143], com as cidades de Pisa e outras, precisou travar guerra contra aqueles que as ocupavam. E como quem as ocupava era forte, grandes eram os gastos com a guerra, sem nenhum retorno; dos grandes gastos resultavam altos impostos; dos impostos, infinitos lamentos do povo: e como aquela guerra era administrada por uma magistratura de dez cidadãos, que se chamavam os Dez da Guerra, o povo [*l'universale*] começou a sentir-lhe ódio, como se ela fosse razão da guerra e dos seus gastos, e começou a convencer-se de que, acabando-se com aquela magistratura, acabava-se com a guerra; assim, chegado o momento de substituí-la, não o fizeram, e deixaram-na expirar, delegando suas ações

143. Época da invasão de Carlos VIII da França (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 114).

à *Signoria*[144] Tal deliberação foi tão perniciosa que não somente não pôs fim à guerra, conforme acreditava o povo [*lo universale*], como também, afastados aqueles homens que a administravam com prudência, seguiu-se tanta desordem que, além de Pisa, perderam-se Arezzo e muitos outros lugares; assim, o povo, reconhecendo seu erro e vendo que a razão do mal era a febre, e não o médico, restabeleceu a magistratura dos Dez. Esse mesmo humor surgiu em Roma contra a nomeação dos cônsules, pois o povo, vendo que uma guerra nascia da outra, sem trégua, em vez de achar que aquelas guerras eram geradas pela ambição dos vizinhos, que queriam oprimi-lo, achava que elas provinham da ambição dos nobres, que, não podendo castigar a plebe dentro de Roma, onde ela era defendida pelo poder dos tribunos, queriam levá-la para fora de Roma durante o governo dos cônsules, para oprimi-la onde ela não tinha ajuda alguma. E, por isso, acreditava a plebe ser necessário destituir os cônsules ou regular de tal modo o seu poder que eles não tivessem autoridade sobre o povo, fora ou dentro de casa. O primeiro que tentou essa lei foi certo tribuno Terentilo[145]; este propôs que se instituíssem cinco homens que deveriam examinar o poder dos cônsules e limitá-lo. O que irritou muito a nobreza, pois lhe pareceu que a majestade do império estava em total decadência, e que não restava à nobreza mais nenhum poder [*grado*] naquela república. Foi, porém, tão grande a obstinação dos tribunos que o título consular se extinguiu; e, depois de algumas outras ordenações, prefe-

144. Magistratura executiva que havia em muitas cidades italianas na época. [N. da T.]

145. Tito Lívio, III, 9. [N. da R. T.]

riram instituir tribunos com poder consular a instituir cônsules[146], tal era o ódio que votavam mais ao título que à autoridade dos cônsules. E prosseguiram por longo tempo desse modo, até que, reconhecendo o erro, assim como os florentinos retornaram aos Dez, também eles voltaram aos cônsules[147].

40. A criação do decenvirato em Roma e o que se deve notar sobre esse fato: onde se considera, entre muitas outras coisas, como, com acontecimento semelhante, se pode salvar ou condenar uma república[148]

Desejando discorrer particularmente sobre os acontecimentos observados em Roma com a criação do decenvirato, não me parece supérfluo narrar, primeiro, tudo o que se seguiu a tal criação, para depois discutir as partes notáveis dessas ações, que são muitas e dignas de grande nota, tanto para aqueles que queiram manter uma república livre, quanto para aqueles que intentem submetê-la. Porque nessas considerações se verão muitos erros cometidos pelo senado e pela plebe em detrimento da liberdade e muitos erros cometidos por Ápio, cabeça do decenvirato, em detrimento da tirania que ele se propusera estabelecer em Roma. Depois de muitas disputas e conflitos seguidos, entre o povo e a nobreza, para constituir em Roma novas leis que fortalecessem a liberdade daquele estado, foram enviados a Atenas, de comum acor-

146. *Id.*, IV, 6-7. [N. da R. T.]
147. *Id.*, VI, 42. [N. da R. T.]
148. *Id.*, III, 31 ss. [N. da R. T.]

do, Espúrio Pestúmio e mais dois cidadãos, para conhecerem os exemplos das leis que Sólon instituíra naquela cidade, a fim de se fundarem sobre elas as leis romanas. Depois de irem e voltarem, passou-se à nomeação dos homens que deveriam examinar e estabelecer ditas leis, e foram nomeados dez cidadãos pelo período de um ano, entre os quais Ápio Cláudio, homem sagaz e inquieto. E, para que eles pudessem criar tais leis sem limitações, foram eliminadas de Roma todas as outras magistraturas, em particular a dos tribunos e dos cônsules, sendo também eliminado o direito de recurso ao povo; de modo que tal magistrado acabava por ser inteiramente príncipe de Roma. Em Ápio resumiu-se toda a autoridade dos outros companheiros seus, devido ao favor que lhe era votado pela plebe; pois ele assumira comportamento tão popular que parecia espantoso o modo como tão depressa mudara de natureza e de caráter [*ingegno*], se, antes, era tido por cruel perseguidor da plebe.

Esses Dez comportaram-se com grande civilidade[149], e não tinham mais que doze lictores, que iam à frente daquele que estivesse à cabeça da magistratura. E, embora tivessem autoridade absoluta, quando precisaram punir um cidadão romano por homicídio, citaram-no diante do povo e por este o fizeram julgar. Escreveram suas leis em dez tábuas; e, antes de as confirmarem, expuseram-nas ao público, para que todos pudessem lê-las e discuti-las, reconhecendo nelas algum defeito que pudesse, mediante confirmação deles, ser corrigido. Enquanto isso, Ápio fez correr por Roma o rumor de que, se àquelas dez tábuas fossem acrescidas outras duas, chegar-se-ia à perfeição; opinião esta que deu ao povo ocasião de ratificar

149. *Assai civilmente*, isto é, de acordo com o respeito às leis. [N. da R. T.]

o decenvirato por mais um ano, coisa com que o povo concordou de bom grado, seja porque os cônsules não eram constituídos mais de uma vez, seja porque lhe parecia possível passar sem tribunos, visto ser ele mesmo o juiz das causas, como acima se disse. Tomada, portanto, a decisão de constituir novo decenvirato, toda a nobreza se pôs em ação para obter aqueles títulos [*onori*], e entre os primeiros estava Ápio, que usava de tanta humanidade com a plebe em sua solicitação que seu comportamento começou a ser suspeito para seus companheiros: "credebant enim haud gratuitam in tanta superbia comitatem fore"[150]. E estes, não desejando opor-se-lhe abertamente, decidiram fazê-lo com ardil [*arte*], e, embora Ápio fosse o mais jovem de todos, confiaram-lhe o encargo de propor o nome dos Dez futuros ao povo, acreditando que ele observaria aquilo que haviam feito eles, e não proporia seu próprio nome, coisa inusitada e ignominiosa em Roma. "Ille vero impedimentum pro occasione arripuit"[151] e nomeou a si mesmo entre os primeiros, para espanto e desagrado de todos os nobres; depois nomeou outros nove, favoráveis aos seus fins. E essa nova nomeação, feita por mais um ano, começou a mostrar ao povo e à nobreza o erro que haviam cometido. Porque logo "Appius finem fecit ferendae alienae personae"[152], começou a mostrar sua soberba inata e em poucos dias instilou seus costumes nos companheiros. E, para espanto do povo e do senado, em vez de doze lictores, nomearam cento e vinte.

150. Pois acreditavam que não seria gratuita aquela afabilidade em homem tão soberbo (Tito Lívio, III, 35). [N. da T.]

151. Ele, porém, aproveitou-se daquele impedimento como se fosse uma ocasião (*id.*, *ibid.*). [N. da T.]

152. Ápio parou de usar máscara (Tito Lívio, III, 36). [N. da T.]

Durante alguns dias, o medo foi igual na plebe e no senado, mas depois começaram a cativar o senado e a maltratar a plebe: e, se alguém que tivesse queixa de um apelasse para outro, era mais maltratado na apelação do que na primeira sentença. De modo que a plebe, percebendo seu erro, começou, cheia de aflição, a voltar-se aos nobres, "et inde libertatis captare auram, unde servitutem timendo, in eum statum rempublicam adduxerunt"[153]. E a nobreza se agradava daquela aflição, "ut ipsi, taedio praesentium, Consules desiderarent"[154]. Chegou-se ao termo daquele ano: as duas tábuas das leis tinham sido feitas, mas não publicadas. Foi essa a ocasião para que os Dez continuassem na magistratura; começaram então a dirigir o estado com violência e a servir de satélites para a juventude nobre, à qual davam os bens daqueles que condenavam. "Quibus donis juventus corrumpebatur, et malebat licentiam suam, quam omnium libertatem."[155] Nessa época, os sabinos e os volscos começaram a guerrear contra os romanos, e, diante do medo, os Dez começaram a perceber a fraqueza de seu estado, porque sem o senado não podiam preparar-se para a guerra, e, reunindo o senado, parecia-lhes que perderiam o estado. Contudo, diante da necessidade, tomaram essa última decisão, e, reunidos os senadores, muitos deles falaram contra a soberba dos Dez, em especial Valério e Horácio: e o poder dos Dez teria sido extinto se o senado, por aversão à ple-

153. E procurou captar um sopro de liberdade onde havia temido a servidão, a tal ponto que conduziu a república àquela condição (*id.*, III, 37). [N. da T.]

154. Porque, aborrecidos do presente, desejavam a volta dos cônsules (*id.*, *ibid.*). [N. da T.]

155. Com aqueles presentes a juventude se corrompia e preferia sua licenciosidade à liberdade de todos (*id.*, *ibid.*). [N. da T.]

be, não tivesse deixado de impor sua própria autoridade, acreditando que, se os Dez depusessem voluntariamente a magistratura, os tribunos da plebe talvez não fossem novamente constituídos. Deliberando-se, pois, que a guerra fosse travada com dois exércitos conduzidos por uma parte de decenvirato, Ápio ficou na cidade, governando-a. Foi quando se enamorou de Virgínia, e, ao tentar arrebatá-la pela força, o pai Virgínio matou-a para libertá-la[156]: daí se seguiram os tumultos de Roma e dos exércitos, e estes, juntando-se ao remanescente da plebe romana, foram para o Monte Sacro, onde ficaram até que os Dez depusessem a magistratura, e fossem constituídos tribunos e cônsules, e Roma fosse reconduzida à forma de sua antiga liberdade[157].

Por esse texto, portanto, nota-se em primeiro lugar que em Roma se incorreu no inconveniente de criar uma tirania pelas mesmas razões por que nasce a maior parte das tiranias nas cidades: pelo demasiado desejo do povo de ser livre e pelo demasiado desejo dos nobres de comandar. E, quando não se acordam na criação de uma lei em favor da liberdade, mas alguma das partes se põe a favorecer alguém, logo surge a tirania. O povo e os nobres de Roma acordaram-se na constituição dos Dez, e foram eles constituídos com tanta autoridade por causa do grande desejo de cada uma das partes: uma de extinguir o título consular, outra o tribunício. Depois de constituídos,

156. Ápio, com a ajuda de sequazes corruptos, armara uma farsa jurídica para "provar" que Virgínia era filha de uma escrava e que não era realmente filha de Virgínio. Com isso, pretendia tomá-la como sua escrava. Virgínio, chamado à pressa do campo de batalha para tentar tirar a filha da prisão e arrancá-la das mãos de Ápio, ao perceber que as vias legais lhe seriam barradas, apunhalou a filha (Tito Lívio, III, 44-8). [N. da T.]

157. *Id.*, III, 49-55. [N. da R. T.]

como parecesse à plebe que Ápio se tornara popular e combatia a nobreza, o povo passou a favorecê-lo. E, quando um povo incide nesse erro, de dar reputação a alguém para que este combata outro que lhe desperta o ódio, se este for sábio, sempre acabará por tornar-se tirano em tal cidade. Porque esperará, com o favor do povo, eliminar a nobreza, e só se empenhará em oprimir o povo quando esta estiver vencida; e, nesse momento, quando o povo perceber que é servo, não terá onde refugiar-se. Foi desse modo que se comportaram todos os que fundaram alguma tirania nas repúblicas[158]. E, se a conduta de Ápio tivesse sido essa, a sua tirania teria vivido mais tempo, e não teria acabado tão depressa: mas ele fez o contrário, e não poderia ter-se conduzido com mais imprudência; pois, para manter a tirania, fez-se inimigo daqueles que lha haviam dado e que podiam assegurá-la, e inimigo[159] daqueles que não haviam concorrido para dar-lhe a tirania e não poderiam assegurá-la; ademais, perdeu os amigos que tinha, procurando obter a amizade daqueles que não podiam ser-lhe amigos. Porque, ainda que os nobres desejem governar tiranicamente, a parte da nobreza que fica fora da tirania é sempre inimiga do tirano; e este não pode angariá-la inteira, em vista da grande ambição e da grande ganância que há nela, não podendo o tirano ter tantas riquezas nem tantas honras que a satisfaçam por inteiro. E, assim, Ápio, abandonando o povo e aproxi-

158. Cf. *O príncipe*, 9. [N. da R. T.]

159. Em vez de "e inimigo", Inglese propõe "e amigo daqueles" e justifica: "Os testemunhos trazem *inimigo* (repetindo a partir da frase que imediatamente precede) com perda de sentido; havia-se de fato dito antes que Ápio 'cativava' [*intrateneva*] o senado, isto é, que 'se fez amigo' ('buscou ser amigos' daqueles (os nobres) que nem lhe haviam dado o poder, nem teriam podido mantê-lo" (Inglese, *op. cit.*, p. 260). [N. da R. T.]

mando-se dos nobres, cometeu um erro evidente, tanto pelas razões acima mencionadas quanto porque, para que alguma coisa seja mantida com violência, é preciso que seja mais forte [*potente*] quem força do que quem é forçado.

Por isso, os tiranos que tenham o povo [*l'universale*] por amigo e os grandes por inimigos estão mais seguros, por ser sua violência sustentada por forças maiores do que a violência daqueles que têm o povo por inimigo e a nobreza por amiga. Porque o favor do povo basta para manter as forças internas, como bastou a Nábis, tirano de Esparta, quando toda a Grécia e o povo romano o atacaram: ele, que era garantido por poucos nobres, tendo a amizade do povo, com este se defendeu, o que não poderia ter feito se o tivesse por inimigo. No outro caso, por serem poucos os amigos dentro da cidade, não bastam as forças internas, e é preciso buscá-las fora. E deverão elas ser de três tipos: uma de guardas estrangeiros, para a proteção da tua pessoa; outra que consiste em armares os camponeses, para que eles cumpram a tarefa que seria cumprida pela plebe; a terceira, que consiste em te aproximares de vizinhos poderosos que te defendam. Quem adotar essas medidas e as observar bem, ainda que tenha o povo por inimigo, poderá salvar-se de algum modo. Mas Ápio não podia fazer isso, ou seja, angariar os camponeses, visto que o campo e Roma eram uma coisa só, e não soube fazer o que podia fazer, de tal modo que se perdeu nem bem começou. O senado e o povo, na constituição do decenvirato, cometeram erros enormes: porque, não obstante o que se disse acima, quando se falou do ditador, ou seja, que são nocivos à liberdade os magistrados que se fazem por conta própria, e não os feitos pelo

povo; todavia, quando constitui [*ordina*] os magistrados, o povo deve fazê-lo de tal modo que algo os impeça de tornar-se celerados. E quando era preciso impor-lhes uma guarda, para mantê-los bons, os romanos a retiraram, criando uma única magistratura em Roma e extinguindo todas as outras, pelo excessivo desejo (como acima dissemos) que o senado tinha de extinguir os tribunos, e a plebe, de extinguir os cônsules; desejo que os obcecou a tal ponto que eles incorreram naquela desordem. Porque os homens, como dizia o rei Ferrando[160], muitas vezes são como certas pequenas aves de rapina, que têm tanto desejo de agarrar a presa – coisa a que a natureza as incita –, que não pressentem outra ave maior, acima delas, prestes a matá-las. Por este discurso, fica-se conhecendo – como no princípio propusemos – o erro do povo romano quando quis salvar a liberdade, e os erros de Ápio, quando quis praticar a tirania.

41. Saltar da humildade à soberba, da piedade à crueldade, sem as transições devidas, é coisa imprudente e inútil

Além dos outros meios mal empregados por Ápio para manter a tirania, não foi de pouca importância o salto demasiado brusco que ele deu de uma qualidade a outra. Porque sua astúcia, ao enganar a plebe simulando ser homem popular, foi bem empregada; também foram bem empregados os meios de levar à nova constituição do decenvirato; como foi bem empregada a audácia de consti-

160. Poderia tratar-se de Fernando, o Católico, ou de Ferrante I, rei de Nápoles (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 117).

tuir a si mesmo contra a vontade da nobreza; foram bem empregados os meios para constituir companheiros que atendessem a seus fins, mas não foi bom que, depois de tudo isso e conforme digo acima, ele mudasse, repentinamente, de natureza, deixando de mostrar-se amigo para mostrar-se inimigo da plebe; passando de humano a soberbo, de fácil a difícil, e fazendo-o tão depressa, que, sem nenhuma escusa, qualquer homem poderia reconhecer a falácia de suas intenções. Porque quem pareceu bom por certo tempo, mas, para atingir seus propósitos, quer tornar-se mau, deve fazê-lo pelos devidos meios, conduzindo-se de tal modo, conforme as ocasiões, que a natureza diferente, antes de privá-lo dos antigos favores, já lhe tenha angariado tantos outros novos, que não se veja diminuída a sua autoridade: de outro modo, vendo-se desmascarado e sem amigos, arruína-se.

42. Da facilidade de se corromperem os homens

Nota-se ainda, nessa questão do decenvirato, com que facilidade os homens se corrompem e se tornam de natureza contrária, conquanto bons e bem-educados, se considerarmos como a juventude com que Ápio se rodeou começou a ser amiga da tirania pelo pouco de utilidade que ela lhe ensejava, e como Quinto Fábio, um dos homens do segundo decenvirato, embora ótimo, encegueci-do por um pouco de ambição e persuadido pela maldade de Ápio, transformou seus bons costumes em péssimos e tornou-se semelhante a ele. Isso, se bem examinado, fará que os legisladores das repúblicas ou dos reinos se disponham mais a refrear os apetites humanos, destruindo nos homens qualquer esperança de errar impunemente.

43. Aqueles que combatem por sua própria glória são bons e fiéis soldados[161]

Daquilo que acima tratamos, também se pode notar quanta diferença há entre um exército contente, que combate pela sua glória, e outro contrariado, que combate pela ambição alheia. Porque, enquanto os exércitos romanos costumavam ser sempre vitoriosos na época dos cônsules, na dos decênviros eram sempre derrotados. Por esse exemplo é possível reconhecer, em parte, as razões da inutilidade dos soldados mercenários, que outro motivo não têm para se manterem firmes além do pouco de soldo que lhes é dado. Motivo este que não é nem pode ser bastante para mantê-los fiéis e amigos, capazes de morrer por ti. Porque nos exércitos onde não haja afeição para com aquele por quem se combate, afeição que faça os soldados tornar-se seus partidários, nunca poderá haver *virtù* suficiente para resistir a um inimigo um pouco virtuoso. E como esse amor e essa tenacidade só podem nascer de teus súditos, se quiseres manter um estado, se quiseres manter uma república ou um reino, precisarás armar-te de teus súditos, como fizeram todos os que tiraram grande proveito dos exércitos. Os exércitos romanos, sob o comando dos Dez, tinham a mesma *virtù*, mas, como já não tinham a mesma disposição, não obtinham os costumeiros resultados. No entanto, assim que a magistratura dos Dez foi extinta e eles começaram a combater como homens livres, voltou-lhes o antigo ânimo, e, por conseguinte, suas empresas passaram a ter o final feliz que lhes era costumeiro.

161. Tito Lívio, III, 31 ss., e III, 41-2. [N. da R. T.]

44. Uma multidão sem cabeça é inútil: e de como não se deve ameaçar antes para depois pedir autoridade[162]

Depois do que aconteceu com Virgínia, a plebe romana reuniu-se armada no Monte Sacro. O senado mandou seus embaixadores perguntar com que autoridade haviam abandonado seus comandantes para concentrar-se no Monte. E a autoridade do senado era tão considerada que, não havendo comandantes em meio à plebe, ninguém ousava responder. E Tito Lívio diz que não lhes faltava o que responder, mas faltava-lhes quem desse a resposta. O que demonstra bem a inutilidade de uma multidão sem comandante[163]. Tal desordem foi reconhecida por Virgínio, por cuja ordem foram constituídos vinte tribunos militares para capitanear a plebe, responder ao senado e com ele tratar. E, como pedisse que o senado ali enviasse Valério e Horácio, aos quais a plebe diria o que desejava, estes não quiseram ir lá ter antes que os Dez depusessem a magistratura; e, quando eles chegaram ao Monte, onde estava a plebe, esta lhes pediu que fossem constituídos os tribunos da plebe, que todas as magistraturas precisassem recorrer ao povo, e que lhe entregassem os Dez porque queria queimá-los vivos. Valério e Horácio louvaram os dois primeiros pedidos e repreenderam o último, dizendo que era ímpio: "Crudelitatem damnatis, in crudelitatem ruitis"[164]; e aconselharam que deixassem de fazer menção aos Dez e que esperassem até recuperarem autoridade e poder: depois não lhes

162. Tito Lívio, III, 31 ss., e III, 45-53. [N. da R. T.]

163. "Sine capite multitudo" (*id.*, III, 51). [N. da R. T.]

164. Condenais a crueldade e na crueldade caís (*id.*, III, 53). [N. da T.]

faltariam meios de satisfazer-se. Por aí se percebe facilmente quanta estultícia e pouca prudência há em pedir-se uma coisa e dizer antes: quero fazer este mal com ela; porque não se deve mostrar a intenção que se tem, mas sim procurar satisfazer o desejo de qualquer maneira. Pois basta que se peçam armas a alguém, sem precisar dizer-lhe: quero matar-te com elas; porque, depois que tiveres as armas nas mãos, poderás satisfazer tua vontade.

45. É mau exemplo não se observar uma lei, sobretudo por seu autor; e cometer todos os dias novas injúrias numa cidade é coisa danosa a quem a governa[165]

Feito o acordo, e tendo Roma retornado à sua forma anterior, Virgínio citou Ápio diante do povo, para defender sua causa. Ele apareceu acompanhado de muitos nobres: Virgínio mandou que ele fosse levado à prisão. Ápio começou a gritar e a apelar ao povo. Virgínio dizia que ele não era digno daquele recurso que ele mesmo havia destruído, nem de ter como defensor aquele povo que ele ofendera: Ápio replicava que não deviam violar aquele recurso que tanto haviam desejado. Foi, porém, encarcerado e, antes do dia do julgamento, matou-se. E, embora a vida celerada de Ápio merecesse as piores punições, foi pouco civil violar as leis, muito mais aquela que fora criada então. Porque não creio que haja pior exemplo numa república do que fazer uma lei e não a observar; sobretudo quando não é observada por quem a fez. O go-

165. Tito Lívio, III, 31 ss., e III, 54-9. [N. da R. T.]

verno de Florença foi reordenado, depois de 94, com a ajuda do frade Jerônimo Savonarola, cujos escritos mostram a doutrina, a prudência e a *virtù* de seu ânimo; entre outras constituições que tinham em mira a garantia dos cidadãos, criou-se uma lei que possibilitava recurso ao povo[166] das sentenças proferidas pelos Oito[167] e pela *Signoria* em delitos políticos [*per casi di stato*], lei sobre a qual Savonarola pregou por muito tempo e que obteve com grande dificuldade; ocorre que, pouco depois de sua aprovação, cinco cidadãos foram condenados à morte pela *Signoria*, por delitos políticos [*per conto di stato*]; aqueles queriam recorrer, o que não lhes foi permitido, deixando-se de observar a lei. Isso prejudicou mais a reputação daquele frade do que qualquer outro acontecimento, porque, se aquele recurso era útil, ele deveria fazer que fosse observado; se não era útil, não devia tê-lo feito aprovar. E mais digno de nota foi esse acontecimento porque o frade, em tantas pregações que fez depois da transgressão dessa lei, nunca condenou quem a transgredira nem o escusou, como se fosse algo que não queria condenar porque lhe parecia oportuno, mas também não podia escusar. E isso, pondo à mostra seu ânimo ambicioso e partidário, destruiu-lhe a reputação e causou-lhe grande má fama.

Também ofende muito um estado quem provoca todos os dias no ânimo dos teus cidadãos novos humores com novas injúrias cometidas contra este ou aquele: foi o que ocorreu em Roma depois do decenvirato. Porque os Dez e outros cidadãos em diversos tempos foram acusa-

166. Ao *Consiglio Maggiore* (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 120).

167. Os "oito da justiça", que constituíam a magistratura penal (cf. *id.*, *ibid.*).

dos e condenados, de tal modo que havia grande sobressalto em toda a nobreza, que acreditava não terem mais fim semelhantes condenações enquanto toda a nobreza não fosse destruída. O que, naquela cidade, teria gerado grande inconveniente, se o tribuno Marcos Duélio não o tivesse previsto e criado um edito, segundo o qual, durante um ano, não seria lícito a ninguém citar ou acusar nenhum cidadão romano, o que acalmou toda a nobreza. Donde se vê como é danoso a uma república ou a um príncipe manter aflitos e amedrontados os ânimos dos súditos, com contínuas penas e ofensas. E, sem dúvida, não pode haver ordenação mais perniciosa: porque os homens que começam a temer males que possam vir a sofrer garantem-se de todos os modos nos perigos e tornam-se mais audazes e menos cautelosos para tentarem coisas novas. Por isso, é necessário nunca ofender ninguém, ou então ofender de uma só vez, para depois tranqüilizar os homens e dar-lhes razões para que seu ânimo se aplaque e acalme.

46. Os homens sobem de uma ambição a outra; antes procuram não ser ofendidos, depois ofendem[168]

Havendo o povo romano recuperado a liberdade e retornado à sua condição anterior, ainda mais alta, em vista das muitas novas leis criadas como confirmação de seu poder, parecia razoável que Roma se aquietasse de vez. No entanto, a experiência mostrou o contrário; porque a cada dia surgiam novos tumultos e novas discórdias. E

168. Tito Lívio, III, 65. [N. da R. T.]

como Tito Lívio, com grande prudência, explica de onde tais coisas provinham, parece-me apropriado relatar com precisão as suas palavras, quando ele diz que, entre povo e nobreza, sempre havia um que se ensoberbecia, enquanto o outro se humilhava; e, estando a plebe quieta em seus limites, os jovens nobres começaram a injuriá-la; e os tribunos a isso pouco podiam remediar, porque também eles eram desacatados. A nobreza, por outro lado, mesmo achando que a sua juventude era demasiadamente feroz, preferia que, se alguém tivesse de desrespeitar os modos [*civis*], que fossem os seus, e não a plebe. E assim, o desejo de defender a liberdade fazia que cada um só prevalecesse à custa da opressão do outro. E no curso desses acontecimentos os homens procuram vencer o medo fazendo medo aos outros; e esquivam-se da injúria lançando-a sobre o outro; como se fosse necessário ofender ou ser ofendido. Por aí se vê de que modo, entre outros, as repúblicas se destroem e de que modo os homens vão subindo de uma ambição a outra, vendo-se também como é verdadeira a sentença que Salústio atribui a César: "quod omnia mala exempla bonis initiis orta sunt"[169]. Como acima dissemos, todos os cidadãos que vivem ambiciosamente numa república buscam, em primeiro lugar, não ser ofendidos, e não só por outros cidadãos, mas também pelos magistrados: para isso, procuram amizades, que são conquistadas por vias aparentemente honestas, ou com dinheiro, ou pela defesa dos amigos contra os poderosos; e, por parecerem virtuosas, essas coisas enganam facilmente a todos, ficando portanto sem remédio; até que tal cidadão, prosseguindo sem

169. Todos os maus exemplos nasceram de bons inícios. [N. da T.]

empecilhos, acaba por atingir tal posição que os outros cidadãos lhe têm medo e os magistrados, respeito. E, quando atinge esse grau, sem que antes nada se opusesse à sua grandeza, chega a tal ponto que é perigosíssimo opor-se a ele, pelas razões que acima expus[170], pelo perigo que há em opor-se a um inconveniente que já tenha aumentado muito numa cidade; e a coisa se reduz aos seguintes termos: ou se deve procurar eliminar tal inconveniente, com perigo de imediata ruína, ou deixá-lo como está e submeter-se a uma servidão manifesta, caso a morte ou algum acontecimento não livre dele. Porque, chegando-se ao ponto de cidadãos e magistrados terem medo de ofender tais cidadãos e seus amigos, pouco demorará para que estes os façam julgar e ofender ao seu modo. Donde uma república, entre suas ordenações, deve ter esta, de cuidar para que os seus cidadãos não possam fazer o mal sob a aparência do bem e que conquistem uma reputação que aproveite, e não prejudique, à liberdade, como no devido lugar discorreremos.

47. Os homens, embora se enganem nas coisas gerais, não se enganam nas particulares

Visto que o povo romano, como acima se disse, passara a sentir aversão pelo título consular[171], e desejando que homens plebeus pudessem vir a tornar-se cônsules ou que a autoridade destes fosse reduzida, a nobreza, para não macular a autoridade consular com nenhuma das duas coisas, tomou o caminho do meio e contentou-se com a

170. Cf. *Discursos*, I, 33. [N. da R. T.]
171. Cf. *Discursos*, I, 39. [N. da R. T.]

constituição de quatro tribunos com poder consular, que poderiam ser plebeus ou nobres. Com isso a plebe ficou contente, por lhe parecer assim extinguir o consulado e poder participar desse altíssimo posto. Daí surgiu um fato notável: chegado o momento de constituir tais tribunos, podendo estes ser todos plebeus, o povo romano constituiu-os todos nobres. É quando Tito Lívio diz estas palavras: "Quorum comitiorum eventus docuit, alios animos in contentione libertatis et honoris, alios secundum deposita certamina in incorrupto iudicio esse."[172] E, examinando a origem disso, creio estar ela no fato de que os homens se enganam muito nas coisas gerais, e não tanto nas particulares. De modo geral, a plebe romana achava que merecia o consulado, porque era maioria na cidade, porque se expunha a maiores perigos na guerra, porque com seus braços mantinha a liberdade de Roma e a tornava poderosa. E parecendo-lhe razoável esse desejo, como dissemos, quis obter essa autoridade de qualquer modo. Mas, quando precisou julgar os seus homens nas particularidades, reconheceu a fraqueza deles e considerou que nenhum merecia aquilo que ela, em conjunto, acreditava merecer. Assim, envergonhada deles, recorreu àqueles que o mereciam. Deliberação esta que causa compreensível espanto em Tito Lívio, que diz estas palavras: "Hanc modestiam aequitatemque et altitudinem animi, ubi nunc in uno inveneris, quae tunc populi universi fuit?"[173]

Para confirmar, pode-se aduzir outro notável exemplo, ocorrido em Cápua depois que Aníbal derrotou os

172. O resultado daquelas eleições mostrou que os ânimos em luta pela liberdade e a honra são bem diferentes dos ânimos do julgamento desapaixonado, depois de terminada a guerra (Tito Lívio, IV, 6). [N. da T.]

173. Onde encontrar hoje numa só pessoa a modéstia, a eqüidade e a magnanimidade que foi então de todo um povo? (*id.*, *ibid.*). [N. da T.]

romanos em Canas. Por essa derrota, toda a Itália estava agitada, enquanto Cápua podia ainda tumultuar-se, devido ao ódio que havia entre o povo e o senado[174]; Pacúvio Calávio, que ocupava então a magistratura suprema e sabia do perigo que corria a cidade de tumultuar-se, concebeu, com sua autoridade, obter a reconciliação da plebe com a nobreza; com tal intuito, reuniu o senado e falou aos senadores sobre o ódio que o povo nutria por eles e do perigo que corriam de serem mortos pelo povo, se a cidade caísse nas mãos de Aníbal, em vista da situação aflitiva em que se encontravam os romanos; acrescentou depois que, se deixassem a questão sob seu comando, ele conseguiria uni-los todos; mas queria encerrá-los no palácio para salvá-los usando o meio de dar ao povo o poder de infligir-lhes castigo. Os senadores cederam a essa sua sugestão. Pacúvio chamou o povo para uma assembléia, depois de fechar o senado no palácio, e disse que chegara a hora de domarem a soberba da nobreza e vingar-se das injúrias sofridas, estando todos ali presos sob sua custódia; mas, como acreditava que o povo não quisesse que sua cidade ficasse sem governo, se desejassem matar os senadores antigos, seria necessário criar outros; para tanto, pusera todos os nomes dos senadores numa bolsa, e começaria a sorteá-los na presença de todos; e cada um dos sorteados morreria, assim que se tivesse encontrado um sucessor para ele. E começou sorteando um, cujo nome provocou altíssimo rumor, sendo ele chamado de homem soberbo, cruel e arrogante; Pacúvio pediu então que procedessem à sua substituição, e a assembléia se calou; depois de algum tempo, indicou-se o nome de alguém da plebe, e, proferido esse nome, alguns começa-

174. *Id.*, XXIII, 2-4. [N. da R. T.]

ram a assobiar, outros a rir, outros ainda a falar mal dele de uma maneira ou de outra. E assim, de um em um, todos os indicados foram considerados indignos do título senatorial. De modo que Pacúvio, aproveitando a ocasião, disse: "Como julgais que não é bom para a cidade ficar sem senado e como não chegais a um acordo para a substituição dos antigos senadores, considero melhor que vos reconcilieis, porque o medo que os senadores sentiram os terá aplacado tanto que a humanidade que procurais em outros encontrareis neles mesmos." E, estando todos concordes com isso, seguiu-se a união dessa ordenação, e ficou claro o engano em que haviam incorrido, quando foram obrigados a ater-se aos particulares. Além disso, os povos geralmente se enganam ao julgarem as coisas e seus acidentes, porque, depois que as conhecem nas particularidades, deixam de enganar-se.

Depois de 1494, quando os príncipes[175] da cidade foram expulsos de Florença, não havia nenhum governo ordenado, mas sim certa licença ambiciosa, e, como as coisas públicas fossem de mal a pior, muitos populares, vendo a ruína da cidade e não percebendo outra razão, acusaram a ambição de alguns poderosos, que nutriria as desordens, para poder fazer um estado propício a seus fins e privá-los da liberdade; e tais pessoas iam das *logge* às praças, falando mal de muitos cidadãos, fazendo ameaças, a dizerem que, se acaso viessem a ser membros da *Signoria*, dariam a conhecer esse logro e os castigariam. Muitas vezes ocorria que algum desses cidadãos ascendia à suprema magistratura, e que, chegando àquele alto posto, via as coisas mais de perto e entendia de onde provinham as desordens e os perigos, bem como a di-

175. Os Medici (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 123).

ficuldade de remediá-los. E, vendo que os tempos, e não os homens, eram os causadores da desordem, logo era tomado por outro ânimo e outra disposição; porque o conhecimento das particularidades das coisas livrava-o do engano a que se predispusera ao considerar as coisas em sua generalidade. Destarte, aqueles que o haviam ouvido antes falar, quando era cidadão comum [*privato*], ao vê-lo calado depois, na suprema magistratura, não acreditavam que isso proviesse de um conhecimento mais verdadeiro das coisas, mas sim do engodo e da corrupção pelos Grandes. E como isso ocorresse a muitos homens e freqüentes vezes, surgiu entre eles um provérbio que dizia: "Eles têm um pensamento na praça e outro no palácio." Considerando, portanto, tudo o que se disse, percebe-se que é possível abrir depressa os olhos dos povos, encontrando-se um modo de fazê-los descer aos particulares, vendo que se enganam no geral; foi o que fez Pacúvio em Cápua e o senado em Roma. Creio também ser possível concluir que um homem prudente nunca deve deixar de reconhecer o julgamento popular nas particularidades referentes às distribuições dos títulos e dos cargos públicos: porque somente nisso o povo não se engana; e caso se engane algumas vezes, elas são tão raras que mais vezes se enganariam os poucos homens que tivessem de fazer semelhantes distribuições. E não me parece supérfluo mostrar, no próximo capítulo, a maneira como o senado enganava[176] o povo nas suas distribuições.

176. Em vez de "enganava", Inglese propõe "desenganava" e justifica: "Exatamente oposta e absurda é a lição oferecida pelo manuscrito: *ingannare*. Mazzoni, que a acolhe, e todos os comentadores que seguem o manuscrito (exceto Carli) compreenderam o discurso de Maquiavel de modo invertido (e bastava ler o capítulo seguinte)" (Inglese, *op. cit.*, pp. 268-9). [N. da R. T.]

48. Quem não quiser que uma magistratura seja dada a algum homem vil ou malvado, que a faça pleitear por alguém muito vil e malvado ou por alguém muito nobre e bom[177]

Quando o senado temia que os tribunos com poder consular fossem extraídos da plebe, usava um destes dois modos: ou fazia que tais cargos fossem pleiteados pelos homens mais reputados de Roma, ou, usando os devidos meios, corrompia alguns plebeus vis e ignóbeis, que, misturados com os plebeus de melhor qualidade que de ordinário pleiteavam o cargo, faziam-nos pleiteá-lo também. Quando se conduziam deste último modo, a plebe se envergonhava de entregar o cargo a tais homens; quando do primeiro, ela se envergonhava de tirá-lo. Isso mostra ser oportuno o que dissemos no capítulo anterior, onde mostramos que o povo se engana nas generalidades, mas que nas particularidades não se engana.

49. Se as cidades que tiveram o princípio livre, como Roma, têm dificuldade para encontrar leis que as mantenham livres, para aquelas que o tiveram na servidão, isso é quase uma impossibilidade

O desenvolvimento [*processo*] da república romana demonstra muito bem como é difícil, na ordenação de uma república, prover a todas as leis que a mantenham livre, pois, não obstante muitas leis tivessem sido ordena-

177. Tito Lívio, IV, 56-7. [N. da R. T.]

das primeiramente por Rômulo e depois por Numa, Tulo Hostílio, Sérvio e, finalmente, pelos dez cidadãos constituídos para semelhante obra, no governo daquela cidade sempre eram descobertas novas necessidades que determinavam a criação de novas ordenações; foi o que aconteceu quando se constituíram os censores, numa das providências que ajudaram a manter Roma livre durante o tempo em que ela viveu em liberdade[178]. Porque, tornando-se eles árbitros dos costumes de Roma, foram poderosa razão para que os romanos demorassem mais a corromper-se. Mas, no princípio da constituição de tal magistratura, cometeu-se o erro de constituir tal poder por cinco anos, o que, depois de não muito tempo, foi corrigido pela prudência do ditador Mamerco, que com nova lei reduziu essa magistratura para dezoito meses[179]. Coisa de que os censores então no poder se desagradaram tanto que privaram Mamerco do trato com o senado, o que foi condenado pela plebe e pelos pais conscritos. E, como a história não mostra que Mamerco tivesse a possibilidade de defender-se, mister é concluir que ou o historiador falhou, ou as ordenações de Roma nessa parte não eram boas: porque não é bom que uma república esteja ordenada de tal modo que um cidadão, por promulgar uma lei em conformidade com a vida livre, possa ser ofendido sem nenhum remédio. Mas, voltando ao princípio deste discurso, digo que, para a criação dessa nova magistratura, deve-se considerar que, se as cidades que tiveram o seu princípio livre, regendo-se desde então por si mesmas, como Roma, têm grande dificuldade para criar leis capazes de conservá-las livres, não é de admirar que as cida-

178. Tito Lívio, IV, 8. [N. da R. T.]
179. Tito Lívio, IV, 24. [N. da R. T.]

des que desde o início tiveram seu princípio na servidão tenham não dificuldade, porém impossibilidade de ordenar-se de um modo que lhes possibilite viver civil e pacificamente. Conforme se vê, foi o que ocorreu à cidade de Florença, que, por ter sido no princípio submetida ao império romano e ter vivido sempre sob o governo alheio, passou longo tempo subjugada [*abietta*][180], sem pensar em si mesma: depois, chegada a ocasião de respirar, ela começou a constituir suas ordenações, que, misturando-se às antigas, que eram ruins, não poderiam ter sido boas: assim, foi-se ela arranjando por duzentos anos, intervalo de que se tem segura memória, sem jamais ter possuído um estado pelo qual pudesse realmente ser chamada república. E essas dificuldades, que nela existiram, sempre existiram em todas as cidades que tiveram inícios semelhantes ao dela. E, embora muitas vezes, por sufrágio público e livre, se tenha outorgado ampla autoridade a alguns cidadãos, para que estes a reformassem, nem por isso eles a ordenaram jamais em vista da utilidade comum, mas sempre em favor de seus próprios partidos, o que não criou ordem, porém maior desordem naquela cidade. E, para citar um exemplo particular, digo que, entre as coisas que devem ser consideradas pelo ordenador de uma república, está o exame dos homens, em cujas mãos ele depositará o poder de vida e morte sobre seus cidadãos. Tal coisa estava bem ordenada em Roma, porque se podia apelar ao povo ordinariamente: e, mesmo quando houvesse algum acontecimento importante, em que fosse perigoso adiar a execução com a apelação, era possível recorrer ao ditador, que executava a pena ime-

180. Cf. *História de Florença*, II, 2. [N. da R. T.]

diatamente; remédio ao qual nunca recorriam, a não ser em caso de necessidade. Mas, em Florença, bem como nas outras cidades nascidas do mesmo modo, em servidão, esse poder era posto nas mãos de um estrangeiro, que, por mandato do príncipe, cumpria tal encargo. Quando, depois, obtiveram a liberdade, mantiveram esse poder em mãos de um estrangeiro, a que chamavam capitão[181]: o que era muito pernicioso, pois este podia ser facilmente corrompido por cidadãos poderosos. Mas depois, sendo essa ordenação mudada pela mudança dos estados, foram constituídos[182] oito cidadãos que deveriam cumprir os encargos daquele capitão. E essa ordenação, se já era ruim, tornou-se péssima, pelas razões sobre as quais doutras vezes discorremos, pois os poucos foram sempre instrumentos [*ministri*] dos poucos e dos mais poderosos. Disso se resguardou a cidade de Veneza, pois tinha dez cidadãos, que, sem apelação, podem punir qualquer cidadão. E, como eles não seriam suficientes para punir os poderosos, ainda que tivessem autoridade para tanto, foi constituído o Conselho dos Quarenta; e, ademais, desejaram os venezianos que o Conselho dos *Pregadi*[183], que é o Conselho Supremo, pudesse castigá-los; de modo que, não faltando acusador, não falta juiz para refrear os poderosos. Não é, portanto, de admirar que, se em Roma – ordenada por si mesma e por tantos homens prudentes – surgiam todos os dias novas razões pelas quais era preciso criar novas ordenações em favor da vida livre, nas outras

181. *Capitano* (derivado de *caput*, cabeça) era o título dado na Idade Média aos governadores das cidades (cf. *História de Florença*, II, 5). [N. da T.]

182. Em Florença. [N. da T.]

183. *Pregadi*, porque solicitados (*pregati*) pelo Doge a emitir seu parecer. Era um senado de sessenta membros (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 125).

cidades, que têm um princípio mais desordenado, surjam tantas dificuldades, e que nunca seja possível reordená-las.

50. Um conselho ou um magistrado não deve ter a possibilidade de impedir as ações das cidades[184]

Quando Tito Quinto Cincinato e Cneo Júlio Mento eram cônsules em Roma, a desunião que surgiu entre eles impediu todas as ações daquela república. O senado, apercebendo-se, estimulava-os a instituir um ditador, para que este fizesse o que aqueles não podiam fazer, devido às suas discórdias. Mas os cônsules, embora discordantes em tudo, concordavam em não querer o ditador. A tal ponto que o senado, não encontrando outro remédio, recorreu à ajuda dos tribunos, que, com a autoridade do senado, forçaram os cônsules a obedecer. É de notar, nisso, em primeiro lugar, a utilidade do tribunato, que não servia apenas para refrear a ambição dos poderosos contra a plebe, mas também a ambição dos poderosos contra si mesmos; em segundo lugar, é de notar que nunca se deve estabelecer [*ordinare*] numa cidade que um pequeno número de homens tenha nas mãos deliberações como as que ordinariamente são necessárias à manutenção da república. Por exemplo, se conferes a um conselho poderes de distribuição de honras e vantagens, ou a um magistrado autoridade para administrar uma questão, é preciso impor-lhes a obrigação de fazê-lo de qualquer maneira, ou então estabelecer [*ordinare*] que, se tal conselho ou magistrado não quiser o encargo, outro possa fazê-lo: caso

184. Tito Lívio, IV, 26. [N. da R. T.]

contrário, essa ordenação seria imperfeita e perigosa, como ocorreria em Roma, se à obstinação daqueles cônsules não se pudesse opor a autoridade dos tribunos. Na república veneziana, o Grande Conselho[185] distribui honras e vantagens: ocorria às vezes que o grosso [*l'universalità*] dos conselheiros, seja por descuido ou por alguma falsa persuasão, não criava os sucessores dos magistrados da cidade e dos que administravam seu império exterior. Isso causava grande desordem, porque, simultaneamente, tanto as cidades submetidas quanto a sua própria cidade ficavam sem seus legítimos juízes, e não se podia obter coisa alguma, caso o grosso do Conselho não fosse satisfeito ou não se convencesse de seu erro. E tal inconveniente teria levado a cidade a um mau fim, se não tivesse sido prevenido por cidadãos prudentes, que, aproveitando a melhor ocasião, criaram uma lei segundo a qual nenhum magistrado, estivesse ele dentro ou fora da cidade, poderia jamais deixar vago o seu cargo, a não ser depois de terem sido nomeados seus substitutos e sucessores. E assim se obstou à facilidade com que aquele Conselho podia impedir as ações públicas, com perigo para a república.

51. Uma república ou um príncipe deve mostrar que faz por liberalidade o que é obrigado a fazer pela necessidade[186]

Os homens prudentes fazem-se alvo dos méritos em todas as suas ações, ainda que a necessidade os obrigue

185. *Maggior Consiglio*, assembléia que reunia os "gentis-homens" venezianos (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 126).

186. Tito Lívio, IV, 59-60. [N. da R. T.]

a realizar tais ações de qualquer maneira. Essa prudência foi bem usada pelo senado romano, quando deliberou que os militares recebessem soldo do dinheiro público, sendo então costume que eles provessem a suas próprias despesas. Mas o senado, percebendo que daquele modo não se poderia guerrear por longo tempo e que, por isso, não seria possível sitiar cidades nem conduzir os exércitos para longe, e considerando ser necessário fazer ambas as coisas, deliberou que se pagasse tal soldo, mas o fez de tal modo que lhe couberam os méritos daquilo que era obrigado a fazer pela necessidade. E a plebe ficou tão contente com esse presente que houve grande algazarra em Roma, tanta era a alegria, pois a todos parecia bem grande aquele benefício, que nunca esperavam receber e que nunca, por si sós, teriam procurado obter. E, embora os tribunos se aplicassem em desfazer esse mérito, mostrando que aquilo agravaria, e não aliviaria a plebe, pois seria necessário impor tributos para pagar tal soldo, não puderam impedir que a plebe o acatasse, e tal mérito cresceu ainda mais graças ao modo como o senado distribuiu os tributos, pois os gravames maiores e mais pesados incidiram sobre a nobreza, sendo estes também os primeiros a serem pagos.

52. Para reprimir a insolência de alguém que se torne poderoso numa república, não há modo mais seguro e que cause menos conturbação do que pré-ocupar os caminhos pelos quais ele possa chegar a tal poderio

Do que dissemos no capítulo anterior, vimos o crédito que a nobreza conquistou junto à plebe com as de-

monstrações feitas em seu benefício, tanto em relação à ordenação do soldo quanto ao modo de impor os tributos[187]. Se a nobreza se tivesse mantido naquela conduta, teria eliminado todo e qualquer tumulto naquela cidade, anulando-se o crédito, logo a autoridade, de que gozavam os tribunos entre a plebe. E, realmente, em nenhuma república, muito menos nas corrompidas, haverá modo melhor, menos tumultuoso e mais fácil de opor-se à ambição de algum cidadão do que pré-ocupar os caminhos pelos quais se percebe que ele está chegando ao ponto que tem em mira. E, se os adversários de Cosimo de' Medici tivessem feito isso, teriam ganho mais do que ganharam expulsando-o de Florença: porque, se os cidadãos que com ele competiam tivessem imitado o seu estilo de favorecer o povo, teriam conseguido, sem tumulto nem violência, tirar-lhe das mãos as armas de que ele mais se valia. Piero Soderini conseguira grande reputação na cidade de Florença apenas favorecendo o povo [*l'universale*], obtendo assim a fama de amante da liberdade da cidade. E, realmente, para os cidadãos que invejavam sua grandeza teria sido muito mais fácil, muito mais honesto e muito menos perigoso, além de menos danoso para a república, pré-ocupar os caminhos pelos quais se fazia grande, do que se contrapor a ele e assim, com a sua ruína, arruinar todo o restante da república. Porque, se lhe tivessem tirado das mãos as armas com as quais se mostrava corajoso (o que poderia ser feito facilmente), poderiam ter-se oposto a ele sem levantar suspeita nem temor algum em todos os conselhos e em todas as deliberações públicas. E, se alguém replicasse que, se os cidadãos que

187. *Id.*, *ibid.* [N. da R. T.]

odiavam Piero erraram ao não lhe pré-ocuparem os caminhos pelos quais ganhava reputação entre o povo, Piero também errou por não pré-ocupar os caminhos pelos quais seus adversários o tornaram temível. Disso Piero merece escusas, seja porque lhe era difícil fazê-lo, seja porque tais meios não eram honestos com ele, visto que os meios com os quais o atacavam tinham em vista favorecer os Medici, com o que o combatiam e por fim o arruinaram. Piero, portanto, não podia honestamente conduzir-se daquele modo, porque não poderia, com boa fama, destruir a liberdade de cuja guarda fora incumbido: ademais, tais favores, como não podiam ser feitos em segredo e de uma só vez, eram perigosíssimos para Piero, porque, se porventura se mostrasse amigo dos Medici, se tornaria suspeito e odioso para o povo, donde seus inimigos teriam encontrado muito mais facilidade que antes para atacá-lo.

Em todas as decisões tomadas, os homens devem considerar as falhas e os perigos, e não as tomar sempre que nelas houver mais perigo que utilidade, mesmo diante de pareceres favoráveis a tal deliberação. Porque, se assim não fizerem, ocorrerá o que ocorreu com Túlio[188], que, desejando desfavorecer Marco Antônio, acabou por favorecê-lo. Porque, visto que Marco Antônio era considerado inimigo do senado, mas tinha sob seu comando aquele grande exército, em boa parte constituído por soldados seguidores de César, Túlio, para tirar-lhe o comando daqueles soldados, estimulou o senado a dar autoridade a Otaviano e mandá-lo com os cônsules Hírcio e Pansa enfrentar Marco Antônio, alegando que os soldados que

188. Cícero (cf. Capata, *op. cit.*, p. 128).

seguiam Marco Antônio, tão logo ouvissem o nome de Otaviano, sobrinho de César, que era também chamado César, abandonariam Marco Antônio e se juntariam a este; e, assim, privando-se Marco Antônio de favores, seria fácil eliminá-lo. O que se deu foi exatamente o contrário; porque Marco Antônio cativou Otaviano, que, deixando de lado Túlio e o senado, alinhou-se com ele. Acontecimento este que representou a destruição do partido da aristocracia. O que era fácil prever, e ninguém deveria ter acreditado naquilo de que Túlio se persuadira, e sim ter em conta o nome[189] que com tanta glória extinguira seus inimigos e conquistara o principado em Roma; e nunca se deveria acreditar que seria possível obter de seus herdeiros ou de seus defensores alguma coisa que fosse conforme com a liberdade.

53. O povo muitas vezes deseja sua própria ruína, enganado por alguma falsa aparência de bem; e como as grandes esperanças e as audazes promessas o comovem facilmente

Expugnada a cidade de Veios[190], começou a surgir entre o povo romano a opinião de que seria útil para a cidade de Roma que metade dos romanos fosse morar em Veios, argumentando que, por ser aquela uma rica cidade rural, por estar ela cheia de construções e próxima a Roma, metade dos cidadãos romanos poderia enriquecer-se sem prejuízo de nenhuma ação civil, graças à pro-

189. De César, que havia sido passado para Otaviano (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 128).

190. Tito Lívio, V, 24-5. [N. da R. T.]

ximidade do lugar. Ao senado e aos romanos mais sábios isso pareceu tão inútil e danoso que diziam abertamente preferir a morte a concordar com uma deliberação daquelas. De modo que, pondo-se tal questão em discussão, a plebe inflamou-se tanto contra o senado que se teria chegado às armas e ao derramamento de sangue, caso o senado não tivesse servido de escudo a alguns velhos e estimados cidadãos, por cuja reverência a plebe foi refreada, não levando adiante sua insolência. Aqui devem ser notadas duas coisas. A primeira é que o povo, muitas vezes, enganado por uma falsa imagem de bem, deseja sua própria ruína, e se alguém em quem ele confie não o convencer de que aquilo é um mal, mostrando-lhe o que é o bem, as repúblicas serão expostas a infinitos perigos e danos. E, quando, porventura, o povo não confia em ninguém, como às vezes ocorre, se tiver sido enganado antes por coisas ou homens, será inevitável que se chegue à ruína. E Dante diz a respeito, nas suas considerações intituladas *De Monarchia*[191], que o povo muitas vezes grita: "Viva a morte! E morra a vida!" Por essa incredulidade, às vezes deixam de ser tomadas boas decisões nas repúblicas, como dissemos acima sobre os venezianos[192], quando estes, atacados por tantos inimigos, não conseguiram tomar a decisão de conquistar nenhum deles com a restituição das coisas retiradas a outros (coisas pelas quais se travara a guerra e se dera a conjuração dos príncipes), antes que se chegasse à ruína.

Portanto, considerando-se aquilo de que é fácil ou aquilo de que é difícil persuadir um povo, pode-se fazer

191. Na realidade, trata-se de *Convivio* (I, 11) (cf. Capata, *op. cit.*, p. 129).
192. Cf. *Discursos*, I, 6. [N. da R. T.]

esta distinção: ou aquilo de que o deves persuadir representa à primeira vista uma perda ou um ganho, ou então parece uma medida corajosa ou covarde. E sempre será fácil persuadir a multidão quando nas coisas propostas for visível o ganho, ainda que por trás dele haja perda, e quando elas parecerem corajosas, ainda que por trás esteja a ruína da república: por isso, é sempre difícil persuadir o povo das providências em que pareça haver covardia ou perda, ainda que por trás haja salvação e ganho. O que acabo de dizer é confirmado por infinitos exemplos, romanos ou estrangeiros, modernos e antigos. Porque foi daí que, em Roma, nasceu a opinião desfavorável acerca de Fábio Máximo, que não conseguia persuadir o povo romano de que era útil à república avançar lentamente naquela guerra e conter o avanço de Aníbal sem entrar em batalha, pois o povo julgava covarde essa medida, não enxergando nela a utilidade que tinha, e Fábio não tinha razões suficientes para demonstrá-la: e os povos ficam tão enceguecidos pela valentia que, embora o povo romano tivesse cometido o erro de dar autoridade ao mestre de equitação[193] de Fábio, para que ele combatesse, ainda que Fábio não o quisesse, e que com isso o exército romano teria sido desbaratado se Fábio, com sua prudência, não remediasse a situação, não lhe bastou a experiência, porque depois deu o consulado a Varrão[194], não por outros méritos, senão porque ele prometera por todas as praças e locais públicos de Roma que derrotaria Aníbal, desde que lhe fosse dada autoridade para tanto. Donde se chegou à batalha e à derrota de Canas, e quase à ruína de Roma. Quero aduzir, a propósito, mais um

193. Marcos Minúcio (Tito Lívio, XXII, 25 ss.) (cf. Capata, *op. cit.*, p. 129).
194. Caio Terêncio Varrão (cf. *id.*, *ibid.*).

exemplo romano[195]. Aníbal já passara oito ou dez anos na Itália, disseminando a morte de romanos por todas as suas terras, quando Marcos Centênio Pênula, homem de baixíssima condição [*vilissimo*] (embora tivesse atingido alguma posição no exército), foi ao senado e disse que, se lhe outorgassem autoridade para formar um exército de voluntários em qualquer lugar da Itália, ele lhes traria Aníbal vivo ou morto, em curtíssimo tempo. O senado considerou esse pedido temerário, mas, ponderando que, se fosse rejeitado e depois chegasse ao conhecimento do povo, talvez nascessem tumultos, ódios e má vontade contra a ordem senatorial, foi-lhe concedido o que pedia, pois mais valeria expor ao perigo todos aqueles que o seguissem do que provocar novas discórdias no seio do povo, sabendo da aceitação que teria semelhante medida e como seria difícil dissuadi-lo. Foi Pênula, portanto, ao encontro de Aníbal com uma multidão não ordenada e indisciplinada, e antes mesmo que se desse o recontro, ele e todos os que o seguiam foram derrotados e mortos.

Na Grécia, na cidade de Atenas, Nícias, homem de grande circunspecção e prudência, não conseguiu persuadir aquele povo de que não seria bom atacar a Sicília; assim, tomada a decisão de fazê-lo, contrariando a vontade dos sábios, seguiu-se a total ruína de Atenas. Cipião, quando se tornou cônsul, desejando conquistar a África, com a promessa de destruir totalmente Cartago, diante da oposição do senado, pela sentença de Fábio Máximo, ameaçou fazer a proposta ao povo, pois sabia muito bem como semelhantes deliberações agradam aos povos[196].

195. Tito Lívio, XXV, 19. [N. da R. T.]
196. Tito Lívio, XXVIII, 45. [N. da R. T.]

Seria possível dar exemplos de nossa cidade; foi o que ocorreu quando Ercole Bentivogli, governador florentino, e Antonio Giacomini, depois de derrotarem Bartolommeo d'Alviano em San Vincenzo, travaram batalha em Pisa, empresa essa que foi deliberada pelo povo com base nas promessas de Ercole, ainda que muitos cidadãos sábios o censurassem: entretanto, não houve remédio, pois estavam estimulados por aquela vontade comum [*universale*], fundamentada nas promessas façanhosas do governador. Digo, portanto, que não há caminho mais fácil para levar à ruína uma república onde o povo tenha autoridade do que empenhá-la em façanhas; porque onde a opinião do povo tiver algum peso, elas sempre serão aceitas, e quem for de outra opinião não poderá evitá-las. Mas, se daí provier a ruína da cidade, também provirá, no mais das vezes, a ruína pessoal dos cidadãos encarregados de tais empresas: porque o povo, que pressupôs a vitória e teve a derrota, não acusará nem a fortuna, nem a impotência de quem a conduziu, mas o acusará de maldade e ignorância e, no mais das vezes, o matará, prenderá ou confinará, como ocorreu a infinitos comandantes cartagineses e a muitos atenienses. E de nada valerá alguma vitória que aquele comandante tenha conquistado no passado, pois tudo será anulado pela derrota presente, como ocorreu a Antonio Giacomini, que, não tendo expugnado Pisa, como o povo pressupusera e ele prometera, caiu em tal desgraça popular, que, não obstante suas infinitas boas obras passadas, sobreviveu mais por humanidade daqueles que tinham autoridade para tanto do que por alguma outra razão que o defendesse perante o povo.

54. Quanta autoridade precisa ter um homem austero para refrear uma multidão concitada

O segundo ponto notável sobre o texto do capítulo anterior é que nada é tão capaz de refrear uma multidão concitada quanto a reverência por algum homem austero e com autoridade que se lhe oponha; não é sem razão que Virgilio diz:

> Tum pietate gravem ac meritis si forte virum quem
> Conspexere, silent, arrectisque auribus adstant.[197]

Portanto, quem tiver um exército sob seu comando ou estiver numa cidade onde surja algum tumulto deverá apresentar-se com a maior benevolência e honradez que puder, investindo-se dos títulos que tiver, para tornar-se mais digno de reverência. Há poucos anos, Florença estava dividida em duas facções, chamadas *Fratesca* e *Arrabbiata*[198]; chegando-se ao emprego das armas, os *Frateschi* foram vencidos; entre eles estava Pagolantonio Soderini, cidadão de grande reputação naqueles tempos; durante aqueles tumultos, o povo dirigiu-se armado a sua casa, para saqueá-la, onde por acaso se encontrava Francesco, seu irmão, então bispo de Volterra e hoje cardeal; este, tão logo ouviu o alarido e viu a turba, vestiu-se com os trajes mais honrosos e, envergando o roquete episcopal, tomou a direção dos homens armados, detendo-os com sua presença[199] e suas palavras; feito este que duran-

197. Então, se por acaso vêem um homem nobre em méritos e virtude, calam-se e ouvem (*Eneida*, I, 151-2). [N. da T.]

198. *Fratesca* (fradesca), de seguidores de Savonarola; *Arrabbiata* (raivosa), de seus opositores. [N. da T.]

199. Aspecto, aparência. [N. da R. T.]

te muitos dias foi notado e celebrado em toda a cidade. Concluo, portanto, que não há remédio mais seguro e necessário para refrear uma multidão concitada do que a presença de um homem, a qual pareça ser e de fato seja digna de reverência. Vê-se, portanto, para voltarmos ao texto anterior, com quanta obstinação a plebe romana aceitava a decisão de ir para Veios, porque o julgava útil, sem perceber o dano que por trás disso havia; e também como, diante dos tumultos daí surgidos, teria havido muitos escândalos se o senado não tivesse refreado seu furor com homens austeros e dignos de reverência.

55. De como é fácil conduzir as coisas nas cidades onde a multidão não está corrompida; e, onde existe igualdade, não se pode criar um principado; e onde ela não existe, não se pode criar uma república[200]

Embora tenhamos acima[201] discorrido sobre o que se deve temer ou esperar das cidades corrompidas, não me parece fora de propósito considerar uma deliberação do senado sobre a promessa que Camilo fizera de dar a Apolo a décima parte da presa dos veienses: como tal presa caísse nas mãos da plebe romana, não sendo possível calcular seu montante, o senado emitiu um edito, determinando que cada um entregasse ao erário [*publico*] a décima parte daquilo que pilhara. E, embora tal deliberação não tivesse sido executada e o senado tivesse tomado outra decisão, satisfazendo Apolo por outras vias, para sa-

200. Tito Lívio, V, 21-5. [N. da R. T.]
201. Cf. *Discursos*, I, 17 e 18. [N. da R. T.]

tisfação da plebe, vê-se por tal deliberação como aquele senado confiava na bondade da plebe e julgava que ninguém deixaria de entregar exatamente aquilo que se determinava naquele edito. Por outro lado, vê-se que a plebe não pensou em fraudar em parte o edito, dando menos do que devia, mas sim em livrar-se dele com demonstrações abertas de indignação. Esse exemplo, como muitos outros acima aduzidos, mostra quanta bondade e religião havia naquele povo e quanto bem se podia esperar dele. E, realmente, onde não há essa bondade, nenhum bem pode ser esperado, como não pode ser esperado nas províncias onde, nestes tempos, se vê que são corrompidas, como a Itália, acima de todas, e também em parte a França e a Espanha. E, se nestas últimas províncias não se vêem tantas desordens quantas nascem na Itália todos os dias, isso não provém tanto da bondade dos povos, que em boa parte não existe, mas sim da existência de um rei que os mantêm unidos, não somente por sua *virtù*, como também pela ordenação de tais reinos, que ainda não estão degenerados[202]. Vê-se muito bem que, na Alemanha, ainda são grandes essa bondade e essa religião em seus povos, graças ao que muitas repúblicas vivem livres e observam as leis de tal modo que ninguém

202. Em vez de "ordenação de tais reinos", Inglese propõe "ordenações de tais reinos" e, portanto, a seguinte tradução: "[...] como também pelas ordenações de tais reinos, que ainda não estão degeneradas". E justifica: "Parece oportuno corrigir desse modo a lição transmitida ('ordenação' [*ordine*]), porque 'degenerados' não pode referir-se a 'reinos'. Maquiavel quer dizer que, enquanto os povos são corrompidos, as ordenações ainda são saudáveis, porque adequadas a seu 'sujeito'. Todavia, dos 'reinos', ou seja, da França ou da Espanha, não poderia dizer que 'não são degenerados'. Estes, aliás, também são em parte corrompidos, mas, graças às ordenações 'ainda saudáveis' e à *virtù* do príncipe, conseguem manter-se" (Inglese, *op. cit.*, p. 278). [N. da R. T.]

de fora nem de dentro ousa ocupá-las. E, para provar que nelas reina boa parte daquela antiga bondade, quero dar um exemplo semelhante ao que dei acima, do senado e da plebe romana. Naquelas repúblicas, quando é preciso gastar alguma quantidade de dinheiro público, os magistrados ou conselhos que têm autoridade para tanto impõem a todos os habitantes da cidade um por cento ou dois do rendimento de cada um. E, tomada tal deliberação, segundo o costume [*l'ordine*] da cidade, cada um se apresenta diante dos coletores de tal imposto e, fazendo antes o juramento de pagar a soma conveniente, joga numa caixa a tanto destinada aquilo que, segundo sua consciência, lhe parece dever pagar: desse pagamento ninguém é testemunha, a não ser quem paga. Donde se pode concluir que ainda há bondade e religião naqueles homens. E deve-se imaginar que cada um pague a verdadeira soma: porque, se não pagasse, não se obteria naquela arrecadação a quantidade que fora prevista, segundo o que fora arrecadado das vezes anteriores, e, não se obtendo a quantidade esperada, a fraude ficaria sendo conhecida: e, em sendo conhecida a fraude, adotar-se-ia uma modalidade diferente de arrecadação. Bondade que é mais admirável nestes tempos, porque mais rara: aliás, vê-se que continua a existir somente naquela província.

E isso provém de duas coisas: primeiramente, o fato de não terem grandes relações com os vizinhos, porque nem estes foram à casa daqueles, nem aqueles à casa alheia, pois se contentaram em passar com os bens, em viver dos alimentos e em vestir as lãs que lhes são dados por sua terra; por isso, foi eliminada a razão para quaisquer relações e, assim, o motivo de corrupção, pois não puderam pegar os costumes franceses, espanhóis ou ita-

lianos, nações estas que, em conjunto, são a corrupção do mundo. A outra razão é que as repúblicas nas quais se manteve a vida política e incorrupta não suportam que nenhum de seus cidadãos se apresente nem viva como gentil-homem; aliás, mantêm a igualdade entre seus cidadãos, sendo grandes inimigos dos senhores e gentis-homens que existem naquela província; e, se por acaso lhes caem nas mãos alguns que sejam motivo de corrupção e razão de escândalo, eles os matam. E, para esclarecer o que é chamado de gentil-homem, digo que gentis-homens são chamados os que vivem ociosos das rendas de suas grandes posses, sem cuidado algum com o cultivo ou com qualquer outro trabalho necessário à subsistência. Esses são perniciosos em todas as repúblicas e em todas as províncias, porém mais perniciosos são aqueles que, além de terem as fortunas de que falamos, comandam em castelos e têm súditos que lhes obedecem. Desses dois tipos de homens estão cheios o reino de Nápoles, a cidade de Roma, a Romanha e a Lombardia. Razão por que nessas províncias nunca surgiu nenhuma república nem nenhum tipo de vida política; porque tais tipos de homens são totalmente inimigos da civilidade [*civiltà*]. E não seria possível introduzir uma república em províncias assim constituídas, mas, para reordená-las – caso a alguém coubesse tal arbítrio –, não haveria outro caminho a não ser constituir um reino. A razão é que, onde a matéria está tão corrompida, não bastam leis para contê-la, e é preciso ordenar junto com elas maior força, que é a mão régia, que, com poder absoluto e excessivo, ponha cobro à excessiva ambição e corrupção dos poderosos. E o que dizemos é provado pelo exemplo da Toscana, onde, em pouco espaço de terreno, houve durante muito tempo três repúblicas: Florença, Siena e Lucca; e a submissão das outras

cidades daquela província ocorre de tal modo que, seja no ânimo, seja na ordenação, percebe-se que mantêm ou que gostariam de manter a liberdade. Isso porque naquela província não há nenhum senhor de castelo e nenhum gentil-homem – ou, se os há, são pouquíssimos –, mas há tanta igualdade, que um homem prudente, que tivesse conhecimento das antigas cidades [*civiltà*], facilmente introduziria lá algum tipo de vida civil. Mas foi tão grande seu infortúnio que até hoje não deparou com ele nenhum homem que pudesse ou soubesse fazê-lo.

Extraio, portanto, do que disse a seguinte conclusão: quem quiser criar uma república onde houver muitos gentis-homens não poderá fazê-lo sem antes os eliminar todos, e todo aquele que quiser criar um reino ou um principado onde houver bastante igualdade só poderá fazê-lo extraindo dessa igualdade muitos que tenham ânimo ambicioso e inquieto, tornando-os gentis-homens de fato, e não de nome, dando-lhes castelos e possessões, além de favores em bens e homens, para que, postos no meio desses homens, por meio deles mantenham seu poder, e tais homens, por meio dele, mantenham sua ambição; e que os outros sejam obrigados a suportar o jugo que só a força, e nada mais, pode fazê-los suportar. E, havendo, desse modo, proporção entre quem força e quem é forçado, devem os homens ficar tranqüilos em suas respectivas ordenações. E, como, para transformar em república uma província mais apta a ser reino, e em reino uma que seja mais apta a ser república, é preciso um homem raro em engenho e autoridade, muitos foram os que o quiseram fazer e poucos os que o souberam. Porque a grandeza da coisa em parte amedronta os homens e em parte os embaraça, de tal modo que já de início eles falham.

Creio que esta minha opinião, de que onde há gentis-homens não é possível ordenar uma república, parecerá contrária à experiência da república veneziana, na qual só podem ter alguma posição os que forem gentis-homens. Ao que se responde que esse exemplo não nos contesta, porque os gentis-homens daquela república o são mais de nome que de fato, pois não recebem grandes rendas de suas possessões, sendo suas grandes riquezas baseadas na mercancia e em coisas móveis; ademais, nenhum deles tem castelos nem jurisdição alguma sobre homens, e o nome de gentil-homem que ostentam é título de dignidade e reputação, sem se fundar em nenhuma das coisas que nas outras cidades fazem que alguns sejam chamados gentis-homens. E, assim como as outras repúblicas têm todas as suas divisões com vários nomes, Veneza se divide em gentis-homens e populares, e desejam todos que aqueles tenham ou possam ter todas as honras, das quais os outros devem ser de todo excluídos. O que não causa desordem naquela cidade, pelas razões ditas doutra vez. Que se constitua, portanto, uma república onde existe ou se criou uma grande igualdade, e, ao contrário, que se ordene um principado onde haja grande desigualdade, caso contrário se criará algo sem equilíbrio [*proporzione*] e pouco durável.

56. Antes que ocorram grandes acontecimentos numa cidade ou numa província, surgem sinais que os prognosticam ou homens que os prevêem

Donde vem isso não sei, mas vê-se, por antigos e modernos exemplos, que nunca ocorre nenhum acontecimento grave numa cidade ou numa província que não

tenha sido previsto por adivinhos, revelações, prodígios ou outros sinais celestes. E, para prová-lo, não preciso afastar-me de casa, pois todos sabem com que antecedência o frade Jerônimo Savonarola previu a vinda do rei Carlos VIII de França à Itália e, além disso, como se falou por toda a Toscana dos exércitos que foram ouvidos e vistos no ar a combaterem sobre Arezzo. Todos sabem, além disso, que, antes da morte do velho Lorenzo de' Medici, a catedral foi atingida na sua parte mais alta por um raio [*saetta celeste*], para grande dano daquele edifício. E todos sabem também que, pouco antes da expulsão e da destituição de Piero Soderini, que fora nomeado gonfaloneiro vitalício pelo povo florentino, o palácio foi do mesmo modo atingido por um relâmpago. Além desses, seria possível aduzir mais exemplos, de que me absterei para fugir ao tédio. Narrarei apenas o que diz Tito Lívio, antes da chegada dos franceses a Roma[203], ou seja, que certo plebeu chamado Marcos Cedício contou ao senado que, à meia-noite, ouvira pela Via Nova uma voz sobre-humana avisar-lhe que deveria ir dizer aos magistrados que os franceses se dirigiam para Roma. A razão dessas coisas, creio, deve ser comentada e interpretada por alguém que tenha conhecimento das coisas naturais e sobrenaturais, que não temos. No entanto, poderia ser que os ares estejam, como querem alguns filósofos, cheios de inteligências, que por naturais *virtù* prevêem as coisas futuras e têm compaixão dos homens, avisando-os com semelhantes sinais para que eles possam preparar suas defesas. Seja como for, essa é a verdade; e depois de tais acontecimentos sempre sobrevêm coisas extraordinárias e novas em tais lugares.

203. Tito Lívio, V, 32. [N. da R. T.]

57. *A plebe, unida, é forte; dispersa, é fraca*[204]

Muitos romanos, depois da invasão dos franceses e da ruína de sua pátria, tinham ido morar em Veios, contrariando a constituição e a ordenação do senado, que, para remediar tal desordem, determinou, por editos públicos, que, dentro de certo tempo e com a ameaça de certas penas, todos voltassem a morar em Roma. Tais editos foram, primeiramente, alvo de chacota por parte daqueles contra os quais eram promulgados, mas depois, chegado o tempo de obedecer, todos obedeceram. E Tito Lívio diz estas palavras: "Ex ferocibus universis singuli metu suo obedientes fuere."[205] E, realmente, não se pode mostrar melhor a natureza de uma multidão nesse aspecto do que com esse texto. Porque a multidão é audaz ao falar, muitas vezes, contra as deliberações do seu príncipe; depois, quando vê a punição de frente, como não confiam uns nos outros, correm todos a obedecer. Assim, é certo que não se deve dar grande importância àquilo que um povo diz acerca de suas boas ou más disposições, desde que estejas ordenado para poder mantê-lo assim, se elas forem boas, e, se forem más, que estejas ordenado para não seres ofendido. Isso deve aplicar-se àquelas más disposições que os povos têm por qualquer outra razão que não seja a perda da liberdade ou de seu príncipe amado, que ainda esteja vivo: porque as más disposições nascidas dessas razões são mais temíveis que quaisquer outras, e há necessidade de grandes remédios para refreá-las: as outras são fáceis, desde que não haja um cabeça a quem a

204. *Id.*, V, 50; VI, 4. [N. da R. T.]

205. De ferozes, que eram juntos, sozinhos se tornaram obedientes por medo (Tito Lívio, VI, 4). [N. da T.]

plebe possa recorrer. Porque, se, por um lado, nada há de mais temível que uma multidão irrefreada e sem comando, por outro, nada há que seja mais fraco, pois, mesmo que ela tenha armas nas mãos, é fácil vencê-la, desde que tenhas um reduto para onde possas escapar ao primeiro assalto, porque, depois que os ânimos se asserenam um pouco e cada um percebe que precisa voltar a casa, todos começam a duvidar de si mesmos e a pensar em pôr-se a salvo fugindo ou entrando em acordo. Por isso, uma multidão assim concitada, para escapar a tais perigos, logo precisa escolher em seu próprio seio alguém que a governe, que a mantenha unida e pense na sua defesa; foi o que fez a plebe romana, quando, depois da morte de Virgínia, saiu de Roma e, para defender-se, escolheu vinte tribunos; se isso não for feito, sempre ocorrerá aquilo que Tito Lívio diz nas palavras acima citadas, que todos juntos são fortes, mas, quando cada um começa a pensar no seu próprio perigo, todos se tornam covardes e fracos.

58. A multidão é mais sábia e constante que um príncipe[206]

Nada é mais instável e inconstante que a multidão, é o que afirmam Tito Lívio e todos os outros historiadores. Porque, ao narrarem os feitos humanos, muitas vezes vêem que a multidão condenou alguém à morte, para depois pranteá-lo e sentir saudade: foi o que fez o povo romano com Mânlio Capitolino, condenando-o à morte para depois sentir saudade dele. E as palavras do autor são estas: "Populum brevi, posteaquam ab eo periculum nullum erat,

206. Tito Lívio, VI, 12-20. [N. da R. T.]

desejosum eius tenuit."[207] E, em outro lugar, quando mostra os acontecimentos ocorridos em Siracusa depois da morte de Jerônimo, sobrinho de Híeron, diz: "Haec natura multitudinis est: aut humiliter servit, aut superbe dominatur."[208] Não sei se piso em terreno árduo e cheio de dificuldades, que precisarei depois abandonar com vergonha ou seguir com grandes penas, ao tentar defender algo que, como disse, é alvo da acusação de todos os escritores. Mas, seja como for, não acredito e nunca acreditarei ser defeito defender alguma opinião com razões, sem o desejo de usar a autoridade ou a força. Digo, portanto, que do defeito de que os escritores acusam a multidão podem ser acusados todos os homens individualmente, e sobretudo os príncipes, porque qualquer um que não fosse regulado pelas leis cometeria os mesmos erros que comete a multidão irrefreada. E isso é fácil perceber, porque há e houve muitos príncipes, mas bons e sábios houve poucos: falo dos príncipes que conseguiram desembaraçar-se dos freios que poderiam corrigi-los, entre os quais não estão os reis que nasceram no Egito, quando, naquela antiqüíssima antiguidade, aquela província era governada com leis; nem os que nasceram em Esparta; nem os que, em nossos tempos, nascem na França, reino que é moderado por leis, mais que nenhum outro reino de que em nossos tempos se tenha notícia. E esses reis, que nascem sob tais condições, não devem ser contados no número daqueles cuja natureza se deve considerar individualmente, para ver se são semelhantes à multidão, por-

207. Pouco tempo depois, quando já não representava nenhum perigo, o povo sentiu sua falta (Tito Lívio, VI, 20). [N. da T.]

208. Essa é a natureza da multidão: ou serve com humildade, ou domina com soberba (*id.*, XXIV, 25). [N. da T.]

que devem ser confrontados com uma multidão igualmente regulada pelas leis, como eles; e assim se verá nessa multidão a mesma bondade que em tais reis se encontra, e que ela não domina com soberba nem serve com humildade, como ocorria com o povo romano, que, enquanto a república se manteve incorrupta, nunca serviu com humildade nem dominou com soberba; aliás, com suas ordenações e magistraturas, manteve com honra a sua posição. E, quando era necessário sublevar-se contra um poderoso, ele o fazia; como se viu no caso de Mânlio, do decenvirato e de outros, que procuraram oprimi-lo; e, quando era necessário obedecer aos ditadores e aos cônsules pelo bem público, obedecia. E que o povo romano sentisse saudade de Mânlio Capitolino não é de admirar, porque sentia saudade de suas *virtù*, que haviam sido tais que sua lembrança a todos comovia, e o efeito teria sido o mesmo caso se tratasse de algum príncipe, porque afirmam todos os escritores que a *virtù* é de louvar e admirar mesmo nos inimigos: e se, em meio a tanta saudade, Mânlio tivesse ressuscitado, o povo de Roma teria proferido o mesmo julgamento de antes, quando, pouco depois de tirá-lo da prisão, o condenou à morte; não obstante, vê-se o mesmo em príncipes considerados sábios, que, depois de condenarem alguma pessoa à morte, sentiram intensamente sua falta: como Alexandre com Clito e outros seus amigos, e Herodes[209] com Mariana. Mas o que o nosso historiador diz da natureza da multidão não se refere à natureza que é regulada pelas leis, como a romana, mas sim da multidão irrefreada, como a siracusana, que cometeu os erros que são cometidos pelos homens enfu-

209. Herodes, o Grande, rei da Judéia de 40 a 4 a.C., mandou matar sua mulher, Mariana (cf. Capata, *op. cit.*, p. 136).

recidos e irrefreados, como Alexandre Magno e Herodes, nos casos citados. Por isso, não se deve culpar a natureza da multidão mais que a dos príncipes, porque todos igualmente erram, sempre que podem errar sem o temor às leis [*sanza rispetto*]. Coisas das quais, além dos exemplos citados, há muitos outros, quer entre os imperadores romanos, quer entre os outros tiranos e príncipes, nos quais se vêem inconstâncias e mudanças de comportamento [*variazioni di vita*] que não se vêem em multidão alguma.

Minha conclusão, portanto, contraria a opinião comum, de que os povos, quando são príncipes [têm o poder], são variáveis, mutáveis e ingratos, e afirmo que neles esses pecados não são diferentes dos que se vêem nos príncipes particulares [monarcas]. E quem fizesse as mesmas acusações tanto aos povos quanto aos príncipes poderia dizer a verdade, mas quem excluísse os príncipes se enganaria: porque um povo que comande e seja bem-ordenado será estável, prudente e grato, não diferentemente de um príncipe ou melhor que um príncipe considerado sábio; por outro lado, um príncipe desregrado será mais ingrato, variável e imprudente que um povo. E a variação do proceder não nasce de diferenças de natureza, porque esta em todos é de um só modo – e, se vantagem alguém tiver, esta será do povo –, mas sim do maior ou menor respeito às leis, sob as quais vivem todos. E quem estudar o povo romano verá que, durante quatrocentos anos, ele foi inimigo do título régio e amante da glória e do bem comum de sua pátria; verá nele muitos exemplos capazes de dar testemunho dessas coisas. E, se alguém alega a ingratidão que ele demonstrou para com Cipião, responderei aquilo que acima[210] se discorreu longamente so-

210. Cf. *Discursos*, I, 29. [N. da R. T.]

bre a matéria, quando mostramos que os povos são menos ingratos que os príncipes. Mas, quanto à prudência e à estabilidade, digo que o povo é mais prudente, mais estável e de mais juízo que um príncipe. E não é sem razão que se compara a voz do povo à voz de Deus, pois se vê uma opinião universal a produzir efeitos admiráveis nos seus prognósticos, parecendo que, por alguma oculta *virtù*, ele prevê seu mal e seu bem. Quanto ao julgamento das coisas, são raríssimas as vezes em que, ouvindo dois oradores de tendências diferentes e igual *virtù*, ele deixe de seguir a melhor opinião e não seja capaz de entender a verdade que ouve. E, se ele erra quando gosta de façanhas ou nas coisas que lhe pareçam úteis, como acima dissemos[211], muitas vezes também erram os príncipes nas suas próprias paixões, que são muito maiores que as dos povos. Vê-se também, nas escolhas que os povos fazem dos magistrados, que elas são sempre bem melhores que as dos príncipes, e nunca se persuadirá um povo de que é bom alçar a tais dignidades um homem infame e de costumes corruptos, coisa de que se pode persuadir um príncipe com facilidade e de mil modos. Pode-se ver que um povo começa a ter horror a alguma coisa e que por muitos séculos se mantém na mesma opinião, mas o mesmo não se vê num príncipe. E dessas duas coisas basta-me o testemunho do povo romano, que em muitas centenas de anos, em muitas eleições de cônsules e tribunos, não fez quatro escolhas de que pudesse arrepender-se. E, como dissemos, sempre sentiu tanto ódio pelo título de rei que nenhuma gratidão por nenhum de seus cidadãos que tentasse tal título pôde jamais eximi-lo das devidas penas. Ademais, vê-se que as cidades onde os povos são

211. Cf. *Discursos*, I, 53. [N. da R. T.]

príncipes em curtíssimo tempo fazem conquistas excepcionais, tornando-se muito maiores que as outras que sempre foram governadas por um só príncipe, como ocorreu com Roma depois da expulsão dos reis e com Atenas depois que se libertou de Pisístrato. E isso só pode ser explicado por serem melhores os governos dos povos que os dos príncipes. E não quero que se contraponha a esta minha opinião tudo aquilo que nosso historiador diz no texto mencionado e em qualquer outro; porque, se forem expostas todas as desordens dos povos, todas as desordens dos príncipes, todas as glórias dos povos e todas as dos príncipes, ver-se-á que o povo, em bondade e glória, é muito superior. E, se os príncipes são superiores aos povos na ordenação das leis, na constituição da vida civil, no estabelecimento de novos estatutos e novas ordenações, os povos também são superiores na manutenção das coisas ordenadas, aumentando assim, sem dúvida, a glória daqueles que as ordenam.

Em suma, para concluir esta matéria, digo que, assim como duraram muito os estados dos príncipes, também duraram os estados das repúblicas, e que ambos precisam ser regulados por leis, porque o príncipe que pode fazer o que quer é louco; um povo que pode fazer o que quer não é sábio. Se, portanto, pensarmos num príncipe vinculado às leis e num povo acorrentado a elas, veremos mais *virtù* no povo que no príncipe; e, se pensarmos em ambos irrefreados, veremos menos erros no povo que no príncipe, sendo tais erros menores e mais remediáveis. Porque, se um povo licencioso e tumultuário pode ser aconselhado por um homem bom, que facilmente o reconduz ao bom caminho, um mau príncipe não há quem consiga aconselhar, e para ele não há outro remédio, senão o ferro. Donde se pode conjecturar a importância da

doença de um e de outro: porque, se para tratar a doença do povo bastam palavras, e se para a do príncipe é preciso o ferro, não haverá quem não conclua que, onde é preciso maior tratamento, são maiores os erros. Quando um povo está irrefreado, o que se teme não são as loucuras que ele cometa, e ninguém tem medo do mal presente, mas sim do mal que pode advir, visto que, em meio a tanta confusão, pode advir um tirano. Mas com os maus príncipes ocorre o contrário, pois se teme o mal presente e tem-se esperança no futuro, pois todos se persuadem de que sua vida malvada talvez possa dar surgimento a uma liberdade. Assim, podeis ver a diferença entre um e outro, que é a diferença que há entre as coisas que existem e as que haverão de existir. As crueldades da multidão são contra aqueles que ela teme que se apoderem do bem comum; as de um príncipe são contra aqueles que ele teme que se apoderem de seu bem próprio. Mas a opinião contrária aos povos nasce porque dos povos todos podem falar mal sem medo, livremente, mesmo que ele reine, ao passo que dos príncipes sempre se fala com mil medos e escrúpulos. E, visto que essa matéria o enseja, não me parece fora de propósito discorrer no próximo capítulo sobre as confederações em que se pode mais confiar: nas constituídas com uma república ou nas constituídas com um príncipe.

59. Em que confederação ou liga se pode mais confiar: na formada com uma república ou na formada com um príncipe

Visto que, todos os dias, entre um príncipe e outro ou entre uma república e outra se formam ligas e tratados de

amizade, e que, de maneira semelhante, se formam confederações e acordos entre uma república e um príncipe, parece bom examinar qual fé é mais estável e com a qual se pode mais contar, se da república ou do príncipe[212]. Examinando tudo, creio que em muitos casos ambos são semelhantes e em alguns há alguma diversidade. Creio, portanto, que os acordos feitos por força não serão observados nem por um príncipe, nem por uma república; creio que, quando sobrevier o medo de perder o estado, ambos faltarão à fé dada e serão ingratos, para evitar perdê-lo. Demétrio, que foi chamado expugnador de cidades, fizera infinitos benefícios aos atenienses; depois, quando foi vencido pelos inimigos, ao refugiar-se em Atenas como cidade amiga que lhe devia obrigações, não foi recebido por ela, o que lhe causou mais dor do que a perda de sua gente e de seu exército. Pompeu, ao ser vencido por César na Tessália, refugiou-se no Egito junto a Ptolomeu, que no passado ele levara de volta ao trono, e foi morto por ele. Como se vê, tais coisas tiveram as mesmas causas[213], no entanto, foi maior a humanidade e menor a injúria cometida pela república do que pelo reino. Portanto, onde houver medo, a lealdade[214] será de fato a mesma. E, se houver alguma república ou algum príncipe que, para observar a fé dada, corra o risco de arruinar-se, ambos também poderão ter razões semelhantes. Porque pode ocorrer que um príncipe seja amigo de outro príncipe poderoso, que, embora não tenha então como defendê-lo, poderá vir, com o tempo, a restituir-lhe o principado; ou pode ser que, por ter-se alinhado com ele, não acredite encontrar

212. Cf. *O príncipe*, 18. [N. da R. T.]

213. Ou seja, o medo da represália dos inimigos dos exilados. [N. da R. T.]

214. Em italiano: *fede*, ou seja, a palavra dada. [N. da R. T.]

lealdade nem acordos com seu inimigo. Foi o que aconteceu com os príncipes do reino de Nápoles que se alinharam com os franceses. E, quanto às repúblicas, foi dessa maneira que Sagunto, na Espanha, arriscou-se à ruína ao alinhar-se com os romanos; e assim também Florença, por alinhar-se com os franceses em 1512. E creio, ao fim das contas, que em caso de perigo iminente se encontrará um pouco mais de estabilidade nas repúblicas do que nos príncipes. Porque, embora as repúblicas tenham as mesmas intenções e os mesmos desejos dos príncipes, por terem movimentos mais lentos, sempre demorarão mais a resolver-se do que o príncipe e, por isso, demorarão mais do que ele a violar a fé. As confederações são rompidas pela utilidade. Nisso, as repúblicas são muito mais observantes dos acordos do que os príncipes. E seria possível aduzir exemplos de casos em que um mínimo de utilidade levou um príncipe a romper a palavra dada, enquanto uma grande utilidade não levou uma república a fazê-lo: foi o que ocorreu com a proposta feita por Temístocles aos atenienses, que em assembléia disse ter um conselho para dar à pátria que lhe seria de grande utilidade, mas não podia dizer qual era para não o pôr a descoberto, porque, se ele fosse descoberto, perder-se-ia a ocasião de pô-lo em prática. Por isso, o povo de Atenas elegeu Aristides, ao qual deveria ser comunicada a coisa, e, depois, se deliberaria de acordo com o seu parecer; e Temístocles revelou-lhe que a armada de toda a Grécia, sob a palavra dada, estava em tal posição que eles a poderiam conquistar ou destruir, o que faria dos atenienses árbitros de toda a Grécia. Assim, Aristides disse ao povo que o conselho de Temístocles era de grande utilidade, porém, de grande desonestidade, e que o povo o recusou.

O que não teria sido feito por Filipe da Macedônia e por outros príncipes, que buscaram e ganharam mais utilidade rompendo a palavra dada do que de qualquer outro modo. Quanto ao rompimento de pactos por alguma inobservância da outra parte, disso não falo, por ser coisa ordinária; mas falo dos pactos que são rompidos por razões extraordinárias, e nisso, pelo que já foi aqui dito, creio que o povo comete erros menores que o príncipe, e por isso se pode fiar mais nele do que no príncipe.

60. Como o consulado e qualquer outra magistratura de Roma eram conferidos sem consideração de idade

Pela ordem dos fatos da história, vê-se que, depois que a plebe teve acesso ao consulado, a república romana concedeu esse cargo aos seus cidadãos sem consideração de idade ou sangue; até porque em Roma nunca se considerou a idade, mas sim a *virtù*, seja em jovens ou em velhos. Disso se sabe pelo exemplo de Valério Corvino, que se tornou cônsul aos vinte e três anos; falando aos seus soldados, Valério disse que o consulado era "praemium virtutis, non sanguinis"[215]. Se essa medida era boa ou não, caberia discutir. E, quanto ao sangue, foi feita essa concessão por necessidade; e a necessidade que houve em Roma teria havido em qualquer cidade que quisesse ter o êxito de Roma, como doutra vez se falou[216]: porque não se pode impor rigor aos homens sem prêmio, e não

215. Recompensa pela virtude, não pelo sangue (Tito Lívio, VII, 32). [N. da T.]

216. Cf. *Discursos*, I, 6. [N. da R. T.]

se pode privá-los da esperança de conseguir o prêmio sem incorrer em perigo. Por isso, bem cedo foi preciso que a plebe tivesse a esperança de obter o consulado: esperança de que ela se nutriu durante certo tempo sem sucesso, mas depois não bastou a esperança, sendo preciso que se chegasse aos efeitos. A cidade que não emprega a sua plebe em alguma coisa gloriosa pode tratá-la a seu modo, como em outra parte se discutiu[217], mas a cidade que quer fazer o que Roma fez não pode estabelecer essa distinção. E, em sendo assim, à ausência de distinção de idade não se pode fazer oposição, aliás, ela é necessária: porque, ao se escolher um jovem para um cargo que exija prudência de um velho, e sendo essa escolha feita pela multidão, é preciso que chegue àquele cargo alguém que se distinga por algum notável feito. E quando um jovem tem tanta *virtù* que se torne conhecido por algum feito notável, seria muito danoso que a cidade deixasse de valer-se dele, esperando que, com ele, envelhecesse o vigor do ânimo e a diligência da qual sua pátria poderia valer-se na sua juventude: como Roma se valeu de Valério Corvino, de Cipião e de Pompeu, além de muitos outros, que triunfaram enquanto ainda eram muito jovens.

217. *Ibid.* [N. da R. T.]

LIVRO SEGUNDO

Os homens sempre louvam – mas nem sempre com razão – os tempos antigos e reprovam os atuais: e de tal modo estimam as coisas passadas, que não só celebram as eras que conheceram graças à memória que delas deixaram os escritores, como também aquelas de que os velhos se recordam por as terem visto durante a juventude. E, quando tal opinião é falsa, como no mais das vezes o é, persuado-me de que são várias as razões que os levam a tal engano. E a primeira razão, creio eu, está em que nunca se conhece toda verdade das coisas antigas, visto que, no mais das vezes, se escondem as coisas que infamariam aqueles tempos, magnificando-se e ampliando-se as outras coisas que podem glorificá-los. Porque a maioria dos escritores se atêm de tal modo à fortuna dos vencedores que, para tornarem gloriosas as suas vitórias, não só aumentam aquilo que virtuosamente fizeram, como também magnificam as ações dos inimigos de tal modo que quem nascer depois em qualquer das duas províncias, na vitoriosa ou na vencida, terá razão para admirar-se daqueles homens e daqueles tempos, havendo de, forçosamente, louvá-los e amá-los. Além disso, os homens odeiam as coisas por temor ou por inveja,

e nas coisas passadas estão extintas essas duas poderosíssimas razões do ódio, visto que elas não podem ofender e não dão motivos de inveja. Mas o contrário ocorre com as coisas que se tocam e se vêem, pois, pelo conhecimento total que delas se tem, por não haver nada que nelas esteja oculto, por se conhecer nelas, além do que é bom, muitas outras coisas que desagradam, é mister que elas sejam julgadas muito inferiores às antigas, ainda que, na verdade, as coisas presentes merecessem muito mais glória e fama que as antigas; não nos referimos com isso às coisas pertinentes às artes, que têm tanta clareza em si, que pouca é a glória que o tempo lhes pode dar ou tirar, além da glória que por si mesmas merecem, mas sim às coisas pertinentes à vida e aos costumes dos homens, das quais não se têm testemunhos tão claros.

Repito, portanto: é verdade que se tem o costume do louvar e reprovar, mas nem sempre é verdade que erra quem o faz. Porque às vezes é mister que o julgamento dos homens seja verdadeiro; pois, como estão sempre em movimento, as coisas humanas ora sobem, ora descem. E uma cidade ou uma província que é ordenada para a vida política por algum homem excelente, graças à *virtù* de tal ordenador, durante certo tempo cresce e caminha sempre para o melhor. Quem nascer então em tal estado e louvar mais os tempos antigos que os modernos se enganará; e seu engano será causado por aquelas coisas de que acima falamos. Mas não se enganarão nisso os que nascerem depois, naquela cidade ou naquela província, quando tiver chegado o tempo do seu declínio para os tempos mais desfavoráveis. E, pensando no modo como tais coisas acontecem, concluo que o mundo sempre foi de um mesmo modo, que nele sempre houve o bom e o mau, mas que há variações entre este

mau e este bom, de uma província para outra, conforme se vê pelo conhecimento que temos dos reinos antigos, que variaram de um para o outro de acordo com a variação dos costumes, embora o mundo permanecesse sempre o mesmo. Só havia uma diferença: depois de colocar a sua *virtù* na Assíria, ele a colocou na Média, depois na Pérsia, até chegar à Itália e a Roma; e se, depois do Império Romano, não se seguiu nenhum Império que tenha durado e onde o mundo tenha acumulado toda a sua *virtù*, pode-se, contudo, ver que ela se espalhou por muitas nações onde se vivia virtuosamente, tais como o reino dos francos, o reino dos turcos, o do sultão do Egito e, hoje, os povos da Alemanha; e, antes disso, a seita sarracena, que fez tão grandes coisas e se espalhou pelo mundo depois de destruir o Império Romano do Oriente. Portanto, depois que os romanos se arruinaram, houve em todas essas províncias e em todas essas seitas – e ainda há em algumas delas – a *virtù* que se deseja e que se louva com justo louvor [*vera laude*]. E quem nascesse em tais lugares e louvasse os tempos passados mais que os presentes poder-se-ia enganar; mas quem nasce na Itália e na Grécia, não sendo ultramontano na Itália nem turco na Grécia, tem razão para reprovar os tempos em que vive e louvar os passados: porque muitas coisas tornam aqueles tempos admiráveis, e nestes não há coisa alguma que compense a extrema miséria, a infâmia e o vitupério: pois não há observância de religião, das leis, nem da milícia, e tudo está maculado por todo tipo de imundícia. E tais vícios são ainda mais detestáveis porque presentes naqueles que tomam assento em tribunais, comandam a todos e querem ser adorados.

Mas, volvendo ao que antes dizíamos, se os homens emitem juízos corrompidos sobre o que é melhor, o

tempo presente ou o antigo, naquelas coisas que, por serem muito antigas, eles não puderam conhecer tão perfeitamente quanto conhecem as de seus tempos, o mesmo não deveria ocorrer com os velhos, quando julgam os tempos da juventude e os da velhice, uma vez que conheceram e viram igualmente aquelas e estas. Isso seria verdadeiro se, em todos os momentos da vida, os homens tivessem o mesmo tipo de julgamento e os mesmos desejos; mas, variando estes, mesmo quando os tempos não variam, os homens não podem ter dos tempos as mesmas impressões, visto terem desejos, predileções e considerações diferentes na velhice e na juventude. Porque, se à medida que os homens envelhecem lhes minguam as forças e crescem-lhes o juízo e a prudência, é inevitável que as coisas que na juventude lhes pareciam suportáveis e boas acabem por mostrar-se insuportáveis e ruins à medida que envelhecem; e, em vez de acusarem seu modo de julgar, acusam os tempos. Além disso, visto que os apetites humanos são insaciáveis, porque, tendo os homens sido dotados pela natureza do poder e da vontade de desejar todas as coisas e pela fortuna de poder conseguir poucas, o resultado é o contínuo descontentamento nas mentes humanas e o fastio das coisas possuídas: o que leva a condenar os tempos presentes, a louvar os tempos passados e a desejar os tempos futuros, mesmo que a isso não sejam movidos por nenhum motivo razoável. Não sei, portanto, se merecerei ser arrolado entre os que se enganam, se nestas minhas considerações estarei louvando em demasia os tempos dos antigos romanos e condenando os nossos. E, realmente, se a *virtù* que então reinava e o vício que agora reina não fossem mais claros que o sol, eu seria mais contido no que digo, evitando incorrer no erro de

que acuso alguns. Mas, sendo a coisa tão manifesta, que qualquer um pode vê-la, serei ousado e direi manifestamente tudo o que pensar sobre aqueles tempos e estes, para que os ânimos dos jovens que lerem estes meus escritos possam fugir a estes tempos e preparar-se para imitar aqueles, sempre que a fortuna lhes der a ocasião. Porque é dever do homem bom ensinar aos outros o bem que a malignidade dos tempos e da fortuna não lhe permitiu realizar, a fim de que, sendo muitos os conhecedores, algum destes, mais amado pelo Céu, possa realizá-lo. E, depois de falarmos, no livro anterior, das deliberações tomadas pelos romanos no que se refere à vida interna da cidade, neste falaremos de suas deliberações referentes ao aumento de seu império.

1. O que contribuiu mais para o império conquistado pelos romanos: a virtù *ou a fortuna?*

Foi opinião de muitos – e, entre estes, Plutarco, seriíssimo escritor – que o povo romano, na conquista do império, foi mais favorecido pela fortuna que pela *virtù*. E, entre as várias razões aduzidas, diz ele que isso é demonstrado pela confissão do próprio povo, que reconhecia ter recebido da fortuna todas as suas vitórias e edificava mais templos à Fortuna do que a qualquer outro deus. E parece que essa mesma opinião foi abraçada por Lívio, porque são raras as vezes em que, citando algum romano que fale da *virtù*, não lhe acrescente a fortuna. Opinião que não pretendo professar de modo algum, e não creio tampouco que possa ser defendida. Porque, se nunca houve república que tenha conquistado o

que Roma conquistou, é porque nunca se encontrou república que fosse ordenada de tal modo que pudesse conquistar como Roma. Porque foi a *virtù* dos exércitos que lhe permitiu conquistar o império, e foram o seu modo [*l'ordine*] de proceder e o modo como ela própria era constituída, estabelecido pelo seu primeiro legislador, que lhe permitiram conservar o que fora conquistado, como abaixo se discorrerá mais amplamente. Dizem eles que se deve à fortuna, e não à *virtù* do povo romano, o fato de nunca terem ocorrido duas grandes guerras ao mesmo tempo; porque os romanos só guerrearam com os latinos depois de já terem vencido os samnitas, e foi em defesa destes que lutaram; só combateram contra os toscanos[1] depois de terem subjugado os latinos e de terem quase totalmente desnervado os samnitas, com freqüentes derrotas: e, se duas dessas forças se tivessem juntado quando ainda estavam íntegras, é fácil imaginar que se teria seguido a ruína da república romana. Mas, fosse qual fosse a origem disso, nunca lhes aconteceu lutar em duas grandes guerras ao mesmo tempo: aliás, parecia que sempre, ao nascer uma, acabava outra, ou que, ao acabar uma, nascia outra. Isso pode ser facilmente visto pela ordem das guerras travadas por eles: porque, sem considerar as guerras que eles travaram antes que Roma fosse tomada pelos franceses[2], percebe-se que, enquanto combatiam com os équos e com os volscos, quando estes povos eram poderosos, nunca contra eles se insurgiram outros povos. Submetidos estes, surgiu a guerra contra os samnitas, e, embora os povos latinos se rebelassem antes do fim dessa guerra, quando

1. Etruscos (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 143).
2. Antes de 390 a.C., quando da ocupação gaulesa. [N. da T.]

essa rebelião ocorreu os samnitas já haviam feito aliança com Roma, e seus exércitos ajudaram os romanos a domar a insolência latina. E, submetidos os latinos, renasceu a guerra com os samnitas. Debeladas as forças dos samnitas pelas muitas derrotas que lhes foram impostas, surgiu a guerra contra os toscanos; resolvida esta, os samnitas se rebelaram de novo com a passagem de Pirro pela Itália. Depois que este foi rechaçado e mandado de volta para a Grécia, teve início a primeira guerra com Cartago; e, antes que esta guerra tivesse acabado, todos os franceses, além e aquém dos Alpes, conjuraram contra os romanos; até que fossem dizimados entre Populônia e Pisa, onde é hoje a torre de San Vincenzo. Terminada esta guerra, durante vinte anos os romanos travaram guerras de não muita importância, porque só combateram com os lígures e com os remanescentes dos franceses que estavam na Lombardia. E, assim, permaneceram até que surgisse a segunda guerra contra Cartago, que durante dezesseis anos manteve a Itália ocupada. Terminada esta, com grande glória, surgiu a guerra contra os macedônios, e, depois que esta terminou, vieram a de Antíoco e a da Ásia. Depois dessa vitória, não sobrou no mundo nem príncipe nem república que, por si só ou em conjunto, pudessem opor-se às forças romanas.

Mas, antes desta última vitória, quem considerar bem a ordenação das guerras e o procedimento dos romanos, verá que à fortuna se uniram a *virtù* e grande prudência. De tal modo que quem examinar a razão de tal fortuna a encontrará facilmente: pois é certo que, se um príncipe e um povo angariarem tanta reputação, que outros príncipes e povos dos arredores terão medo de atacá-lo e os respeitem, o resultado será que nenhum deles o atacará, a não ser por necessidade; assim, é como se só a

tal poderoso coubesse escolher com qual de seus vizinhos quer travar guerra, aquietando os outros com a sua habilidade. E estes, em parte por respeito a seu poder, em parte enganados pelos modos de que ele lançará mão para amansá-los, facilmente se aquietarão; os outros poderosos, que estão distantes e não têm relações com eles, cuidarão da coisa como de algo longínquo, que não lhes diz respeito. Erro em que laboram até que o incêndio se aproxime deles; e, quando este chega, não há remédio senão apagá-lo com suas próprias forças, que já não bastam, visto que aquele se tornou poderosíssimo. Deixarei de lado o modo como os samnitas assistiram inertes às vitórias do povo romano sobre os volscos e os équos, e, para não ser demasiado prolixo, começarei pelos cartagineses; estes já tinham grande poderio e reputação quando os romanos lutavam com os samnitas e com os toscanos, pois já eram senhores de toda a África, da Sardenha e da Sicília, além de dominarem parte da Espanha. Seu poderio, aliado ao fato de estarem distantes das fronteiras do povo romano, levou-os a nunca pensar em atacar Roma nem em socorrer os samnitas e os toscanos: aliás, fizeram o que fazem todos quando as coisas que crescem os favorecem: aliaram-se aos romanos e procuraram sua amizade. E só se aperceberam do erro quando os romanos, depois de dominarem todos os povos situados entre eles e os cartagineses, começaram a lutar pelo domínio da Sicília e da Espanha. Com os franceses, ocorreu o mesmo que ocorrera aos cartagineses, e também a Filipe da Macedônia e a Antíoco; e cada um deles acreditava que, enquanto o povo romano estava ocupado com outro povo, este outro o venceria, e que haveria tempo para defender-se dele, com a paz ou com a guerra. Por isso, acredito que a fortuna que os romanos tiveram nisso a teriam tido todos aqueles prín-

cipes que procedessem como os romanos e tivessem a mesma *virtù* que eles.

Caberia mostrar, a propósito, o modo como o povo romano se comportava ao entrar nas terras alheias, caso em nosso tratado sobre os principados não tivéssemos falado longamente sobre isso, pois ali se discorre profusamente sobre essa matéria. Direi apenas, com brevidade, que os romanos sempre se esmeraram em ter nas novas províncias algum amigo que lhes servisse de escada ou porta para subir ou entrar, ou como meio para segurá-las, pois se sabe que por meio dos capuanos entraram em Sâmnio, que por meio dos camertinos entraram na Toscana, dos mamertinos, na Sicília, dos saguntinos, na Espanha, de Masinissa, na África, dos etólios, na Grécia, de Eumênio e de outros príncipes, na Ásia, dos massilienses e dos éduos, na França. E, assim, nunca lhes faltaram semelhantes apoios, para facilidade de suas empresas, tanto na conquista quanto na manutenção das províncias. E os povos que bem observarem tal modo verão menor necessidade da fortuna do que os povos que não forem bons observadores. E, para que todos possam conhecer melhor o quanto a *virtù* pode mais que a fortuna na conquista daquele império, discorreremos no próximo capítulo sobre a qualidade dos povos com que os romanos precisaram combater e a obstinação que tinham na defesa de sua liberdade.

2. Com que povos os romanos tiveram de combater e com que obstinação eles defendiam sua liberdade

Nada deu mais trabalho aos romanos, no seu triunfo sobre os povos vizinhos e em parte das províncias distan-

tes, do que o amor que naqueles tempos muitos povos tinham pela liberdade, e estes a defendiam com tanta obstinação que jamais seriam subjugados, senão por excepcional *virtù*. Porque muitos exemplos mostram os perigos a que se expuseram para mantê-la ou recuperá-la, que vinganças levaram a cabo contra aqueles que os privaram da liberdade. Ensinam-nos também as histórias quais os danos sofridos pelos povos e pelas cidades em razão da servidão. E, enquanto em nosso tempo existe apenas uma província em que se possa dizer que há cidades livres[3], nos tempos antigos todas as províncias tinham povos totalmente livres. Veremos que naquele tempo de que ora falamos, em toda a Itália, desde os Alpes que agora separam a Toscana da Lombardia, até a ponta da Itália, todos os povos eram livres, assim como o eram os toscanos, os romanos, os samnitas e muitos outros que habitavam no restante da Itália. E jamais se disse que houvesse reis, afora aqueles que reinaram em Roma e afora Porsena, rei da Toscana; e o modo como a estirpe deste se extinguiu não é narrado pela história. Mas sabe-se que, nos tempos em que os romanos lutaram contra Veios, a Toscana era livre, e que lá se estimava tanto a liberdade e se odiava tanto o título de príncipe que, havendo os veienses constituído um rei para sua defesa, ao pedirem ajuda aos toscanos contra os romanos, aqueles, depois de muitas consultas, deliberaram não dar ajuda aos veienses enquanto eles estivessem submetidos ao rei, por julgarem que não convinha defender a pátria deles, se já a haviam submetido a outrem. E é fácil entender donde provém nos povos essa afeição pela vida livre, porque a experiência mostra que as cidades nunca cres-

3. Trata-se da Alemanha (cf. *Discursos*, I, 55). [N. da R. T.]

cem em domínio nem em riquezas, a não ser quando são livres. E é realmente admirável ver a grandeza a que chegou Atenas em cem anos, depois que se libertou da tirania de Pisístrato. Mas é de admirar acima de qualquer coisa a grandeza a que chegou Roma depois que se libertou de seus reis. É fácil entender a razão, pois o que engrandece as cidades não é o bem individual, e sim o bem comum. E, sem dúvida, esse bem comum só é observado nas repúblicas, porque tudo o que é feito, é feito para o seu bem, e mesmo que aquilo que se faça cause dano a um ou outro homem privado, são tantos os que se beneficiam que é possível executar as coisas contra a vontade dos poucos que por elas sejam prejudicados. O contrário ocorre onde há um príncipe, onde, no mais das vezes, o que é feito em favor do príncipe prejudica a cidade, e o que é feito em favor da cidade o prejudica. De modo que, quando uma tirania se estabelece em lugar livre, o menor mal que afeta essa cidade é deixar de avançar, de crescer em poder ou riquezas; mais amiúde – aliás, sempre –, o que lhes ocorre é retrocederem. E, se porventura surgisse um tirano virtuoso que, por seu ânimo e por *virtù* de armas, ampliasse o seu domínio, não haveria utilidade para a república, e sim para ele próprio: pois ele não poderia honrar nenhum dos cidadãos valorosos e bons que tiranizasse, por não querer vir a temê-los. Tampouco poderia submeter as cidades conquistadas ou torná-las tributárias da cidade onde fosse tirano, porque torná-la poderosa não o favoreceria, e ele só seria favorecido se o estado se mantivesse dividido, e cada cidade e cada província o reconhecesse como senhor. De tal modo que suas conquistas somente a ele aproveitam, e não à sua pátria. E quem quiser confirmar essa opinião com infinitas outras razões, que leia Xeno-

fonte no seu tratado *De Tyrannide*[4]. Não é de admirar, portanto, que os antigos povos perseguissem os tiranos com tanto ódio e amassem a vida livre e que o nome da liberdade lhes fosse tão caro: foi o que ocorreu quando Jerônimo, sobrinho do siracusano Híeron, foi morto em Siracusa, pois, ao chegar a notícia de sua morte ao seu exército, que não estava muito distante de Siracusa, este começou a tumultuar e a empunhar as armas contra os assassinos, mas, depois, ouvindo que em Siracusa se gritava liberdade, atraído por aquela palavra, aquietou-se por inteiro, desfez-se da ira contra os tiranicidas e começou a pensar como se poderia ordenar uma vida livre naquela cidade. Tampouco é de admirar que os povos se vinguem de maneira extraordinária daqueles que os privaram da liberdade. Disso há muitos exemplos, dos quais pretendo referir apenas um, ocorrido em Corcira[5], cidade da Grécia, nos tempos da guerra do Peloponeso; como aquela província tinha sido dividida em duas partes, das quais uma seguia os atenienses e a outra, os espartanos, das muitas cidade assim divididas algumas tinham amizade por Esparta, outras por Atenas, e, visto que na referida cidade prevaleciam os nobres e que eles haviam sufocado a liberdade do povo, os populares, com a ajuda dos atenienses, retomaram o poder e, pondo as mãos sobre todos os nobres, encerraram-nos numa prisão onde cabiam todos e de onde os iam retirando, oito ou dez por vez, sob pretexto de mandá-los para o exílio em diferentes lugares, mas na verdade os matavam com muitos suplícios cruéis. E apercebendo-se os que restavam daquilo que estava ocorrendo, decidiram escapar àquela morte ig-

4. Obra mais conhecida com o nome de *Híeron*. [N. da T.]
5. Hoje Corfu. [N. da T.]

nominiosa enquanto lhes era possível, e, armando-se com o que podiam, lutavam com os que quisessem entrar, defendendo a entrada da prisão; o povo, sabendo daquilo, acorreu em massa ao local e, destruindo o teto, soterrou-os debaixo dos destroços[6]. Ocorreram também naquela província muitos outros casos horrendos e notáveis desse gênero; e assim se vê que com maior ímpeto se vinga a liberdade roubada do que aquela que se quis roubar.

Pensando, portanto, nas razões de, naqueles tempos antigos, os povos serem mais amantes da liberdade do que nestes, concluo que isso se deve à mesma razão que torna os homens menos fortes agora, qual seja, a diversidade que há entre a nossa educação e a antiga, fundada na diversidade que há entre a nossa religião e a antiga. Porque a nossa religião, por mostrar a verdade e o verdadeiro caminho, leva-nos a estimar menos as honras mundanas, motivo por que os gentios, que as estimavam muito e viam nelas o sumo bem, eram mais ferozes em suas ações. E isso se pode ver em muitos de seus usos [*costituzioni*], a começar pela magnificência dos sacrifícios pagãos e em relação à humildade dos nossos; pois entre nós há alguma pompa mais delicada que magnífica, mas nenhuma ação feroz ou vigorosa. Naqueles não faltavam pompa nem magnificência às cerimônias, às quais se somava a ação do sacrifício cheio de sangue e ferocidade, em que se matava uma multidão de animais, e cuja visão terrível tornava terríveis também os homens. A religião antiga, além disso, só beatificava homens que se cobrissem de glória mundana, tais como os comandantes de exércitos e os príncipes de repúblicas. A nossa religião tem glorificado os homens mais humil-

6. Cf. Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, IV, 46-8. [N. da R. T.]

des e contemplativos do que os ativos. Além disso, vê como sumo bem a humildade, a abjeção e o desprezo pelas coisas humanas, enquanto para a outra o bem estava na grandeza de ânimo, na força [*fortezza*] do corpo e em todas as outras coisas capazes de tornar fortes os homens. E, se nossa religião exige que tenhamos força [*fortezza*], é mais para suportar a força de certas ações do que para realizá-las. Esse modo de viver, portanto, parece que enfraqueceu o mundo, que se tornou presa dos homens celerados; e estes podem manejá-lo com segurança, ao verem que o comum dos homens [*l'universalità degli uomini*], para ir ao Paraíso, pensa mais em suportar as suas ofensas que em vingar-se. E, embora pareça que o mundo se efeminou e o Céu se desarmou, na verdade isso provém mais da covardia dos homens, que interpretaram a nossa religião segundo o ócio, e não segundo a *virtù*. Porque, se eles considerassem que a religião permite a exaltação e a defesa da pátria, veriam que ela quer que a amemos e honremos, preparando-nos para sermos tais que a possamos defender. É essa, portanto, a educação, e são tão falsas as interpretações, que no mundo não se vêem tantas repúblicas quantas se viam antigamente; por conseguinte, não se vê nos povos tanto amor à liberdade quanto se via então, embora me pareça mais que a razão disso foi o Império Romano ter extinguido todas as repúblicas e toda a vida civil com suas armas e sua grandeza. E, embora tal Império tenha depois desaparecido, as cidades não conseguiram reunir-se mais nem reordenar a vida civil, a não ser em pouquíssimos lugares do Império. No entanto, seja como for, os romanos encontraram nas menores partes do mundo uma conjuração de repúblicas armadíssimas e obstinadíssimas na defesa de sua própria liberdade. O que mostra que o povo

romano, sem rara e extrema *virtù*, jamais poderia tê-las vencido.

E, para dar exemplo de um participante dessa conjuração, basta-me citar os samnitas: parece admirável – e Tito Lívio o confessa – que eles fossem tão poderosos e seus exércitos tão eficientes que até o tempo do cônsul Papírio Cursor, filho do primeiro Papírio, conseguiram resistir aos romanos (e foi um intervalo de quarenta e seis anos), depois de tantas derrotas, assolação de cidades e devastações de suas terras, sobretudo se considerarmos que aquela região, onde havia tantas cidades e tantos habitantes, é agora quase desabitada; e naquele tempo havia lá tanta ordem e tanta força que eles seriam insuperáveis, se não tivessem sido atacados por uma *virtù* como a romana. É fácil perceber donde provinha aquela ordem e donde provém esta desordem: pois tudo provém da vida livre de então e da vida serva de agora. Porque são grandes os proveitos colhidos pelas cidades e províncias que vivem livres em todos os lugares, como acima dissemos, por serem mais numerosos os povos, já que são mais livres e mais desejáveis os matrimônios, visto que cada um, de bom grado, tem a prole que acredita poder sustentar, sem temer ser despojado de seu patrimônio; ademais, todos sabem muito bem que não só nasceram livres, e não escravos, como também que, se tiverem *virtù* para tanto, poderão tornar-se príncipes. As riquezas multiplicam-se mais, tanto as produzidas pela agricultura quanto as produzidas pelos ofícios [*arti*]. Porque todos procuram multiplicar as coisas e adquirir os bens de que acreditam poder gozar. Por esse motivo, os homens competem pelas vantagens públicas e privadas, e ambas crescem maravilhosamente. O contrário de todas essas coisas é o que se vê nas cidades que vivem em servidão; e tanto

mais carecem estas do bem costumeiro quanto mais dura é a servidão. E, de todas as duras servidões, a mais dura é a da submissão a uma república: primeiro, porque ela é mais duradoura, e pouco se pode esperar dela sair; depois, porque a finalidade da república é desnervar e enfraquecer todos os outros corpos, para aumentar o seu. Tal não será feito por um príncipe que te submeta, desde que não seja um príncipe bárbaro, destruidor de terras e arrasador de toda civilidade humana [*civiltà degli uomini*], como o são os príncipes orientais. Mas se ele tiver comportamentos humanos e normais, no mais das vezes amará de igual modo as cidades que lhe estão sujeitas, deixando intactos todos os seus ofícios e quase todas as antigas ordenações. Desse modo, se as cidades não podem crescer como cidades livres, também não se arruínam como escravas; e deve-se entender como servidão, aqui, aquela em que as cidades se submetem a um estrangeiro, porque da servidão a um cidadão seu já falei acima. Quem pensar, portanto, em tudo o que dissemos, não se admirará com o poder que os samnitas tinham, quando eram livres, nem com a fraqueza em que caíram depois, quando passaram a servir: e disso Tito Lívio dá fé em várias passagens, sobretudo na da guerra contra Aníbal, quando mostra que, estando os samnitas sob o ataque de uma legião em Nola, mandaram embaixadores a Aníbal, para pedir-lhe socorro; os quais, em sua fala, disseram que durante cem anos haviam combatido contra os romanos com seus próprios soldados e comandantes e que muitas vezes haviam resistido a dois exércitos consulares e a dois cônsules, mas que estavam tão fracos então que mal podiam defender-se de uma pequena legião romana situada em Nola.

3. Roma tornou-se uma grande cidade arruinando as cidade vizinhas e admitindo facilmente estrangeiros em suas honras[7]

"Crescit interea Roma Albae ruinis."[8] Quem quiser que uma cidade forme um grande império, deverá empenhar-se para enchê-la de habitantes[9]; porque, sem essa abundância de homens, nunca conseguirá tornar grande uma cidade. Isso é feito de dois modos: pelo amor e pela força. Pelo amor, mantendo abertos e seguros os caminhos para os estrangeiros que pretendam morar na cidade, para que nela morem os que o desejarem; pela força, destruindo as cidades vizinhas e mandando seus habitantes morar na tua cidade. E isso foi tão observado por Roma, que, no tempo do sexto rei[10], ali moravam oitenta mil homens capazes de portar armas. Porque os romanos quiseram fazer como o bom cultivador, que, para fazer uma planta crescer e produzir frutos maduros, corta os primeiros ramos que dela brotam, a fim de que, permanecendo aquela *virtù* no pé da planta, com o tempo nasçam ramos mais verdes e mais frutíferos. E a prova de que era necessário e bom esse modo de crescer e de criar um império está no exemplo de Esparta e de Atenas, que, embora fossem duas repúblicas muito bem armadas e ordenadas com ótimas leis, não chegaram à grandeza do Império Romano; e Roma parecia mais tumultuada e não tão bem ordenada como aquelas. Para tanto não se pode

7. Concedendo direitos políticos. [N. da R. T.]

8. Roma, enquanto isso, cresce sobre as ruínas de Alba (Tito Lívio, I, 30). [N. da T.]

9. Cf. *Discursos*, I, 6. [N. da R. T.]

10. Sérvio Túlio. [N. da T.]

aduzir outra razão senão aquela que já alegamos: Roma, que já fizera crescer o corpo de sua cidade por aqueles dois meios, podia armar duzentos e oitenta mil homens[11]; e Esparta e Atenas nunca passaram de vinte mil cada uma. E isso não ocorreu por ser a localização de Roma mais favorável que a daquelas, mas apenas pelo diferente modo de proceder. Porque Licurgo, fundador da república espartana, considerando que nada teria mais poder para corroer as suas leis do que a mistura com novos habitantes, fez de tudo para que os estrangeiros não fossem com eles viver: além de não os aceitar em casamentos, como cidadãos [*alla civiltà*], nem noutros tipos de convívio entre os homens, ordenou que naquela república se usassem moedas de couro, para banir de todos o desejo de ir à cidade levar mercadorias ou produtos de ofício; de forma que aquela cidade nunca pôde crescer em número de habitantes. E, como todas as nossas ações imitam a natureza, não é possível nem natural que um tronco fino sustente um ramo grosso. Por isso, uma república pequena não pode ocupar cidades ou reinos que sejam mais fortes nem maiores que eles; e, mesmo que os ocupe, ocorre-lhe o que ocorreria à árvore que tivesse o ramo mais grosso que o pé: este a custo se sustentaria e seria derrubado por qualquer ventinho; foi o que se viu em Esparta, que ocupou todas as cidades da Grécia, mas, assim que Tebas se rebelou, todas as outras cidades se rebelaram também, e o que restou foi o tronco apenas, sem ramos. Isso não poderia ter acontecido a

11. Inglese propõe "oitenta mil" e justifica: "Os testemunhos concordam na incongruência de 'duzentos e oitenta mil', passada indene pelas mãos de editores e glosadores, apesar do confronto com o que vem pouco antes. Pode tratar-se de um deslize do autor ou de um sinal antes de '80 m. a.', que foi lido pelo copista como 2" (INGLESE, *op. cit.*, p. 395). [N. da R. T.]

Roma, que já tinha um tronco tão grande que facilmente podia sustentar qualquer ramo. Portanto, esse modo de proceder, em conjunto com os outros sobre os quais falaremos adiante, tornou Roma grande e muito poderosa. E Tito Lívio o demonstra com duas palavras, quando diz: "Crescit interea Roma Albae ruinis."

4. As repúblicas procederam de três modos para ampliar-se

Quem observar as antigas histórias, verá que as repúblicas procederam de três modos para ampliar-se. Um foi o observado pelos toscanos[12] antigos, e consistia em formar uma liga de várias repúblicas, em que nenhuma se impunha à outra em autoridade nem em importância, e, nas conquistas, tornar aliadas as outras cidades, de modo semelhante ao que fazem os suíços em nosso tempo e ao que fizeram, na Grécia, os aqueus e os etólios nos tempos antigos. E, como os romanos guerrearam muito com os toscanos, falarei mais sobre esse primeiro modo de proceder, para mostrar melhor as suas qualidades. Na Itália, antes do Império Romano, foram os toscanos que tiveram mais poder no mar e em terra, e, embora não haja uma história particular deles, sempre há um pouco de memória e alguns sinais de sua grandeza[13]; todos sabem que eles mandaram para o mar superior uma colônia a que deram o nome de Ádria, tão importante [*si nobile*] que emprestou seu nome àquele mar que os latinos ainda chamam Adriático. Sabe-se também que seus exércitos foram res-

12. Etruscos (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 150).
13. Tito Lívio, V, 33. [N. da R. T.]

peitados do Tibre aos Alpes, que agora cercam a maior parte da Itália[14]; não obstante, duzentos anos antes que os romanos crescessem tanto, tais toscanos perderam o império sobre aquela região que hoje se chama Lombardia, província que foi ocupada pelos franceses, que, movidos ou pela necessidade ou pela doçura dos frutos, e sobretudo do vinho, vieram para a Itália sob o comando de Beloveso[15]; depois de vencerem e expulsarem os habitantes do lugar, eles se estabeleceram ali, construindo muitas cidades e dando à província o nome de Gália, segundo o nome que usavam então; ali ficaram até que fossem dominados pelos romanos. Os toscanos, portanto, viviam com igualdade, e, para ampliarem seus domínios, procediam daquele primeiro modo de que falamos acima; e eram doze as cidades – entre as quais Chiusi, Veios, Arezzo, Fiesole, Volterra e semelhantes –, que, na forma de liga, governavam o seu império; suas conquistas não transpuseram os limites da Itália; dessa liga, uma grande parte continuou intacta, pelas razões que abaixo descreveremos. O outro modo é fazer aliados, mas não a tal ponto que não te sobrem o título de comando, a sede do império e a prerrogativa das empresas: foi esse o modo como os romanos procederam. O terceiro modo é criar, imediatamente, súditos, e não aliados; foi o que fizeram os espartanos e os atenienses. Dos três modos, este último é de todo inútil, como se viu nessas duas repúblicas, que a outro motivo não devem sua ruína, senão ao de conquistarem um domínio que não podiam manter. Porque encarregar-se de governar com violência, máxime cidades acostumadas a viver livres, é coisa difícil e traba-

14. Ao norte (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 150).
15. Tito Lívio, V, 34. [N. da R. T.]

lhosa. E, se não estiveres armado, e com grandes exércitos, não conseguirás comandá-las nem governá-las. Para isso, precisarás de aliados que te ajudem e aumentar a população da tua cidade. E, como essas duas cidades não fizeram nem uma coisa nem outra, seu modo de proceder foi inútil. E Roma, que é exemplo do segundo modo de proceder, fez as duas coisas, alcançando assim excepcional poder. E, como foi a única a viver assim, foi também a única a tornar-se tão poderosa: porque, tendo feito por toda a Itália grande número de aliados que em muitas coisas tinham leis iguais às dela, mas – como dissemos acima –, tendo reservado sempre para si a sede do império e a prerrogativa do comando, esses seus aliados, sem se aperceberem, com seus esforços e com seu próprio sangue, acabavam por subjugar-se a si mesmos. Porque quando eles começaram a sair da Itália com os exércitos e a transformar reinos em províncias suas, passaram a tornar seus súditos aqueles que, por estarem acostumados a viver sob o domínio de reis, não se incomodavam de ser súditos; estes, recebendo governadores romanos e tendo sido vencidos por exércitos que tinham o título de romano, só reconheciam a superioridade de Roma. Dessa maneira, aqueles aliados de Roma, situados na Itália, viam-se ao mesmo tempo cercados por súditos romanos e dominados por uma enorme cidade, que era Roma; e, quando se aperceberam do engano em que haviam incorrido, já não tinham tempo de remediá-lo, tanto era o poder que Roma conquistara sobre as províncias externas e tanta era a força que continha em si, por ser enorme e muito bem armada a sua cidade. E, embora aqueles seus aliados, para vingar-se das injúrias, conjurassem contra ela, em pouco tempo foram derrotados na guerra, piorando suas condições, porque, de aliados,

também se tornaram súditos. Esse modo de proceder, como dissemos, só foi observado pelos romanos: e não pode proceder de outro modo uma república que queira expandir-se; porque a experiência não nos mostrou nada mais seguro nem mais verdadeiro.

O modo de proceder das ligas, sobre o qual falamos, que era seguido antigamente por toscanos, aqueus e etólios, e hoje pelos suíços, é o melhor, depois do romano; porque, como ele não permite grande expansão, seguem-se dois benefícios: um é que não se entra em guerra com facilidade; outro é que se conserva com facilidade aquilo que se conquista. A razão de não ser possível a grande expansão está no fato de se ter uma república dividida [*disgiunta*] e com várias sedes, o que cria dificuldade para consultas e deliberações. Ademais, não há desejo de dominar, porque, sendo muitas, as comunidades partícipes daquele domínio não têm tanto apreço pelas conquistas quanto uma república una, que espera gozá-las em sua totalidade. Além disso, as repúblicas da liga são governadas por um conselho, havendo, portanto, de ser mais lentas em suas deliberações do que aquelas que estão por inteiro dentro das mesmas muralhas. A experiência também mostra que semelhante modo de proceder tem um limite fixo, e não há exemplo de que ele tenha sido ultrapassado; esse limite consiste em juntarem-se doze ou catorze comunidades, sem que se procure avançar mais, porque, atingido o ponto em que sua defesa ainda lhes pareça possível, não procuram maior domínio, seja porque a necessidade não as obriga a ter mais poder, seja por não se ver utilidade nas conquistas, pelas razões acima ditas. Porque precisariam fazer uma destas duas coisas: ou prosseguir criando aliados, e dessa

multidão proviria a confusão, ou criando súditos; mas, vendo nesta medida grande dificuldade, além de não acharem utilidade em mantê-los, não lhe têm grande apreço. Portanto, ao atingirem um número com que lhes pareça possível viver em segurança, tendem a fazer duas coisas: uma é receber protegidos e concordar em dar proteção, e por esses meios obter de todos os lados dinheiro que possa facilmente ser distribuído entre elas; a outra é combater em favor de outros, recebendo soldo destes ou do príncipe que as assoldade para suas empresas; é o que hoje fazem os suíços, e, conforme se lê, é o que faziam, antes, aqueles de que falamos. Disso nos dá testemunho Tito Lívio[16], ao dizer que, quando Filipe da Macedônia foi parlamentar com Tito Quinto Flamínio, discutiram um acordo na presença de um pretor dos etólios, e que, numa conversa entre tal pretor e Filipe, este lhe repreendeu a ganância e a deslealdade, dizendo que os etólios não se envergonhavam de combater por alguém e depois mandar seus homens a prestar serviço ao inimigo deste, de tal modo que, muitas vezes, as insígnias da Etólia eram vistas em dois exércitos adversários. Sabe-se, portanto, que esse modo de proceder, com a criação de ligas, sempre foi semelhante e produziu efeitos semelhantes. Vê-se também que o modo de fazer súditos sempre foi fraco, sendo pequenos seus proveitos, e que, quando houve descomedimento no número de súditos, o que se obteve foi a ruína. E, se esse modo de fazer súditos é inútil nas repúblicas armadas, nas desarmadas o é sumamente, como ocorreu em nosso tempo com as repúblicas da Itália. Percebe-se, portanto, que o bom

16. Tito Lívio, XXXII, 32-4. [N. da R. T.]

[*vero*] modo de proceder foi o dos romanos, e que ele foi ainda mais admirável porque antes de Roma não havia exemplo dele, e depois de Roma não houve quem os imitasse. E, quanto às ligas, entre seus imitadores só se encontram os suíços e a liga da Suábia[17]. E, conforme diremos no fim desta matéria[18], muitas das ordenações observadas por Roma, tanto no que se refere às questões internas quanto às externas, hoje em dia não só não são imitadas, como nem sequer são consideradas, por se julgar que algumas não são boas [*veri*], outras são impossíveis e outras ainda inoportunas e inúteis; destarte, mantendo-nos nessa ignorância, somos presa de quem quer que deseje invadir esta província. E, mesmo que a imitação dos romanos parecesse difícil, não deveria parecer difícil imitar os antigos toscanos, sobretudo para os toscanos de hoje. Porque, se aqueles, pelas razões aduzidas, não puderam criar um Império semelhante ao de Roma, conseguiram conquistar na Itália o poder que aquele modo de proceder lhes permitiu. Poder que lhes foi assegurado, durante muito tempo, com suprema glória imperial e militar, para grande louvor de seus costumes e de sua religião. Tal poder e glória foram primeiramente diminuídos pelos franceses e depois extinguidos pelos romanos: extinção tão perfeita que, conquanto o poder dos toscanos fosse tão grande há dois mil anos, no presente quase não temos memória dele. E isso me levou a meditar sobre a origem desse esquecimento das coisas, conforme se discorrerá no próximo capítulo.

17. Constituída em 1488 entre o arquiduque Sigismundo da Áustria, o conde de Württemberg, Eberhard II, o círculo da Francônia e vinte e duas cidades imperiais (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 152).

18. Ao final deste livro (cf. *Discursos*, II, 30). [N. da R. T.]

5. Onde se diz que a variação das crenças e das línguas, aliada à ocorrência de dilúvios ou pestes, apaga a memória das coisas

Aos filósofos para os quais o mundo seria eterno creio que seria possível replicar que, se tal antiguidade fosse verdadeira, seria razoável que houvesse memória de mais de cinco mil anos, se não se visse que a memória dos tempos se extingue por diferentes razões; entre estas, algumas se devem aos homens, outras ao céu. As devidas aos homens são as variações das seitas e das línguas. Porque, quando surge uma seita nova, ou seja, uma religião nova, seu primeiro empenho é extinguir a antiga, para ganhar reputação; e, quando ocorre que os ordenadores da nova seita são de língua diferente, facilmente a extinguem. E isso podemos perceber considerando o modo como os da seita cristã se opuseram à pagã, eliminando todas as suas ordenações, todas as suas cerimônias e apagando qualquer memória daquela antiga teologia. É verdade que não conseguiram extinguir totalmente o conhecimento das coisas feitas pelo homens excelentes da seita pagã, o que se deve ao fato de terem mantido a língua latina, mas a isso foram forçados por terem precisado escrever com ela a nova lei. Porque, se pudessem tê-la escrito com uma nova língua, considerando-se as outras perseguições que cometeram, não haveria lembrança alguma das coisas passadas. E quem lê aquilo que foi feito por São Gregório[19] e por outros chefes da religião cristã, verá com que obstinação perseguiram todas as memórias antigas, queimando as obras dos

19. Gregório, o Grande (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 153).

poetas e dos historiadores, destruindo imagens e danificando qualquer outra coisa que contivesse algum sinal da antiguidade. De modo que, se a essa perseguição se tivesse somado uma nova língua, em brevíssimo tempo tudo estaria esquecido. É de crer, portanto, que aquilo que a seita cristã quis fazer contra a pagã, esta tenha feito contra aquela que existia antes dela. E, como tais seitas variam duas ou três vezes em cinco ou em seis mil anos, perde-se a memória das coisas feitas antes desse tempo; e, se acaso resta algum sinal, considera-se que se trata de coisas fabulosas, e ninguém lhes dá fé: foi o que ocorreu com a história escrita por Diodoro da Sicília, que, embora fale de acontecimentos de quarenta ou cinqüenta mil anos, estes são considerados falsos, como acredito.

Quanto às causas que vêm do céu, são as que extinguem a raça humana e reduzem a poucos os habitantes de uma parte do mundo. E isso ocorre por peste, por fome ou por alguma inundação, sendo a mais importante esta última, seja por ser a mais universal, seja porque os homens que se salvam são todos montanheses e rudes, que, não tendo conhecimento da antiguidade, não podem transmiti-la aos descendentes. E, se entre eles se salvasse algum que dela tivesse conhecimento, para ganhar reputação e nome a esconderia e a desfiguraria a seu modo; assim, só restaria aos sucessores aquilo que dela ele quisesse escrever, e não outra coisa. E não creio que se deva duvidar da vinda de tais inundações, pestes e fomes, seja porque delas estão cheias todas as histórias, seja porque se vê esse efeito do esquecimento das coisas, seja porque parece razoável que as haja, uma vez que a natureza, assim como ocorre com os corpos simples, ao reunir suficiente matéria supérflua, muitas vezes se move por

si mesma e realiza uma purgação, que é a saúde daquele corpo; o mesmo ocorre nesse corpo misto da raça humana, pois, quando todas as províncias estão repletas de habitantes, de tal modo que não podem todos nelas viver nem ir morar alhures, por estarem ocupados e repletos todos os lugares, e, quando a astúcia e a maldade humana chegam até onde podem chegar, é necessário que o mundo se purgue por um desses três modos, para que os homens, passando a ser poucos e tendo sido derrotados, vivam mais comodamente e se tornem melhores. Portanto, como acima dissemos, a Toscana já era poderosa, cheia de religião e *virtù*, tinha seus costumes e sua língua pátria, e tudo foi extinguido pelo poderio romano. Assim, conforme se disse, dela só ficou a memória do nome.

6. Como os romanos procediam na guerra

Depois de discorrer sobre como os romanos procediam para ampliar seus domínios, discorreremos agora sobre como procediam na guerra; e em todas as suas ações veremos com quanta prudência eles se distinguiram do modo seguido por todos os outros, para abrir caminhos e chegar à suprema grandeza. A intenção de quem trava guerra por escolha, ou seja, por ambição, é conquistar e conservar o que foi conquistado; e, para tanto, procede de tal modo que enriqueça, e não empobreça, sua terra, sua pátria. Logo, tanto para conquistar quanto para conservar, é necessário não gastar; aliás, fazer tudo para utilidade do tesouro público. Quem quiser fazer todas essas coisas, deverá observar o estilo e o modo dos romanos: em primeiro lugar, fazer guerras curtas e grossas, como dizem os franceses; porque, pondo em campo

exércitos numerosos, os romanos resolveram em curtíssimo tempo todas as guerras que travaram com latinos, samnitas e toscanos. E, se observarmos todas as que travaram desde os primórdios de Roma até o assédio de Veios, veremos que todas foram resolvidas em seis, dez ou vinte dias. Porque era este o costume deles: assim que era declarada a guerra, eles punham seus exércitos em campo, diante do inimigo, e logo travavam a batalha. Depois da vitória, os inimigos, para não terem suas terras inteiramente devastadas, entravam em negociações, e os romanos impunham-lhes como pena a entrega de territórios; estes eram convertidos em possessões privadas ou eram destinados a alguma colônia; esta, situando-se na divisa com os inimigos, acabava por servir de guarda para as fronteiras romanas, com utilidade dos colonos, que ficavam com os campos, e com utilidade do tesouro público de Roma, que mantinha aquela guarda sem incorrer em despesas. E tal modo não podia ser mais seguro, forte ou útil porque, enquanto os inimigos não se punham em campo, aquela guarda bastava, mas, quando saíam com grossas hostes para conquistar aquela colônia, os romanos também saíam com grossas hostes e travavam batalha com elas; e, depois de travada e vencida a batalha, impunham-lhes condições mais pesadas e voltavam para casa. Assim, iam aos poucos conquistando reputação entre os inimigos e força entre seu próprio povo. E as coisas assim se mantiveram até que os romanos mudaram o modo de proceder na guerra; isso ocorreu depois do assédio de Veios, quando, para poderem prolongar a guerra, determinaram que pagariam soldados, que antes não precisavam pagar, por serem curtas as guerras. E, embora pagassem soldo, o que lhes permitia travar guerras mais longas, e, por se afastarem mais

de casa, precisassem ficar mais tempo em campanha, mesmo assim nunca abandonaram a primeira ordenação, dependendo do lugar e do tempo, de terminá-las depressa; tampouco deixaram jamais de formar colônias. O que manteve a observância da primeira ordenação (de fazer guerras curtas), além do seu costume natural, foi a ambição dos cônsules: estes, por terem mandato de um ano, devendo passar seis meses desse tempo nos quartéis, queriam terminar a guerra para gozarem as honras do triunfo. O que manteve o costume de formar colônias foram a utilidade e a grande conveniência que daí resultavam. Mas os romanos mudaram muito no que se refere à distribuição das presas de guerra, tornando-se menos liberais do que haviam sido antes, seja porque sua distribuição já não parecia tão necessária, visto que os soldados ganhavam soldo, seja porque, sendo agora maiores as presas, os romanos passaram a vê-las como meio de engordar o erário [*publico*] que, assim, não seria obrigado a prover os gastos de suas realizações com tributos da cidade. E tal ordenação, em pouco tempo, tornou riquíssimo o seu erário. Esses dois modos, portanto – acerca da distribuição da presa e da formação de colônias –, fizeram que Roma se enriquecesse com a guerra enquanto os outros príncipes e repúblicas não-sábios empobreciam. E as coisas se tornaram tais que nenhum cônsul acreditava poder ter as honras do triunfo, se com seu triunfo não trouxesse ouro, prata e todas as outras espécies de presa para o erário. Assim, os romanos, com tais condutas e com o costume de pôr fim às guerras em tempo curto, mesmo estando em condições de esgotar os inimigos em campanhas longas, com as derrotas infligidas, com as invasões de terras e com os acordos vantajosos para eles, foram-se tornando cada vez mais ricos e poderosos.

7. *Quantas terras os romanos davam ao colono*[20]

Sobre a quantidade de terras que os romanos distribuíam entre os colonos, acredito ser difícil chegar à verdade. Creio que as davam em maior ou menor quantidade, de acordo com os lugares onde formassem as colônias. Acredita-se que, fosse qual fosse o modo e o lugar, a distribuição era parca: primeiro, para poder ali enviar mais homens, aos quais seria delegada a guarda daquele território; segundo, porque, como se vivia pobremente em Roma, não parecia razoável aos romanos que os seus homens vivessem com excessiva largueza fora de Roma. E Tito Lívio diz que, depois da tomada de Veios, para ali foi enviada uma colônia, distribuindo-se a cada colono três jeiras e sete doze avos de jeira em terras, que correspondem, para nós[21]... Porque, além do que acima dissemos, eles acreditavam que o importante não era ter muitas terras, mas tê-las bem cultivadas. É necessário que toda a colônia tenha campos públicos onde cada um possa pascer o seu gado, bem como florestas de onde possa extrair lenha para queimar, coisas sem as quais uma colônia não pode ordenar-se.

8. *Razões pelas quais os povos saem de sua terra e inundam as terras alheias*

Visto que acima falamos do modo de proceder que os romanos observavam na guerra e de como os toscanos foram atacados pelos franceses, não me parece estranho

20. Tito Lívio, V, 30. [N. da R. T.]

21. Seriam cerca de 10.000 m². [N. da T.]

à matéria discorrer sobre os dois tipos de guerra que podem ser travadas. Uma é travada por ambição de príncipes ou repúblicas, que procuram propagar seu império; tais foram as guerras travadas por Alexandre Magno e pelos romanos, bem como as que são travadas todos os dias entre uma potência e outra. Tais guerras são perigosas, mas não expulsam todos os habitantes de um lugar, pois o vencedor se satisfaz com a obediência dos povos, deixando-os, no mais das vezes, viver com suas leis e sempre com suas casas e seus bens. O outro tipo de guerra é aquela em que um povo inteiro, com todas as suas famílias, sai de um lugar, pela necessidade da fome ou da guerra, e vai procurar nova sede e novas terras, não para governá-las, como no caso acima, mas para apoderar-se de tudo, expulsando ou matando seus antigos habitantes. Essas guerras são muito cruéis e pavorosas. Sobre elas quem fala é Salústio no fim de *Bellum Iugurthinum*[22], quando conta que, depois da vitória sobre Jugurta, ouviu-se falar da movimentação dos franceses[23] em direção à Itália, e diz que com todos os outros povos o povo romano havia combatido apenas para estabelecer quem devia mandar, mas com estes ele sempre combateu pela salvação de cada um. Porque um príncipe ou uma república que ataca uma região contenta-se em matar apenas aqueles que a comandam, mas a estas últimas populações cumpre matar a todos, porque querem viver daquilo de que os outros viviam. Os romanos travaram três dessas guerras perigosíssimas. Na primeira, Roma foi tomada[24] por aqueles franceses que, como dissemos acima, ha-

22. Cf. *Bellum Iugurthinum*, 114. [N. da R. T.]

23. No caso aqui eram címbrios e teutões (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 155).

24. Em 390 a.C., pelos gauleses (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 156).

viam conquistado a Lombardia aos toscanos, tornando-a sua sede de governo; para esta Tito Lívio alega duas razões: a primeira, conforme se disse acima[25], é que os franceses foram seduzidos pela doçura das frutas e do vinho da Itália, de que careciam em França; a segunda é que, havendo-se multiplicado a população daquele reino francês a tal ponto que já não era possível alimentá-la, os príncipes daqueles lugares julgaram ser necessário que uma parte de seus homens saísse à cata de novas terras e, tomada tal deliberação, elegeram, como comandantes dos que deviam partir, Beloveso e Sigoveso, dois reis dos franceses: Beloveso veio para a Itália, e Sigoveso entrou na Espanha. Da passagem de Beloveso seguiram-se a ocupação da Lombardia e, depois, a primeira guerra que os franceses travaram contra Roma. Depois desta, houve aquela que foi travada após a primeira guerra contra Cartago, quando, entre Piombino e Pisa, foram mortos mais de duzentos mil franceses. A terceira foi quando os alemães e os címbrios vieram para a Itália: estes, depois de vencerem vários exércitos romanos, foram vencidos por Mário. Portanto, os romanos venceram essas três guerras perigosíssimas. E não era pouca a *virtù* necessária para vencê-las, porque, como se viu depois, quando faltou *virtù* aos romanos, e aquelas armas perderam o antigo valor, seu império foi destruído por semelhantes povos: godos, vândalos e outros tantos, que ocuparam todo o Império do Ocidente.

Tais povos saem de suas terras, como se disse acima, impelidos pela necessidade: e a necessidade nasce da fome ou da guerra e da opressão que estejam sofrendo em sua pátria, pelo que são obrigados a procurar novas

25. Cf. *Discursos*, II, 4; Tito Lívio, V, 33-4. [N. da R. T.]

terras. Esses povos às vezes são numerosos e entram com violência nas terras alheias, matando seus habitantes, tomando posse de seus bens, criando um novo reino e mudando o nome do lugar: foi o que fizeram Moisés e os povos que ocuparam o Império Romano. Porque os novos nomes que há na Itália e nas outras províncias existem porque foram dados pelos novos ocupantes: foi o que aconteceu com a Lombardia, que se chamava Gália Cisalpina; com a França, que se chamava Gália Transalpina, e agora tem esse nome por causa dos francos, pois esse é o nome dos povos que a ocuparam; com a Eslavônia, que se chamava Ilíria; com a Hungria, que era Panônia; com a Inglaterra, que era Britânia; e com muitas outras províncias que mudaram de nome, tal que seria tedioso enumerá-las. Moisés deu o nome de Judéia à parte de Síria por ele ocupada. E, visto ter dito, acima, que às vezes tais povos são expulsos de suas próprias terras pela guerra, sendo então obrigados a buscar novas terras, gostaria de aduzir o exemplo dos mauritanos: estes, antigamente, habitavam na Síria, mas, ao saberem da chegada dos povos hebraicos e acreditando que não poderiam resistir-lhes, consideraram melhor salvar-se deixando suas próprias terras do que tentar salvá-las perdendo a vida; e, saindo com suas famílias, foram para a África, onde constituíram sua sede, expulsando os habitantes que encontraram naqueles locais. E, assim, eles, que não tinham conseguido defender sua própria terra, conseguiram ocupar a alheia. E Procópio, que escreve sobre a guerra travada entre Belisário e os vândalos, que ocuparam a África, conta que leu em certas colunas, encontradas nos lugares onde tais mauritanos moravam, as seguintes inscrições: "Nos Maurusii, qui fugimus a facie Jesu latronis fi-

lii Navae."[26] Donde se vê o motivo de terem saído de Síria. Tais povos são, portanto, muito temíveis, porque expulsos por necessidade extrema, e, se não deparam boas armas, nunca são contidos. Mas, quando não são numerosos, os que são obrigados a abandonar a pátria não oferecem tanto perigo quanto os povos dos quais acabamos de falar; porque não podem usar de tanta violência, mas precisam ocupar o lugar com arte e nele manter-se graças a amigos e aliados: foi o que fizeram Enéias, Dido, os massilienses[27] e semelhantes, pois todos eles, com o consentimento dos vizinhos, puderam ficar onde pararam. Saem povos numerosos – e saíram quase todos – das terras da Cítia, que são lugares frios e pobres: por ser grande o número de homens e por não terem suas terras condições de alimentá-los, eles são forçados a sair, pois são muitas as coisas que de lá os expulsam, sem nenhuma que os retenha. E, se, de quinhentos anos a esta data, alguns desses povos não invadiram nenhum país, isso se deve a várias razões. A primeira foi a grande evacuação daquelas terras com o declínio do Império Romano, quando saíram mais de trinta povos. A segunda é que a Alemanha e a Hungria, de onde também saíam tais povos, têm agora terras beneficiadas, de tal modo que ali é possível viver comodamente; assim, não foram obrigados a mudar de lugar. Por outro lado, sendo muito belicosos, tais homens são como um bastião a impedir que os citas, que com eles confinam, tenham a pretensão de vencê-los e passar por seus territórios. E muitas vezes ocorrem grandes movimentações de tártaros,

26. Nós, mouros, que fugimos diante do ladrão Josué, filho de Nava. [N. da T.]

27. Hoje, marselheses. [N. da T.]

que são depois contidos por húngaros e poloneses; assim, freqüentemente estes se gabam de que, não fossem suas armas, a Itália e a Igreja teriam sentido muitas vezes o peso dos exércitos tártaros. E com isso encerro a matéria sobre os ditos povos.

9. Quais as razões pelas quais costumam surgir guerras entre os poderosos[28]

A razão pela qual surgiu a guerra entre romanos e samnitas, que haviam constituído uma liga de longa duração[29], é uma razão que se costuma observar em todos os principados poderosos. E ocorre por acaso ou é provocada por aquele que deseja a guerra. A que ocorreu entre romanos e samnitas nasceu por acaso; porque a intenção dos samnitas, ao travar guerra contra os sidicinos e, depois, contra campanienses, não era travá-la com os romanos. Mas, como os campanienses estavam derrotados, recorreram a Roma sem levar em consideração as intenções dos romanos e dos samnitas, e, declarando-se súditos dos romanos, forçaram-nos a defendê-los e a assumir aquela guerra da qual estes não acreditavam ser possível esquivar-se com honra. Porque parecia razoável aos romanos que não poderiam defender os campanienses como amigos contra os samnitas amigos, mas também lhes parecia vergonhoso deixar de defendê-los como súditos ou protegidos, pois julgavam que, se não assumissem tal defesa, fechariam o caminho a todos quan-

28. Tito Lívio, VII, 29 ss. [N. da R. T.]
29. *Id.*, VII, 19. [N. da R. T.]

tos pretendessem colocar-se sob seu poder. Porque, se sua finalidade era o império e a glória, e não a quietude, Roma não podia recusar-se a essa empresa. Essa mesma razão deu origem à primeira guerra contra os cartagineses, devido à defesa dos messanenses, da Sicília, de que os romanos se incumbiram: e tal guerra foi também por acaso. Mas não foi por acaso que nasceu a segunda guerra entre eles; porque Aníbal, comandante cartaginês, atacou os saguntinos, aliados dos romanos na Espanha, não para ofendê-los, mas para incitar os romanos a guerrear, ter ocasião de combatê-los e entrar na Itália. Esse modo de provocar novas guerras sempre foi costumeiro entre os poderosos, que têm algum respeito pela fé dada ou outras coisas. Porque, se quero entrar em guerra com um príncipe, e se entre nós houver sido firmado algum pacto, de há muito observado, não o atacarei, mas atacarei um aliado seu com alguma justificação e pretexto; sobretudo sabendo que, ao atacar seu amigo, ou ele reagirá, e cumprirei meu intento de guerrear com ele, ou, se não reagir, ficará clara a sua fraqueza ou a sua infidelidade, ao não defender um protegido seu. E, seja qual for o caso, perderá sua boa reputação e facilitará os meus intentos. Deve-se notar, portanto, sobre a rendição dos campanienses e a origem das guerras, o que dissemos acima; ademais, que remédio haverá para a cidade que não possa defender-se sozinha, mas queira defender-se de qualquer modo daquele que a ataca, senão entregar-se livremente àquele por quem ela deseje ser defendida, como fizeram os capuanos com os romanos, e os florentinos com o rei Roberto de Nápoles[30]: este, não queren-

30. Tratar-se-ia, na verdade, do duque da Calábria, filho de Roberto de Anjou (em 1325) (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 158).

do defendê-los como amigos, defendeu-os depois como súditos contra as forças de Castruccio de Lucca[31], que os atacava.

10. O dinheiro não é o nervo da guerra, ao contrário do que crê a opinião comum

Visto que qualquer um pode começar uma guerra quando bem entende, mas não pode pôr-lhe fim quando quer, todo príncipe, antes de intentar uma empresa, deve avaliar suas forças e por elas governar-se. Mas deve sua prudência ser suficiente para que ele não se engane sobre suas forças; e enganar-se-á sempre que as avaliar pelo dinheiro, pelo território ou pela boa disposição dos homens, mas não tiver armas próprias. Porque aquelas coisas servem para aumentar as forças, mas não para dálas, e por si mesmas nada são, de nada servindo sem armas fiéis. Porque o dinheiro, por mais que o tenhas, não te bastará sem estas; de nada adianta ser inexpugnável o lugar; e a fé e a boa disposição dos homens não duram, pois estes não podem ser-te fiéis se não puderes defendê-los. Cada monte, cada lago, cada lugar inacessível torna-se plano onde faltam fortes defensores. O dinheiro, também, não só não defende, como transforma mais depressa em presa quem o possui. Não pode ser mais falsa a opinião comum de que o dinheiro é o nervo da guerra. Tal máxima é proferida por Quinto Cúrcio quando escreve sobre a guerra havida entre o macedô-

31. Castruccio Castracani degli Antelminelli (1281-1328): obteve uma vitória sobre Florença em 1321, em Altopascio, pela causa gibelina. Maquiavel escreveu uma *Vita di Castruccio*. [N. da T.]

nio Antípatro e o rei espartano, ao narrar que, por falta de dinheiro, o rei de Esparta foi obrigado a lutar e foi derrotado, pois, se adiasse a refrega por alguns dias, chegaria à Grécia a notícia da morte de Alexandre, e assim ele seria vencedor sem combater: faltando-lhe dinheiro e desconfiando que, por essa razão, o seu exército o abandonaria, foi obrigado a tentar a fortuna na peleja, e assim Quinto Cúrcio afirma que o dinheiro é o nervo da guerra. Tal máxima é repetida todos os dias e seguida por príncipes não suficientemente prudentes. Porque, com base nela, acreditam que, para defender-se, basta-lhes ter um grande tesouro, sem pensar que, se para vencer bastassem tesouros, Dario teria vencido Alexandre, os gregos teriam vencido os romanos, e nos nossos tempos o duque Carlos[32] teria vencido os suíços; e há poucos dias, o papa e os florentinos, juntos, não teriam enfrentado dificuldades para vencer Francesco Maria, sobrinho do papa Júlio II, na guerra de Urbino. Mas todos os acima citados foram vencidos por aqueles que consideram que o nervo da guerra não é o dinheiro, e sim os bons soldados. Entre outras coisas que Creso, rei dos lídios, mostrou ao ateniense Sólon, estava um tesouro inestimável, e, quando ele perguntou a Sólon o que achava de seu poder, este respondeu que por aquilo não o julgava mais poderoso, porque a guerra se faz com ferro, e não com ouro, e que poderia surgir alguém que tivesse mais ferro que ele, e levar embora seu ouro. Além disso, quando, depois da morte de Alexandre Magno, uma multidão de franceses[33] entrou na Grécia e depois na Ásia, estes mandaram embaixadores ao rei da Macedônia para tra-

32. Carlos, o Temerário, duque de Borgonha (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 159).
33. Aqui, gálatas, povo de origem céltica (cf. *id.*, *ibid.*)

tar de certo acordo; aquele rei, para ostentar poder e deixá-los admirados, mostrou-lhes ouro e prata em abundância, e os franceses, que já tinham por decidida a paz, violaram-na, tal foi o desejo que neles nasceu de tirar-lhe aquele ouro: e, assim, aquele rei foi espoliado exatamente daquilo que havia acumulado para sua defesa. Os venezianos, há poucos anos, tinham o erário repleto e perderam todo o seu estado, sem poderem ser defendidos por seu tesouro.

Digo, portanto, que o nervo da guerra não é o ouro, como afirma a opinião comum, mas sim os bons soldados: porque o ouro não é suficiente para encontrar bons soldados, mas os bons soldados são bem suficientes para encontrar ouro. Se os romanos tivessem desejado travar guerras mais com dinheiro que com ferro, não lhes teria sido suficiente todo o tesouro do mundo, em vista dos grandes feitos que realizaram e das dificuldades que neles havia. Mas, fazendo suas guerras com ferro, nunca sofreram a falta do ouro, porque aqueles que os temiam lho levavam até seus acampamentos. E, se aquele rei espartano, por carência de dinheiro, precisou tentar a fortuna da batalha, ocorreu-lhe pelo dinheiro aquilo que muitas vezes ocorreu por outras razões: ao se perceber que faltam víveres ao exército, havendo-se de tomar a decisão de morrer de fome ou lutar, sempre se toma a decisão de lutar, por ser mais honroso e porque a fortuna pode de algum modo te favorecer. Também ocorreu muitas vezes que o comandante, ao saber que chegavam reforços ao exército inimigo, precisou decidir entre lutar com ele e tentar a fortuna, ou, esperando que as fileiras dele se engrossassem com os reforços, ter de combater de qualquer modo, com grande desvantagem. Também se vê (como

ocorreu com Asdrúbal, quando foi atacado em Marca por Cláudio Nero e outro cônsul romano) que um comandante, necessitando fugir ou combater, sempre escolhe o combate, por lhe parecer que com a decisão de combater, ainda que duvidosa, ele ainda pode vencer, mas, com a de fugir, perderá de qualquer maneira. São, portanto, muitas as necessidades que levam um comandante a tomar a decisão de lutar, contrariando sua intenção, e entre elas pode estar às vezes a falta de dinheiro, mas nem por isso se deve achar que o dinheiro é o nervo da guerra, mais do que as outras coisas que induzem os homens a semelhante necessidade. O nervo da guerra, portanto – repetindo –, não é o ouro, mas os bons soldados. Em segundo lugar vem a necessidade de dinheiro, mas essa é uma necessidade que os bons soldados vencem por si mesmos; porque é impossível que a bons soldados falte dinheiro, como é impossível que o dinheiro por si mesmo encontre bons soldados. Prova de que dizemos a verdade está em todas as histórias, em mil lugares. Embora Péricles aconselhasse os atenienses a entrar em guerra contra todo o Peloponeso, mostrando que podiam vencer tal guerra com a argúcia [*industria*] e a força do dinheiro, e embora os atenienses vencessem algumas vezes, por último perderam; e mais valeram a habilidade e os bons soldados de Esparta do que a argúcia [*industria*] e o dinheiro de Atenas. Mas, sobre isso, Tito Lívio é melhor testemunha que qualquer outro, pois, ao considerar se Alexandre Magno poderia ter vindo à Itália, se tivesse vencido os romanos, mostra que há três coisas necessárias na guerra: muitos e bons soldados, comandantes prudentes e boa fortuna; e, examinando quem tinha primazia nessas coisas, se os romanos ou Alexandre, chega à sua conclusão

sem nunca se lembrar do dinheiro. Os capuanos, quando os sidicinos lhes pediram que empunhassem armas para defendê-los contra os samnitas, devem ter avaliado seu poder pelo dinheiro, e não pelos soldados, pois, tomando a decisão de ajudá-los, depois de duas derrotas, foram obrigados a tornar-se tributários dos romanos para se salvar.

11. Não é prudente fazer aliança com um príncipe que tenha mais prestígio que força

Ao desejar mostrar o erro dos sidicinos em confiar na ajuda dos campanienses e o erro dos campanienses em acreditar que poderiam defendê-los, Tito Lívio não poderia ter usado palavras mais expressivas do que estas: "Campani magis nomen in auxilium Sidicinorum, quam vires a praesidium attulerunt."[34] Donde se deve notar que as ligas feitas com príncipes que não tenham possibilidade de ajudar, seja por estarem distantes, seja por não terem forças para tanto, devido à sua desordem ou a outra razão, dão mais fama que reforços àqueles que nelas confiam; foi o que ocorreu, em nossos dias, aos florentinos, quando, em 1479, o papa e o rei de Nápoles os atacaram: sendo os florentinos aliados do rei de França, extraíram de tal amizade "magis nomen, quam praesidium", como também ocorreria ao príncipe que se lançasse a alguma empresa confiando no imperador Maximiliano, pois essa é uma daquelas alianças que dariam a quem a fizesse

34. Para auxiliar os sidicinos, os campanienses trouxeram mais o nome do que forças (Tito Lívio, VII, 29). [N. da T.]

"magis nomen, quam praesidium", como foi a aliança entre capuanos e sidicinos, conforme se diz nesse texto. Os capuanos erraram, portanto, nessa parte, por lhes parecer que tinham mais forças do que realmente tinham. É o que faz a pouca prudência dos homens, que, às vezes, não sabendo nem podendo defender-se, querem incumbir-se da defesa alheia; foi o que também fizeram os tarentinos, quando os exércitos romanos estavam para bater-se com o exército samnita: mandaram embaixadores ao cônsul romano, dizendo-lhe que queriam paz entre os dois povos e que fariam guerra contra quem se recusasse à paz; o cônsul, rindo daquela proposta, mandou dar o toque de batalha diante dos tais embaixadores e, ordenando a seu exército que fosse ter com o inimigo, mostrava aos tarentinos com obras, e não com palavras, de que resposta eram dignos[35].

E depois de, neste capítulo, discorrer sobre as decisões errôneas que os príncipes tomam para a defesa alheia, quero, no próximo, falar das decisões tomadas para a sua própria defesa.

12. Se, temendo ser atacado, é melhor encetar a guerra ou esperar o ataque

Já ouvi entre homens muito experimentados nas coisas da guerra a seguinte discussão: quando há dois príncipes[36] com forças quase iguais, e o mais valente declara guerra contra o outro, qual a melhor decisão para este

35. Tito Lívio, IX, 14. [N. da R. T.]

36. O termo *príncipe* não designa necessariamente um monarca; "príncipes" aqui indica duas potências. [N. da R. T.]

último: esperar o inimigo dentro de suas fronteiras ou ir encontrá-lo em casa e atacá-lo? E ouvi razões favoráveis a ambas as decisões. Quem defende que é preciso ir atacar o outro alega o conselho que Creso deu a Ciro, quando este, chegando às fronteiras dos masságetas para travar guerra contra eles, recebeu da rainha Tamiri a mensagem de que deveria escolher qual dos dois procedimentos preferia: entrar no seu reino, onde ela o esperava, ou esperar que ela fosse ter com ele. E, discutindo-se a questão, Creso, contrariando a opinião dos outros, disse-lhe que fosse ter com ela, e para tanto alegou que, se ele a vencesse longe do seu reino, não lhe tomaria o reino, porque ela teria tempo de recobrar-se, mas que, se a vencesse dentro de suas fronteiras, poderia segui-la na fuga e, não lhe dando tempo de recobrar-se, tomar-lhe-ia o estado. Também é alegado o conselho dado por Aníbal a Antíoco, quando aquele rei intentava travar guerra contra os romanos[37]: ele mostra que os romanos só poderiam ser vencidos na Itália, porque ali alguém poderia tirar proveito das armas, das riquezas e de seus aliados; mas, quem combatesse com eles fora da Itália e lhes deixasse a Itália livre, deixar-lhes-ia aquela fonte à qual nunca falta vida para dar forças a quem precise; e concluiu que era mais fácil arrebatar aos romanos antes Roma que o império, e antes a Itália que as outras províncias. E Agátocles também alega que, não podendo sustentar a guerra de casa, atacou os cartagineses que contra ele guerreavam e obrigou-os a pedir paz. Cipião alega que, para tirar a guerra da Itália, atacou a África.

Quem defende o contrário diz que quem quiser causar danos ao inimigo deve afastá-lo de casa. Para tanto,

37. Tito Lívio, XXXIV, 60. [N. da R. T.]

alega-se o exemplo dos atenienses, que, enquanto travaram combates comodamente em casa, mantiveram a superioridade, mas, quando se afastaram de casa e levaram seus exércitos para a Sicília, perderam a liberdade. Alegam-se as fábulas poéticas, nas quais se mostra que Anteu, rei da Líbia, ao ser atacado pelo egípcio Hércules, foi insuperável enquanto o esperou dentro das fronteiras de seu reino, mas, quando foi delas afastado pela astúcia de Hércules, perdeu o estado e a vida. Daí proveio a lenda de que Anteu, quando em terra firme, hauria forças de sua mãe, que era a Terra, mas Hércules, apercebendo-se disso, levantou-o, afastando-o da terra. Também são aduzidas as decisões modernas. Todos sabem que Fernando, rei de Nápoles[38], no seu tempo foi considerado príncipe sapientíssimo: dois anos antes de sua morte, correu notícia de que o rei de França, Carlos VIII, desejava atacá-lo; depois de fazer grandes preparativos, adoeceu, e, às portas da morte, entre outras recomendações que deixou a Alfonso, seu filho, estava a de esperar o inimigo dentro do reino, de não levar suas forças para fora de seu estado por coisa alguma do mundo, mas esperar que ele entrasse por inteiro em seus limites: o que não foi observado por Alfonso, que, mandando um exército para a Romanha, sem combater perdeu o exército e o estado.

Outras razões aduzidas por ambas as partes, além dessas, são: quem ataca vem com mais ímpeto do que quem espera, o que torna seu exército mais confiante; além disso, priva o inimigo da comodidade de valer-se de suas coisas, pois este não pode valer-se daqueles súditos que forem saqueados; e quem tem o inimigo em casa

38. Cf. *Discursos*, I, 40. [N. da R. T.]

é obrigado a ter mais escrúpulos em tirar dinheiro dos súditos e sobrecarregá-los, para não secar a fonte – como disse Aníbal – que lhe permite sustentar a guerra. Além disso, os soldados que se encontram em terras alheias têm mais necessidade de combater, e essa necessidade gera *virtù*, como várias vezes dissemos. Por outro lado, diz-se que quem espera o inimigo tem mais vantagens, porque, sem sofrer necessidades, pode impor a ele grande necessidade de vitualhas e de tudo aquilo de que um exército precisa: pode opor-se melhor aos seus desígnios, por conhecer melhor do que ele a região; pode ir ao seu encontro com mais forças, por poder uni-las todas com mais facilidade, e não poder afastá-las todas de casa; pode, em caso de derrota, recobrar-se facilmente, seja porque grande parte do exército se salva, por ter refúgios próximos, seja porque o suprimento não precisa vir de longe, de modo que arriscas todas as forças, mas não toda a fortuna; e quem se afasta arrisca toda a fortuna, mas não todas as forças. E houve até quem, para enfraquecer mais o inimigo, deixou-o, em várias batalhas, adentrar suas fronteiras e tomar várias praças-fortes: assim, o inimigo, deixando guarnições em todas elas, enfraquece seu exército, sendo possível depois combatê-lo mais facilmente.

Mas, para dizer agora o que penso, creio ser preciso fazer a seguinte distinção: ou se tem um território armado, como o tinham os romanos e o têm os suíços, ou se tem um território desarmado, como o tinham os cartagineses e têm agora o rei de França e os italianos[39]. Neste caso, é preciso manter o inimigo longe de casa; porque estando a tua força [*virtù*] no dinheiro, e não nos ho-

39. Isto é, se o povo é armado ou desarmado. [N. da R. T.]

mens, estarás perdido sempre que o acesso a ele te for dificultado, e nada o dificulta mais do que a guerra em casa. Exemplo disso são os cartagineses: estes, enquanto tiveram sua terra livre, puderam travar guerra contra os romanos usando suas rendas; e, quando sua terra foi atacada, não conseguiram resistir a Agátocles. Os florentinos não tinham remédio algum contra Castruccio de Lucca, porque este os atacava em casa; tanto que, para serem defendidos, precisaram entregar-se ao rei Roberto de Nápoles[40]. Mas, depois da morte de Castruccio, os mesmos florentinos tiveram coragem para atacar o duque de Milão em casa e arrebatar-lhe o reino: foi assim que demonstraram muita *virtù* nas guerras distantes e muita covardia nas achegadas. Mas, quando os reinos são armados, como era o caso de Roma e como é o dos suíços, tem mais dificuldades para vencê-los quem mais se aproxima deles: porque tais corpos podem unir mais forças para resistir a um assalto do que para assaltar os outros. E, nesse caso, não sou persuadido pela autoridade de Aníbal, porque era por paixão e interesse [*utile*] que ele dizia aquelas coisas a Antíoco. Pois, se os romanos, em tão breve espaço de tempo, tivessem sofrido na França as três derrotas que lhes foram impostas na Itália por Aníbal, sem dúvida estariam perdidos para sempre: porque não se teriam valido dos remanescentes dos seus exércitos, como se valeram na Itália; não teriam tido a mesma facilidade para recobrar-se nem poderiam ter resistido com as mesmas forças ao inimigo. Não consta que, para atacar alguma província, enviassem exércitos com mais de cinqüenta mil homens, mas, para defender sua

40. Cf. *Discursos*, II, 9. [N. da R. T.]

casa dos franceses, chegaram a armar um milhão e oitocentos mil, depois da primeira guerra púnica. E não poderiam tê-los vencido depois na Lombardia, como os venceram na Toscana; porque, contra número tão grande de inimigos, não poderiam ter levado tantas forças para tão longe nem poderiam ter combatido com a mesma comodidade. Os címbrios derrotaram um exército romano na Alemanha, e para isso os romanos não encontraram remédio. Mas, quando aqueles chegaram à Itália, e os romanos puderam reunir todas as suas forças, deram cabo deles. É fácil vencer os suíços fora de casa, pois não podem mandar mais de trinta ou quarenta mil homens para longe, mas vencê-los em casa, onde conseguem reunir cem mil, é dificílimo. Concluo, portanto, de novo, que o príncipe que tenha seus povos armados e ordenados para a guerra sempre deve esperar em casa uma guerra poderosa e perigosa, e não deve ir ao encontro dela; mas aquele que tem súditos desarmados e o povo desacostumado à guerra sempre deve afastar-se de casa o mais que puder. E, assim, ambos, cada um à sua maneira, se defenderão melhor.

13. Onde se diz que se passa da pequena à grande fortuna mais por meio da fraude do que da força

Considero que raramente, ou nunca, ocorre a alguém de pouca fortuna atingir alta posição sem uso de força e fraude, desde que tal posição não lhe tenha sido doada ou deixada por herança. E não creio que a força apenas baste, mas sempre se verá que a fraude apenas é suficiente, conforme descobrirá quem ler a vida de Filipe da Macedônia, a do siciliano Agátocles e a de muitos ou-

tros semelhantes, que, dotados de ínfima ou pequena fortuna, chegaram a reinos ou impérios grandiosos. Xenofonte mostra, na vida de Ciro, por ele escrita, a necessidade de enganar, considerando que a primeira expedição de Ciro contra o rei da Armênia está cheia de fraude, e que foi com o engano, e não com o uso da força, que ele ocupou aquele reino; por isso, não é outra a sua conclusão, senão a de que é necessário ao príncipe que queira fazer grandes coisas aprender a enganar. Além disso, Ciro fez que Ciaxares, rei dos medas e seu tio materno, fosse enganado de vários modos, com o que se mostra que, sem tal fraude, Ciro não poderia ter chegado à grandeza a que chegou. E não creio que se encontre jamais alguém que, de sua baixa fortuna, tenha atingido um grande império somente com a força franca e de maneira ingênua, mas sim por meio da fraude: foi o que fez Giovan Galeazzo[41] para arrebatar o estado e o império da Lombardia a seu tio Bernabò. E foi o que necessitaram fazer os príncipes quando começaram a expandir seus domínios, bem como as repúblicas, até que se tornassem poderosas e lhes bastasse apenas a força. E Roma, que de todos os modos, por sorte ou por escolha, sempre usou de todos os procedimentos necessários para chegar à grandeza, não deixou de usar esse também. E, em seus primórdios, não poderia ter usado de meios mais enganosos, conforme vimos acima[42], do que os usados para conseguir aliados; porque, com esse nome por disfarce, na verdade conseguiu servos: tal como

41. Gian Galeazzo Visconti, duque de Milão (1395-1402), que recebeu como dote da esposa o condado de Vertus, na França, denominando-se então "Conte di Virtù". [N. da T.]

42. Cf. *Discursos*, II, 4. [N. da R. T.]

o foram os latinos e outros povos que a rodeavam. Porque primeiro se valeu das armas deles para dominar os povos vizinhos e tornar-se um estado reputado, para, depois de os dominar, chegar a tal poderio que seria capaz de vencer qualquer um. E os latinos nunca se aperceberam de que viviam em servidão, a não ser depois de assistirem às duas derrotas dos samnitas e ao acordo a que estes foram submetidos. E essa vitória, assim como fez crescer a reputação dos romanos com os príncipes distantes, que por meio dela ouviram o nome romano, sem terem visto suas armas, também gerou inveja e suspeita naqueles que viam e ouviam as armas, entre os quais os latinos. E foi tanto o poder dessa inveja e desse temor, que conjuraram contra os romanos não só os latinos, mas também as colônias que eles tinham no Lácio, bem como os campanienses, estados esses que os romanos haviam defendido[43]. E os latinos incitaram essa guerra do modo como – conforme dissemos acima[44] – é movida a maior parte das guerras: defendendo os sidicinos contra os samnitas, e não atacando os romanos, pois os samnitas travavam guerra contra aqueles com licença dos romanos. E a prova de que os latinos começaram a guerra por terem percebido esse engano está em Tito Lívio, segundo quem o pretor latino Ânio Setino teria dito em assembléia deles: "Nam si etiam nunc sub umbra foederis aequi servitutem pati possumus"[45] etc. Vê-se, portanto, que os romanos, quando começaram a aumentar seus domínios, não deixaram de lançar mão nem mesmo da

43. Cf. Tito Lívio, VIII, 3. [N. da R. T.]

44. Cf. *Discursos*, II, 9. [N. da R. T.]

45. De fato, se mesmo agora podemos suportar a servidão sob a aparência de pacto justo (Tito Lívio, VIII, 4). [N. da T.]

fraude, que sempre foi necessária àqueles que quisessem ascender a altas posições começando de baixo, fraude que é menos vituperável quando é mais encoberta, como foi essa dos romanos.

14. Enganam-se muitas vezes os homens que crêem poder vencer a soberba com a humildade

Vê-se muitas vezes que a humildade não só não traz proveito como prejudica, sobretudo quando empregada com homens insolentes, que, por inveja ou outra razão, nutrem ódio por ti. Disso dá fé o nosso historiador quando fala dessa guerra entre romanos e latinos[46]. Porque, quando os samnitas se queixaram aos romanos de que os latinos os haviam atacado, os romanos não quiseram proibir que os latinos travassem tal guerra, pois não desejavam irritá-los: o que não só não deixou de irritá-los como também os tornou mais corajosos contra eles e levou-os a mostrar-se mais depressa como inimigos. E isso se infere das palavras usadas pelo citado pretor latino Ânio na mesma assembléia, quando ele diz: "Tentastis patientiam negando militem: quis dubitat exarsisse eos? Pertulerunt tamen hunc dolorem. Exercitus nos parare adversus Samnites, foederatos suos, audierunt, nec moverunt se ab urbe. Unde haec illis tanta modestia, nisi conscientia virium, et nostrarum et suarum?"[47] Fica bem

46. Tito Lívio, VIII, 2. [N. da R. T.]

47. Pusestes à prova a paciência deles negando-lhes soldados: quem duvida de que se encolerizaram? Suportaram até essa dor. Souberam que estávamos preparando nosso exército contra os samnitas, seus aliados, mas não saíram da cidade. De onde vem tanta moderação, senão da consciência das nossas forças e das deles? (*id.*, VIII, 4). [N. da T.]

claro, portanto, nesse texto, como a paciência dos romanos aumentou a arrogância dos latinos. Por isso, um príncipe nunca deve perder sua dignidade, e nunca deve ceder nada sem oposição, se quiser cedê-la com honra, a não ser quando pode retê-la ou crê que possa retê-la: porque, chegando a coisa a tal ponto que não seja possível entregá-la desse modo, quase sempre é melhor deixar que ela te seja arrancada pela força do que pelo medo da força. Porque, se a entregas por medo, tu o fazes para te livrares da guerra, e no mais das vezes não te livras dela, pois aquele a quem fizeste tal concessão com covardia evidente não ficará contente enquanto não te arrebatar as outras coisas, e mais se inflamará contra ti, por respeitar-te menos; por outro lado, verás que teus defensores se tornarão mais frios, por lhes parecer que és fraco ou covarde: mas se tu, tão logo descubras a vontade do adversário, preparares tuas forças, ainda que estas sejam inferiores às dele, ele começará a respeitar-te; e mais te respeitarão os outros príncipes que te cercam; e aqueles que, armados, te abandonariam e nunca te ajudariam passam a ter vontade de ajudar-te. Isso se aplica a quem tenha um só inimigo, mas se tiveres vários, sempre será prudente a decisão de entregar coisas que possuas a algum deles para reaver sua amizade, ainda que já declarada a guerra, e afastá-lo dos outros confederados, teus inimigos.

15. Os estados fracos são sempre irresolutos, e as deliberações lentas são sempre nocivas

Dentro da mesma matéria e ainda sobre o início da guerra entre latinos e romanos, pode-se notar que em

todas as assembléias [*ogni consulta*] é bom passar logo aos particulares da questão sobre a qual se deve deliberar, e não ficar sempre na irresolução nem manter-se na incerteza da coisa. É o que se vê claramente na assembléia que fizeram os latinos, quando pensavam em separar-se dos romanos. Porque os romanos, pressentindo esse humor maligno que se insinuava nos povos latinos, para certificar-se da coisa e para ver se conseguiam reaver a amizade daqueles povos sem ser preciso empunhar armas, mandou-lhes dizer que enviassem a Roma oito cidadãos seus para terem audiência com eles. Os latinos, ouvindo isso e tendo consciência de muitas coisas feitas contra a vontade dos romanos, reuniram-se em conselho para estabelecer quem deveria ir a Roma e ficar incumbido daquilo que ali deveria ser dito. E, em meio às disputas do conselho, Ânio, seu pretor, disse estas palavras: "Ad summam rerum nostrarum pertinere arbitror, ut cogitetis magis, quid agendum nobis, quam quid loquendum sit. Facile erit, explicatis consiliis, accommodare rebus verba."[48] Sem dúvida, tais palavras são muito verdadeiras e devem ser apreciadas por todos os príncipes e por todas as repúblicas: porque, quando há irresolução e incerteza sobre aquilo que queiramos fazer, não sabemos acomodar as palavras, mas, tomada uma decisão e deliberado aquilo que deve ser executado, é fácil encontrar as palavras. Referi-me a essa questão todas as vezes em que percebi que tal irresolução prejudicou as ações públicas, para dano e ver-

48. Considero pertinente aos nossos supremos interesses que penseis mais naquilo que devemos fazer do que naquilo que será preciso dizer. Tomadas as decisões, será mais fácil acomodar as palavras às coisas (Tito Lívio, VIII, 4). [N. da T.].

gonha da nossa república. E sempre ocorrerá que, nos casos mais duvidosos, em que é preciso coragem para deliberar, haverá tal irresolução todas as vezes em que os conselhos e as deliberações dependerem de homens fracos.

Não menos nocivas que as irresoluções são as deliberações lentas e tardias, sobretudo as que devem ser tomadas em favor de algum aliado; porque com a lentidão não se ajuda ninguém e obtém-se o próprio prejuízo. Essas deliberações lentas provêm ou da falta de coragem e de forças, ou então da maldade daqueles que devem deliberar, pois, movidos pela vontade de arruinar o estado ou de cumprir algum outro desejo seu, não permitem que se chegue a uma deliberação, e a impedem e atravancam. Porque os bons cidadãos, ainda que vejam o entusiasmo popular voltar-se para o lado pernicioso, nunca oporão obstáculo às deliberações, sobretudo acerca das coisas que não podem esperar. Depois da morte do tirano Jerônimo, de Siracusa, sendo grande a guerra entre cartagineses e romanos, os siracusanos discutiam se deviam ser fiéis à amizade romana ou à cartaginesa. E era tamanho o ardor das partes em disputa, que todos estavam irresolutos e não se chegava a decisão alguma: até que Apolônides, um dos mais insignes siracusanos, com um discurso cheio de prudência, mostrou que não deviam ser censurados os que defendiam a opinião de aderir aos romanos nem os que queriam ficar ao lado dos cartagineses, mas que era detestável aquela irresolução e demora em tomar a decisão, porque ele via naquela irresolução a ruína da república; mas, tomada a decisão, fosse ela qual fosse, seria de esperar algum bem. E Tito Lívio não poderia mostrar melhor do que nesse caso quan-

to é danoso ficar hesitante[49]. O que também é demonstrado naquele caso dos latinos, pois os lavinienses, ao serem procurados pelos latinos com pedido de ajuda contra os romanos, diferiram tanto a decisão que, quando acabavam de sair das portas da cidade com homens para lhes prestar socorro, chegou a notícia de que os latinos haviam sido derrotados. Foi quando Miliônio, seu pretor, disse: "Este pequeno caminho muito nos custará perante o povo romano. Porque, se tivessem decidido antes a ajudar ou a não ajudar os latinos, e não os ajudassem, não teriam irritado os romanos, e, se os ajudassem, e a ajuda chegasse a tempo, poderiam, com o reforço dado, levar os latinos à vitória; mas, adiando a decisão, acabaram por perder de todos os modos, como de fato ocorreu."[50] E, se os florentinos tivessem entendido esse texto, não teriam sofrido tantos danos nem enfrentado tantos aborrecimentos com os franceses como os que enfrentaram quando o rei Luís XII de França entrou na Itália para combater Ludovico, duque de Milão. Porque, ao tratar o seu ingresso na Itália, o rei buscou acordo com os florentinos: e os embaixadores enviados ao rei acordaram com ele que os florentinos permaneceriam neutros, e que o rei, entrando na Itália, deveria mantê-los no estado e dar-lhes proteção; foi dado o prazo de um mês à cidade para ratificar tal acordo. Tal ratificação foi retardada por aqueles que, com pouca prudência, favoreciam os interesses de Ludovico, até que, como a vitória do rei fosse certa, os florentinos quiseram ratificar o acordo; mas tal ratificação não foi aceita, pois ficou claro que os

49. Tito Lívio, XXIV, 28. [N. da R. T.]
50. *Id.*, VIII, 11. [N. da R. T.]

florentinos haviam sido forçados à aliança, que não a haviam feito por vontade própria. Isso custou muito dinheiro à cidade de Florença, e quase lhes causou a perda do estado, como doutra vez ocorreu por causas semelhantes. E tal decisão foi ainda mais danosa porque não aproveitou ao duque Ludovico, que, se tivesse vencido, teria dado mais mostras de inimizade contra os florentinos do que as dadas pelo rei. E embora noutro capítulo já se tenha falado do mal que tal fraqueza causa às repúblicas[51], mesmo assim, surgida uma nova ocasião, devido a um novo acontecimento, desejei repetir o que disse antes, por me parecer ser essa uma matéria digna de nota por parte das repúblicas semelhantes à nossa.

16. Quanto os soldados dos nossos tempos se afastam[52] das antigas ordenações[53]

A batalha mais importante de todas as guerras entre o povo romano e todas as nações foi a travada com os povos latinos, no consulado de Torquato e Décio. Porque, como é de supor, assim como os latinos se tornaram servos por a terem perdido, os romanos também se teriam tornado servos se não vencessem. E essa é a opinião de Tito Lívio, para quem ambos os lados tinham exércitos iguais em ordenação, *virtù*, obstinação e número, com a diferença de que os comandantes do exército romano foram mais virtuosos que os do exército latino. Fica-se também sabendo que, no decorrer dessa batalha, surgi-

51. Cf. *Discursos*, I, 38. [N. da R. T.]
52. *Si disformino*. [N. da R. T.]
53. Tito Lívio, VIII, 6-11. [N. da R. T.]

ram dois acontecimentos nunca antes ocorridos, e dos quais, depois, se têm raros exemplos: para manterem a bravura dos soldados e fazê-los continuar obedientes e decididos a combater, um dos cônsules matou-se, e o outro matou o próprio filho. A igualdade de que Tito Lívio fala entre aqueles exércitos consistia no fato de que, por terem combatido juntos por muito tempo, falavam a mesma língua, tinham a mesma ordenação e as mesmas armas, pois, ao ordenar a batalha, faziam tudo da mesma maneira; e as ordens e seus capitães tinham os mesmos títulos. Era, portanto, necessário que, havendo igualdade de forças e de *virtù*, algo de extraordinário acontecesse para firmar e tornar mais obstinados os ânimos de ambas as partes: obstinação na qual consiste a vitória, como doutras vezes se disse[54]; porque, enquanto ela dura no peito dos combatentes, os exércitos nunca debandam. E, por ter durado mais no peito dos romanos que no dos latinos, em parte pela sorte, em parte pela *virtù* dos cônsules, ocorreu que Torquato precisou matar o filho, e Décio teve de matar-se. Tito Lívio, ao falar dessa igualdade de forças, mostra toda a ordenação que os romanos mantinham nos exércitos e nas batalhas. Coisa que, por ser muito bem explicada por ele, aqui não repetirei, mas falarei apenas daquilo que julgo digno de nota e daquilo que, por ser negligenciado por todos os capitães de nossos tempos, tem causado grande desordem nos exércitos e nas batalhas. Digo, portanto, que do texto de Lívio se percebe que o exército romano tinha três divisões principais, que em toscano diríamos fileiras [*schiere*]; à primeira davam o nome de hastados; à segunda, de príncipes; à terceira, de triários; cada uma delas tinha seus

54. Cf. *Discursos*, I, 14 e 15. [N. da R. T.]

cavaleiros. Na ordenação para a batalha, punham os hastados na frente; em segundo lugar, em linha reta, atrás daqueles, punham os príncipes; em terceiro, também na mesma fila, os triários. Os cavaleiros de todas essas ordens eram postos à direita e à esquerda dessas três companhias; as fileiras dos cavaleiros, devido à forma que tinham e ao lugar onde ficavam, chamavam-se *alae* porque pareciam duas asas daquele corpo. A primeira fileira, dos hastados, que ficava na frente, era cerrada, para poder rechaçar o inimigo e resistir-lhe. A segunda fileira, de príncipes, por não ser a primeira a entrar em combate, mas por precisar reforçar a primeira, quando esta sofresse baixas ou fosse rechaçada, não era cerrada, porém mais rarefeita, de tal modo que pudesse acolher as primeiras fileiras, sem desordenar-se, sempre que aquelas, impelidas pelo inimigo, fossem obrigadas a recuar. A terceira fileira, dos triários, tinha as ordens ainda mais rarefeitas que a segunda, para poder acolher, em caso de necessidade, as duas primeiras fileiras, dos príncipes e dos hastados. Assim formadas, portanto, tais fileiras davam início à refrega: se os hastados eram rechaçados ou vencidos, retiravam-se para dentro dos espaços existentes nas ordens dos príncipes, e, todos unidos, fazendo de duas fileiras um só corpo, retomavam a peleja; se estes também fossem rechaçados, retiravam-se todos para os espaços existentes nas ordens dos triários; e as três juntas, tornando-se um só corpo, recomeçavam a refrega; e estes, em sendo vencidos, como já não podiam recompor-se, perdiam a batalha. E, como sempre que a última fileira dos triários entrava em ação o exército estava em perigo, surgiu o provérbio que dizia: "Res redacta est ad triarios"[55],

55. A coisa está reduzida aos triários. [N. da T.]

que, no uso toscano, significa "Noi abbiamo messa l'ultima posta"[56]. Os comandantes dos nossos tempos, assim como deixaram de usar todos os outros tipos de ordenação, e da antiga disciplina nada observam, também deixaram de observar essa parte, que não é de pouca importância: porque quem se ordena de tal forma que pode recompor-se três vezes durante uma batalha, para perder, precisará que a fortuna lhe seja inimiga três vezes e haverá de ter diante de si uma *virtù* capaz de vencê-lo três vezes. Mas quem só conta com um primeiro recontro, como ocorre hoje com todos os exércitos cristãos, pode facilmente perder; porque qualquer desordem, qualquer *virtù* mediana pode impedir sua vitória. Nossos exércitos não podem recompor-se três vezes porque já se esqueceram do modo de formação em que uma fileira acolhe a outra. Isso porque hoje em dia as batalhas são ordenadas segundo uma destas duas desordens: ou as fileiras são postas ombro a ombro, criando-se companhias largas de lado e curtas da frente para trás, o que as torna mais fracas, por haver poucos homens da frente à parte de trás, ou então, para torná-las mais fortes, compõem fileiras à imitação dos romanos, mas, se a primeira é vencida, como não há modo de ser acolhida pela segunda, todas se atropelam e se desbaratam sozinhas: porque, se a da frente é rechaçada, atropela a segunda; se a segunda quer avançar, é impedida pela primeira, e, da encontroada da primeira com a segunda e da segunda com a terceira, surge tanta confusão que, muitas vezes, um acontecimento mínimo põe a perder todo um exército. Os exércitos espanhóis e franceses, na batalha de Ravena, onde morreu o senhor de Fois, comandante

56. "Já fizemos a última aposta", ou jogamos a última cartada. [N. da T.]

dos exércitos de França (batalha que, considerando as dos nossos tempos, foi mui bem combatida), ordenaram-se num dos modos acima mencionados, ou seja, ambos os exércitos chegaram com seus homens ordenados ombro a ombro, de tal maneira que os dois tinham uma única frente, sendo muito maior o número de homens na largura do que da frente para trás. E isso sempre lhes ocorre quando estão em terreno amplo, como era o de Ravena, pois, sabendo da desordem que criam quando precisam retirar-se em fila, sempre que podem o evitam, criando uma frente larga, como dissemos; mas, quando o terreno é estreito, continuam na desordem acima descrita, sem pensarem no remédio. Com essa mesma desordem cavalgam pelo território inimigo, seja saqueando, seja em qualquer outra ação de guerra. E em Pisa, tanto em Santo Regolo quanto em qualquer outro lugar, quando os florentinos foram derrotados pelos pisanos, nos tempos da guerra que houve entre Florença e Pisa, devido à rebelião ocorrida depois da entrada do rei Carlos de França na Itália, a derrota dos florentinos a nada mais se deveu do que à cavalaria aliada: esta, que estava na frente e foi rechaçada pelos inimigos, atropelou a infantaria florentina, e esta desbaratou-se, motivo por que todo o restante dos homens entrou em debandada; e *messer* Ciriaco dal Borgo, antigo capitão das infantarias florentinas, afirmou em minha presença, diversas vezes, que nunca foi derrotado, a não ser pela cavalaria aliada. Os suíços, que são os mestres das guerras modernas, quando combatem com os franceses, têm, acima de tudo, o cuidado de avançar pelos lados, para que a cavalaria aliada, em caso de ser rechaçada, não os atropele. E embora pareça fácil entender tais coisas e mais fácil ainda fazê-las, ainda não se encontrou um só de nossos co-

mandantes contemporâneos que imite as antigas ordenações e corrija as modernas. E, embora ainda tenham o exército tripartido chamando uma parte de vanguarda, outra de companhia e outra de retaguarda, isso de nada lhes serve, a não ser para dar voz de comando nos alojamentos, mas, nas ações, raras são as vezes, como acima dissemos, em que não expõem todas essas divisões à mesma fortuna.

E, visto que muitos, para escusar-se da ignorância, alegam que a violência da artilharia não permite, em nosso tempo, o emprego de muitas das ordenações usadas pelos antigos, quero discutir essa matéria no próximo capítulo e examinar se a artilharia de fato impede a antiga *virtù*.

17. Do respeito que devem ter os exércitos do presente pela artilharia; e se a opinião geral que se tem sobre ela é verdadeira

Considerando, entre as coisas que foram ditas acima, quantas batalhas [*zuffe*] campais (chamadas em nossos tempos de *giornate*, segundo vocábulo francês[57], e de *fatti d'arme* pelos italianos) foram travadas pelos romanos em diversos tempos, chegou à minha consideração a opinião geral de que, se naqueles tempos existisse artilharia, não teria sido possível nem fácil aos romanos, como foi, conquistar províncias e sujeitar povos; tampouco teriam eles, de modo algum, feito conquistas tão extensas. Dizem também que, com as atuais armas [*instrumenti*] de fogo, os homens não podem usar nem demonstrar a *virtù* que demonstravam antigamente. E acres-

57. *Journée* (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 169).

centam uma terceira coisa: que hoje se travam batalhas com mais dificuldade que então e que não é possível observar nas batalhas aquelas ordenações daqueles tempos; e a guerra, com o tempo, se reduzirá à artilharia. E, considerando que não está fora de propósito discutir se tais opiniões são verdadeiras, se a força das artilharias aumentou ou diminuiu nos exércitos, bem como se com elas os bons comandantes têm ou deixam de ter ocasião de agir virtuosamente, começarei por falar sobre a primeira das opiniões: a de que os exércitos romanos antigos não teriam feito as conquistas que fizeram se naquele tempo houvesse artilharias. E, respondendo, digo que a guerra é feita para a defesa ou para o ataque, e é preciso antes examinar em qual desses dois tipos de guerra ela é mais útil ou mais danosa. E, embora se possa argumentar em favor das duas partes, creio que, sem comparação, causam mais dano a quem se defende do que a quem ataca. Porque quem se defende ou está dentro de uma praça-forte ou está em campo, dentro de uma estacada. Se dentro de uma praça-forte, esta pode ser pequena, como o é a maioria das fortalezas, ou grande: no primeiro caso, quem se defende está perdido, porque o ímpeto da artilharia é tal que não existe muralha, mesmo de grande espessura, que em poucos dias não seja por ela abatida; e quem estiver lá dentro, se não tiver bons lugares de refúgio, seja com fossos ou com anteparos, estará perdido; tampouco poderia resistir ao ímpeto do inimigo que quisesse depois entrar pela brecha aberta na muralha, e para tanto de nada lhe aproveitaria a artilharia que porventura tivesse, pois é de regra que, quando os homens podem atacar em massa e com ímpeto, a artilharia não os retém. Por isso não houve quem resistisse à fúria ultra-

montana[58] na defesa das praças-fortes: resistiu-se, sim, aos assaltos dos italianos, que não acorrem em massa, porém dispersos, às batalhas, que eles denominam, de modo muito apropriado, escaramuças[59]. E quem se dirigir com tal desordem e com tal frieza a uma brecha de muralha onde haja artilharia, estará correndo para a morte certa, e contra estes a artilharia presta; mas aqueles que se dirigirem à brecha em massa cerrada, empurrando-se, se não forem retidos por fossos ou anteparos, entrarão em qualquer lugar, e a artilharia não os reterá; e, ainda que morram alguns, não morrerão tantos que impeçam a vitória.

Que isso é verdade ficou claro em muitas expugnações levadas a cabo pelos ultramontanos na Itália, sobretudo na de Brescia: porque, quando aquela praça-forte se rebelou contra os franceses, estando a fortaleza ainda em poder do rei de França, os venezianos, para resistirem aos ataques que dela pudessem chegar à praça-forte, muniram toda a estrada que descia da fortaleza à cidade com bocas-de-fogo, que foram postas de frente, de lado e em todos os outros lugares oportunos. Delas o senhor de Fois não fez caso; aliás, ele, com seu esquadrão, apeado, passando pelo meio delas, ocupou a cidade, e nunca se soube que elas lhe tivessem causado algum dano memorável. De tal modo que quem se defender numa praça-forte pequena, como dissemos, se as muralhas forem derrubadas e não houver espaço para refugiar-se atrás de anteparos e fossos, se precisar confiar na artilharia, logo estará perdido. Se defenderes uma praça-forte grande e tiveres espaço para refugiar-te, mesmo assim não há dúvida de que a artilharia será mais útil a quem está fora do

58. Dos estrangeiros que transpunham os Alpes. [N. da T.]

59. *Scaramuccia* é diminutivo de *scherma* (esgrima). [N. da R. T.]

que a quem está dentro. Primeiro, porque, para que tua artilharia cause danos a quem está fora, precisarás elevar-te com ela do plano do chão, pois, se ficares no chão, qualquer pequeno talude ou anteparo que o inimigo faça o porá em segurança, e não poderás prejudicá-lo. No entanto, se tiveres de elevar-te e subir para a banqueta das muralhas, ou de qualquer modo elevar-te do chão, arranjarás duas dificuldades: a primeira é que não podes para ali levar a artilharia do porte e da força que pode ser usada por quem está fora, já que não se pode em pequenos espaços manejar coisas grandes; a outra é que, mesmo que as pudesses para ali levar, se quisesses defender a dita artilharia, não poderias fazer anteparos tão confiáveis e seguros quanto os que podem ser feitos por aqueles que estão fora, no chão, e com a comodidade e o espaço necessários: de tal modo que é impossível, a quem defende uma praça-forte, manter a artilharia nos lugares altos, quando os que estão fora têm artilharia pesada e poderosa; e, se for preciso mantê-la em lugares baixos, ela se tornará em boa parte inútil, como se disse. De tal modo que a defesa da cidade precisa ser feita apenas com a força dos braços, tal como se fazia antigamente, e com a artilharia ligeira; portanto, se da artilharia se extrai alguma utilidade, no que diz respeito a essa artilharia ligeira, enfrenta-se também muita incomodidade, que acaba por anular a comodidade da artilharia; porque, diante dela, as muralhas das praças-fortes se reduzem, tornando-se baixas e quase soterradas nos fossos, de tal modo que, quando se chega ao momento da refrega direta, seja por terem sido derrubadas as muralhas, seja por terem sido enchidos os fossos, quem está dentro sofre danos muito maiores do que sofriam os de antigamente. Por isso, como disse acima, esses instrumentos aproveitam muito mais a quem

sitia as praças-fortes do que a quem é sitiado. Quanto ao terceiro ponto, de, em campo, ficares dentro de uma estacada, para só entrares em batalha quando for de tua comodidade ou vantagem, digo que nessa parte, de ordinário, para te defenderes sem combater, não tens mais remédios do que tinham os antigos, e às vezes, por causa da artilharia, tuas vantagens são menores. Porque, se o inimigo investir contra ti e tiver um pouco de vantagem em relação ao terreno, como pode facilmente ocorrer, e se ele estiver em posição mais alta que a tua, ou, se quando chegar, ainda não tiveres feito os teus taludes e não estiveres bem protegido por eles, logo serás desalojado e, sem que possas opor remédio algum, serás forçado a sair da tua fortaleza e entrar em combate. Foi o que aconteceu aos espanhóis na batalha de Ravena; estes se entrincheiraram entre o rio Ronco e um talude, mas, como não fizeram os taludes de suficiente altura, e os franceses tinham um pouco de vantagem no terreno, os espanhóis foram obrigados pela artilharia francesa a sair de suas fortificações e a entrar em combate. Mas, se porventura – como deve ocorrer no mais das vezes – o lugar que ocupares for mais alto que o lugar em que se encontram aqueles que deves enfrentar, e se os teus taludes forem bons e seguros, de tal modo que, em vista do lugar e dos outros teus preparativos, o inimigo não ouse atacar-te, nesse caso ele recorrerá aos expedientes a que antigamente se recorria, quando alguém estava com o seu exército em posição que não permitia ataque: assaltar o território, pilhar ou sitiar as praças-fortes de teus aliados, impedir que os víveres cheguem até ti, para seres forçado por alguma necessidade a te desalojares e a entrares em combate; razão por que a artilharia, como abaixo se dirá, não ajuda muito. Considerando-se, portanto, os tipos de

guerra que os romanos travaram, e, vendo-se que travaram quase todas as suas guerras para atacar, e não para defender-se, será possível concluir que, sendo verdadeiras as coisas ditas acima, teria sido maior a vantagem deles, e mais rápidas teriam sido suas conquistas, se naquele tempo houvesse artilharia.

Quanto ao segundo ponto, de que os homens não podem mostrar sua *virtù*, como podiam mostrar antigamente, devido à artilharia, é verdade que, quando precisam expor-se, os homens dispersos correm mais perigos do que corriam os de então, quando precisavam escalar muralhas ou realizar ataques em que, não ajuntados, porém isoladamente, precisavam enfrentar-se. É verdade também que os capitães e comandantes dos exércitos estão mais expostos a perigo de morte que então, já que podem ser atingidos pela artilharia em qualquer lugar; e de pouco lhes adianta ficar nos últimos esquadrões e cercados de homens fortíssimos. No entanto, vê-se que qualquer um desses dois perigos raras vezes causa danos extraordinários, porque as praças-fortes bem protegidas não são escaladas, e ninguém as assalta com meios fracos; mas, quem as quiser expugnar recorrerá ao assédio, como antigamente se fazia. E, naquelas que podem ser expugnadas por meio de assalto, os perigos não são muito maiores do que eram então: porque naquele tempo também não faltavam, a quem defendia as praças-fortes, armas de arremesso, que, se não eram tão terríveis, produziam os mesmos efeitos ou semelhantes, em termos de mortandade de homens. Quanto à morte dos capitães e dos comandantes, há menos exemplos nos últimos vinte e quatro anos de guerras na Itália do que os houve num prazo de dez anos nos tempos antigos. Porque, desde o conde Ludovico della Mirandola, que morreu em Ferra-

ra, quando os venezianos, há poucos anos, atacaram aquela cidade, e desde o duque de Nemours, que morreu em Cerignola, até esta data, não se sabe que mais ninguém tenha morrido de artilharia; porque o senhor de Fois morreu em Ravena por ferro, e não por fogo. Tanto que, se os homens não demonstram particularmente a sua *virtù*, isso não se deve à artilharia, mas às más ordenações e à fraqueza dos exércitos, que, carecendo de *virtù* no todo, não podem mostrá-la nas partes.

Quanto à terceira alegação feita por tais pessoas, de que já não é possível vir às mãos e de que a guerra se baseará tão-somente na artilharia, digo que essa opinião é de todo falsa; e assim deverão pensar todos aqueles que quiserem pôr seus exércitos em ação de acordo com a antiga *virtù*. Porque quem quiser fazer um bom exército precisará utilizar exercícios simulados ou verdadeiros para acostumar seus homens a aproximar-se do inimigo, bater-se à espada e lutar corpo a corpo com ele; e deverá apoiar-se mais na infantaria do que na cavalaria, pelas razões que abaixo alegaremos. E, quando se apoiar na infantaria, do modo como acima dissemos, as artilharias se tornarão inúteis, porque, aproximando-se do inimigo, a infantaria poderá escapar aos tiros da artilharia com mais facilidade do que antigamente conseguiam escapar à investida dos elefantes, dos carros falcados[60] e de outros obstáculos inusitados, com que as infantarias romanas depararam e contra os quais sempre encontraram remédio; e ainda mais facilmente o teriam encontrado contra a artilharia, por ser mais curto o

60. Antigo carro de guerra munido de foices nas rodas e nas laterais. [N. da T.]

tempo durante o qual estas podem causar danos do que o tempo em que os elefantes e os carros falcados os causavam. Porque aqueles causavam desordem em meio à peleja, enquanto estas causam empeço somente antes dela, coisa de que a infantaria pode facilmente escapar, seja protegendo-se atrás dos acidentes do lugar, seja jogando-se ao chão quando atiram. E, por experiência, viu-se que isso também não é necessário, sobretudo para defender-se da artilharia pesada, que não se deixa regular muito bem, porque, ou dá tiro alto, e ali no alto não te encontra, ou dá tiro baixo, e não te atinge. E, quando os exércitos vêm às mãos, está mais claro que a luz que nem a artilharia pesada nem a ligeira podem ofender-te: porque, se quem cuida da artilharia estiver na frente, cairá em tuas mãos; se estiver atrás, atingirá seus amigos antes de atingir-te; se ao lado, mesmo assim não poderá ferir-te sem que consigas ir até ele, seguindo-se o mesmo efeito. E nisso não há muito que discutir; porque se conhece o exemplo dos suíços, que em Novara, no ano de 1513, sem artilharia e sem cavalaria, enfrentaram o exército francês, que estava munido de artilharia, dentro das suas fortalezas, e o venceram sem serem impedidos por ela. A razão disso é que, além daquilo que dissemos acima, a artilharia, para ser manejada, precisa da proteção de muralhas, fossos ou taludes, e, em faltando alguma dessas proteções, ela cai em mãos inimigas ou se torna inútil: é o que acontece quando é preciso defendê-la com homens, como nas batalhas campais. De flanco, não podem ser manejadas, a não ser do modo como os antigos empregavam as armas de arremesso, que eram postas fora dos quadros, para combaterem fora das ordens; e toda vez que eram rechaçadas pela cavalaria ou por outros, o seu

refúgio era atrás das legiões. Quem, ao contrário, dá muita importância à artilharia, não a entende bem e confia numa coisa que pode facilmente enganar. E, se o Turco, com sua artilharia, obteve vitória sobre o Sufi e o Sultão[61], isso não se deveu a nenhuma *virtù* desta, senão a de ter espavorido a cavalaria daqueles com o inusitado estrépito que fazia.

Concluo, portanto, chegando ao fim deste discurso, que a artilharia é útil a um exército desde que acompanhada pela antiga *virtù*; mas, sem esta, será de todo inútil contra um exército virtuoso.

18. De como, segundo a autoridade dos romanos e o exemplo da antiga milícia, se deve dar mais valor à infantaria do que à cavalaria

Com muitas razões e exemplos, é possível demonstrar claramente que os romanos, em todas as ações militares, davam mais valor à milícia a pé do que a cavalo, e que nela apoiavam todos os seus planos de ação; isso se vê por muitos exemplos, mas principalmente pela batalha que travaram com os latinos junto ao lago Regilo: como o exército romano já estivesse vacilante, para dar-lhe socorro ordenou-se que os homens descessem dos cavalos e lutassem a pé; desse modo, a refrega recomeçou, e os romanos alcançaram a vitória[62]. Por aí se vê claramente que os romanos confiaram mais em seus homens a pé do que a cavalo. Essa mesma medida foi tomada em muitas

61. O Turco: Salim I; Sufi: antigo título do xá da Pérsia; Sultão: sultão do Egito. [N. da T.]

62. Tito Lívio, II, 20. [N. da R. T.]

outras refregas, e nisso sempre encontraram ótimo remédio para os perigos.

E que a isso não se contraponha a opinião de Aníbal, que, na batalha de Canas, ao ver que os cônsules haviam mandado seus cavaleiros apear, escarneceu de semelhante medida, dizendo: "Quam mallem vinctos mihi traderent equites!", ou seja: "Preferia que os cavaleiros me fossem trazidos no laço."[63] Embora essa opinião tenha sido proferia por um homem tão insigne, se tivermos de dar crédito à autoridade, melhor seria crer numa república romana e em tantos insignes comandantes que nela existiram do que num Aníbal apenas. Ainda mais porque, mesmo sem autoridades, há para tanto razões bem claras, visto que a pé um homem pode ir a muitos lugares aos quais o cavalo não pode ir; também é possível ensinar o homem a observar a ordem e a recompô-la quando perturbada: à cavalaria é difícil impor a observação da ordem e impossível reordená-la quando perturbada. Além disso, assim como ocorre com os homens, há cavalos de pouco ânimo e outros de ânimo bastante: e muitas vezes um cavalo animoso é montado por um homem covarde, e um cavalo covarde por um homem animoso; e seja qual for a feição dessa disparidade, o que se segue é a inutilidade e a desordem. Uma infantaria ordenada pode facilmente vencer a cavalaria e dificilmente ser vencida por esta. E essa opinião é corroborada não só por muitos exemplos antigos e modernos, mas também pela autoridade daqueles que dão as regras das coisas civis, pois eles nos mostram que as guerras começaram a ser travadas com a cavalaria porque ainda não existia a ordem

63. Tito Lívio, XXII, 49. [N. da R. T.]

das infantarias, mas, assim que estas foram ordenadas, percebeu-se que eram muito mais úteis que aquela. Isso não quer dizer que a cavalaria não seja necessária aos exércitos, para realizar buscas, devastações e saques, para seguir o inimigo em fuga e para, em parte, fazer oposição à cavalaria inimiga; mas o fundamento e o nervo do exército, aquilo a que ele deve dar mais valor, é a infantaria.

E entre os pecados[64] dos príncipes italianos, que tornaram a Itália submissa aos estrangeiros, não há outro maior que o de prezar pouco essa ordem e voltar todos os seus cuidados à milícia a cavalo. Essa desordem vem da maldade dos comandantes e da ignorância dos homens que tinham estado. Porque, visto que, de vinte e cinco anos a esta data, a milícia italiana se reduziu a homens que não tinham estado, mas são como que comandantes de mercenários, estes logo pensaram nos modos de manter-se bem reputados, uma vez que estavam armados, e os príncipes, desarmados. E, visto que não podiam pagar continuamente um número grande de infantes, que não tinham súditos dos quais se valer, e que um pequeno número de homens não lhes daria reputação, decidiram sustentar a cavalaria, pois duzentos ou trezentos cavaleiros pagos a um *condottiere* mantinham-lhe a reputação, e o pagamento não era tão alto que não pudesse ser feito pelos homens que tinham estado. E, por ser isso mais fácil e dar-lhes mais reputação, transferiram toda a estima e a reputação da infantaria para a cavalaria, e cresceu tanto essa desordem que em qualquer grande exército a parte da infantaria era mínima. E esse uso,

64. Cf. *O príncipe*, 12. [N. da R. T.]

em conjunto com muitas outras desordens, tornou tão fraca a milícia italiana que a Itália foi facilmente subjugada por todos os ultramontanos. Observa-se com mais clareza o erro de dar mais apreço à cavalaria que à infantaria com outro exemplo romano. Os romanos sitiavam uma praça-forte em Sora[65] quando dela saiu uma turma de cavalaria para atacar o campo romano; foi-lhe então ao encontro o mestre dos cavaleiros romanos com a sua cavalaria, e, no embate, quis a sorte que no primeiro recontro morressem os comandantes de ambos os exércitos; ficando os outros sem governo, mas perdurando a refrega, os romanos, para vencerem mais facilmente o inimigo, apearam e obrigaram os cavaleiros inimigos a fazer o mesmo para defender-se, com o que os romanos conquistaram a vitória. Não pode haver exemplo melhor que esse para demonstrar que é maior a *virtù* da infantaria que a da cavalaria: porque, embora nas outras ações os cônsules tenham mandado os cavaleiros romanos apear para socorrer a infantaria que fraquejava e precisava de ajuda, neste caso eles não apearam para socorrer a infantaria nem para combater contra inimigos a pé, mas, combatendo montados contra uma cavalaria, acreditaram que, montados, não venceriam o inimigo, mas que poderiam fazê-lo mais facilmente apeados. Quero, portanto, concluir que uma infantaria ordenada não pode ser vencida sem grande dificuldade, a não ser por outra infantaria. Os romanos Crasso e Marco Antônio travaram, pelo domínio dos partos, muitas batalhas com pouquíssima cavalaria e muita infantaria, e tinham do outro lado a inumerável cavalaria dos partos. Crasso ali tombou, com parte do exér-

65. Na realidade, seria Satícula, cidade de Sâmnio (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 173).

cito; Marco Antônio saiu-se virtuosamente. No entanto, viu-se nessas ações romanas como a infantaria prevalecia à cavalaria: porque, mesmo estando em território amplo, onde eram raras as montanhas e raríssimos os rios, cujo mar estava distante e faltavam todas as comodidades, Marco Antônio, segundo juízo dos próprios partos, saiu-se virtuosamente, e toda a cavalaria dos partos não mais ousou atacar o seu exército. Se Crasso ali tombou, quem ler bem as suas ações verá como ele foi mais vítima do engano do que da força: pois, em todas as suas desordens, os partos jamais ousaram enfrentá-lo; aliás, rodeando-o sempre, impedindo que lhe chegassem víveres e fazendo promessas não cumpridas, reduziram-no à miséria extrema.

Acredito que me daria mais trabalho persuadir de que a *virtù* da infantaria é maior que a da cavalaria se não houvesse muitos exemplos modernos que me dão plena confirmação disso. Pois em Novara viu-se que nove mil suíços, conforme acima dissemos[66], enfrentaram dez mil cavaleiros e outros tantos infantes, vencendo-os: porque a cavalaria não os podia atacar, e os infantes, por serem na maioria gascões e mal ordenados, eram pouco prezados. Também se sabe que vinte e seis mil suíços combateram em Milão contra Francisco, rei de França, que trazia consigo vinte mil cavaleiros, quarenta mil infantes e cem carretas de artilharia, e, embora não tenham vencido a batalha como em Novara, combateram dois dias virtuosamente e depois, apesar da derrota, metade salvou-se. Marcos Régulo Atílio tentou, com sua infantaria, resistir não só à cavalaria, mas também aos elefantes, e, se seu intento não teve bom êxito, não foi por

66. Cf. *Discursos*, II, 17. [N. da R. T.]

falta de *virtù* de sua infantaria e porque ele não confiasse tanto nela que acreditasse vencer aquela dificuldade. Repito, portanto, que, para vencer infantes ordenados, é preciso opor-lhes infantes mais bem ordenados, caso contrário, a derrota será inevitável. Nos tempos de Filippo Visconti, duque de Milão, a Lombardia foi invadida por cerca de dezesseis mil suíços; o duque enviou ao encontro deles Carmignuola[67], que era então seu capitão, com cerca de mil cavaleiros e poucos infantes. Carmignuola, não conhecendo a ordenação de combate dos suíços, foi ao seu encontro com a cavalaria, supondo que poderia derrotá-los depressa. Mas, achando-os invencíveis, depois de perder muitos de seus homens bateu em retirada; e, sendo homem muito valoroso e sabendo nos novos acontecimentos tomar novas decisões, recompôs seus homens e voltou para encontrá-los; e, enquanto eles vinham ao seu encontro, mandou que todos os seus cavaleiros apeassem e, pondo-os à frente de sua infantaria, atacou os suíços. Estes não puderam escapar, porque, estando a pé e bem armados, os cavaleiros de Carmignuola conseguiram facilmente penetrar ilesos entre as ordens dos suíços e, depois de lá penetrarem, conseguiram facilmente impor-lhes danos, de tal modo que, do grande número de suíços, sobrou viva apenas a parte que Carmignuola poupou por humanidade.

Acredito que muitos saibam dessa diferença de *virtù* que há entre entre uma e outra dessas ordenações[68], mas é tanta a infelicidade destes tempos que nem os exemplos antigos e modernos nem a confissão dos erros são

67. Francesco Bussone Carmagnola (1385-1432), que foi *condottiere* de Filippo Maria Visconti. [N. da T.]

68. A antiga e a moderna [N. da R. T.]

suficientes para fazer que os príncipes modernos se apercebam e pensem que, para dar boa reputação à milícia duma província ou dum estado, é preciso ressuscitar essas ordenações, tê-las em vista, dar-lhes reputação, dar-lhes vida, para que elas lhe devolvam vida e reputação. E, assim como não observam tais modos, não observam outros, de que acima falamos, donde deriva que suas conquistas causam dano ao estado, e não grandeza, como abaixo veremos.

19. Por que as conquistas das repúblicas que não são bem-ordenadas, que não procedem de acordo com a virtù *romana, lhes servem de ruína, e não de exaltação*

Essas opiniões contrárias à verdade, fundadas nos maus exemplos introduzidos por estes nossos séculos corrompidos, fazem que os homens não pensem em afastar-se dos costumes que têm. Como se poderia convencer um italiano, de há trinta anos, que dez mil infantes, numa planície, podem atacar dez mil cavaleiros e outros tantos infantes, e não só entrar em combate com eles, mas também vencê-los, como se viu no exemplo de Novara, por nós citado várias vezes? E, embora as histórias estejam repletas desses exemplos, eles não nos teriam dado fé; e, se dessem, teriam dito que em nossos tempos as armas são melhores, e que um esquadrão da cavalaria pesada seria capaz de despedaçar uma rocha, quanto mais uma infantaria: e assim, com essas falsas escusas, seu juízo se corrompia; e não pensariam que Lúculo, com poucos infantes, derrotou cento e cinqüenta mil cavaleiros de Tigranes, e que entre estes havia uma espécie de cavalaria de

todo semelhante à nossa cavalaria pesada; como tampouco pensariam que essa falácia foi posta a descoberto pelo exemplo dos ultramontanos. E, assim como se vê que é verdade tudo o que as histórias contam sobre a infantaria, também deveríamos acreditar na verdade e na utilidade de todas as outras antigas ordenações. E, caso se acreditasse nisso, as repúblicas e os príncipes errariam menos; seriam mais fortes para enfrentar os ataques que sofressem; não depositariam esperanças na fuga; e aqueles que tivessem uma vida civil nas mãos saberiam conduzi-la melhor, seja para ampliar seus domínios, seja para mantê-los; e acreditariam que o verdadeiro caminho para engrandecer uma república e conquistar um império estaria no crescimento da cidade em habitantes, na formação de aliados, e não de súditos, na criação de colônias para vigiar as terras conquistadas, no maior proveito extraído das presas de guerra, na subjugação do inimigo com correrias e batalhas, e não com assédios, na manutenção da riqueza do público e da pobreza dos bens privados, bem como no supremo empenho nos exercícios militares. E, ainda que esse modo do ampliar não lhes agradasse, pensariam que as conquistas por qualquer outro meio representam a ruína das repúblicas, e poriam cobro a todas as ambições, regulando bem a sua cidade dentro das leis e dos costumes, proibindo as conquistas e pensando somente na defesa, mantendo-as bem constituídas, como fazem as repúblicas da Alemanha, que desse modo vivem e viveram livres de há certo tempo.

No entanto, como disse doutra vez[69], quando discorri sobre a diferença que existe entre ordenar-se para conquistar e ordenar-se para manter, é impossível uma re-

69. Cf. *Discursos*, I, 6. [N. da R. T.]

pública permanecer quieta, gozando sua liberdade e seus poucos territórios, porque, mesmo que não moleste ninguém, será molestada; e, ao ser molestada, nascer-lhe-á a vontade e a necessidade de conquistar; e mesmo que não tenha inimigos fora, tê-los-á em casa, como parece inevitável a todas as grandes cidades. E, se as repúblicas da Alemanha conseguem viver desse modo e duram há já certo tempo, isso decorre de certas condições que existem naquele país e não existem noutros, condições sem as quais não poderiam manter semelhante modo de vida.

Aquela parte da Alemanha de que falo estava submetida ao Império Romano como a França e a Espanha, mas, entrando depois tal Império em declínio e decaindo o seu nome em toda aquela província, suas cidades mais poderosas, dependendo da pusilanimidade [*viltà*] ou da necessidade dos imperadores, começaram a libertar-se, pagando resgate ao Império e reservando-lhe um pequeno tributo anual; até que, aos poucos, todas as cidades que estavam imediatamente submetidas ao imperador e não estavam sujeitas a nenhum príncipe foram libertando-se de modo semelhante. Ocorreu, naqueles mesmos tempos em que tais cidades se libertavam, que certas comunidades submetidas ao duque da Áustria se rebelaram; entre elas estava Friburgo, os suíços e semelhantes; estas, prosperando no princípio, foram aos poucos aumentando tanto que não voltaram a viver sob o jugo da Áustria e causam temor a todos os vizinhos: são os chamados suíços. Essa província, portanto, está dividida em suíços, repúblicas que se chamam terras francas, principados e impérios. E a razão de, apesar de tantas diversidades de vida, não surgirem guerras, ou, em surgindo, não durarem muito, é a insígnia do imperador, que,

mesmo não tendo forças, tem entre o povo tanta reputação que é um conciliador e, com sua autoridade, interpondo-se como mediador, logo extingue qualquer controvérsia. E as maiores e as mais longas guerras já havidas foram as ocorridas entre os suíços e o duque da Áustria: e, embora há muitos anos o imperador e o duque da Áustria sejam uma mesma coisa, nem por isso conseguiu sobrepujar a audácia dos suíços, com os quais nunca houve modo de acordo senão pela força. E o restante da Alemanha não lhe tem prestado muita ajuda, seja porque as comunidades não desejam ofender quem queira viver livre como elas, seja porque aqueles príncipes ou não podem ajudar, por serem pobres, ou não o desejam, por terem inveja do seu poder[70]. Aquelas comunidades, portanto, conseguem viver contentes com o pequeno domínio que têm, por não terem motivos, no que respeita à autoridade imperial, de desejar domínio maior: podem viver unidas dentro de seus muros, por estar próximo o inimigo, que se aproveitaria da ocasião de ocupá-las, se porventura surgisse discórdia entre elas. Pois, se aquela província vivesse em outras condições, precisaria procurar ampliar seus domínios e deixar de viver em paz [*quiète*]. E, como alhures não há tais condições, não se pode assumir esse modo de viver, e é preciso ampliar por meio de ligas, ou fazê-lo como faziam os romanos. E quem se governa de outra maneira não procura a sua vida, mas a morte e a ruína, pois nesse caso as conquistas são danosas de mil modos e por muitas razões, porque é possível obter império, sem por isso obter forças; e quem obtém império sem forças, em conjunto, arruína-se. E não

70. Da casa de Habsburgo. [N. da R. T.]

pode conquistar forças quem empobrece com as guerras, ainda que saia vitorioso, pois gasta mais com as conquistas que do aquilo que delas extrai: como ocorreu com os venezianos e os florentinos, que ficaram muito mais fracos depois da conquista da Lombardia, por um, e da Toscana, por outro, do que eram quando um se contentava com o mar, e o outro com seis milhas de território. Porque tudo proveio de terem desejado conquistar, mas de não terem sabido como fazê-lo: e mais reprovação merecem e menos desculpas têm porque, conhecendo o modo como os romanos fizeram tais coisas, poderiam ter seguido o exemplo deles, ao passo que os romanos, sem exemplo algum e apenas guiados pela prudência, souberam descobrir tais coisas por si mesmos. Ademais, as conquistas muitas vezes causam danos não pequenos a repúblicas bem-ordenadas, quando é conquistada uma cidade ou uma província cheia de luxos [*delizie*], e é possível adquirir os costumes do lugar por meio do convívio que se tenha com a gente de lá: foi o que ocorreu primeiro a Roma, com a conquista de Cápua, e depois a Aníbal. E, se Cápua estivesse mais distante da cidade, e para os erros dos soldados não estivesse próximo o remédio, ou se Roma estivesse de algum modo corrompida, sem dúvida aquela conquista teria sido ruinosa para a república romana. E Tito Lívio dá fé disso com estas palavras: "Iam tunc minime salubris militari disciplinae Capua, instrumentum omnium voluptatum, delinitos militum animos avertit a memoria patriae."[71] E, de fato, semelhantes cidades ou províncias vingam-se do vencedor sem batalhas

71. Desde então, Cápua mostrou-se pouco saudável para a disciplina militar, instrumento de todo tipo de volúpia, e afastou a lembrança da pátria do espírito seduzido dos soldados (Tito Lívio, VII, 38). [N. da T.]

e sem sangue, porque, insinuando neles os seus maus costumes, expõem-nos a ser derrotados por qualquer um que os ataque. E Juvenal, em suas sátiras, não poderia ter considerado melhor essa parte, ao dizer que, com as conquistas de terras estranhas, estranhos costumes haviam penetrado no peito dos romanos; e, ao invés da parcimônia e de outras excelentes *virtù*, "gula et luxuria incubuit, victumque ulciscitur orbem"[72]. Se, portanto, a conquista houve de ser perniciosa aos romanos nos tempos em que eles procediam com tanta prudência e tanta *virtù*, que haverá de ser daqueles que procedem de modos tão diferentes e que, além dos outros erros que cometem, sobre os quais falamos bastante acima, se valem de soldados mercenários ou auxiliares? Daí lhes provêm freqüentemente os danos a que faremos menção no próximo capítulo.

20. Que perigo corre o príncipe ou a república que se valha de milícia auxiliar ou mercenária

Se eu não tivesse tratado longamente, em outra obra[73], da inutilidade da milícia mercenária e auxiliar e da grande utilidade da milícia própria, estender-me-ia neste discurso bem mais do que o farei; mas, como já falei muito sobre o assunto em outro lugar, aqui serei breve. Não me pareceu, contudo, oportuno deixar de tratar do assunto, visto que em Tito Lívio se encontram tantos exemplos de soldados auxiliares, pois são auxiliares os sol-

72. A gula e a luxúria impuseram-se e vingaram o mundo vencido. [N. da T.]

73. *O príncipe*, 12 e 13 (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 177).

dados que um príncipe ou uma república te envia, para ajudar-te, capitaneados e pagos por eles. E, voltando ao texto de Tito Lívio[74], digo que os romanos, depois de terem derrotado dois exércitos dos samnitas em dois lugares diferentes – usando seus próprios exércitos, que haviam sido enviados para socorrer os capuanos, livrando assim estes últimos da guerra que lhes fora declarada pelos samnitas –, ao desejarem voltar para Roma, não querendo que os capuanos ficassem desprovidos de guarnições e se tornassem de novo presa fácil dos samnitas, deixaram em Cápua duas legiões para defendê-los. Tais legiões[75], vivendo no ócio, começaram a apreciá-lo tanto que, esquecendo-se da pátria e da reverência ao senado, tiveram a idéia de tomar as armas e assenhorear-se daquelas terras que com sua *virtù* haviam defendido, pois achavam que os seus habitantes não eram dignos de possuir aqueles bens que não sabiam defender. Desígnios estes que, chegando ao conhecimento dos romanos, foram por estes debelados e corrigidos, do modo como mostraremos amplamente quando falarmos das conjurações[76]. Digo, portanto, de novo, que de todas as espécies de soldados, os auxiliares são os mais danosos: porque o príncipe ou a república que os emprega como ajuda não tem autoridade alguma sobre eles, pois só tem autoridade quem os manda. Porque são auxiliares os soldados que te são mandados por um príncipe, como disse, sob o comando de seus capitães, sob suas insígnias e pagos por ele, como foi aquele exército que os romanos mandaram para Cápua. Tais soldados, obtida a vitória, no mais das

74. Tito Lívio, VII, 32. [N. da R. T.]
75. *Id.*, VII, 38-41. [N. da R. T.]
76. Cf. *Discursos*, III, 6. [N. da R. T.]

vezes pilham tanto quem os conduziu quanto aquele contra quem foram conduzidos; e o fazem quer por maldade do príncipe que os manda, quer por ambição própria. E, embora não fosse intenção dos romanos romper o acordo e as convenções que haviam firmado com os capuanos, àqueles soldados pareceu ser tão grande a facilidade de submetê-los que se convenceram de que podiam arrebatar a cidade e o estado aos capuanos. Seria possível dar muitos exemplos de tais coisas, mas bastam-me esse e o dos regienses[77], que perderam a vida e a cidade por obra de uma legião que os romanos haviam lá deixado para guardá-los. Portanto, um príncipe ou uma república deve preferir qualquer outra medida ao recurso de levar para seu estado, para a sua defesa, milícias auxiliares, sempre que for preciso confiar nelas inteiramente; porque qualquer pacto, qualquer convenção com o inimigo, por mais duros que sejam, serão mais leves do que tal recurso. E, se forem bem lidas as coisas passadas e bem consideradas as presentes, ver-se-á que, para cada um que obteve bons resultados, há um número infinito de enganados. E um príncipe ou uma república de grande ambição não encontra melhor ocasião para ocupar uma cidade ou uma província do que quando lhe pedem que mande exércitos seus para defendê-la. Portanto, quem é tão ambicioso que pede tais ajudas, não só para defender-se mas também para atacar os outros, está procurando conquistar aquilo que não pode conservar, podendo ser facilmente privado de tais coisas por aquele que as conquistou. Mas é tão grande a ambição do homem que, para realizar um desejo presente, ele não pensa no mal que daquilo em

77. De Reggio Calabria (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 178).

breve lhe advirá. Tampouco os persuadem os antigos exemplos, tanto nestas coisas como nas outras aqui consideradas; porque, se tais exemplos o persuadissem, veria que, quanto mais liberalidade ele mostrar para com os vizinhos e quanto menos pensar em ocupar suas terras, mais eles se jogarão em seus braços, como abaixo mostraremos, com o exemplo dos capuanos.

21. O primeiro pretor enviado pelos romanos a qualquer lugar foi o pretor que mandaram a Cápua, quatrocentos anos depois que começaram a guerrear[78]

Já discorremos bastante acima sobre a grande diferença observada, no modo de proceder quanto à conquista, entre os romanos e aqueles que, no presente, ampliam sua jurisdição; vimos que os romanos não destruíam as cidades e as deixavam viver com suas próprias leis, mesmo aquelas que se lhes rendiam como súditas, e não como aliadas; e nelas não deixavam nenhum sinal de poder do povo romano, mas as obrigavam a algumas condições, que, se observadas, permitiam-lhes conservar o estado e a dignidade. E sabe-se que mantiveram tais modos até que saíssem da Itália e começassem a transformar reinos e estados em províncias[79].

É um exemplo muito claro disso que o primeiro pretor jamais enviado por eles a algum lugar foi o pretor enviado a Cápua, e o fizeram não por ambição, mas para

78. Tito Lívio, IX, 20. [N. da R. T.]

79. Territórios conquistados que eram submetidos ao governo de Roma (Cf. Capata, *op. cit.*, p. 179).

atender ao pedido dos capuanos, que, vivendo em discórdia, julgaram ser necessário ter dentro da cidade um cidadão romano que os reordenasse e reunisse. Diante desse exemplo, os anciates, movidos e coagidos pela mesma necessidade, pediram também um prefeito; e Tito Lívio diz, sobre tal acontecimento e sobre esse novo modo de governar, "quod jam non solum arma, sed iura romana pollebant"[80]. Percebe-se, portanto, até que ponto esse modo facilitou o aumento dos domínios romanos. Porque as cidades, sobretudo as habituadas a viver livres ou a ser governadas por seus próprios cidadãos, ficam mais tranqüilas e contentes sob um domínio que não vêem, ainda que este lhes imponha algum gravame, do que sob o domínio que vêem todos os dias, parecendo-lhes que todos os dias lhes é reprovada a servidão. O príncipe[81], além dessa vantagem, terá outra: é que, não estando nas mãos de seus ministros os julgamentos e as magistraturas que exercem o direito civil ou criminal em tais cidades, nunca haverá de surgir nenhuma sentença que implique exprobração ou infâmia para ele: por esse motivo, ele se poupa de várias ocasiões para calúnias e ódios. E a prova de que isso é verdade pode ser vista em exemplo recente, na Itália, além dos exemplos antigos que poderiam ser aduzidos. Porque, como todos sabem, Gênova foi várias vezes ocupada pelos franceses, e o rei de França sempre para lá mandou um governador francês para governar em seu nome, exceto nos tempos presentes. Nos últimos tempos, não por escolha do rei, mas porque assim determinou a necessidade, ele tem deixado que aquela

80. Porque já então não se impunham apenas as armas, mas também as leis romanas. [N. da T.]

81. A potência dominante. [N. da R. T.]

cidade se governe por si mesma, por um governador genovês. E, sem dúvida, quem procurar saber qual desses dois modos de proceder dá mais segurança ao rei, em seu domínio sobre a cidade, e mais contentamento ao seu povo, aprovará este último modo. Além disso, os homens se jogam em teus braços com mais vontade quanto mais pareças desinteressado de ocupá-los; e temem-te menos no que respeita à sua liberdade, quanto mais humano e afável fores com eles. Afabilidade e liberalidade que fizeram os capuanos correr a pedir um pretor aos romanos: pois, se os romanos tivessem demonstrado a mínima vontade de mandá-lo, aqueles logo se sentiriam enciumados e se afastariam dos romanos. Mas que necessidade há de ir buscar exemplos em Cápua e em Roma, se os temos em Florença e na Toscana? Todos sabem há quanto tempo a cidade de Pistóia vive voluntariamente sob o domínio florentino. Todos sabem também quanta inimizade houve entre florentinos, pisanos, lucanos e seneses: e essa diversidade de ânimo não nasceu porque os pistorienses não prezem sua liberdade como os outros e não se considerem tanto quanto os outros, mas sim porque os florentinos sempre se portaram com eles como irmãos, e com os outros como inimigos. Por isso, os pistorienses se submeteram de bom grado ao seu domínio: os outros sempre fizeram e continuam fazendo de tudo para evitá-lo. E, sem dúvida, se os florentinos, por meio de ligas ou de ajudas, tivessem domesticado, e não enfurecido, os seus vizinhos, a esta hora seriam senhores da Toscana. Nem por isso me parece que não devam ser usadas as armas e a força, mas sim que estas devem ser usadas em último lugar, onde e quando os outros modos não forem suficientes.

22. De como são muitas vezes falsas as opiniões dos homens, ao julgarem certas coisas importantes[82]

Todo aquele que é testemunha das deliberações dos homens pode ver como muitas vezes são falsas as suas opiniões, pois, se tais deliberações não forem tomadas por homens excelentes, muitas vezes serão contrárias à verdade. E, como os homens excelentes, nas repúblicas corrompidas, sobretudo em tempos de paz, são tratados como inimigos, seja por inveja, seja por outras razões de ambição, todos se guiam por aquele que o engano geral induz a considerar bom, ou por aquele que é apresentado por homens mais desejosos de favores pessoais do que do bem geral. E tal engano depois se revela em tempos difíceis, quando, por necessidade, se recorre àqueles que nos tempos de paz haviam sido quase esquecidos: conforme se discorrerá longamente no seu devido lugar[83]. Também há acontecimentos com os quais facilmente se enganam os homens que não têm grande experiência das coisas, visto que tais acontecimentos trazem em si tão grande semelhança com a verdade que são capazes de levar os homens à persuasão. Dizemos tais coisas a respeito daquilo de que o pretor Numício persuadiu os latinos, depois que estes foram vencidos pelos romanos, e daquilo que, há poucos anos, muitas pessoas tinham por verdadeiro, quando Francisco I de França veio para conquistar Milão, que era defendida pelos suíços. Digo, portanto, que, depois da morte de Luís XII, sucedeu-lhe no reino de França Francisco de Angoulême, que, desejando retomar o ducado de Milão, que poucos anos antes fora ocupado pelos suíços

82. Tito Lívio, VIII, 11. [N. da R. T.]
83. Cf. *Discursos*, III, 16. [N. da R. T.]

com a ajuda do papa Júlio II, queria poder contar, na Itália, com ajuda que lhe facilitasse a empresa; e, além dos venezianos, cuja aliança Luís XII havia conseguido, tentava acordo com os florentinos e com o papa Leão X, pois acreditava que sua empresa seria mais fácil se ele granjeasse os favores destes últimos, uma vez que havia homens do rei de Espanha na Lombardia e outras forças do imperador em Verona. O papa Leão X não cedeu à vontade do rei, mas foi convencido por seus conselheiros (segundo se disse) a manter-se neutro: mostraram-lhe que com tal conduta encontraria a vitória certa, porque para a Igreja não convinha que nenhum dos dois – nem o rei, nem os suíços – se tornasse poderoso na Itália, e, para devolver-lhe a antiga liberdade, era necessário livrá-la da servidão a ambos. E, como não era possível vencer os dois, fosse um por vez ou os dois juntos, convinha que um sobrepujasse o outro e que a Igreja, com os seus aliados, atacasse, depois, aquele que se saísse vencedor. E era impossível encontrar melhor ocasião do que aquela que se apresentava, visto que ambos estavam em campo e as forças do papa estavam em condições de representá-lo nas fronteiras da Lombardia, nas proximidades de ambos os exércitos, a pretexto de guardar as suas propriedades, podendo ali ficar até que travassem batalha – que deveria ser sangrenta para ambas as partes, em vista da *virtù* de ambos os exércitos –, cujo vencedor sairia tão debilitado que o papa poderia facilmente atacá-lo e derrotá-lo; desse modo, ele se tornaria gloriosamente senhor da Lombardia e árbitro de toda a Itália. A prova da falsidade dessa opinião está no modo como as coisas decorreram: porque, depois que os suíços foram vencidos em longa peleja, os homens do papa e da Espanha não

pensaram em atacar os vencedores, mas prepararam-se para fugir; e nem isso teriam conseguido, não fosse a humanidade ou a irresolução do rei, que não procurou a segunda vitória, mas contentou-se em fazer acordo com a Igreja.

Nessa opinião, há certas razões que parecem verdadeiras de longe, mas são de todo alheias à verdade. Porque raras vezes o vencedor perde muitos soldados, pois os soldados dos vencedores morrem em batalha, não em fuga; e no calor da peleja, quando os homens estão frente a frente, caem poucos, sobretudo porque, na maioria das vezes, ela dura pouco tempo; e mesmo que dure muito e morram muitos soldados dos vencedores, a reputação ensejada pela vitória e o terror que esta inspira são tão grandes que compensam em muito o dano proveniente da morte dos soldados. Assim, o exército que fosse lutar com os vitoriosos, achando que estes estariam debilitados, seria vítima de um engano, se já não fosse capaz de combatê-los em qualquer momento, antes ou depois da vitória. Nesse caso, dependendo da sua fortuna e *virtù*, tal exército poderia vencer ou perder, mas aquele que tivesse lutado antes e tivesse vencido teria mais vantagem que ele. E sabe-se disso com certeza pela experiência dos latinos, pela falácia em que incidiu Numício e pelos danos acarretados aos povos que nele acreditaram, porque, depois que os romanos venceram os latinos, ele bradava por todo o Lácio que estava na hora de atacar os romanos, pois estes estavam debilitados pela batalha travada com eles e só tinham ficado com o nome da vitória, pois haviam sofrido todos os outros danos, como se fossem os derrotados; e, assim, qualquer força, mesmo pequena, com que de novo os assaltassem seria capaz de exter-

miná-los. Por isso, os povos que nele acreditaram fizeram novo exército e logo foram derrotados, sofrendo os danos que sofrerão sempre todos os que defenderem semelhante opinião.

23. De como os romanos, ao julgarem os súditos por algum acontecimento que exigisse tal julgamento, fugiam ao caminho do meio

"Iam Latio is status erat rerum, ut neque pacem neque bellum pati possent."[84] De todos os estados infelizes, o mais infeliz é aquele de um príncipe ou de uma república que se encontra em tal condição que não pode viver em paz nem sustentar uma guerra: a tal condição reduzem-se aqueles que são demasiadamente prejudicados pelas condições de paz; por outro lado, se quiserem entrar em guerra, precisarão cair nas garras de quem os ajude ou nas do inimigo. E a tais condições chega quem, em virtude das más deliberações e das más decisões, não mede bem as próprias forças, como acima dissemos[85]. Porque a república ou o príncipe que as medir bem dificilmente chegará à condição a que chegaram os latinos, que, quando não deviam fazer acordo com os romanos, fizeram; e quando não deviam guerrear com eles, guerrearam: e assim fizeram tudo de tal modo que tanto a inimizade quanto a amizade dos romanos lhes foi igualmente danosa. Os latinos foram vencidos e completamente desbaratados, primeiro por Mânlio Torquato e depois por Camilo: este,

84. O Lácio estava então em tal estado que não podia suportar nem a paz nem a guerra (Tito Lívio, VIII, 13). [N. da T.]

85. Cf. *Discursos*, II, 10. [N. da R. T.]

obrigando-os a render-se e a cair nas mãos dos romanos, depois de pôr guarnições em todas as praças-fortes do Lácio e de tomar todos os reféns, voltando a Roma, relatou ao senado que todo o Lácio estava nas mãos do povo romano. E aqui quero repetir as palavras de Tito Lívio, que ele atribui a Camilo, por se tratar de juízo notável, que merece ser observado e imitado pelos príncipes quando ocasiões semelhantes lhes são dadas; tais palavras dão fé do modo como os romanos se conduziam ao ampliar seus domínios e do fato de que, nas decisões de estado, eles sempre fugiram ao caminho do meio, preferindo os extremos. Porque governar nada mais é que manter os súditos de tal modo que não possam nem devam atacar-te: isso se faz buscando em tudo garantias e privando-os dos meios de prejudicar-te, ou beneficiando-os de tal modo que eles não tenham razões para desejar mudar de fortuna. E isso fica bem claro, primeiro pela proposta de Camilo, depois pela decisão tomada pelo senado a partir dela. Suas palavras foram estas: "Dii immortales ita vos potentes huius consilii fecerunt, ut, sit Latium an non sit, in vestra manu posuerint. Itaque pacem vobis, quod ad Latinos attinet, parare in perpetuum, vel saeviendo vel ignoscendo potestis. Vultis crudelius consulere in dedititios victosque? licet delere omne Latium. Vultis, exemplo maiorum, augere rem romanam, victos in civitatem accipiendo? materia crescendi per summam gloriam suppeditat. Certe id firmissimum imperium est, quo obedientes gaudent. Illorum igitur animos, dum expectatione stupent, seu poena seu beneficio praeoccupari oportet."[86] A essa proposta seguiu-se

86. Os deuses imortais vos concederam tal poder sobre o estado das coisas que depende de vós decidir se o Lácio deve viver ou morrer. Assim, po-

a deliberação do senado, que foi tomada de acordo com as palavras do cônsul; [os romanos], fazendo comparecer, um por um, os representantes dos povos mais importantes, que ou foram beneficiados, ou destruídos, deram isenções e privilégios aos beneficiados, concedendo-lhes direitos de cidadão e garantias de todos os tipos; quanto aos outros, foram destruídas as suas cidadelas, criaram-se colônias romanas, seus habitantes foram mandados para Roma e dispersados de tal modo que já não podiam prejudicar Roma com armas nem com palavras. E os romanos nunca usaram de neutralidade nas questões importantes, como eu disse. E os príncipes devem imitar tal conduta. Era o que deveriam ter feito os florentinos, quando, em 1502, Arezzo e todo o Val di Chiana se rebelaram, pois, se tivessem feito isso, teriam garantido seu império e engrandecido Florença, dando-lhe os campos que lhe faltam para viver. Mas tomaram o caminho do meio, que é muito danoso no julgamento dos homens; confinaram parte dos aretinos e condenaram outra parte; todos foram privados das honras e dos antigos cargos na cidade, mas a cidade ficou intacta. E, se algum cidadão aconselhasse a destruição de Arezzo aos que pareceriam ser mais sábios, estes diziam que seria pouco honroso para a república destruir Arezzo, pois pareceria que Florença não tinha forças para mantê-la. Estas são daquelas razões que parecem verdadeiras

.....

deis preparar uma paz perpétua com os latinos usando de severidade ou de perdão. Quereis ser cruéis com povos vencidos e submetidos? Podeis destruir todo o Lácio. Quereis, seguindo o exemplo de nossos antepassados, aumentar o poderio romano aceitando os vencidos como cidadãos? Podeis com isso subir aos píncaros da glória. Certamente, o poder mais sólido é aquele ao qual se obedece com alegria. Por isso, enquanto eles estão imóveis à espera, deveis conquistar seus ânimos com castigo ou com benevolência (Tito Lívio, VIII, 13). [N. da T.]

mas não são; porque, segundo esse modo de pensar, não se haveria de matar um traidor da pátria [*parricida*], um celerado e revoltoso, por ser vergonhoso o príncipe mostrar que não tem força para frear um homem apenas. E quem tem semelhantes opiniões não pensa que, quando os homens, em particular, e uma cidade, em conjunto, pecam contra um estado, o príncipe – para dar exemplo aos outros e para dar segurança de si mesmo – não tem outro remédio senão destruí-la. E a honra consiste em poder e saber castigá-la, e não em poder conservá-la com mil perigos: porque o príncipe que não castiga quem erra, para que não possa mais errar, é considerado ignorante ou covarde. Essa sentença que os romanos proferiram é confirmada também pela sentença que proferiram para os privernates. E aqui, no que tange ao texto de Lívio, devem-se notar duas coisas: uma é aquilo que acima dissemos, que os súditos devem ser beneficiados ou destruídos; a outra é que muito vale ter nobreza de ânimo e falar a verdade, quando se fala diante de homens prudentes. O senado romano estava reunido para julgar os privernates, que, tendo-se revoltado, haviam depois voltado à obediência a Roma por meio da força. O povo de Priverno mandara vários cidadãos para rogar o perdão do senado; estando tais cidadãos diante do senado, um dos senadores perguntou a um deles "quam poenam meritos Privernates censeret"[87]. A isso o privernate respondeu: "Eam, quam merentur qui se libertate dignos censent."[88] Ao que o cônsul replicou: "Quid si poe-

87. Que pena ele achava que os privernates mereciam (Tito Lívio, VIII, 21). [N. da T.]

88. Aquela que merecem os que se julgam dignos da liberdade (*id., ibid.*). [N. da T.]

nam remittimus vobis, qualem nos pacem vobiscum habituros speremus?"[89] E ele respondeu: "Si bonam dederitis, et fidelem et perpetuam; si malam, haud diuturnam."[90] Diante disso, a parte mais sábia do senado, ainda que muitos se alterassem, disse: "Se audivisse vocem et liberi et viri; nec credi posse ullum populum, aut hominem, denique in ea conditione cuius eum poeniteat diutius quam necesse sit, mansurum. Ibi pacem esse fidam, ubi voluntarii pacati sint, neque eo loco ubi servitutem esse velint, fidem sperandam esse."[91] E, com essas palavras, deliberaram que os privernates seriam cidadãos romanos e os honraram com os privilégios da cidadania [*civiltà*], dizendo: "Eos demum qui nihil praeterquam de libertate cogitant, dignos esse, qui Romani fiant."[92] Aquela resposta verdadeira e nobre agradou tanto aos ânimos nobres, porque qualquer outra resposta teria sido mentirosa e covarde. Enganam-se aqueles que acreditam que os homens são diferentes, sobretudo quando acostumados a ser ou a parecer livres; e, movidos por esse engano, tomam decisões ruins para si e incapazes de satisfazer a tais homens. Daí nascem as freqüentes rebeliões e a ruína dos estados. Mas, voltando ao que dizíamos, concluo, deste julgamento e do outro, proferido sobre os latinos: quando

89. Se vos remirmos do castigo, que paz poderemos esperar ter de vós? (*id.*, *ibid.*). [N. da T.]

90. Fiel e perpétua, se a que derdes for boa; de alguns dias, se a que derdes for má (*id.*, *ibid.*). [N. da T.]

91. Que ouvira a palavra de um homem livre; e não acreditava que um povo, ou mesmo um indivíduo permanecesse numa condição insuportável mais tempo que aquele ao qual fosse obrigado pela necessidade. A paz é assegurada onde os homens vivem voluntariamente em paz, mas não se pode esperar fidelidade onde se queira manter a escravidão (*id.*, *ibid.*). [N. da T.]

92. São dignos de ser romanos aqueles que nada antepõem à liberdade (*id.*, *ibid.*). [N. da T.]

é preciso julgar cidades poderosas e acostumadas à liberdade, convém exterminá-las ou tratá-las com carinho; de outro modo, qualquer julgamento é inútil[93]. E deve-se evitar o caminho do meio, que é danoso, como o foi para os samnitas, quando encurralaram os romanos nas Forcas Caudinas e não quiseram acatar o parecer daquele velho[94], que os aconselhou a deixar os romanos ir-se com honra, ou então matá-los todos; mas tomaram um caminho do meio: desarmando os romanos e pondo-os sob o jugo, deixaram-nos ir embora cheios de ignomínia e rancor. Não demorou para que percebessem, com os danos sofridos, que a sentença daquele velho teria sido útil, e que a decisão que tomaram foi danosa: mas disso, em seu devido lugar, discorreremos com mais vagar[95].

24. As fortalezas geralmente são muito mais danosas que úteis

A esses sábios de nossos tempos talvez pareça insensato que os romanos, para defender-se dos povos do Lácio e da cidade de Priverno, nunca pensaram em edificar nenhuma fortaleza que servisse de freio para mantê-los fiéis, sobretudo porque em Florença corre um ditame, alegado por nossos sábios, de que Pisa e as outras cidades semelhantes devem ser cercadas com fortalezas[96]. E, de fato, se os romanos tivessem sido como eles, teriam pensado em edificá-las, mas como tinham outra *virtù*, ou-

93. Cf. *O príncipe*, 5. [N. da R. T.]
94. Tito Lívio, IX, 3. [N. da R. T.]
95. Cf. *Discursos*, III, 40-1. [N. da R. T.]
96. Cf. *O príncipe*, 20. [N. da R. T.]

tro juízo, outro poder, não as edificaram. E, enquanto viveu livre, observando suas ordenações e suas virtuosas constituições, Roma nunca edificou fortalezas para cercar cidades ou províncias, mas conservou algumas das que tinham sido edificadas. Assim, observando-se o procedimento dos romanos nessa questão e o dos príncipes de nosso tempo, parece-me que cabe considerar se é bom edificar fortalezas e se elas causam dano ou são de utilidade a quem as edifica. Deve-se, portanto, pensar como são feitas as fortalezas, se para defenderem dos inimigos ou para defenderem dos súditos. No primeiro caso, não são necessárias; no segundo, são danosas. E para começar a explicar por que são danosas no segundo caso, digo que, se o príncipe ou a república tem medo dos seus súditos e da rebelião deles, é mister que tal medo provenha do ódio que os súditos têm por eles, ódio de sua má conduta; e as más condutas provêm ou da crença de que podem contê-los com a força, ou da pouca prudência de quem os governa: e uma das coisas que leva à crença de poder contê-los pela força é ter sobre eles as fortalezas; porque o mau tratamento, que é a razão do ódio, nasce em boa parte do fato de aquele príncipe ou aquela república ter fortalezas: logo, em sendo isso verdade, elas são muito mais nocivas que úteis. Porque, em primeiro lugar, como disse, elas te tornam mais audaz e mais violento com os súditos; em segundo, dentro delas não há toda aquela segurança que acreditas haver: porque todas as forças e todas as violências usadas para conter um povo nada são, a não ser que faças duas coisas: ou tens sempre um bom exército em campanha, como tinham os romanos, ou destróis, exterminas, desordenas e dispersas tal povo, de modo que ele não possa unir-se

para atacar-te. Porque, se o empobreces, "spoliatis arma supersunt"[97]; se o desarmas, "furor arma ministrat"[98]; se matas os cabeças e continuas afrontando os outros, renascerão os cabeças, como de uma Hidra; se fazes fortalezas, elas te são úteis[99] nos tempos de paz, porque te dão mais ânimo para fazer mal ao povo, mas nos tempos de guerra elas são inutilíssimas, pois são assaltadas pelo inimigo e por súditos, e não é possível que resistam a estes e àquele. E, se alguma vez foram inúteis, muito mais o são em nosso tempo, diante da artilharia, de cuja fúria é impossível defender os lugares pequenos, onde não se encontrem refúgios, como acima discorremos[100].

Quero discutir essa matéria com mais rigor. Tu, príncipe, ou queres com tais fortalezas conter o povo da tua cidade, ou tu, príncipe ou república, queres conter uma cidade ocupada na guerra. E aqui dirijo-me ao príncipe, dizendo-lhe que, para conter seus cidadãos, nada há mais inútil que a fortaleza, pelas razões acima; porque ela te torna mais pronto e menos cauteloso em oprimi-los; e essa opressão torna-os tão predispostos a arruinar-te, inflama-os de tal modo, que a fortaleza, razão da opressão, não pode depois defender-te. Assim, um príncipe sábio e bondoso, para continuar bondoso, para não dar a seus filhos razão nem ousadia de se tornarem malvados, jamais construirá fortalezas, para que aqueles não se fundem em

97. Aos espoliados sempre resta alguma arma. [N. da T.]

98. O furor dá a arma. [N. da T.]

99. Inglese propõe "inúteis" em vez de "úteis" e justifica: "A lição do arquétipo (*úteis*) vem de não haver entendido o sentido da contraposição a 'inutilíssimas'; como se viu antes, as fortalezas nunca são 'úteis': dar ânimo aos príncipes de 'fazer mal' já é um dano. Seria possível ainda complementar: *não são úteis*" (INGLESE, *op. cit.*, p. 441). [N. da R. T.]

100. Cf. *Discursos*, II, 17. [N. da R. T.]

fortalezas, mas sim na benevolência dos homens. E, se o conde Francesco Sforza, que se tornou duque de Milão, foi considerado sábio e, apesar disso, construiu uma fortaleza em Milão, digo que nisso não foi sábio, e os resultados demonstraram que tal fortaleza foi danosa e não deu segurança a seus herdeiros. Porque, julgando eles que, graças a ela, viveriam seguros e poderiam ofender seus cidadãos e súditos, não pouparam nenhuma espécie de violência; assim, tornando-se sobremodo odiosos, perderam aquele estado tão logo o inimigo os atacou: e aquela fortaleza não os defendeu nem teve utilidade alguma na guerra, e na paz lhes havia causado muitos danos. Porque, se não a tivessem e se, por pouca prudência, tivessem tratado mal seus cidadãos, teriam descoberto o perigo mais cedo e teriam voltado atrás; poderiam, então, ter resistido mais valentemente ao ataque francês com súditos amigos e sem fortaleza do que com súditos inimigos e fortaleza; as fortalezas de nada servem, porque ou são perdidas por traição de quem as guarda, ou pela violência de quem as ataca, ou pela fome. E, se quiseres que te sirvam e te ajudem a recuperar um estado perdido, se tiveres ficado apenas com a fortaleza, precisarás ter um exército para poderes atacar aquele que te expulsou: e, quando tiveres esse exército, reaverás o estado de qualquer modo, mesmo sem fortaleza; e com mais facilidade, por serem os homens mais amigos do que o seriam se os tivesses tratado mal pela soberba que te daria a fortaleza. E por experiência se viu que essa fortaleza de Milão não foi útil nem aos descendentes de Sforza nem aos franceses, nos tempos adversos para um e para outro, aliás a todos causou danos e ruína, pois com ela não se pensou em modo mais honesto de manter aquele estado. Guidobaldo, duque de Urbino, filho de Frederico, que

no seu tempo foi estimado comandante, foi expulso do estado por César Borgia, filho do papa Alexandre VI; quando depois, por um acontecimento que surgiu, retornou ao estado, mandou derrubar todas as fortalezas que havia naquela província, por considerá-las danosas. Porque, sendo ele amado pelos homens, não precisava delas para contê-los; ademais, no que tange aos inimigos, sabia que não as podia defender, por precisar de um exército em campanha para defendê-las: por isso, decidiu derrubá-las. O papa Júlio, depois que os Bentivogli foram expulsos de Bolonha, construiu uma fortaleza naquela cidade e depois mandou um de seus governadores maltratar aquele povo: de tal modo que o povo se rebelou, e ele logo perdeu a fortaleza; e, assim, a fortaleza não lhe serviu, mas prejudicou-o, ao passo que, se fosse outra a sua conduta, seria maior o seu proveito. Niccolò da Castello, pai dos Vitelli, ao voltar do exílio à pátria, logo derrubou duas fortalezas que haviam sido construídas pelo papa Sisto IV, considerando que se manteria naquele estado graças à benevolência do povo, e não à fortaleza. Mas de todos os outros exemplos, o mais recente e notável em tudo, o que é capaz de mostrar a inutilidade de construir e a utilidade do destruir fortalezas, é o de Gênova, nos últimos tempos. Todos sabem que, em 1507, Gênova se rebelou contra Luís XII, rei de França, que veio pessoalmente e com todas as suas forças para reconquistá-la; depois de recuperá-la, construiu uma fortaleza, a mais forte de todas as outras de que até o presente se teve notícia: pelo lugar e por todas as outras circunstâncias, era inexpugnável, pois foi posta sobre o topo de uma colina que se estende até o mar e é chamada Codefà pelos genoveses; por esse motivo, percorria todo o porto e grande parte da cidade de Gênova. Ocor-

re que, em 1512, quando da expulsão dos franceses da Itália, Gênova, apesar da fortaleza, rebelou-se, e quem tomou o estado foi Ottaviano Fregoso, que, com grande destreza [*industria*], ao cabo de dezesseis meses, venceu-a pela fome. E todos achavam, e aconselhavam, que a fortaleza devia ser conservada para refúgio para qualquer eventualidade; mas ele, sendo homem prudentíssimo, sabendo que não são as fortalezas, mas sim a vontade dos homens que mantém os príncipes no estado, derrubou-a. E, assim, manteve o seu estado e o mantém ainda, porque não o fundou numa fortaleza, mas sim na *virtù* e na prudência. E, enquanto bastavam mil infantes para mudar o estado de Gênova, os dez mil infantes com que seus adversários o atacaram não conseguiram vencê-lo. Vê-se, portanto, que a destruição da fortaleza não prejudicou Ottaviano, e que a sua construção não defendeu o rei. Porque, quando o rei pôde vir à Itália com o exército, conseguiu recuperar Gênova sem ter fortaleza; mas, quando não pôde vir à Itália com o exército, não conseguiu conservar Gênova, mesmo tendo fortaleza. Portanto, foi dispendioso ao rei fazê-la e vergonhoso perdê-la; para Ottaviano, foi glorioso reconquistá-la e útil destruí-la.

Tratemos agora das repúblicas que constroem fortalezas não na própria pátria, mas nas cidades que conquistam. E, para mostrar a falácia de tal decisão, se não bastasse o exemplo já dado, de França e Gênova, bastará o de Florença e Pisa: os florentinos construíram fortalezas para conter a cidade e não se aperceberam que, para manter uma cidade que sempre foi inimiga do nome de Florença, que sempre viveu livre e que tem a rebelião como refúgio da liberdade, seria necessário imitar a conduta romana: ou torná-la aliada, ou destruí-la. Porque a *virtù* das fortalezas ficou bem conhecida com a vinda do rei Car-

los[101], ao qual elas foram entregues, seja por pouca fidelidade de quem as guardava, seja por temor de mal maior: mas, se elas não existissem, os florentinos não teriam fundado nelas o poder sobre Pisa, e aquele rei não poderia, por meio delas, privar os florentinos de tal cidade; e os meios com os quais a cidade havia sido mantida até aquele momento teriam sido suficientes para conservá-la e, sem dúvida, não se teriam mostrado piores do que as fortalezas. Concluo, portanto, que, para defender a própria pátria, as fortalezas são danosas; e, para defender as cidades conquistadas, as fortalezas são inúteis: e aqui me basta a autoridade dos romanos, que, nas cidades que desejavam manter por meio da força, derrubavam, e não construíam, muralhas. E a quem alegar, para contestar-me, o caso de Tarento, nos tempos antigos, e o de Brescia, nos modernos – lugares estes que foram recuperados da rebelião dos súditos com ajuda de fortalezas –, respondo que, para a recuperação de Tarento, foi enviado, ao cabo de um ano, Fabio Máximo com todo um exército que teria sido capaz de recuperar a cidade mesmo que não houvesse fortaleza, e Fábio a usou como meio porque ali havia uma fortaleza, mas, caso ela não existisse, ele teria usado outro meio, com os mesmos resultados. E não sei qual a utilidade de uma fortaleza se, para recuperar a cidade, é preciso todo um exército consular com um Fábio Máximo por comandante. E prova de que os romanos a teriam retomado de qualquer modo está no exemplo de Cápua, onde não havia fortaleza, e a cidade foi reconquistada pela *virtù* do exército. Mas vejamos o caso de

101. Carlos VIII, em 1494. Piero de' Medici cedeu ao rei da França as fortalezas de Pisa, Pietrasanta e Sarzana, o que provocou protestos dos florentinos (cf. Capata, *op. cit.*, p. 186).

Brescia. Digo que raras vezes ocorre o que ocorreu naquela rebelião[102], ou seja, de a fortaleza ficar em tuas mãos, enquanto a cidade se rebela, e de haver um grande exército nas proximidades, como era o dos franceses: porque o senhor de Fois, comandante do rei, estava com o seu exército em Bolonha e, quando teve notícia da queda de Brescia, sem demora rumou para lá, e três dias depois de chegar a Brescia, recuperou a cidade por meio da fortaleza. Portanto, a fortaleza de Brescia, para ter serventia, precisou de um senhor de Fois e de um exército francês para socorrê-la durante três dias. Assim, um exemplo desses, comparado aos exemplos contrários, não é bastante; porque, nas guerras de nossos tempos, muitas fortalezas foram perdidas e ganhas, com a mesma fortuna que fez perder e ganhar batalhas campais, não só na Lombardia, como na Romanha, no reino de Nápoles e em todas as regiões da Itália. Mas, quanto à construção de fortalezas para defender-se de inimigos de fora, digo que não são necessárias aos povos e aos reinos que têm bons exércitos; e aos que não têm bons exércitos elas são inúteis, porque bons exércitos, sem fortalezas, são suficientes para a defesa, e fortalezas sem bons exércitos não defendem ninguém. E isso se vê pela experiência dos homens considerados excelentes nos governos e em outras coisas, assim como se vê da experiência dos romanos e dos espartanos, pois, se os romanos não construíam fortalezas, os espartanos não só as dispensavam como não permitiam que houvesse muralhas em sua cidade, pois queriam ser defendidos pela *virtù* de cada homem, e não por outros meios defensivos. Por isso, quando um ate-

102. Cf. *Discursos*, II, 17. [N. da R. T.]

niense perguntou a um espartano se achava bonitas as muralhas de Atenas, ele respondeu: "Sim, se fossem habitadas por mulheres." Logo, ao príncipe que tenha bons exércitos, poderá ser útil, mas não necessário, contar com uma fortaleza na costa e nas fronteiras do seu estado, para que possa resistir durante alguns dias ao inimigo até que tudo seja ordenado. Mas, quando o príncipe não tem bom exército, ter fortalezas em seus domínios [*per il suo stato*] ou nas fronteiras é danoso ou inútil: danoso, porque é fácil perdê-las, e, uma vez perdidas, guerreiam contra ti; ou, se acaso forem tão fortes que o inimigo não as consiga tomar, serão deixadas para trás pelo exército inimigo e, assim, acabarão por não ter nenhuma serventia; porque os bons exércitos, quando não sofrem valente oposição, entram nas terras inimigas sem temer cidades ou fortalezas, que vão sendo deixadas para trás; é o que se vê nas antigas histórias e foi o que fez Francesco Maria[103], que, em tempos recentes, para atacar Urbino, deixou para trás dez cidades inimigas, sem nenhum temor. O príncipe, portanto, que pode constituir um bom exército, pode fazê-lo sem construir fortalezas; o que não tem bom exército, não deve construí-las. Deve guarnecer bem a cidade onde mora, mantê-la bem abastecida, com cidadãos bem dispostos[104], que possam resistir a um ataque inimigo até que um acordo ou uma ajuda externa venha libertá-los. Quaisquer outros planos acarretam gastos nos tempos de paz e são inúteis nos tempos de guerra. E, assim, quem bem pensar em tudo o que eu disse, reconhecerá que os romanos foram sábios em todas as suas outras ordenações, como foram prudentes no jul-

103. Francesco Maria della Rovere (cf. *Discursos*, II, 10). [N. da T.]

104. Dispostos a apoiar o príncipe, amigos do príncipe. [N. da R. T.]

gamento dos latinos e dos privernates; desse modo, sem pensarem em fortalezas, asseguravam-se com modos mais virtuosos e mais sábios.

25. Atacar uma cidade desunida, para ocupá-la tirando proveito da sua desunião, é decisão errônea[105]

Era tamanha a desunião na república romana entre a plebe e a nobreza que os veientes, com os etruscos[106], acharam que, tirando proveito de tal desunião, poderiam extinguir o nome de Roma. Assim, formaram um exército e devastaram os campos de Roma; o senado enviou, então, Caio Manílio e Marcos Fábio para enfrentá-los; estes conduziram seu exército para as proximidades do exército dos veientes, que, com ataques e insultos, não paravam de ofender e vituperar o nome de Roma, e foi tanta a temeridade e insolência deles que os romanos, antes desunidos, tornaram-se unidos e, na batalha, os desbarataram e venceram. Por aí se vê como os homens se enganam, conforme dissemos acima[107], ao tomarem decisões; e, como muitas vezes, acreditando ganhar uma coisa, a perdem. Os veientes acreditaram que, atacando os romanos desunidos, os venceriam; e o ataque foi a razão da união destes e da ruína daqueles. Porque o motivo da desunião das repúblicas, no mais das vezes, são o ócio e a paz[108], a ra-

105. Tito Lívio, II, 44-5. [N. da R. T.]

106. Entenda-se "com os outros etruscos" (cf. Tito Lívio, II, 45) (Inglese, *op. cit.*, p. 446). [N. da T.]

107. Cf. *Discursos*, II, 22. [N. da R. T.]

108. *Ibid.*, I, 6. [N. da R. T.]

zão da união são o medo e a guerra. Por isso, se os veientes tivessem sido sábios, quanto mais desunida estivesse Roma, menos teriam pensado em guerra, procurando sobrepujá-la com os ardis [*l'arti*] da paz. O melhor é ganhar a confiança da cidade que está desunida e, enquanto as facções não empunham armas, insinuar-se como árbitro entre elas; quando empunharem armas, dar parca ajuda à parte mais fraca, seja para manter por mais tempo a guerra e levá-los a esgotar-se, seja porque a muita ajuda os levaria todos a desconfiar que queres subjugá-los e tornar-se seu príncipe. E, quando essa parte é bem conduzida, quase sempre leva ao fim previsto. A cidade de Pistóia, conforme disse em outro texto e por outro motivo[109], não se submeteu à república de Florença com outro ardil [*arte*], senão com esse: porque, como estava dividida, os florentinos favoreceram ora uma parte, ora a outra, sem arruinar nenhuma das duas, e levaram a cidade a tal situação que, esgotada por aquela vida de tumultos, ela se lançou espontaneamente nos braços de Florença. A cidade de Siena só mudou de estado, com o favor dos florentinos, quando tais favores foram fracos e parcos. Porque, quando foram abundantes e fortes, fizeram a cidade unir-se em defesa do estado vigente. Quero acrescentar outro exemplo ao que disse acima. Filippo Visconti, duque de Milão, travou várias guerras contra os florentinos, com base na desunião deles, e sempre saiu perdedor; de modo que chegou a dizer, queixando-se de tais empresas, que, com as loucuras dos florentinos, gastara inutilmente dois milhões[110] em ouro. Como acima dissemos,

109. *Ibid.*, II, 21. [N. da R. T.]
110. De florins. [N. da R. T.]

portanto, os veientes e os toscanos foram enganados por essa opinião e acabaram vencidos pelos romanos numa batalha. E no futuro também enganar-se-á quem por semelhantes meios e por semelhante razão se acreditar capaz de subjugar um povo.

26. O vilipêndio e o impropério geram ódio contra quem os usa, sem nenhuma utilidade[111]

Creio que é de grande prudência abster-se de ameaçar ou injuriar com palavras, porque nada disso diminui as forças do inimigo, mas a ameaça o torna mais cauteloso, e a injúria o faz ter mais ódio de ti e procurar o melhor meio de te prejudicar. Isso se vê pelo exemplo dos veientes, de quem falamos no capítulo anterior: à injúria da guerra contra os romanos, eles somaram o opróbrio das palavras, coisas de que todo comandante prudente deve afastar seus soldados, pois elas inflamam e acendem o desejo de vingança no inimigo, e de nenhum modo o impedem, como dissemos, de prejudicar-te; assim, essas são armas que se voltam contra ti. Disto temos já um exemplo notável na Ásia: Cabade, comandante dos persas, depois de sitiar Amida por muito tempo, esgotado pelo tédio do sítio, decidiu partir; quando já levantava acampamento, os habitantes da cidade foram todos para o alto das muralhas e, ensoberbecidos pela vitória, não pouparam nenhuma espécie de injúria, vituperando, acusando e reprovando a covardia e a pusilanimidade do inimigo. Diante disso, Cabade, irritado, mudou de idéia

111. Tito Lívio, II, 44-5; VII, 41. [N. da R. T.]

e, voltando a sitiar a cidade, foi movido por tão grande indignação pela injúria sofrida que em poucos dias a tomou e saqueou. E o mesmo ocorreu aos veientes, que, como dissemos, não contentes de guerrear contra os romanos, também os vituperaram com palavras e, subindo nas estacadas para dizer-lhes injúrias, irritaram-nos muito mais com palavras do que com armas: assim, aqueles soldados que antes combatiam de má vontade, obrigaram os cônsules a dar início à peleja, de tal modo que os veientes foram castigados de sua insolência, como aqueles de que falamos acima. Portanto, os bons comandantes de exércitos e os bons governadores de república devem usar todos os remédios oportunos para impedir que tais injúrias e zombarias sejam usadas na sua cidade ou no seu exército, nem pelos homens entre si, nem contra o inimigo: porque, usadas contra o inimigo, acarretam os inconvenientes de que falamos; entre si, causarão maior dano se não forem corrigidas, como sempre as corrigiram os homens prudentes. Quando as legiões romanas, deixadas em Cápua, conjuraram contra os capuanos, como se narrará em seu devido lugar[112], nasceu dessa conjuração uma sedição, que foi debelada por Valério Corvino; entre outras disposições presentes na convenção que se firmou, foram ordenadas severas penas a quem porventura zombasse de alguns daqueles soldados por tal sedição. Tibério Graco, que na guerra contra Aníbal foi nomeado comandante de certo número de servos que, por falta de homens, os romanos haviam armado, ordenou, entre as primeiras coisas, pena capital a quem quer que zombasse da servidão de algum deles. Portanto, como

112. Cf. *Discursos*, III, 6. [N. da R. T.]

dissemos acima, os romanos consideraram danoso vilipendiar os homens e zombar deles por alguma vergonha, pois não há nada que lhes acenda mais o ânimo ou crie maior rancor, quer seja verdade ou burla o que se diga: "Nam facetiae asperae, quando nimium ex vero traxere, acrem sui memoriam relinquunt."[113]

27. Aos príncipes e às repúblicas prudentes a vitória deve bastar; porque, quando não basta, no mais das vezes se perde

O uso de palavras pouco honrosas contra o inimigo provém no mais das vezes de uma insolência dada pela vitória ou pela falsa esperança de vitória; falsa esperança que leva os homens a errar não só no que dizem, mas também no que fazem. Porque essa esperança, quando entra no peito dos homens, leva-os a passar dos limites e perder, na maioria das vezes, a ocasião de obter um bem certo, na espera de um melhor incerto. E como essa é uma regra [*termine*] que merece consideração, porque nela os homens se enganam freqüentemente, acarretando danos para seu estado, parece-me de bom alvitre demonstrá-la em seus particulares, usando exemplos antigos e modernos, visto que não é possível demonstrá-la tão claramente com as razões. Aníbal, depois de derrotar os romanos em Canas, mandou seus embaixadores a Cartago para dar notícias da vitória e pedir reforços [*sussidi*]. Discutiu-se no senado o que deveria ser feito. Hanon, ve-

113. De fato, as facécias pungentes, se muito próximas da verdade, deixam lembrança amarga (Tácito, *Anais*, XV, 68). [N. da T.]

lho e prudente cidadão cartaginês, aconselhou a usar aquela vitória com sabedoria, firmando-se a paz com os romanos, o que poderia ser feito em boas condições, já que haviam vencido, sem esperar para firmá-la depois da perda: porque a intenção dos cartagineses deveria ser mostrar aos romanos que lhes bastava combatê-los; e, obtida a vitória, não deveriam os cartagineses correr o risco de perdê-la pela esperança de vitória maior. Não foi essa a decisão tomada; mas o senado cartaginês precisou reconhecer que ele era sábio depois de perdida a ocasião[114]. Quando Alexandre Magno já tinha submetido todo o Oriente, a república de Tiro, nobre naqueles tempos e poderosa por ter sua cidade sobre o mar, como os venezianos, conhecendo a grandeza de Alexandre, mandou-lhe embaixadores, para dizerem que os tironianos queriam ser seus bons servidores e prestar-lhe a obediência devida, mas que não podiam aceitar a sua entrada e a de seus homens na cidade; Alexandre, indignado porque uma cidade queria fechar-lhe as portas que todo o mundo lhe abrira, rechaçou-os e, não aceitando suas condições, sitiou a cidade. A cidade ficava sobre o mar e estava muitíssimo bem provida de víveres e de outras munições necessárias à defesa: de tal modo que Alexandre, depois de quatro meses, apercebeu-se de que aquela cidade estava tomando mais tempo à sua glória do que haviam tomado muitas outras conquistas; assim, decidiu tentar o acordo e conceder-lhes aquilo que eles mesmos haviam pedido. Mas os tironianos, ensoberbecidos, não só não quiseram aceitar o acordo, como também mataram quem foi fazê-lo. Com isso, Alexandre, indignado,

114. Tito Lívio, XXIII, 11-3. [N. da R. T.]

28. De como é perigoso a uma república ou a um príncipe não vingar uma injúria cometida contra o público ou contra o privado[117]

Percebe-se facilmente o que a indignação dos homens acarreta por aquilo que aconteceu aos romanos quando mandaram os três Fábios como embaixadores aos franceses, que tinham vindo atacar a Toscana, em especial Chiusi. Como o povo de Chiusi havia pedido ajuda a Roma contra os franceses, os romanos mandaram embaixadores a estes, para intimá-los, em nome do povo, a abster-se de guerrear com os toscanos. Tais embaixadores, que estavam mais acostumados a agir que a falar, chegando ao lugar e vendo que franceses e toscanos travavam batalha, puseram-se entre os primeiros, a combater contra eles: ao serem reconhecidos, toda a indignação que os franceses tinham contra os toscanos voltou-se contra os romanos. Indignação que se tornou ainda maior, porque, embora os franceses mandassem embaixadores para apresentar queixa de tal injúria ao senado romano, pedindo que, como reparação do dano, lhes fossem entregues os já citados Fábios, estes não só não lhes foram entregues nem de outro modo castigados, como também, ao chegarem os comícios, foram nomeados tribunos com poder consular. De modo que os franceses, ao verem honrados aqueles que deveriam ser punidos, consideraram que tudo estava sendo feito para seu próprio desprezo e ignomínia; assim, inflamados de indignação e ira, vieram atacar Roma e a tomaram, com exceção do Capitólio. Ruína que os romanos deviam so-

117. Tito Lívio, V, 35-6. [N. da R. T.]

mente à inobservância da justiça, porque seus embaixadores, que haviam atentado "contra jus gentium"[118], deveriam ser castigados, mas foram, ao contrário, honrados. Portanto, é de considerar todo o cuidado que as repúblicas e os príncipes devem tomar com semelhantes injúrias, não só contra um povo [*una universalità*], mas também contra um particular. Porque o homem que for gravemente ofendido pelo público ou pelo privado e não for vingado para sua satisfação, se viver numa república, procurará vingar-se, ainda que provocando a ruína desta; se viver sob um príncipe e tiver em si alguma grandeza de ânimo [*generosità*], não sossegará até que de algum modo se vingue dele, mesmo vendo nisso o seu próprio mal.

Para confirmar isso, não há exemplo mais belo e verdadeiro que o de Filipe da Macedônia, pai de Alexandre. Na corte de Filipe vivia Pausânias, jovem belo e nobre, que despertara a paixão de Átalo, um dos homens mais importantes da corte; este, depois de procurá-lo várias vezes, pedindo-lhe que cedesse, ao ver que o jovem era alheio a tais coisas, decidiu obter por engano e força aquilo que percebia não poder obter por outros modos. E, fazendo um solene banquete, ao qual compareceram Pausânias e muitos outros nobres varões, depois que todos estavam cheios de comida e vinho, mandou prender Pausânias e, conduzindo-o a um lugar estreito, não só saciou seus desejos à força, como também, para maior ignomínia, mandou que muitos outros o violentassem de modo semelhante. Pausânias queixou-se dessa injúria várias vezes a Filipe; este, alimentando por algum tempo

118. Contra o direito das gentes, o direito internacional. [N. da R. T.]

sua esperança de vingança, afinal não só não o vingou, como também nomeou Átalo para o governo de uma província da Grécia: Pausânias, vendo o inimigo honrado, e não castigado, não voltou a sua indignação contra aquele que cometera a injúria, mas sim contra Filipe, que não o vingara. E, em certa manhã de grande solenidade, pelas bodas da filha de Filipe, que se casava com Alexandre de Epiro, no caminho para o templo, enquanto Filipe se dirigia para a celebração entre os dois Alexandres, genro e filho, Pausânias o matou. Esse exemplo é muito semelhante ao dos romanos e deve ser notado por todos os que governam: nunca se deve dar tão pouco valor a um homem que, somando-se uma injúria a outra, se acredite que o injuriado não vá pensar em vingar-se, ainda que para isso se exponha a perigos e dano particular.

29. A fortuna torna cego o ânimo dos homens, quando não quer que eles se oponham a seus desígnios[119]

Se pensarmos bem em como ocorrem as coisas humanas, veremos que muitas vezes surgem coisas e acontecimentos aos quais os céus não querem de modo algum que se proveja. E, se isso ocorria em Roma, onde havia tanta *virtù*, tanta religião e tanta ordem, não é de surpreender que ocorra com muito mais freqüência em cidades ou províncias que careçam de tais coisas. E como esse lugar é notável para mostrar o poder do céu sobre as coisas humanas, Tito Lívio fala sobre ele dilatadamen-

119. Tito Lívio, V, 36-9. [N. da R. T.]

te e com palavras muito eficazes. Diz que o céu, desejando por algum motivo que os romanos conhecessem o seu poder, primeiro induziu em erro os Fábios que tinham ido como embaixadores tratar com os franceses, e, por meio dos feitos deles, concitou os franceses a travar guerra contra Roma; depois, para reprimir aquela guerra, fez com que em Roma não se fizesse coisa alguma digna do povo romano, pois antes fizera com que Camilo, o único que podia remediar tanto mal, fosse mandado para o exílio em Árdea[120]; depois, quando os franceses vieram para Roma, os romanos, que tantas vezes haviam constituído ditadores como remédio ao ataque dos volscos e de outros vizinhos inimigos, não constituíram nenhum quando os franceses chegavam. Além disso, a escolha dos soldados foi feita de modo tíbio e sem extraordinária diligência; e foram eles tão preguiçosos ao empunharem as armas que mal tiveram tempo de batalhar com os franceses à beira do rio Ália, distante dez milhas de Roma. Ali, os tribunos montaram seu acampamento, sem a costumeira diligência, sem examinar antes o lugar, sem cercar-se de fossos e paliçadas, sem recorrer a nenhum remédio humano e divino; e, ao ordenar-se para a batalha, foram formadas ordens ralas e fracas: de modo que nem os soldados nem os comandantes fizeram nada que fosse digno da disciplina romana. Depois, os romanos combateram sem nenhum sangue, pois fugiram antes de ser assaltados, indo a maior parte para Veios e a outra para Roma; e estes últimos, em vez de irem para suas casas, foram para o Capitólio: de modo que o senado, sem pensar em defender Roma, nem sequer fechou

120. Cf. *Discursos*, III, 23. [N. da R. T.]

as portas, e uma parte dos senadores fugiu, enquanto a outra foi para o Capitólio, juntar-se aos que lá estavam. No entanto, a defesa do Capitólio foi feita com certa ordenação não tumultuária, porque não o encheram de gente inútil e para ali levaram todos os grãos que puderam, a fim de suportarem o assédio; e a maior parte da turba inútil de velhos, mulheres e crianças fugiu para as cidades circunvizinhas, enquanto o restante ficou em Roma, como presa dos franceses. Assim, quem tivesse lido os feitos daquele povo durante tantos anos, lendo o que ocorria naqueles tempos não poderia de modo algum crer que se tratasse do mesmo povo. E, depois de descrever todas essas desordens, Tito Lívio conclui dizendo: "Adeo obcaecat animos fortuna, cum vim suam ingruentem refringi non vult."[121] Não pode ser mais verdadeira essa conclusão: por isso, os homens que comumente vivem grandes adversidades ou grande prosperidade merecem menos louvor ou menos censura. Porque no mais das vezes se verá que eles foram levados à ruína ou à grandeza por alguma grande oportunidade que lhes hajam feito os céus, dando-lhes a ocasião de poder agir virtuosamente, ou privando-os dela.

E a fortuna, quando quer realizar grandes feitos, escolhe um homem que tenha tanto espírito e tanta *virtù* que perceba as ocasiões que ela lhe oferece. Assim também, quando quer provocar grandes ruínas, incumbe homens que as facilitem. E se houver alguém que possa obstar-lhe, ela o mata ou o priva de todas as faculdades de realizar algum bem. Percebe-se perfeitamente, por

121. A tal ponto a fortuna torna cegos os homens, quando não quer que seu ímpeto seja represado (Tito Lívio, V, 37). [N. da T.]

esse texto, que a fortuna, para tornar Roma maior e levá-la à grandeza a que chegou, julgou necessário golpeá-la (conforme discorreremos amplamente no início do próximo livro), mas não quis arruiná-la inteiramente. Por isso, fez que Camilo fosse exilado, e não morto; fez que Roma fosse tomada, mas não o Capitólio; fez que os romanos não pensassem em nada de bom para proteger Roma, mas depois, para defenderem o Capitólio, não deixaram de fazê-lo com alguma boa ordenação. Para que Roma fosse tomada, fez que a maior parte dos soldados derrotados em Ália fosse para Veios e, assim, fechou todos os caminhos para a defesa da cidade. E, na ordenação dessas coisas, preparou tudo para a sua recuperação: conduziu um exército romano inteiro a Veios e Camilo a Árdea, para que fosse possível criar um grande corpo de soldados, sob o comando de um homem não maculado pela ignomínia da derrota, com reputação íntegra e capaz salvar a sua pátria.

Para confirmar o que acabamos de dizer, poderíamos aduzir alguns exemplos modernos; mas, por não os julgarmos necessários, visto que o exemplo dado pode satisfazer a todos, deixaremos de fazê-lo. Afirmo de novo: a pura verdade, demonstrada por todas as histórias, é que os homens podem seguir [*secondare*] a fortuna, e não se opor a ela; podem tecer os seus fios, e não rompê-los. Por isso, nunca devem desistir; porque, não sabendo qual é a finalidade dela, e visto que ela anda por vias oblíquas e desconhecidas, é sempre preciso ter esperança, e, esperando, não desistir, seja qual for a fortuna e o sofrimento em que se encontrem.

30. As repúblicas e os príncipes realmente poderosos não compram amizades com dinheiro, mas com a virtù *e com a reputação de suas forças*[122]

Os romanos estavam sitiados no Capitólio e, embora esperassem o socorro de Veios e de Camilo, incitados pela fome, fizeram um acordo com os franceses, de resgate em troca de certa quantidade de ouro; e, feito tal acordo, já se pesava o ouro, quando Camilo chegou com seu exército: segundo o historiador, o que fez a fortuna, "ut Romani auro redempti non viverent"[123]. E isso é notável não só nessa questão, mas também em todo o processo das ações dessa república, pois sabe-se que os romanos nunca conquistaram cidades com dinheiro, nunca firmaram paz com dinheiro, mas sempre com a *virtù* das armas, o que, acredito, não ocorreu a nenhuma outra república. E, entre os outros sinais pelos quais se conhece o poder de um estado forte, está o modo como ele vive com os vizinhos. E, quando ele se comporta de tal modo que os vizinhos, para tê-lo como aliado, lhe pagam tributos, então se tem o sinal indubitável de que aquele estado é poderoso; mas, quando os vizinhos, ainda que inferiores a ele, extraem-lhe dinheiro, tem-se então um grande sinal de sua fraqueza.

Quem ler todas as histórias romanas verá que os massilienses, os éduos, os rodienses, o siracusano Híeron e os reis Eumênio e Masinissa, confinando todos com o império romano, para ter a amizade deste, contribuíam

122. Tito Lívio, V, 36-9 e 48-9. [N. da R. T.]

123. Para que os romanos não vivessem graças a um resgate em ouro (Tito Lívio, V, 48). [N. da T.]

para os gastos necessários e com o pagamento de tributos, não esperando dele outro prêmio além da defesa. Ao contrário, ver-se-á nos estados fracos, a começar do nosso estado de Florença, nos tempos passados, de sua maior reputação, que não havia pequeno senhor na Romanha que dele não recebesse tributos, que, ademais, eram dados a Perúgia, a Castelo e a todos os outros vizinhos. Se esta cidade tivesse exército e valentia, tudo teria sido diferente; porque muitos, para terem a sua proteção, ter-lhe-iam dado dinheiro e, ao invés de lhe venderem a amizade, procurariam comprar a sua. E em tal vileza os florentinos não estão sós, mas são acompanhados pelos venezianos e pelo rei de França, que, com tamanho reino, vive tributário dos suíços e do rei da Inglaterra. Isso porque seus povos estão desarmados, e aquele rei, bem como os outros antes mencionados, prefere proveitos imediatos [*un presente utile*], saqueando os povos e fugindo a perigos mais imaginários que reais, a fazer coisas que dêem segurança e felicidade perpétua a seus estados. E tal desordem, ainda que por algum tempo gere alguma tranqüilidade, em tempo de necessidade é motivo de danos e ruínas irremediáveis. E seria demorado narrar quantas vezes os florentinos, os venezianos e esse reino precisaram pagar resgates em guerras, e quantas vezes se submeteram a uma ignomínia à qual os romanos só uma vez estiveram a ponto de submeter-se. Seria demorado narrar quantas cidades os florentinos e os venezianos compraram, e disso proveio depois a desordem, pois não sabiam defender com ferro as coisas que tinham comprado com ouro. Os romanos observaram essa nobreza e esse modo de viver enquanto foram livres, mas, depois que foram dominados pelos imperadores e estes come-

çaram a ser maus, gostando mais da sombra que do sol[124], também eles passaram a pagar resgates, ora aos partos, ora aos germanos, ora a outros povos vizinhos: e esse foi o início da ruína de tamanho império.

Semelhantes inconvenientes, portanto, decorrem do fato de manteres os teus povos desarmados, e destes resulta um outro, maior: quanto mais o inimigo se aproxima de ti, mais se apercebe da tua fraqueza. Porque quem vive do modo acima descrito trata mal os súditos que estão dentro de seu império e bem os que com ele confinam, para ter homens bem dispostos a manter longe o inimigo. E assim é que, para mantê-lo mais longe, paga tributos aos senhores e aos povos que vivem próximos às suas fronteiras. Por isso, os estados dessa espécie opõem um pouco de resistência nas fronteiras, mas, depois que o inimigo as transpõe, já não há remédio algum. E não se apercebem que esse modo de proceder é contrário à boa ordem. Porque armados devem estar o coração e as partes vitais do corpo, e não suas extremidades; pois sem estas se vive, mas, se aquele for lesado, morre-se: e esses estados têm o coração desarmado, e as mãos e os pés armados.

O que essa desordem acarretou para Florença já se viu e vê-se todos os dias: quando um exército transpõe suas fronteiras e adentra, aproximando-se do seu coração, já não há remédio algum. Quanto aos venezianos, viu-se prova disso, há poucos anos: se aquela cidade não fosse cercada por água, teria sido o seu fim. Essa experiência não foi vivida com tanta freqüência pela França por

124. Preferem o conforto ao desconforto da guerra (cf. *A arte da guerra I*). [N. da T.]

ser aquele um reino tão grande que poucos inimigos lhe são superiores: no entanto, quando, em 1513, os ingleses a atacaram, todo aquele reino tremeu; o próprio rei e todos achavam que uma só derrota os levaria a perder o reino e o estado. Aos romanos ocorria o contrário; quanto mais o inimigo se aproximava de Roma, mais força de resistência encontrava na cidade. E, com a chegada de Aníbal à Itália, viu-se que, depois de três derrotas e de tantas mortes de comandantes e soldados, os romanos conseguiram não só resistir ao inimigo, mas também vencer a guerra. Tudo porque o coração estava bem armado e as extremidades tinham menor importância. Porque o fundamento do estado era o povo de Roma, o nome latino, as outras cidades aliadas na Itália e suas colônias; delas os romanos obtinham tantos soldados que com eles puderam combater e dominar o mundo. E prova disso está na pergunta que o cartaginês Hanon fez aos embaixadores de Aníbal depois da derrota de Canas: como eles glorificassem os feitos de Aníbal, Hanon lhes perguntou se algum romano lhes fora pedir paz, e se alguma cidade dos latinos e das colônias se havia rebelado contra os romanos; como eles respondessem negativamente a ambas as perguntas, Hanon replicou: "Essa guerra ainda está inteira pela frente."

Vê-se, portanto, por este discurso e por aquilo que várias vezes dissemos em outros lugares, a grande diversidade que há entre o procedimento das repúblicas atuais e o das antigas. Vêem-se também por isso, todos os dias, perdas miraculosas e miraculosas conquistas. Porque, onde os homens têm pouca *virtù*, a fortuna mostra o seu poder; e, assim como ela varia, variam também com freqüência as repúblicas e os estados; e variarão sempre,

até que surja algum grande amante da antiguidade que a governe de tal modo que ela não tenha por que mostrar, a cada giro do sol, todo o seu poder.

31. De como é perigoso acreditar nos banidos[125]

Não me parece fora de propósito discorrer, entre estes outros discursos, sobre o perigo de se acreditar nos que são expulsos da pátria, visto que com tais coisas devem lidar todos os dias aqueles que governam; sobretudo porque isso pode ser demonstrado com um memorável exemplo apresentado por Tito Lívio em suas histórias, ainda que escape aos seus pressupostos. Quando Alexandre Magno passou com seu exército pela Ásia, Alexandre de Epiro, seu cunhado e tio, veio com um exército para a Itália, atendendo a chamado dos banidos lucanos, que lhe deram a esperança de, com sua ajuda, ocupar toda a província. Ele, acreditando na lealdade e na esperança daqueles lucanos, veio para a Itália e foi morto por eles mesmos, e estes o fizeram porque os outros cidadãos lhes haviam prometido que poderiam voltar à pátria se o matassem. Deve-se pensar, portanto, como são vãs a palavra dada e as promessas dos que se encontram privados da pátria. Porque, quanto à palavra dada, é preciso pensar que eles te abandonarão e se aproximarão de outros, assim que perceberem que podem voltar à pátria por outros meios, que não os teus, seja qual for a promessa que te tenham feito. E, quanto às vãs promessas e esperanças, é tão extremada a vontade que têm de voltar a casa que acreditam sinceramente em muitas coisas falsas e a es-

125. Tito Lívio, VIII, 24. [N. da R. T.]

tas somam com ardil [*arte*] muitas outras: de modo que, entre aquilo em que crêem e aquilo em que dizem crer, te enchem tanto de esperanças que, se te apoiares nelas, ou gastarás dinheiro em vão, ou te lançarás numa empresa ruinosa.

Como exemplos devem bastar esse de Alexandre e mais o do ateniense Temístocles, que, obrigado ao exílio, fugiu para a Ásia e foi ter com Dario, prometendo-lhe tantas coisas se ele atacasse a Grécia, que Dario resolveu fazê-lo. Como depois não pudesse cumprir as promessas, seja por vergonha, seja por temor do suplício, Temístocles envenenou-se. E, se esse erro foi cometido por Temístocles, homem excelente, deve-se imaginar que erram muito mais aqueles que, por terem menor *virtù*, se deixam atrair mais pelos desejos e pelas paixões. O príncipe, portanto, deve pensar bem antes de lançar-se em empresas com base no que lhe diz algum exilado, porque no mais das vezes se acaba ou com vergonha, ou com gravíssimo dano. E, como raras vezes tem sucesso a tentativa de tomar cidades por meio de ardis e de informantes que nelas se tenham, não me parece fora de propósito discorrer sobre isso no próximo capítulo, acrescentando os muitos modos pelos quais os romanos as conquistavam.

32. Dos vários modos como os romanos ocupavam cidadelas

Visto que estavam totalmente voltados para a guerra, os romanos sempre a fizeram para sua própria vantagem, tanto no que se refere aos gastos quanto a qualquer outra coisa que com a guerra se busque. Por isso, sempre se abstiveram de tomar cidadelas por meio de assédio, pois

achavam que esse modo de proceder acarretava despesas e incomodidades tão grandes que superavam em muito qualquer utilidade que se pudesse extrair da conquista: por isso, acreditavam que seria melhor e mais útil subjugar as cidades por qualquer outro modo, mas não o assédio, motivo pelo qual em tantas guerras e em tantos anos se contam pouquíssimos exemplos de assédios feitos por eles. Os modos, portanto, com os quais conquistavam as cidadelas eram por expugnação ou por rendição. A expugnação era feita com força e violência manifesta ou por força misturada à fraude. A violência manifesta consistia no assalto, sem derrubada das muralhas (o que eles chamavam de "aggredi urbem corona", porque circundavam a cidadela com todo o exército e a atacavam por todos os lados) – e muitas vezes conseguiram tomar uma cidadela, ainda que muito grande, num só assalto, como quando Cipião tomou Nova Cartago na Espanha[126] –, ou, quando esse assalto não bastava, tentavam derrubar as muralhas com aríetes ou com outras máquinas bélicas; para isso, ou abriam uma galeria e por ela entravam na cidadela (foi assim que tomaram a cidade dos veientes)[127], ou, para ficarem na mesma altura daqueles que defendiam as muralhas, construíam torres de madeira ou taludes de terra encostados às muralhas do lado de fora, pelos quais subiam. Contra o primeiro tipo de assalto, que consistia em cercar toda a cidadela, quem a defendia corria perigo mais imediato e contava com defesas mais dúbias, porque, como precisava ter muitos defensores em todos os lugares, os que havia podiam não ser tantos que conseguissem suprir tudo ou revezar-se, ou, se fossem

126. Tito Lívio, XXVI, 44-6. [N. da R. T.]
127. *Id.*, V, 19. [N. da R. T.]

muitos, podia ocorrer que nem todos tivessem a mesma coragem para resistir; e, se a batalha pendesse para um dos lados, estariam todos perdidos. Por isso, como já disse, muitas vezes esse procedimento surtiu ótimos efeitos. Mas, quando não tinham sucesso da primeira vez, não tentavam muitas outras vezes, por ser grande o perigo para o exército, porque, espalhando-se em tão grande espaço, este acabava por tornar-se fraco para resistir a alguma sortida dos sitiados; além disso, os soldados se desordenavam e se cansavam muito; mas por uma só vez e de modo inesperado tentavam tal expugnação. Quanto à derrubada das muralhas, os sitiados se opunham, como nos tempos de hoje, com reparos. E, para resistir às galerias, faziam uma contragaleria, e por ela se opunham ao inimigo, seja com armas, seja com outros engenhos, entre os quais um, que consistia em encher barris de penas, atear fogo e colocá-los dentro da galeria, para que a fumaça e o fedor impedissem a entrada dos inimigos. E, se o assalto fosse feito com torres, cuidavam de destruí-las pelo fogo. E, quanto aos taludes de terra, abriam a muralha por baixo, onde o talude se apoiava, puxando para dentro a terra que os de fora amontoavam, de tal modo que, enquanto a terra ia sendo posta do lado de fora, ia sendo tirada do lado de dentro, e o talude não crescia. Esses modos de expugnar não podem ser tentados por muito tempo, e, quando não têm sucesso, é preciso abandonar o local ou procurar outros modos de vencer a guerra; foi o que fez Cipião, quando entrou na África: assaltando Útica e não conseguindo tomá-la, abandonou o local e procurou derrotar os exércitos cartagineses[128]; ou então é possível de-

128. Tito Lívio, XXIX, 35. [N. da R. T.]

cidir-se pelo assédio, como fizeram os romanos em Veios, Cápua, Cartago, Jerusalém e cidadelas semelhantes, que foram ocupadas por assédio. Quanto à conquista das cidadelas por violência furtiva, foi o que ocorreu em Palépolis[129], que os romanos ocuparam por meio de entendimentos com os de dentro. Tanto os romanos quanto outros povos tentaram muitas expugnações como essa, e poucas deram bons resultados; isso porque qualquer mínimo impedimento põe o plano a perder, e facilmente ocorrem impedimentos. Porque a conjuração pode ser descoberta antes que se realize, e a descoberta não é muito difícil, seja por deslealdade daqueles a quem ela foi comunicada, seja por dificuldade de pô-la em prática, visto que é preciso conversar com os inimigos e com quem não é lícito falar, a não ser com algum bom pretexto. Mas mesmo que a conjuração não seja descoberta ao ser engendrada, ao ser posta em prática surgem mil dificuldades. Porque, se chegas antes ou depois da hora marcada, tudo está perdido; um ruído fortuito, como o dos gansos do Capitólio, o rompimento de alguma ordenação costumeira, qualquer erro mínimo, qualquer mínima falácia cometida põe a empresa a perder. Acrescentem-se a isso as trevas da noite, que causam mais medo a quem lida nessas coisas perigosas. E, como a maioria dos homens que se empenham em semelhantes empresas não conhece bem o terreno e os lugares aonde é levada, acaba por confundir-se, amedrontar-se e embaraçar-se com qualquer acontecimento mínimo e fortuito, e qualquer falsa imagem[130] é suficiente para pô-los em fuga. Nunca houve alguém que fosse mais feliz nessas expedições fraudulentas

129. Cidade da Campânia, que mais tarde foi reunida a Nápoles. [N. da T.]
130. Perigo imaginário. [N. da R. T.]

e noturnas do que Árato de Sicione[131], que nelas era tão valente quanto era pusilânime nas ações diurnas e abertas, pelo que se pode supor que o bom efeito se devia mais a alguma *virtù* oculta dele do que à felicidade natural do feito. Portanto, muitas ações como essas são tramadas, poucas são tentadas e pouquíssimas executadas.

Na conquista de cidadelas por rendição, elas se entregam voluntariamente ou forçadas. A vontade de entregar-se pode provir de alguma necessidade extrínseca que as obrigue a pedir proteção, como fez Cápua com os romanos, ou por desejo de ser bem governada, sendo atraídas pelo bom governo que aquele príncipe realiza sobre os que já se refugiaram voluntariamente junto a ele, como fizeram os rodienses, os massilienses e outras cidades semelhantes, que se entregaram ao povo romano. Quanto à rendição forçada, a força pode provir de um longo assédio, como se disse acima, ou da contínua pressão de correrias, depredações e outros maus tratamentos; para escapar a isso, a cidade se rende. De todos os modos mencionados, os romanos usaram mais este último, e passaram mais de quatrocentos e cinqüenta anos esgotando os vizinhos com derrotas e correrias, ganhando, por meio dos acordos que faziam, autoridade sobre eles, como doutras vezes já discorremos. E foi esse o modo que mais usaram, mesmo experimentando outros, mas nos outros viram coisas perigosas ou inúteis. Porque no assédio há demora e gastos; na expugnação, dúvida e perigo; nas conjurações, incerteza. E viram que com uma derrota do exército inimigo conquistavam um reino em um dia; e, para tomarem por assédio uma cidade obstinada, demoravam muitos anos.

131. Fundador da Liga Acaica. [N. da T.]

33. De como os romanos davam poderes discricionários aos comandantes de seus exércitos[132]

Julgo dignos de consideração, para maior proveito da leitura dessa história escrita por Lívio, todos os modos de proceder do povo e do senado romano. E, entre outras coisas que merecem consideração, cito agora a autoridade com que cônsules, ditadores e outros comandantes de exércitos eram enviados para fora de Roma; e vê-se que a autoridade deles era muito grande, enquanto o senado se reservava apenas a autoridade de declarar novas guerras e confirmar as pazes pactuadas; todas as outras coisas incumbiam ao arbítrio e ao poder do cônsul. Porque, decidida uma guerra pelo povo e pelo senado – por exemplo, contra os latinos –, todas as outras decisões cabiam ao cônsul, que podia travar uma batalha ou não, e sitiar esta ou aquela cidadela, como bem lhe parecesse. Tais coisas são confirmadas por muitos exemplos, sobretudo pelo que ocorreu numa expedição contra os toscanos. O cônsul Fábio, depois de vencê-los nas proximidades de Sútrio, desejando transpor com o exército a selva do Cimino e entrar na Toscana, não só não pediu o parecer do senado, como também não lhe deu notícia alguma, ainda que a guerra tivesse o fim de conquistar terras desconhecidas, incertas e perigosas. Também o confirmam as deliberações tomadas pelo senado a respeito disso, pois este, sabendo da vitória de Fábio e desconfiando que ele tomasse a decisão de passar pelas mencionadas selvas da Toscana, julgou que não era bom

132. Tito Lívio, IX, 35-6. [N. da R. T.]

tentar aquela guerra e correr aquele perigo e, por isso, enviou a Fábio dois legados para dizer-lhe que não fosse para a Toscana; quando estes chegaram, ele já tinha ido e vencido, e assim os legados, em vez de serem impedidores da guerra, tornaram-se embaixadores da conquista e da glória. E quem considerar bem essa conduta verá que era de grande prudência, porque, se o senado quisesse que um cônsul fosse avançando na guerra aos poucos, seguindo aquilo de que ele o incumbia, este se tornaria menos atento e mais lento, pois acharia que a glória da vitória não era toda sua, mas em parte do senado, com cujos conselhos ele se teria governado. Além disso, o senado se veria obrigado a dar pareceres sobre coisas de que não poderia entender, porque, embora todos os senadores fossem homens bem exercitados na guerra, não estavam no campo de batalha e não conheciam infinitos pormenores que é preciso conhecer para bem aconselhar; assim, se aconselhassem, cometeriam infinitos erros. Por isso, queriam que o cônsul tomasse as decisões sozinho, e que a glória fosse toda sua; e achavam que o amor pela glória era freio e regra para fazê-lo bem agir. Fiz questão de comentar essa parte, porque vejo que as repúblicas de hoje, como Veneza e Florença, pensam de outro modo; e, se os seus comandantes, armeiros ou comissários quiserem implantar uma artilharia, os outros querem ter disso notícia e aconselhar. Modo esse merecedor do mesmo louvor merecido pelos outros, que, em conjunto, levaram tais repúblicas às condições em que estão no presente.

LIVRO TERCEIRO

1. Quem quiser que uma seita ou uma república viva por muito tempo, precisará fazê-la voltar freqüentemente ao seu princípio

A grande verdade é que todas as coisas do mundo têm seu tempo de vida; mas as que seguem todo o curso que lhes é ordenado pelo céu geralmente são aquelas cujo corpo não se desordena, mas se mantém de modo ordenado, sem alterações, ou, se as houver, com alterações que o tornem mais saudável, e não o danifiquem. E como estou falando de corpos mistos, como as repúblicas e as seitas, digo que são saudáveis as alterações que as levam de volta aos seus princípios. Portanto, são mais bem ordenadas e têm vida mais longa aquelas que, mediante suas ordenações, podem renovar-se muitas vezes, ou que, por algum acontecimento independente de tal ordenação, procedem a tal renovação. E é mais claro que a luz o fato de que, não se renovando, tais corpos não duram.

Para renová-los, como dissemos, é preciso fazê-los voltar aos seus princípios. Porque todos os princípios das seitas, das repúblicas e dos reinos hão de ter em si alguma bondade, pela qual retomem o prestígio e o vigor ini-

ciais. E, como, com o passar do tempo, essa bondade se corrompe, esse corpo haverá de, necessariamente, morrer, se nada ocorrer que o reconduza às condições iniciais [*la riduca al segno*]. E os doutores de medicina dizem, falando dos corpos humanos, "quod quotidie aggregatur aliquid, quod quandoque indiget curatione"[1]. Essa recondução ao princípio, em se tratando das repúblicas, pode ocorrer por acontecimento extrínseco ou por prudência intrínseca. Quanto ao primeiro caso, era necessário que Roma fosse tomada pelos franceses, para renascer e, renascendo, ganhar nova vida e nova *virtù*; e também retomar a observância da religião e da justiça, que lá começavam a macular-se. O que é bem compreensível pela história de Tito Lívio, quando ele mostra que, ao mandar seu exército combater os franceses e ao instituir os tribunos com poder consular, os romanos não observaram nenhuma cerimônia religiosa. Do mesmo modo, não só deixaram de punir os três Fábios, que, "contra jus gentium"[2], haviam combatido contra os franceses, mas também os elegeram tribunos. E é fácil pressupor que as outras boas constituições, ordenadas por Rômulo e pelos outros príncipes prudentes, começavam a ser menos prezadas do que era razoável e necessário para manter a vida livre. Portanto, ocorreu aquele golpe extrínseco, para que todas as ordenações daquela cidade fossem retomadas, e se mostrasse àquele povo que não só era necessário manter a religião e a justiça, mas também prezar os bons cidadãos e levar mais em conta a *virtù* deles, em vista de suas obras, do que as vantagens pessoais de que parecessem carecer.

1. Que todos os dias se acrescenta alguma coisa que, um dia ou outro, precisará de tratamento. [N. da T.]

2. Cf. *Discursos*, II, 28. [N. da R. T.]

E vê-se que foi exatamente isso o que aconteceu, porque, logo depois da retomada de Roma, foram renovadas todas as ordenações da antiga religião, foram punidos os Fábios que haviam combatido "contra jus gentium", e logo depois tanto se passou a prezar a *virtù* e a bondade de Camilo que o senado e os outros, pondo de lado a inveja, voltaram a depositar nele todo o peso da república[3]. É necessário, portanto, como dissemos, que os homens que vivem juntos em qualquer ordenação, se examinem freqüentemente, em razão desses acontecimentos extrínsecos ou intrínsecos. Quanto a estes últimos, ou provêm de alguma lei que muitas vezes reveja a conduta dos homens que pertencem àquele corpo, ou de algum homem bom que surja entre eles e que, com seus exemplos e suas obras virtuosas, produza o mesmo efeito de uma ordenação.

Portanto, esse bem surge nas repúblicas por *virtù* de um homem ou por *virtù* de uma ordenação. Quanto a esta última, as ordenações que fizeram a república romana voltar aos seus princípios foram os tribunos da plebe, os censores e todas as outras leis contra a ambição e a insolência dos homens. Ordenações que precisam ganhar vida graças à *virtù* de um cidadão que, corajosamente, faça de tudo para pô-las em prática, contrariando o poder daqueles que as transgridem. E, antes da tomada de Roma pelos franceses, foram notáveis, como execuções[4], a morte dos filhos de Bruto, a morte dos dez cidadãos, a do frumentário Mélio; depois da tomada de Roma, a morte de Mânlio Capitolino, a do filho de Mânlio Torquato, a execução imposta por Papírio Cursor a Fábio, seu mestre de cavalaria, a acusação dos Cipiões. Eram coisas extraor-

3. Tito Lívio, V, 50-1. [N. da R. T.]
4. Aplicações da lei. [N. da R. T.]

dinárias e notáveis, que, sempre que ocorriam, faziam os homens retornar às condições iniciais [*segno*], mas, quando elas começaram a ser mais raras, começaram também a dar mais ensejo à corrupção dos homens, e a imposição das leis começou a ocorrer em meio a maiores perigos e tumultos. Porque, entre uma e outra das execuções de que falamos acima, deveriam passar-se, no máximo, dez anos, pois, passado esse tempo, os homens começam a mudar os costumes e a transgredir as leis; e, se nada surgir que lhes traga a punição à memória e renove o medo em seus espíritos, logo se acumularão tantos delinqüentes, que já não será possível puni-los sem perigo. A propósito, os homens que governaram o estado de Florença de 1434 até 1494[5] diziam que seria necessário retomar o estado a cada cinco anos, caso contrário, seria difícil mantê-lo: e por retomar o estado entendiam disseminar entre os homens o terror e o medo que haviam disseminado ao tomá-lo, quando abateram todos os que, segundo aquele modo de vida, se haviam conduzido mal[6]. Mas, quando a lembrança de tais danos se apaga, os homens passam a ter a ousadia de tentar coisas novas e de falar mal do governo; por isso, é necessário acautelar-se, realizando um retorno aos princípios. Esse retorno das repúblicas aos seus princípios também pode decorrer simplesmente da *virtù* de um homem, sem depender de nenhuma lei que incite a execuções; no entanto têm eles tal reputação e é tão alto o seu exemplo que os homens bons desejam imitá-los e os maus se envergonham de viver de modo contrário ao dele. Os homens que, em Roma, particularmente, produziram tais bons efeitos foram Horácio Cocles, Cévola, Fa-

5. Os Medici. [N. da R. T.]

6. De acordo com a perspectiva do regime dos Medici. [N. da R. T.]

brício, os dois Décios, Régulo Atílio e alguns outros que, com exemplos raros e virtuosos, produziam em Roma quase o mesmo efeito que produzem as leis e as ordenações. E, se as execuções acima citadas, aliadas a esses exemplos particulares, ocorressem pelo menos a cada dez anos naquela cidade, ela, necessariamente, nunca se teria corrompido: mas, como essas duas coisas começaram a rarear, também começaram a multiplicar-se as corrupções. Porque, depois de Marcos Régulo, não mais se viu exemplo semelhante: e, embora tivessem surgido os dois Catões, foi tão grande a distância entre estes e aqueles e entre um e outro destes últimos, e ficaram eles tão sós, que com seus bons exemplos não podiam fazer boa obra; sobretudo o último Catão, que, encontrando grande parte da cidade corrompida, não conseguiu melhorar os cidadãos com seu exemplo. E isto basta quanto às repúblicas.

Quanto às seitas, percebe-se que essas renovações também são necessárias pelo exemplo da nossa religião, que, se não fosse levada de volta ao seu princípio por São Francisco e São Domingos, já se teria extinguido. Porque eles, com a pobreza e com o exemplo da vida de Cristo, levaram-na de volta à mente dos homens, onde já estava extinta: e é por serem tão fortes as suas novas ordenações que a desonestidade dos prelados e dos pontífices religiosos não a arruínam; vivem ainda na pobreza e têm muito crédito nas confissões dos povos e nas pregações, dando a entender que é mau falar mal do mal e que é bom viver sob a obediência deles, e, se aqueles cometem erros, que Deus os castigue: e assim aqueles fazem o pior que podem, porque não temem a punição que não vêem e na qual não acreditam. Portanto, tal renovação manteve e mantém essa religião.

Também os reinos precisam renovar-se e reconduzir suas leis aos seus princípios. E vê-se o bom efeito que isso faz ao reino de França, que vive sob as leis e sob as ordenações mais que nenhum outro reino. E os mantenedores de tais leis e ordenações são os parlamentos[7], sobretudo o de Paris, que dá nova vida às leis sempre que executa algo contra algum príncipe do reino e quando condena o rei em suas sentenças. E, até agora, tal reino se manteve por ter sido um obstinado executor contra aquela nobreza: mas, se porventura deixasse alguém sem punição, e se os transgressores viessem a multiplicar-se, sem dúvida seria necessário corrigir a situação com grande desordem, ou então aquele reino se dissolveria.

Conclui-se, portanto, que não há coisa mais necessária à vida comum, seja em seitas, reinos ou repúblicas, do que devolver-lhe a reputação que tinha no início, bem como cuidar que a tal efeito se chegue por meio de boas ordenações ou bons homens, e não por alguma força extrínseca. Porque, embora às vezes esta seja um ótimo remédio, como o foi para Roma, é tão perigosa que não se deve, de modo algum, desejá-la. E, para demonstrar como as ações dos homens, individualmente, engrandeceram Roma e produziram naquela cidade muitos bons efeitos, passarei à narração e à consideração desses fatos, com o que se concluirão este terceiro livro e a última parte desta primeira Década. E, embora as ações dos reis fossem grandiosas e notáveis, não cuidarei delas, uma vez que a história as narra profusamente; não falarei delas de nenhum outro modo, a não ser nas coisas pertencentes à

7. Os parlamentos franceses acumulavam funções legislativas, políticas e judiciárias (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 202).

sua vida pessoal; e começarei por Bruto, pai da liberdade romana.

2. De quanta sabedoria há em simular loucura na hora certa[8]

Nunca ninguém foi considerado tão prudente e sábio por alguma obra insigne que tenha realizado quanto o merece ser Júnio Bruto na sua simulação da estultícia. E ainda que Tito Lívio só fale de uma razão que o induzia a tal simulação, qual seja, a de poder viver e manter seu patrimônio com mais segurança, em vista do seu modo de proceder é de crer que simulava também para ser menos observado e ter mais facilidade de combater os reis e libertar sua pátria, tão logo lhe fosse dada a ocasião. E prova de que já pensava nisso tem-se, primeiramente, quando, ao interpretar o oráculo de Apolo, fingiu cair para beijar a terra[9], considerando que assim os deuses seriam favoráveis aos seus pensamentos; e depois, quando, diante do cadáver de Lucrécia[10], entre o pai, o

8. Tito Lívio, I, 56-9. [N. da R. T.]

9. Tarquínio enviou ao oráculo de Delfos seus dois filhos, Tito e Arrunte; a estes se uniu Lúcio Júnio Bruto, filho de Tarquínia, irmã do rei. Depois de terem lá cumprido as incumbências dadas pelo pai, os jovens quiseram perguntar qual dos dois ocuparia o trono romano. Conta-se que, do fundo do santuário, uma voz disse: "Terá o supremo império de Roma o primero de vós, ó jovens, que beijar sua mãe." Os Tarquínios combinaram guardar segredo disso, para que seu irmão Sexto, que permanecera em Roma, não soubesse dessa resposta, ficando, portanto, excluído da sucessão. Mas Bruto, considerando que as palavras do oráculo deviam ter outro significado, deixou-se cair ao chão, como por acidente, e beijou a terra, mãe comum de todos os mortais. [N. da T.]

10. Lucrécia matou-se depois de ter sido violentada por Sexto Tarquínio. [N. da T.]

marido e outros parentes dela, ele foi o primeiro a retirar a faca do ferimento, arrancando dos presentes o juramento de que nunca tolerariam que, no futuro, alguém reinasse em Roma. Com o exemplo dele devem aprender todos os que estão descontentes com um príncipe: e devem antes medir e pesar suas forças, e, se forem tão poderosos que possam pôr a descoberto os seus inimigos e travar contra eles guerra aberta, deverão tomar esse caminho como o menos perigoso e mais honroso. Mas, se para essa guerra aberta não bastarem suas forças, deverão com grande habilidade procurar torná-los seus amigos e, para esse efeito, entrar por todos os caminhos que considerem necessários, atendendo aos seus desejos e desfrutando prazer em todas as coisas com as quais aqueles se deleitam. Essa familiaridade te permitirá, em primeiro lugar, viver em segurança e, sem correr nenhum perigo, gozar ao lado daquele príncipe a boa fortuna, dando-te todas as condições de satisfazer às tuas intenções. É verdade que alguns dizem que não devemos ficar tão próximos dos príncipes que a ruína deles nos atinja, nem tão distantes que, arruinando-se ele, não tenhamos tempo de elevar-nos sobre as suas ruínas: nisto, o caminho do meio seria o melhor, desde que pudesse ser seguido; mas, como o creio impossível, é preciso adotar as duas condutas acima, ou seja, ou afastar-se totalmente, ou aproximar-se muito deles. Quem se conduzir de outro modo, se for homem notável, viverá em constante perigo. E não basta dizer: "Não faço caso de nada, não desejo honras nem proveitos, só quero viver tranqüilamente e sem brigas!", porque essas desculpas são ouvidas, mas não aceitas: e os homens de qualidade não podem escolher a quietude, ainda que a escolhessem realmente e sem ambição, porque não serão acreditados; assim, ainda que queiram estar quietos, não serão deixa-

dos quietos pelos outros. Convém, portanto, fazer-se de louco, como Bruto; e faz-se bem de louco quem louva, fala, vê e faz coisas contra o seu ânimo, para agradar ao príncipe. E, visto que falamos da prudência desse homem para recuperar a liberdade a Roma, falaremos agora da sua severidade para mantê-la.

3. De como é necessário matar os filhos de Bruto, para manter a liberdade que se acaba de conquistar[11]

Foi tão necessária quanto útil a severidade de Bruto para manter em Roma a liberdade que ele acabava de conquistar, o que é exemplo raro em todas as memórias das coisas[12]: ver o pai tomar assento nos tribunais e não só condenar os filhos à morte, mas também presenciar a sua morte. E quem ler as histórias antigas sempre saberá que, depois de uma mudança de estado, seja de república para tirania, seja de tirania para república, é necessária uma execução memorável contra os inimigos das condições presentes. E quem criar uma tirania e não matar Bruto, ou quem criar um estado livre e não matar os filhos de Bruto, mantém-se por pouco tempo. E, visto que acima discorremos sobre isso amplamente, remeto àquilo que então disse, e só aduzirei aqui um exemplo, memorável em nossos dias e na nossa pátria. É o exemplo de Piero Soderini[13], que acreditava poder vencer com

11. Tito Lívio, II, 3-5. [N. da R. T.]

12. Nas histórias. [N. da R. T.]

13. Piero di Tommaso Soderini (1452-1522) foi eleito gonfaloneiro vitalício em 1502. Seus principais inimigos eram os amigos dos banidos Medici, os que não gostavam de sua insistência em que a França continuasse sendo aliada de

paciência e bondade o grande desejo que nos filhos de Bruto havia de retornar ao outro governo, e enganou-se. E, ainda que, com sua prudência, soubesse dessa necessidade, e a sorte e a ambição dos que o combatiam lhe dessem ocasião de eliminá-los, mesmo assim nunca teve a intenção de fazê-lo. Porque, além de acreditar que, com paciência e bondade, dissiparia os humores malignos e que, dando prêmios a alguns, poderia eliminar inimizades, julgava (e muitas vezes deu disso fé a amigos) que, para enfrentar com valentia os que se lhe opunham e vencer os seus adversários, ele precisaria assumir autoridade extraordinária e destruir, junto com as leis, a igualdade civil, coisas que, mesmo não sendo depois por ele usadas tiranicamente, teriam assustado tanto a população [*l'universale*], que esta, após sua morte, nunca mais concordaria em reeleger um gonfaloneiro vitalício, ordenação essa que ele considerava digna de ser fortalecida e mantida. Tal respeito era sábio e bom: no entanto, nunca se deve deixar que um mal progrida em relação a um bem, quando esse bem puder ser facilmente sobrepujado por tal mal. Ele deveria saber que quem julgasse suas obras e suas intenções pelos seus fins – desde que a fortuna e a vida ficassem a seu lado – poderia certificar que tudo o que ele fizera fora feito pela salvação da pátria, e não por ambição pessoal; e poderia regular as coisas de tal modo que um sucessor seu não pudesse fazer por mal aquilo que ele tivesse feito por bem. Mas enganou-o sua primeira opinião, por não saber que a maldade não é do-

.....

Florença e os que tinham nutrido a esperança de que ele voltasse a concentrar o poder numa oligarquia. Desse modo, foi o principal alvo do exército espanhol e papal que, em 1512, depois da retirada da França da Itália, apoiou aqueles que exigiam a volta dos Medici e a sua demissão. Diante das pressões, ele concordou em demitir-se e saiu da cidade para o exílio, que durou até sua morte. [N. da T.]

mada pelo tempo nem aplacada por nenhuma dádiva. Tanto que, por não saber assemelhar-se a Bruto, perdeu, além da pátria, o estado e a reputação. E, assim como é difícil salvar um estado livre, também é difícil salvar um régio, conforme se mostrará no próximo capítulo.

4. Não viverá seguro o príncipe em um principado, enquanto continuarem vivos aqueles que dele foram espoliados[14]

A morte de Tarquínio Prisco[15], por obra dos filhos de Anco, e a morte de Sérvio Túlio[16], por obra de Tarquínio Soberbo[17], mostram como é difícil e perigoso espoliar al-

14. Tito Lívio, I, 40-8. [N. da R. T.]

15. Com a morte de Anco, Tarquínio Prisco, que era tutor dos filhos daquele, insistiu para que fossem convocados o quanto antes os comícios para a designação de um monarca. Pouco antes da reunião, afastou de Roma os jovens filhos do rei morto e foi o primero a reivindicar abertamente o trono, pronunciando um discurso destinado a granjear a boa vontade do povo. E este confiou-lhe o trono por unanimidade. [N. da T.]

16. Tarquínio estava mortalmente ferido, mas ainda não tinha expirado, quando Sérvio Túlio assumiu o poder, por designação da mulher de Tarquínio. Mantendo oculta a morte de Tarquínio por vários dias, foi consolidando seu próprio poder. Quando a verdade foi divulgada, em meio às lamentações que enchiam o palácio, Sérvio, protegido por guarda bem armada, apoderou-se do trono por meio de um conselho de senadores e sem eleição popular, o que nunca acontecera antes. Os filhos de Anco, causadores da morte de Tarquínio, exilaram-se voluntariamente. [N. da T.]

17. Sérvio Túlio casou suas duas filhas com os filhos de Tarquínio, Lúcio e Arrunte. Lúcio, porém, não se conformava e dizia que Sérvio Túlio ocupava um trono que deveria ser seu, ainda que o povo tivesse confirmado Sérvio no poder. Sua hostilidade contra Sérvio crescia a cada dia. Tarquínio começou a freqüentar senadores, dando presentes e sempre fazendo acusações contra o rei. Um dia irrompeu no fórum rodeado de um bando e ocupou a cadeira curul no senado, que era reservada ao monarca, mandando convocar os senadores. Todos foram para lá, e enquanto Tarquínio proferia insultos

guém do seu reinado e deixá-lo vivo, mesmo procurando ganhar sua amizade com favores. E veja-se como Tarquínio Prisco se enganou ao julgar que possuía aquele reino juridicamente, visto que ele lhe fora dado pelo povo e confirmado pelo senado, e não acreditava que nos filhos de Anco houvesse tanto rancor que eles não se contentassem com aquilo que contentava Roma inteira. E Sérvio Tulo enganou-se quando acreditou que podia, com novos favores, granjear a amizade dos filhos de Tarquínio. De modo que, quanto ao primeiro exemplo, todo príncipe deve estar ciente de que nunca viverá seguro do seu principado, enquanto viverem aqueles que foram por ele espoliados. Quanto ao segundo, todo poderoso deve lembrar-se de que as antigas injúrias nunca foram apagadas por novos benefícios, muito menos quando o benefício novo é menor que a injúria[18]. E, sem dúvida, Sérvio Tulo foi pouco prudente ao acreditar que os filhos de Tarquínio se satisfariam em ser genros de quem acreditavam digno de ser rei. E esse desejo de reinar é tão grande, que não só entra no peito daquele a quem cabe o reino, mas também no daqueles a quem ele não cabe, como ocorreu com a mulher de Tarquínio, a jovem, filha de Sérvio, que, movida por esse furor, contrariando a piedade paterna[19], instigou o marido contra o pai, incitando-o a arrebatar-lhe a vida e o reino, pois mais prezava ser rainha

.....

contra o rei, Sérvio chegou e gritou do vestíbulo da cúria: "Que novidade é essa? Tarquínio é rei? Como se atreveu até a convocar os senadores e a sentar-se em minha cadeira, se estou vivo?" Tarquínio respondeu que estava ocupando o lugar de seu pai. E, levantando-se, agarrou Sérvio pela cintura e o arremessou escadaria abaixo. Todos fugiram e, enquanto o rei se retirava ferido e sem séqüito, foi morto pelos sequazes de Tarquínio. [N. da T.]

18. Cf. *O príncipe*, 7. [N. da R. T.]

19. Amor filial. [N. da R. T.]

que filha de rei. Se, portanto, Tarquínio Prisco e Sérvio Túlio perderam o reino por não saberem garantir-se contra aqueles de quem o tinham usurpado, Tarquínio Soberbo o perdeu por não observar as ordenações dos antigos reis, conforme se mostrará no próximo capítulo.

5. Por que perde um reino quem o tem por direito hereditário[20]

Depois que Tarquínio Soberbo matou Sérvio Túlio, como este não deixasse herdeiros, aquele passava a reinar com segurança, por não precisar temer as coisas que haviam atingido seus antecessores. E, embora o modo como subiu ao trono tivesse sido extraordinário e odioso, se ele tivesse observado as antigas ordenações dos outros reis, teria sido tolerado, e o senado e a plebe não se teriam revoltado contra ele para tirar-lhe o estado. Sua expulsão, portanto, não se deu porque seu filho Sexto violentou Lucrécia, mas sim porque ele mesmo desrespeitou as leis do reino e o governou tiranicamente, despojando o senado de autoridade, que acumulou toda em si; e tudo aquilo que se fazia em lugares públicos, dando-se satisfações ao senado romano, passou a ser feito no seu palácio, provocando despeito e rancor; de tal modo que, em breve, espoliou Roma de toda a liberdade que a cidade mantivera sob o mando dos outros reis. E não se limitou a granjear a inimizade dos senadores, mas também concitou contra si a plebe, cansando-a com trabalhos braçais em tudo diferentes daqueles nos quais os seus anteces-

20. Tito Lívio, I, 49-59. [N. da R. T.]

sores a haviam empregado[21]: assim, enchendo Roma de exemplos de crueldade e soberba, logo dispôs os ânimos de todos os romanos à rebelião, desde que se apresentasse a ocasião. E, se o que aconteceu a Lucrécia não tivesse ocorrido, assim que surgisse outro acontecimento, o efeito teria sido o mesmo. Porque, se Tarquínio tivesse vivido como os outros reis, e Sexto, seu filho, tivesse cometido aquele erro, Bruto e Colatino teriam recorrido a Tarquínio para pedir o castigo de Sexto, e não ao povo romano. Saibam, portanto, os príncipes que se começa a perder o estado quando se começa a transgredir as leis e a desrespeitar os modos e costumes antigos, em respeito aos quais os homens viveram muito tempo. E, se, depois de privados do estado, eles se tornassem tão prudentes que pudessem reconhecer a facilidade com que os principados se mantêm nas mãos daqueles que tomam sábias resoluções, ser-lhes-ia muito mais dolorosa aquela perda, e maior seria a pena a que se condenariam do que se fossem por outros condenados. Porque é muito mais fácil ser amado pelos bons do que pelos maus, obedecer às leis do que comandá-las. E, se quiserem entender o modo como se fazem tais coisas, o único trabalho que terão será o de usarem por espelho a vida dos príncipes bons, tais como Timoleonte de Corinto[22], Árato de Sicione[23] e semelhantes, em cujas vidas encontrariam tanta segurança e satisfação de quem governa e de quem é governado que sentiriam vontade de imitá-los, podendo facilmente fazê-lo, pelas razões alegadas. Porque os homens, quando são bem governados, não procuram nem querem outra liber-

21. Isto é, da guerra. [N. da R. T.]
22. Cf. *Discursos*, I, 17. [N. da R. T.]
23. *Ibid.*, II, 32. [N. da R. T.]

dade: foi o que ocorreu aos povos governados pelos dois que acabamos de mencionar, povos que os obrigaram a ser príncipes enquanto viveram, ainda que eles, por diversas vezes, tivessem tentado viver de modo privado. E, visto que neste capítulo e nos dois anteriores falamos dos humores concitados contra os príncipes, das conjurações dos filhos de Bruto contra a pátria e daquelas contra Tarquínio Prisco e Sérvio Túlio, não me parece fora de propósito falar mais demoradamente sobre conjurações no próximo capítulo, visto que essa matéria é digna de nota por parte dos príncipes e dos homens privados.

6. Das conjurações

Não me pareceu bom deixar de falar das conjurações, que são tão perigosas para os príncipes e para os homens privados; porque se nota que muitos mais príncipes perderam a vida e o estado por meio delas do que por guerra aberta. Pois a capacidade de travar guerra aberta contra um príncipe é concedida a poucos, mas a de conjurar se concede a todos. Por outro lado, os homens privados não poderiam dar-se a ação mais perigosa e mais temerária que essa, que é difícil e perigosíssima em tudo. Por isso, muitas são tentadas e pouquíssimas atingem o fim desejado. Portanto, para que os príncipes aprendam a proteger-se desses perigos, e os homens privados neles se metam com mais cautela, aliás, aprendam a viver contentes sob o governo que a sorte lhes impôs, falarei aqui profusamente sobre a matéria, sem deixar de lado nenhum caso notável para ensinamento destes e daqueles. E, realmente, é de ouro a máxima de Cornélio Tácito que diz

que os homens devem honrar as coisas passadas e obedecer às presentes; devem desejar bons príncipes e tolerá-los do modo como são. De fato, quem faz outra coisa arruína-se no mais das vezes e, consigo, arruína a pátria.

Para começar a tratar da matéria, cabe considerar, primeiramente, contra quem são feitas as conjurações, e veremos que o são contra a pátria ou contra um príncipe: falaremos das duas, porque, daquelas que são feitas para entregar uma cidadela aos inimigos que a sitiam, ou de outras que com estas tenham semelhança, já se falou o suficiente acima[24]. Trataremos, nesta primeira parte, das conjurações contra o príncipe, examinando antes as razões por que são feitas. São muitas as razões, mas uma delas é a mais importante de todas: ser odiado pelo povo [*universale*][25], porque, se o príncipe granjeou o ódio universal, é de supor que haja alguns cidadãos particulares que, por terem sido mais ofendidos por ele, desejem vingar-se. Esse desejo cresce diante da malevolência geral [*universale*] que vêem contra ele. O príncipe, portanto, deve fugir a essas pressões privadas[26] e, como já tratei em outro lugar do modo de fazê-lo[27], não desejo falar disso aqui, porque, se ele se proteger de tais pressões, as simples ofensas particulares lhe farão menos guerra. Em primeiro lugar, porque raramente se vêem homens que dêem tanto peso a uma injúria a ponto de se exporem a tanto

24. Cf. *Discursos*, II, 32. [N. da R. T.]

25. Cf. *O príncipe*, 19. [N. da R. T.]

26. Inglese propõe "públicas" e justifica: "[...] certamente não *privadas*, como lê Mazzoni, que se funda apenas no manuscrito L [London British Museum, manuscrito Harleian 3533]; o discurso é claríssimo: se o príncipe evita o ódio político (público), pode guardar-se melhor daquele privado" (INGLESE, *op. cit.*, p. 585). [N. da R. T.]

27. Cf. *O príncipe*, 19. [N. da R. T.]

perigo para vingá-la; em segundo lugar, ainda que tivessem coragem e poder para fazê-lo, seriam refreados pela benevolência geral [*universale*] que vissem em relação ao príncipe. As injúrias podem ser contra o patrimônio, o sangue ou a honra. Quanto às de sangue, mais perigosas são as ameaças que as execuções; aliás, as ameaças são perigosíssimas, e nas execuções não há perigo algum, porque quem morreu não pode pensar em vingança, e os que continuam vivos, no mais das vezes, deixam que tu penses no morto[28]. Mas quem é ameaçado e se vê obrigado a, necessariamente, fazer ou receber, torna-se homem perigosíssimo para o príncipe, conforme veremos em seu devido lugar. Afora essa necessidade, o patrimônio e a honra são as duas coisas que ofendem mais os homens do que qualquer outra ofensa, e delas o príncipe deve guardar-se, porque ele nunca poderá espoliar alguém a tal ponto que não lhe reste uma faca por vingar-se; nunca poderá desonrar tanto alguém que não lhe reste a obstinação de vingar-se. E, entre os atentados à honra dos homens, os que mais importam são os cometidos contra as mulheres; depois destes, vem o vilipêndio da pessoa. Foi isso que armou Pausânias contra Filipe da Macedônia[29] e armou muitos outros contra muitos príncipes: nos nossos tempos, Luzio Belanti foi levado a conjurar contra Pan-

28. Em vez de "deixam que tu penses no morto" [*ne lasciano il pensiero a te*], Inglese propõe "deixam o pensamento ao morto" [*ne lasciano il pensiero al morto*], que seria uma variação sobre o tema "chi muore giace e chi vive si dà pace". Em outros termos: "Deixe que os mortos enterrem os mortos". Inglese comenta: "A frase não é bem construída, mas não há nenhuma necessidade de recorrer, como faz Mazzoni, apenas ao manuscrito L (*a te*), que fornece um sentido realmente distorcido" (INGLESE, *op. cit.*, p. 586). [N. da R. T.]

29. Cf. *Discursos*, II, 28. [N. da R. T.]

dolfo, tirano de Siena, porque este lhe deu a mão de uma de suas filhas e depois a retirou, como veremos em seu devido lugar. A principal razão de os Pazzi terem conjurado contra os Medici foi a herança de Giovanni Bonromei, da qual foram privados por aqueles[30]. Existe outra grande razão para que os homens conjurem contra o príncipe, que é o desejo de libertar a pátria ocupada por ele. Foi essa a razão que levou Bruto e Cássio a conjurar contra César, e levou muitos outros a conjurar contra os Fálaris[31], os Dionísios[32] e outros que ocuparam sua pátria. E nenhum tirano pode defender-se desse humor, a não ser depondo a tirania. E como ninguém o faz, poucos são os que não se saem mal; donde aqueles versos de Juvenal:

> Ad generum Cereris sine cæde et vulnere pauci
> Descendunt reges, et sicca morte tiranni.[33]

O perigo a que expõem as conjurações, como disse acima, são grandes, e grandes são em todos os seus momentos; porque em tais casos corre-se perigo ao engendrá-las, ao executá-las e depois da execução. Quem conjura, conjura sozinho ou com outros. Se sozinho, não se pode falar de conjuração, mas sim de firme disposição, nascida num homem, de matar o príncipe. Nesse caso apenas, dos três perigos a que se expõe quem conjura, falta o primeiro; porque, antes da execução ele não corre perigo, pois, por não haver outros que conheçam o segre-

30. Cf. *História de Florença*, VIII, 2. [N. da R. T.]

31. Fálaris, tirano de Agrigento. [N. da T.]

32. Dionísio, um dos tiranos de Siracusa. [N. da T.]

33. Poucos reis descem até o genro de Ceres (Plutão) sem sangue derramado nem feridas; poucos tiranos sem morte cruenta. [N. da T.]

do, não há o perigo de seus desígnios chegarem aos ouvidos do príncipe. Essa deliberação pode ser tomada por qualquer homem, de qualquer condição, seja ele grande, pequeno, nobre, plebeu [*ignobile*], familiar e não familiar ao príncipe, porque a todos é lícito, um dia, falar com ele, e a quem é lícito falar, é lícito desafogar seu ânimo. Pausânias, do qual já falamos outras vezes, matou Filipe da Macedônia quando este se dirigia ao templo, com mil homens armados ao redor, e entre o filho e o genro. Mas ele era nobre e conhecido do príncipe. Um espanhol, pobre e abjeto, deu uma facada no pescoço do rei Fernando, da Espanha: o ferimento não foi mortal, mas com isso se viu que ele teve coragem e possibilidade para fazê-lo. Um dervixe, sacerdote turco, atacou Baisit, pai do Turco atual, com uma cimitarra: não o feriu, mas também teve coragem e possibilidade para fazê-lo. Creio que esse tipo de coragem encontra-se em muitos que sentem vontade de cometer tais atos, porque na vontade não há pena nem perigo; mas poucos os cometem, e entre os que os cometem, pouquíssimos ou nenhum deixam de ser mortos na hora; por isso, não se encontra quem queira caminhar para a morte certa. Mas deixemos de lado essas vontades solitárias e tratemos das conjurações entre muitos.

Pelo que se vê nas histórias, todas as conjurações foram feitas por homens grandes ou muito familiares ao príncipe: porque os outros, se não forem totalmente loucos, não podem conjurar, visto que os homens fracos e não familiares ao príncipe não podem oferecer as esperanças e as possibilidades necessárias à execução de uma conjuração. Em primeiro lugar, os homens fracos não podem encontrar o apoio de quem lhes dê fé, pois não seria possível assentir com sua vontade na esperança de al-

guma das coisas que fazem os homens expor-se a grandes perigos: de modo que, quando o número deles cresce para duas ou três pessoas, sempre se encontra um delator que põe tudo a perder; mas, mesmo quando têm a sorte de não encontrar tal delator, na execução do plano eles se vêem cercados de tanta dificuldade, por não terem acesso fácil ao príncipe, que é impossível que nessa execução não se arruínem. Porque, se os homens grandes, que têm fácil acesso ao príncipe, são tolhidos pelas dificuldades de que abaixo falaremos, para estes a dificuldade só haverá de crescer infinitamente. Portanto, os homens (que, se estão em jogo vida e patrimônio, não são totalmente insanos), quando se sabem fracos, resguardam-se; e quando não gostam de um príncipe, aplicam-se a blasfemar contra ele, esperando que os homens de maior poder os vinguem. E, mesmo que algum deles tivesse tentado alguma coisa, é de louvar neles a intenção, mas não a prudência. Vê-se, portanto, que as conjurações sempre foram feitas por homens grandes ou muito próximos do príncipe; dentre estes muitos conjuravam movidos pelo excesso de benefícios ou pelo excesso de injúrias: foi o que ocorreu com Perênio contra Cômodo, com Plautiano contra Severo, com Sejano contra Tibério. Todos esses receberam de seus imperadores tanta riqueza, honra e tão altos postos que, para atingirem o perfeito poder, só pareciam carecer do império; e, não querendo carecer deste, puseram-se a conjurar contra o príncipe; e suas conjurações todas tiveram o fim merecido pela sua ingratidão, ainda que, entre várias conjurações semelhantes dos últimos tempos, uma delas tenha terminado bem, e foi a de Iacopo di Appiano contra Piero Gambacorti, príncipe de Pisa: Iacopo, que recebeu criação, sustento e reputação

de Gambacorti, arrebatou-lhe o estado. Foi desse tipo a conjuração de Coppola[34], nos nossos tempos, contra o rei Fernando de Aragão: Coppola chegou a tal grandeza que não parecia faltar-lhe nada, senão o reino, e, por querer também este, perdeu a vida. E, realmente, se alguma conjuração feita por homens grandes contra príncipes tivesse de terminar bem, deveria ter sido essa, porque engendrada por um outro rei, pode-se dizer, e por quem tinha tanta possibilidade para cumprir seu intento; mas a mesma cupidez de poder que os torna cegos, torna-os cegos também na execução de sua empresa; porque, se soubessem cometer essa maldade com prudência, seria impossível falhar. Portanto, o príncipe que quiser resguardar-se das conjurações deverá temer mais aqueles a quem satisfez demais do que aqueles a quem injuriou demais. Porque a estes faltam possibilidades que para os outros sobejam; e a vontade dos dois é semelhante, porque o desejo de dominar é tão grande quanto o de vingança, ou ainda maior. Logo, devem dar aos amigos tanta autoridade que entre estes e o principado haja algum intervalo e que de permeio haja alguma coisa para desejar: caso contrário, raro será o caso de não lhes ocorrer o que aos príncipes supracitados ocorreu. Mas voltemos à nossa matéria.

Digo que os conjurados hão de ser homens grandes e de ter fácil acesso ao príncipe, e cabe-nos agora discorrer sobre o que sucedeu nessas suas empresas e qual foi a razão de terem sido bem-sucedidas ou não. Como disse acima, há perigo em três momentos: antes, durante e depois. Poucas conjurações houve que tiveram um bom

34. Francesco Coppola (1420-1487), siciliano que tinha altos cargos no reino de Fernando de Aragão (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 208).

final, porque é impossível, ou quase, ter sucesso em todos os momentos. E, para começar a discorrer sobre os perigos do antes, que são os mais importantes, digo que é preciso ser muito prudente e ter muita sorte para não ser descoberto ao engendrar uma conjuração. E a descoberta se dá por delação ou por conjectura. A delação decorre da pouca lealdade, ou pouca prudência, dos homens com quem te comuniques. A pouca lealdade ocorre facilmente, porque só podes comunicar-te com amigos fiéis, que arrisquem a vida por te amar, ou com homens descontentes com o príncipe. Amigos fiéis é possível encontrar um ou dois, e, se quiseres mais, será impossível encontrá-los, pois é preciso que o bem que te queiram seja tão grande que não lhes pareçam maiores o perigo e o medo da punição. Ademais, os homens com freqüência se enganam sobre o amor que acreditam ver nos outros, e desse amor só pode ter certeza quem o põe à prova, e pô-lo assim à prova é perigosíssimo. E, mesmo que o tenhas posto à prova em alguma outra coisa perigosa, na qual foram leais, não poderás medir esta lealdade por aquela, visto que o perigo da conjuração é muito maior que qualquer outra espécie de perigo. Se medires a lealdade pelo descontentamento que alguém tenha contra o príncipe, poderás facilmente enganar-te, porque assim que revelares tuas intenções a esse descontente, tu lhe darás razões para contentar-se[35], e então é preciso que o ódio ao príncipe seja muito grande ou que tua autoridade seja ainda maior, para mantê-lo leal.

Por isso é que muitas são reveladas e debeladas já desde o início; e, quando alguma permanece secreta en-

35. Conquistando a benevolência do príncipe pela delação. [N. da R. T.]

tre muitos homens, durante muito tempo, diz-se que é por milagre, como ocorreu com a de Pisão[36] contra Nero, e, nos nossos tempos, com a dos Pazzi[37] contra Lorenzo e Giuliano de' Medici, que eram conhecidas por mais de cinqüenta homens e foram descobertas no momento da execução. Quanto à descoberta por falta de prudência, ocorre quando um conjurado fala sobre a conjuração com pouca cautela, de tal modo que um serviçal ou outra pessoa o ouça, como ocorreu aos filhos de Bruto, que, ao tratarem das coisas com os legados de Tarquínio, foram ouvidos por um serviçal, que os acusou; também pode ocorrer quando, por leviandade, comuniques a trama a mulher ou rapaz que ames ou a semelhantes pessoas levianas, como ocorreu com Dimnos, um dos conjurados de Filotas contra Alexandre Magno, que falou da conjuração a Nicômacos, rapaz que amava; este contou tudo imediatamente a Cibalino, seu irmão, e Cibalino contou ao rei. Quanto à descoberta por conjectura, temos como exemplo a conjuração de Pisão contra Nero: Cevino, um dos conjurados, na véspera do dia em que deveria matar Nero, fez testamento, ordenou a Milíquio, seu liberto, que mandasse afiar um punhal velho e enferrujado, libertou todos os seus escravos e deu-lhes dinheiro, e fez preparar faixas para curativos em ferimentos: Milíquio, apercebendo-se da coisa por conjectura, delatou-o a Nero. Cevino foi preso e, com ele, Natal, outro conjurado, pois um dia antes

36. Em 65 d.C., organizada por Calpúrnio Pisão (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 209).

37. Os Pazzi constituíam uma próspera família de banqueiros. Na conspiração contra os Medici, contavam com o apoio tácito do papa Sisto IV. Em 1478, Francesco e Girolamo Pazzi organizaram uma conjuração para matar Lorenzo, o Magnífico, e seu irmão Giuliano, durante uma missa. Giuliano morreu apunhalado, mas Lorenzo escapou. Em conseqüência, os Pazzi foram praticamente exterminados numa onda de execuções e sentenças de exílio. [N. da T.]

ambos tinham sido vistos a conversar secretamente por muito tempo; e, como o que disseram sobre a conversa não coincidia, foram obrigados a confessar a verdade, de tal modo que a conjuração foi descoberta, com a ruína de todos os conjurados.

É impossível evitar que, por malícia, imprudência ou leviandade, se descubra uma conjuração sempre que o número dos que a conhecem for maior que três ou quatro. E, quando mais de um for preso, será impossível que ela não seja descoberta, pois dois deles não poderão coincidir em tudo o que disserem. Quando somente um for preso, se for homem forte, poderá, com a força da sua coragem, calar sobre os outros conjurados; mas é preciso que os conjurados não tenham menos coragem que ele e se mantenham firmes, não se revelando com a fuga: porque, se faltar coragem a uma só pessoa, esteja ela presa ou livre, a conjuração será descoberta. E é raro o exemplo dado por Tito Lívio sobre a conjuração tramada contra Jerônimo, rei de Siracusa[38]: Teodoto, um dos conjurados, quando preso, calou com grande *virtù* o nome de todos os conjurados e acusou os amigos do rei; por outro lado, os conjurados confiaram tanto na *virtù* de Teodoto que ninguém fugiu de Siracusa ou deu alguma demonstração de medo. Portanto, passa por todos esses perigos quem trama uma conjuração, antes de chegar à sua execução, e para evitá-los são estes os remédios. O primeiro, o mais verdadeiro, aliás, ou melhor, o único, é não dar tempo para que os conjurados te delatem, comunicando-lhes a coisa quando já a quiseres realizar, e não antes. Quem assim faz, escapa decerto aos perigos que há em

38. Tito Lívio, XXIV, 5. [N. da R. T.]

prepará-la, e, no mais das vezes, também aos outros; aliás, todas as conjurações dessa espécie tiveram final feliz, e qualquer homem prudente pensaria em ter essa conduta. Disso quero aduzir apenas dois exemplos.

Nelêmato, não podendo tolerar a tirania de Aristotimo, tirano de Epiro, reuniu em casa muitos parentes e amigos e exortou-os a libertar a pátria; como alguns deles lhe pedissem tempo para decidir e ordenar-se, Nelêmato mandou os escravos trancar a casa e disse àqueles que ali havia chamado: "Ou jurais que ides agora executar esse plano, ou vos entrego todos a Aristotimo". Eles, convencidos por tais palavras, juraram e foram incontinente executar com sucesso o plano [*ordine*] de Nelêmato. Quando, por fraude, um Mago[39] ocupou o trono da Pérsia, Ortano, um dos grandes homens do reino, depois de descobrir a fraude, reuniu-se com seis outros príncipes daquele estado, dizendo-lhes que deveriam livrar o reino da tirania daquele Mago; e, como um deles lhe pedisse tempo, Dario, um dos seis chamados por Ortano, levantou-se e disse: "Ou vamos agora executar esse plano, ou vos acusarei todos." E, assim, saindo de lá todos de acordo, sem que se desse tempo a ninguém de arrepender-se, executaram com sucesso os seus propósitos. Também semelhante a esses dois exemplos foi o modo como os etólios mataram Nábis, tirano espartano[40]; mandaram Alexamenes, cidadão seu, com trinta cavaleiros e duzentos infantes a Nábis, a pretexto de enviar-lhe reforços, comunicando somente a Alexamenes o segredo e impondo aos outros que lhe obedecessem em tudo, sob pena de exílio.

39. O mago zoroastriano Gaumata, que usurpou o trono fingindo ser irmão e herdeiro de Cambises (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 209).

40. Tito Lívio, XXXV, 34-6. [N. da R. T.]

Este foi para Esparta e só comunicou aos outros a incumbência que tinham quando estava para executá-la: por isso conseguiu matar Nábis. Foi, portanto, com essas medidas que estes escaparam aos perigos a que se expõe quem trama conjurações; e quem os imitar, sempre escapará.

E, como prova de que todos podem fazer o que eles fizeram, cito o exemplo de Pisão, de que falamos acima. Pisão era homem grandíssimo e respeitado, que vivia bem próximo de Nero, e em quem este confiava muito. Nero ia freqüentemente comer com ele em seus jardins. Portanto, Pisão podia angariar a amizade de homens com coragem e disposição para tal ato (que para um homem grande é facílimo), e, quando Nero estivesse em seus jardins, comunicar-lhes o planejado e, com as palavras convenientes, animá-los a fazer algo que não tivessem tempo de recusar, e que seria impossível falhar. Assim, se examinarmos todas as outras conjurações, encontraremos poucas que não poderiam ser realizadas desse mesmo modo, mas os homens, de ordinário, por pouco entenderem das ações do mundo, muitas vezes cometem erros gravíssimos, e ainda maiores nas coisas mais extraordinárias, como essa. Portanto, nunca se deve contar a trama a ninguém, a não ser por necessidade e já na hora de executá-la; e, se quiseres contá-la, que o seja a uma só pessoa, com a qual tenhas longuíssimo trato ou que seja movida pelas mesmas razões que tu. Encontrar uma pessoa assim é muito mais fácil do que encontrar várias, e por isso é menor o perigo; ademais, mesmo que ela te engane, poderás achar remédios para tua defesa, o que não será possível se forem muitos os conjurados, porque de um homem prudente ouvi que com um só homem se pode falar qualquer coisa, porque, se não te deixares induzir a

escrever algo de teu próprio punho, tanto valerá o sim de um quanto o não do outro; e da escrita todos devem fugir como se foge de um escolho, porque não existe coisa mais incriminatória do que o que foi escrito de próprio punho. Plautiano, quando quis mandar matar o imperador Severo e seu filho Antonino, incumbiu do feito o tribuno Saturnino; este, querendo delatá-lo, e não obedecer-lhe, desconfiando que, se o acusasse, Plautiano teria mais crédito que ele, pediu-lhe uma nota escrita de seu punho, que desse fé daquela incumbência; Plautiano, enceguecido pela ambição, escreveu, e assim foi acusado pelo tribuno, e sua culpa, provada; e, sem aquela nota escrita e mais outros indícios, Plautiano teria sido mais acreditado que o outro, pois negava com grande audácia. Portanto, para a acusação de um só homem encontra-se algum remédio, desde que não possas ser condenado pelo que escreveste ou por outros indícios, do que sempre é preciso abster-se.

Na conjuração de Pisão havia uma mulher chamada Epícaris, que já fora amante de Nero; esta, julgando oportuno pôr entre os conjurados um capitão de algumas trirremes que servia na guarda de Nero, contou-lhe a conjuração, mas não não disse os nomes dos conjurados. Tal capitão, quebrando a palavra dada, delatou-a a Nero, mas foi tamanha a audácia de Epícaris em negar, que Nero, confuso, não a condenou. Portanto, há dois perigos em contar-se o que foi planejado a uma só pessoa: um é o de tal pessoa acusar-te espontaneamente; outro é o de acusar-te depois de considerada culpada, forçada pela punição, estando ela presa por motivo de suspeita ou de algum indício que tenha dado. Mas nesses dois casos há algum remédio, pois é possível negar o que diz o outro,

alegando o ódio que ele sente por ti, e o segundo, alegando que a força o obrigou a dizer mentiras. Portanto, é prudente não comunicar o planejado a ninguém, mas fazer o que se fez nos exemplos acima citados; ou, se for comunicado, que não o seja a mais de um, pois assim, embora haja mais perigo, este é bem menor do que se a comunicação for feita a muitos. Tem-se conduta semelhante a esta quando uma necessidade te obriga a fazer ao príncipe aquilo que estás vendo que o príncipe quer fazer contra ti, sendo essa necessidade tão grande que só te dê tempo para pensar em garantir-te. Essa necessidade quase sempre leva ao fim desejado, e, para prová-lo, devem bastar dois exemplos. O imperador Cômodo contava entre seus principais amigos e íntimos os comandantes dos soldados pretorianos Leto e Electo, bem como Márcia, uma de suas principais concubinas ou amigas; como estes três certa vez o repreendessem pelos comportamentos com os quais maculava sua pessoa e o Império, ele decidiu mandá-los à morte; para tanto, escreveu uma lista com os nomes de Márcia, Leto e Electo, além de alguns outros cuja morte queria ordenar para a noite seguinte; e pôs tal lista sob o travesseiro do seu leito. E, enquanto foi lavar-se, um menino, seu favorito, brincando no quarto, em cima da cama, acabou por encontrar a lista e, saindo do quarto com ela nas mãos, deu com Márcia, que a tomou dele, leu-a e, entendendo seu conteúdo, logo mandou chamar Leto e Electo; os três, percebendo então o perigo que corriam, decidiram antecipar-se aos fatos e, sem perda de tempo, na noite seguinte mataram Cômodo. O imperador Antonino Caracala, quando estava com seus exércitos na Mesopotâmia, tinha Macrino por prefeito, homem de hábitos mais civis que militares; e, visto que os prínci-

pes não bons sempre temem que outros lhe façam aquilo que acham que merecem, Caracala escreveu a Materniano, seu amigo em Roma, dizendo-lhe que consultasse os astrólogos, para saber se alguém aspirava ao império, e, se houvesse alguém, que o avisasse. Materniano escreveu-lhe, dizendo que Macrino era quem aspirava ao império; e como a carta chegasse às mãos de Macrino antes de chegar às do imperador, percebendo ele a necessidade de matá-lo antes que nova carta chegasse de Roma, caso contrário morreria, incumbiu disso o centurião Marcial, seu amigo fiel, que havia poucos dias perdera um irmão, morto por Caracala; e o ato foi eficazmente executado. Vê-se, portanto, que quando a necessidade é iminente, tem-se quase o mesmo efeito obtido por Nelêmato de Epiro, conforme dissemos acima. Confirma-se também o que eu disse quase no princípio deste discurso: que as ameaças atingem mais os príncipes que as ofensas e dão motivo a conjurações mais eficazes: o príncipe deve abster-se delas, porque precisa lisonjear os homens ou proteger-se deles, e nunca levá-los ao ponto de acharem que precisam matar ou morrer.

Quanto aos perigos da execução, podem provir de mudança nos planos [*l'ordine*], de falta de coragem por parte de quem deve executá-lo, de erro cometido por pouca prudência do executor ou de não se executar a coisa com perfeição, permanecendo vivos alguns daqueles que se pretendia matar. Digo, portanto, que nada provoca mais perturbação ou empeço em todas as ações dos homens do que precisar, em um instante, sem ter tempo, modificar um plano e desviá-lo daquilo que antes se ordenara. E, se tais modificações causam desordem em tudo, muito mais as causam nas coisas da guerra e em coisas semelhantes

àquelas de que falamos; porque em tais ações nada é mais necessário do que ter homens de ânimo firme para a execução da parte que lhes cabe: e se os homens tiverem imaginado durante vários dias um modo e um plano, e este mudar de repente, será impossível que não se sintam todos perturbados e não arruínem tudo; de modo que é bem melhor executar as coisas segundo o plano estabelecido, ainda que nela haja algum inconveniente, do que acarretar mil outros inconvenientes desfazendo o plano. Isso ocorre quando não há mais tempo para reordenar-se; porque, se houver tempo, será possível conduzir as coisas a seu modo.

A conjuração dos Pazzi contra Lorenzo e Giuliano de' Medici é bem conhecida[41]. Segundo os planos, os Medici ofereceriam um almoço[42] ao cardeal de San Giorgio e seriam mortos durante esse almoço: já se designara quem deveria matá-los, quem tomaria o palácio e quem correria a cidade convocando o povo à liberdade. Ocorre que, estando todos na catedral de Florença – os Pazzi, os Medici e o cardeal –, em ofício solene, ficou-se sabendo que Giuliano não almoçaria naquela manhã, e isso levou os conjurados a reunir-se e decidir que fariam na igreja o que pretendiam fazer em casa dos Medici. Isso perturbou todo o plano, porque Giovambatista da Montesecco não quis participar

41. Cf. *História de Florença*, VIII, 1-10. [N. da R. T.]

42. O cardeal era Raffaele Sansoni. Lorenzo de' Medici convidou o cardeal Sansoni para um banquete em seu palácio de Florença num domingo (26 de abril de 1478). Em vista da programada ausência de Giuliano a tal banquete, os conspiradores decidiram executar seus planos na igreja de Santa Reparata durante a missa. Giuliano, porém, não iria nem mesmo à missa, por estar indisposto, mas Francesco dei Pazzi e Bernardo di Bandivo foram buscá-lo em sua casa. Na ação, Giuliano morreu e Lorenzo escapou (ver nota 37, p. 327). [N. da T.]

do homicídio, dizendo não o faria na igreja: assim, foi preciso designar novos executores de todas as ações; estes, não tendo tempo para afirmar-se em sua resolução, cometeram tantos erros que foram reprimidos durante a própria execução.

O executor perde a coragem por respeito ou por covardia. São tão grandes a majestade e a reverência provocadas pela presença de um príncipe que é fácil o executor abrandar-se ou amedrontar-se. Quando Mário foi preso pelos minturnenses, enviou-se um escravo para matá-lo; este, assombrado pela presença daquele homem e pela memória de seu nome, acovardou-se, perdeu a força de matá-lo. E se esse poder existe num homem amarrado, aprisionado e mergulhado no infortúnio, pode-se imaginar que seja bem maior num príncipe livre, com a majestade dos ornamentos, da pompa e da comitiva! Podes, assim, com tamanha pompa assombrar-te ou então, com alguma cordial acolhida, aplacar-te. Houve uma conjuração contra o rei Sitalces da Trácia, em que se marcou o dia da execução; todos foram ao lugar marcado, onde estava o príncipe; ninguém se moveu para atacá-lo, de tal modo que foram embora sem tentar coisa alguma e sem saber o que os havia impedido, culpando-se mutuamente. E incidiram em tal erro várias vezes, até que a conjuração foi descoberta, e eles pagaram pelo mal que puderam mas não quiseram cometer. Houve uma conjuração contra Alfonso, duque de Ferrara, feita por dois irmãos seus, cujo medianeiro seria Giannes[43], padre e cantor do duque; Giannes, a pedido daqueles, conduziu o duque várias vezes à presença deles, de tal modo que poderiam

43. Giovanni d'Artiganova (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 213).

matá-lo, mas nenhum deles ousou jamais fazê-lo; até que, descobertos, foram punidos pela maldade e pouca prudência. Essa negligência só pode ter ocorrido porque a presença do príncipe os amedrontou ou porque a sua humanidade os aplacou. Em tais execuções, os inconvenientes ou erros provêm da pouca prudência ou da pouca coragem; porque tais coisas tomam conta de ti e causam tal confusão em tua cabeça que és levado a dizer e a fazer o que não deves.

E não pode haver melhor prova de que os homens são tomados e confundidos por tais coisas do que aquilo que Tito Lívio diz quando escreve sobre o etólio Alexamenes, que quis matar o espartano Nábis, sobre o qual já falamos acima; chegada a hora da execução, quando ele revelou aos seus homens o que deveria ser feito, diz Tito Lívio estas palavras: "Collegit et ipse animum, confusum tantae cogitatione rei."[44] Porque é impossível não ficar confuso, por mais animoso que se seja e acostumado à morte de homens e ao uso da espada. Por isso é preciso escolher homens experientes em tais manejos e não acreditar em mais ninguém, ainda que de grande coragem. Porque sobre a coragem nas grandes ações, não há quem prometa coisa certa sem ter antes passado pela experiência. Portanto, em meio a tal confusão, podes largar as armas ou dizer coisas que tenham o mesmo efeito. Lucila, irmã de Cômodo, planejou que Quintiano o matasse. Este esperou Cômodo na entrada do anfiteatro e, desembainhando um punhal, aproximou-se dele gritando: "Isto é o que te manda o Senado!", palavras que o fizeram ser

44. Ele mesmo precisou tomar ânimo, confundido pelo pensamento de tão grande ação (Tito Lívio, XXXV, 35). [N. da T.]

preso antes que seu braço descesse para ferir. *Messer* Antonio da Volterra, incumbido, como acima se disse, de matar Lorenzo de' Medici, ao aproximar-se disse: "Ah, traidor!", exclamação que foi a salvação de Lorenzo e o malogro da conjuração. O ato pode não chegar à perfeição, quando se conjura contra um governante, pelas razões aduzidas, mas isso ocorre facilmente quando se conjura contra dois governantes; aliás, a dificuldade é tanta que é quase impossível ter sucesso. Porque realizar semelhante ação ao mesmo tempo em diversos lugares é quase impossível, pois isso não pode ser feito em momentos diferentes, para que uma ação não ponha a outra a perder. De modo que, se conjurar contra um príncipe é coisa duvidosa, perigosa e pouco prudente, conjurar contra dois é de todo inútil e leviano. E, não fosse a reverência que tenho pelo historiador, jamais acreditaria ter sido possível aquilo que Herodiano fala sobre Plautiano, quando incumbiu o centurião Saturnino de, sozinho, matar Severo e Antonino, que moravam em lugares diferentes: trata-se de coisa tão contrária à razão que somente a autoridade de Herodiano me faz nela crer.

Alguns jovens atenienses conspiraram contra Díocles e Hípias, tiranos de Atenas. Mataram Díocles, e Hípias, sobrevivendo, vingou-o. Chíon e Leônidas, de Heracléia, discípulos de Platão, conjuraram contra os tiranos Clearco e Sátiro; mataram Clearco, e Sátiro, que ficou vivo, vingou-o. Os Pazzi, já tantas vezes citados, só conseguiram matar Giuliano. De modo que todos devem abster-se de semelhantes conjurações contra vários governantes, porque quem faz isso não favorece a si mesmo nem à pátria, nem a ninguém: aliás, os que sobrevivem tornam-se mais insuportáveis e ferozes; disso sabem Florença, Atenas e He-

racléia, de que acima falei. É verdade que a conjuração de Pelópidas para libertar Tebas, sua pátria, enfrentou todas as dificuldades, mas mesmo assim obteve sucesso; porque Pelópidas não conjurou apenas contra dois tiranos, mas contra dez, e, além de não freqüentar os tiranos e de não ter fácil acesso a eles, também estava exilado: apesar disso, conseguiu ir para Tebas, matar os tiranos e libertar sua pátria. Mas fez tudo com a ajuda de certo Cáron, conselheiro dos tiranos, que lhe facilitou a execução. No entanto, que ninguém se espelhe no exemplo dele, pois, por ser empresa impossível, é extraordinário [*cosa maravigliosa*] que tenha logrado, e os escritores sempre a celebraram e celebram como coisa rara e quase sem exemplo. A execução do plano pode ser interrompida por engano da imaginação ou por um acontecimento imprevisto que ocorra no momento. Na manhã em que Bruto e os outros conjurados pretendiam matar César, este falou durante muito tempo com Cneu Popílio Lenate, um dos conjurados; os outros, observando aquela longa conversa, temeram que Popílio revelasse a conjuração a César e prepararam-se para matar César ali mesmo, sem esperar que ele estivesse no senado; tê-lo-iam feito, caso a conversa não tivesse terminado: vendo eles que César não fazia nenhum movimento extraordinário, tranqüilizaram-se. Esses enganos da imaginação devem ser considerados, e é preciso vê-los com prudência e cautela [*rispetto*], principalmente porque é fácil tê-los. Porque, se tens a consciência pesada, acreditas facilmente que se fala de ti: podes ouvir uma palavra, dita com outro fim, e teu ânimo se perturba, acreditando que ela foi dita acerca do teu caso; podes, então, fugir e assim levar à descoberta da conjuração, ou confundir toda a ação apressando-a. E isso ocorre mais facilmente quando são muitos os conhecedores da conjuração.

Quanto aos acidentes, visto que são inesperados, só podemos mostrá-los com exemplos para com eles acautelar os homens. Iulio Belanti, de Siena, ao qual fizemos menção acima, por sentir-se muito indignado com Pandolfo[45], que primeiro lhe deu a mão da filha e depois voltou atrás, decidiu matá-lo e escolheu o momento. Pandolfo ia quase todos os dias visitar um parente enfermo e, a caminho, passava pela casa de Iulio. Este, portanto, vendo isso, planejou ter os seus conjurados em sua casa, prontos para matarem Pandolfo quando este passasse; e, pondo-se todos armados junto à porta, ficou um à janela, para dar sinal quando Pandolfo chegasse perto da porta. Ocorre que, quando Pandolfo se aproximava, quem estava junto à janela deu o sinal, mas Pandolfo encontrou um amigo e parou; alguns dos que estavam com ele adiantaram-se e, ouvindo o ruído das armas, descobriram a cilada; de tal modo que Pandolfo se salvou, e Iulio e os companheiros precisaram fugir de Siena. A ação foi impedida por ter acontecido aquele encontro e, com isso, a empresa de Iulio malogrou. A tais acidentes, por serem raros, não se pode dar remédio. É necessário examinar todos os que possam surgir, para remediá-los.

Falta-nos agora falar apenas dos perigos a que se expõem os conjurados depois da execução; perigo há um somente, que é o de continuar vivo alguém que vingue o príncipe morto. Podem, portanto, continuar vivos seus irmãos, ou filhos, ou outros parentes, que esperem herdar o principado; podem continuar vivos por negligência tua ou pelas razões ditas acima, cumprindo a vingança: foi o que ocorreu a Giovanni Andrea da Lampognano,

45. Pandolfo Petrucci (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 214).

que, com seus conjurados, matou o duque de Milão, mas um filho e dois irmãos seus, que continuaram vivos, tiveram tempo de vingar o morto. E, realmente, nesses casos, os conjurados têm desculpa, porque não há remédio; mas, quando alguém continua vivo por pouca prudência ou por negligência, não merecem desculpa. Alguns conspiradores de Forli mataram o conde Girolamo[46], seu senhor, e prenderam sua mulher e seus filhos, que eram pequenos; eles, achando que não poderiam viver seguros se não tomassem a fortaleza, e como o castelão não queria entregá-la, Madonna Caterina[47] (era esse o nome da condessa) prometeu aos conjurados que, se a deixassem entrar na fortaleza, mandaria que ela lhes fosse entregue, e que podiam ficar com seus filhos como reféns. Eles, diante dessa promessa, deixaram-na entrar; ela, depois de entrar, do alto das muralhas condenou-os pela morte do marido e ameaçou-os de todas as espécies de vingança. E, para provar que não fazia caso dos filhos, mostrou-lhes a genitália, dizendo que ainda tinha como fazer outros. Assim, os conjurados, de pouco tino, apercebendo-se tarde do erro que haviam cometido, no exílio perpétuo sofreram o castigo pela falta de prudência. Mas, de todos os perigos que podem advir depois da execução, não há perigo mais certo nem mais temível do que a amizade do povo pelo príncipe que mataste: porque contra este os conjurados não têm remédio algum, contra ele nunca se poderão garantir. Exemplo disso é César, que, por ter o povo de Roma como amigo, foi por ele vingado, pois este, expulsando os conjurados de Roma, deu ensejo a

46. Girolamo Riario (cf. *História de Florença*, VIII, 34). [N. da T.]
47. Caterina Sforza Riario (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 215).

que fossem todos mortos, em diversos momentos e diferentes lugares.

As conjurações contra a pátria são menos perigosas para quem as trama do que aquelas contra príncipes, porque, enquanto estão sendo tramadas, os perigos são menores do que naquelas; na execução, os perigos são os mesmos; depois da execução, não há perigo algum. Enquanto são tramadas, não há muitos perigos, porque um cidadão pode preparar-se para conquistar o poder sem comunicar a ninguém seu ânimo e seu propósito e, se seus planos não forem impedidos, poderá seguir com sucesso sua empresa; se forem impedidos por alguma lei, será preciso esperar algum tempo e entrar por outro caminho. Isso se diz de uma república em parte corrompida, porque na república que não está corrompida não haverá ensejo para maus princípios, logo não ocorrerão tais pensamentos a nenhum cidadão. Os cidadãos, portanto, podem aspirar ao principado por muitos meios e muitos caminhos, sem perigo de serem reprimidos, seja porque as repúblicas são mais lentas que um príncipe – pois nelas há menos desconfiança e por isso elas são menos cautelosas –, seja porque têm mais respeito por seus cidadãos grandes, e por isso estes têm mais audácia e ânimo na oposição. Todos leram a conjuração de Catilina, escrita por Salústio, e sabem que, depois que a conjuração foi descoberta, Catilina não só permaneceu em Roma, como foi ao senado e disse palavras vis ao senado e ao cônsul[48], tamanho era o respeito que aquela cidade tinha por seus cidadãos. E, depois que ele saiu de Roma e já estava nos exércitos, Lêntulo e os outros não teriam sido

48. A Cícero. [N. da R. T.]

apanhados, não fossem as cartas acusadoras, escritas de seu próprio punho. Hanon, grande cidadão em Cartago, aspirando à tirania, planejara que nas núpcias de uma de suas filhas todo o senado fosse envenenado, para que ele se tornasse príncipe. Quando o plano ficou conhecido, o senado não tomou nenhuma outra medida, senão a de criar uma lei que impunha limites às despesas com banquetes e núpcias: tal foi o respeito que tiveram por suas qualidades. É bem verdade que, na execução de uma conjuração contra a pátria, é maior a dificuldade, são maiores os perigos, porque raras vezes bastam somente as tuas próprias forças para conspirar contra tantos; e nem todos são comandantes de um exército, como César, Agátocles ou Cleômenes e semelhantes, que com rapidez, usando apenas suas forças, ocuparam a pátria. Porque a tais homens os caminhos são fáceis e seguros, mas os outros, que não têm tanta força somada, precisam fazer as coisas por meio da fraude e da astúcia [*arte*], ou então com forças estrangeiras. Quanto à fraude e à astúcia, o ateniense Pisístrato, depois de vencer os megarenses e, com isso, conquistar os favores do povo, saiu de casa certa manhã, ferido, a dizer que a nobreza o atacara por inveja, e pediu o direito de ser acompanhado por homens armados, para sua guarda. A partir dessa autoridade, atingiu facilmente tal grandeza que se tornou tirano de Atenas. Quando Pandolfo Petrucci voltou com outros exilados a Siena, foi-lhe designada a guarda da praça em que ficava o palácio do governo, posto secundário que os outros recusaram; no entanto, aqueles homens armados deram-lhe aos poucos tanta reputação que, em pouco tempo, ele se tornou príncipe. Muitos outros usaram de outras astúcias [*industrie*] e outros modos e, assim, em algum tempo, sem pe-

rigo, chegaram a tais alturas. Aqueles que conjuraram para tomar o poder em sua pátria com forças próprias ou com exércitos estrangeiros chegaram a resultados diferentes, segundo a fortuna. Catilina, de que falamos acima, arruinou-se. Hanon, a quem acima fizemos menção, não logrando vencer com veneno, armou muitos milhares de homens seus partidários, e foram todos mortos. Alguns dos mais importantes cidadãos de Tebas, para se tornarem tiranos, pediram a ajuda de um exército espartano e assumiram o poder na cidade. De modo que, se examinarmos todas as conjurações feitas contra a pátria, não encontraremos nenhuma (ou encontraremos poucas) que tenha sido reprimida enquanto estava sendo tramada; mas todas chegaram ao sucesso ou ao malogro na execução. Depois de executadas, não expõem a mais perigos do que os oferecidos pela natureza do principado em si: porque quem se torna tirano enfrenta perigos naturais e ordinários que a tirania acarreta, e para eles só há os remédios sobre os quais discorremos acima.

É isso o que me ocorre escrever sobre as conjurações; e se só falei das que são executadas com o ferro, e não com veneno, foi porque todas têm um mesmo curso [*ordine*]. É verdade que as executadas com veneno são mais perigosas, por serem mais dúbias, pois nem todos têm a possibilidade de ministrar o veneno, e é preciso confiar em quem a tenha, e essa necessidade expõe a perigos. Além disso, há muitas razões para que uma beberagem de veneno não seja mortal: foi o que ocorreu aos que mataram Cômodo, pois, como este vomitou o veneno que lhe deram, eles foram obrigados a estrangulá-lo, para que morresse. Os príncipes, portanto, não têm inimigo maior que a conjuração: porque a conjuração feita

contra eles ou os mata, ou os infama. Pois, se ela logra, eles morrem; se é descoberta, e eles matam os conjurados, sempre se achará que aquilo foi invenção dele, para satisfazer a ganância e a crueldade com o sangue e o patrimônio daqueles que ele matou. Por isso, não quero deixar de advertir o príncipe ou a república de que, assim que souberem de uma conjuração, devem procurar entender muito bem a sua qualidade e avaliar bem as condições dos conjurados e as suas, antes de tomarem medidas para vingá-la; e, se virem que ela é grande e poderosa, nunca deverão pô-la a descoberto antes de se prepararem com forças suficientes para reprimi-la, caso contrário, poriam a descoberto a sua própria ruína. Por isso, devem dissimulá-la com toda astúcia [*industria*], porque os conjurados, vendo-se descobertos, impelidos pela necessidade, agem sem temor. Exemplo disso são os romanos, quando deixaram duas legiões de soldados para guardar os capuanos contra os samnitas, conforme dissemos em outro lugar[49]; os comandantes de tais legiões conspiraram para subjugar os capuanos: quando se soube disso em Roma, o novo cônsul Rutílio foi incumbido de cuidar do caso; este, para tornar mais lenta a ação dos conjurados, divulgou que o senado confirmava a permanência das legiões em Cápua. Os soldados, acreditando, acharam que teriam tempo para executar seu propósito e não procuraram apressar as coisas; assim ficaram até perceberem que o cônsul começava a separá-los uns dos outros, o que provocou suas suspeitas e fez que se mostrassem e pusessem em execução suas intenções. Não pode haver exemplo melhor para ambos os lados: por-

49. Cf. *Discursos*, II, 26. [N. da R. T.]

que por aí se vê como os homens são lentos nas coisas quando acreditam que têm tempo, e são velozes quando a necessidade os impele. E o príncipe ou a república, se quiser diferir a revelação de uma conjuração para tirar proveito, não encontrará melhor providência do que, com astúcia [*arte*], oferecer aos conjurados uma ocasião próxima, para que eles, esperando-a ou parecendo-lhes ter tempo, dêem tempo à república ou ao príncipe de castigá-los. Quem fez outra coisa apressou sua ruína, como o duque de Atenas[50] e Guglielmo de' Pazzi. O duque, tornando-se tirano de Florença, ao ouvir que se conjurava contra ele, sem nada considerar, mandou prender um dos conjurados, o que levou os outros a empunhar armas e tirar-lhe o estado. Guglielmo, quando era comissário[51] em Val di Chiana, no ano de 1501, ao saber que em Arezzo havia uma conjuração em favor dos Vitelli, para arrebatar a cidadela aos florentinos, logo foi para aquela cidade e, sem pensar nas forças dos conjurados ou nas suas, sem se munir de forças, seguindo o conselho de seu filho, que era bispo, mandou prender um dos conjurados: depois disso, os outros logo empunharam armas e arrebataram a cidadela aos florentinos; e Guglielmo, de comissário que era, tornou-se prisioneiro. Mas, quando são fracas, as conjurações podem e devem ser reprimidas sem temor. E de nenhum modo devem ser imitadas as duas providências tomadas (quase contrárias uma à outra) pelo citado duque de Atenas e pelo siracusano Díon: aquele, para mostrar que acreditava contar com a benevolência dos cidadãos florentinos, mandou matar quem lhe revelou

50. Gualtier de Brienne (cf. *História de Florença*, II, 33-7). [N. da T.]
51. Do governo florentino. [N. da R. T.]

uma conjuração; este, para pôr à prova as intenções de alguém de quem suspeitava, permitiu que Calipo, em quem confiava, desse mostras de estar conjurando contra ele. E os dois se deram mal: porque um privou os acusadores de coragem e deu-a a quem quisesse conjurar, e o outro preparou sua própria morte, aliás, foi ele mesmo o cabeça da sua conjuração, como mostrou a experiência, porque Calipo, podendo tramar sem medo contra Díon, tramou tanto que lhe arrebatou o estado e a vida.

7. Qual a razão de algumas mudanças da liberdade à servidão e da servidão à liberdade serem feitas sem sangue, outras com muito sangue

Talvez alguém se pergunte por que muitas mudanças que ocorrem da vida livre à tirânica, e desta àquela, são feitas com sangue, e outras sem; porque, como por meio das histórias se compreende, em semelhantes variações às vezes morreram infinitos homens, outras vezes nenhum foi sequer atingido, como ocorreu em Roma, quando os reis foram substituídos pelos cônsules, e apenas os Tarquínios foram expulsos, sem ofensa a mais ninguém. Isso decorre de tal estado ter nascido com violência ou não, porque, quando ele nasce com violência, é mister que para nascer tenha cometido injúria contra muitos, sendo, portanto, necessário que, em sua ruína, os que foram injuriados queiram vingar-se; e desse desejo de vingança provêm o derramamento de sangue e a morte dos homens. Mas, quando o estado origina-se de um consenso comum de todo um povo [*d'una universalità*] que o fez

grande, não há razão para que, em sua ruína, se prejudique alguém além do governante. E desse tipo foi o estado de Roma e a expulsão dos Tarquínios, como em Florença foi também o estado dos Medici: depois, quando estes caíram em 1494, ninguém foi prejudicado além deles mesmos. E, assim, tais mudanças não são muito perigosas, mas são bem mais perigosas as feitas por aqueles que querem vingar-se; e estas foram sempre de tal sorte que causam espanto em quem as lê. Mas como as histórias estão cheias desses exemplos, deixo-os de lado.

8. Quem quiser transformar uma república deve considerar o sujeito dela[52]

Acima[53] dissemos que um mau cidadão não pode agir mal numa república que não seja corrupta: tal conclusão se fortalece não só com as razões que acabamos de alegar, mas também com o exemplo de Espúrio Cássio e de Mânlio Capitolino. Espúrio era homem ambicioso que queria obter autoridade extraordinária em Roma e ganhar os favores da plebe, fazendo-lhe muitos benefícios, tal como dividir entre seus membros os campos que os romanos haviam pilhado aos hérnicos; os senadores denunciaram essa sua ambição, e tão suspeita ela se tornou que, embora Espúrio falasse ao povo, oferecendo-lhe o dinheiro ganho com o grão que o erário [*publico*] trouxera da Sicília, o povo recusou absolutamente, por lhe parecer que Espúrio o oferecia pelo preço da sua liberdade. Mas,

52. A sua matéria (Tito Lívio, II, 41). [N. da R. T.]
53. Cf. *Discursos*, III, 6. [N. da R. T.]

se tal povo fosse corrompido, não teria recusado tal preço e teria aberto à tirania os caminhos que fechou. Exemplo muito maior que esse é o de Mânlio Capitolino[54], porque por ele se vê como a *virtù* de alma e corpo, como as boas ações realizadas em favor da pátria são anuladas pela torpe cupidez de reinar; esta, como se vê, nasceu nele da inveja que sentia das honras prestadas a Camilo; e chegou a tal ponto a cegueira de sua mente que, não pensando no modo de vida da cidade, não examinando o sujeito dele, que não era adequado a receber ainda uma má forma, pôs-se a criar tumultos em Roma contra o senado e contra as leis pátrias. Donde se percebe a perfeição daquela cidade e a bondade de sua matéria: porque, no seu caso, ninguém da nobreza, conquanto fossem acerbos defensores um do outro, se moveu para favorecê-lo; nenhum dos parentes se empenhou em seu favor; os dos outros acusados costumavam comparecer, vestidos de luto, de preto, todos tristes para tentar conseguir misericórdia para os acusados, mas com Mânlio não se viu ninguém. Os tribunos da plebe, que sempre costumavam favorecer as coisas que pareciam vir em benefício do povo, e quanto mais tais coisas contrariavam os nobres, mais as favoreciam, nesse caso se uniram com os nobres, para debelarem uma praga comum. O povo de Roma, ciosíssimo do que era útil para ele e amante de tudo o que desfavorecesse a nobreza, embora sempre tivesse favorecido Mânlio, quando os tribunos o citaram, para que sua causa fosse julgada pelo povo, esse mesmo povo, deixando de ser defensor para tornar-se juiz, condenou-o à morte sem nenhuma consideração. Portanto, não acredito que nes-

54. Cf. *Discursos*, I, 8, e Tito Lívio, VI, 14-20. [N. da R. T.]

sa história haja exemplo mais apto a demonstrar a bondade de todas as ordenações daquela república quanto esse, ao mostrar que ninguém na cidade se moveu para defender um cidadão cheio de toda *virtù*, que tinha realizado muitíssimas obras louváveis, fossem públicas ou privadas. Porque em todos os cidadãos mais pesou o amor à pátria do que qualquer outra consideração; e deram muito mais valor aos perigos presentes que ele representava do que aos méritos passados; tanto que, com sua morte, libertaram-se. E Tito Lívio diz: "Hunc exitum habuit vir, nisi in libera civitate natus esset, memorabilis."[55] Pelo que devem ser consideradas duas coisas: uma é que os modos de se buscar a glória numa cidade corrompida são diferentes dos modos de uma cidade que ainda viva politicamente; outra (que é quase a mesma coisa) é que os homens, nos seus procedimentos e sobretudo nas grandes ações, devem considerar os tempos e a eles se adaptar.

E, no mais das vezes, vivem infelizes aqueles que, por má escolha ou natural inclinação, não estão de acordo com os tempos, e suas ações têm mau êxito, ao contrário dos que estão de acordo com os tempos. E, sem dúvida, das palavras do historiador, acima mencionadas, pode-se concluir que, se Mânlio tivesse nascido nos tempos de Mário e Sila, quando a matéria já estava corrompida, e ele poderia ter-lhe imprimido a forma de sua ambição, talvez tivesse obtido os mesmos seguimentos e o mesmo resultados que Mário e Sila obtiveram, bem como os outros que, depois destes, aspiraram à tirania. Assim

55. Tal fim teve um homem que teria sido memorável se não tivesse nascido numa cidade livre (Tito Lívio, VI, 20). [N. da T.]

também, se Sila e Mário tivessem vivido nos tempos de Mânlio, já em seus primeiros feitos teriam sido reprimidos. Porque um homem pode muito bem começar a corromper o povo de uma cidade com seus modos e seu mau comportamento, mas é impossível que a vida de um só homem baste para corrompê-la de tal maneira que ele mesmo colha os frutos; e, ainda que fosse possível fazê-lo por dilatado tempo, seria impossível o sucesso, em razão do modo como procedem os homens, que são impacientes e não conseguem adiar por longo tempo uma paixão. Ademais, erram nas coisas que fazem, sobretudo nas que muito desejam; assim, seja por pouca paciência, seja por errarem, cometeriam seus intentos em hora errada e dar-se-iam mal. Por isso, para conquistar autoridade numa república e conformá-la malvadamente, é mister encontrar a matéria desordenada pela ação do tempo, ou seja, que, ao poucos, de geração em geração, tenha ela sido conduzida à desordem: ao que ela chegará necessariamente, caso não tenha sido – como acima discorremos[56] – muitas vezes renovada por bons exemplos ou levada de volta aos seus princípios por novas leis. Portanto, Mânlio teria sido um homem raro e memorável se tivesse nascido numa cidade corrompida. Por isso, os cidadãos que, nas repúblicas, intentam alguma empresa em favor da liberdade ou da tirania, devem considerar o sujeito que têm e por ele julgar das dificuldades de suas empresas. Porque é tão difícil e perigoso tentar tornar livre um povo que queira viver na servidão quanto querer levar à servidão um povo que queira viver livre[57]. E como dis-

56. Cf. *Discursos*, III, 1. [N. da R. T.]
57. Cf. *Discursos*, I, 55. [N. da R. T.]

semos, acima, que os homens, em suas ações, devem considerar as qualidades dos tempos e proceder de acordo com eles, falaremos sobre isso mais longamente no próximo capítulo.

9. De como é preciso variar com os tempos quem quiser sempre ter boa fortuna[58]

Já considerei várias vezes que a razão da má e da boa fortuna dos homens vem do ajuste [*riscontro*] de seu modo de proceder com os tempos: porque se percebe que alguns homens, em suas ações, procedem com ímpeto, e outros com circunspecção e cautela[59]. E como, nesses dois modos, são ultrapassados os limites convenientes, por não se observar a verdadeira via, em ambos se erra. Mas erra menos e tem a fortuna próspera quem, como já disse, ajusta seu modo aos tempos e sempre procede conforme o força a natureza. Todos sabem que Fábio Máximo procedia com seu exército com circunspecção e cautela, alheio aos ímpetos e às audácias romanas, e a boa fortuna fez que esse seu modo estivesse bem ajustado aos tempos. Porque, quando Aníbal veio para a Itália, jovem e com uma fortuna fresca, pois já derrotara o povo romano duas vezes, como aquela república estava acovardada e quase desprovida de boa milícia, não lhe poderia ter calhado melhor fortuna do que ter um capitão que, com suas delongas e cautelas, conseguisse conter o inimigo. E tampouco Fábio poderia ter encontrado tempos mais convenientes ao seu modo de ser: por isso

58. Tito Lívio, XXII, 12; XXVIII, 40 ss. [N. da R. T.]
59. Cf. *O príncipe*, 25; *Di Fortuna*. [N. da R. T.]

foi glorioso. E viu-se que Fábio fazia aquilo por natureza, e não por escolha, quando se opôs a Cipião com a força de quem não podia arredar-se de seu modo de ser e de seus costumes, no momento em que este queria entrar na África com aqueles mesmo exércitos, para pôr fim à guerra; de tal modo que, se dependesse de Fábio, Aníbal teria continuado na Itália, pois ele não se apercebia que os tempos tinham mudado, e era preciso mudar o modo de travar a guerra. E, se fosse rei de Roma, Fábio poderia facilmente perder aquela guerra, porque não teria sabido variar seus procedimentos de acordo com a variação dos tempos; mas, tendo nascido numa república onde eram diferentes os cidadãos e diferentes os humores, assim como houve um Fábio, que, no tempo devido, foi ótimo para conter a guerra, também houve depois um Cipião, nos tempos que favoreciam a vitória.

Disso provém que as repúblicas têm vida mais longa e mais demorada boa fortuna que os principados, porque podem, mais que os príncipes, acomodar-se à diversidade dos tempos, em razão da diversidade dos cidadãos que nelas há. Porque o homem que está habituado a proceder de um modo nunca muda, como se disse; e, necessariamente, quando os tempos mudam e deixam de conformar-se a seu modo, advém-lhes a ruína.

Piero Soderini, de quem falamos outras vezes[60], procedia em tudo com humanidade e paciência. Prosperaram ele e sua pátria enquanto os tempos se conformaram ao seu modo de proceder; quando porém, mais tarde, chegaram os tempos em que ele precisava desfazer-se da paciência e da humildade, não o soube fazer e, assim, ar-

60. Cf. *Discursos*, I, 7; I, 52; I, 56; III, 3. [N. da R. T.]

ruinou-se junto com sua pátria. O papa Júlio II, durante todo o tempo do seu pontificado, procedeu com ímpeto e fúria; e, como os tempos o acompanharam, ele teve sucesso em todas as suas empresas. Mas, se sobreviessem outros tempos que exigissem outra índole [*consiglio*], ele necessariamente se arruinaria, porque não teria mudado de modo nem maneira de agir. E são duas as razões pelas quais não podemos mudar: uma é que não podemos opor-nos àquilo a que a natureza nos inclina; outra é que, quando alguém prospera muito com um modo de proceder, não é possível convencê-lo de que fará bem em proceder de outra maneira: é por isso que no homem a fortuna varia, porque variam os tempos, e ele não varia os modos. Daí também provém a ruína das cidades, por não variarem com os tempos as ordenações das repúblicas, conforme discorremos acima longamente: porém, estas são mais lentas, porque lhes custa mais variar, visto ser preciso que sobrevenham tempos que comovam toda a república, para o que a variação no modo de proceder de um só homem não basta.

E como fizemos menção a Fábio Máximo, que conteve Aníbal, parece-me bom discutir no próximo capítulo se um comandante que queira travar batalha de qualquer maneira com o inimigo pode ser impedido por ele, deixando de travá-la.

10. Onde se diz que um comandante não pode fugir à batalha quando o adversário quer travá-la de qualquer maneira

"Cneus Sulpitius dictator adversus Gallos bellum trahebat, nolens se fortunae committere adversus hostem,

quem tempus deteriorem in dies, et locus alienus, faceret."[61] Quando há um erro no qual incidem todos os homens ou a maior parte deles, não creio que seja inconveniente refutá-lo muitas vezes. Portanto, embora acima já tenha mostrado várias vezes[62] a que ponto as nossas ações nas coisas importantes[63] se afastam das ações dos tempos antigos, não me parece supérfluo repeti-lo agora. Porque, se há ações nas quais nos afastamos muito das antigas ordenações, essas são as ações militares, nas quais hoje não se observa nenhuma daquelas coisas que os antigos tanto estimavam. E tal inconveniente proveio de as repúblicas e os príncipes terem confiado essa tarefa a outras pessoas e, para fugirem aos perigos, afastaram-se de tais ações: e, mesmo quando, às vezes, alguns reis dos nossos tempos vão à guerra em pessoa, não se creia que o façam porque neles nasceram outros modos merecedores de louvor. Porque, quando, porventura, realizam tais ações, fazem-no por pompa, e não por alguma outra razão louvável. No entanto, ao olharem, vez ou outra, seus exércitos de frente, mantendo diante deles o título imperial, cometem erros menores do que as repúblicas, sobretudo as italianas, que, por confiarem nos outros, nada entendem das coisas pertinentes à guerra; por outro lado, para parecer que comandam, querem elas deliberar sobre tais coisas, e em tal deliberação cometem mil erros. E embora eu tenha discorrido sobre alguns casos em outros lu-

61. O ditador Cneu Sulpício adiava a guerra contra os gauleses, não desejando arriscar a fortuna contra um inimigo que o tempo e o lugar desconhecido tornavam mais fraco dia após dia (Tito Lívio, VII, 12). [N. da T.] Trata-se de Caio Sulpício, como o próprio Maquiavel retificará adiante (cf. *Discursos*, III, 14). [N. da R. T.]

62. Por exemplo: *Discursos*, II, 4; II, 16; II, 18; II, 19. [N. da R. T.]

63. O estado e a guerra. [N. da R. T.]

gares, não quero agora silenciar sobre um importantíssimo. Quando esses príncipes ociosos ou essas repúblicas efeminadas enviam algum comandante para fora de suas fronteiras, a incumbência mais sábia que lhes ocorre dar-lhe é a imposição de não travar batalha de modo algum, aliás, a de abster-se do combate acima de todas as coisas; e, por lhes parecer que nisso imitam a prudência de Fábio Máximo, que, diferindo o combate, salvou o estado aos romanos, não entendem que, na maioria das vezes, essa incumbência é nula ou danosa. E disso se deve tirar a seguinte conclusão: o comandante que queira entrar em campanha não poderá fugir da batalha se o inimigo a quiser travar de qualquer maneira. E essa incumbência outra coisa não é senão o mesmo que dizer: luta a favor do inimigo, e não a teu favor. Porque, se quiseres entrar em campo e não travar batalha não terás remédio mais seguro do que ficares a cinqüenta milhas, pelo menos, do inimigo, e, ademais, teres bons espiões, para que, ao vir o inimigo em tua direção, tenhas tempo de afastar-te. Há outra providência: trancar-se numa cidade. Qualquer uma dessas duas medidas é muitíssimo danosa. Quem adota a primeira deixa sua terra nas mãos do inimigo; e um príncipe valoroso preferirá tentar a fortuna lutando a prolongar a guerra para dano dos súditos. Quem adota a segunda está fadado à derrota; porque, ao te encerrares com um exército numa cidade, só poderás vir a ser assediado e, em pouco tempo, passar fome e ser obrigado a render-te. Assim, fugir da batalha por esses dois caminhos é muito danoso. O modo de Fábio Máximo, de permanecer em lugares fortificados, é bom quando tens exército de tanta *virtù* que o inimigo não tenha a audácia de ir buscar-te onde estejas em posição favorável. E não se pode dizer que Fábio fugia à batalha, mas sim que queria

travá-la com vantagem. Porque, se Aníbal tivesse ido ao seu encontro, Fábio o teria esperado e travado batalha com ele, mas Aníbal nunca ousou combater com ele ao modo dele. De tal modo que tanto Aníbal quanto Fábio fugiram à batalha, mas se um deles tivesse desejado travá-la de qualquer maneira, o outro só teria três remédios: os dois acima citados ou fugir.

E a prova de que é verdade o que digo se manifesta em mil exemplos, sobretudo na guerra que os romanos travaram com Filipe da Macedônia, pai de Perseu: porque Filipe, ao ser assaltado pelos romanos, decidiu não travar batalha; e, para tanto, preferiu fazer o que Fábio Máximo fizera na Itália e pôs-se com seu exército no cume de um monte, onde se protegeu, acreditando que os romanos não ousariam ir aonde ele estava. Mas foram e, combatendo, expulsaram-no daquele monte; e ele, não podendo resistir, fugiu com a maior parte dos homens. E o que o salvou, impedindo que fosse aniquilado, foi a arduidade do terreno, que não permitiu que os romanos o seguissem[64]. Filipe, portanto, não querendo lutar e montando acampamento perto dos romanos, precisou fugir; e, aprendendo com a experiência que, para não combater, não lhe bastava ficar no alto dos montes, e não desejando encerrar-se nas praças-fortes, decidiu-se pelo outro modo, o de ficar muitas milhas distante do campo romano. Assim, se os romanos estavam numa província, ele ia para outra, e assim fazia sempre, entrando nos lugares donde os romanos tinham saído. E, vendo, por fim, que, prolongando-se a guerra daquele modo, suas condições pioravam e seus súditos eram oprimidos ora por ele, ora pelos inimigos, decidiu tentar a fortuna da batalha e, as-

64. Tito Lívio, XXXII, 9-12. [N. da R. T.]

sim, travou uma batalha justa com os romanos. É útil, portanto, não combater, quando os exércitos têm as condições que o exército de Fábio tinha, e que eram também as condições de Cneu Sulpício, ou seja, teres um exército tão bom que o inimigo não ouse ir encontrá-lo dentro das fortalezas; e também é preciso que o inimigo esteja em tuas terras, sem ter-se firmado muito, sofrendo necessidade de víveres. Nesse caso, tal conduta é útil, pelas razões alegadas por Tito Lívio: "nolens se fortunae committere adversus hostem, quem tempus deteriorem in dies, et locus alienus, faceret." Mas em quaisquer outras condições não se pode fugir da batalha, a não ser com desonra e perigo. Porque fugir, como Filipe, é o mesmo que ser derrotado; e com mais vergonha, por se ter dado menos mostras da tua *virtù*. E, embora ele tenha conseguido salvar-se, não o conseguiria nenhum outro que não fosse ajudado pelo terreno. Nunca ninguém haverá de dizer que Aníbal não era mestre na guerra, e, achando-se diante de Cipião na África, se tivesse visto vantagem em prolongar a guerra, tê-la-ia prolongado; e, talvez, sendo ele bom comandante e tendo bom exército, poderia tê-lo feito, como fez Fábio na Itália: mas, se não o fez, é de crer que tenha sido movido por alguma razão importante. Porque o príncipe que tiver um exército reunido[65] e vir que, por falta de dinheiro ou de aliados, não poderá mantê-lo por muito tempo, será totalmente louco se não tentar a fortuna antes que tal exército precise ser dissolvido: porque, esperando, é certo que perderá; tentando, poderá vencer.

Há ainda outra coisa que deve ser considerada, a saber, que, mesmo perdendo, deve-se querer conquistar a

65. "Reunido" [*Messo insieme*] em oposição ao exército regular ou permanente. [N. da R. T.]

glória; e mais glória tem quem é vencido pela força do que quem o é por outro inconveniente qualquer. Assim, Aníbal devia estar sendo premido por essas necessidades. E, por outro lado, mesmo que Aníbal tivesse diferido a batalha e não tivesse tido coragem bastante para ir ter com Cipião nos lugares fortificados, este não passava necessidades, por já ter vencido Siface e conquistado tantas cidades na África que podia ficar seguro e com comodidade, como se estivesse na Itália. Isso não acontecia com Aníbal, quando tinha de enfrentar Fábio; nem àqueles franceses que tinham de enfrentar Sulpício.

Menos ainda pode fugir à batalha aquele que ataca com seu exército terras alheias; porque, se entrar no território do inimigo e este lhe vier ao encontro, precisará combater, e, se acaso sitiar alguma cidade, estará ainda mais obrigado a lutar: como em nosso tempo ocorreu ao duque Carlos de Borgonha, que, sitiando Morat[66], terra dos suíços, foi por estes atacado e derrotado, e como ocorreu ao exército da França, que, sitiando Novara[67], foi também derrotado pelos suíços.

11. Onde se diz que quem tiver muitos inimigos, ainda que seja inferior, poderá vencer se conseguir resistir aos primeiros assaltos[68]

O poder dos tribunos da plebe na cidade de Roma foi grande; e foi necessário, como muitas vezes[69] discuti-

66. Cf. *Discursos*, II, 10. [N. da R. T.]
67. Cf. *ibid.*, II, 17. [N. da R. T.]
68. Tito Lívio, IV, 48. [N. da R. T.]
69. Cf. *Discursos*, principalmente I, 6, e I, 37. [N. da R. T.]

mos, porque de outro modo não se poderia ter refreado a ambição da nobreza, que teria corrompido aquela república muito antes do que ela se corrompeu. No entanto, visto que em todas as coisas – como dissemos doutras vezes[70] – está oculto algum mal próprio, que enseja o surgimento de novos acontecimentos, é necessário prover a esse mal com novas ordenações. Por isso, quando a autoridade tribunícia se tornou insolente e temível para a nobreza e para Roma, teria surgido algum inconveniente danoso à liberdade romana, se Ápio Cláudio não tivesse mostrado o modo como deviam defender-se da ambição dos tribunos: como sempre se encontrava entre estes alguém que fosse medroso, corruptível ou amasse o bem comum, podiam dispor esse alguém a opor-se à vontade dos outros, que quisessem fazer aprovar alguma deliberação contra a vontade do senado. Tal remédio serviu para limitar grandemente tamanha autoridade e por muito tempo foi de proveito para Roma. Isso me tem levado a considerar que, sempre que muitos poderosos se unem contra um outro também poderoso, ainda que todos juntos sejam muito mais poderosos que este, sempre se deve esperar mais daquele que está só e tem menos força do que dos muitos, ainda que fortíssimos. Porque, mesmo deixando de lado todas as coisas das quais um homem sozinho pode tirar mais proveito do que muitos homens juntos (e que são infinitas), sempre ocorrerá que, usando um pouco de habilidade [*industria*], o pouco desunirá o muito e tornará fraco aquele corpo que era forte. Neste caso não quero aduzir exemplos antigos, que muitos haveria, pois me bastam os modernos, ocorridos nos nossos tempos.

70. Cf. *ibid.*, III, 1. [N. da R. T.]

Em 1483, toda a Itália[71] conspirou contra os venezianos; e como estes estavam totalmente perdidos e não podiam continuar com o exército em campo, corromperam o senhor Ludovico, que governava Milão, e por meio de tal corrupção fizeram um acordo, com o qual não só reouveram as cidades perdidas, mas também usurparam parte do estado de Ferrara. E, assim, aqueles que estavam perdendo a guerra acabaram sendo vencedores na paz. Há poucos anos, todo o mundo[72] conjurou contra a França: no entanto, antes que se assistisse ao fim da guerra, a Espanha se rebelou contra os confederados e fez acordo com ela; desse modo, os outros confederados foram obrigados, pouco depois, a também fazer acordo. Assim, sem dúvida, quando se vê uma guerra travada por muitos contra um, sempre é preciso pensar que este acabará sendo superior, desde que tenha tanta *virtù* que consiga resistir aos primeiros assaltos e, temporizando, deixar o tempo passar. Porque, se não fizer isso, estará exposto a mil perigos: foi o que ocorreu aos venezianos em 1508, pois, se eles tivessem conseguido resistir ao exército francês e ganhar tempo para conquistar algum de seus aliados, teriam escapado à ruína; mas, como não tinham armas virtuosas para resistir ao inimigo e, por isso, não tiveram tempo de separar algum de seus aliados, arruinaram-se. E viu-se que o papa, assim que recuperou suas coisas[73], tornou-se amigo deles, bem como a Espanha: de muito bom grado

71. O papa (Sisto IV), o rei de Nápoles, o duque de Milão e os florentinos se aliaram ao duque de Ferrara contra os venezianos (cf. *O príncipe*, 11, e *História de Florença*, VIII, 24-26). [N. da R. T.]

72. Maquiavel alude à Liga Santa, proclamada em outubro de 1511 (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 224).

73. Faenza e Rimini (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 224).

esses dois príncipes, se pudessem, ter-se-iam oposto à França e salvado o estado da Lombardia, para que aquela não se tornasse tão poderosa na Itália. Os venezianos, portanto, poderiam ceder uma parte para salvar o resto: coisa que teria sido de grande sabedoria, desde que realizada num tempo em que não parecesse que o faziam por necessidade, antes de iniciada a guerra; mas, depois de iniciada esta, era vergonhosa e de pouco proveito. Mas, antes disso, poucos cidadãos de Veneza conseguiam enxergar o perigo, pouquíssimos viam o remédio e ninguém o prescrevia. Mas, para voltar ao princípio destas considerações, concluo: assim como o senado romano encontrou remédios para a saúde da pátria contra a ambição dos tribunos, por serem muitos, também haverá remédio para o príncipe que seja atacado por muitos, desde que ele saiba, com prudência, usar meios propícios a desuni-los.

12. De como um comandante prudente deve impor a necessidade de combater aos seus soldados e subtraí-la aos inimigos

Doutras vezes, dissemos quanto é útil a necessidade às ações humanas e da grande glória a que, graças a ela, estas foram levadas[74]; e, conforme escreveram alguns filósofos morais, as mãos e a língua dos homens, dois nobilíssimos instrumentos, capazes de enobrecê-los, não teriam operado com perfeição nem teriam conduzido as obras humanas à altura a que foram levadas, se não tivessem sido impelidos pela necessidade. Portanto, como

74. Cf. *Discursos* I, 1. [N. da R. T.]

os antigos comandantes dos exércitos conheciam a *virtù* de tal necessidade, sabendo até que ponto ela tornava o ânimo dos soldados obstinados na luta, faziam de tudo para que seus soldados fossem por ela premidos; e, por outro lado, usavam de todas as astúcias [*ogni industria*] para que os inimigos se vissem livres dela: por isso, muitas vezes abriram ao inimigo o caminho que poderiam ter fechado, e a seus próprios soldados fecharam o que poderiam ter deixado aberto. Portanto, quem desejar que uma cidade se defenda obstinadamente ou que um exército em campanha combata com obstinação, deve, acima de tudo, empenhar-se em pôr tal necessidade no peito de quem tem de combater. Donde o comandante prudente, que tiver de expugnar uma cidade, deverá avaliar a facilidade ou a dificuldade da expugnação por meio do conhecimento e do estudo da necessidade que obrigue seus habitantes a defender-se: e sempre que perceber ser grande a necessidade que os obriga à defesa, deverá julgar difícil a expugnação; de outro modo, deverá julgá-la fácil. Por essa razão as cidades, depois que se rebelam, são mais difíceis de conquistar do que o foram na primeira conquista; porque, no princípio, não havendo razão para temerem a punição, por não terem cometido ofensa, rendem-se facilmente; mas, visto que, com a rebelião, acham que cometeram uma ofensa e, por isso, temem a punição, é mais difícil expugná-las. A obstinação também nasce de ódios naturais entre príncipes vizinhos e repúblicas vizinhas, o que provém da ambição de dominar e da cobiça por seu estado, sobretudo se forem repúblicas, como ocorreu na Toscana; tais disputas e conflitos sempre tornaram e tornarão difícil a subjugação de uma por outra. Portanto, a quem estudar bem os vizinhos da cidade de Floren-

ça e os vizinhos da cidade de Veneza não surpreenderá, como a muitos, que Florença tenha gasto mais nas guerras e conquistado menos que Veneza, pois isso ocorreu porque os venezianos não depararam nas cidades vizinhas tanta obstinação na defesa quanto Florença, visto que todas as cidades que confinam com Veneza estavam acostumadas a viver sob um príncipe, e não livres; e aqueles que estão acostumados a servir muitas vezes pouco se importam em trocar de senhor, aliás freqüentemente o desejam[75]. Assim, Veneza, embora tenha tido vizinhos mais poderosos que Florença, como precisou enfrentar cidades menos obstinadas, pôde vencê-las mais depressa do que aquela, que estava circundada por cidade livres.

Portanto, para voltarmos às primeiras considerações, o comandante, quando assalta uma cidadela, deve empenhar-se com toda a diligência em subtrair a seus defensores tal necessidade e, por conseguinte, tal obstinação: prometendo perdão, se tiverem medo da punição, e, se tiverem medo de perder a liberdade, mostrando que não é contrário ao bem comum, mas sim a poucos ambiciosos da cidade; isso muitas vezes facilitou as empresas e as expugnações das cidadelas. E, embora semelhantes artifícios sejam facilmente reconhecidos, sobretudo pelos homens prudentes, freqüentemente os povos se deixam por eles enganar, porque, desejando ardentemente a paz presente, fecham os olhos a qualquer outra insídia que se arme sob as pródigas promessas. E, desse modo, infinitas cidades passaram a viver em servidão: foi o que ocorreu a Florença nos tempos recentes[76] e o que ocorreu a Cras-

75. Cf. *O príncipe*, 3. [N. da R. T.]
76. Agosto de 1512 (Cf. *Discursos*, I, 7). [N. da R. T.]

so e a seu exército[77], pois este, conquanto reconhecesse como vãs as promessas dos partos, que eram feitas para subtrair a seus soldados a necessidade de defender-se, não conseguiu manter neles a obstinação, enceguecidos que estavam pelas ofertas de paz que lhes eram feitas pelos inimigos, conforme se vê ao ler a vida de Crasso. Digo, portanto, que os samnitas, violando o acordo que haviam feito com os romanos, por ambição de alguns, invadiram e pilharam os campos dos confederados romanos e, quando mandaram embaixadores a Roma para pedir paz, oferecendo a restituição das coisas pilhadas e a prisão dos autores dos tumultos e da pilhagem, foram rechaçados pelos romanos. E, voltando a Sâmnio sem esperança de acordo, Cláudio Pôncio, então comandante do exército dos samnitas, com um notável discurso, mostrou que os romanos queriam a guerra a qualquer custo, e, embora eles desejassem a paz, a necessidade os fazia continuar a guerra, dizendo estas palavras: "Iustum est bellum quibus necessarium, et pia arma quibus nisi in armis spes est"[78]; e sobre tal necessidade ele alicerçou, para seus soldados, a esperança da vitória. E, para não mais voltar a esta matéria, parece-me oportuno aduzir os exemplos romanos mais dignos de nota. Caio Manílio estava com seu exército em luta com os veientes quando parte do exército destes últimos entrou na estacada de Manílio; este correu com um destacamento em socorro dos seus e, para que os veientes não pudessem escapar, fechou todas as saídas do campo; assim, os veientes, vendo-se cercados, come-

77. *Ibid.*, I, 18. [N. da R. T.]

78. Justa é a guerra a quem ela é necessária, e pias são as armas a quem só nas armas tem esperança (Tito Lívio, IX, 1). [N. da T.]

çaram a combater com tanta raiva que mataram Manílio; e teriam vencido todo o resto dos romanos, não fosse a prudência de um tribuno que lhes abriu uma saída. E assim se vê que, enquanto a necessidade obrigou os veientes a combater, eles combateram com grande ferocidade, mas, quando viram o caminho aberto, pensaram mais em fugir do que em combater.

Os volscos e os équos tinham entrado com seus exércitos nos confins romanos. A seu encontro foram mandados os cônsules. Em meio à peleja, o exército dos volscos, cujo capitão era Vécio Méssio, viu-se, de repente, encerrado entre suas estacadas, ocupadas pelos romanos, e o outro exército romano; e, vendo que morreriam se não abrissem caminho com a espada, disse a seus soldados estas palavras: "Ite mecum; non murus nec vallum, armati armatis obstant; virtute pares, quae ultimum ac maximum telum est, necessitate superiores estis."[79] Por isso, essa necessidade é chamada por Tito Lívio de "ultimum ac maximum telum". Camilo, o mais prudente de todos os comandantes romanos, estando já dentro da cidade dos veientes com seu exército, para facilitar a sua tomada e subtrair aos inimigos uma última necessidade de defender-se, mandou – de tal modo que os veientes ouvissem – que ninguém atacasse os que estivessem desarmados; assim, depostas as armas, a cidade foi tomada quase sem derramamento de sangue[80]. Medida esta que depois foi observada por muitos.

79. Vinde comigo; não é um muro nem um fosso, são homens armados que a homens armados se opõem; iguais em virtude, sois superiores pela necessidade, que é a arma extrema e mais forte (Tito Lívio, IV, 28). [N. da T.]

80. Tito Lívio, V, 21. [N. da R. T.]

13. Em quem confiar mais: num bom comandante que tenha um exército fraco ou num bom exército que tenha um comandante fraco?[81]

Quando saiu de Roma, Coriolano refugiou-se junto aos volscos; lá, formou um exército para vingar-se de seus concidadãos e voltou a Roma, donde depois saiu, mais graças à piedade de sua mãe do que às forças romanas. Sobre isso Tito Lívio diz que por tais coisas se vê que a república romana cresceu mais pela *virtù* dos comandantes do que pela dos soldados, tendo-se em mente que os volscos antes haviam sido vencidos e só venceram depois que Coriolano foi seu comandante. E, embora Lívio defenda essa opinião, lê-se em muitos trechos de sua história que a *virtù* dos soldados sem comandante operou maravilhas, e que muitos se tornaram mais ordenados e ferozes depois da morte de seus cônsules do que antes; foi o que ocorreu com o exército que os romanos tinham na Espanha sob o comando dos Cipiões: mortos os dois comandantes, tal exército conseguiu, com a sua *virtù*, não só salvar-se como também vencer o inimigo e conservar aquela província para a república. Assim, depois de tudo examinado, encontraremos muitos exemplos nos quais somente pela *virtù* dos soldados a batalha foi vencida e muitos outros nos quais somente a *virtù* dos comandantes produziu o mesmo efeito; desse modo, pode-se concluir que estes precisam daqueles, e aqueles, destes.

Cabe considerar, antes, o que deve ser mais temido: um bom exército mal comandado, ou um bom coman-

81. *Id.*, II, 39-40. [N. da R. T.]

dante acompanhado de um mau exército. E, se atentarmos para a opinião de César, deveremos considerar pouco um como outro. Porque, quando foi para Espanha lutar contra Afrânio e Petreio, que tinham um ótimo exército, disse que os considerava pouco, "quia ibat ad exercitum sine duce"[82], demonstrando a fraqueza dos comandantes. Ao contrário, quando foi para a Tessália lutar contra Pompeu, disse: "Vado ad ducem sine exercitu."[83]

Pode-se também meditar sobre outra coisa: o que é mais fácil, um bom comandante fazer um bom exército, ou um bom exército fazer um bom comandante? Para responder, digo que tal questão parece decidida: porque é mais fácil que muitos homens bons encontrem ou instruam um só, até que este fique bom, do que o contrário. Lúculo, quando foi mandado contra Mitridates, era totalmente inexperiente na guerra; no entanto, aquele bom exército, que contava com muitos capitães ótimos, logo o transformou em bom comandante. Os romanos, por falta de homens, armaram grande número de escravos e os puseram sob o comando de Semprônio Graco, que em pouco tempo constituiu um bom exército. Pelópidas e Epaminondas, como em outro lugar dissemos[84], depois de subtraírem Tebas, sua pátria, ao jugo dos espartanos, em pouco tempo transformaram os camponeses tebanos em ótimos soldados, que conseguiram não só resistir à milícia espartana, mas também vencê-la. Assim, as coisas se igualam, porque um bom pode encontrar outro. No entanto, um bom exército sem bom comandante costuma tornar-se insolente e perigoso; foi o que ocorreu

82. Porque ia ao encontro de um exército sem comandante. [N. da T.]
83. Vou ao encontro de um comandante sem exército. [N. da T.]
84. Cf. *Discursos*, I, 21. [N. da R. T.]

com o exército da Macedônia, depois da morte de Alexandre, e com os soldados veteranos nas guerras civis. Por isso acredito que se deve confiar bem mais num comandante que tenha tempo de instruir homens e condições para armá-los do que num exército insolente com um comandante improvisado, por ele criado. Por isso, devem ser duplicados a glória e o louvor dos comandantes que não só tiveram de vencer o inimigo, mas também, antes de entrarem em luta com ele, precisaram instruir seu próprio exército e torná-lo bom: porque nestes se mostra uma *virtù* dupla e tão rara que, se tal incumbência tivesse sido confiada a muitos, eles seriam menos considerados e afamados do que são.

14. Que efeitos produzem os improvisos que surgem e os novos comandos que são dados no meio da peleja?[85]

A importância dos acontecimentos inesperados [*nuovo accidente*] que surgem, em razão de algo novo que se veja ou ouça em meio aos combates e às batalhas, é demonstrada em vários lugares, sobretudo no exemplo do que ocorreu na batalha que os romanos travaram com os volscos: Quíncio, ao ver que uma das alas do seu exército estava cedendo, começou a gritar bem alto, a dizer que eles deveriam agüentar-se porque a outra ala do exército estava vencendo, e, com essas palavras, dando ânimo aos seus e amedrontando os inimigos, venceu. E, se tais comandos produzem grandes efeitos num exército bem-ordenado,

85. Tito Lívio, II, 64-5. [N. da R. T.]

nos tumultuários e mal ordenados produzem efeitos maiores, porque a sua totalidade é movida por semelhante vento. A propósito, quero aduzir um exemplo notável, que ocorreu em nossos tempos. A cidade de Perúgia, há poucos anos, estava dividida em duas facções, dos Oddi e dos Baglioni. Estes últimos reinavam, enquanto os primeiros estavam no exílio. Estes, depois de reunirem um exército com a ajuda de aliados e de se refugiarem em alguma cidadela próxima a Perúgia, certa noite entraram na cidade favorecidos por partidários e, sem serem descobertos, preparavam-se para tomar a praça. Como, naquela cidade, todas as suas esquinas têm correntes que mantêm barradas as suas ruas, à frente dos partidários dos Oddi ia alguém que, com uma maça de ferro, ia rompendo os fechos, para que a cavalaria pudesse passar. Quando faltava romper apenas a corrente da rua que desembocava na praça, já tendo sido dado o sinal de alarme, aquele que ia quebrando as correntes, premido pela turba que lhe vinha atrás, nem conseguia levantar bem os braços para quebrá-las. Assim, para ter movimentos mais livres, disse aos outros: "Vão para trás!", palavras que, passando de fileira em fileira como "para trás!", fez que os últimos começassem a fugir e, gradualmente, os outros também, e com tanta pressa, que por si mesmos se desbarataram: e assim malogrou o desígnio dos Oddi, em razão de tão pequeno acontecimento.

Por aí se deve considerar que as ordenações num exército são necessárias não somente para que se possa combater ordenadamente, mas também para que qualquer acontecimento mínimo não te desordene. Pois não é por outro motivo que as multidões populares são inúteis para a guerra, e sim porque qualquer rumor, qualquer coman-

do, qualquer estrépito as alteram e põem em fuga. Por isso, um bom comandante, entre outras ordenações, deve determinar [*ordinare*] quais são os homens que devem receber seu comando e passá-lo aos outros, acostumando seus soldados a só acreditar em tais homens e acostumando tais homens a só dizerem aquilo de que foram por ele incumbidos; porque, sempre que isso não foi bem observado, viram-se muitas vezes enormes desordens.

Quanto às coisas novas que se vêem, enquanto os exércitos estão em luta todo comandante deve esforçar-se por produzir alguma, que anime os seus e desanime os inimigos; porque, entre os acontecimentos capazes de produzir a vitória, esse é de grande eficácia. Testemunho disso é o caso de Caio Sulpício, ditador romano[86]. Este, quando em batalha contra os franceses, armou todos os sacomãos e camponeses, fazendo-os montar em mulos e outros animais de carga com armas e insígnias tais que pareciam cavaleiros, e, pondo-os sob suas insígnias, atrás de um monte, mandou que, a um sinal dado, no momento em que a peleja estivesse mais acesa, eles se mostrassem e aparecessem aos inimigos. E tal coisa, assim ordenada e realizada, infundiu tanto terror nos franceses que eles perderam a batalha. Por isso, um bom comandante deve fazer duas coisas: uma é tentar, com alguns desses improvisos, amedrontar o inimigo; outra é ficar preparado para descobrir aqueles tentados pelo inimigo contra ele e assim torná-los vãos. Foi o que fez o rei da Índia a Semíramis. Esta, percebendo que aquele rei tinha grande número de elefantes, para amedrontá-lo, mostrando-lhe que ela também tinha muitos, mandou esculpir gran-

86. Tito Lívio, VII, 14-5. [N. da R. T.]

de número deles com couro de búfalo e de vaca, e, pondo-os sobre camelos, soltou-os; mas o rei, percebendo o engodo, tornou seu intento não só vão como também danoso. O ditador Mamerco lutava contra os fidenates que, para amedrontarem o exército romano, determinaram que, no auge da peleja, certo número de soldados saísse de Fidena com tochas nas pontas das lanças, para que os romanos, entretidos pela novidade da coisa, se desordenassem. A propósito, é de notar que, quando têm mais verdade que mentira, tais improvisos podem produzir mais efeitos sobre os homens, porque, transmitindo a impressão de força, não é possível descobrir tão depressa a fraqueza que contêm; mas, quando contêm mais mentira que verdade, é melhor não os fazer ou, fazendo-os, mantê-los a distância, de tal modo que não possam ser logo descobertos, como fez Caio Sulpício com os almocreves. Porque, quando houver fraqueza por trás de tais improvisos, com a proximidade a fraqueza é logo descoberta, e eles causam mais danos que benefícios, como os causados pelos elefantes a Semíramis e pelos archotes aos fidenates: porque, embora no princípio eles tivessem perturbado um pouco o exército romano, quando o ditador chegou e começou a gritar, dizendo que deviam envergonhar-se de fugir da fumaça como abelhas e que deveriam voltar-se contra os fidenates, exclamava: "Suis flammis delete Fidenas, quas vestris beneficiis placare non potuistis"[87]; e assim tornou inútil aquele expediente dos fidenates, que saíram derrotados da peleja.

87. Destruí Fidena com suas próprias chamas, visto que não a aplacastes com vossos serviços (Tito Lívio, IV, 33). [N. da T.]

15. Onde se diz que um só homem, e não muitos, deve ser encarregado de um exército, e que ter vários comandantes é nocivo[88]

Quando os fidenates se rebelaram e massacraram a colônia que havia sido enviada a Fidena, para remediar tal insulto os romanos nomearam quatro tribunos com poder consular; destes, deixaram a um a guarda de Roma e mandaram três contra os fidenates e os veientes. Esses três, por estarem divididos e desunidos, angariaram desonra, mas não dano: porque da desonra só eles foram a causa, e do fato de não ter havido dano a causa foi a *virtù* dos soldados. Por isso, os romanos, vendo tal desordem, recorreram à criação do ditador, para que um só homem reordenasse aquilo que os três haviam desordenado. E por aí se reconhece a inutilidade de muitos comandantes para um exército ou para uma cidadela que deva ser defendida; e Tito Lívio não poderia dizê-lo mais claramente do que com estas palavras: "Tres Tribuni potestate consulari documento fuere, quam plurium imperium bello inutile esset, tendendo ad sua quisque consilia, cum alii aliud videretur, aperuerunt ad occasionem locum hosti."[89]

E, embora esse exemplo seja suficiente para provar que, na guerra, muitos comandantes só criam desordem, quero aqui aduzir alguns outros, um moderno e um antigo, para maior esclarecimento da coisa.

88. Tito Lívio, IV, 31. [N. da R. T.]

89. Três tribunos com poder consular demonstraram como é inútil o comando de muitos na guerra, pois como cada um deles estava inclinado a seguir suas próprias opiniões e todos tinham opiniões diferentes, ofereceram ao inimigo a ocasião de vencer (*id.*, IV, 31). [N. da T.]

Em 1500, depois de retomar Milão, o rei de França, Luís XII, mandou seus homens para Pisa, a fim de restituí-la aos florentinos; como representantes de Florença foram enviados Giovambatista Ridolfi e Luca di Antonio degli Albizi. Como Giovambatista era homem de grande reputação e mais idade, Luca deixava que tudo fosse orientado por ele, e, se não demonstrava ambição opondo-se-lhe, demonstrava-a calando-se, e desdenhando, e vilipendiando tudo, de tal modo que não ajudava as ações do campo nem com obras, nem com opiniões, como se fosse homem de nenhuma importância. Mas depois se viu o contrário. Quando Giovambatista, por motivo de certo acontecimento, precisou voltar a Florença, Luca, ao ficar sozinho, demonstrou o que valiam seu ânimo, sua habilidade [*industria*] e suas opiniões, coisas estas que ficaram perdidas enquanto ele estava em companhia de outro. Como confirmação, quero de novo citar as palavras de Tito Lívio, quando conta que, quando Quíncio e seu colega Agripa foram mandados pelos romanos para lutar contra os équos, Agripa quis que toda a administração da guerra fosse delegada a Quíncio; e diz Lívio: "Saluberrimum in administratione magnarum rerum est, summam imperii apud unum esse."[90] O que é contrário ao que hoje fazem nossas repúblicas e nossos príncipes, que, para administrar melhor, mandam aos lugares mais de um representante e mais de um comandante, criando incalculável confusão. E se procurássemos as razões da ruína dos exércitos italianos e franceses em nossos tempos, veríamos que a mais forte é essa. E pode-se concluir, realmente, que

90. Na administração das coisas importantes é salutar que o comando supremo caiba a um só homem (Tito Lívio, III, 70). [N. da T.]

é melhor mandar para uma expedição um homem apenas, que tenha prudência comum, do que dois valorosíssimos com a mesma autoridade.

16. Onde se diz que a verdadeira virtù *é procurada nos tempos difíceis, mas, nos tempos fáceis, não são procurados os virtuosos, mas aqueles que pelas riquezas e pela parentela têm mais popularidade*

Nas repúblicas, os homens grandes e raros sempre foram e sempre serão negligenciados nos tempos de paz; porque, em razão da inveja despertada pela reputação que sua *virtù* lhes granjeia, em tais tempos sempre há muitos cidadãos que não querem ser-lhes iguais, porém superiores. E sobre isso há um bom trecho em Tucídides, historiador grego. Ele mostra que a república ateniense, ao sair vitoriosa da guerra do Peloponeso, refreando o orgulho dos espartanos e quase submetendo todo o restante da Grécia, alcançou tanta reputação que logo pensou em ocupar a Sicília. Tal empresa foi discutida em Atenas. Alcibíades e alguns outros cidadãos aconselhavam que deveria ser realizada, como aqueles que, pensando pouco no bem público, pensavam em sua própria honra e pretendiam comandar tal empresa. Mas Nícias, que era o primeiro dos mais reputados em Atenas, a desaconselhava; e a maior razão que aduziu ao falar ao povo, para que lhe acreditassem, foi esta: ao aconselhar que tal guerra não fosse travada, não o fazia para favorecer-se, porque, enquanto Atenas estivesse em paz, ele sabia que haveria infinitos cidadãos que queriam precedê-

lo, mas, ao entrar em guerra, sabia que nenhum cidadão lhe seria superior ou igual.

Vê-se, portanto, como nas repúblicas há essa desordem de dar pouco valor aos homens valorosos em tempos de paz. E isso os leva a indignar-se por duas razões: uma, por se verem rebaixados em seu grau; outra, por verem que ocupam cargos iguais, e superiores aos seus, homens indignos, que não têm a sua capacidade. E tal desordem tem causado grandes ruínas às repúblicas; porque os cidadãos que se vêem imerecidamente desprezados, sabendo que isso ocorre porque os tempos são fáceis, e não perigosos, empenham-se em perturbá-los, movendo novas guerras para prejuízo da república. E, refletindo nos possíveis remédios para tanto, chego a dois: um é manter os cidadãos pobres, para que, com riquezas sem *virtù*, eles não se possam corromper nem aos outros; o outro é ordenar-se de tal modo para a guerra que sempre seja possível entrar em guerra e sempre se tenha necessidade de cidadãos bem reputados, como fizeram os romanos em seus primeiros tempos. Porque, como aquela cidade sempre tinha exércitos fora de suas fronteiras, sempre havia lugar para a *virtù* dos homens; e não se podia privar de seu grau aquele que o merecia, dando-o a alguém que não o merecesse: porque, se isso fosse feito alguma vez, por erro ou tentativa, logo advinham tanta desordem e tanto perigo que depressa se voltava à verdadeira via. Mas as outras repúblicas, que não são ordenadas como aquela, que só travam guerras quando a necessidade as obriga, não podem defender-se de tal inconveniente: aliás, sempre nele incorrem; e daí sempre lhes advirá desordem, quando o cidadão, negligenciado e virtuoso, for vingativo e tiver na cidade alguma reputação

e partidários. E a cidade de Roma durante certo tempo disso se defendeu; mas, depois de vencer Cartago e Antíoco (como já se disse em outro lugar[91]), não temendo mais as guerras, achava que podia confiar seus exércitos a quem bem entendesse, não considerando tanto a *virtù*, porém mais as outras qualidades que granjeassem os favores do povo. Pois viu-se que Paulo Emílio foi várias vezes rejeitado para o consulado, e só se tornou cônsul depois que surgiu a guerra macedônica, pois, como esta era considerada perigosa, por consenso de toda a cidade os exércitos lhe foram confiados.

Visto que em nossa cidade de Florença, depois de 1494, ocorreram muitas guerras, nas quais nenhum cidadão florentino deu mostras de competência, foi por sorte que a cidade encontrou alguém que mostrou como se havia de comandar os exércitos: foi ele Antonio Giacomini. E sempre que era preciso travar guerras perigosas, toda a ambição dos outros cidadãos desaparecia, e na escolha do representante e comandante dos exércitos ele não tinha competidores; mas, quando foi preciso travar uma guerra na qual não havia incertezas, mas sim muita honra e poder, apareceram tantos competidores que, sendo preciso escolher três comandantes para sitiar Pisa, ele foi deixado de lado. E, embora não fosse evidente o mal que poderia causar ao público[92] o fato de não se ter enviado Antonio, é muito fácil fazer conjecturas; porque, como os pisanos já não tinham com que defender-se nem sustentar-se, se ali estivesse Antonio, eles logo teriam sido tão fustigados que se teriam rendido à vontade dos florentinos. Mas, sendo sitiados por comandantes que não sa-

91. Cf. *Discursos*, III, 1. [N. da R. T.]
92. Ao estado florentino. [N. da R. T.]

biam fustigá-los nem dominá-los, ficaram em negociações tão demoradas que a cidade de Florença os comprou, quando poderia tê-los pela força. Tal desprezo poderia ter produzido grande efeito em Antonio, e ele precisaria ter sido bem paciente e nobre para não desejar vingar-se, seja com a ruína da cidade, caso pudesse, seja com o ultraje de algum de seus cidadãos. Disso as repúblicas devem guardar-se, conforme veremos no próximo capítulo.

17. Quem já tiver sido ofendido não deverá ser mandado para administração e governo de importância[93]

Toda república deve ter o cuidado de não prepor a alguma administração importante alguém que já tenha sido vítima de grande injúria. Cláudio Nero, que deixou o exército que comandava contra Aníbal para, com parte dele, ir a Marca, encontrar-se com o outro cônsul para lutar contra Asdrúbal antes que este se unisse a Aníbal, já outrora havia enfrentado Asdrúbal na Espanha, quando o encurralou com o exército num lugar onde ele era obrigado a combater em desvantagem ou morrer de fome. Cláudio Nero então foi tão astutamente distraído por Asdrúbal, com certas negociações, que este escapou ao seu domínio e o fez perder a ocasião de derrotá-lo. Quando tais coisas chegaram ao conhecimento de Roma, o senado e o povo o acusaram gravemente, e por toda a cidade se falou dele de modo ofensivo, para sua grande desonra e menoscabo. Mas, tornando-se cônsul, depois, e sendo mandado ao encontro de Aníbal, tomou a decisão

93. Tito Lívio, XXVI, 17, e XXVII, 40-3. [N. da R. T.]

de que falamos, que era perigosíssima, de tal modo que Roma viveu na incerteza e no sobressalto até que chegaram as novas da derrota de Asdrúbal. Mais tarde, quando se perguntou a Cláudio por que havia tomado decisão tão perigosa, pois que, sem que houvesse uma necessidade extrema, ele quase pusera em risco a liberdade de Roma, ele respondeu que o fizera porque sabia que, se tivesse sucesso, reconquistaria a glória que perdera na Espanha e, se não o tivesse, e tal decisão tivesse resultado desfavorável, sabia que estaria vingado daquela cidade e daqueles cidadãos que o haviam ofendido com tanta ingratidão e indiscrição. E se as paixões despertadas por tais ofensas tiveram tanta força num cidadão romano, nos tempos em que Roma ainda não estava corrompida, é de imaginar a força que teriam num cidadão de outra cidade que não tenha o feitio daquela. E como, para semelhantes desordens que surgem nas repúblicas, não é possível prescrever remédio certo, segue-se que é impossível ordenar uma república perpétua, porque sua ruína pode ser causada por mil vias imprevistas.

18. Nada é mais digno de um comandante do que prever as decisões do inimigo[94]

O tebano Epaminondas dizia que nada é mais necessário e útil a um comandante do que conhecer as deliberações e as decisões do inimigo. E, como tal conhecimento é difícil, merece mais louvor aquele que as sabe conjecturar. E não é tão difícil entender os desígnios do inimigo quanto é difícil, às vezes, entender suas ações;

94. Tito Lívio, IV, 37-9. [N. da R. T.]

e nem tanto as ações que ele realiza longe, quanto as presentes e próximas. Porque muitas vezes ocorreu, nas batalhas que duram até o cair da noite, que quem venceu acreditou ter perdido, e quem perdeu acreditou ter vencido. Erro que levou a deliberar coisas contrárias à salvação de quem as deliberou, como ocorreu com Bruto e Cássio, que, por esse erro, perderam a guerra; porque, embora Bruto tivesse vencido com sua ala, Cássio acreditou que houvera perdido, que todo o exército estivesse desbaratado, e, desesperando da salvação, em razão desse erro, matou-se. Nos nossos tempos, na batalha travada na Lombardia, em Santa Cecília, por Francisco, rei de França, contra os suíços, ao cair a noite, os suíços que tinham saído ilesos acreditaram ter vencido, porque não sabiam dos outros, que tinham sido derrotados e mortos; esse erro os levou à perdição, pois esperaram para voltar a combater pela manhã, em grande desvantagem; e foi também levado a errar e quase a perder-se o exército do papa e da Espanha, que, acreditando numa falsa notícia de vitória, atravessou o Pó, e, caso avançasse mais, teria caído nas mãos dos franceses, que estavam vitoriosos.

Erro semelhante ocorreu nos campos romanos e nos dos équos. Quando o cônsul Semprônio estava em combate com os inimigos, a batalha travada perdurou até a noite, alternando-se a fortuna entre um e outro lado: ao cair a noite, como ambos os exércitos estivessem em parte desbaratados, nenhum deles voltou ao alojamento; aliás, cada um deles se refugiou nas colinas vizinhas, onde acreditavam estar mais seguros. O exército romano dividiu-se em duas partes: uma ficou com o cônsul, e a outra, com certo centurião Tempânio, pela *virtù* do qual o exército romano não fora inteiramente desbaratado naquele dia. Quando amanheceu, o cônsul romano, sem ter mais no-

tícia dos inimigos, tomou o caminho de Roma; o mesmo foi feito pelo exército dos équos, pois cada um deles acreditava que o inimigo havia vencido, e assim se retirava sem cuidar que seus alojamentos ficavam à mercê do outro. Mas Tempânio, que estava com o restante do exército romano, ao se retirar também, ficou sabendo, por alguns feridos dos équos, que seus comandantes haviam partido, abandonando os alojamentos: ao ouvir essa notícia, Tempânio entrou nos alojamentos romanos e os salvou, saqueando depois os dos équos e voltando para Roma vitorioso. Essa vitória, como se vê, consistiu somente em ter uma das partes, antes da outra, conhecimento das desordens do inimigo. Por aí se deve notar que, freqüentemente, dois exércitos que se estejam enfrentando encontram-se na mesma desordem e padecem as mesmas necessidades, e sai vencedor aquele que primeiro tomar conhecimento das necessidades do outro.

Quero aqui dar um exemplo doméstico e moderno desse fato. Em 1498, quando os florentinos tinham um grande exército em Pisa e impunham um cerco cerrado àquela cidade, os venezianos, que haviam assumido sua proteção, não vendo outro modo de salvá-la, decidiram adotar uma medida diversionária, atacando por outro lado o domínio de Florença; e, armando um poderoso exército, entraram pelo Vale de Lamona e ocuparam o burgo de Marradi, assediando a fortaleza de Castiglione, que fica na colina que domina o burgo. Os florentinos, ao saberem disso, decidiram socorrer Marradi, mas não diminuir as forças que tinham em Pisa, e, ordenando nova infantaria e nova cavalaria, mandaram-nas para aqueles lados, comandadas por Iacopo IV d'Appiano, senhor de Piombino, e pelo conde Rinuccio da Marciano. Quando aqueles homens, portanto, chegaram à colina que domina Mar-

radi, os inimigos saíram do arredor de Castiglione e foram todos para o burgo. E os dois exércitos ficaram diante um do outro por alguns dias, sofrendo ambos grande falta de vitualhas e de todas as outras coisas necessárias, e, como nenhum dos dois ousava enfrentar o outro e um não sabia das desordens do outro, decidiram ambos, numa mesma noite, levantar os acampamentos na manhã seguinte e retirar-se: o exército veneziano na direção de Brisighella e Faenza, e o florentino, na de Casaglia e Mugello. Quando amanheceu, e ambos os acampamentos começaram a pôr a caminho os seus *impedimenta*, quis o acaso que uma mulher saísse do burgo de Marradi e fosse ao acampamento florentino, protegida pela velhice e pela pobreza, pois desejava ver alguns parentes seus que ali estavam: quando, por ela, ficaram sabendo que o acampamento veneziano estava de partida, os comandantes florentinos ganharam coragem e mudaram de idéia, e, como se houvessem desalojado os inimigos, investiram contra eles, escrevendo a Florença que os haviam rechaçado e vencido a guerra. Vitória essa que só ocorreu por terem eles sabido antes dos inimigos que estes estavam de partida: e se essa notícia tivesse chegado antes por outro lado, teria produzido o mesmo efeito contra os nossos.

*19. De se, para comandar uma multidão, é mais necessária a benevolência [*ossequio*] do que a punição*[95]

A república romana estava sublevada em razão das inimizades entre nobres e plebeus, mas, quando a guerra

95. Tito Lívio, II, 58-60. [N. da R. T.]

se impôs, Quíncio e Ápio Cláudio foram designados para o comando dos exércitos. Ápio, por ser cruel e rude no comando, teve pouca obediência de seus homens, de tal forma que fugiu de seu território quase desbaratado; Quíncio, por ser benévolo e de temperamento [*ingegno*] humano, teve a obediência de seus soldados e voltou vitorioso. Assim, parece que, para governar uma multidão, é melhor ser humano do que arrogante, piedoso do que cruel[96]. Contudo, Cornélio Tácito, com cujos juízos muitos outros escritores concordam, conclui o contrário, dizendo: "In multitudine regenda plus poena quam obsequium valet."[97] E, pensando em como é possível defender essas duas opiniões, digo que ou deves comandar homens que são, de ordinário, teus companheiros, ou então homens que sempre foram subordinados a ti. Quando são companheiros, não se pode usar de punição sempre, nem da severidade de que fala Cornélio; e, como a plebe romana tinha em Roma poder equivalente [*equale imperio*] ao da nobreza, aquele a quem fosse dado o seu governo durante certo tempo não poderia dirigi-la com crueldade e rudeza. E foram muitas as vezes em que colheram melhores frutos os comandantes romanos que se faziam amar pelos exércitos e os dirigiam com benevolência do que aqueles que se faziam temer excessivamente, caso não fossem dotados de excepcional *virtù*, como ocorreu com Mânlio Torquato. Mas quem comanda súditos, aos quais Cornélio se refere, deve tender mais à punição do que à benevolência, para que eles não se tornem insolentes e, por excessiva condescendência de quem os comanda,

96. Cf. *O príncipe*, 17. [N. da R. T.]

97. Para comandar uma multidão, mais vale a punição que a benevolência (*Anais*, III, 55). [N. da T.]

acabem por desprezá-lo. Mas a punição também precisa ser moderada, para evitar-se o ódio; porque despertar o ódio jamais foi benéfico a príncipe algum. O modo do evitá-lo é respeitar o patrimônio dos súditos: porque nenhum príncipe deseja o sangue, a não ser que sob ele se esconda o roubo, e só o deseja em caso de necessidade, e essa necessidade ocorre raras vezes; mas, quando a ela se mistura o roubo, ocorre sempre, e nunca faltarão razões e desejo de derramá-lo, conforme discorremos longamente em outro tratado[98]. Portanto, Quíncio mereceu mais louvor que Ápio, e a máxima de Cornélio merece aprovação dentro de seus termos, e não nos casos como os de Ápio.

E, visto que falamos de punição e benevolência, não me parece supérfluo mostrar como um exemplo de humanidade teve mais poder que as armas para os faliscos.

20. Um exemplo de humanidade para com os faliscos teve mais poder que toda a força dos romanos[99]

Quando Camilo cercava e sitiava a cidade dos faliscos, um mestre-escola dos filhos das famílias mais nobres da cidade, acreditando poder cair nas graças de Camilo e do povo romano, saiu da cidade com as crianças, a pretexto de exercício, e levou-as ao acampamento, perante Camilo; apresentando-as, disse que, graças a elas, aquela cidade se entregaria. Tal presente não só não foi aceito

98. Cf. *O príncipe*, 17 (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 235).
99. Tito Lívio, V, 27. [N. da R. T.]

por Camilo, como este, ordenando que despissem o mestre-escola e lhe atassem as mãos atrás das costas, deu uma vara a cada uma das crianças e mandou-as acompanhá-lo até a cidade, dando-lhe varadas. Chegando tal ato ao conhecimento dos cidadãos, estes se agradaram tanto da humanidade e da integridade de Camilo que, sem desejarem mais defender-se, decidiram entregar-lhe a cidade. Por esse exemplo verdadeiro, é de considerar como, às vezes, tem mais poder sobre o espírito dos homens um ato humano e cheio de caridade do que um ato feroz e violento; também por ele se mostra que, muitas vezes, as províncias e as cidades que não podem ser abertas pelas armas, pelos instrumentos bélicos e por qualquer outra força humana são abertas por um exemplo de humanidade e piedade, de castidade ou liberalidade. E nas histórias há muitos outros exemplos além desse. Viu-se também como as armas romanas não conseguiram expulsar Pirro da Itália, mas conseguiu-o a liberalidade de Fabrício, quando lhe revelou a oferta feita aos romanos por um familiar seu, de envenená-lo[100]. Sabe-se também que Cipião, o Africano, não ganhou tanta reputação na Espanha com a expugnação de Nova Cartago, quanto a que obteve com o exemplo de castidade, por ter devolvido ao marido, incólume, a mulher jovem e bela; a fama dessa ação fez que toda a Espanha se lhe tornasse aliada. Também se sabe que os povos muito desejam tais qualidades nos homens grandes, e como ela é louvada pelos escritores, tanto por aqueles que descrevem a vida dos prínci-

100. Consta que o médico de Pirro teria ido ao acampamento romano, oferecendo-se para envenená-lo em troca de dinheiro, mas Fabrício mandou prendê-lo e entregou-o a Pirro. [N. da T.]

pes quanto por aqueles que prescrevem [*ordinano*] como eles devem viver. Entre eles, Xenofonte muito se esforça por demonstrar quantas honras, quantas vitórias e quanta reputação Ciro granjeou por ser humano e afável, não dando nenhum exemplo de soberba, crueldade, luxúria, nem de nenhum outro vício que macule a vida dos homens. Contudo, considerando que Aníbal obteve grande fama e grandes vitórias com modos contrários a esses, parece-me oportuno discorrer sobre isso no próximo capítulo, procurando descobrir a razão para tanto.

21. Onde se procura saber por que Aníbal, com um modo de proceder diferente do de Cipião, produziu na Itália os mesmos efeitos produzidos por aquele na Espanha

Imagino que algumas pessoas poderiam admirar-se ao verem que alguns comandantes, a despeito de terem levado vida contrária à daqueles que acima mencionamos, produziram efeitos semelhantes aos produzidos por eles, parecendo, assim, que a razão das vitórias não depende de tais causas; aliás, parece que aqueles modos não conferem mais força nem mais fortuna, visto ser possível conquistar glória e reputação com modos contrários. E, para me ater aos homens já acima citados e esclarecer melhor o que quis dizer, digo que Cipião entrou na Espanha e, com sua humanidade e piedade, logo granjeou a amizade daquela província, fazendo-se adorar e admirar por seus povos, enquanto Aníbal, ao entrar na Itália, com modos totalmente contrários aos de Cipião, ou seja, com crueldade, violência, pilhagem e todo tipo de

deslealdade, produziu o mesmo efeito de Cipião na Espanha; porque todas as cidades da Itália se rebelaram a favor de Aníbal, todos os povos o seguiram[101].

E, se considerarmos donde isso pode provir, encontraremos várias razões. A primeira é que os homens são desejosos de coisas novas, visto que, no mais das vezes, tanto os que vivem bem quanto os que vivem mal desejam novidades: porque, como doutra vez se disse[102] – e é verdade –, os homens enfadam-se no bem e afligem-se no mal. Esse desejo, portanto, leva-os a abrir as portas a qualquer um que numa região se mostre como campeão de uma inovação[103]; se é estrangeiro, correm-lhe atrás; se é do lugar, rodeiam-no, exaltando-o e favorecendo-o: assim, seja qual for o modo como proceda, ele alcança grandes progressos naquele lugar. Além disso, os homens são impelidos por duas coisas principais: amor ou temor; por isso, são comandados tanto por quem se faz amar quanto por quem se faz temer; aliás, no mais das vezes, seguem e obedecem mais àquele que se faz temer do que àquele que se faz amar[104].

Portanto, a um comandante importa pouco o caminho escolhido, desde que seja homem virtuoso, e que essa *virtù* o torne reputado entre os homens. Porque a *virtù*, quando é grande – como em Aníbal e Cipião –, apaga todos os erros que ele cometa para fazer-se muito amar ou muito temer. Porque de qualquer um desses dois modos podem nascer grandes inconvenientes, capazes de levar um príncipe à ruína, pois aquele que deseja demais

101. Tito Lívio, XXI, 4. [N. da R. T.]
102. Cf. *Discursos*, I, 37. [N. da R. T.]
103. Cf. *O príncipe*, 3. [N. da R. T.]
104. *Ibid.*, 17. [N. da R. T.]

ser amado, por menos que se afaste do verdadeiro caminho, torna-se desprezível, e o outro, que deseja demais ser temido, por menos que se exceda em seu modo, torna-se odioso. E manter-se na via do meio é impossível[105], porque a nossa natureza não o permite, mas é necessário mitigar todo excesso com excepcional *virtù*, como faziam Aníbal e Cipião. Contudo, viu-se que ambos foram prejudicados por seu modo de viver, e também foram exaltados.

Da exaltação de ambos já falamos. O prejuízo sofrido por Cipião foi que seus soldados se rebelaram na Espanha, com parte de seus aliados, e outra causa não houve para tal senão o pouco temor que lhe devotavam[106]; porque os homens são tão inquietos que, por menos que alguém lhes abra as portas à ambição, logo se esquecem do amor que nutriam pelo príncipe em razão de sua humanidade; foi o que fizeram os soldados e os aliados de que falamos: e Cipião, para remediar esse inconveniente, foi obrigado a usar em parte a mesma crueldade de que fugira. Quanto a Aníbal, nenhum exemplo particular nos mostra que sua crueldade e sua deslealdade o tenham prejudicado, mas pode-se muito bem pressupor que Nápoles e muitas outras cidades mantiveram-se fiéis ao povo romano por medo de sua crueldade. Viu-se muito bem que o seu modo ímpio de viver tornou-o mais odioso para o povo romano do que qualquer outro inimigo que aquela república já tivera: de modo que, enquanto a Pirro foi entregue aquele que queria envenená-lo – e ele estava com todo o exército na Itália –, Aníbal nunca foi per-

105. Cf. *Discursos*, III, 9. [N. da R. T.]
106. Tito Lívio, XXVIII, 24 ss. [N. da R. T.]

doado, mesmo quando desarmado e perdido, tanto que o mataram. Portanto, coube a Aníbal essa desvantagem por ter sido ele considerado ímpio, desleal e cruel, mas, por outro lado, lhe resultou uma enorme vantagem, admirada por todos os escritores, qual seja, a de que no seu exército, ainda que composto por várias espécies de homens, nunca houve dissensão, nem entre seus homens, nem destes contra Aníbal. E isso só podia ser devido ao terror que sua pessoa inspirava, que era tão grande e se mesclava à reputação que lhe dava a sua *virtù*, que seus soldados se mantinham disciplinados e unidos. Concluo, portanto, que não importa muito o modo como um comandante procede, desde que nele haja *virtù* tão grande que tempere bem ambos os modos de viver: porque, como se disse, em ambos há defeito e perigo, desde que não sejam corrigidos por uma *virtù* extraordinária. E, se Aníbal e Cipião obtiveram o mesmo efeito, um com coisas louváveis, outro com detestáveis, não gostaria de deixar de discorrer ainda sobre dois cidadãos romanos que, com diferentes modos, ambos louváveis, conseguiram a mesma glória.

22. De como a dureza de Mânlio Torquato e a humanidade de Valério Corvino granjearam para ambos a mesma glória

Houve em Roma, no mesmo período, dois comandantes excelentes, Mânlio Torquato e Valério Corvino; estes, iguais em *virtù*, iguais em triunfos e glória, viveram em Roma, e ambos, no que se referia ao inimigo, obtiveram-na com idêntica *virtù*, mas, no que se referia aos

exércitos e ao tratamento dos soldados, procederam de modos muito diferentes: porque Mânlio comandava com toda sorte de severidade, sem poupar canseira ou sofrimento a seus soldados, enquanto Valério os tratava de modo totalmente humano, cheio de afabilidade familiar. E viu-se que, para obter obediência dos soldados, um matou o filho, e o outro nunca feriu ninguém. No entanto, com tamanha diferença de procedimento, ambos colheram os mesmos frutos na luta contra os inimigos e no favorecimento da república e de si mesmos. Porque nenhum soldado jamais se recusou a lutar nem se rebelou contra eles, tampouco discrepando no que quer que fosse da vontade deles, ainda que os comandos [*imperi*] de Mânlio fossem tão ásperos que todos os comandos que se excedessem em aspereza eram chamados "manliana imperia". Por esse motivo, é de considerar, em primeiro lugar, por que Mânlio foi obrigado a proceder tão rigidamente; em segundo, por que Valério conseguiu proceder com tanta humanidade; em terceiro, por qual razão esses diferentes modos produziram o mesmo efeito; e, finalmente, qual deles é melhor e mais útil imitar. Se considerarmos bem a natureza de Mânlio a partir do momento em que Tito Lívio começa a falar dele[107], veremos que era homem fortíssimo, piedoso para com o pai e a pátria, reverente para com os superiores. Tais coisas são reconhecidas pela morte daquele francês[108], pela defesa do pai contra o tribuno e pelas palavras que, antes de lutar com o francês, disse ao cônsul: "Iniussu tuo adversus hostem

107. Tito Lívio, VII, 5. [N. da R. T.]

108. Um guerreiro gaulês que o desafiou para um duelo e foi por ele morto (*id.*, VII, 10) (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 238).

nunquam pugnabo, non si certam victoriam videam."[109] Quando, portanto, chega ao comando, um homem desse feitio espera que todos os homens sejam semelhantes a ele, e o seu ânimo forte faz que comande coisas fortes e querer que obedeçam aos seus comandos. E é, de fato, regra que, quando se comanda com aspereza, é preciso com aspereza exigir obediência; caso contrário, se é enganado. É de notar, então, que para obter obediência é necessário saber comandar: e comandam bem aqueles que estabelecem uma equivalência entre suas próprias qualidades e as dos que devem obedecer; quando há proporção, comandam; quando há desproporção, não o fazem.

Por isso, um homem prudente dizia que, para se dirigir uma república com violência, é preciso que haja proporção entre quem impõe a força a aquele a quem ela é imposta. E, sempre que existe essa proporção, pode-se acreditar que a violência é duradoura, mas, quando quem sofre a violência é mais forte do que quem a impõe, pode-se desconfiar de que, mais cedo ou mais tarde, tal violência acabará.

Mas, voltando ao que dizíamos, para comandar as coisas fortes, é preciso ser forte; e quem tem essa força e assim comanda não pode depois com brandura exigir obediência. Mas quem não tem tal força de ânimo deve abster-se dos comandos extraordinários e, nos ordinários, pode usar de humanidade. Porque as punições ordinárias não são imputadas ao príncipe, mas sim às leis e às ordenações. Portanto, é de crer que Mânlio

109. Contra uma ordem tua jamais combaterei contra o inimigo, nem que a vitória seja certa (Tito Lívio, VII, 10). [N. da T.]

fosse obrigado a proceder com tanta rigidez por seus comandos extraordinários, aos quais era inclinado por natureza, o que é útil numa república, porque faz que suas ordenações se voltem para o seu princípio, para sua antiga *virtù*. E seria perpétua a república que fosse tão feliz que tivesse, freqüentemente – conforme acima dissemos[110] –, alguém que, com seu exemplo, lhe renovasse as leis, e não só a mantivesse com o fito de evitar a ruína, mas a fizesse voltar às origens. Assim, Mânlio foi um daqueles que, com a aspereza de seus comandos, manteve a disciplina militar em Roma, ao que foi obrigado primeiro por sua própria natureza e depois pelo desejo de que se observasse aquilo que o seu natural apetite o levara a ordenar. Por outro lado, Valério pôde proceder com humanidade porque a ele bastava que se observassem as coisas que costumeiramente se observavam nos exércitos romanos. E, como tais costumes eram bons, bastava honrá-los; e não era difícil observá-los, não necessitando Valério punir os transgressores, seja porque não os havia, seja porque, em os havendo, a punição era imputada às ordenações, conforme dissemos, e não à crueldade do príncipe. De modo que Valério podia demonstrar grande humanidade, com a qual conseguia cair no agrado dos soldados e contentá-los. Por isso, obtendo ambos a mesma obediência, conseguiram obter o mesmo efeito com procedimentos diferentes. Quem quisesse imitá-los poderia incidir nos vícios de desprezo e ódio de que falei acima, a respeito de Aníbal e Cipião, o que só pode ser evitado com excepcional *virtù*, e não de outro modo.

110. Cf. *Discursos*, III, 1. [N. da R. T.]

Falta agora considerar qual desses modos de proceder é mais louvável. Creio que isso seja discutível, porque os escritores louvam ambos os modos. Contudo, quem prescreve como o príncipe deve governar aproxima-se mais de Valério do que de Mânlio; e Xenofonte, que já citei[111], dando muitos exemplos da humanidade de Ciro, assemelha-se muito com o que Tito Lívio diz de Valério. Porque este, quando foi nomeado cônsul para lutar contra os samnitas, no dia em que devia combater, falou a seus soldados com aquela humanidade pela qual se pautava; e depois de sua fala, Tito Lívio diz estas palavras: "Non alias militi familiarior dux fuit, inter infimos milites omnia haud gravate mundia obeundo. In ludo praeterea militari, cum velocitatis viriumque inter se aequales certamina ineunt, comiter facilis vincere ac vinci vultu eodem; nec quemquam aspernari parem qui se offerret; factis benignus pro re; dictis haud minus libertatis alienae, quam suae dignitatis memor; et (quo nihil popularius est) quibus artibus petierat magistratus, iisdem gerebat."[112] Tito Lívio também fala de Mânlio honrosamente, mostrando que a severidade que demonstrou na morte do filho tornou-lhe o exército tão obediente que foi essa a razão da vitória do povo romano sobre os latinos; e louva-o tanto que, depois de falar de tal vitória e descrever os parti-

111. Cf. *Discursos*, III, 20. [N. da R. T.]

112. Nenhum outro comandante foi mais humano com os soldados, suportando sem dificuldade os exercícios entre os soldados mais rasos. Nos jogos militares, quando os soldados competiam em pé de igualdade na corrida e na luta, ele vencia e era vencido com o mesmo semblante; não desprezava quem se mostrasse igual a ele; era bondoso nas ações, segundo as circunstâncias; ao falar, lembrava-se sempre da liberdade alheia e da sua própria dignidade; e (o que não é menos popular) geria a magistratura com a mesma conduta com que a havia pedido (Tito Lívio, VII, 33). [N. da T.]

culares daquela peleja, mostrou todos os perigos a que o povo romano esteve exposto e as dificuldades para vencê-la, concluindo que somente a *virtù* de Mânlio deu aquela vitória aos romanos. E, comparando as forças de ambos os exércitos, afirma que teria vencido o lado que tivesse Mânlio por cônsul. Assim, considerando-se tudo o que os escritores falam deles, seria difícil julgar. Contudo, para não deixar essa matéria sem decisão, digo que, para um cidadão que viva sob as leis duma república, é mais louvável e menos perigoso o procedimento de Mânlio, porque esse modo está todo voltado em favor do público e nunca tem em mira a ambição privada; pois tal modo não consegue conquistar partidários, por mostrar-se sempre áspero para com todos e por amar apenas o bem comum; porque quem faz isso não conquista os amigos particulares que, conforme disse acima, são chamados partidários. Por isso, nada pode ser mais útil nem mais desejável numa república que semelhante modo de proceder, visto que nele está presente a utilidade pública e não pode haver nenhuma suspeita de poder pessoal. Mas no procedimento de Valério ocorre o contrário, pois, embora os efeitos sejam os mesmos no que se refere ao público, são muitas as dúvidas surgidas em razão da especial benevolência que ele granjeia junto aos soldados, o que, se for prolongado o comando, produzirá efeitos nocivos contra a liberdade.

E, se em Publícola[113] esses maus efeitos não surgiram, foi porque o ânimo dos romanos ainda não estava corrompido e ele não ficou por tempo longo e contínuo no

113. Cognome da família Valerio Corvo, que significa "amigo do povo" (Tito Lívio, VII, 32). [N. da T.]

seu governo. Mas, se formos considerar um príncipe, como o faz Xenofonte, ficaremos ao lado de Valério e nos afastaremos de Mânlio, porque um príncipe deve buscar obediência e amor nos soldados e nos súditos. A obediência lhe vem da observância das ordenações e da *virtù*; o amor, da afabilidade, da humanidade, da piedade e de outras qualidades que estavam presentes em Valério, e que, segundo Xenofonte, estavam também em Ciro. Porque, quando se é príncipe, ter o bem-querer do povo e o exército como seu partidário é coisa que se conforma a todos os outros aspectos do seu estado, mas, num cidadão, ter o exército como partidário é coisa que não se conforma com os outros aspectos, que devem fazê-lo viver sob as leis e obedecer aos magistrados.

Nas histórias antigas da república veneziana, lê-se que certa vez, quando as galés venezianas voltaram para Veneza, surgiu uma desavença entre os homens das galés e o povo, donde nasceu um tumulto, com uso de armas. A coisa não se apaziguava nem pela ação das forças públicas, nem pelo respeito aos principais cidadãos, nem por temor aos magistrados, mas, assim que diante daqueles marinheiros surgiu um gentil-homem[114] que, no ano anterior, fora seu comandante, estes, por amor a ele, arredaram-se e abandonaram a rixa. Tal obediência gerou tanta suspeita no senado que, pouco tempo depois, os venezianos quiseram garantir-se por meio da prisão ou da morte dele. Concluo, portanto, que o procedimento de Valério é útil no príncipe e pernicioso no cidadão; não somen-

114. Trata-se de Vettor ou Vettore Pisani, que foi preso, mas, depois, teve sua soltura exigida pelo povo veneziano. Foi novamente nomeado capitão contra os genoveses. Morreu de doença em meio a uma expedição. [N. da T.]

te para a pátria, mas para si próprio; para a pátria, porque tais procedimentos abrem caminho para a tirania; para si, porque, se sua cidade suspeitar do seu modo de proceder, será obrigada a assegurar-se, com seu dano. Assim, inversamente, afirmo que o procedimento de Mânlio é danoso num príncipe e útil num cidadão, sobretudo para a pátria, sendo raramente prejudicial, desde que o ódio granjeado pela severidade não seja aumentado pela suspeita que as outras *virtù* granjeiam, em razão da grande reputação; é o que se verá abaixo, a propósito de Camilo.

23. Qual a razão de Camilo ter sido expulso de Roma[115]

Concluímos acima que quem procede como Valério prejudica a pátria e a si mesmo, e que quem procede como Mânlio favorece a pátria e às vezes se prejudica. Isso é muito bem comprovado pelo exemplo de Camilo, que no modo de proceder se assemelhava mais a Mânlio que a Valério. Razão pela qual Tito Lívio, ao falar dele, diz que "eius virtutem milites oderant, et mirabantur"[116].

O que o tornava admirável era a solicitude, a prudência, a magnanimidade, a boa ordem que observava nas ações e no comando dos exércitos; o que o tornava odioso era ser ele mais severo no castigo que liberal na recompensa. E para tal ódio Tito Lívio aduz as seguintes razões: a primeira é que o dinheiro obtido com a venda dos bens dos veientes foi por ele aplicado no erário, e

115. Tito Lívio, V, 23-32. [N. da R. T.]

116. Os soldados odiavam e admiravam sua virtude (*id.*, V, 26). [N. da T.]

não dividido juntamente com a presa; a segunda é que, no desfile triunfal, mandou que seu carro fosse puxado por quatro cavalos brancos, e assim se disse que, por soberba, ele quisera igualar-se ao sol; a terceira é que ele fez promessa de dar a Apolo a décima parte da presa dos veientes e, para que cumprisse a promessa, foi preciso tirá-la das mãos dos soldados, que já a haviam tomado. Por isso se vê bem e facilmente o que torna um príncipe odioso aos olhos do povo: dentre essas razões, a principal é privá-lo de um bem [*uno utile*][117]. E isso tem muita importância, porque as coisas que têm utilidade são inesquecíveis para o homem que é delas privado, e qualquer pequena necessidade o leva a lembrá-las; e como as necessidades surgem todos os dias, elas são lembradas todos os dias. Outra coisa importante é mostrar-se soberbo e ostentoso, não havendo nada que desperte mais ódio nos povos, sobretudo os livres. E embora a soberba e o fasto não lhes sejam incômodos, despertam neles o ódio por quem os usa: daí porque o príncipe deve deles fugir como se foge dum escolho, pois atrair o ódio sem proveito é de todo temerário e pouco prudente.

24. A prolongação dos comandos militares [imperii] *fez Roma serva*

Se considerarmos bem os procedimentos da república romana, veremos que duas coisas causaram a dissolução daquela república: as contendas surgidas com a lei agrária e a prolongação dos comandos militares; se tais

117. Cf. *O príncipe*, 17. [N. da R. T.]

coisas tivessem sido reconhecidas e devidamente remediadas já no princípio, a vida livre teria sido mais prolongada e talvez mais tranqüila. E, embora a prolongação do comando militar nunca tenha acarretado tumultos em Roma, viu-se, de fato, que a autoridade a que se chegou por deliberações populares foi muito prejudicial à cidade. E, se os outros cidadãos cuja magistratura foi prorrogada tivessem sido tão sábios e bons quanto Lúcio Quíncio, não se teria incorrido nesse inconveniente. A bondade deste é um exemplo notável[118], porque, ao se concluir um acordo entre a plebe e o senado, tendo a plebe prolongado em um ano o poder dos tribunos, por considerá-los aptos a resistir à ambição dos nobres, o senado, para competir com a plebe e não parecer submeter-se a ela, prolongou o consulado de Lúcio Quíncio. Este, porém, negou-se categoricamente a acatar essa deliberação, dizendo que os maus exemplos deviam ser debelados e não acrescidos de outro exemplo pior, exigindo que fossem nomeados novos cônsules. Se tais bondade e prudência tivessem existido em todos os cidadãos romanos, não teria sido introduzido o costume de prolongar as magistraturas, e, assim, não se teria chegado à prolongação dos comandos militares, o que, com o tempo, arruinou aquela república. O primeiro que teve o comando prorrogado foi Públio Filão[119]: seu consulado chegou ao fim quando ele sitiava a cidade de Palépolis, mas, como o senado acreditava que dele dependia aquela vitória, não lhe enviou um sucessor e nomeou-o procônsul; e assim foi ele o primeiro procônsul. E tal medida, ain-

118. Tito Lívio, III, 21. [N. da R. T.]
119. *Id.*, VIII, 23 e 26. [N. da R. T.]

da que tomada pelo senado por utilidade pública, com o tempo levou à perda da liberdade em Roma. Porque, quanto mais longe os romanos mandavam seus exércitos, mais necessária lhes parecia tal prorrogação e mais a usavam. E isso acarretou dois inconvenientes: um foi que um menor número de homens passou a exercer o comando militar, pelo que essa reputação passou a limitar-se a uns poucos; o outro foi que o cidadão que passasse muito tempo no comando dum exército ganhava os seus favores e tornava-o seu partidário, pois, com o tempo, aquele exército se esquecia do senado e só reconhecia aquele comandante. Por isso, Sila e Mário conseguiram encontrar soldados que os seguissem, em prejuízo do bem público; por isso, César conseguiu ocupar a pátria. E, se os romanos nunca tivessem prolongado as magistraturas e os comandos militares, se não tivessem chegado tão cedo a tão grande poderio, e se suas conquistas fossem mais demoradas, mais teriam demorado para perder a liberdade.

25. Da pobreza de Cincinato e de muitos cidadãos romanos[120]

Já dissemos em outro lugar[121] que nada é mais útil numa cidade livre do que a pobreza de seus cidadãos. E, embora não fique evidente qual ordenação romana produzia esse efeito, sobretudo em vista da oposição sofrida pela lei agrária, a experiência mostra que, quatrocentos anos depois da edificação de Roma, ainda ali havia gran-

120. Tito Lívio, III, 26-9. [N. da R. T.]
121. Cf. *Discursos*, I, 37. [N. da R. T.]

de pobreza; e não é de crer que alguma ordenação maior produzisse esse efeito, mas cabe ver que, por motivo de pobreza, ninguém tinha barrado o caminho a nenhum posto e a nenhuma honraria, e que a *virtù* era encontrada em qualquer casa onde a pobreza habitasse. Esse modo de vida fazia que as riquezas não fossem desejadas. E isso é manifesto: porque, quando o cônsul Minúcio e seu exército foram cercados pelos équos, Roma temeu muito que aquele exército se perdesse, e, para evitá-lo, recorreu-se à criação do ditador, último remédio para suas aflições. E foi assim que nomearam Lúcio Quíncio Cincinato, que então morava na sua pequena propriedade rural, lavrada por suas próprias mãos. E isso é celebrado por Tito Lívio com palavras excelentes, quando diz: "Operae pretium est audire, qui omnia prae divitiis humana spernunt, neque honori magno locum, neque virtuti putant esse, nisi effusae affluant opes."[122] Cincinato estava arando sua pequena propriedade, que não tinha mais de quatro jeiras[123], quando chegaram de Roma os legados do senado para comunicar-lhe que ele fora eleito ditador e mostrar-lhe o perigo que corria a república romana. Ele vestiu a toga, foi para Roma e, reunindo um exército, partiu em socorro de Minúcio, libertando-o depois de derrotar e despojar os inimigos; mas não quis que o exército cercado participasse da presa, dizendo a Minúcio as seguintes palavras: "Não quero que participes da presa daqueles cuja presa por pouco não foste."[124] Des-

122. Que ouçam isto aqueles que honram a riqueza acima de qualquer outra coisa humana e acham que não pode haver honra nem virtude onde não houver opulência (Tito Lívio, III, 26). [N. da T.]

123. Em Roma, cerca de um quarto de hectare (cf. Capata, *op. cit.*, p. 242).

124. Tito Lívio, III, 29. [N. da R. T.]

tituiu Minúcio do consulado, e, nomeando-o legado, disse-lhe: "Ficarás nesse posto até que aprendas a ser cônsul." Instituíra como seu mestre de cavalaria Lúcio Tarquínio, que, por ser pobre, combatia a pé. Note-se, como dissemos, a honra que em Roma se prestava à pobreza, e veja-se que a um homem bom e valente, como Cincinato, bastavam quatro jeiras de terra para alimentar-se. Sabe-se que essa pobreza ainda existia nos tempos de Marcos Régulo, que, quando combatia na África, pediu licença ao senado para voltar a cuidar de sua propriedade rural, que estava sendo estragada por seus trabalhadores. Donde se vêem duas coisas notáveis: uma é a pobreza e o contentamento que nela encontravam, visto que da guerra aqueles cidadãos se satisfaziam em extrair a honra, deixando seus proveitos [*l'utile*] ao público. Porque, se pensassem em enriquecer-se com a guerra, pouco se importariam se seus campos estavam sendo estragados. Outra coisa notável era a generosidade de ânimo daqueles cidadãos postos no comando dos exércitos, cuja magnanimidade ficava acima da de qualquer príncipe, pois não davam valor a reis nem a repúblicas, nada os amedrontava nem assustava; e, depois, quando voltavam a ser cidadãos comuns, viviam de parcos recursos, eram humildes, cuidavam de suas pequenas propriedades, obedientes aos magistrados, reverentes diante dos superiores, parecendo até impossível que um mesmo ânimo sofresse tanta mutação. Tal pobreza durou ainda até os tempos de Paulo Emílio, que, pode-se dizer, foram os últimos tempos felizes daquela república, em que continuava pobre o cidadão que enriquecia Roma com seu triunfo. E era tão prezada a pobreza que Paulo, para prestar homenagem a quem se portara bem na guerra, deu a um de seus genros uma taça de prata, que foi a primeira peça

de prata de sua casa. E, caso essa matéria não tivesse sido tantas vezes celebrada por outros homens, se mais nos alongássemos, poderíamos mostrar que a pobreza produz frutos muito melhores que a riqueza, e como a primeira traz honra às cidades, às províncias e às seitas, enquanto a segunda as arruinou.

26. De como se arruína um estado por causa de mulher[125]

Na cidade de Árdea surgiu um conflito entre patrícios e plebeus em razão de um casamento: ao haver de casar-se uma mulher rica, um plebeu e um nobre pediram sua mão; como ela não tinha pai, os tutores queriam casá-la com o plebeu, e a mãe, com o nobre. Daí proveio tanto tumulto que se empunharam armas: toda a nobreza armou-se em favor do nobre, e toda a plebe, em favor do plebeu. A plebe, sendo vencida, saiu de Árdea e pediu ajuda aos volscos: os nobres a pediram a Roma. Os volscos chegaram primeiro e, cercando Árdea, a sitiaram. Sobrevieram os romanos e cercaram os volscos, que ficaram entre a cidade e o exército de Roma; e este tanto os fustigou que, premidos pela fome, os volscos foram obrigados a render-se. E os romanos, entrando em Árdea, mataram todos os cabeças da sedição e conciliaram as coisas daquela cidade.

Neste texto há várias coisas notáveis. Primeiramente, vê-se que as mulheres foram razão de muitas ruínas e sempre causaram grandes danos àqueles que governam

125. Tito Lívio, IV, 9-10. [N. da R. T.]

as cidades, provocando divisões: conforme vimos nesta nossa história, a violação de Lucrécia custou o estado aos Tarquínios, e a de Virgínia derrubou o decenvirato. E Aristóteles, entre as primeiras causas da queda dos tiranos, põe a injúria cometida por causa das mulheres, seja por estupro, violência ou rompimento de matrimônios, conforme tratamos longamente no capítulo dedicado às conjurações[126]. Digo, portanto, que os príncipes absolutos[127] e os governadores das repúblicas não devem dar pouca importância a essa questão, e sim considerar muito bem as desordens que por tal acontecimento possam nascer, remediando-as a tempo, para que o remédio não traga dano e vitupério ao seu estado ou à sua república; foi o que ocorreu aos ardeates, que, por terem permitido o crescimento da disputa entre seus cidadãos, foram levados à divisão; e, quando quiseram unir-se de novo, precisaram valer-se de recursos externos, o que é o primeiro passo para a iminente servidão.

Mas assim chegamos a outra matéria notável, que é o modo de unir de novo as cidades; disso falaremos no próximo capítulo.

27. De como se deve unir uma cidade dividida; e de como não é verdadeira a opinião de que, para governar as cidades, é preciso mantê-las divididas

Pelo exemplo dos cônsules romanos que reconciliaram os ardeates, nota-se o modo como deve ser reunida

126. Cf. *Discursos*, III, 6. [N. da R. T.]

127. Isto é, os governantes de um modo geral. [N. da R. T.]

uma cidade dividida, que outro não é – e não há outro remédio – senão matar os cabeças dos tumultos, uma vez que é necessário adotar uma destas três medidas: ou matá-los, como fizeram eles; ou retirá-los da cidade; ou fazê-los reconciliar-se, com a obrigação de não se atacarem. Dessas três medidas, a última é a mais danosa, menos segura e mais inútil. Porque, onde correu muito sangue ou foram cometidas injúrias semelhantes, é impossível que seja duradoura uma paz imposta pela força aos que se vêem todos os dias frente a frente; é, então, difícil que eles se abstenham de atacar-se mutuamente, já que todos os dias, no convívio, podem surgir novas razões para desavenças.

A propósito, não se pode dar melhor exemplo que o da cidade de Pistóia. Há quinze anos aquela cidade estava dividida, como ainda está, entre os Panciatichi e os Cancellieri, mas então as armas estavam empunhadas, e hoje estão depostas. E, depois de muitas disputas entre eles, houve derramamento de sangue, arrasamento das casas, saque do patrimônio e todos os outros comportamentos de inimigo. E os florentinos, que precisavam conciliá-los, sempre adotaram aquela terceira medida, e sempre renasceram tumultos maiores e maiores escândalos: até que, fartos, passaram à segunda medida, de retirar da cidade os cabeças das facções, e assim alguns foram presos e outros confinados em vários lugares, para que durasse o acordo feito, o que ocorre até hoje. Mas, sem dúvida, a medida mais segura teria sido a primeira. Entretanto, como semelhantes punições [*esecuzioni*] têm algo de grandeza e de nobreza, uma república fraca não as sabe impor e está tão longe disso que a custo chega ao segundo remédio. E são tais aqueles erros de que falei no

princípio[128], cometidos pelos príncipes de nossos tempos, quando precisam julgar as coisas grandiosas; pois deveriam ouvir como se conduziram aqueles que, na antiguidade, precisaram julgar casos semelhantes. Mas a fraqueza dos homens de hoje, causada pela educação fraca que recebem e pelo pouco conhecimento das coisas, leva-os a julgar os julgamentos antigos ou desumanos, ou impossíveis. E algumas de suas modernas opiniões estão de todo distantes da verdade, como aquela que os sábios da nossa cidade defendiam há algum tempo: que era preciso manter Pistóia dividida e Pisa com fortalezas; e eles não se apercebem de quanto essas duas coisas são inúteis.

Não quero falar das fortalezas, porque acima já falei muito delas[129]; quero discorrer sobre a inutilidade de manter divididas as cidades que governas. Em primeiro lugar, é impossível manter a amizade das duas facções que nela existam, sejam elas governadas por um príncipe ou por uma república. Porque, por natureza, os homens tomam partido sempre que haja alguma divisão, pois lhes agrada mais uma parte que outra. Assim, se uma parte daquela cidade estiver descontente, na primeira guerra que sobrevier, perderás a cidade; porque é impossível guardar uma cidade que tenha inimigos fora e dentro. Se for governada por uma república, não há melhor modo de tornar maus os teus cidadãos e de dividir a tua cidade do que ter a posse de [*avere in governo*] uma cidade dividida; porque cada parte procurará obter favores, e cada uma delas angariará amigos com vários tipos de corrupção, de modo que disso provirão dois grandes

128. Cf. *Discursos*, Proêmio, I. [N. da R. T.]
129. *Ibid.*, II, 24. [N. da R. T.]

inconvenientes; um é que eles nunca serão teus amigos, visto que não os podes bem governar, porque o governo variará com freqüência, ora com um humor, ora com outro; o segundo inconveniente é que o favorecimento de partidos mantém necessariamente a tua república dividida. E Biondo, falando dos florentinos e dos pistorienses, disso nos dá fé ao dizer: "Enquanto intentavam reunir Pistóia, os florentinos dividiram-se." Portanto, é fácil perceber o mal que nasce dessa divisão.

Em 1502, quando Arezzo foi perdida, e todo o Vale do Tibre e o Vale de Chiana foram ocupados pelos Vitelli e pelo duque Valentino, veio para cá certo senhor de Lant, mandado pelo rei de França, para fazer que todas aquelas terras perdidas fossem restituídas aos florentinos; e, como em todos os castelos encontrava homens que, ao visitá-lo, diziam que eram do partido de Marzocco[130], esse senhor reprovou sobremaneira essa divisão, dizendo que, na França, seria castigado o súdito do rei que dissesse ser do partido do rei, porque tais palavras não significariam outra coisa senão que naquela cidade haveria gente inimiga do rei, e aquele rei quer que as cidades todas sejam suas aliadas, estejam unidas e sem facções. Mas todos esses comportamentos [*modi*] e essas opiniões contrárias à verdade provêm da fraqueza dos senhores, que, percebendo-se incapazes de governar com força e *virtù*, voltam-se para semelhantes ardis [*industrie*]; e estes, às vezes, nos tempos de tranqüilidade são de algum proveito, mas, nas adversidades e nos tempos fortes[131], mostram sua falácia.

130. O leão que era símbolo de Florença (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 245).
131. Tempos difíceis. [N. da R. T.]

28. Onde se diz que é preciso estar atento às obras dos cidadãos, pois muitas vezes, encoberto sob obra de boa-fé, está um princípio de tirania[132]

Como a cidade de Roma padecia fome, e as provisões públicas não bastavam para debelá-la, certo Espúrio Mélio, que era bem rico para os moldes daqueles tempos, resolveu fazer uma provisão particular de frumento e, às suas expensas, alimentar a plebe. Por esse motivo, cresceu tanto o seu favor junto ao povo, que o senado, pensando no inconveniente que aquela liberalidade podia originar, para reprimi-la antes que ganhasse mais força, criou um ditador para a questão e condenou-o à morte. A esse respeito, deve-se notar que, muitas vezes, as obras que parecem ser de boa-fé e incapazes de causar danos acabam por ser cruéis e perigosíssimas para as repúblicas, caso não sejam cedo corrigidas. E, para discorrer sobre isso com mais particulares, digo que, sem os cidadãos bem reputados, as repúblicas não podem manter-se nem bem governar-se. Por outro lado, a reputação dos cidadãos é razão para o surgimento da tirania nas repúblicas. E quem quiser regular tais coisas precisa ordenar tudo de tal modo que os cidadãos sejam bem reputados, que sua reputação seja útil, e não nociva, à cidade e à liberdade desta. Por isso, é preciso examinar os modos como eles ganham reputação; e esses modos são dois: públicos ou privados[133]. No modo público, o cidadão, aconselhando bem e agindo melhor em prol do bem comum, granjeia reputação. A essa honra os cidadãos devem encontrar todos os caminhos abertos, oferecendo-se prêmios aos

132. Tito Lívio, IV, 13-5. [N. da R. T.]

133. Cf. *História de Florença*, VII, 1. [N. da R. T.]

conselhos e às obras, para que com eles se obtenham honra e satisfação. E, quando for pura e simples, a reputação ganha por tais vias nunca será perigosa, mas, quando for ganha por vias privadas – o outro modo de que falamos –, será perigosíssima e de todo nociva. As vias privadas consistem em fazer benefícios a este e àquele, emprestar-lhe dinheiro, casar suas filhas, defendê-lo dos magistrados, prestando favores privados semelhantes, que fazem partidários e estimulam os que são assim favorecidos a corromper o público e enfraquecer as leis. A república bem-ordenada deve, portanto, abrir caminhos, como dissemos, a quem busca favores por vias públicas e fechá-los a quem os busca por vias privadas, como fez Roma, porque, como prêmio para quem obrasse pelo público, estabeleceu [*ordinò*] os triunfos e todas as outras honras que dava aos seus cidadãos, bem como as acusações contra todos os que, sob pretextos vários, buscavam engrandecer-se por vias privadas; e, quando as acusações não bastassem, por estar o povo enceguecido por alguma aparência de falso bem, estabeleceu [*ordinò*] o ditador que, com braço régio, fizesse voltar ao verdadeiro caminho quem dele tivesse saído, como se fez para punir Espúrio Mélio. E, se uma dessas coisas apenas ficar impune, será capaz de pôr a perder uma república; porque dificilmente, diante desse exemplo, será possível trazê-la de volta, depois, ao verdadeiro caminho.

29. Onde se diz que os pecados dos povos nascem dos príncipes

Que não se queixem os príncipes de algum pecado cometido pelos povos que ele governe, porque tais pe-

cados só podem nascer de sua negligência ou de erros semelhantes que o maculem. E quem considerar os povos que em nossos dias muitos têm como dados ao roubo e a semelhantes pecados verá que tais erros nasceram daqueles que os governam, que têm natureza semelhante. Na Romanha[134], antes que Alexandre VI extinguisse os senhores que a governavam, havia exemplos de todos os tipos de vida criminosa, porque ali, por qualquer pequena razão, ocorriam assassinatos e grandes assaltos. E tais coisas provinham da maldade daqueles príncipes, e não da natureza malvada dos homens, como diziam eles. Porque, visto que aqueles príncipes eram pobres e queriam viver como ricos, precisavam dar-se ao roubo e usá-lo de vários modos. E, entre outros meios desonestos que empregavam, estavam a criação de leis e a proibição de certas ações, mas, depois, eram eles os primeiros que davam motivos para que elas deixassem de ser observadas; e nunca puniam os que não as observavam, a não ser depois, quando viam que muitos haviam incorrido em semelhante delito; e então decidiam aplicar punições, não por zelo pela lei, mas por cupidez, pelo que podiam ganhar comutando a pena. Daí surgiam muitos inconvenientes, entre os quais o mais importante era que o povo empobrecia e não se corrigia; e os que empobreciam esforçavam-se por prevalecer sobre os menos poderosos. Donde surgiam todos os males de que acima falamos, cuja causa era o príncipe. E a prova de que isso é verdade nos é mostrada por Tito Lívio[135], quando narra que, quando os legados romanos levavam a Apolo parte da presa dos

134. Cf. *O príncipe*, 7 e 17, e *Discursos*, I, 38. [N. da R. T.]
135. Tito Lívio, V, 28. [N. da R. T.]

veientes, foram presos pelos corsários de Lipari, na Sicília, e conduzidos àquela cidade. Timasíteo, o príncipe, ao saber que oferta votiva era aquela, para onde ia e por quem era mandada, embora nascido em Lipari, portou-se como romano, mostrando ao povo que apoderar-se dela era um ato ímpio; assim, com a concordância de todos, deixou que os legados partissem com todas as suas coisas. E as palavras do historiador são estas: "Timasitheus multitudinem religione implevit, quae semper regenti est similis."[136] E Lorenzo de' Medici, para confirmar essas palavras, diz:

E quel que fa 'l signor, fanno poi molti;
Che nel signor son tutti gli occhi volti.[137]

30. O cidadão que, em sua república, quiser usar sua autoridade para alguma boa obra precisará, antes, eliminar a inveja; e como, em vista do inimigo, é preciso ordenar a defesa de uma cidade[138]

Quando ficou sabendo que a Toscana toda fizera nova arregimentação para atacar Roma, e que os latinos e os hérnicos, antigos aliados do povo romano, se haviam unido aos volscos, perpétuos inimigos de Roma, o senado romano considerou que aquela guerra devia ser peri-

136. Timasíteo encheu de religiosidade a multidão, que é sempre semelhante ao seu príncipe (Tito Lívio, V, 28). [N. da T.]

137. E o que o senhor fizer muitos farão; / Pois ao senhor atentos todos são. [N. da T.]

138. Tito Lívio, VI, 2-9. [N. da R. T.]

gosa. E Camilo, que era então o tribuno com poder consular, achou que seria possível guerrear sem nomear um ditador, desde que os outros tribunos, seus colegas, lhe cedessem o comando supremo, o que foi feito voluntariamente pelos referidos tribunos: "Nec quicquam (diz Tito Lívio) de maiestate sua detractum credebant, quod maiestati eius concessissent."[139] Assim, Camilo, acatando imediatamente tal obediência, mandou que se convocassem três exércitos. Quis que o primeiro ficasse sob seu comando, para ir ao encontro dos toscanos. Nomeou Quinto Servílio comandante do segundo e quis que ele ficasse perto de Roma, para fazer frente aos latinos e aos hérnicos, caso eles se dirigissem para lá. O terceiro exército foi posto sob o comando de Lúcio Quíncio, determinando Camilo que ele guardasse a cidade e defendesse as portas e a cúria, em caso de necessidade. Além disso, determinou que Horácio, um de seus colegas, providenciasse as armas, o trigo e todas as outras coisas necessárias aos tempos de guerra. Pôs Cornélio, seu outro colega, à testa do senado e do conselho público, para orientar as ações diárias que deveriam ser realizadas; desse modo, aqueles tribunos, naquele tempo, mostraram-se dispostos a comandar e a obedecer em nome da salvação da pátria. Nota-se, por esse texto, o que faz um homem bom e sábio, o bem que enseja e o serviço que pode prestar à pátria quando extingue a inveja graças à sua bondade e à sua *virtù*; pois a inveja é, muitas vezes, a razão pela qual os homens não conseguem realizar boas ações, por não permitir que eles tenham a autoridade de

139. E não acreditavam que tinham diminuído sua própria dignidade concedendo-lhe essa dignidade (Tito Lívio, VI, 6). [N. da T.]

que precisam nas coisas de importância. Acaba-se com a inveja de dois modos. Ela pode acabar diante de algum acontecimento grave e difícil, quando todos, vendo-se em perigo, deixam de lado a ambição e correm voluntariamente a obedecer àquele que acreditam poder salvá-los, graças à sua *virtù*; foi o que ocorreu a Camilo, que, tendo dado tantas mostras de ser homem excelente e tendo sido três vezes ditador, ocupando sempre tal posto a serviço da utilidade pública e não da utilidade própria, levara os homens a não temerem sua grandeza; e, por ser tão grandioso e bem reputado, eles não se envergonhavam de ser inferiores a ele (motivo pelo qual Tito Lívio, sabiamente, disse aquelas palavras "Nec quicquam" etc.). A inveja se extingue de outro modo quando, por violência ou por causa natural, morrem aqueles que concorrem para alcançar a mesma reputação e a mesma grandeza, aqueles que, vendo que alguém tem mais reputação que eles, nunca conseguem aplacar-se e ter paciência. E, quando são homens acostumados a viver numa cidade corrompida, onde a educação não tenha neles infundido nenhuma bondade, é impossível que se retratem em razão de qualquer acontecimento; e para cumprir sua vontade e satisfazer à sua perversidade ficariam felizes com a ruína da pátria. Para vencer essa inveja não há outro remédio senão a morte daqueles que a nutrem; e, quando a fortuna é tão propícia ao homem virtuoso que tais invejosos morrem por vias naturais, aquele atinge a glória sem escândalos, quando pode mostrar sua *virtù* sem obstáculos e sem injúrias; mas, quando não tem essa felicidade, precisa pensar em todos os meios de livrar-se deles; e, antes de fazer qualquer coisa, precisa pensar nos modos de vencer essa dificuldade. E quem ler a Bíblia sensatamente verá que Moisés, para que suas leis e suas or-

denações tivessem progressos, foi forçado a matar um número infinito de homens, que, movidos por inveja, se opunham a seus desígnios. Essa necessidade era muito bem conhecida por frei Jerônimo Savonarola; quem também a conhecia era Piero Soderini, gonfaloneiro de Florença. Um não pôde vencê-la, por não ter autoridade para tanto (que foi o frade), e por não ser bem entendido por aqueles que o seguiam e teriam essa autoridade. Nem por isso deixou de fazer o que podia, e suas pregações são cheias de acusações contra os sábios do mundo e de invectivas contra eles, porque era assim que chamava tais invejosos e aqueles que se opunham a suas ordenações. O outro acreditava que, com o tempo, com bondade, fortuna e benefícios, extinguiria essa inveja; sabendo-se ainda jovem alvo de tantos favores que lhe eram granjeados pelo seu modo do proceder, acreditava poder impor-se sem escândalo, violência e tumulto àqueles tantos que se lhe opunham por inveja: e não sabia que o tempo não se deixa esperar, que a bondade não basta, que a fortuna varia, e que a maldade não se aplaca com presentes. Tanto um como o outro arruinaram-se, e sua ruína decorreu de não terem sabido ou podido vencer a inveja.

Outra coisa notável é a ordenação que Camilo impôs, dentro e fora, para a salvação de Roma. E, realmente, não sem razão os bons historiadores, como o nosso, apresentam certos casos com particulares e de modo claro, para que a posteridade aprenda como defender-se em semelhantes acontecimentos. E nesse texto deve-se notar que não se trata da defesa mais perigosa e mais inútil, ou seja, aquela que se faz tumultuariamente e sem ordem. E isso é mostrado pelo terceiro exército, que Camilo arregimentou para deixar em Roma, guardando a cidade: porque mui-

tos teriam julgado e julgariam ainda supérflua essa medida, visto que aquele povo, de ordinário, estava armado e era belicoso, não sendo por isso necessário arregimentá-lo de outro modo, mas apenas armá-lo quando a necessidade surgisse. Mas Camilo, como qualquer outro que fosse sábio como ele, pensava de modo diferente, e não permitiria jamais que uma multidão empunhasse armas, a não ser com certa ordem e de certo modo. Por isso, diante desse exemplo, quem for incumbido da guarda de uma cidade deverá fugir, como se foge de um escolho, a armar os homens a esmo; deverá, ao contrário, arregimentar e escolher aqueles que queira armar, aquele a quem estes devem obedecer, o lugar onde devem reunir-se e aonde devem ir; e comandar aos que não forem arregimentados que fiquem em casa, guardando-a. Aqueles que tiverem essa ordem numa cidade atacada facilmente poderão defender-se, e quem fizer coisa diferente não estará imitando Camilo, e não se defenderá.

31. As repúblicas fortes e os homens excelentes mantêm em qualquer fortuna o mesmo ânimo e a mesma dignidade

Entre as outras coisas magníficas que, segundo nosso historiador, Camilo disse e fez, para mostrar como deve proceder um homem excelente, Tito Lívio atribui-lhe estas palavras: "Nec mihi dictatura animos fecit, nec exilium ademit."[140] Por tais palavras se vê que os homens grandes são sempre os mesmos em qualquer fortuna; e se a for-

140. A ditadura não me exaltou, e o exílio não me esmoreceu (Tito Lívio, VI, 7). [N. da T.]

tuna varia, ora para exaltá-los, ora para esmorecê-los, eles não variam, mas se mantêm sempre com ânimo firme, de tal modo coerente com o seu modo de viver que facilmente se percebe que a fortuna não tem poder sobre eles. De outro modo se comportam os homens fracos, porque se enfatuam e inebriam na boa fortuna, atribuindo todo o bem que recebem àquela *virtù* que nunca tiveram[141]. Por isso, tornam-se insuportáveis e odiosos para todos os que os rodeiam. E disso decorre a súbita variação da sorte; e quando têm de enfrentá-la, logo incidem no defeito contrário, tornando-se vis e abjetos. Por essa razão, nas adversidades, os príncipes assim feitos pensam mais em fugir que em defender-se, como aqueles que, por terem mal usado a boa fortuna, estão despreparados para a defesa[142].

Essa *virtù* e esse vício não se encontram apenas nos homens, mas também nas repúblicas, e nos servem de exemplo os romanos e venezianos. Os primeiros nunca se tornaram abjetos diante da má sorte, nem insolentes na boa fortuna, conforme se viu claramente depois da derrota que sofreram em Canas e depois da vitória que tiveram contra Antíoco[143]; porque diante daquela derrota, conquanto gravíssima, por ter sido a terceira, não perderam a coragem e continuaram pondo em ação os seus exércitos; não quiseram resgatar seus prisioneiros contrariando suas ordenações; não mandaram ninguém a Aníbal ou a Cartago pedir paz: mas, desprezando todas essas coisas abjetas, sempre pensaram na guerra, armando, na falta de homens, os velhos e os escravos. E quando o car-

141. Cf. *Di Fortuna*, 71-2. [N. da R. T.]
142. Cf. *O príncipe*, 24. [N. da R. T.]
143. Tito Lívio, XXII, 57 ss. [N. da R. T.]

taginês Hanon soube disso, como acima dissemos[144], mostrou àquele senado que se devia dar pouca importância à derrota de Canas. E assim se viu que os tempos difíceis não os assombravam nem os tornavam humildes. Por outro lado, os tempos prósperos não os tornavam insolentes: porque, quando Antíoco enviou embaixadores a Cipião, pedindo-lhe acordo antes de travarem a batalha e ele perder, Cipião impôs certas condições para a paz: que Antíoco se retirasse para a Síria e deixasse o resto ao arbítrio do povo romano. Tal acordo foi recusado por Antíoco, que, perdendo a batalha, mandou novos embaixadores a Cipião, com a incumbência de aceitarem todas as condições que fossem impostas pelo vencedor: mas Cipião não propôs outros pactos além daqueles que oferecera antes da vitória, acrescentando estas palavras: "Quod romani, si vincuntur, non minuuntur animis; nec, si vincunt, insolescere solent."[145]

Exatamente o contrário disso foi o que fizeram os venezianos: estes, na boa fortuna, achando que a haviam ganho com a *virtù* que não tinham, tornaram-se tão insolentes que chamavam o rei de França de filho de São Marcos; não respeitavam a Igreja, achavam que a Itália inteira não era suficiente para eles e tinham em mente constituir uma monarquia semelhante à romana. Depois, quando a boa sorte os abandonou[146], e eles sofreram uma meia derrota em Vailate, diante dos exércitos do rei de França, não só acabaram perdendo todo o seu estado em razão de uma rebelião, como também entregaram boa

144. Cf. *Discursos*, II, 30. [N. da R. T.]

145. Porque os romanos, se são vencidos, não perdem o ânimo; e, se vencem, não costumam tornar-se insolentes (Tito Lívio, XXXVII, 45). [N. da T.]

146. Cf. *Discursos*, I, 6. [N. da R. T.]

parte de seus domínios ao papa e ao rei de Espanha por covardia e abjeção; e acovardaram-se tanto que mandaram embaixadores ao imperador para tornar-se seus tributários e escreveram ao papa cartas cheias de covardia e submissão, para despertar sua compaixão. A tal infelicidade chegaram em quatro dias e depois de meia derrota, porque seu exército combateu e, ao retirar-se, entrou em novo combate, e metade dele foi vencida, de tal modo que um *Provveditore*[147] que se salvou chegou a Verona com mais de vinte e cinco mil soldados, entre infantes e cavaleiros. Assim, se em Veneza e nas suas ordenações houvesse algum tipo de *virtù*, eles facilmente se recobrariam e mostrariam outra vez o rosto à fortuna, encontrando tempo para vencer ou perder com mais glória, ou então para fazer um acordo mais honroso. Mas sua covardia, causada pela má qualidade de suas ordenações, levou-os a perder de uma só vez o estado e a coragem. E isso sempre acontecerá a quem quer que se comporte como eles. Porque tornar-se insolente na boa fortuna e abjeto na má é coisa que provém do modo de proceder e da educação recebida; e esta, quando é fraca e vã, torna o homem semelhante a ela; e, quando é diferente, também torna diferente o homem, pois, fazendo-o conhecer melhor o mundo, fá-lo-á alegrar-se menos com o bem e entristecer-se menos com o mal. E aquilo que se diz de um homem apenas pode ser dito de muitos que vivam numa mesma república, homens que são feitos da mesma perfeição presente no modo como ela vive.

E, embora doutra vez já tenha dito que o fundamento de todos os estados é a boa milícia, e que onde ela não existe não pode haver boas leis nem coisa alguma que

147. Responsável pelo municiamento de um corpo militar. [N. da T.]

seja boa[148], não me parece supérfluo repeti-lo, porque em todos os pontos da leitura da história de Tito Lívio se percebe essa necessidade; e também se percebe que a milícia não poderá ser boa se não for exercitada, e que não poderá ser exercitada se não for composta pelos teus súditos. Porque nem sempre se está em guerra, nem se pode estar sempre. Por isso, é preciso exercitá-la em tempos de paz, o que só pode ser feito com os próprios súditos, e não com outros, devido às despesas. Como dissemos acima[149], Camilo partira com o exército a enfrentar os toscanos, e seus soldados, vendo o tamanho do exército dos inimigos, amedrontaram-se, por se acharem tão inferiores que não poderiam resistir ao ataque daqueles. E, quando essa falta de disposição da soldadesca chegou aos ouvidos de Camilo, ele foi a público e, andando pelo acampamento a conversar com os soldados, tirou-lhes da cabeça aquelas idéias; por fim, sem modificar a ordenação das fileiras, disse: "Quod quisque didicit, aut consuevit, faciet."[150] E quem considerar bem este comportamento e as palavras que lhes disse, para animá-los a enfrentar os inimigos, deve considerar que ele não podia dizer nem mandar o exército fazer nada que antes não tivesse sido ordenado e exercitado em tempos de paz e de guerra. Porque em soldados que nada aprenderam a fazer o comandante não pode confiar e acreditar que farão alguma coisa boa; e mesmo que eles fossem comandados por um novo Aníbal perderiam. Porque, como o comandante não pode estar em todos os lugares durante a batalha, se an-

148. Cf. *O príncipe*, 12. [N. da R. T.]

149. Cf. *Discursos*, III, 30. [N. da R. T.]

150. Cada um deve fazer aquilo que aprendeu e que está acostumado a fazer (Tito Lívio, VI, 7). [N. da T.]

tes não tiver ordenado em todos os lugares homens que tenham o seu espírito, que acatem as suas ordenações e os seus modos de proceder, haverá de, necessariamente, perder. Portanto, se uma cidade for armada e ordenada como Roma, e se seus cidadãos, todos os dias, precisarem experimentar sua *virtù* e a força da fortuna, tanto na vida particular como na pública, estes, em quaisquer condições, terão o mesmo ânimo e manterão a mesma dignidade; mas, sempre que os cidadãos estiverem desarmados e se apoiarem somente nos ímpetos da fortuna, e não na própria *virtù*, seu ânimo variará com a variação daquela, e eles sempre darão o exemplo que foi dado pelos venezianos.

32. De que modos alguns perturbaram a paz[151]

Circeios e Velitras, duas colônias romanas, rebelaram-se contra o povo romano, na esperança de serem defendidas pelos latinos, mas acabaram perdendo tal esperança quando os latinos foram vencidos; vários cidadãos seus, então, passaram a afirmar que era preciso mandar embaixadores a Roma para recomendar-se ao senado, mas tal providência foi obstada por aqueles que tinham sido cabeças da rebelião, por temerem que toda a punição recaísse sobre eles. E, para porem fim a qualquer manifestação em defesa da paz, incitaram a multidão a armar-se e a saquear os territórios romanos. E, de fato, quem quiser que um povo ou um príncipe desista totalmente de um acordo não encontrará remédio mais eficaz nem mais seguro do que fazê-lo cometer algum grave delito contra aquele com o qual não deseje o acordo: porque ele

151. Tito Lívio, VI, 21. [N. da R. T.]

sempre será retido pelo medo da punição de que se achará merecedor pelo erro que cometeu. Depois de firmada a paz, após a primeira guerra havida entre os cartagineses e os romanos, os soldados dos cartagineses que haviam lutado na Sicília e na Sardenha foram para a África; ali, insatisfeitos com o soldo, empunharam armas contra os cartagineses e, escolhendo dois comandantes, Mathon e Spendius, ocuparam muitas cidades dos cartagineses, várias das quais foram saqueadas. Os cartagineses, para tentarem antes outros meios não belicosos, mandaram-lhes como embaixador Asdrúbal, um seu cidadão que eles acreditavam ter alguma autoridade perante eles, visto que no passado fora seu comandante. E, quando este chegou, Spendius e Mathon, desejando obrigar todos os soldados a perder a esperança de paz com os cartagineses e, assim, obrigá-los à guerra, convenceram-nos de que o melhor seria matar Asdrúbal e todos os cidadãos cartagineses que eles tinham feito prisioneiros. Daí que não só os mataram, como também, antes, os atormentaram com mil suplícios, somando a essa crueldade um edito em que diziam que todos os cartagineses porventura aprisionados no futuro deveriam ser mortos de modo semelhante. Deliberação e execução estas que tornaram aquele exército cruel e obstinado contra os cartagineses.

33. Quem quiser vencer uma batalha precisará fazer com que os soldados confiem uns nos outros e em seu comandante

Quem quiser que um exército vença a batalha precisará torná-lo confiante, de tal modo que acredite vencer de qualquer maneira. As coisas que o tornam confiante são:

estar bem armado e bem-ordenado e conhecerem-se os soldados uns aos outros. E a confiança e a ordenação só podem nascer nos soldados que nasceram e viveram juntos. É preciso que o comandante seja estimado, para que os soldados confiem em sua prudência, e sempre confiarão se o virem ordenado, solícito e corajoso, mantendo com dignidade e reputação a majestade do seu cargo: e ele sempre a manterá, desde que puna os erros dos soldados e não os sobrecarregue em vão, que cumpra suas promessas, demonstre serem fáceis os caminhos para a vitória, escondendo ou diminuindo aquelas coisas, mais distantes, que possam significar perigo. Se tudo isso for bem observado, haverá boa razão para que o exército confie e, confiando, vença. Os romanos costumavam infundir tal confiança em seus exércitos por meio da religião[152], e assim, com augúrios e auspícios, nomeavam os cônsules, arregimentavam soldados, punham os exércitos em marcha e travavam batalhas. E, se alguma dessas coisas não fosse feita, nenhum comandante bom e sábio jamais teria tentado nenhum feito de guerra, por julgar que perderia facilmente, se seus soldados não soubessem, antes, que os deuses estavam a seu lado. E, se algum cônsul, ou outro comandante, combatesse contrariando os auspícios, seria punido, como foi punido Cláudio Pulcro. E, embora essa questão seja bem conhecida em todas as histórias romanas, é mais bem comprovada pelas palavras que Lívio atribui a Ápio Cláudio; este, queixando-se ao povo da insolência dos tribunos da plebe e mostrando que, por meio deles, os auspícios e as outras coisas pertencentes à religião estavam sendo corrompidas, disse:

152. Cf. *Discursos*, I, 11. [N. da R. T.]

"Eludant nunc licet religiones. Quid enim interest, si pulli não pascentur, si ex cavea tardius exiverint, si occinuerit avis? Parva sunt haec; sed parva ista non contemnendo, maiores nostri maximam hanc rempublicam fecerunt."[153] Porque nessas coisas pequenas está a força de manter os soldados unidos e confiantes, e essa é a primeira razão de qualquer vitória. Contudo, é preciso que tais coisas sejam acompanhadas da *virtù*, caso contrário, de nada valem. Os prenestinos, pondo seu exército em marcha contra os romanos, montaram o alojamento às margens do rio Ália, lugar onde os romanos haviam sido vencidos pelos franceses; e o fizeram para infundir confiança em seus soldados e amedrontar os romanos, devido à fama do lugar[154]. E, embora essa decisão fosse aprovável, pelas razões acima apresentadas, o final da história mostrou que a verdadeira *virtù* não teme nenhum acontecimento. E isso é dito pelo historiador com estas belas palavras, atribuídas ao ditador, que assim fala ao seu mestre de cavalaria: "Vides tu, fortuna illos fretos ad Alliam consedisse; at tu, fretus armis animisque, invade mediam aciem."[155] Porque uma verdadeira *virtù*, uma boa ordenação, uma segurança ganha com muitas vitórias não podem ser extintas por coisas de pouca importância; nem uma coisa vã lhes infunde medo, nem uma desordem lhes causa prejuízo. Foi o que ocorreu com os dois Mânlios, quando

153. Que eles zombem agora das religiões. Que interessa se um frango não come, se ele demora para sair da gaiola, se um pássaro grasnou? São coisas pequenas; mas não desprezando essas coisas pequenas os nossos antepassados engrandeceram esta república (Tito Lívio, VI, 41). [N. da T.]

154. *Id.*, VI, 28-9. [N. da R. T.]

155. Vê como eles, confiantes na fortuna, se alinharam junto ao Ália; mas tu, confiante nas armas e na coragem, lança-te no meio da linha de batalha (Tito Lívio, VI, 29). [N. da T.]

eram cônsules e combatiam os volscos: mandaram, temerariamente, uma parte dos soldados ao saque, e ocorreu que tanto os que tinham saído quanto os que tinham ficado viram-se, ao mesmo tempo, cercados; perigo do qual os soldados foram salvos não pela prudência dos cônsules, mas por sua própria *virtù*. E sobre isso Tito Lívio diz estas palavras: "Militum, etiam sine rectore, stabilis virtus tutata est."[156]

Não quero deixar de citar um procedimento de Fábio, quando, com seu exército, entrou pela primeira vez na Toscana[157]: para torná-lo confiante, julgando que a confiança era mais necessária por estarem em terras desconhecidas, enfrentando inimigos desconhecidos, ao falar aos soldados antes da peleja, disse que sabia de muitas razões pelas quais eles podiam contar com a vitória; disse que poderia ainda dizer-lhes certas coisas boas, que os fariam perceber que a vitória era certa, não fosse o perigo de torná-las públicas. Esse procedimento, por ter sido sabiamente empregado, merece ser imitado.

34. Que tipo de fama, notícia ou opinião leva o povo a favorecer um cidadão; e se o povo nomeia magistrados com maior prudência que os príncipes

De outra vez[158] já narramos como Tito Mânlio, depois chamado Torquato, salvou Lúcio Mânlio, seu pai, de uma

156. Mesmo sem comando, a virtude dos soldados os defendeu (*id.*, VI, 30). [N. da T.]

157. *Id.*, IX, 37. [N. da R. T.]

158. Cf. *Discursos*, I, 11. [N. da R. T.]

acusação feita por Marcos Pompônio, tribuno da plebe. E, embora o modo de salvá-lo fosse um tanto violento e extraordinário, a sua piedade filial foi tão grata ao povo, que ele não só não foi repreendido, como também, ao ser preciso eleger tribunos das legiões, foi escolhido em segundo lugar[159]. Por esse acontecimento, creio ser conveniente considerar o modo como o povo julga os homens nas suas escolhas; e, pelo que vemos, a ser verdade o que acima concluímos[160], o povo escolhe melhor que os príncipes.

Digo, portanto, que o povo, nas suas escolhas, dá ouvidos àquilo que se diz publicamente de alguém, à sua fama – quando por suas obras notórias não o conhece de outro modo –, ou por conjectura, ou por opinião que sobre ele se tenha. Essas duas coisas podem ser ensejadas pelos seus pais, quando estes foram grandes homens e valorosos na cidade – pois se acredita que os filhos sejam semelhantes a eles, enquanto suas obras não mostrarem o contrário –, ou então pelos modos daquele de quem se fala. O melhor procedimento é ter a companhia de homens sérios, de bons costumes e considerados sábios por todos. E, como nenhum indício sobre um homem pode ser melhor do que as companhias que ele tem, todo aquele que tiver companhia honesta merecerá adquirir bom nome, porque é impossível que não se assemelhe de algum modo com aqueles que freqüenta. Ou então a boa fama pública é conquistada em razão de alguma ação extraordinária e notável, ainda que de ordem privada, mas que tenha resultados honrosos. E, des-

159. Tito Lívio, VII, 5. [N. da R. T.]
160. Cf. *Discursos*, I, 47. [N. da R. T.]

sas três coisas que dão boa reputação a alguém, nenhuma dá melhor reputação que esta última: porque a primeira – da boa fama dos parentes e dos pais – é tão falaz que a custo é aceita e logo se extingue, quando a *virtù* pessoal daquele que deve ser julgado não a confirma; a segunda, que te torna conhecido pelas tuas amizades, é melhor que a primeira, mas é muito inferior à terceira, porque, enquanto não for dado nenhum sinal que venha de ti, tua reputação se fundará na opinião, que pode ser facilmente apagada. Mas a terceira, que principia e se funda no fato e nas tuas obras, já no início te dá tanta nomeada que, para ser anulada, precisará de muitas obras que a contrariem. Portanto, os homens que nascem numa república devem adotar essa maneira e empenhar-se em alguma ação extraordinária para começar a sobressair. Foi o que, em Roma, fizeram muitos já na juventude, seja promulgando alguma lei que atendesse à utilidade comum, seja acusando algum cidadão poderoso como transgressor das leis, seja fazendo semelhantes coisas notáveis e novas, que dessem o que dizer. E tais coisas não somente são necessárias para começar a dar reputação, como também para mantê-la e aumentá-la. E, para isso, é preciso renová-las, como fez Tito Mânlio durante todo o tempo de sua vida: porque, depois de defender o pai tão virtuosa e extraordinariamente – o que lhe valeu a primeira boa fama –, após alguns anos lutou com aquele francês e, matando-o, trouxe aquela corrente de ouro que lhe valeu o nome de Torquato[161]. Não bastasse isso, mais tarde, já em idade madura, matou o filho por ter comba-

161. De *torques*, corrente ou colar de metal usado pelos antigos. [N. da R. T.]

tido sem licença, ainda que tivesse vencido o inimigo. Essas três ações deram-lhe mais nomeada e tornaram-no mais célebre por todos os séculos do que o teriam feito qualquer triunfo e qualquer outra vitória, de que ele se ornou tanto quanto alguns outros romanos. E a razão disso é que, naquelas vitórias, muitos outros se assemelharam a ele, mas nessas ações, em particular, pouquíssimos a ele se assemelharam, ou mesmo ninguém.

Cipião, o Velho, com todos os seus triunfos não obteve a glória que granjeou quando, ainda jovem, defendeu o pai em Ticino e quando, depois da derrota de Canas, com a espada desembainhada, fez os romanos mais jovens jurar que não abandonariam a Itália, como já tinham deliberado; essas duas ações foram o princípio de sua reputação, abrindo-lhe caminho para os triunfos da Espanha e da África. Reputação que aumentou ainda mais quando ele devolveu a filha ao pai e a mulher ao marido, na Espanha. Esse modo de proceder não é necessário apenas aos cidadãos que querem conquistar fama para obter honras em sua república, mas também aos príncipes, para manter a reputação em seu principado, pois nada granjeia tanta estima como dar de si mesmo raros exemplos com feitos ou palavras de extraordinário valor e conformes ao bem comum, com os quais se mostre magnânimo, liberal ou justo, e que sejam de tal feição que se tornem proverbiais entre os seus súditos.

Mas, para voltar ao ponto donde começamos este discurso, digo que não tem mau fundamento o povo que comece a conferir cargos a algum cidadão com base naquelas três razões acima mencionadas; depois, porém, quando os vários exemplos de bons comportamentos o tornam mais conhecido, são melhores ainda os seus fun-

damentos, porque em tal caso quase nunca haverá engano. Falo apenas dos cargos conferidos aos homens logo no começo, antes que se tornem conhecidos por sólida experiência ou que passem de uma ação a outra diferente: nisto, tanto no que se refere a falsas idéias quanto à corrupção, o povo sempre cometerá erros menores que os príncipes. E como pode ser que os povos se enganem no que se refere à fama, à opinião e às obras de um homem, considerando-as maiores do que em verdade são – o que não ocorreria a um príncipe, que seria advertido por quem o aconselhasse –, para que os povos não careçam de tais informações, os bons ordenadores de repúblicas ordenaram que, sempre que for preciso criar altíssimos cargos nas cidades, havendo o perigo para eles se nomearem homens incapazes, e percebendo-se que a tendência popular seria a de nomear alguém que fosse incapaz, qualquer cidadão deve ter o direito (e que isso seja considerado meritório) de, nas assembléias, tornar públicos os defeitos de tal homem, para que o povo possa julgar melhor, por não lhe faltar tal conhecimento.

E prova de que isso era costume em Roma é o discurso de Fábio Máximo[162], feito ao povo na segunda guerra púnica, quando os favores populares, na nomeação dos cônsules, estavam voltados para Tito Otacílio; como Fábio o julgasse incapaz de governar o consulado naqueles tempos, falou contra ele, mostrando a sua incapacidade; e, assim, impediu que ele assumisse o cargo, dirigindo os favores do povo para quem o merecia mais. Portanto, visto que os povos, na escolha dos magistrados, julgam pelos sinais que mais verdadeiramente distinguem

162. Tito Lívio, XXIV, 8. [N. da R. T.]

os homens, sempre que podem ser advertidos como os príncipes erram menos que estes; e o cidadão que queira começar a ganhar os favores do povo deve granjeá-los com algum feito notável, como fez Tito Mânlio.

35. Dos perigos de assumir a iniciativa de aconselhar alguma coisa; e de como tais perigos aumentam quando tais coisas são muito importantes

Matéria demasiadamente longa e elevada seria a de discorrer sobre os perigos de assumir a iniciativa por alguma coisa nova que atinja muitas pessoas, bem como sobre a dificuldade de tratá-la, realizá-la e, depois, mantê-la. Por isso, reservo-lhe oportunidade mais conveniente, falando aqui tão-somente dos perigos em que incorrem os cidadãos ou aqueles que aconselham o príncipe a tomar alguma grave e importante decisão, de tal modo que a responsabilidade do conselho lhes seja imputada. Porque, visto que os homens julgam as coisas pelos resultados, todo o mal que porventura resulte será imputado ao autor do conselho; e, se resultar algum bem, este lhe será atribuído, mas o prêmio não compensa nem de longe o dano. O atual sultão Salim[163], chamado Grão-Turco, preparando-se (segundo narrado por alguns que chegam daquelas terras) para fazer a campanha da Síria e do Egito, foi exortado por um de seus paxás, que ele mantinha perto das fronteiras com a Pérsia, a atacar o Sufi; assim, atendendo ao conselho, dirigiu-se com imenso exér-

163. Salim I (1515-1520). [N. da T.]

cito a tal empresa. Chegando àquelas terras vastíssimas, onde são numerosos os desertos e raros os rios, lá encontrou as mesmas dificuldades que levaram à derrota muitos exércitos romanos, e foi por elas de tal modo fustigado, que perdeu grande parte de seus homens em razão da fome e da peste, ainda que na guerra fosse vitorioso [*superiore*]: assim, irado com o autor do conselho, matou-o. Sabe-se, por leitura, que muitos cidadãos exortaram a empresas que, tendo maus resultados, lhes valeram o exílio. Alguns cidadãos romanos exortaram à criação, em Roma, do cônsul da plebe. Contudo, o primeiro que saiu de Roma com os exércitos foi derrotado; assim, aqueles que deram tal conselho teriam sofrido algum dano, caso não fosse tão forte a parcela da população em honra da qual fora tomada aquela deliberação[164].

Portanto, é mais do que certo que os conselheiros das repúblicas e dos príncipes se vêem em tais apertos, pois, se não aconselharem coisas que se mostrem úteis à cidade ou ao príncipe, serão destituídos de seus cargos, sem contemplação; se as aconselham, correm risco de vida e do estado[165], já que todos os homens são cegos e julgam os bons e os maus conselhos pelo seu resultado. E, a pensar no modo como eles poderiam escapar à infâmia ou ao perigo, não vejo outro caminho senão o de tomar as coisas com moderação, não assumir nada como empresa própria, dar a opinião sem paixão e, sem paixão, defendê-la com modéstia, de tal modo que, se a cidade ou o príncipe a acatar, que o faça por vontade própria, não parecendo que foi arrastado pela insistência do con-

164. Tito Lívio, VII, 6. [N. da R. T.]
165. Da posição (*status*). [N. da R. T.]

selheiro. Se fizeres isso, não é razoável que um príncipe ou um povo te queira mal em razão do teu conselho, que não terá sido seguido contra a vontade de muitos: porque o perigo está em teus conselhos se oporem à vontade de muitos, que, depois, diante dos maus resultados, se unirão para arruinar-te. E, se neste caso falta a glória conquistada por quem, contrariando muitos, é o único que aconselha alguma coisa que dá certo, existem, em compensação, dois benefícios: o primeiro é não correres riscos; o segundo é que, se aconselhares alguma coisa com modéstia, e, contrariando-se o teu conselho, for acatado o de outra pessoa, provindo daí alguma ruína, será grande a tua glória. E, embora não possas gozar a glória conquistada com os males da tua cidade ou do teu príncipe, é preciso dar-lhe alguma importância.

Não acredito poder dar outro conselho aos homens nessa questão: porque, se lhes aconselhar que se calem e não digam qual é sua opinião, eles serão inúteis à república ou ao príncipe e não escaparão ao perigo, pois em pouco tempo se tornarão suspeitos; e ainda lhes poderia ocorrer o que ocorreu aos amigos de Perseu, rei dos macedônios, que, ao ser derrotado por Paulo Emílio e fugir com poucos amigos, ao se porem a rememorar as coisas passadas, um deles começou a dizer a Perseu quais haviam sido seus erros, muitos, responsáveis por sua ruína; a ele Perseu disse: "Traidor, demoraste tanto e só mo dizes agora que não tenho mais remédio!", e, assim falando, matou-o com suas próprias mãos. Portanto, ele foi castigado por ter ficado quieto quando deveria ter falado, e por ter falado quando deveria calar; não escapou ao perigo deixando de dar o conselho. Por isso, creio que deve ser observada a conduta acima descrita.

36. Das razões por que, nos combates, os franceses foram e ainda são considerados mais que homens no começo e menos que mulheres depois

A ferocidade daquele francês[166], que, às margens do rio Ânio, desafiava todos os romanos a lutar com ele, depois da luta que travou com Tito Mânlio me faz lembrar aquilo que Tito Lívio diz várias vezes, ou seja, que os franceses, no começo da peleja, são mais que homens e, no decorrer do combate, acabam por ser menos que mulheres. E muitos, procurando saber por que isso se dá, acreditam encontrar a razão na natureza deles, o que me parece verdadeiro; mas não é por isso que essa natureza, que os faz ferozes no princípio, não possa ser ordenada com a arte, para que eles se mantenham ferozes até o fim.

E, para provar isso, digo que há três tipos de exército. O primeiro é aquele em que há furor e ordem, porque da ordem nascem o furor e a *virtù*, como ocorria com os romanos, pois em todas as histórias se lê que naquele exército havia uma boa ordenação, que introduzira uma disciplina militar duradoura. Porque num exército bem-ordenado ninguém precisa fazer nada mais do que manter as regras; e ver-se-á que, no exército romano – que dominou o mundo e por isso deve ser tomado como exemplo por todos os outros exércitos –, não se comia, não se dormia, não se deitava com meretrizes, não se realizava nenhuma ação militar ou doméstica sem ordem

166. O guerreiro gaulês de quem se falou em III, 34 (Tito Lívio, VII, 10) (cf. Capata, *op. cit.*, p. 256).

do cônsul. Porque os exércitos que agem de outro modo não são exércitos verdadeiros; e, se dão mostras de ser um exército, fazem-no por furor e ímpeto, e não por *virtù*. Mas, quando a *virtù* ordenada usa o furor na medida e no tempo devidos, nenhuma dificuldade o acovarda nem lhe tira o ânimo: porque as boas ordenações renovam o ânimo e o furor, alimentados pela esperança de vencer, que nunca faltará enquanto as ordenações estiverem firmes. O contrário ocorre aos exércitos nos quais há furor, mas não ordenação, como era o dos franceses, que no combate cediam porque, não conseguindo vencer no primeiro assalto e não sendo sustentados por uma *virtù* ordenada, arrefecia aquele furor, no qual depositavam as esperanças (e, afora ele, não tinham nada em que confiassem), e eles cediam. Os romanos, ao contrário, receando menos os perigos por terem boas ordenações em seus exércitos, não perdiam a confiança na vitória e, firmes e obstinados, combatiam com o mesmo ânimo e a mesma *virtù* tanto no fim quanto no começo: aliás, agitados pelas armas, sempre se animavam mais. A terceira espécie de exército é aquela na qual não há furor por natureza nem ordenação por acidente[167]: são os exércitos italianos dos nossos tempos, de todo inúteis, que, se não deparam com um exército que fuja, por algum acidente, nunca vencem. E, sem precisar aduzir outros exemplos, vêem-se todos os dias as mostras que eles dão de não ter nenhuma *virtù*. E para que, com o testemunho de Tito Lívio, todos entendam como deve ser constituída uma boa milícia e como é constituída a ruim, aqui reproduzo as palavras que Papírio Cursor proferiu, quando queria punir Fábio,

167. Criado pela arte. [N. da R. T.]

mestre de cavalaria: "Nemo hominum, nemo Deorum, verecundiam habeat; non edicta imperatorum, non auspicia observentur; sine commeatu vagi milites in pacato, in hostico errent; immemores sacramenti, licentia sola se ubi velint exauctorent; infrequentia deserant signa; neque conveniatur ad edictum, nec discernantur, interdiu nocte; aequo iniquo loco, iussu iniussu imperatoris pugnent; et non signa, non ordines servent: latrocinii modo, caeca et fortuita, pro sollemni et sacrata militia sit."[168] E, por esse texto, portanto, pode-se ver facilmente se a milícia dos nossos tempos age às cegas e ao acaso, ou é sagrada e austera, e quanto lhe falta para ser semelhante àquilo a que se pode dar o nome de milícia; e quão distante está de ser furiosa e ordenada, como a romana, ou furiosa apenas, como a francesa.

37. Da necessidade ou não dos pequenos combates antes da batalha; e o que se deve fazer para, sem elas, conhecer um inimigo novo

Conforme já doutra vez[169] discorremos, parece que, nas ações dos homens, sempre que se deseja fazer algu-

168. Que ninguém mais tema os homens e os deuses; que não se respeitem mais as ordens dos comandantes e não se observem os auspícios; que, sem licença, os soldados vaguem por terras amigas ou inimigas; que, esquecidos do juramento, deixem o serviço quando bem entendam; que abandonem as poucas insígnias; que não acatem a ordem de reunir; que não façam distinção entre combater durante o dia ou durante a noite, em posição boa ou ruim, com ou sem ordem do comandante; que não se conservem as insígnias e as formações: e a milícia deixará de ser austera e sagrada para passar a agir às cegas e ao acaso como um bando de ladrões (Tito Lívio, VIII, 34). [N. da T.]

169. Cf. *Discursos*, II, 2. [N. da R. T.]

ma coisa com perfeição, além de outras dificuldades encontra-se, ao lado do bem, algum mal, que nasce junto a tal bem com tanta facilidade que parece impossível poder ficar sem um, quando se quer o outro. E isso é visto em todas as coisas que os homens fazem. Por isso, o bem será conquistado com grande dificuldade, se a fortuna não te ajudar de tal modo que, com sua força, vença esse inconveniente comum e natural. O que me fez lembrar tais coisas foi a luta entre Mânlio e o francês, quando Tito Lívio diz: "Tanti ea dimicatio ad universi belli eventum momenti fuit, ut Gallorum exercitus, relictis trepide Castris, in Tiburtem agrum, mox in Campaniam transierit."[170] Porque considero, por um lado, que um bom comandante deve abster-se totalmente de fazer qualquer coisa que, sendo pouco importante, possa produzir efeitos danosos sobre o seu exército: porque começar uma batalha na qual não sejam empregadas todas as forças e se arrisque toda a fortuna é coisa de todo temerária, conforme disse acima[171], quando condenei a defesa de desfiladeiros.

Por outro lado, considero que os comandantes sábios, quando vão ao encontro de um novo inimigo, que tenha grande reputação, precisam fazer que seus soldados o experimentem, antes da batalha, por meio de pequenos combates; assim, começando a conhecê-lo e a lidar com ele, perderão o terror que a fama e a reputação lhe dera. E essa parte é importantíssima para o comandante, porque contém em si quase que uma necessidade que obriga a fazer tal coisa, pois parece que caminha para a derrota

170. Aquela luta foi tão importante para toda a guerra que o exército dos gauleses, abandonando o acampamento à pressa, foi para o território de Tíbure e depois para a Campânia (Tito Lívio, VII, 11). [N. da T.]

171. Cf. *Discursos*, I, 23. [N. da R. T.]

certa quem não cuida de, com pequenas experiências, livrar os soldados do terror que a reputação do inimigo infundira em seu espírito.

Quando Valério Corvino foi enviado com os exércitos romanos para enfrentar os samnitas pela primeira vez, não tendo havido no passado nenhum encontro entre os dois exércitos, diz Tito Lívio que Valério provocou entre os romanos e os samnitas alguns pequenos combates "ne eos novum bellum, ne novus hostis terreret"[172]. Contudo, é grande o perigo de teus soldados saírem derrotados de tais combates, crescendo então o medo e a covardia, o que ensejaria efeitos contrários aos desejados, ou seja, tu os amedrontarias quando desejarias dar-lhes mais segurança: é essa, pois, uma daquelas coisas que têm o mal tão próximo ao bem, e estão eles tão juntos que é fácil ficar com um quando se acredita obter o outro. A respeito disso, digo que um bom comandante deve cuidar, com toda a diligência, para que não surja alguma coisa que, devido a algum acontecimento, possa fazer seu exército esmorecer. E o que pode fazê-lo esmorecer é começar perdendo; por isso, é preciso abster-se dos pequenos combates e só os permitir quando houver grandíssima vantagem e esperança de vitória certa: ele não deve tentar guardar lugares de passagem onde não possa pôr todo o seu exército; não deve guardar cidadelas, a não ser aquelas cuja perda, necessariamente, acarrete a sua perda; e, nas que guardar, deverá organizar-se de tal maneira que utilize as guardas delas e o seu exército, para que, em caso de expugnação, possa empregar todas as suas forças; as outras devem ficar sem defesas. Porque

172. Para que não os aterrorizassem a nova guerra e o novo inimigo (Tito Lívio, VII, 32). [N. da T.]

sempre que se perde alguma coisa que foi abandonada, e o exército permanece inteiro, não se perde a reputação da guerra nem a esperança de vencê-la: mas, quando perdes uma coisa que te propuseste defender, acreditando todos que a defendes, então tem-se o dano e a derrota; e é como se, tal qual os franceses, tivesses perdido a guerra por coisa de pouca importância.

Filipe da Macedônia, pai de Perseu, homem experiente na guerra e de grande fama no seu tempo, ao ser atacado pelos romanos, abandonou e devastou grande número de terras suas, que sabia não poder defender, porque, sendo prudente, achava mais pernicioso perder a reputação por não poder defender o que se propunha defender, do que perder território por deixá-lo nas mãos do inimigo como coisa desprezada[173]. Os romanos, depois da derrota de Canas, quando as coisas se lhes tornaram difíceis, negaram ajuda a muitos de seus protegidos e súditos, incumbindo-os de se defenderem o melhor que pudessem[174]. Tais decisões são melhores do que assumir defesas e depois não defender: porque desse modo se perdem aliados e forças; do outro, perdem-se aliados apenas. Mas, voltando aos pequenos combates, digo que, se a novidade do inimigo obrigar a entrar em combates, o comandante deverá fazê-lo apenas se tiver tanta vantagem que não incorra no perigo de perdê-los, ou então fazer como Mário (é a melhor medida), que, ao ter de lutar contra os ferocíssimos címbrios que estavam invadindo a Itália, em vista do grande temor provocado pela ferocidade e pelo grande número deles, bem como por terem eles já vencido um exército romano, acreditou ser necessário,

173. Tito Lívio, XXXII, 13. [N. da R. T.]
174. Tito Lívio, XXXIII, 5. [N. da R. T.]

antes da batalha, fazer alguma coisa para livrar seus soldados do terror que sentiam pelo inimigo; e, como prudentíssimo comandante, pôs mais de uma vez seus soldados num lugar por onde os címbrios precisavam passar com seu exército. E, assim, dentro das fortalezas de seu campo, quis que eles os enxergassem e acostumassem os olhos à visão daquele inimigo, para que, vendo uma multidão não ordenada, cheia de *impedimenta*, com armas inúteis e parte de seus homens desarmados, ganhassem de novo segurança e passassem a desejar a batalha. Tal medida, que foi sabiamente adotada por Mário, deverá ser diligentemente imitada pelos outros, para que não incorram nos perigos de que falei acima e não façam como os franceses, "qui ob rem parvi ponderis trepidi, in Tiburtem agrum et in Campaniam transierunt"[175]. E, como neste discurso falamos de Valério Corvino, quero, no próximo capítulo, demonstrar como deve ser um comandante, usando as suas palavras.

38. Como deve ser um comandante no qual o exército possa confiar

Conforme dissemos acima, quando Valério Corvino comandou um exército contra os samnitas, novos inimigos do povo romano, para infundir confiança aos seus soldados e levá-los a conhecer os inimigos, fez que os seus entrassem em pequenos combates com eles; e, não lhe bastando isso, antes da batalha falou-lhes, mostrando-lhes, com grande eficácia, que deviam dar pouco va-

175. Que, assustados por uma coisa de pouca importância, fugiram para o território de Tíbure e para a Campânia. [N. da T.]

lor a tais inimigos, alegando a sua *virtù* e a de seus soldados. Por tais coisas se pode saber, de acordo com as palavras que Tito Lívio lhe atribui, como deve ser o comandante para que o exército possa nele confiar; e suas palavras são estas: "Tum etiam intueri, cuius ductu auspicioque ineunda pugna sit, utrum, qui audiendus dumtaxat magnificus adhortator sit, verbis tantum ferox, operum militarium expers, an qui et ipse tela tractare, procedere ante signa, versari media in mole pugnae sciat. Facta mea, non dicta, vos, milites, sequi volo; nec disciplinam modo, sed exemplum etiam a me petere, qui hac dextra mihi tres consulatus, summamque laudem peperi."[176] Tais palavras, se bem consideradas, ensinam como deve proceder quem queira manter o posto de comandante: e quem for de outro modo verá que, com o tempo, o posto a que chegou por fortuna ou por ambição servirá para tirar-lhe, e não dar-lhe, reputação; porque não são os títulos que honram os homens, mas os homens aos títulos. Pelo que dissemos no início deste discurso, deve-se também pensar que, se os grandes comandantes usaram meios extraordinários para infundir coragem num exército veterano que precisava enfrentar inimigos desconhecidos, com muito mais razão haverá de ter habilidade [*industria*] quem comande um exército novo, que nunca tenha sido posto diante do inimigo! Porque, se o inimigo desconhe-

176. Que [os soldados] avaliassem bem quem era aquele sob cujo comando e aupício deveriam enfrentar a batalha; se era um magnífico orador, agradável de ouvir, feroz nas palavras, mas sem experiência nas obras militares, ou se ele sabia manejar as armas, combater na primeira linha, lançar-se no meio da luta. Quero que vós, soldados, sigais os meus feitos, não as minhas palavras; quero que exijais de mim não só disciplina, mas também exemplos, que com minha mão direita conquistei três consulados e grandes louvores (Tito Lívio, VII, 32). [N. da T.]

cido infunde terror no exército veterano, muito mais terror deverá infundir qualquer inimigo num exército novo. No entanto, muitas vezes se viu que os bons comandantes venceram todas essas dificuldades com suma prudência, como o romano Graco e o tebano Epaminondas – dos quais falamos doutra vez –, que, com exércitos novos, venceram exércitos veteranos adestradíssimos.

O que eles faziam era: durante vários meses os exercitavam em batalhas simuladas, acostumando-os à obediência e à ordenação; depois disso, os soldados iam para a verdadeira luta com a máxima confiança. Não se deve, portanto, achar que um militar não pode fazer bons exércitos quando não lhe faltam homens; porque o príncipe a quem não faltam homens mas faltam soldados não deve queixar-se da covardia dos homens, mas apenas da sua preguiça e de sua pouca prudência.

39. Um comandante deve ser conhecedor do terreno

Entre outras coisas necessárias a um comandante de exércitos, está o conhecimento do terreno e dos lugares; porque, sem esse conhecimento geral e particular, um comandante de exércitos nada poderá fazer bem. E, assim como todas as ciências precisam de prática para serem dominadas, essa também precisa, e muitíssima. Essa prática, ou seja, esse conhecimento particular, é obtido mais com caçadas do que com qualquer outro exercício. Por isso, os antigos escritores dizem que os heróis que governaram o mundo em seu tempo alimentaram-se nas selvas, de animais caçados; porque a caça, além desse conhecimento, ensina infinitas coisas necessárias à guerra.

Xenofonte, na vida de Ciro, mostra que, quando Ciro foi lutar contra o rei da Armênia, ao preparar a ação, lembrou a seus soldados que ela não seria diferente daquelas caçadas que tantas vezes ele os levara a fazer. E lembrava aos que mandava fazer emboscadas nos montes que eles eram semelhantes aos que armavam redes sobre os outeiros; e aqueles que faziam correrias nas planícies eram semelhantes aos que levantavam a fera de seu covil para que ela, perseguida, fosse cair nas redes.

Isso é dito para mostrar que as caçadas, conforme comprova Xenofonte, são a simulação [*immagine*] de uma guerra, e por isso tal exercício é honroso e necessário aos grandes homens. Não se pode adquirir conhecimento dos lugares de nenhum outro modo senão pela caçada, porque quem a pratica fica conhecendo as particularidades do lugar onde ela é feita. E é fato que quem se familiariza bem com uma região facilmente entende depois os lugares novos; porque todos os lugares e todas as suas partes têm entre si alguma semelhança, de modo que, pelo conhecimento de um, passa-se facilmente ao conhecimento do outro. Mas quem não tiver prática de um dificilmente – aliás, nunca, ou com muito vagar – poderá ficar conhecendo o outro. E quem tem essa prática sabe num relance como se estende uma planície, como se ergue um monte, até onde chega certo vale e todas as outras coisas semelhantes, sobre as quais no passado adquiriu grande conhecimento. Prova disso se encontra em Tito Lívio, no exemplo que ele dá de Públio Décio, que foi tribuno dos soldados no exército conduzido pelo cônsul Cornélio contra os samnitas: quando o cônsul estava num vale onde o exército romano podia ser cercado pelos samnitas, Públio Décio, vendo-se em perigo, disse ao cônsul: "Vides tu, Aule Corneli, cacumen illud su-

pra hostem? arx illa est spei salutisque nostrae, si eam (quoniam caeci reliquere Samnites) impigre capimus."[177] E, diante dessas palavras, diz Tito Lívio: "Publius Decius tribunus militum, conspicit unum editum in saltu collem, imminentem hostium castris, aditu arduum impedito agmini, expeditis haud difficilem."[178] Assim, o cônsul o enviou para o alto da colina com três mil soldados, e ele salvou o exército romano; chegada a noite, como desejasse partir e salvar-se com seus homens, disse estas palavras, segundo Tito Lívio: "Ite mecum, ut, dum lucis aliquid superest, quibus locis hostes praesidia ponant, qua pateat hinc exitus, exploremus. Haec omnia sagulo militari amicus ne ducem circumire hostes notarent, perlustravit."[179] Quem bem pensar, portanto, em todo esse texto, verá como é útil e necessário um comandante conhecer a natureza do terreno, porque, se Décio não o conhecesse, não poderia ter julgado da utilidade de o exército romano ocupar aquela colina nem poderia saber, de longe, se aquela colina era acessível ou não; e, depois de a ter tomado, desejando partir para ir ter com o cônsul, por estar cercado de inimigos, não poderia, de longe, identificar as saídas e os lugares guardados pelos inimigos. E era mesmo necessário que Décio tivesse conhecimento perfeito de tais coisas, pois, graças a isso, tomando aquela colina,

177. Estás vendo, Aulo Cornélio, aquela colina sobranceira aos inimigos? Aquele rochedo é nossa esperança e salvação, se conseguirmos ocupá-lo, pois nos foi deixado pelos cegos samnitas (Tito Lívio, VII, 34). [N. da T.]

178. Públio Décio, tribuno militar, vê uma única colina que se ergue no vale, acima do acampamento inimigo, inacessível para um exército carregado de equipamento, mas não para homens com armas leves (*id.*, *ibid.*). [N. da T.]

179. Vinde ver comigo, enquanto há um pouco de luz, onde os inimigos puseram sentinelas e onde existe um caminho para sair. Tudo isso ele percorreu embrulhado em manto militar, para que os inimigos não notassem os movimentos do comandante (Tito Lívio, VII, 34). [N. da T.]

salvou o exército romano; depois, ao ser cercado, soube encontrar caminho para sair a salvo com aqueles que o acompanhavam.

40. De como é glorioso usar a fraude no manejo das coisas da guerra

Ainda que o uso da fraude em qualquer ação seja detestável, no manejo da guerra é coisa louvável e gloriosa; e todo aquele que, com a fraude, vence o inimigo é tão louvado quanto quem o vence com as forças. Isso se vê pelo juízo que dele fazem aqueles que escrevem sobre a vida dos grandes homens; esses louvam Aníbal e os outros que foram notabilíssimos em semelhantes modos de proceder. E, por serem muito conhecidos tais exemplos, não repetirei nenhum. Direi apenas que não considero gloriosa aquela fraude que leve a romper a fé dada e os pactos feitos; porque com ela, ainda que se conquiste, às vezes, estado e reino, como acima vimos[180], nunca se conquistará a glória. Falo, sim, daquela fraude que uses com o inimigo que não confia em ti, que consiste exatamente no manejo da guerra; tal como foi a fraude de que Aníbal se valeu, quando, às margens do lago de Perúgia, simulou uma fuga para cercar o cônsul[181] e o exército romano, e quando, para livrar-se de Fábio Máximo, acendeu tochas nos chifres de seu gado[182].

A tais logros assemelhou-se a ação de Pôncio, comandante dos samnitas, para cercar o exército romano

180. Cf. *Discursos*, II, 13. [N. da R. T.]
181. Tito Lívio, XXII, 4. [N. da R. T.]
182. *Id.*, XXII, 17. [N. da R. T.]

dentro das Forcas Caudinas: pondo seu exército atrás dos montes, mandou para a planície vários soldados seus, vestidos de pastores com grande número de animais; tais soldados foram presos pelos romanos, e, quando estes lhes perguntaram onde estava o exército dos samnitas, responderam todos, de acordo com a ordem dada por Pôncio, que ele estava sitiando Nocera. Os cônsules, acreditando, levaram seus exércitos para dentro das Forcas Caudinas, onde foram logo cercados pelos samnitas. E essa vitória, obtida pela fraude, teria sido muito gloriosa para Pôncio, caso ele tivesse seguido os conselhos do pai, para quem os romanos deveriam ser todos libertados ou todos mortos, sem que fosse tomado o caminho do meio, "quae, neque amicos parat, neque inimicos tollit"[183]. Caminho que sempre foi tão pernicioso nas coisas de estado, como acima discorremos[184].

41. A pátria deve ser defendida com ignomínia ou com glória, e de qualquer modo está bem defendida[185]

Conforme acima dissemos, o cônsul e o exército romano foram cercados pelos samnitas, que lhes impuseram condições muitíssimo ignominiosas (tal como pôr os soldados sob jugos e mandá-los desarmados de volta a Roma); como, diante disso, os cônsules ficaram atônitos, e todo o exército, desesperado, Lúcio Lentulo, legado romano, disse que, em sua opinião, não deveria ser excluído nenhum ensejo de salvar a pátria: porque, visto que a

183. Que nem amigos granjeia nem de inimigos livra (*id.*, IX, 3). [N. da T.]
184. Cf. *Discursos*, II, 23. [N. da R. T.]
185. Tito Lívio, IX, 4. [N. da R. T.]

vida de Roma consistia na vida daquele exército, seria preciso salvá-lo de qualquer modo, e que sempre se defenderá bem a pátria, seja qual for o modo como ela for defendida, com ignomínia ou com glória: porque, salvando-se aquele exército, Roma teria tempo de apagar aquela ignomínia; se o exército não se salvasse, ainda que ele morresse gloriosamente, Roma e sua liberdade estariam perdidas. E, assim, foi seguido o seu conselho. E tal coisa é digna de nota e observância por qualquer cidadão a quem cumpra aconselhar sua pátria: porque, quando se delibera sobre a salvação da pátria, não se deve fazer consideração alguma sobre o que é justo ou injusto, piedoso ou cruel, louvável ou ignominioso; ao contrário, desprezando-se qualquer outra consideração, deve-se adotar plenamente a medida que lhe salve a vida e mantenha a liberdade. E isso é imitado, com ditos e feitos, pelos franceses, para defenderem a majestade de seu rei e o poder de seu reino; porque nada ouviriam com mais impaciência do que palavras que dissessem: "Esta decisão é ignominiosa para o rei"; pois dizem que seu rei não pode envergonhar-se de nenhuma deliberação sua, seja-lhe boa ou adversa a fortuna, pois dizem que, perdendo ou vencendo, tudo é obra de rei.

42. Onde se diz que as promessas obtidas pela força não devem ser cumpridas[186]

Quando os cônsules voltaram a Roma com o exército desarmado e cheio de ignomínia, quem primeiro dis-

186. Tito Lívio, IX, 8-12. [N. da R. T.]

se no senado que a paz firmada em Cáudio não deveria ser observada foi o cônsul Espúrio Postúmio; disse que o povo romano não estava preso àquela promessa, mas a ela só estavam presos ele e os outros que haviam prometido paz: por isso, o povo, para libertar-se de qualquer obrigação, deveria entregá-lo aos samnitas, com todos os outros que haviam feito a promessa. E com tanta obstinação defendeu essa idéia que o senado concordou; e, mandando-o como prisioneiro a Sâmnio, junto com os outros, declarou aos samnitas que a paz não valia. E, nesse caso, a fortuna foi favorável a Postúmio, pois os samnitas não o retiveram; e Postúmio, ao voltar para Roma, teve mais glória perante os romanos por ter perdido do que Pôncio perante os samnitas por ter vencido. Pelo que se devem notar duas coisas: uma é que, em qualquer ação, se pode conquistar glória, porque na vitória ela é conquistada ordinariamente e na derrota ela é conquistada por quem mostra que a perda não ocorreu por sua culpa, ou por quem realiza logo alguma ação virtuosa que a anule; a outra é que não é vergonhoso deixar de cumprir as promessas que foram impostas pela força; e as promessas forçadas que disserem respeito ao público, quando tal força deixar de existir, serão rompidas, sem que isso seja vergonhoso para quem as rompe. E em todas as histórias temos disso vários exemplos; e todos os dias, nos tempos presentes, também vemos tais fatos. E não só deixam de ser cumpridas entre os príncipes as promessas impostas pela força, quando cessa a força, como também todas as outras promessas, desde que faltem as razões que levaram a fazê-las. Se isso é louvável ou não, se um príncipe deve ter comportamento semelhante ou não, foram coisas amplamente

discutidas por nós em nosso tratado *De Principe*[187], e por isso agora as omitiremos.

43. Os homens que nascem numa província mantêm em todos os tempos quase a mesma natureza

Os homens prudentes costumam dizer, não por acaso nem indevidamente, que quem quiser saber o que haverá de acontecer deverá considerar o que já aconteceu; porque todas as coisas do mundo, em todos os tempos, encontram correspondência nos tempos antigos[188]. Isso ocorre porque, tendo sido feitas pelos homens, que têm e sempre tiveram as mesmas paixões, tais coisas só poderão, necessariamente, produzir os mesmos efeitos. É verdade que as obras deles são ora mais virtuosas nesta província do que naquela, ora mais naquela do que nesta, segundo a forma de educação em que tais povos aprenderam a viver. O que também facilita conhecer as coisas futuras pelas passadas é ver que uma nação mantém os mesmos costumes por muito tempo, quer sendo continuamente avara, quer continuamente fraudulenta, quer tendo qualquer outro vício ou *virtù* semelhante. E quem ler as coisas passadas da nossa cidade de Florença e considerar também as que ocorreram em tempos recentes, verá que os povos alemães e franceses são cheios de ganância, soberba, ferocidade e infidelidade; porque essas quatro coisas em diversos tempos muito prejudicaram nossa cidade. E, quanto à pouca fé, todos sa-

187. Cap. 18 (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 263).
188. Cf. *Discursos*, I, Proêmio; I, 39; III, 9. [N. da R. T.]

bem quantas vezes se deu dinheiro ao rei Carlos VIII, que prometia devolver as fortalezas de Pisa e nunca as devolveu. E nisso aquele rei mostrou sua pouca fé e grande ganância. Mas deixemos de lado tais coisas recentes. Todos devem saber daquilo que ocorreu na guerra que o povo florentino travou contra o duque Visconti de Milão, quando Florença, não contando com outros meios, pensou em trazer o imperador[189] à Itália, para que ele, com sua reputação e suas forças, atacasse a Lombardia. O imperador prometeu vir com muitos homens e fazer guerra a Visconti, defendendo Florença de seu poderio, desde que os florentinos lhe dessem cem mil ducados para vir e mais cem mil quando ele estivesse na Itália. Termos com os quais os florentinos concordaram; e, paga que lhe foi a primeira quantia, recebendo a segunda ao chegar a Verona, ele voltou sem nada fazer, alegando como causa que fora obstado por aqueles que não haviam observado os acordos existentes entre eles. De modo que, se Florença não tivesse sido obrigada pela necessidade ou vencida pela paixão, e se tivesse lido e conhecido os antigos costumes dos bárbaros, não teria sido enganada por eles nessa ocasião nem em muitas outras, visto que eles sempre foram de um mesmo modo, e que em tudo e com todos tiveram os mesmos comportamentos. Como o que fizeram na antiguidade com os toscanos[190], que, sendo atacados pelos romanos e vendo que com suas próprias forças não poderiam resistir-lhes, visto que haviam sido por eles diversas vezes desbaratados e derrotados, avençaram com os franceses que habitavam na Itália, do lado de cá dos

189. Roberto da Baviera. [N. da T.]
190. Etruscos (Tito Lívio, X, 10). [N. da R. T.]

Alpes, que lhes dariam uma soma em dinheiro para que eles unissem seus exércitos aos toscanos e lutassem contra os romanos; disso resultou que os franceses, depois de tomarem o dinheiro, não quiseram pegar em armas a favor dos toscanos, dizendo que não o haviam recebido para guerrear contra os inimigos destes, mas sim para que se abstivessem de depredar as terras toscanas. E, assim, os povos toscanos, em razão da ganância e da pouca fé dos franceses, ficaram ao mesmo tempo sem o seu dinheiro e sem a ajuda que esperavam deles. E desse modo se vê, por esse exemplo dos antigos toscanos e pelo dos florentinos, que os franceses tiveram as mesmas condutas; e por aí é fácil avaliar quanto os príncipes se podem fiar neles.

44. Muitas vezes se obtém com ímpeto e audácia aquilo que nunca se obteria com modos ordinários[191]

Os samnitas, quando foram atacados pelo exército de Roma, não podendo enfrentá-lo em campo aberto, decidiram deixar guardadas as cidades de Sâmnio e levar todo o exército para a Toscana, que estava em trégua com os romanos, tentando, desse modo, induzir os toscanos a retomar as armas em vista da presença do seu exército, coisa que haviam negado aos seus embaixadores. E nas palavras que os samnitas usaram para falar aos toscanos, sobretudo para lhes mostrar por qual razão haviam sido levados a empunhar armas, usaram estes termos notáveis: "Rebellasse, quod pax servientibus gravior, quam

191. *Id.*, X, 16. [N. da R. T.]

liberis bellum esset."[192] E assim, em parte com a persuasão, em parte com a presença de seu exército, induziram-nos a voltar a empunhar armas. Nisso se deve notar que um príncipe, quando deseja obter alguma coisa de outro, se a ocasião o permitir, não deve dar a este tempo para deliberações, fazendo tudo de tal modo que ele veja a necessidade de tomar uma decisão rápida; e isso é feito quando aquele a quem se pede algo vê que, negando ou diferindo, provocará súbita e perigosa indignação.

Tal conduta foi bem empregada em nossos tempos pelo papa Júlio com os franceses e pelo senhor de Fois, comandante do rei de França, com o marquês de Mântua[193]: porque o papa Júlio, ao desejar expulsar os Bentivogli de Bolonha, considerou que, para tanto, precisava das forças francesas, sendo necessário que os venezianos se mantivessem neutros; e, depois de ter procurado os dois, obtendo deles respostas dúbias e variadas, decidiu não lhes dar mais tempo, obrigando-os a assentir em seu desejo; e, partindo de Roma com o máximo de homens que conseguiu juntar a custo, rumou para Bolonha, mandando dizer aos venezianos que permanecessem neutros, e ao rei de França que lhe enviasse forças. Assim, sendo todos constrangidos pelo pouco tempo, e vendo todos que a demora ou a negativa provocariam no papa manifesta indignação, cederam à sua vontade: o rei mandou-lhe ajuda, e os venezianos permaneceram neutros. O senhor de Fois, quando estava com o exército em Bolonha, ficou sabendo da rebelião de Brescia, e, para ir recuperá-la, tinha dois caminhos: um que passava pelos do-

192. Que se rebelaram porque é mais pesada a paz aos servos do que a guerra aos homens livres (Tito Lívio, X, 16). [N. da T.]

193. Francesco IV Gonzaga. [N. da R. T.]

mínios do rei[194] e era longo e tedioso, e o outro, curto, que passava pelos domínios de Mântua; ele precisava passar não só pelos domínios daquele marquês, como também entrar por certos estreitos entre pântanos e lagos, de que aquela região sobeja, que eram fechados e guardados com fortalezas e outros meios. Fois, decidindo ir pelo caminho mais curto, para vencer todas as dificuldades e não dar ao marquês tempo de deliberar, de súbito pôs seus homens em marcha por aquele caminho, mandando dizer ao marquês que lhe enviasse salvoconduto para aquela passagem. De modo que o marquês, ocupado com essa súbita deliberação, mandou-lhe o salvoconduto, que nunca teria mandado se Fois se tivesse conduzido com mais acanhamento, visto que o marquês tinha aliança com o papa e com os venezianos, e um de seus filhos estava nas mãos do papa; tais coisas lhe ensejavam muitas escusas sinceras para negar. Mas, surpreendido pela súbita decisão, pelas razões que acima expusemos, concedeu-o. Foi o que fizeram os samnitas com os toscanos: estes, diante da presença do exército de Sâmnio, empunharam armas, fazendo o que haviam negado em outros tempos.

45. Qual é a melhor escolha nas batalhas: resistir ao assalto do inimigo e, depois de resistir, atacá-lo, ou desde logo atacá-lo com fúria?[195]

Os cônsules romanos Décio e Fábio tinham ido com dois exércitos ao encontro dos samnitas e dos toscanos

194. Ducado de Milão, que na época era francês. [N. da R. T.]
195. Tito Lívio, X, 27 ss. [N. da R. T.]

e entraram em batalha ao mesmo tempo; é de notar, em tal feito de armas, qual dos dois diferentes modos de proceder adotados pelos dois cônsules é o melhor. Porque Décio atacou o inimigo com todo ímpeto e esforço de que era capaz, e Fábio apenas resistiu, considerando mais útil o assalto lento e reservando o ímpeto para o fim, quando o inimigo tivesse perdido o primeiro ardor do combate, e, como dizemos, a gana [*foga*]. E, pelo resultado da coisa, vê-se que Fábio teve muito mais êxito que Décio, que se esgotou nos primeiros assaltos; de modo que, vendo seus homens mais dispostos a fugir que a combater, para conquistar com a morte a glória à qual não pudera chegar com a vitória, à imitação do pai[196], sacrificou-se pelas legiões romanas. Fábio, ao saber disso, para não conquistar, vivendo, menos honra do que conquistara seu colega morrendo, despendeu antes todas as forças que reservara para tal necessidade, donde lhe adveio felicíssima vitória. Pelo que se vê que o procedimento de Fábio é mais seguro e imitável.

46. Por que uma família mantém durante muito tempo os mesmos costumes numa cidade[197]

Parece que entre uma cidade e outra certos modos e instituições [*instituti*] diferem, criando homens mais duros ou mais efeminados; contudo, na mesma cidade, percebe-se que tal diferença está nas famílias, que diferem uma da outra. Isso pode ser visto em qualquer cidade, e na cidade de Roma encontram-se vários exemplos: porque se

196. Cf. *Discursos*, II, 16. [N. da R. T.]
197. Tito Lívio, IX, 33-4. [N. da R. T.]

sabe que os Mânlios foram duros e obstinados; os Publícolas, homens benignos e amantes do povo; os Ápios, ambiciosos e inimigos da plebe; e, assim, muitas outras famílias, cada qual com qualidades diferentes das outras. Tais coisas não podem provir apenas do sangue, porque é mister que este varie por meio da diversidade dos casamentos; haverão, pois, de provir da educação, que difere de uma família para a outra. Porque é muito importante o fato de um jovem, desde tenra idade, ter ouvido falarem bem ou mal de uma coisa, pois isso só pode ficar nele gravado, para depois regular seu modo de proceder em todos os momentos de sua vida. E, se assim não fosse, seria impossível que todos os Ápios tivessem demonstrado a mesma vontade e tivessem sido todos movidos pelas mesmas paixões, tal como Tito Lívio observa em muitos deles: por fim, tendo sido um deles nomeado censor, quando ao cabo dos dezoito meses seu colega depôs a magistratura, conforme dispunha a lei, Ápio não a quis depor, dizendo que podia manter-se no cargo durante cinco anos, segundo a primeira lei ordenada pelos censores. E, embora se fizessem várias assembléias e houvesse muitos tumultos, nunca se encontrou um remédio para depô-lo contra a vontade do povo e da maior parte do senado. E quem ler o discurso contra ele feito por Públio Semprônio[198], tribuno da plebe, notará toda a insolência dos Ápios e toda a bondade e humanidade de infinitos cidadãos que desejavam obedecer às leis e aos auspícios da pátria.

198. A Lei Emília havia disposto dezoito meses de mandato. Quem mais se insurgiu contra essa atitude de Ápio foi Públio Semprônio, que chegou a ordenar sua prisão. Mas Ápio obteve ajuda de outros tribunos, que vetaram essa medida, conseguindo manter-se na magistratura. [N. da T.]

47. Um bom cidadão, por amor à pátria, deve esquecer as injúrias pessoais[199]

Márcio era cônsul e comandava o exército contra os samnitas, quando foi ferido num recontro; como isso pusesse seus homens em perigo, o senado houve por bem enviar o ditador Papírio Cursor para suprir a falta do cônsul. Mas era necessário que o ditador fosse nomeado por Fábio, que era cônsul e estava com os exércitos na Toscana. Como os dois fossem inimigos e se desconfiasse que Fábio não quereria nomeá-lo, os senadores enviaram dois embaixadores para lhe pedirem que deixasse de lado os ódios privados e, para o bem público, o nomeasse. E Fábio o fez, movido pelo amor [*caritâ*] à pátria, ainda que com seu mutismo e com muitos outros sinais desse a entender que tal nomeação lhe desagradava. Que esse exemplo sirva a todos os que procuram ser considerados bons cidadãos.

48. Quando se vê que o inimigo comete um grande erro, deve-se acreditar que por trás dele haja fraude[200]

Como o legado Fúlvio tivesse ficado com o exército que os romanos tinham na Toscana, visto que o cônsul fora para Roma, participar de algumas cerimônias, os toscanos, tentando armar-lhe uma cilada, montaram uma emboscada junto aos campos romanos e mandaram al-

199. Tito Lívio, IX, 38. [N. da R. T.]
200. *Id.*, X, 4; V, 39. [N. da R. T.]

guns soldados vestidos como pastores, com grande armamento, que ficaram à vista do exército romano e, assim disfarçados, aproximaram-se da estacada do campo. Quando o legado os viu, admirando-se daquela presunção, que não lhe parecia razoável, descobriu a fraude, e, assim, os planos dos toscanos malograram. Aqui se pode facilmente notar que um comandante de exército não deve dar fé a algum erro evidente que o inimigo cometa, porque detrás sempre haverá fraude, não sendo razoável que os homens sejam tão incautos. Mas, muitas vezes, o desejo de vencer enceguece o ânimo dos homens, que só enxergam aquilo que parece favorecê-los.

Depois que os franceses venceram os romanos em Ália e chegaram a Roma, encontraram as portas abertas e sem guarda, mas ficaram durante todo aquele dia e aquela noite sem entrar, temendo alguma fraude, por não poderem acreditar que os romanos tivessem tanta covardia e tão pouca determinação que chegassem a abandonar a pátria. Quando, em 1508, os florentinos sitiavam Pisa, Alfonso Del Mutolo, cidadão pisano que era prisioneiro dos florentinos, prometeu que, se o libertassem, abriria uma das portas de Pisa ao exército florentino. Foi libertado: depois, para ajustar as coisas, foi várias vezes conversar com os enviados dos comissários, e não ia às escondidas, mas abertamente e acompanhado de pisanos, que ele deixava apartados enquanto falava com os florentinos. De tal modo que se podia conjecturar a dubiedade de suas intenções, pois, se o acordo tivesse sido leal, não seria razoável que ele tratasse com os florentinos tão abertamente. Mas o desejo que estes tinham de tomar Pisa cegou-os de tal modo que, guiados por ele, foram ter à porta de Lucca, onde, com grande desonra, deixaram seus

capitães e outros homens, em razão da dupla traição cometida pelo referido Alfonso.

49. Para que uma república se mantenha livre, é preciso todos os dias tomar novas providências; e por esse mérito Quinto Fábio foi chamado Máximo

Como já dissemos outras vezes[201], todos os dias necessariamente surgirão numa grande cidade acontecimentos que precisem de médico; e, se tais acontecimentos forem de grande importância, será preciso encontrar o médico mais sábio. E, se cidade houve em que surgiram acontecimentos estranhos e inesperados, essa cidade foi Roma; tal como aquele em que todas as mulheres romanas pareciam ter conspirado contra seus maridos, com a intenção de matá-los, pois foram descobertas muitas que os haviam envenenado e muitas que haviam preparado o veneno para fazê-lo[202]. Ou então como aquela conjuração das bacanais[203], descoberta no tempo da guerra macedônica, na qual estavam envolvidos muitos milhares de homens e mulheres, e que teria sido perigosa para a cidade, caso não fosse descoberta ou os romanos não tivessem o costume de castigar multidões de culpados: porque, mesmo que por outros infinitos sinais não fosse possível ver a grandeza daquela república e a força de suas execuções, tais coisas seriam vistas pela qualidade da pena que im-

201. Cf. *Discursos*, I, 33-4. [N. da R. T.]

202. Tito Lívio, VIII, 18. [N. da R. T.]

203. Refere-se à presença clandestina de seguidores do culto a Baco (*id.*, XXXIX, 8 ss.) (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 268).

punha a quem errava. Pois não vacilou em condenar à morte, pelas vias da justiça, uma legião inteira de uma vez e até uma cidade, nem de confinar oito ou dez mil homens em condições extraordinárias, que não deviam ser observadas por um apenas, mas por muitos, tal como ocorreu àqueles soldados que combateram de maneira infeliz em Canas: confinados na Sicília, foi-lhes imposto que não se alojassem em cidades e que comessem em pé[204].

Mas, de todas as outras execuções, a mais terrível era a dizimação dos exércitos, que consistia em sortear-se, de todo um exército, um em cada dez para morrer[205]. Pois, para castigar uma multidão, não se podia encontrar punição mais espantosa do que essa. Porque, quando uma multidão erra e não há um autor definido, não é possível castigar todos, por ser demasiado grande o seu número; punindo-se uma parte e deixando-se a outra impune, cometer-se-ia uma injustiça com os que fossem punidos, e os impunes ganhariam coragem para errar outra vez. Mas, matando-se a décima parte por sorteio, quando todos merecem a pena, quem é punido se queixa da sorte, e quem não é punido tem medo de numa outra vez ser sorteado, e assim se abstém de errar.

Foram punidas, portanto, as envenenadoras e as bacantes, com a pena merecida por seus pecados. E, embora produzam maus efeitos numa república, tais doenças não são mortais, porque quase sempre se tem tempo para curá-las; mas, para as doenças que atingem o estado, não há tempo, pois estas, se não forem curadas por alguém muito prudente, arruínam a cidade.

.....

204. *Id.*, XXV, 5. [N. da R. T.]

205. Tito Lívio, II, 59. [N. da R. T.]

Graças à liberalidade com que os romanos costumavam conceder a cidadania [*civiltà*] aos estrangeiros, às famílias novas que surgiram foram tantas que começaram a participar dos sufrágios, e, assim, o governo começou a variar, afastando-se dos costumes e dos homens a que sempre recorrera. Quinto Fábio, que era censor, apercebendo-se disso, dividiu todas essas famílias novas, causadoras da desordem, em quatro tribos, para que, confinadas a tão pequenos espaços, não conseguissem corromper toda Roma. Fábio bem percebeu isso e, sem causar alterações, impôs-lhe o remédio conveniente; e este foi tão aceito pelos cidadãos [*a quella civiltà*] que ele mereceu o nome de Máximo[206].

206. *Id.*, IX, 46. [N. da R. T.]

Vocabulário de termos-chave de Maquiavel

1. **Ambição** (*ambizione*). No homem, o desejo de adquirir é sempre maior que o poder de adquirir, o que causa o descontentamento. Essa é a origem da ambição, paixão fundamental que move os homens. A ambição causa instabilidade às "coisas do mundo"*, pois leva à inquietude, ao constante movimento provocado pelo desejo que os homens têm de mudar sua condição (individual ou coletivamente). A ambição, assim como a necessidade*, é uma causa da ação humana, mas a ação por ela causada não é uma exigência das circunstâncias, isto é, mesmo que os homens não sejam levados a agir por necessidade, mesmo que a necessidade deixe de existir, eles agirão por ambição. Nesse sentido, a ambição está ligada à idéia de escolha*. De outra perspectiva, no entanto, a própria ambição é uma necessidade, porque está sempre presente no homem. Observa-se ainda que, embora seja uma paixão humana, a ambição é freqüentemente associada às ações dos Grandes*, como uma desmesura do desejo que ultrapassou a necessidade. À ambição está ligada a avareza (*avarizia*), no sentido toscano da palavra (cobiça ou ganância). Cf. **Escolha, Necessidade.**

2. **Antigos** (*antiqui*). Maquiavel cita freqüentemente os antigos e a antiguidade. Esses termos são bastante abrangentes, podendo indicar qualquer povo antigo: gregos, romanos, egípcios, etruscos etc. Entretanto, referem-se sobretudo aos romanos, o grande exemplo* de Maquiavel. Roma e os romanos são invocados na discussão de uma série de questões, principalmente políticas e militares (as questões importantes). Em linhas gerais, Maquiavel sustenta que os antigos romanos tinham o conhecimento do modo

* Os asteriscos indicam as palavras que são verbetes do Vocabulário. (N. do E.)

correto de ordenar* a república e que, portanto, esse conhecimento deveria ser utilizado nos tempos modernos.

3. **Caminho do meio** (*via del mezzo*). Solução ou decisão intermediária, fruto da indecisão ou da incapacidade de tomar uma atitude extrema. Como é impossível fazer uma escolha* sem nenhum inconveniente, a escolha intermediária ou pela neutralidade não evita os inconvenientes e, além do mais, não alcança as vantagens de uma solução extrema. Maquiavel aponta essa inutilidade da via intermediária ou neutra como razão para condenar constantemente essa escolha na ação política. Cf. **Prudência**.

4. **Cidade/civilidade/cidadania** (*civiltà*). O termo *civiltà* é de difícil tradução, pois não corresponde ao significado atual da palavra em italiano, ou seja, civilização. Em expressões como *mantenere una civiltà*, a *civiltà* é uma cidade ordenada de acordo com um governo reto, com leis e ordenações*. É uma vida civil, ou seja, homens vivendo de acordo com as regras da civilidade ou obediência civil (respeito às leis), em contraposição aos homens ferozes ou mesmo àqueles cuja civilidade está corrompida. A mesma palavra é usada para designar a cidadania ou direitos políticos: "Dar a cidadania aos estrangeiros" (*donare la civiltà a' forestieri*). Cf. **Corrupção, Ordenação**.

5. **Coisas do mundo/coisas humanas** (*cose del mondo/cose umane*). A expressão "coisas do mundo" indica tudo o que existe e acontece no mundo. Engloba, portanto, a natureza e o homem. Nesse sentido, é o perecível e o passageiro. Ao indicar aquilo que é feito e vivido pelos homens, alcança o significado que hoje atribuímos à história*, que em Maquiavel é mais restrito. Com esse mesmo sentido podem ser encontradas no texto expressões correlatas, como "coisas antigas" (acontecimentos do passado) e "coisas modernas" (acontecimentos recentes). O conhecimento das coisas do mundo, antigas e modernas, pode ser transmitido como experiência de vida. Essa é a fonte do conhecimento que Maquiavel afirma ser oferecido por seus livros, proveniente de seu estudo e de sua experiência, do diálogo com os antigos* (que consiste na leitura dos textos dos antigos e na reflexão sobre o que neles é narrado e considerado) e da prática política: as "coisas do mundo". Em Maquiavel, a reflexão política está calcada nesse conhecimento, o que é constantemente reiterado em seus escritos. "Coisas humanas", por sua vez, é uma expressão freqüentemente utilizada para designar a variabilidade, a incerteza e a permanente mudança que concerne ao homem ("as coisas humanas estão sempre em movimento"). Cf. **Exemplo, História, Corpo**.

6. **Corpo** (*corpo*). Os estados (repúblicas ou principados) e as re-

ligiões são denominados por Maquiavel *corpi misti* (corpos mistos), em oposição aos *corpi semplici* (corpos simples), que são os indivíduos. Esse uso do termo "corpo" está associado ao emprego, na linguagem política, de diversos termos médicos, como remédio (*rimedio* ou *medicine*), membro, nervo, enervar ou desnervar, parir, nutrir, humores*. O uso dessas imagens está ligado à concepção de que a existência dos estados é finita, assim como a dos corpos naturais, e nada pode impedir que seu término ocorra. Assim, esses corpos mistos estão sujeitos à mesma necessidade* que os corpos humanos: "É de muita verdade que todas as coisas do mundo têm o término de sua vida" (*Discursos*, III, 1). Mas, assim como os corpos humanos, podem ter existência saudável ou doentia, vigorosa ou frágil, longa ou efêmera. O uso desses termos ligados ao corpo pode ser entendido sobretudo quando se examinam as noções da medicina hipocrática, que prevaleciam na época, de que o corpo, para que seu curso seja completo, depende do equilíbrio dos humores, que garante a saúde. Esse equilíbrio pode sofrer alterações em razão de acidentes. O corpo, então, precisa ser reequilibrado para seguir normalmente. O equilíbrio dos humores em uma república depende da sua ordenação* ou da sua renovação*, que é o retorno aos princípios. Cf. **Humores, Renovação**.

7. **Corrupção** (*corruzione*). A corrupção é a degradação dos costumes e o desrespeito às leis. Maquiavel a explica utilizando os conceitos de forma* e matéria*, sendo que as leis e as ordenações* concernem à forma, e o legislador*, como aquele que impõe a lei, procura impor uma forma à matéria do estado*, que é a população que o constitui. A corrupção pode ser atribuída ao desencontro entre a forma e a matéria do estado, um desencontro progressivo. A matéria é o que pode ser ordenado, como na fundação do estado, mas também o que é desordenado pelo tempo, "pouco a pouco", "de geração em geração", isto é, progressiva e lentamente. A forma impressa na matéria pode ser boa ou má; mas, independentemente da qualidade da forma que lhe é imposta, o movimento da matéria tende à desordem ou, em outros termos, a negar a forma, e isso é a corrupção. A corrupção, por sua vez, pode ser reforçada por más condutas ou impedida pela freqüente renovação*. Existe corrupção não porque as ordenações tenham se tornado corruptas, mas porque a realidade se altera de tal modo que a forma perde a capacidade de responder à matéria, ou seja, quando já não tem a capacidade de conter os maus costumes, as ambições, a cobiça. Por outro lado, ao se acentuar o desencontro, são os maus costumes que passam a legislar, criando uma estrutura institucional favorável

a eles. Numa perspectiva especificamente republicana, esse processo é descrito por Maquiavel em Roma (*Discursos*) e também em Florença (*História de Florença*), quando os Grandes* passam a criar leis que fortalecem e mantêm sua autoridade no estado. Assim, a corrupção pode ser identificada com o afastamento da *virtù** cívica e da vida livre (*vivere libero*) e com a acentuação da desigualdade. Essa corrupção, porém, não atinge apenas os Grandes, mas se expande para o restante do corpo*, num movimento descendente. Também está relacionado à corrupção o que Maquiavel chama de afastamento (*disformità*) entre a vida civil e a vida militar, ou seja, a separação entre o cidadão e o soldado, levando à fraqueza militar da república e à conseqüente dependência dos exércitos mercenários. Observe-se ainda a relação entre a religião cristã e a corrupção, abordada sob dois aspectos: o papel do cristianismo no afastamento da *virtù* cívica e a depravação dos costumes da corte romana. Quanto ao vocabulário referente à corrupção, note-se o uso de "bom" e "mau", com relação a pessoas, costumes e leis. É julgado mau algo que está corrompido, ao passo que bom é o que condiz com a ordenação (por exemplo, um cidadão mau, numa república, é aquele que quer usurpar sua liberdade*). Cf. **Renovação, Ruína**.

8. **Escolha** (*elezione*). A escolha expressa a liberdade da ação e contrapõe-se à necessidade*, visto que os homens agem ou por necessidade ou por escolha. Essa oposição a aproxima da ambição*. Cf. **Ambição, Necessidade**.

9. **Estado** (*stato*). Em Maquiavel, esse termo pode referir-se, genericamente, a repúblicas e principados (cf. *O príncipe*, 1); e esse será seu significado nos comentários contidos neste vocabulário. Entretanto, para compreender a multiplicidade de significados da palavra *stato* em Maquiavel, é preciso considerar que, no Renascimento, o sentido do termo passava por uma transformação. Para distinguir o sentido do termo "estado", portanto, deve-se interpretá-lo a cada ocorrência. No entanto, em muitos casos, é difícil fazer essa distinção. Estado pode significar: poder, Estado, território, *status*, governo. Pode ainda reunir mais de um desses sentidos. Não se trata, contudo, de uma imprecisão de Maquiavel. Ocorre que no Renascimento o sentido do termo, que antes era de *status* (posição, condição), fazia a transição para a concepção moderna de Estado, e Maquiavel é um dos autores em que se verifica essa passagem. Assim, *stato* pode, às vezes, significar o *status* do príncipe* ou de um partido, outras vezes percebe-se que a palavra é usada com os vários significados que vinha adquirindo desde a Baixa Idade Média até o Renascimento: forma* ou ordenação* dos poderes públicos ou do go-

verno, condição, autoridade ou poder político, senhoria jurídica, condição soberana de um indivíduo ou da coletividade (sentido encontrado em todos os escritores do Renascimento, mas em nenhum com tanta freqüência quanto em Maquiavel). Em Maquiavel começa-se a determinar um conjunto de conceitos que, combinados, se encontram no conceito moderno de Estado: o estado como poder público e como expressão da união de povo e território. Às vezes, é mais fácil identificar o sentido preciso do termo pelas expressões em que se insere. Por exemplo, em "manter o estado" (*mantenere lo stato*) e "perder o estado" (*perdere lo stato*), implicando um possessivo, significa posição, condição ou estado individual. Em "muito estado" (*molto stato*), "tanto estado" (*tanto stato*) e "pouco estado" (*poco stato*) significa potência político-territorial (e não apenas territorial), mas ainda não alcança o significado de Estado em toda a sua maturidade.

10. **Exemplo** (*esemplo*). Maquiavel utiliza o termo exemplo com dois sentidos: o histórico (segundo o significado atual do termo história) e, mais raramente, o sentido moral. Neste último, o termo indica o exemplo ilustre, que instrui pela conduta ou pelo modelo de comportamento elogiável ou reprovável. O príncipe* ou qualquer homem que dá um exemplo de alguma virtude ou vício concretiza-o em si mesmo e se torna modelo da virtude ou do vício. No sentido histórico, temos as coisas do mundo*, que são apresentadas no texto na forma de exemplos antigos ou modernos. Maquiavel dá exemplos históricos de acontecimentos que são recorrentes, ainda que sob formas diversas, e dá exemplos a serem imitados. O acontecimento recorrente é fonte de conhecimento e, por conseguinte, de ensinamento. Do ponto de vista do conhecimento, a apreensão do exemplo implica compreender o conjunto de circunstâncias que o tornaram possível, e ele não pode ser considerado isolado dessas circunstâncias. O exemplo depende, para ser aplicado, das condições presentes, portanto, a imitação dos exemplos não garante o resultado da ação. Mas, ao mesmo tempo que aponta essa dificuldade, Maquiavel também indica a abertura para a imitação ao esclarecer que as grandes ações, ainda que em proporções diferentes, não estão fora do alcance dos homens menores. A imitação não se faz quanto ao alvo, mas quanto à intenção ao mirá-lo. Todas as coisas humanas* são possíveis aos homens, e os exemplos são testemunhos dessa possibilidade: uma vez que algo se mostra factível, sempre o será. O valor do exemplo está condicionado, como matéria de reflexão, às circunstâncias que o tornaram possível e, como imitação, às circunstâncias que fazem dele um alvo possível. Cf. **Coisas do mundo, História**.

11. **Facção** (*fazione*). A facção, o partido (*parte*) ou a seita (*setta*) são o resultado de uma cisão no seio de uma mesma classe em função de interesses particulares. Diferentemente da concepção de que a divisão em partidos é positiva e própria da sociedade democrática, para Maquiavel essa cisão é nociva à república e fonte de corrupção*, por se fazer em contraposição à utilidade comum. As inimizades entre cidadãos são problemas particulares que, quando alçados à esfera pública pela criação de partidos, submetem a república ao bem privado. Por outro lado, a transformação de assuntos públicos, que deveriam ser resolvidos pelas leis, em questões privadas, que se resolvem por meios particulares, distorce a república. As inimizades permanecem sem solução, uma vez que a violência causada por elas é um motor que as realimenta, levando à corrupção* da república. Uma vez que as inimizades são inevitáveis, apenas as leis que, prevendo-as, lhes dêem um tratamento público (como as leis referentes à acusação e à calúnia) podem evitar a criação das facções e da corrupção que elas acarretam. Não se deve confundir essa divisão partidária com a desunião entre o povo e os Grandes*, o conflito entre os humores*, pois essa desunião não é fundada em questões particulares. Cf. **Corrupção, Humores**.

12. **Forma** (*forma*). A forma é o que ordena a matéria*. Assim, enquanto os homens são considerados matéria ou sujeito da cidade*, a forma é o que se imprime nessa matéria: o conjunto de leis, ordenações*, diretrizes de um estado*. Forma também se aplica à constituição de um exército, que tem o grupo de homens não treinados como matéria a ser conformada. Entretanto, é preciso haver concordância entre a forma e a matéria. Homens corrompidos, por exemplo, não conseguirão viver sob leis e ordenações que suponham homens ainda não corrompidos, assim como um povo habituado à servidão não poderá viver em liberdade*. Do mesmo modo, homens não corrompidos e habituados à vida livre não aceitam um governo corrupto nem viver em servidão. Portanto, não apenas a forma determina a matéria como também a matéria condiciona a forma. É interessante notar uma metáfora utilizada por Maquiavel em *A arte da guerra* e nos *Discursos*: ele afirma que uma estátua pode ser mais bem esculpida num bloco de mármore bruto do que num outro mal esboçado. A matéria na qual nenhuma forma jamais foi impressa é mais suscetível de receber uma forma do que aquela que já foi trabalhada de algum modo. Cf. **Corrupção, Matéria, Ordenação**.

13. **Fortuna** (*fortuna*). A fortuna pode ser compreendida, em primeiro lugar, como o fluxo dos acontecimentos, entendido como o que perturba as ações e impede o cálculo. É recorrente, em

Maquiavel, a utilização de fortuna como contraponto às ações políticas, personificando as alterações no rumo dos acontecimentos. A fortuna é uma força destruidora das construções humanas. Para Maquiavel, é possível opor-se a essa destruição causada pelas alterações das circunstâncias por meio da ação preventiva, que levanta barreiras a ela: a ação da *virtù** (*O príncipe*, 25). Isso leva a que a fortuna só possa ser compreendida em conjunto com a *virtù*: a fortuna é a ausência de *virtù*, ou seja, ela se manifesta pela ausência de *virtù*. Contudo, e isso também aparece na obra de Maquiavel, há um lado positivo da fortuna, pois ela pode ser fonte de dons. Para Maquiavel, assim como para a tradição, os bens da fortuna são sobretudo as honras e a glória, a riqueza e o poder. A relação com a *virtù*, então, não é negativa, mas um embate em que a fortuna é seduzida pela *virtù* e a beneficia, ao passo que penaliza sua ausência. Entretanto, na relação com a *virtù*, o maior dom que a fortuna pode oferecer é a ocasião* (*O príncipe*, 7), visto que os bens da fortuna são sempre instáveis. A imagem mais forte da fortuna na obra de Maquiavel é encontrada no poema *Di Fortuna*, que nos leva a entender essa figura com todas as suas características, as quais não estão integralmente presentes na obra política, podendo, no entanto, ser vislumbradas em muitas passagens. Cf. **Ocasião, *Virtù***.

14. **Grandes** (*Grandi*). Em *História de Florença* (III, 21), Maquiavel diz que os Grandes são os antigos nobres florentinos, mas nota-se que por esse termo são designados geralmente os poderosos de um estado*, nobres ou não. Com o mesmo sentido, encontramos as expressões "homens grandes" ou "cidadãos poderosos". Maquiavel afirma a necessária e natural divisão de todas as cidades em dois humores* opostos, o dos Grandes e o do povo. Dessa oposição decorre a forma política de cada estado. Cf. **Humores**.

15. **História** (*istoria*). A palavra história, em Maquiavel, refere-se a uma narrativa histórica específica: por exemplo, a *História de Roma*, de Tito Lívio (ou, como ele a designa nos *Discursos*, "a nossa história"). No plural (histórias, *istorie*), a palavra refere-se a relatos de diversos historiadores. As histórias são as fontes dos exemplos* que Maquiavel chamará de antigos*, em contraposição aos exemplos modernos ou recentes (*freschi*), dados pela própria experiência ou por relatos alheios, mas são também a descrição das coisas de seu próprio tempo (modernas). São as histórias que, assim como as obras dos poetas e artistas, nos transmitem a memória das coisas do mundo*. A história é tradicionalmente considerada fonte de ensinamento, concepção sintetizada na célebre fórmula de Cícero: "Testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da me-

mória, mestra da vida, revelação do passado" (*Do orador*, II, 36). Quanto a isso, Maquiavel nos adverte da possibilidade de que os relatos dos tempos antigos escondam toda a verdade, para evitar a infâmia aos tempos narrados (cf. *Discursos*, II, proêmio). Cf. **Exemplo, Coisas do mundo**.

16. **Humores** (*umori*). Segundo a medicina e a terapêutica antigas, gregas e greco-romanas, ainda vigentes no Renascimento, a saúde do corpo* corresponde ao equilíbrio entre os humores. O termo humor é utilizado várias vezes por Maquiavel significando os desejos e as disposições dos homens, freqüentemente num sentido negativo: os ódios ou as inclinações partidárias (*umori delle parti*). Entretanto, o mais importante é o uso que Maquiavel faz desse conceito para explicar a oposição entre o povo e os Grandes*. Ele afirma: "Em todas as cidades se encontram esses dois humores diversos", sendo que o humor do povo é não ser oprimido, negação do humor dos Grandes, que é oprimir. Do confronto desses dois humores surgirá na cidade o principado, a liberdade* ou a licença (*O príncipe*, 9). O equilíbrio desses dois humores é encontrado na forma do governo misto (*Discursos*, I, 2), em que cada um encontra sua parte de representação e poder. Isso teria sido alcançado em Roma pela desunião entre Senado e Plebe, pois os conflitos fizeram com que as leis criadas correspondessem às relações entre esses dois humores, construindo o equilíbrio. No entanto, o equilíbrio, uma vez surgido do conflito, não elimina sua origem, pois ambos os humores continuam existindo como poderes na república. Observe-se o sentido positivo que Maquiavel atribui ao permanente conflito dos humores, cujos efeitos são a liberdade e a força da república romana (*Discursos*, I, 2-6). No caso dos principados, o equilíbrio pode ser obtido pela mediação que o príncipe* faz entre ambos os humores, esforçando-se por conciliá-los de modo que o conflito se mantenha sob seu controle. Maquiavel afirma a importância dessa conciliação: "Os estados bem-ordenados e os príncipes sábios têm aplicado toda a diligência tanto em não exasperar os Grandes como em satisfazer o povo e mantê-lo contente, porque essa é uma das principais matérias que cabem a um príncipe"(*O príncipe*, 19). Cf. **Corpo, Grandes, Renovação**.

17. **Legislador** (*datore di legge, latore di legge, legislatore*). Legislador é aquele que dá ao estado* sua primeira forma*, moldando a matéria*. No ato da fundação, a forma do estado existe na mente do legislador (ordenador) ou fundador. De acordo com Maquiavel, para que seja boa a ordenação* instituída, todo o poder deve concentrar-se nas mãos de um só homem, que é então a única autoridade. Maquiavel afirma que um conjunto de homens não é apto a formar o estado:

"Muitos não são capazes de ordenar uma coisa por não conhecerem o bem que há nela, devido às diferentes opiniões que têm entre si", daí a necessidade de ser um só o legislador ou fundador a dar forma à matéria (*Discursos*, I, 9). O legislador é uma figura essencial para Maquiavel, mas sua importância não implica a imobilidade da forma por ele instituída, que seria contraposta apenas ao processo de corrupção*. Ao mesmo tempo que atribui ao legislador a paternidade do estado, Maquiavel afirma, por um lado, que os conflitos entre os humores* causam mudanças na ordenação e no aperfeiçoamento do estado; por outro lado, que há possibilidade e até mesmo necessidade de reconstrução ou renovação* progressiva da forma, como meio próprio de contrapor-se à corrupção. Cf. **Corrupção, Humores, Ordenação, Renovação**.

18. **Liberdade** (*libertà*). Para Maquiavel, há duas formas de liberdade: a interna e a externa. Diz-se que há liberdade externa quando, independentemente da forma* de governo interno, o principado ou a república não está sujeito a outros estados*. Essa liberdade é especialmente relevante na origem da cidade. A liberdade interna corresponde à liberdade republicana no governo misto, ou seja, quem governa não é um príncipe* ou uma facção*. No principado pode haver leis que sejam propícias à liberdade, mas isso não constitui a liberdade propriamente dita. No caso do governo de facções, ou seja, de uma república que passa a ser governada por partidos, há uma progressiva diminuição da liberdade. Para a compreensão do tema da liberdade, são importantes as considerações de Maquiavel sobre o conflito entre o povo e os Grandes* como origem da liberdade e da grandeza romanas (cf. *Discursos*, I, 2-6). Cabe observar que tanto a vida livre (republicana) como seu contrário, a servidão, estabelecem um hábito nos povos. Desse modo, as repúblicas têm tal apreço pela liberdade que são levadas a lutar com maior persistência para mantê-la, o que as faz conservar igualmente a liberdade externa (cf. *O príncipe*, 5). O contrário ocorre com os povos habituados à servidão, que mesmo conquistando a liberdade não sabem mantê-la (*Discursos*, I, 16). Cf. **Facção, Humores, Príncipe**.

19. **Matéria** (*materia*). Além de usar constantemente a palavra matéria com o sentido de assunto, Maquiavel também a emprega de modo mais específico. De acordo com a tradição aristotélica, a matéria ou o sujeito de uma coisa é o seu substrato, sobre o qual se agregam os acidentes. Encontramos em Maquiavel o termo matéria associado à cidade (a matéria de uma cidade é sua população) e ao exército (a matéria do exército são os homens que o formam). A matéria pode ser boa ou má, corrompida ou incorrupta, e é aquilo em

que poderá ser impressa uma forma*. Cf. **Corrupção, Forma**.

20. **Necessidade** (*necessità*). Para Maquiavel, os homens agem por necessidade ou escolha*, e a necessidade é o que força a ação num sentido único. Diferentemente da ocasião*, que oferece uma abertura para uma ação possível, a necessidade constrange à ação. A necessidade é também o inevitável. Diferentemente da escolha ou de um determinado ato, para os quais há várias conseqüências possíveis, o necessário é o que não poderá acontecer de outra maneira, para o qual há apenas uma conseqüência possível. Cf. **Ambição, Escolha, Ocasião.**

21. **Ocasião** (*occasione*). À primeira vista, a ocasião poderia ser entendida simplesmente como a oportunidade ou o momento propício. Sem deixar de ser isso, a ocasião tem algumas particularidades. Em primeiro lugar, observando-se os verbos que acompanham a palavra – a ocasião é dada (*data*), tomada (*presa*), usada (*usata*) –, vemos que a ocasião, apesar de ser dada, precisa ser apanhada, agarrada. A Ocasião é uma figura mítica associada à Fortuna: Maquiavel dedicou-lhe um poema, assim como à Fortuna. Ela é a *Occasio calvata*, uma moça com asas nos pés, com os pés sobre uma roda, com os cabelos que lhe recobrem o rosto e calva atrás da cabeça. É muito célere e difícil de reconhecer quando passa. Deve ser agarrada rapidamente porque, uma vez reconhecida, já não poderá ser apanhada, pois a falta de cabelos atrás faz com que não haja por onde pegá-la. Essa representação explica os verbos empregados com relação à ocasião. Ela não é criada pelo indivíduo nem depende de sua vontade, mas é dada pela fortuna*; a ocasião é um dom que depende da capacidade do indivíduo de tomá-lo e usá-lo. Em segundo lugar, o que Maquiavel chama de ocasião é complexo: é o entrecruzamento ou a convergência de acontecimentos que nada têm de fortuitos: "Era necessário, portanto, que Moisés encontrasse no Egito o povo de Israel escravizado e oprimido pelos egípcios para que, para sair da servidão, ele se dispusesse a segui-lo (...) Era preciso que Ciro encontrasse os persas descontentes com o império dos Medas e estes, moles e efeminados pela longa paz. Não poderia Teseu demonstrar sua *virtù** se não tivesse encontrado os atenienses dispersos" (*O príncipe*, 6). Sobre essas situações, Maquiavel comenta: "Sem aquela ocasião, a *virtù* de seu ânimo se teria extinguido, e sem aquela *virtù*, a ocasião teria vindo em vão." Desse modo, a *virtù* é a capacidade de apanhar a ocasião, e a ocasião a que ele se refere consiste em um conjunto de circunstâncias bastante complexo. Cf. **Fortuna, *Virtù***.

22. **Ordenação/Ordem** (*ordine*). Merecem atenção especial as palavras ordem e ordenação (*ordi-*

ne) e seus derivados, como ordinário (*ordinario*), seus opostos desordem (*disordine*), não ordenado (*inordinato*) e extraordinário (*straordinario*), os verbos ordenar (*ordinare*), reordenar (*riordinare*), desordenar (*disordinare*), e o substantivo ordenador (*ordinatore*), construtor da *ordine*. Todas essas formas estão ligadas por sua raiz comum (ordem, *ordine*), compondo uma cadeia de significados, que podem variar de acordo com o contexto. No sentido militar, entende-se ordenação (*ordine*) como o modo pelo qual um grupo de soldados é disposto, criando a ordenança (*ordinanza*). Essa ordenação abrange diversos aspectos, desde o modo de treinamento até a disposição para a batalha. O ordenador, portanto, é aquele que ordena, que dá ao exército a devida ordenação. O exército assim ordenado opõe-se a um conjunto de homens não ordenados (*inordinati*) ou que lutam tumultuadamente; no entanto, caso venham a ocorrer imprevistos que possam desordenar o exército, este deverá então ser reordenado. Percebe-se, então, o encadeamento desses termos, que ocorre ao longo do texto de Maquiavel. Toda essa concepção de ordenação militar não está isolada de uma concepção política sobre o modo como um estado* deve estar ordenado militarmente. No sentido político, ordenação aproxima-se de instituição e também indica o conjunto das ordenações (a ordenação de uma república); ordenador passa a ser o legislador*, e, igualmente, todos os termos derivados assumem seus sentidos políticos. Nesse contexto, o ordinário é o que se faz dentro das normas, ou seja, de acordo com as ordenações, e o extraordinário é ou o ilegal (freqüentemente a violência particular), ou o que, apesar de legal, não se faz de acordo com as normas ordinárias. Considerando-se esses significados, o verbo ordenar não deverá ser confundido com mandar ou comandar (*comandare*), razão pela qual em alguns casos foi necessário optar por traduções como "estabelecer", "determinar", "fazer com que" e "planejar". Cf. **Corrupção, Legislador**.

23. **Príncipe** (*principe*). Esse termo, para Maquiavel, pode ter vários sentidos. Mais freqüentemente designa o governante de um principado; também pode designar os primeiros ou principais de um estado* (*principi dello stato*), mesmo em se tratando de uma república, e por vezes designa o poder dominante ou o(s) governante(s), e não um indivíduo. Assim, um estado, seja ele república ou principado, pode ser chamado de príncipe, o que ocorre quando se fala do confronto entre dois estados. Entretanto, o principado designa especificamente o governo de um só, em oposição à república, governo de poucos ou popular. Encontra-se, entretanto, a expressão "o principado na república", que significa que uma parte da

república (um partido ou um indivíduo) eleva-se acima dos outros e ocupa seu governo. Quanto ao significado mais usual de príncipe, isto é, um indivíduo no governo de um principado, ele se refere à posição do governante, e não a um título formal. O príncipe novo, personagem central de *O príncipe*, significa a posição recém-conquistada de um indivíduo, em oposição à do príncipe hereditário, sempre tendo como referência o novo estado conquistado. Assim, um príncipe hereditário de um estado poderá ser considerado príncipe novo de um estado conquistado. Todas essas distinções e categorias de príncipes e principados encontram-se em *O príncipe*.

24. **Prudência** (*prudenzia*). A prudência, no sentido usual moderno, é uma virtude que leva, no extremo, ao imobilismo, à dificuldade de assumir uma postura imediata. O prudente é o sensato e o cauteloso. Esse não é o sentido que tem para Maquiavel, que remete ao conceito aristotélico de prudência. A prudência não implica imobilismo, mas, *grosso modo*, é a capacidade de julgar e deliberar em função da contingência: é inteligência prática. Ou seja, em função do conhecimento dos acontecimentos e das circunstâncias, o homem prudente delibera qual deverá ser sua ação, qual a melhor ação para um dado momento. Essa ação poderá envolver até a ousadia, caso a postura ousada seja, para o momento, a melhor opção de ação. A prudência é um modo de conhecimento e um saber voltado para a prática. O modo de conhecimento consiste, em primeiro lugar, em analisar o presente para compará-lo com o passado. Pressupondo-se a regularidade das coisas do mundo*, é possível projetar no futuro as conseqüências das ações do presente e, mais especificamente, antevê-las e escolher entre elas a que terá as melhores conseqüências. Quando Maquiavel atribui à fortuna* o governo de cerca de metade das coisas do mundo (*O príncipe*, 25), introduz em seguida a figura do homem prudente. Isso mostra a prudência como organizadora da relação entre a ação humana e a ação da fortuna, compreendida como causadora das alterações imponderáveis das circunstâncias. Cf. **Fortuna, *Virtù***.

25. **Renovação** (*rinnovazione*). Esse termo não aparece com muita freqüência na obra de Maquiavel, mas deve ser comentado por sua relevância para a compreensão de sua filosofia política. De modo geral, renovar significa fazer algo voltar a ser como era quando novo; no contexto do qual estamos falando, diz respeito ao estado*. Ao falar em renovação do estado corrompido, Maquiavel faz uso do vocabulário médico, identificando corrupção* com doença. O tempo conduz à corrupção: os costumes se afrouxam e as ordenações* perdem sua força. Isso não decorre apenas do processo de

envelhecimento, ou seja, o estado não precisa necessariamente ser antigo para estar enfraquecido: o importante é que a fraqueza o torna vulnerável e, portanto, passível de derrota. Maquiavel trata da renovação no capítulo I do livro III dos *Discursos* e afirma sobre o estado que, como todas as coisas do mundo*, "sua vida tem um término" e será tanto mais longa quanto melhor for ordenada. Do mesmo modo que os corpos saudáveis, o estado bem-ordenado encontra em suas ordenações* a possibilidade de renovação freqüente e, portanto, é capaz de manter o equilíbrio e ter uma vida mais longa. A renovação é não apenas a cura da doença, mas também o processo contínuo de manter o corpo saudável por meio das transformações. A reflexão sobre a renovação leva à conclusão da necessidade do novo para a manutenção do estado. O novo, no entanto, não significa algo jamais visto ou experimentado, mas, ao contrário, o primordial, o que há no princípio. Assim, quando Maquiavel fala do principado novo, essa novidade não significa inovação, mas início de algo cuja forma* já havia sido concebida antes. Entretanto, essa própria forma é uma recriação, pois a matéria* é outra. A própria diversidade da matéria imprime na forma uma diferença. Assim, a matéria não só é conformada como também determina as possibilidades de conformação. Cf. **Corpo, Corrupção.**

26. **Ruína** (*rovina*). Termo muito presente no texto de Maquiavel e empregado com intensidade diversa. Pode significar derrota ou perda, no sentido político, militar e mesmo econômico. Também pode referir-se à degeneração dos costumes ou da ordenação*, confundindo-se então com a idéia de corrupção*. Em se tratando do príncipe* ou de uma facção*, usualmente o verbo *ruinare* significa sua total eliminação no sentido político (perder o estado*), que muitas vezes coincide com a eliminação física ou, no caso dos membros de uma facção*, com o exílio. Nesse mesmo sentido é usado o verbo *spegnere* (extinguir, eliminar). Cf. **Corrupção**.

27. **Universal** (*universale*). Em primeiro lugar, e segundo seu sentido próprio, universal (*universale*) opõe-se a particular (*particulare*), ou seja, corresponde ao geral como oposto ao particular. Universal é geralmente o que é comum a todos ou a muitos: opinião universal, corrupção* universal, vontade universal etc. Em contraposição, particular é aquilo que é restrito a poucos ou a um. Mas Maquiavel também usa universal como substantivo (*universale* [*degli uomini*] – universal [dos homens]), tal como universalidade (*universalità*), designando a maioria ou o povo: nesse caso, o particular significará um só homem ou, no plural, alguns homens. Ao designar todo o povo, universal também pode indicar a oposição aos

Grandes*, tanto em uma república como em um principado. Termos opostos que têm afinidade com esses, sem se confundir com eles, são público (*publico*) e privado (*privato*). Privado pode designar uma oposição a príncipe* ou república, cujas ações são públicas. Público, portanto, significa o que é próprio do estado*, e não simplesmente do povo. Nesse sentido, e sobretudo no que diz respeito à república, é particularmente interessante a distinção entre os modos públicos e privados de obter reputação (ver *Discursos*, III, 28, e *História de Florença*, VII, 1). Cf. **Facção**.

28. ***Virtù***. Maquiavel não define *virtù*, e seus comentadores divergem quanto à possibilidade de defini-la. Leo Strauss vincula fortuna* e *virtù*, assim como Skinner, segundo o qual Maquiavel faz um uso perfeitamente coerente do termo, um uso sistemático. Whitfield, ao contrário, afirma que não há em Maquiavel uma teoria da *virtù*. Russell Price diz que *virtù* tem uma pluralidade de significados e distingue um sentido moral, um sentido político e um militar, entre outros. Trata-se, portanto, de um conceito multifacetado, o que torna necessário compreender o contexto em que o termo é empregado para identificar seu sentido. Segundo Skinner, em Maquiavel há uma negação do sentido de *virtù* na tradição humanista, na qual ela é a qualidade que capacita o príncipe* a realizar seus mais nobres fins, e a posse da *virtù* é identificada com a posse do conjunto das principais virtudes. Maquiavel teria criado um conceito original: *virtù* seria "todo o conjunto de qualidades, sejam elas quais forem, cuja aquisição o príncipe possa achar necessária a fim de 'manter seu estado' e 'realizar grandes feitos'". Assim, em se tratando da *virtù* individual e, mais especificamente, da *virtù* do príncipe, ela não é considerada por Maquiavel um composto de qualidades fixas, como coragem, sabedoria, justiça, temperança, isto é, das virtudes cardeais que, segundo a herança clássica, definem o homem de *virtù*. A *virtù* de cada homem é composta por qualidades diferentes; é possível ter *virtù* de muitas formas, dependendo da circunstância ou da ocasião*. Para Maquiavel, então, a *virtù* não é um modo fixo de agir e também não está relacionada necessariamente ao resultado final da ação. Mas tomar esse sentido da *virtù* como o único possível implicaria excluir todo o seu aspecto republicano, ou seja, o de que tanto o povo como o cidadão e o cidadão-soldado podem ter *virtù*. Na república, a *virtù* pode ser atributo do universal* ou de um homem e opõe-se à corrupção*. Assim, um homem de *virtù* pode tentar reerguer uma república corrompida, ao passo que os cidadãos são responsáveis pela manutenção de sua ordenação*. Nesse sentido, a *virtù* republicana pode ser comparada à do príncipe, na medida em que tem

a finalidade de manter o estado* republicano e conduzir a república à grandeza, evitando a corrupção. Assim como a *virtù* do príncipe, a *virtù* republicana não coincide com as virtudes tradicionais. A virtù militar, entendida como técnica de ordenação do exército ou simplesmente como coragem, está relacionada à ligação existente entre o soldado e aquele por quem ele combate, seja como cidadão, seja como súdito. A *virtù* republicana está voltada para a defesa e a exaltação da pátria e para o amor pela defesa da liberdade*. Note-se ainda que a *virtù* republicana abarca a *virtù* militar, visto que a defesa da pátria implica a capacidade de defendê-la militarmente, e, por outro lado, são as boas armas (o fato de o povo estar armado) que garantem as boas leis. Cf. **Fortuna, Prudência**.